

Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Évora



**PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:  
Mudança e Continuidade num Mundo Global**

**ELITES INDEPENDENTISTAS E NACIONALISMO NO SÉCULO XX  
ANGOLA (1956-1975)**

**João Baptista Gime Luís**

Orientadores: Prof. Doutor Sérgio Campos Matos

Prof. Doutor Augusto Nascimento

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

**2021**

Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Évora



**PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:  
Mudança e Continuidade num Mundo Global**

**ELITES INDEPENDENTISTAS E NACIONALISMO NO SÉCULO XX  
ANGOLA (1956-1975)**

**João Baptista Gime Luís**

Orientadores: Prof. Doutor Sérgio Campos Matos

Prof. Doutor Augusto Nascimento

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

**Júri**

**Presidente:**

- Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

**Vogais:**

- Doutor Pedro Aires Oliveira, Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

- Doutor José Maciel Honrado Morais Santos, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

- Doutor António Costa Pinto, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

- Doutor Carlos José Duarte Almeida, Investigador Doutorado do Centro de História da Universidade de Lisboa;

- Doutor Augusto Manuel Saraiva do Nascimento Diniz, Investigador Auxiliar do Centro de História da Universidade de Lisboa, co-orientador.

Projecto Financiado pelo Protocolo BFA e ICS-ULisboa

**2021**

*Nenhum historiador sério das nações e do nacionalismo  
pode alguma vez ser um nacionalista político convicto.*

Hobsbawm

## Dedicatória

Para  
Rozdithusfer,  
Anastásia Futi,  
Carlos S. Pambo (*in memoriam*)

## Agradecimentos

O meu primeiro bem-haja vai para a minha família, pelo incondicional afecto e pelos sacrifícios feitos durante todos estes anos de trabalho académico.

Em seguida, reconhecendo que este compromisso científico não era de todo realizável sem a colaboração e o apoio de vários intervenientes, estendo a minha gratidão:

À Comissão do PIUD-Hist., VIII Edição, duplamente, na pessoa do Professor Doutor José Luís Cardoso, pela admissão no programa de formação e pela gentileza do financiamento que me foi inicialmente atribuída através do protocolo BFA e ICS-ULisboa;

Aos Professores Doutores Sérgio Campos Matos e Augusto Nascimento, orientadores e tutores da tese;

Aos professores do PIUD-Hist.: *mudança e continuidade num mundo global*, pelo acompanhamento durante o Curso;

Aos colegas e amigos de Curso, pelos contributos académicos;

À Lurdes Xavier, ao Raul Tati, ao Mário Cumbe, ao Alberto Simbo, ao Simão Inácio, ao Floriano Ventena, ao Augusto Pupulo, ao Henrique Manzeli e ao Constantino Zinga, pela amizade;

À Universidade Onze de Novembro, especialmente ao Instituto de Ciências da Educação de Cabinda, pela oportunidade de enriquecimento académico que me foi oferecida;

Aos Senhores Professores Doutores membros do Júri, por me terem aceite à realização da prova de doutoramento.

## Resumo

O nacionalismo é um dos temas fundantes da época moderna. E como tal, marcante das sociedades ocidentais. A sua abordagem atravessa várias áreas do saber, incluindo o histórico. Definido enquanto princípio político que sustém que a unidade nacional e a unidade política devem ser perfeitamente coincidentes, o nacionalismo é também consciência política e sentimento patriótico. Em África, e, particularmente, em Angola, este sentimento não é aplicável de modo linear. É necessário, portanto, uma reflexão mais profunda. No contexto da situação colonial, o nacionalismo em Angola é a via utilizada para reivindicar de modo instrumental, e, em comparação histórica com nacionalismos de outras paragens e de épocas mais recuadas, a independência. O presente estudo propõe-se analisar o nacionalismo e o processo da construção da ideia de nação e de independência de Angola nos anos de 1956 a 1975. O território de Angola é nesta época administrado por Portugal. O estudo tenciona, por isso, questionar em que medida (em Angola) o conceito de Estado e de nação são devedores da cultura política europeia, como se afirmam os movimentos independentistas e que estratégias de consciencialização do povo são adoptadas pelas elites angolanas. Dois métodos, duas perspectivas complementares evidenciam o propósito: o estudo prosopográfico da elite política e intelectual dos movimentos de libertação angolanos e a história conceptual.

Palavras-chave: Elite, nação, nacionalismo, independência, Angola.

## **Abstract**

Nationalism is one of the foundational themes of modern history, starting in the West but then spreading to the non-Western world. My approach crosses different areas of knowledge, with a primary focus on history. Defined as a political principle, nationalism it sustains that the national and political unity should coincide. Nationalism is also a political awareness and patriotic sense. In Africa and in Angola particularly, the construction of nationalism is not linear, it is necessary therefore to have a profound reflection about it. Because of its colonial condition, Angolan nationalism was a means to achieve independence. The present study attempts to analyse the different actors of nationalism, the process of the construction of the idea of state and nation in the years of 1956 and 1975. This study in Angola the concept of nation was indebted to European political culture, how the independentist movements affirmed themselves and what primary strategies of awareness of the people were adopted by the Angolan elites. Two methods will be used: the prosopographical study of the political and intellectual elites of the Angolan independence movements and conceptual history.

Keywords: Elite, nation, nationalism, independence, Angola.

## Lista de organizações, abreviaturas e acrónimos

- AASA — Associação do Sul de Angola.
- ACOA — Acção Católica do Operário de Angola.
- AGEL — Associação dos Estudantes de Lovanium.
- AHD-MNE — Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- AJEUNAL — Aliança da Juventude Angolana para a Liberdade/ Alliance de la Jeunesse Angolaise pour la Liberté.
- ALIAZO — Aliança dos Naturais do Zombo.
- AMA — Associação das Mulheres Angolanas.
- AMA — Association des Amis de l'Angola/Associação dos Amigos de Angola.
- AMANGOLA — Manifesto dos Amigos de Angola.
- ANANGOLA — Associação dos Naturais de Angola.
- AOS — Arquivo Oliveira Salazar.
- ASC — Arquivo António Soares Carneiro.
- ATCAR — Associação dos Tchokwes de Angola.
- ATM — Arquivo Tito de Moraes.
- BMS — British Missionary Society.
- CA — Centro Africano.
- CAAT — Centro Afro-Americano do Trabalho.
- CCPA — Comissão Coordenadora do Programa de Angola.
- CPA — Conselho do Povo Angolano.
- CCPM — Comité de Coordenação Político-Militar.
- CEA — Casa dos Estudantes de Angola.
- CEA — Centro de Estudos Africanos.
- CEI — Casa dos Estudantes do Império.
- CFB — Caminhos de Ferro de Benguela.
- CGTA — Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola.
- CISL — Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.
- CISLA — Confederação dos Sindicatos Livres de Angola.
- CMA — Clube Marítimo Africano.
- CNMP — Comissão Nacional da Mocidade Portuguesa.



COMIRA — Comité Militar de Resistência em Angola.

CONCP — Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

CPCP — Comité Preparatório do Congresso Popular.

CSA — Central Sindical de Angola.

CUACSA — Comité da Unidade de Acção e de Coordenação Sindical.

CVAAR — Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados.

EMA — Arquivo Ernesto Melo Antunes.

EPLA — Exército Popular de Libertação de Angola.

EUA — Estados Unidos da América.

FCJNA — Frente Comum da Juventude Nacionalista Angolana.

FDLA — Frente Democrática de Libertação de Angola.

FGTB — Federação Geral dos Trabalhadores Belgas.

FGTC — Federação Geral dos Trabalhadores Congolezes.

FLAC — Frente de Libertação de Angola e Cabinda.

FLEC — Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.

FNA — Frente Nacional Angolana.

FNLA — Frente de Libertação de Angola.

FPIKP — Frente Patriótica para a Independência do Kongo Português.

FRAIN — Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas.

FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique.

FSSC — Federação dos Sindicatos Socialistas Congolezes.

FUA — Frente Unida de Angola.

GRAE — Governo Revolucionário de Angola no Exílio.

IST — Instituto de Solidariedade Internacional.

JDDA — Junta de Defesa dos Direitos de África.

JMAE — Junta Militar Angolana no Exílio.

LA — Liga Africana.

LGG — Liga Geral de Goa.

LGTA — Liga Geral dos Trabalhadores de Angola.

LIMA — Liga Independente das Mulheres Angolanas.

LNA — Liga Nacional Africana.

MABLA — Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola.  
MAC — Movimento Anti-Colonialista.  
MDIN — Movimento de Defesa dos Interesses Nacionais.  
MDLA — Movimento de Defesa dos Interesses Angolanos.  
MEA — Movimento dos Estudantes Angolanos.  
MFA — Movimento das Forças Armadas.  
MIA — Movimento para a Independência de Angola.  
MINA — Movimento para a Independência Nacional de Angola.  
MLA — Movimento de Libertação de Angola.  
MLEC — Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda.  
MLNA — Movimento para a Libertação Nacional de Angola.  
MLSTP — Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.  
MNA — Movimento Nacionalista Africano.  
MPLA — Movimento Popular de Libertação de Angola.  
MRA — Movimento Revolucionário Angolano.  
MUD Juvenil — Movimento de Unidade Democrática Juvenil.  
NGWIZAKO — Ngwizani-a-Kongo.  
NTÓ-BAKO — Origem dos Bakongo de Angola.  
OBRANG — Selecção Cooperativa da Mão-de-Obra de Angola.  
OIT — Organização Internacional do Trabalho.  
OMA — Organização da Mulher Angolana.  
ONU — Organização das Nações Unidas.  
OPO — Organization People Ovamboland.  
OUA — Organização da Unidade Africana.  
PAIGC — Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde.  
PCA — Partido Comunista Angolano.  
PCP — Partido Comunista Português.  
PIDE/DGS — Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança.  
PIUDA — Partido Independente da União Democrática de Angola.  
PLUAA — Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola.  
PNA — Partido Nacional Angolano.  
PNA — Partido Nacional Africano.

RCCKP — Rassemblement des Chefs Coustumiers du Kongo Portugais/Associação dos Chefes Costumeiros do Kongo Português.

SARA — Serviços de Assistência aos Refugiados Angolanos.

SCA — Sociedade Cultural de Angola.

SCCIA — Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola.

SMB — Sociedade Missionária Baptista.

SWANU — South West Africa National Union.

SWAPO — South West Africa People's Organization/Organização dos Povos do Sudoeste Africano.

UCLA — União Congoleza para a Libertação de Angola.

UEA — União dos Estudantes Angolanos.

UGEAN — União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa.

UGTA — União Geral dos Trabalhadores de Angola.

UIE — União Internacional dos Estudantes.

UNA — União Nacional dos Angolanos.

UNDPA — Partido da União Nacional Democrática de Angola.

UNEA — União Nacional dos Estudantes Angolanos.

UNEAL — União Nacional dos Estudantes Angolanos de Lovanium.

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNITA — União Nacional para a Independência Total de Angola.

UNLA — União Nacional Luso Angolana.

UNTA — União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.

UNTZA — União Nacional dos Trabalhadores do Zaire.

UPA — União das Populações de Angola.

UPNA — União das Populações do Norte de Angola.

UPRONA — União Progressista Nacional de Angola.

URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USA — União Sul Africana.

USPA — União Sindical Pan-Africana.

## Índice geral

Dedicatória .....	iv
Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vi
Abstract .....	vii
Lista de organizações, abreviaturas e acrónimos .....	viii
Índice geral .....	xii
Índice dos apêndices .....	xv
<b>1. Introdução</b> .....	1
Delimitação do tema .....	8
Objectivos da investigação .....	10
Questão da pesquisa e hipóteses .....	12
Estado da questão .....	15
Fontes .....	38
Metodologia de investigação .....	41
A técnica da entrevista .....	48
Estrutura do trabalho .....	52
<b>2. Elites e independência em Angola</b> .....	55
2.1. Enquadramento histórico-conceptual .....	55
<i>A emergência das elites em África</i> .....	57
<i>As elites em Angola</i> .....	61
2.2. A emergência das elites independentistas em Angola: influências e contributos nacionalistas .....	63
Espaços formativos, protagonistas, associações e partidos .....	63
<i>Na Metrópole</i> .....	65
<i>Em África</i> .....	74

<i>O Congo Léopoldville</i> .....	75
<i>Os núcleos angolanos no Congo Brazzaville — Namíbia — Zâmbia</i> .....	93
<i>Os movimentos satélites da UPA-FNLA e do MPLA</i> .....	98
<i>Sindicatos e assistência médica</i> .....	99
<i>Os movimentos de estudantes</i> .....	103
<i>Os movimentos nacionalistas no interior de Angola</i> .....	110
O papel das igrejas protestantes e dos movimentos profético-salvíficos .....	129
<i>As missões protestantes em Angola</i> .....	129
<i>Os movimentos profético-salvíficos: o tokoísmo</i> .....	137
O papel das mulheres na conquista da independência de Angola .....	141
2.3. Percurso histórico dos movimentos nacionalistas angolanos: UPA-FNLA, MPLA, UNITA e os seus ideólogos .....	146
Fundadores dos movimentos de libertação nacional em Angola .....	148
Holden Roberto .....	148
António Agostinho Neto .....	156
Jonas Malheiro Savimbi .....	168
2.4. Para uma prosopografia das elites da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA .....	177
<b>3. O dealbar do nacionalismo em Angola</b> .....	193
3.1. Fundamentos do nacionalismo .....	193
<i>Conceito</i> .....	193
A perspectiva africana do nacionalismo .....	199
3.2. Emergência do nacionalismo em Angola .....	203
Caracterização social e política de Angola .....	207
<i>Angola: colónia, província ultramarina e Estado português</i> .....	207
A configuração sociocultural e territorial de Angola .....	209

<i>O devir e o papel dos movimentos nacionalistas: UPA-FNLA, MPLA, UNITA</i>	212
3.3. As elites angolanas em busca de pátria, nação e Estado	217
O posicionamento dos movimentos de libertação	218
<i>As narrativas nacionalistas</i>	218
Da desunião dos movimentos angolanos: etnicidades, três projectos nacionalistas ou competição pelo poder?	239
Das dinâmicas da guerra colonial e a ideia do Estado-nação	255
<i>Factores exógenos</i>	257
<i>Factores endógenos</i>	263
4. O fim do regime colonial: da longa marcha nacionalista à «segunda guerra de libertação»	265
A descolonização de Angola e as negociações de paz	265
Os caminhos para a paz	270
<i>Portugal e os movimentos angolanos</i>	270
<i>Os acordos multilaterais e a cimeira de Mombaça</i>	275
<i>De Mombaça ao Alvor e o posicionamento dos movimentos angolanos</i>	277
Do Alvor à independência	283
5. Conclusão	310
6. Fontes e Bibliografia	318
7. Apêndices	358

## Índice dos apêndices

Apêndice nº. 1. Resolução da II Conferência dos Povos Africanos, 1960 .....	359
Apêndice nº. 2. Mapa e Estatutos do NGWIZAKO, 1962 .....	360
Apêndice nº. 3. Insígnia da ALIAZO — Associação dos Zombo .....	365
Apêndice nº. 4. Localização e insígnia da NTÓ-BAKO .....	366
Apêndice nº. 5. Mapa de Angola — Localização do Partido Nacionalista Angolano (PNA) e outros movimentos, 1962 .....	367
Apêndice nº. 6. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho pelas Associações Económicas de Luanda, 1961 .....	368
Apêndice nº. 7. Mapa (1) composição étnica e territorial de Angola, 1965 / Mapa (2) composição etnolinguístico de Angola .....	372
Apêndice nº. 8. Estatutos e Programas do MPLA, 1962 .....	374
Apêndice nº. 9. Estatutos da UPA/Criação da FNLA, 1962 .....	387
Apêndice nº. 10. Acordo do Alvor, 1975 .....	395
Apêndice nº. 11. Agostinho Neto e o Julgamento dos «51», Porto, 1957 .....	397
Apêndice nº. 12. Cartaz do PCP/apelo para o apoio ao MPLA, 1975 .....	398
Apêndice nº. 13. Cartaz do MDP/CDE/manifestação de apoio ao MPLA, 1975..	399
Apêndice nº. 14. Discurso do Presidente Agostinho Neto na proclamação da independência de Angola, 1975 .....	400
Apêndice nº. 15. Quadro do perfil dos entrevistados .....	407
Apêndice nº. 16. Grelha de entrevista .....	408
Apêndice n.º 17. Colaboracionismo e dependência estrangeira das Elites angolanas: UNITA e Administração Colonial, «Operação Madeira» — Holden Roberto e Administração Americana (Kennedy), 1961 — NGWIZAKO/NTÓ-BAKO e Embaixada Portuguesa, Léopoldville. ....	410
Apêndice nº. 18. Resumo do plano administrativo do NGWIZAKO, 1962 .....	415
Apêndice nº. 19. Quadro de activistas ao serviço do MIA, 1959 .....	416

Apêndice nº. 20. As missões protestantes em Angola, sua influência no quadro político-social do ano de 1961. Relatório da Situação nº. 17/ SCCIA .....	418
Apêndice nº. 21. Evolução dos movimentos nacionalistas UPA-FNLA, MPLA e UNITA e a descrição dos seus principais membros .....	421
21.1. Comité Central da UPA eleito em 1961 .....	421
21.2. Membros do Governo de Transição da UPA-FNLA, 1975 .....	423
21.3. Constituição e percurso do MPLA .....	427
21.3.1. Constituição dos Membros do MPLA, 1962 .....	427
21.3.2. Direcção do MPLA/dados biográficos dos seus componentes, até 1966 .....	429
21.3.3. Estrutura do MPLA, 1967 .....	436
21.3.4. Comité de Coordenação Político Militar do MPLA, 1972 .....	437
21.3.5. Membros do MPLA no Governo de Transição, 1975 .....	440
21.4. UNITA — fundação, comités, manifesto e constituição, 1965 .....	445
21.4.1. Manifesto e fundação da UNITA, 1966 .....	446
21.4.2. Comités de vanguarda da UNITA, Zâmbia, 1966 .....	450
21.4.3. Constituição e manifesto da UNITA, 1966 .....	451
21.4.4. Membros influentes da UNITA: II Congresso, 1969 .....	454
21.4.5. Membros da UNITA no Governo de Transição, 1975 .....	455
21.4.6. Membros e quadros da UNITA: 1966-1975 .....	459
Apêndice nº. 22. Sinopse da Latitude e Longitude da Emergência das Elites Independentistas Angolanas .....	460
Apêndice n.º 23. Sinopse da génese e evolução das elites dos movimentos de libertação UPA-FNLA, MPLA, UNITA .....	461
Apêndice nº. 24. Quadro prosopográfico das elites da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA .....	462
Apêndice nº. 25. Negociações para a independência de Angola: Movimentos de Libertação de Angola e Portugal — Mombaça/Alvor, 1975 .....	500



Apêndice n.º 26. Acordo de Nakuru — 16 a 21 de Junho de 1975 .....	510
Apêndice n.º 27. Organigrama da Estrutura Jurídico-Constitucional (Alvor) de Angola até à Independência .....	512
Apêndice n.º 28. Libertação de Agostinho Neto por Adriano Moreira, 1960.....	513

## 1. Introdução

A colonização e a descolonização são temas sonantes nos estudos recentes da história de Angola. Marcam, como no resto do continente africano, as evidências da presença colonial europeia em África.

Em Angola, o impacto de um e outro tema, causado pela interdependência entre europeus e africanos, a partir do século XVI, com intervenção de factores de vária ordem, assinala o fim da organização política colonial portuguesa há muito instalada no território. O nacionalismo, fenómeno ubíquo, transversal e global, tem, por isso, na segunda metade do século XX, uma forte expressão no território angolano. Recorde-se, todavia, que a marca da afirmação nacionalista em Angola é longa.

Os limites actuais do território de Angola constituem-se no final do século XIX. Antes, a sua formação deve-se aos contactos dos portugueses com um dos maiores reinos bantu do ocidente da África Central, o reino do Kongo, nos finais do século XV.

Embora a história da expansão portuguesa não possa nem deva ser vista como um processo cumulativo, pois é marcada por descontinuidades, por quebras e transformações no decurso da sua afirmação, segundo Bethencourt, «do Atlântico ao Índico, da Índia ao Atlântico Sul, do Brasil para África»<sup>1</sup>. Angola, em África, define-se como um dos territórios que Portugal, depois da sua presença limitada no litoral, ocupa *de facto*, com o argumento dos direitos históricos da prioridade do seu descobrimento europeu e da sua vocação imperial.

Superadas as rivalidades entre os impérios europeus que se expandem em África desde o século XVI e que se estendem até ao século XX, na Conferência de Berlim em 1884-1885 delimita-se a actual configuração territorial de Angola que ocorre entre os anos de 1891 e 1920. Portugal traça a partir daí estratégias diplomáticas continuadas com as quais, juntamente com investimentos coloniais, tratados de aliança (com a Grã-Bretanha, sobretudo), campanhas militares e medidas administrativas, salvaguarda a sua possessão de Angola.

---

<sup>1</sup> Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa: 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, p. 8.

Ao tempo, Angola torna-se, portanto, domínio português inalienável. Diferentemente do caso de Moçambique, por exemplo, na costa oriental de África, em que, pela intensidade dos interesses inter-imperiais, se pode aventar a hipótese de Portugal negociar uma posição privilegiada no território, em Angola a sociedade central cedo se constitui em extensão e desenvolvimento, e o núcleo branco é «não somente numericamente mais importante, mas também mais solidamente enraizado»<sup>2</sup>.

No que se refere a Angola, ao longo do século XX é notória a construção de uma retórica (colonial) pela *intelligentsia* portuguesa: a possessão angolana é reclamada como um sinal de um ancestral orgulho pelas conquistas marítimas.

A par de todas as dificuldades do processo de colonização, Portugal é a potência mais antiga da Europa. Segundo Manuel Ferreira Ribeiro, um entusiasta do colonialismo, afirma em 1879: «no conselho das nações deve principalmente valer Portugal como potência colonial. Só as colónias nos podem dar na Europa a influência e lugar que aliás serão justificadamente denegados, dada a estreiteza do tamanho da metrópole, a sua situação na península»<sup>3</sup>.

Esse entusiasmo populista e imperialista transforma-se desde os finais do século XIX em retórica colonialista, atravessando toda a história da política portuguesa em Angola até à década de 1960.

O Estado Novo e o seu regime ditatorial, quebrando embora outros desígnios da I República Portuguesa, não perde de vista a herança imperial, que justificara a entrada de Portugal na I Guerra. Do Acto Colonial de 1930, incorpora na Constituição de 1933 o carácter integrador da colonização portuguesa. Depois de

---

<sup>2</sup> Franz-Wilhelm HEIMER, *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976: ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 49.

<sup>3</sup> Manuel Ferreira RIBEIRO, *As conferências e o itinerário do viajante Serpa Pinto*, Lisboa, 1879, p. 754, *apud* Douglas WHEELER e René PÉLISSIER, *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 99.

Podem-se ver estas precauções já na segunda década de oitocentos, na iminência da perda do Brasil. O continente africano é considerado como sucedâneo do Brasil no que diz respeito à salvaguarda dos interesses coloniais portugueses, em especial Angola. Argumentou Fernandes Tomás no seu *Relatório sobre o estado e administração do Reino*, apresentado às Cortes (sessões de 3 e 5 de Fevereiro de 1821). Cf. Valentim ALEXANDRE, «A viragem para África», in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. IV, p. 61.

colónia, Angola passa a ser considerada província ultramarina e, mais adiante, com Marcelo Caetano, parte integrante do Estado português.

O Estado Novo ver-se-á abalado pelos contornos políticos mundiais saídos do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Vencidos os regimes autoritários na Europa, advém uma nova ordem internacional. Nasce novas nações no Ocidente, difundem-se os direitos democráticos e soberanos de os povos disporem de si mesmos (com a criação da ONU<sup>4</sup>) reconfigurados segundo a tradição da Revolução Francesa, que, sendo modelo de mudança de regime político, dita que «cada povo é independente e soberano, independentemente do número de indivíduos que o compõem e da extensão de território que ocupa»<sup>5</sup>.

O novo quadro político mundial obriga os impérios coloniais a produzirem reformas nos seus territórios, no contexto africano, o que também sucederá no caso de Angola.

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo da formação das novas nações de outros contextos desloca-se para a África. O tema do fim do colonialismo (ou da colonização) entra nas discussões dos problemas internacionais.

O Estado Novo toma Angola como um simples objecto de tutela, apesar das novas implicações políticas sobre os territórios coloniais levantadas no pós-guerra. Até então, a sua política no território angolano, pouco faz para promover e integrar a população nativa. Ainda no decurso da guerra, em 1941, sob impulso dos EUA, Washington e Londres travam, nos bastidores, um debate sobre a questão colonial que vai longe dos ecos da diplomacia portuguesa e a sua política de defesa do império. Intenta-se, no sistema de mandatos, enfatizar a aplicação da Carta do

---

<sup>4</sup> Reconhece-se a complexidade da constituição das novas nações, principalmente das africanas, entre os desafios da ONU que, no contexto da divisão bipolar do mundo após a II Grande Guerra, não é um processo linear nem simples. Lembra-se que apesar dos EUA e da URSS assumirem, ao princípio, uma posição anti-colonialista, fazem-no a partir de pressupostos diferentes e segundo interesses próprios. Enquanto os EUA servem-se da sua tradição, nação formada por via de revolução, para desimpedir o monopólio comercial europeu perante o seu desenvolvimento e prosperidade, a URSS, em sentido contrário, combate o imperialismo e releva o nacionalismo anti-imperialista como entrave ao avanço do capitalismo contra o comunismo. Veja-se Valentim ALEXANDRE, *Contra o Vento: Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2017, pp. 57-58.

<sup>5</sup> Eric HOBBSBAWM, *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, Lisboa, Terramar, 1998, p. 23.

Atlântico aos problemas africanos, recomendados na economia, política, saúde e educação<sup>6</sup>.

Objecto de grande atracção mediática, com repercussão em todo o mundo, a criação da ONU, em 1945, ganha um peso para os interesses políticos dos territórios (africanos) colonizados. Expressão entre várias, da cooperação internacional, estimula o movimento anti-colonial e dos nacionalismos (africano). Para o caso de Angola questiona-se: porque houve vários movimentos nacionalistas e independentistas. Como referimos, o caso angolano conjuga-se (no conjunto das contestações do colonialismo em África) com as transformações políticas e sociais estimuladas pelo pós-guerra.

As reacções à presença imperial europeia em África variam de colónia para colónia, segundo o impacto de cada política (colonial) implementada em cada colónia. As primeiras manifestações nacionalistas africanas ocorrem nos domínios ingleses e franceses. A transição para a autonomia e independência dessas possessões, com excepções de vária ordem, poderiam considerar-se ajustadas, segundo as políticas metropolitanas implementadas assim como do próprio engajamento das elites locais desses territórios. Em contrapartida, nos domínios belga e portugueses, a experiência é diferente. Entretanto, em todos os casos, o fenómeno do colonialismo desagrega a configuração tradicional dos territórios africanos, nas vertentes social, cultural e política, acompanhando as políticas de cada potência colonial. Os nacionalismos africanos seguem, em parte, o perfil da administração colonial de cada império europeu implantado em África<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Valentim ALEXANDRE, *Contra o Vento*, *op. cit.*, p. 44.

<sup>7</sup> O encontro de África com o imperialismo colonial europeu é brutal, concentrado num tempo relativamente curto, entre 1880 e a primeira década do século XX. Todavia, desde as suas primeiras manifestações, sobretudo quando se avalia as formas de expansão e ocupação coloniais — guerras de conquista, partilhas territoriais, investimentos, práticas económicas, políticas culturais —, há que se tomar em consideração algumas excepções segundo as especificidades de cada realidade. Pois, para além dos debates acesos entre escolas e campos (políticos e intelectuais) nos quais o imperialismo diz mais respeito à história e à historiografia europeias do que à história de África propriamente dita, as relações entre as múltiplas dimensões coloniais variam significativamente consoante as potências colonizadoras, consoante os momentos, as regiões dominadas e, ainda, consoante as acções no terreno.

O período que se segue à Segunda Grande Guerra é crucial para todas as potências coloniais. O fim do conflito exige novos compromissos das potências (coloniais) no quadro das relações políticas a nível mundial. Nesse mesmo período, duas poderosas potências coloniais, a Grã-Bretanha e a França, desejam aumentar o seu poderio e justificar a posse dos territórios africanos, num contexto em que o colonialismo é cada vez mais contestado.

Portugal, como se sabe, até à entrada do terceiro quartel de 1900, em África, pretende prolongar o alegado propósito do carácter sagrado do seu império como objecto da sua «missão histórica». Em Angola, esse projecto não sobrevive à década de 1970.

No princípio do ano de 1961 ocorrem em Angola três levantamentos de insurreição que causam um desgaste considerável na presença colonial portuguesa — Baixa de Cassanje (4 de Janeiro)<sup>8</sup>, Luanda (4 de Fevereiro) e Norte de Angola (15 de Março). Estes acontecimentos mexem com a ordem colonial, não obstante o controlo territorial das autoridades coloniais e o regime de ditadura se terem mantido. Em todo o caso, o nacionalismo independentista angolano sai da clandestinidade e afirma-se.

A intransigência política de Salazar fundamenta a sublevação popular. O ano de 1961, em Angola, destrói o mito da pacífica colonização portuguesa. A revolta

---

A tradição liberal dessas potências, não é, portanto, linear na autonomização das suas possessões africanas. Citam-se, a título de exemplo, as experiências — muito diferenciadas — dos territórios britânicos e dos franceses, nos anos 50. As políticas de «desenvolvimento» da Grã-Bretanha na África Ocidental, particularmente no Gana, são diferentes (na repressão) das do Quênia, na África Oriental. A mesma comparação pode ser feita, no contexto francês, na África Ocidental e na África Equatorial, com as políticas de «balcanização» e de «territorialização» em relação à repressão imposta na Argélia.

No panorama do imperialismo, Portugal e Bélgica aparecem como dois casos que se distinguem dos outros pelos argumentos (coloniais) que evocam: colonização de povoamento, *v.g.*, o caso português.

Para uma análise dessas considerações, *Cf.* Frederick COOPER, *História de África: capitalismo, modernidade e globalização*, Lisboa, Edições 70, 2016, pp. 307-349; Elikia M'BOKOLO, *África Negra - história e civilizações. Tomo II*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, p. 306 e segs.; Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010; Francisco BETHENCOURT e Kirti N CHAUDHURI, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

<sup>8</sup> Considera-se assim, ainda que do ponto de vista do seu propósito (revolta contra uma companhia colonial), em relação aos acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março, não seja político. Sendo um protesto camponês, não deixa de ter sinais de preparação nos ecos da resistência africana contra o trabalho forçado. Estimulado pela recusa ao trabalho e queima das sementes pelos camponeses, contra as orientações da Companhia Geral de Algodão de Angola (Cotonang), o conflito iniciado a 4 de Janeiro de 1961 ganha outra visibilidade. A pressão da Cotonang e de outras entidades privadas induz a intervenção militar na revolta. Nos dias 4, 5 e 6 de Fevereiro entram em cena as 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Companhias de Caçadores e a Força Aérea, provocando a morte de civis nativos e a eliminação concertada dos focos da revolta. A coexistência deste acontecimento, iniciado nos princípios de Janeiro, com o de 4 de Fevereiro, demonstra a irreversibilidade da afronta autóctone para com o sistema colonial, embora com bastantes limitações de recursos. Para uma interpretação das incidências na Baixa de Cassanje, veja-se Diogo Ramada CURTO, Bernardo Pinto da CRUZ e Teresa FURTADO, *Políticas coloniais em tempo de revoltas: Angola circa 1961*, Porto, Afrontamento, 2016, pp. 151-188; Aida FREUDENTHAL, «Revolta camponesa na Baixa de Cassanje, Angola (1961)», *in* Miguel CARDINA e Bruno Sena MARTINS (dir.), *As Voltas do Passado*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018, pp. 48-54.

camponesa da Baixa de Cassanje é abafada. Entretanto, os ataques de 4 de Fevereiro em Luanda alcançam eco internacional. Mas é a revolta iniciada em 15 de Março no Norte de Angola que força Portugal a escolher entre aceitar a independência de Angola ou a fazer a guerra. Para justificar a posição portuguesa perante tal situação, no intuito de explicar e defender a província ultramarina de Angola, segundo Salazar, Portugal deve reagir «rapidamente e em força»<sup>9</sup>.

Urge, assim, percorrer as razões das reivindicações de Angola pelas elites locais contra o poder colonial no território. Ou seja, entender a contestação do poder colonial pelas elites angolanas — os grupos de indivíduos «intelectuais», nativos, conglomerados entre 1956 e 1975 nos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA<sup>10</sup> — e, ao mesmo tempo, perceber a construção do Estado-nação angolano.

A compreensão dos sentimentos e das ideias de unidade ou de pertença dos povos angolanos tal como são definidos pelas elites, sobretudo contra o domínio colonial português, e, depois, a compreensão dos processos de concretização da conquista do poder de implementação de uma orientação política em Angola, sugerem uma reflexão cujos fundamentos se devem ater ao contexto dos protestos anti-coloniais de África, no geral, e das colónias portuguesas, em particular, em comparação com o processo dos nacionalismos noutros contextos na segunda metade do século XX. Na impossibilidade de no imediato enfrentarem a ordem colonial abertamente, as acções nacionalistas angolanas remetem-se à clandestinidade.

De uma situação de clandestinidade no território colonial, o nacionalismo é impulsionado no exterior de Angola. Com base em ideários em circulação no mundo, torna-se fundamental a consciência nacionalista de angolanos, tanto de estudantes (nas academias europeias), como de emigrantes (nos territórios vizinhos de Angola). As convicções nacionalistas saídas desses círculos devem-se às influências das ideias de liberdade, de valores cívicos, sociais e políticos

---

<sup>9</sup> *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, «Discurso de António de Oliveira Salazar», 14 de Abril de 1961, p. 1. Ver também; Tânia ALVES e José Luís GARCIA, «Para Angola, rapidamente e em força: a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional», in José Luís GARCIA, Tânia ALVES e Yves LÉONARD (dir.), *Salazar, o Estado Novo e os media*, Lisboa, Edições 70, 2017, p. 283 e segs.

<sup>10</sup> Sobre a abordagem das elites angolanas, ver capítulo II.

relativos ao direito de os povos disporem de si mesmos, ideais muito em voga na época e utilizados nos palcos internacionais de opinião política. Citam-se as experiências de territórios asiáticos e africanos e as suas vias de ascensão à independência: a Índia, em 1947; a revolta anti-britânica no Quênia, em 1951; a derrota francesa em Dien Bien Phu no Vietname, em 1954; o eclodir da guerra da Argélia, em 1954, e sobretudo o episódio da nacionalização do canal do Suez, em 1956, pelo Egípto<sup>11</sup>. As grandes potências, Grã-Bretanha e França vêem a sua hegemonia colonial a colapsar em África, obrigando-se a rever a sua política de ocupação. Estes exemplos históricos vão fornecer aos povos oprimidos a possibilidade de se confrontarem com as potências imperialistas, sobretudo quando os nacionalistas compreendem o contexto internacional e, ao mesmo tempo, o aproveitam.

Um dos registos significativos da consciência nacionalista em Angola, é o facto de os territórios africanos colonizados, poderem, na segunda metade do século XX, protagonizar as lutas políticas de emancipação anti-colonial. Veja-se a moção de confiança saída da I Conferência de Todos os Povos Africanos realizada em Acra, no Gana, em 1958, com implicações noutros acontecimentos, por exemplo, a resolução da II Conferência dos Povos Africanos, em Tunes, em 1960, sobre as colónias portuguesas. Ao tempo, África desponta na arena política internacional como agente do seu próprio destino, cujo processo de emancipação desemboca na independência de muitos dos seus territórios nas vésperas da década de 1960.

Angola não fica imune à efervescência político-ideológica internacional, tendo o ano de 1954 marcado o aparecimento do embrião do primeiro movimento político nacionalista negro: a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), que muda para União dos Povos de Angola (UPA), em 1958 e, posteriormente, para Frente

---

<sup>11</sup> A Guerra do Suez é um conflito significativo na história, não só por ter envolvido as principais potências mundiais, como por ter desencadeado uma viragem radical em que, pela primeira vez, as potências coloniais são as grandes derrotadas. Tal facto, no contexto político da África colonial, enquadra-se no prenúncio da nova ordem mundial que decorre das influências das duas novas potências, a URSS e os EUA, com significado de novo paradigma e de nova estratégia política no concerto internacional. A crise do Suez veio acelerar o processo de descolonização e o aumento do peso político das pressões internacionais. *Cfr.* Abel José Santos LEITE, «50 anos depois, a guerra do Suez no contexto das guerras israelo-árabes», *Nação e Defesa*, 117, 2007, pp. 7-34; *Vide* A LAUTERPACHT (dir.), *The Suez Canal settlement: a selection of documents relating the settlement of the Suez Canal dispute, the clearance of the Suez Canal and the settlement of disputes between the United Kingdom, France and the United Arab Republic, October 1956-March 1959*, London, Stevens & Sons Limited, 1960.



Nacional de Libertação de Angola (FNLA), constituindo o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), em 1962. Seguidamente, em 1960, surge o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e, em 1966, a União Total para a Independência de Angola (UNITA).

### **Delimitação do tema**

A investigação que nos propomos desenvolver — «Elites independentistas e nacionalismo no século xx: Angola (1956-1975)» — pretende analisar o nacionalismo em Angola impulsionado pelas elites locais (inseridas nos movimentos UPA-FNLA, MPLA, UNITA) como factor de ruptura e de combate ao poder colonial e a transformação de Angola num novo Estado.

O estudo sobre o processo do nacionalismo conduzido pelas elites angolanas compreende o período entre as décadas de 1950 e de 1970.

O problema colonial de África, nessa época, entra nas preocupações políticas internacionais sob o olhar das duas potências mundiais, EUA e URSS.

A crise do Suez, em 1956, instiga a descolonização dos territórios africanos (anglófonos e francófonos), acrescentando um enorme peso político das pressões internacionais sobre a ocupação colonial da África. As elites angolanas não se alheiam do desenrolar das movimentações políticas mundiais.

Outro marco do despertar nacionalista em Angola são as primeiras independências africanas. Desde o conflito de Suez até 1963, com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), mais de vinte territórios africanos ascendem à independência.

No que diz respeito a Angola, esses acontecimentos podem considerar-se indutores da fundação dos movimentos nacionalistas (UPA-FNLA, MPLA, UNITA e outros). Particularizam-se a Resolução da II Conferência dos Povos Africanos em

Tunes e as conclusões da II Conferência de todos os Povos Africanos de Acra, na qual participa o líder da UPA-FNLA, Holden Roberto<sup>12</sup>.

Em Tunes, no ano de 1960, é avaliada a situação em que se encontram os territórios africanos sob dominação portuguesa. Entre as condenações à política colonialista de Portugal, em nome do direito de os povos das colónias portuguesas ascenderem à independência nacional, exige-se a libertação imediata de todos os prisioneiros políticos de Angola, Moçambique, Guiné Portuguesa, São Tomé e Cabo-Verde<sup>13</sup>. Esta exigência, sobre as colónias portuguesas, resultante da resolução da II Conferência de todos os Povos Africanos no encontro de Tunes, inclui de modo particular o apelo da solidariedade efectiva e incondicional dos Estados africanos já independentes.

As conclusões da Conferência de Tunes impulsionam, no caso de Angola, reivindicações políticas<sup>14</sup> que, nos meses de Fevereiro e Março de 1961, suscitam os levantamentos revolucionários reclamados pelos movimentos nacionalistas, UPA-FNLA e MPLA. Com uma ampla campanha para a mobilização popular (nos círculos locais, clandestinos e estrangeiros), esses movimentos perseguem, com o filão nacionalista, a emancipação de Angola da tutela colonial.

Com os levantamentos contra a autoridade colonial (Luanda, em Fevereiro e, no Norte de Angola, em Março de 1961), que dão lugar à resposta militar do governo português, inicia-se a guerra colonial, a da independência de Angola.

Tendo em conta esse contexto, este estudo analisa entretanto a 1956 e 1975 o percurso das elites angolanas e a sua afirmação nacionalista para a construção do Estado de Angola. Consideramos o período histórico da descolonização e da

---

<sup>12</sup> Refere-se a participação, clandestina, de Holden Roberto na I Conferência de Todos os Povos Africanos em Acra, de 5 a 13 de Dezembro de 1958, a expensas do Governo ganês. A identificação é feita pela embaixada portuguesa na cidade de Acra que, no relatório ao Ministro do Ultramar, informa: «a participação de um delegado angolano, africano. A identidade do indivíduo foi devidamente ocultada pelas autoridades ganesas. O seu nome figurava na lista da imprensa como Rui Ventura. Mais tarde, conseguiu-se saber que o seu verdadeiro nome era Holden Roberto». PT/AHDMNE/GNP 00222/07651, fl. n.º 26.

<sup>13</sup> Na II Conferência dos Povos Africanos os movimentos nacionais das colónias portuguesas estão representados por cinco delegados: Amílcar Cabral, com o pseudónimo de Abel Djassi, Hugo de Menezes, Lúcio Lara, Viriato da Cruz (pelo MAC e organizações a ele ligados) e Holden Roberto, com o pseudónimo de José Gilmore (pela UPA-FNLA). Vide Fundação Mário Soares, espólio Amílcar Cabral, pasta: 07058.017.005. Coteje-se apêndice n.º 1.

<sup>14</sup> Particulariza-se neste íterim, como referiremos adiante (p. 164), a fundação do MPLA na cidade de Tunes, em 1960.

invocação — e/ou construção — de uma nação independente sob a égide das elites locais.

O ano de 1956 tem dois significados. Simboliza, por um lado, no despertar nacional dos territórios africanos, o fim do colonialismo e, por outro, em Angola, o gérmen do activismo político contra a dominação portuguesas.

A marcada proliferação de movimentos contestatários na segunda metade da década de 1950 em Angola, entre 1956 e 1960, representa o despertar da consciência independentista dos angolanos. A seguir, e a par dessa contestação, os internacionalmente reconhecidos movimentos da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA, empossados pelas suas variadas elites, dirigirão as três vias do nacionalismo independentista angolano conseguida com a guerra de libertação, terminada em 1975.

### **Objectivos da investigação**

No intuito de analisar e compreender a ideia e a formação do Estado e nação angolano, importa perceber a colonização portuguesa de Angola nos anos cinquenta e seguintes.

A gestão colonial portuguesa no pós-guerra ficara à margem do sistema internacional em relação às transformações políticas em curso e às exigências político-sociais dos povos africanos. Em Angola, Portugal não abre a porta à integração política dos nativos. Com a sua opção pela política de tutela<sup>15</sup>, geram-se,

---

<sup>15</sup> Recorde-se o Acto Colonial de 1930 onde se lê que, «É da essência da orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam». Como se sabe, é desta frase que também se fundamenta a ideologia imperial do Estado Novo. O que pressupõe, segundo essa ideologia, haver uma concepção do mundo que confere a Portugal a tutela dos territórios ultramarinos. Daí o facto de o Estado Novo não se abdicar do domínio dos territórios africanos no decurso do terceiro quartel do século XX. Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, com a criação da ONU, verifica-se o início do fim da «herança histórica da missão imperial portuguesa». Desejosa de forjar uma nova ordem internacional, a ONU bate-se, no conjunto das grandes potências e das coloniais, pela defesa e pelo progresso dos territórios africanos e asiáticos dependentes, no sentido de se tornarem em nações independentes. Este desafio é perceptível na versão final da Carta desta Organização que dedica para o propósito dos territórios coloniais, no contexto da sua criação, três capítulos: o XI sobre os territórios autónomos, o XII referente ao Sistema Internacional de Tutela e o XIII alusivo ao Conselho de Tutela. Na busca de

entre outros, dois factores de instabilidade: por um lado, um êxodo populacional e, por outro, a organização clandestina de movimentos contestatários.

A colonização, no contexto de Angola da segunda metade do século XX, é vista como o factor que catapultou o sentimento nacionalista. Consta de Mário Pinto de Andrade: «o campo de exercício da colonização é, por necessidade intrínseca, gerador de conflitos. Tal estado de permanente conflitualidade resulta da própria essência da situação colonial que, enquanto “totalidade”, espelha a complexa confrontação entre a minoria alógena e a maioria autóctone»<sup>16</sup>. O domínio colonial é, afinal, o desencadeador, dirá Hans Kohn, do nacionalismo africano<sup>17</sup>, e o português, entre outros, do angolano.

Assim, o presente estudo apresenta os seguintes objectivos: entender a colonização portuguesa em Angola entre os anos de 1956 e 1975 e as motivações do nacionalismo angolano; conhecer as elites angolanas, locais, que dão corpo às ideias nacionalistas e independentistas.

Especificamente, o estudo visa compreender os conceitos de elites, de nação e de nacionalismo e a sua utilização em Angola nas circunstâncias dos finais dos anos 1950 aos anos 1970.

---

consensos e aplicação dos princípios desses capítulos da Carta, em relação a Portugal, em particular, percebem-se as pressões diplomáticas que a ONU faz contra as políticas coloniais — principalmente contra o capítulo XI sobre os territórios não autónomos — que, ao nível jurídico, o Conselho de Tutela não vê cumpridas as disposições recomendadas de as potências coloniais (Portugal) prepararem os seus territórios (os não autónomos) para a independência. Ademais, no entender da ONU, o incumprimento justifica na prática a legitimação paternalista da colonização (portuguesa). O princípio de tutela para os territórios não autónomos (colónias portuguesas de África) é assim banido, no geral, em 1960. A ONU adopta neste ano uma resolução que põe fim o estatuto de os territórios dependentes e não autónomos passem para independentes. Isto é, nas matérias de colonização e descolonização, a ONU torna-se imparcial e obriga à concessão da independência (Portugal) aos países e povos coloniais. Veja-se Valentim ALEXANDRE, *Contra o Vento*, op. cit., p. 44; Aurora Almada e SANTOS, «A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960», *Relações Internacionais*, 2011, pp. 61-69, disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n30/n30a04.pdf>, consultado a 9.12.2019.

<sup>16</sup> Mário Pinto de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*, Lisboa, Dom Quixote, 1997, p. 21.

<sup>17</sup> Hans KOHN e Wallace SOKOLSKY, *African Nationalism in the Twentieth Century*, New York, D. Van Nostrand Company, 1965, p. 10.

## Questão da pesquisa e hipóteses

A sociedade angolana dos anos cinquenta, perante as políticas sociais e económicas coloniais, começa a apresentar com regularidade sinais de denegação política e social do governo colonial. O estatuto de colónia de Angola, perante as transformações internacionais causadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial, e outros factores de ordem interna em Angola, causa, ainda que com o controlo das autoridades, sentimentos de independência.

As elites locais, apoiando-se nas políticas anti-coloniais em curso, ao nível internacional e em África, projectam o derrube da ordem colonial. Intentam transformar Angola num novo Estado.

A política repressiva das autoridades leva a que o projecto «conspirativo» das elites seja relegado à clandestinidade. Ainda assim, quer em Angola, quer no estrangeiro, a afronta ao regime colonial torna-se inevitável. Espriam-se movimentos estudantis, cívicos, beneficentes, religiosos, culturais, políticos (base de formação da elite dos movimentos nacionalistas) que, em nome de Angola, no dizer de Benedict Anderson, «imagina[m]-se como comunidade». Uma comunidade, uma nação dotada de uma identidade própria marcada para lá da sua fragmentação etno-cultural e regional, que, sendo território português, se quer independente, singular e dinâmica. Isto é, «uma agremiação horizontal e profunda»<sup>18</sup>.

À luz da realidade colonial e das suas implicações na segunda metade do século xx, particularmente o modelo português em Angola, o estudo elege como questões centrais os conceitos de *nacionalismo*, *Estado* e *nação*: em que medida são ou não devedores da cultura política europeia? Como se afirmam politicamente as elites dos movimentos independentistas em Angola, nos anos de 1956 a 1975? São as questões fundamentais a que o estudo se esforçará por responder, desenvolvendo, para o efeito, uma análise crítica, ampla e fundamentada nas acções históricas, políticas e sociais que estão na origem da construção dos Estados-nação, no caso, em Angola.

---

<sup>18</sup> Benedict ANDERSON, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005, p. 27.

Ademais, a par das questões levantadas, o estudo coloca-nos outros desafios. Compreender o nacionalismo angolano no quadro das dinâmicas da guerra de libertação; perceber a constituição do nacionalismo angolano no âmbito das perspectivas modernista (na qualidade de acontecimento da modernidade, típico das sociedades ocidentalizadas) e étnica, segundo as categorizações teóricas do nacionalismo; questionar a existência, ou não, de uma teoria política na qual os nacionalistas angolanos se apoiam, de uma unidade de pensamento nacionalista, e avaliar a afirmação da luta de libertação como a principal lógica da transição do poder do colonialismo para a independência.

A hipótese da investigação fundamenta-se na constatação da existência, em primeiro lugar, de várias elites, as quais irão advogar e assumir uma agenda política e social, associando a meta da independência à construção de um Estado-nação ideal de Angola. Em segundo lugar, sublinha-se a existência de três projectos políticos nacionalistas angolanos conduzidos e disputados por três destacados movimentos: UPA-FNLA, MPLA e UNITA.

Dois métodos, duas perspectivas de estudo complementares, enformam a pesquisa: o estudo prosopográfico das elites políticas e intelectuais dos movimentos de libertação angolanos e a história conceptual.

Destaca-se que a injustificação do regime colonial e a internacionalização das políticas anti-coloniais, levam que a administração da colónia de Angola seja afrontada com ofensivas, ditas «subversivas», dos movimentos independentistas angolanos sob o olhar das nações independentes. A organização política, social e económica da colónia, em crescimento<sup>19</sup>, é desafiada no campo político.

---

<sup>19</sup> Veja-se o II Plano de Fomento e a sua aprovação (1959-1964). Para as Províncias Ultramarinas, os empreendimentos agrupam-se nas seguintes prioridades: i) Conhecimento científico; ii) Aproveitamento de recursos; iii) Povoamento; iv) Comunicação e Transportes; v) Instrução e Saúde; vi) Melhoramentos locais e vii) Equipamentos e serviços públicos. *O II Plano de Fomento (1959-1964): Alocuções do Ministro da Presidência Dr. Pedro Theotónio Pereira e do Ministro do Ultramar Contra-Almirante Vasco Lopes Alves, transmitidas pela Emissora Nacional em 28 e 30 de Dezembro de 1958*, Lisboa, S. N. I., 1958, p. 16.

Mais se refere que as alterações do sistema internacional, razão do conflito mundial de 1939-1945, afectam os impérios coloniais, também, no aspecto económico. No caso português, para se mitigar os problemas económicos, recorre-se à produção do café. A partir de Angola propicia-se, com a produção do café, a melhorias nos rendimentos das receitas estatais e regista-se, em específico, o aumento da emigração branca, o que faz subir o número de colonos na década de 1960. O Estado português desenvolve na colónia de Angola outros investimentos, pese embora concentrados mais nas infraestruturas do que nas despesas de índole social. *Vide* Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil*,

Justificam ainda a contestação em Angola o desencantamento das populações angolanas e a indiferença das autoridades coloniais reflectidas no problema da cidadania (o indigenato), nas culturas obrigatórias e no estabelecimento de baixos salários; o novo olhar político, anti-colonial, das duas grandes potências, URSS e EUA; o papel da ONU, altifalante dos povos colonizados; os vários exemplos saídos da Ásia (independência dos países asiáticos, a Conferência de Bandung), do Norte de África (a guerra da Argélia, a crise do Suez), a circulação de estudantes e intelectuais africanos formados no estrangeiro. Enfim, as crises de legitimidade suscitadas pela afirmação do princípio da auto-determinação dos povos, pela descrença na superioridade da civilização ocidental e pela missão de tutela das nações europeias sobre as raças até aí geralmente tidas como «atrasadas» ou «inferiores»<sup>20</sup>, são factores que, na segunda metade do século xx, dinamizam o nacionalismo independentista angolano.

As elites angolanas organizadas em movimentos de libertação concebem — por influência política ocidental, pela expressão do nacionalismo revolucionário (global) e pelas mutações político-sociais emergentes no pós-guerra — três ideais de Estado-nação para Angola.

---

*novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, pp. 192-193 ; François HOUTART e André ROUSSEAU, *A Igreja e os Movimentos Revolucionários: Vietname, América Latina, Colónias Portuguesas*, Lisboa, Arcádia, 1976, p. 111.

<sup>20</sup> V. ALEXANDRE, *Velho Brasil, novas Áfricas*, p. 194.

## Estado da questão

Na reflexão sobre o tema das elites independentistas e o nacionalismo angolano, remetemo-nos para a discussão do despertar político de Angola. Não se trata apenas de focar a resistência à opressão colonial. Trata-se de enfatizar o sentido político através da apropriação dos instrumentos tradicionalmente utilizados na Europa, mas elaborados localmente no século XX: ideologias políticas, associações, sindicatos, imprensa, movimentos culturais, movimentos religiosos.

O nosso escopo recai no papel das elites — políticas, intelectuais, sociais, religiosas — que, em Angola, se empenharam no sentido da substituição do regime colonial do território pela criação de um Estado-nação. E o nacionalismo<sup>21</sup>, nesse sentido, é o instrumento utilizado por essas elites para a efectivação das mudanças políticas contra o regime colonial.

Considerando a problemática do estudo, ao discorrermos sobre as elites e o nacionalismo no contexto específico de Angola, dedicamo-nos, certamente, a abordar um tema já analisado por muitos autores. Ao rever os seus contributos, percebe-se que as perspectivas do nacionalismo angolano que abordam se entrelaçam, *grosso modo*, em três dimensões<sup>22</sup>. A primeira dimensão destaca as especificidades da política colonial desenvolvida por Portugal em Angola. Com uma política segregacionista, instala no território relações de desigualdade, de opressão e de domínio das populações nativas. A segunda descortina a problemática da resistência e da oposição das elites emergentes, assim como das populações, à dominação portuguesa. E, por último, a terceira dimensão privilegia a história do nacionalismo angolano à história do MPLA, movimento que tem governado o território desde a sua independência em 1975. A colonização, a resistência, a libertação e a independência são temas que atravessam a história política de Angola.

---

<sup>21</sup> Para uma abordagem do conceito nacionalismo veja-se: Ernest GELLNER, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993; E. HOBBSBAWM, *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780 programa, mito realidade*, Lisboa, Terramar, 1998.

<sup>22</sup> Coteja-se o estudo de Fernando Tavares PIMENTA, *Branços de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra, Minerva, 2005, p. 14 e segs.



Um dos primeiros estudos sobre o nacionalismo angolano é publicado em 1962, por Thomas Okuma<sup>23</sup>. Este autor compreende o nacionalismo como a via de luta traçada contra o colonialismo, visando a independência. Em Angola, o percurso para tal fim é empreendido por dois grupos diferentes que se opõem ao mesmo regime: europeus e africanos.

Os europeus encaram a independência como o caminho para a transformação da Angola colonial num novo Brasil. Já a corrente africana, pelo contrário, entende a independência como parte da luta para uma África livre, dirigida pelos africanos. A visão da independência europeia, embora ligada aos interesses políticos e económicos dos antigos grupos de comerciantes, na longa afirmação expansionista portuguesa em África, tendo Portugal perdido o Brasil, em 1822<sup>24</sup> tem, todavia, em comum com a visão africana (no século xx) o desejo de libertação da tutela do regime colonial, ditatorial, dirigido por António de Oliveira Salazar.

O estudo de Okuma aponta o conservadorismo de regime colonial português no período pós-guerra não só como inadequado, mas também como factor da sua própria desintegração. Criticado internacionalmente, o legado português da multirraciedade justificada no contexto da colónia de Angola, transforma-se em pretexto da perpetuação de Portugal em Angola. Os movimentos de libertação, sobretudo o MPLA, avançam para o combate independentista.

Na verdade, embora Okuma privilegie o MPLA, o sistema colonial português é desafiado em primeira instância pela UPA-FNLA. A partir do Congo Léopoldville e com ligações no interior da colónia, Luanda, a UPA-FNLA convoca os angolanos à causa da libertação angolana e dá os primeiros passos de confronto com a colonização portuguesa de Angola nos círculos africanos e internacionais. A seguir a este movimento, presuntivamente Bakongo, sucedeu-se-lhe na mesma causa o MPLA e a UNITA. É com estes três movimentos que, congregando os intelectuais angolanos na circunscrição da colónia, quer residissem no interior quer no

---

<sup>23</sup> Thomas OKUMA, *Angola in Ferment: the background and prospects of angolan nationalism*, Boston, Beacon Press, 1962.

<sup>24</sup> Cf. C. R. BOXER, *O império colonial português (1415-1825)*, S. Paulo: Edições 70, 1969; Stuart B. SWARTZ, «A economia do Império português», in Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (dir.), *A expansão marítima portuguesa: 1400-1800*, Lisboa: Ed. 70, 2010.

estrangeiro, o nacionalismo angolano ganhou corpo e se efectivou a libertação do território.

John Marcum<sup>25</sup>, por sua vez, lê o nacionalismo angolano cruzado com os conceitos de classe e etnia. Destaca a existência de três ramos na expressão nacionalista de Angola: o Luanda-Mbundu, de matriz urbana (Luanda), o Bakongo (centrado no Norte, de orientação tribal) e o Ovimbundu (situado mais a sul e a leste de Angola, de orientação rural). Destas etnias (*mbundu*, *bakongo* e *ovimbundu*) nascerão, conforme o desempenho dos seus líderes, os três movimentos de libertação nacional de Angola — MPLA, em Luanda, com a etnia *mbundu*, UPA-FNLA, a Norte, na zona *bakongo* e UNITA, entre os grupos *ovimbundu* e *cokwe*. Marcum destaca ainda o esforço nacionalista angolano visto sob os ângulos da rebelião e da transitoriedade da revolução anti-colonialista protagonizados pelos movimentos de libertação, mas com maior organização do MPLA.

A conquista portuguesa de Angola, na sua longa duração, fez-se com bastante incidência no litoral. E Luanda cedo se tornou (1575), com Paulo Dias de Novais, o epicentro da presença portuguesa. Até à ocupação efectiva do território, é em Luanda que ocorre, no cruzamento da cultura portuguesa com a local (como referiremos mais adiante), a crioulização da sociedade. Portanto, é desse contexto, entre os anos de 1950 e 1970, que o MPLA, formado maioritariamente por indivíduos descendentes das famílias luandenses (etnia *mbundu*), tirará vantagem da contestação colonial em relação à UPA-FNLA e à UNITA.

Todavia, este argumento não é de todo linear. As elites nacionalistas angolanas foram plurais e gravitaram (no todo do território) em todos os movimentos. Nesse sentido, o nacionalismo angolano avaliado na sua fase final, apresentando embora três projectos diferentes (da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA), não se limitou a seguir a via étnico-regionalista. A génese *bakongo* e *ovimbundu* da UPA-FNLA e da UNITA, projectos implantados em geografias étnicas, rurais, em relação ao MPLA (*mbundu*-crioulo) na causa da libertação de Angola, não os torna movimentos periféricos, ou seja, regionalistas. Os três projectos nacionalistas e

---

<sup>25</sup> John MARCUM, *The Angolan Revolution: the anatomy of an explosion, 1950-1962, vol. I*, Cambridge, MIT Press, 1969; John MARCUM, *The Angolan Revolution: exile politics and guerrilla warfare, 1962-1976*, vol. II Cambridge, MIT Press, 1969.

independentistas, no decurso da guerra de libertação, evoluíram e abriram-se para todos os povos de Angola. Os três movimentos engajaram-se na luta pela independência do território de Angola. Lembre-se que nas negociações da independência de Angola, em 1975, os três movimentos de libertação apresentaram-se com uma elite (de angolanos) plural, oriunda das diversas regiões do território angolano. Em conjunto com a potência administrante, os três movimentos nacionalistas angolanos, a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA, alinharam (com todas as contrariedades) no governo de transição formado no Alvor<sup>26</sup>.

Na senda de Marcum, mas numa direcção de âmbito mais sociológico, Christine Messiant destaca a natureza fracturada e multifacetada do nacionalismo angolano<sup>27</sup>. Partindo dum olhar da própria geografia social de Angola, Messiant baseia o seu estudo avaliando as características económicas do colonialismo português em Angola e as suas disposições legais.

Segundo compreende Messiant, os excessos da política colonial portuguesa, em Angola, não são percebidos no legado da política de integração, mas no subdesenvolvimento desequilibrado do território. O empobrecimento geral na região Centro, as deslocações maciças das populações na zona Norte e a fragilização das antigas elites crioulas em Luanda levam a um descontentamento generalizado na colónia.

A ausência de desenvolvimento em Angola é, portanto, um dos factores cruciais do nacionalismo angolano, assim como a presença portuguesa no território é responsável pela fractura da sociedade angolana, ou seja, pela divisão social baseada em três regiões.

A história missionária, cuja implantação depende da aceitação e influência de cada congregação, e as diferentes tendências políticas e económicas expressas em diferentes zonas, limitando a interacção entre as elites das principais regiões do território angolano, explicam os três grandes movimentos nacionalistas — UPA-FNLA, MPLA e UNITA — e a falta de cooperação entre eles. O que não significa dizer, na verdade, que tal falta de cooperação não tenha ainda

---

<sup>26</sup> Veja-se apêndices n.ºs 21.2; 21.3.5; 21.4.5; 22; 23; 24; 25; 27.

<sup>27</sup> Christine MESSIANT, 1961: *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*, Bâle, Suisse, P. Schlettwein, 2006.

assim existido. Sabe-se que os três movimentos angolanos, coincidindo embora os seus projectos da libertação, não formam uma frente única no combate do inimigo comum. Ademais, seguem uma estratégia idêntica: acorrem, sempre que possível, às suas bases culturais (ver capítulo III), à região dos seus líderes fundadores e da maioria dos seus integrantes para recrutar mais aderentes.

Encabeçando a luta contra o imperialismo e a burguesia colonial, esses movimentos baseiam-se em três etnias, em três «nacionalidades»: Mbundu (MPLA), Bakongo (UPA-FNLA) e Ovimbundu (UNITA).

Mas, os movimentos nacionalistas angolanos, segundo Messiant, mais do que divergirem nas suas políticas, padecem de uma ausência de cooperação social. O MPLA, no conjunto dos territórios coloniais portugueses, em ligação com o PAIGC e a FRELIMO, e em virtude da criouliização da sociedade angolana pelo sistema colonial português tem mais vantagens no que toca à visibilidade internacional (composta por uma elite tendencialmente mais cosmopolita) do que a UPA-FNLA e a UNITA, movimentos mais radicados no interior (elites regionais). Razão que, entre outras, demonstra a competição pelo poder entre os três movimentos de libertação como a variável constante do nacionalismo angolano. Esses argumentos não validam, portanto, o empreendimento de um nacionalismo meramente regionalista e étnico angolano perpetrado pela UPA-FNLA e pela UNITA. Pois estes movimentos, a par do projecto político (cosmopolita) do MPLA, alargaram os seus projectos da libertação de Angola para além das esferas regionalistas e étnicas, incluindo todos os povos do território angolano.

Douglas Wheeler<sup>28</sup> define o nacionalismo angolano como europeizado, isto é, assume uma expressão moderna de um sentimento colectivo que reage ao domínio estrangeiro. Este sentimento transcende, em princípio, as identidades locais duma Angola repartida em três regiões: Norte, Centro e Sul.

Wheeler considera três grandes fases do nacionalismo angolano: as origens, de 1860 a 1930; a luta no interior de Angola, de 1930 a 1961; e o exílio, a partir de

---

<sup>28</sup> Douglas WHEELER, «Origins of african nationalism in Angola: assimilated protest writings, 1859-1929», in Ronald H. CHILCOTE (dir.), *Protest and resistance in Angola and Brazil: comparative studies*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1972, p. 69.

1961<sup>29</sup>. O período posterior à Segunda Guerra Mundial, segmenta-o em quatro correntes: a) as grandes agremiações de africanos assimilados, controlados pelo governo português; b) os novos partidos clandestinos de africanos assimilados; c) os grupos separatistas africanos de base étnica; d) os partidos dos colonos europeus<sup>30</sup>.

A caracterização do nacionalismo angolano no estudo de Wheeler, tal como demonstraremos (cap. II, 2.2. e apêndice nºs. 22 e 23), representa a evolução da consciência política angolana em relação ao sistema colonial português. Sentimento reclamado, *grosso modo*, contra as limitações dos direitos civis e políticos, para os autóctones, e privilégios para os colonos europeus, despertou nas décadas de 1950 e 1970 a ideia de ruptura dos autóctones contra a administração colonial.

O sistema colonial português em Angola, com o fim da Segunda Guerra Mundial, é gradualmente desvelado como sendo inadequado. O regime do Estado Novo não está alheio ao novo concerto político engendrado pela ONU. Todavia, não abre a porta para a autonomização dos seus territórios coloniais, que rebaptiza de províncias ultramarinas. Negoceia, inclusive, a conservação desses territórios com os EUA, potência defensora da descolonização, alienando a região das Lajes para o investimento estratégico-militar americano<sup>31</sup>.

Contudo, além da intransigência do regime português em Angola, a evolução da contestação colonial é operacionalizada, embora tardiamente, por três movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA, que representam, desta feita, o nacionalismo angolano percorrido nos moldes territoriais para lá das categorizações étnico-regionalistas. Lembre-se, no contexto dos territórios africanos, segundo Catroga que, «nos movimentos anti-coloniais que eclodiram depois de 1945, mesmo quando se privilegiava a expectativa internacionalista (marxismo-leninismo), assistiu-se à geminação dos ideais patrióticos com os nacionalistas, concretizada na

---

<sup>29</sup> Veja-se *Ibid.*

<sup>30</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *História de Angola*, p. 144.

<sup>31</sup> Cf. Luís Nuno RODRIGUES, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

reivindicação de uma soberania autónoma, mas com fronteiras desenhadas pelo colonizador»<sup>32</sup>.

Outro autor, cujo estudo sobre o nacionalismo angolano é importante relevar, é o historiador francês René Pélissier. No seu livro *La colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, e no estudo sobre a *História de Angola*<sup>33</sup>, classifica o nacionalismo angolano frisando dois critérios. O primeiro sublinha a marca racial e o segundo, a social. Destas categorias advêm dois protestos políticos. O primeiro protesto é visto no separatismo pretendido pelos próprios colonos brancos que não concordam com a gestão metropolitana do território<sup>34</sup>. Em segundo lugar, destaca-se o nacionalismo levado a cabo pelos africanos, socialmente representados por três movimentos distintos: UPA-FNLA, MPLA e UNITA.

A via africana do nacionalismo angolano é marcada por duas divisões: uma, a do nacionalismo modernista que, segundo Pélissier, teria sofrido influência ideológica do marxismo, visto que a preparação intelectual de alguns dos futuros líderes dos movimentos de libertação tem a marca marxista. Já outra, a do etno-nacionalismo<sup>35</sup>, é seguida, como se sabe, pelos movimentos UPA-FNLA formada no Norte de Angola entre os Bakongo e a UNITA, do Sul, formada maioritariamente pelos Ovimbundu.

No entanto, como acima frisamos, destaca-se a transmutação do nacionalismo angolano. Visualizado nos três movimentos de libertação UPA-FNLA, MPLA e UNITA (a via africana), o nacionalismo ganhou outros contornos políticos na década de 1970, que transcenderam a disputa etno-nacionalista. Todas as forças políticas (abrigadas por uma elite plural, constituída por angolanos de diferentes origens) objectivaram por libertar Angola aspirando, segundo os projectos políticos próprios, a um novo Estado e uma nova nação.

---

<sup>32</sup> F. CATROGA, *Ensaio republicano*, Lisboa: Fundação Manuel dos Santos, 2011, p. 20.

<sup>33</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *História de Angola*, p. 144.

<sup>34</sup> René PÉLISSIER, *La colonie du Minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, R. Pélissier, 1978, p. 23 e segs.

<sup>35</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, pp. 235-248.

Patrick Chabal, em 2002<sup>36</sup>, apresenta uma abordagem que, em termos conceptuais, nos parece completar as anteriores. Tipifica o nacionalismo angolano cujas perspectivas se assemelham às de outros contextos africanos, por exemplo, o guineense e o moçambicano. Chabal divide-o em três categorias: modernista, tradicionalista e etno-nacionalista.

No contexto das colónias portuguesas, de acordo com Chabal, o engajamento nacionalista deve ser visto nos movimentos FRELIMO, em Moçambique; PAIGC, para a Guiné e Cabo-Verde, e MPLA, em Angola. Estes movimentos são os que, por razões históricas, mais destaque têm nas guerras de libertação. Pertencem, por isso, à categoria modernista do nacionalismo. Nas suas origens, segundo Chabal, subjazem os princípios independentistas africanos reclamados por toda a África colonial. Os seus mentores vêm das gerações jovens, muitas vezes educadas na metrópole. São assimilados ou aculturados nas mentalidades sociais e políticas coloniais dominantes e ideologicamente progressistas. A sua ambição é substituir o poder colonial respondendo às expectativas africanas da construção de um Estado-nação, secular, moderno e de estilo europeu.

O nacionalismo tradicionalista é composto, de acordo com Chabal, por indivíduos menos educados, menos assimilados, menos aculturados segundo a ordem colonial. A sua preocupação incidia nas estruturas sociopolíticas da ordem africana, local, rural e era menos orientada para a esfera urbana. O seu discurso político, embora amplamente anti-colonial, enfatiza a necessidade de a raiz dos Estados e nações pós-coloniais se basear nas tradições africanas. Em Angola, aproximam-se desta categoria a UPA-FNLA e a UNITA.

O principal movimento etno-nacionalista é a UPNA, que se transforma num partido nacionalista tradicionalista, a UPA-FNLA. A sua preocupação no processo nacionalista angolano é a de competir com o movimento modernista, o MPLA. No entanto, a fraqueza da UPA-FNLA como um movimento político, de matriz etno-nacionalista, é desenvolver a sua política no exílio. Embora possua uma organização política e militar bem estabelecida no Congo ex-Belga, a UPA-FNLA nunca se compromete seriamente com acções armadas contra o domínio

---

<sup>36</sup> Patrick CHABAL (dir.), *A history of postcolonial lusophone Africa*, London, C. Hurst, 2002, p. 5.

português, nem tenta estabelecer zonas libertadas no território angolano. O seu principal objectivo político, pensando a independência, parece ter sido esperar pelo tempo em que os portugueses deixariam Angola. Em todo o caso, cabe-lhe a primeira acção de monta contra o colonialismo.

As actuações da UPA-FNLA, desenvolvidas desde o exílio, são consideradas politicamente deficientes. É neste sentido, que levam, em 1965, à dissidência de seu ministro das Relações Exteriores Jonas Savimbi, que funda a UNITA, um movimento nacionalista tradicionalista mais operante.

A UNITA, instalando-se no centro das origens do seu fundador, na região Sul de Angola, habitada maioritariamente pelos Ovimbundu, procura desde o início criar uma organização política enraizada no desejo de os oprimidos, principalmente o povo Ovimbundu de Angola, se libertarem da dominação colonial.

As considerações de Chabal, divisão do nacionalismo angolano em três categorias: modernista, tradicionalista e etno-nacionalista, não são de todo concludentes. O nacionalismo angolano, expressão da contestação política da administração portuguesa em Angola, foi um processo longo que teve efectivação concreta, após uma guerra de cerca de catorze anos, em 1975. Por esta razão, sublinham-se porosidades na afirmação nacionalista dos três principais protagonistas da emancipação angolana, UPA-FNLA, MPLA e UNITA. Desde a génese (etno-regionalista: *bakongo, mbundu, ovimbundu*) destes movimentos à busca de apoios internacionais (com interferências ideológicas da divisão bipolar do mundo à época na causa angolana), o nacionalismo angolano dividiu-se em três organizações, UPA-FNLA, MPLA e UNITA. Estas, congregando angolanos oriundos da vasta Angola constituíram-se por elites que, mobilizando as populações da colónia, desafiaram o então poder português no território angolano, procurando a sua substituição. Para o alcance de tais objectivos, os movimentos nacionalistas e independentistas angolanos, alinharam os esforços de luta na via do nacionalismo territorial<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Sobre o conceito de nação territorial, largamente argumentado neste trabalho, ver em particular os tópicos: a perspectiva africana do nacionalismo; emergência do nacionalismo em Angola e o posicionamento dos movimentos de libertação: as narrativas nacionalistas.



No contexto desta pesquisa, para além da divisão do nacionalismo angolano, que segue, *grosso modo*, três categorias: étnica (com exclusão do MPLA, Mbundu-crioulo e assimilada; Bakongo, UPA-FNLA e Ovimbundu: UNITA), tradicionalista (UNITA) e modernista (MPLA), sublinha-se três projectos nacionalistas diferentes conduzidos pela UPA-FNLA, MPLA e UNITA. Os três projectos nacionalistas moldaram-se a todas as diferenças quer fossem étnicas, sociológicas, geográficas e ideológicas<sup>38</sup>. Isto é, segundo o contexto político do mundo no pós-segunda Grande Guerra, os movimentos nacionalistas angolanos apostados em enfrentar o poder colonial português, emergiram das três grandes zonas do território de Angola, conservaram os matizes étnico-culturais e sociológicas das suas bases de origem e, adoptando o vocabulário político da época influenciados e apoiados pelas linhas ideológicas das duas grandes potências da Guerra Fria, capacitaram-se politicamente no intuito de alterar (seguindo os próprios projectos políticos) o poder colonial e dirigir o Estado e a nova nação de Angola.

A temática em estudo cruza-se ainda com outros estudos monográficos. Destacam-se, em particular, Mário Pinto de Andrade, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)*. Edmundo Rocha, *Angola: contribuições ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (1950-1964)*. Carlos Serrano, *Angola: nascimento de uma nação: um estudo sobre*

---

<sup>38</sup> Este trabalho sublinha, em Angola, três projectos nacionalistas diferentes conduzidos pela UPA-FNLA, MPLA e UNITA. A diferença (dos projectos nacionalistas) destes movimentos, UPA-FNLA, MPLA e UNITA, evidenciam-se quer no ponto de vista político, étnico e quer cultural. Todavia, embora a UPA-FNLA e a UNITA, diferentemente do MPLA, têm sido vistas, segundo as bases das suas géneses (Bakongo e Ovimbundu) como movimentos étnicos e tradicionalistas, enquanto o MPLA, originária de Luanda e constituída por indivíduos dos mais distintos extractos sociais (brancos, mestiços, negros) e étnicos (Mbundu), assimilados e crioulos, movimento urbano; as vias nacionalistas dos três projectos (UPA-FNLA, MPLA e UNITA) não seguem a perspectiva do nacionalismo étnico. Destarte, originados do contexto étnico-cultural, os três movimentos evoluíram ideológica e politicamente, acolheram angolanos de todas as proveniências e alinharam as suas visões nacionalistas na perspectiva territorial, anti-colonial e independentista. Libertar e implantar um Estado dirigido pelos autóctones era o objectivo de todos, independentemente do projecto de cada um. Cada movimento representando embora a causa da libertação de Angola procurou considerar-se como o único e melhor projecto político e pretendeu governar a nova Angola de modo exclusivo. Ora, é deste olhar (dificuldade de convivência pacífica, intolerância e desunião entre os três movimentos) que se pode compreender o desvio do projecto nacionalista angolano relativamente à ideia da construção do Estado-nação de Angola. No seguimento do desfecho do processo da independência em 1975, a nova Angola mergulhou numa guerra civil pela mão dos três movimentos de libertação.

a construção da identidade nacional. Jean-Michel Mabeko Tali, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*, 2 volumes. Fernando Tavares Pimenta, *Branços de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Marcelo Bittencourt, *Dos jornais às armas: trajectórias da contestação angolana e “Estamos juntos!”: O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, dois volumes.

Mário Pinto de Andrade, ao destacar a origem do nacionalismo africano, causado pelo panorama da colonização, sublinha, em particular, o impacto da opressão do sistema colonial nas possessões portuguesas<sup>39</sup>.

A situação da opressão, redimensionada no contexto das denúncias pan-africanistas e nas outras correntes do mesmo carácter, de Du Bois, Garvey, Sylvester-Williams, etc., inspira gradualmente os movimentos de contestação que se irão sublevar em África contra o sistema colonial, cujos líderes se fazem passar por porta-vozes dos oprimidos.

Mário Pinto de Andrade compreende que a intervenção dos africanos colonizados pelo regime português é processada sob dois ângulos: continuidade e ruptura. A partir do clima de liberdade de expressão propalado pela Primeira República em Portugal, sobressai um conjunto de personalidades eminentes que, no «conjunto imperial» e no «Portugal Maior», reivindicam um espaço de oportunidades para todos. Esta é a corrente dos proto-nacionalistas, cujo discurso, segundo Mário Pinto de Andrade, apesar de advogar os direitos e as liberdades para todas as raças, não respeitaria às populações africanas. Esta alusão seria atribuída à Junta de Defesa dos Direitos de África (JDDA) e outros movimentos militantes que aparecem na metrópole, nas primeiras décadas do século XX. Esta é a fase, na consideração de Wheeler, das origens do nacionalismo angolano (1860 a 1930), das grandes agremiações de africanos assimilados.

Destarte, as iniciativas de defesa dos interesses colectivos, no que respeita às possessões portuguesas de África, empreendimentos de personalidades notáveis, mesmo que se assumindo como negros cultos, no molde ocidental, sujeitos da

---

<sup>39</sup> M. P. de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano*.

nação portuguesa e legalistas, na opinião de Mário Pinto de Andrade, não parecem ter podido desvincular-se do sistema colonial. Urge assim que esses ideólogos do proto-nacionalismo, numa atitude de ruptura, tenham continuação doutra maneira. Os anos a seguir à Segunda Guerra Mundial, testemunharão, desta feita, o nascimento do nacionalismo.

Em Angola, o contexto do regime colonial português na segunda metade do século XX justifica o discurso nacionalista relançado por uma pequena elite local emergente. Um punhado de angolanos, letrados, instalados no interior do aparelho administrativo metropolitano controlado por Luanda, mas também emigrados (Congo Léopoldville), enfrenta o poder colonial do território.

A nova elite angolana, resguardada, segundo a polarização política correspondente aos dois blocos políticos em voga no pós-guerra, pela ideologia marxista, faz jus do nacionalismo angolano e, nas vestes do MPLA, representa a luta pela independência de Angola. Porém, para além da elite da linha marxista, destaca-se outra, da UPA-FNLA e UNITA, que também se debateu pela independência de Angola.

Edmundo Rocha, um dos protagonistas confessos da história anti-colonial em Angola, militante do MPLA durante a guerra de libertação, escreve, com base no seu próprio testemunho e, também, documental, a afirmação nacionalista de Angola entre os anos de 1950 a 1964<sup>40</sup>.

O estudo desse nacionalista possibilita a compreensão das vias usadas pelos angolanos para pôr fim ao estatuto colonial no território. Destaca, para o efeito, entre os anos de 1950 e 1964, o protagonismo de duas correntes de contestação. Uma no interior da capital da colónia, Luanda, com pontes na Metrópole, e, outra, no norte da colónia e emigrada no território do Congo Léopoldville.

A primeira corrente era constituída por intelectuais marxistas oriundos da pequena burguesia luandense (brancos, mestiços e negros) que, pulverizados nos vários movimentos contestatários das políticas coloniais existentes em Luanda e em

---

<sup>40</sup> Edmundo ROCHA, *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, período de 1950 a 1964: testemunho e estudo documental*, Lisboa, Dinalivro, 2009.

Lisboa, desembocam na formação do MPLA. Enquanto a segunda corrente, emigrada, gera, a partir do Congo Léopoldville, a UPA-FNLA.

Sob o prisma político do período posterior à Segunda Grande Guerra, Edmundo Rocha justifica a legitimidade de os angolanos contestarem o regime colonial. A luta de libertação colonial é, desta feita, irreversível em Angola.

A descrição de Edmundo Rocha, destacando embora o contributo da UPA-FNLA evidencia o desenvolvimento do nacionalismo angolano no MPLA, focando, sobretudo, as figuras de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Viriato Clemente da Cruz e Lúcio Barreto Lara. Além disso, o trabalho de Edmundo Rocha permite, *grosso modo*, a captação das elites e dos intervenientes do nacionalismo angolano bem como dos principais fatores da luta de libertação colonial em Angola.

Carlos Serrano, por sua vez, chama a atenção para o conceito de «identidade» no nacionalismo angolano. A partir da base conceptual de «identidade nacional», Serrano destaca dois horizontes do nascimento da nação angolana situados entre 1961 e 1985<sup>41</sup>.

É, portanto, na conquista da independência que Carlos Serrano baseia toda a sua análise do nacionalismo em Angola. Essa conquista, segundo lhe parece, é desenvolvida sob a égide do MPLA. Indicações do mesmo género, sobre o protagonismo do MPLA, são vistos em outros autores. Mas, como percebemos, não se exclui do processo nacionalista e independentista angolano o papel (pioneiro) da UPA-FNLA e o desempenho da UNITA.

A construção da identidade nacional de Angola, protagonizada pelo MPLA, segundo Carlos Serrano, processa-se desde o ano de 1961 — com o início da luta de libertação — até aos primeiros anos da nova Angola, em 1985, concretamente na data do último Congresso do MPLA<sup>42</sup>. Lembre-se, todavia, que a data de 1961, para Angola é emblemática pois, marcou o início da luta anti-colonial. E foi a UPA-FNLA que, com a protagonização do levantamento no Norte de Angola, deu o empuxo que acabará, em 1975, com o regime colonial português em Angola.

---

<sup>41</sup> Carlos SERRANO, *Angola, nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*, Luanda, Kilombelombe, 2008.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 43.

Jean-Michel Mabeko Tali é um autor que, no conjunto dos investigadores africanos sobre Angola, importa referir. O seu estudo<sup>43</sup> apresenta um retrato do nacionalismo angolano do MPLA. Não sendo em rigor uma história do MPLA como tal, a sua abordagem elucida importantes rasgos deste movimento de libertação e a sua trajectória política na gestão de um Estado independente, o de Angola.

Associam-se ainda, nesse ensaio de história política, a importância de ter percorrido — como o autor lhe chama — os «momentos» peculiares de um movimento que, no vasto processo nacionalista angolano, se afirma defrontando desafios cruciais: a sua sobrevivência política, a sua existência e a sua persistência de combate.

A convivência de Mabeko Tali, em Brazzaville, com as principais figuras do MPLA no tempo da guerra de libertação, estimula a sua componente de investigador, aproximando-o dos acontecimentos complexos e dinâmicos da luta de libertação e do futuro de Angola. Para o leitor, o estudo de Mabeko Tali ajuda a um melhor entendimento do contexto da luta de libertação de Angola, enquanto revolução contra o sistema colonial, mas permite sobretudo uma percepção dos aspectos da evolução do MPLA, as suas implicações na luta de libertação, as suas contradições internas. Dá a conhecer a conjuntura da organização sociocultural do MPLA, a sua organização institucional — a disposição das suas estruturas urbanas, os seus comités de acção, as suas bases de militância, etc. Pode-se, portanto, vislumbrar no trabalho de Mabeko Tali a complexidade da afirmação política de Angola e das suas elites na década de 1960, da luta pelo poder sobre o território nacional por libertar, concretamente, no seio do MPLA. Pois, em relação aos movimentos congéneres, UPA-FNLA e UNITA, o nacionalismo angolano deveria ser dirigido por uma elite homogénea constituída por indivíduos «intelectuais» nativos.

Fernando Pimenta, no seu estudo sobre o nacionalismo angolano, situa-o no âmbito da perspectiva modernista (visto no engajamento dos movimentos FRELIMO, em Moçambique; PAIGC, na Guiné e Cabo-Verde e MPLA, em Angola).

---

<sup>43</sup> Jean-Michel Mabeko TALI, *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Editorial Nzila, 2001, vol. I: 1962-1974; Jean-Michel Mabeko TALI, *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Editorial Nzila, 2001, vol. II: 1974-1977.

Entretanto, no respeitante à diversidade de interventores, analisa o empenhamento branco no intuito de um autonomismo e nacionalismo angolano<sup>44</sup>.

Os colonos de Angola, tal como as outras etnias da sociedade angolana, estão sujeitos à jurisdição administrativa ditatorial do Estado português. Porém, os brancos não deixam de ser colonos. São, fundamentalmente, intelectuais, burocratas, profissionais, liberais, patrões de comércio, da indústria e da agricultura.

Embora uma parte dos colonos também conteste o modelo colonial, estando próxima dos órgãos oposicionistas ao governo de Lisboa — Oposição Democrática, Movimento de Unidade Democrática, Partido Comunista Português —, esses nacionalistas brancos são uma minoria. Ou seja, trata-se de um punhado de jovens com privilégios e com instrução nos liceus de Luanda e de Sá da Bandeira e nas universidades de Lisboa, Coimbra e Porto. Na sua categorização do nacionalismo angolano, Wheeler classificou este grupo como sendo o segmento dos partidos dos colonos europeus<sup>45</sup>.

Socialmente, em contraposição com o contexto cabo-verdiano e, mesmo, da África do Sul, em que há uma aclimação branca, os brancos de Angola distinguem-se dos autóctones, quer mestiços, quer negros europeizados dos grandes centros como Luanda, Benguela e Malange.

Com o deflagrar da guerra de libertação, em 1961, todos os esforços de autonomismo e nacionalismo branco se pulverizam perante o nacionalismo negro, por um lado, e pela própria reacção das autoridades portuguesas, por outro.

O nacionalismo branco em Angola não é um projecto concretizável. Todavia, observa Pimenta que a elite branca do nacionalismo angolano, que este autor também designa de leuco-nacionalismo angolano, contribui para o desenvolvimento da cultura e da identidade angolanas e, quando se opõe abertamente ao modelo de gestão imposto por Lisboa, para a consciencialização política dos nacionalistas mestiços e negros dos vários movimentos urbanos

---

<sup>44</sup> Vide Fernando Tavares PIMENTA, *Branços de Angola, autonomismo e nacionalismo, 1900-1961*; Vide F. T. PIMENTA, *Angola: os brancos e a independência*, Porto, Edições Afrontamento, 2008.

<sup>45</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *História de Angola*, p. 144.

existentes em Luanda e no sul de Angola, quiçá afectos, posteriormente, à *intelligentsia* do MPLA. Mas, no final da luta de libertação, também os movimentos UPA-FNLA e UNITA apresentaram-se apoiados por alguns brancos de Angola.

O foco da análise de Dalila Mateus<sup>46</sup> parte da compreensão do posicionamento do regime colonial português — a sua «missão civilizadora» —, incidindo na sua política educativa, entre os anos de 1945 e de 1975. Esta amostragem, no complexo processo do fim do colonialismo em África, leva-a à elite que guia à independência de Angola, Cabo-Verde, Guiné e Moçambique. O que não deixa de reconhecer o empenho dos movimentos UPA-FNLA e UNITA, perdedores na contenda da luta pelo poder entre todos os protagonistas do nacionalismo angolano (de quem governaria a nova Angola).

O nacionalismo angolano é vislumbrado, segundo o estudo de Dalila, na elite política fundadora do MPLA. Ademais, é nela que se encontra o «pai fundador» da nação, assim como os principais (e poucos) dirigentes do MPLA, a elite chamada assimilada que se desenvolve, em Luanda, produto dos vários séculos de interacção entre africanos e europeus em Angola.

Marcelo Bittencourt é outro historiador que se tem dedicado ao estudo das campanhas anti-coloniais em Angola. As suas obras *Dos jornais às armas* e “*Estamos juntos!*”<sup>47</sup>, concentram-se na compreensão da história política de Angola colonial (do segundo quartel do século XIX à primeira metade do século XX), com recurso às fontes orais (entrevistas) e arquivísticas, sobretudo à história política do MPLA, entre os anos de 1961 e 1974. A sua abordagem sobre o percurso do MPLA centra-se na observação das opções deste movimento na luta armada para a independência de Angola.

O olhar sobre a trajectória do MPLA, de Bittencourt, permite uma compreensão particular a respeito do percurso de um dos movimentos decisivos do nacionalismo angolano. Tanto mais que, do seu enfoque, se vêem, tal como acontece com movimentos similares (particularmente a UPA-FNLA e a UNITA), os caminhos

---

<sup>46</sup> Dalila Cabrita MATEUS, *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Portugal, Editorial Inquérito, 1999.

<sup>47</sup> Marcelo BITTENCOURT, *Dos jornais às armas: trajectórias da contestação angolana*, Lisboa, Vega Editora, 1999; Marcelo BITTENCOURT, «*Estamos juntos!*»: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974), Luanda, Editorial Kilombelombe, 2008, vols. I e II.

sinuosos do MPLA desde a sua formação, as suas ambições e fraquezas internas, as suas dissidências e crises, os seus problemas de estratégias militar e diplomático-ideológica até às divergências étnicas e aos consequentes vínculos de solidariedade e convivência pacífica. Neste sentido, compreende-se o envolvimento, no seio de todos os movimentos de libertação, duma vasta gama de angolanos que intenta a independência de Angola além dos próprios projectos «faccionários».

Contudo, com este último contributo monográfico do nacionalismo angolano, circunscrito ao espaço angolano, indagando os processos históricos da luta pelo poder político dos angolanos no intuito de transformar a colónia de Angola em Estado-nação independente, o estudo ater-se-á, fundamentalmente, à compreensão da colonização portuguesa, do nacionalismo (de língua portuguesa) e, sobretudo, da organização política das elites angolanas.

A nossa investigação, a par desses valiosos estudos marcadamente anti-colonialistas, pretende compreender a idealização do Estado e nação entre as elites angolanas e entender a afirmação nacionalista dos movimentos independentistas angolanos no combate contra o poder colonial ao longo do período entre os anos de 1956 e 1975.

O propósito do estudo é avaliar, numa perspectiva comparativa, os conceitos de Estado-nação, em Angola, na sua longa tradição política e cultural ocidental — numa perspectiva histórica, sociológica e da ciência política — e a sua apropriação pelas elites afectas aos movimentos da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA. Convocam-se, para o caso, as teorizações de Eric Hobsbawm, Ernest Gellner, Anthony Smith e Benedict Anderson<sup>48</sup>. Como se intentou definir o Estado-nação angolano e como as elites — os líderes dos movimentos e os futuros dirigentes — o conceberam, é a questão que justifica o estudo. Ou seja, o fundamento deste trabalho, em relação às várias abordagens do nacionalismo angolano acima referidos, é relevar a independência como o trilho da idealização do Estado-nação angolano pelos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA.

---

<sup>48</sup> Cfr. E. HOBBSAWM, *A questão do nacionalismo*, op. cit.; E. GELLNER, *Nações e Nacionalismo*, op. cit.; Anthony D. SMITH, *Nacionalismo: teoria, ideologia, história*, Lisboa, Teorema, 2006; B. ANDERSON, *Comunidades Imaginadas*, op. cit.



O discurso político das elites angolanas no decurso da luta de libertação de Angola é caracterizado pela busca da independência. A independência, *leitmotiv* da libertação, é, no entender dos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA, o fim último da luta anti-colonial. Neste sentido, a vitória contra o poder colonial significa, conseqüentemente, a transformação de Angola (adoptando os parâmetros do vocabulário político europeu) num Estado e nação soberano. A independência é no ideário político da UPA-FNLA a abolição das leis racistas e discriminatórias, implementação do regime democrático (República democrática e laica), a luta contra o desemprego, a luta contra o analfabetismo, a relação com todos os países com base no respeito pela soberania e não ingerência; segundo o ideário do MPLA, é a liquidação do colonialismo, a luta comum das forças patrióticas para instauração de um Estado republicano e democrático (República democrática e laica), a luta contra o analfabetismo, a relação com todos os países, na base do respeito pela soberania e não ingerência, a criação de um exército popular, nacional e antirregionalista; para a UNITA, é a mobilização dos angolanos, a formação de uma frente unida de todos os nacionalistas, a implementação do regime democrático (governo africano, socialismo democrático), a luta contra o analfabetismo, a implementação de um exército para a defesa nacional, a relação com todos os países na base do respeito pela soberania e da não ingerência<sup>49</sup>.

Este estudo sublinha de modo igual o empenho dos três movimentos de libertação, UPA-FNLA, MPLA e UNITA no nacionalismo angolano. Longe das nuances socioculturais presentes nos movimentos de libertação angolanos caracterizados nos três ramos, Bakongo (UPA-FNLA), Mbundu-Luanda (MPLA) e Ovimbundu (UNITA), o MPLA, pelos seus matizes de movimento crioulo e urbano, constituído por assimilados e intelectuais marxistas, embora distinto dos outros, tem um projecto político cujos objectivos igualavam-se aos dos outros concorrentes no sentido de idealizar um Estado e nação de Angola. Todos os movimentos, conforme o desenrolar da luta de libertação, propuseram-se a depor por Angola o poder colonial e, ao mesmo tempo, qualquer um faria a transição política.

---

<sup>49</sup> Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Guerra colonial: Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa: Diário de Notícias, 1997, p. 66; *vide* Estatutos da UPA-FNLA (apêndice nº. 9), programa máximo do MPLA (apêndice nº. 8), Manifesto e fundação da UNITA (apêndice nº 21: 4.1.).

Afinal, o nacionalismo angolano é, no geral, territorial. Isto é, todas as forças nacionalistas propuseram-se por libertar o território de Angola defendendo, desta feita, todos os seus povos. Embora presentes em todos os movimentos no decorrer da luta de libertação, as etnicidades não desconjuntaram o mapa territorial de Angola derivado da ocupação colonial. Angola colonial é o território, a terra e a pátria dos angolanos por libertar. Não vingam, deste modo, as perspectivas do etno-nacionalismo e do nacionalismo tradicionalistas atribuídas à UPA-FNLA e à UNITA porquanto estes movimentos, seguindo ou não as linhas ideológicas em voga na época, com projectos políticos próprios concebem o Estado de Angola conforme a jurisdição colonial.

As elites políticas e intelectuais são os autores desse desafio (da idealização do Estado-nação de Angola), inspirando-se nas experiências internacionais, principalmente, ocidentais. Entretanto, as possibilidades de concretizar a finalidade deste estudo delineiam-se também num esforço cuja luta pelo poder se trava entre as elites dos movimentos angolanos contra a administração colonial e, igualmente, entre si.

Em consequência, o âmbito deste estudo — de cariz histórico — é vasto e necessariamente interdisciplinar. Considera-se, por isso, que se aproxima de disciplinas como a sociologia, a antropologia, a ciência política e as relações internacionais.

A sociologia, dada a sua função de compreender os indivíduos e os diversos estatutos que desempenham na sociedade, contribui para a identificação dos múltiplos processos e caminhos da afirmação política e social das elites (e do povo) de Angola. O nacionalismo, a via da construção do Estado e da nação angolanos deriva da reacção contra o poder colonial vigente. Importa perceber, portanto, a coabitação dessa relação entre o colonizado e o colonizador e o significado da independência no imaginário popular. A alteração de regime resultante, é um registo social e histórico assaz importante.

A antropologia importa, porquanto o estudo realça elementos afectos à etnicidade. Este tópico, nas variadas manifestações do tema dos nacionalismos, destaca o

papel capital das identidades e comunidades étnicas na base histórica e social da génese das nações.

No contexto de Angola, a etnicidade tem o significado do recurso às especificidades socioculturais e não biológicas que os três movimentos de libertação se serviram para se avantajarem no decurso da luta anti-colonial. O empenho dos movimentos angolanos na luta de libertação foi variado. Cada movimento ocorreu às regiões de sua formação com o intuito de recrutar mais aderentes. Todavia, o recurso às bases socioculturais desses movimentos, que vários estudiosos da história de Angola têm tipificado nas categorias modernista (MPLA), etnonacionalista (UPA-FNLA) e tradicionalista (UNITA), não significou que, das várias perspectivas de nacionalismo existentes<sup>50</sup>, o nacionalismo angolano enveredasse pela vertente étnica. Os movimentos angolanos perseguiram a perspectiva do nacionalismo territorial. Propuseram-se em combater, intuindo a sua substituição, o poder colonial português imposto em Angola. Nesse sentido, a vertente étnica e erudita da ideologia do nacionalismo doutros contextos (vg. na Europa: Catalunha, Escócia, País Basco, País de Gales) não teve, em Angola, o significado de vanguarda política entre os três movimentos de libertação<sup>51</sup>. Embora, segundo Anthony Smith, «todos os nacionalismos modernos contêm elementos cívicos e étnicos em vários graus e formas diferentes»<sup>52</sup>. Em Angola, o projecto político dos movimentos nacionalistas não ia além (no quadro dos objectivos de unificar todos os povos de

---

<sup>50</sup> Sublinhe-e que o enquadramento conceptual e histórico do nacionalismo é decorrência, a partir dos séculos XVIII e XIX, da época inaugural da modernidade, considerada a era das revoluções. Em especial, citam-se a Revolução Francesa (finais do século XVIII) e as Unificações Alemã e Italiana (meados do século XIX). Desde aí, a ideia contemporânea deste conceito expressa no vocabulário e historiografias ocidental o fundamento do poder político e dos poderes simbólicos. Isto é, «no mundo dos novos ou renovados conceitos, que a linguagem jurídica, política, social e cultural utilizará, passaram a figurar os de pátria, nação, povo, cidadão, revolução, lei, constituição, contrato social, opinião pública, partido, eleição, vontade geral, carácter nacional ou alma nacional» (Ernesto Castro Leal LEAL, «Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)», *Historia Critica*, 56, 2015, p. 116). A África, só por consequência das Guerras de 1914-1918 e de 1939-1945, em que o ocidente experimentava o apogeu dos nacionalismos, ficou ligada aos grandes fenómenos mundiais. Nesse sentido, em Angola, a experiência do nacionalismo decorrendo da colonização portuguesa na época, os movimentos nacionalistas idealizaram o Estado e a nação angolana adoptando não só o vocabulário ocidental, mas também empreenderam os esforços de luta para substituir o poder português implantado no território.

<sup>51</sup> Veja-se o tópico «Da desunião dos movimentos angolanos: etnicidades, três projectos nacionalistas ou competição pelo poder?»

<sup>52</sup> Anthony SMITH, *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 27.

Angola) de transformar o território numa nação sucedânea da colónia, administrativamente dirigida pelos auctótones.

Recorde-se que a história e a antropologia permitem abordar os mundos simbólicos e as conceptualizações, contribuindo, por isso, para o melhor conhecimento das realidades humanas.

O nacionalismo é um fenómeno com roupagem essencialmente política. Os ideais de Estado-nação, em muitos casos consequência ou causa do nacionalismo, é segundo alguns, a mais perfeita organização política inventada que existe. Nesta perspectiva, a ciência política intervém, contribuindo para avanços na história. No século XX, a experiência ocidental reflecte o apogeu dos nacionalismos entre os anos de 1914 e de 1945, e a mesma disciplina demonstra-o com procedimentos iminentemente políticos. Assim, quer a ciência política quer as relações internacionais auxiliam a história, particularmente a africana (angolana), ligando-a aos grandes fenómenos mundiais. É por esta via, embora instrumental, que o nacionalismo em África se afirma.

Indagar historicamente esses processos políticos permite-nos compreender o seu significado no que toca à realidade angolana.

Afigura-se importante na nossa abordagem alargar os estudos sobre os nacionalismos africano e angolano.

Duas temáticas sobre o nacionalismo atravessam a historiografia africana: o período colonial (as lutas pela independência) e o período pós-colonial (a afirmação da independência: a construção dos Estados e das nações)<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> O nosso estudo analisa o período colonial (1956-1975) cujo modelo, português, implantado no território angolano foi enfrentado por três movimentos e projectos nacionalistas: UPA-FNLA, MPLA e UNITA, resultando com o empenho destes movimentos a independência de Angola em 1975 e, daí, o desafio da construção do Estado e da nação angolana.

A propósito dos três projectos nacionalistas, o do MPLA é considerado como o aproximado às categorias do nacionalismo moderno. Entendemos, na nossa análise, que a UPA-FNLA e a UNITA constituídos nas suas géneses como movimentos étnicos e tradicionalistas, estenderam os seus projectos políticos (tal como o MPLA) à escala da construção duma nação territorial em Angola. O que não significa que as rivalidades étnicas deixassem de se fazer presentes. Tiveram um peso durante a luta de libertação e, também, depois da proclamação da independência, que justificaram em certa medida a guerra civil e a dificuldade de uma unidade verdadeiramente nacional em Angola. Nesta linha, veja-se a reflexão de Heywood. Linda M. HEYWOOD, «Unita and ethnic nationalism in Angola», *The Journal of Modern African Studies*, 27-1, 1989, pp. 47-66.

É neste sentido que atentas estas questões, a par dos trabalhos já referenciados, trazemos à colação (sumariamente) outras interpretações acerca do nacionalismo (africano e angolano) que nos ajudam a compreender em especial a história política de África e de Angola.

Jean Philippe Gunn é um dos vários exemplos que, num estudo recente, analisa a problemática do nacionalismo africano em duas perspectivas. A primeira tem a ver com as origens, isto é, com o período colonial e a segunda, afirmação da independência, com a construção do Estado e da nação pós-colonial<sup>54</sup>.

O trabalho deste autor apresenta uma crítica do nacionalismo africano no qual demonstra (entre o passado e o presente africano) as sinuosidades de os líderes africanos transformarem em realidade o sonho da independência<sup>55</sup>. A base matricial do nacionalismo em África (independência e construção de Estados e nações africanos modernos; passagem do Estado colonial para Estado nacional, inclusivos e democráticos) redundou, no seguimento do alcance da independência, em fracasso. Os Estados africanos nasceram fracos. A pauta política dos novos governos enveredou pelo caminho do nepotismo, do favoritismo e do elitismo. É esta realidade que, acompanhando a maioria dos Estados africanos logo após a proclamação da independência, interessa à análise das Ciências Sociais. Dentre vários factores e causas de tal volte-face (desajuste do espírito nacionalista do período colonial e do período pós-colonial) apontam-se as opções para a via ideológica do marxismo e socialismo de grande parte dos Estados africanos e, a seguir, o sistema monopartidário imposto pelos (movimentos) partidos governantes. As classes dirigentes do processo emancipalista nem sempre colocaram os interesses nacionais em primeiro lugar. Esta desconformidade dos princípios independentistas defendidos no período colonial com as práticas políticas no pós-independência criou as fracturas políticas, sociais, religiosas e étnicas que passaram a acompanhar as novas sociedades africanas que

---

<sup>54</sup> Jean-Philippe GUNN, «African nationalism from the colonial period to the post colonial period», *Social Sciences Studies Journal*, 4-20, 2018, pp. 2988-2995.

<sup>55</sup> Destaca-se, neste contexto, os seguintes estudos — Robert I. ROTBERG, «African nationalism: concept or confusion?», *The Journal of Modern African Studies*, 4-1, 1966, pp. 33-46; Achille MBEMBE, *Poéticas da inimizade*, Lisboa, Antígona, 2017; Achille MBEMBE, *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*, Lisboa, Edições Pedagogo, 2013 — que também problematizam o nacionalismo africano, construção do Estado, da nação, da identidade nacional enquanto um desafio ainda em construção.

justificaram os golpes militares, os genocídios, as guerras civis (v.g. Nigéria, Ruanda, Burundi, Libéria, Guiné-Bissau, Burkina Faso, etc.) e outras situações político-sociais e económicas pouco abonatórias.

Nas novas circunstâncias políticas, esses factores, indiciam que os princípios dos nacionalismos em África constituem, ainda hoje, um enorme desafio, a saber, o da construção dos Estados-nação africanos enquanto arquitecturas políticas de sociedades livres dado que também atravessa o nosso campo de análise: Angola.

Para um alargamento do debate do nacionalismo em Angola, desafio da construção do Estado e da nação angolanos, citamos dois estudos recentes: o primeiro atém-se aos períodos colonial e pós-colonial, analisando a formação do Estado de Angola a partir do surgimento do nacionalismo<sup>56</sup>. Como indagamos no nosso estudo, este trabalho destaca a luta pela independência também como luta pelo poder entre os movimentos angolanos, que, para além das influências ideológicas da época (Guerra Fria), como que questiona os princípios nacionalistas angolanos, sobretudo as razões da guerra civil que seguiu à proclamação da independência.

No segundo, o investigador Raul Tati aflora o papel do Estado angolano constituído no pós-independência<sup>57</sup>. Nesse trabalho pode compreender-se, para além das implicações políticas da época (Guerra Fria), o posicionamento do novel Estado angolano, partidarizado, dirigido pelo MPLA, perante os seus problemas endógenos (robustecimento dos princípios nacionais).

É neste quadro que, perante o sonho da independência propalado durante a guerra de libertação e as disputas pelo poder entre os movimentos angolanos, o nacionalismo angolano merece uma avaliação. Pois, consumados os propósitos da libertação colonial, Angola devia tornar-se, *de facto*, uma realidade nacional no sentido de uma nação no sentido moderno.

Sublinhámos, portanto, com essas considerações o despertar político da África (e particularmente do contributo analítico da História no nacionalismo angolano, nosso

---

<sup>56</sup> Zeferino CAPOCO, «O nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a História política de Angola (1961-1991)», Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

<sup>57</sup> Raul TATI, «Incidências da Guerra Fria na política externa de Angola (1975-1992)», Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2018.

enfoque nesta investigação)<sup>58</sup> debatido por vários estudiosos a partir dos princípios do nacionalismo. A realidade colonial em África justificou o nacionalismo (expressão de reivindicação da autonomia e das liberdades políticas) estimulado pelas exigências saídas no pós-guerra. Todavia, as marcas das liberdades defendidas pelos nacionalistas no período colonial nem sempre foram concretizadas depois da independência. Com frequência, os novos Estados fracassados na sua intervenção político-social e económica, deixando por realizar o sonho das populações africanas.

## Fontes

O estudo apoia-se nas tradicionais fontes de investigação, com particular destaque para as fontes primárias: arquivísticas, obras escritas, ensaios, publicações periódicas e entrevistas orais; fontes bibliográficas: monografias, artigos científicos, teses; recursos electrónicos dos repositórios e catálogos interuniversitários, e informações orais. Não se descurem, de igual modo, outros meios de informação relevantes para a intenção de reunir o maior número de elementos que favoreçam o alcance dos objectivos propostos.

As primeiras referências sobre o tipo de informação utilizada, a par dos estudos bibliográficos sobre os nacionalismos remetem para as fontes de arquivo respeitantes aos documentos históricos e políticos produzidos sobre Angola — Arquivo Nacional da Torre do Tombo: fundos da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança (PIDE/DGS), dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola (SCCIA), Arquivo Oliveira Salazar (AOS), Arquivo Ernesto Melo Antunes (EMA), Arquivo António Soares Carneiro (ASC) e Arquivo Tito de Morais (ATM); Arquivo Histórico Diplomático do

---

<sup>58</sup> Atente-se, sobre Angola, aos seguintes estudos: Shana MELNYSYN, «Mbailundu remembered: colonial traces in post-civil war Angola», *Kronos*, 45, 2019, pp. 140-153; Douglas WHEELER, Immanuel WALLERSTEIN et James R. SCARRITT, «Understanding Angola's Past and Present: An Exchange of Correspondence», *Africa Today*, 28-4, 1981, pp. 5-10; David SOGGE, «Angola: Reinventing Pasts and Futures», *Review of African Political Economy*, 38-127, 2011, pp. 85-92; Joanna MORMUL, «Portuguese colonial legacy in luso-african states: a factor leading to state dysfunctionality or favorable to development?», *Politeja*, 5, 2018, pp. 41-66; Angola: rise of nationalism (1951-1975) in <https://www.eisa.org/wwep/angoverview7.htm>.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE); Fundação Mário Soares: espólios de Mário Pinto de Andrade, Viriato Clemente da Cruz e Amílcar Cabral; Arquivo Histórico Nacional de Angola —, e quanto à história oral, com o recurso a entrevistas.

Reconhecemos a origem da produção documental utilizada para esta investigação: contexto colonial. Conforme previne Jill Dias, apesar de a «interdependência» histórica entre africanos e europeus ser evidente em Angola, cujo passado, a partir do século XVI, é mais acessível ao historiador através da documentação gerada por vários séculos de administração colonial portuguesa<sup>59</sup>, guiámo-nos por uma atenção cuidada na sua selecção.

Cite-se uma certa dificuldade decorrente do volume de informações das fontes. Por muita da informação ser cruzada, este estudo obriga-nos a uma escolha, optando por privilegiar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (fundos PIDE/DGS, SCCIA, AOS, EMA, ASC e ATM), o Histórico Diplomático do MNE e o da Fundação Mário Soares (espólios Mário Pinto de Andrade, Viriato Clemente da Cruz e Amílcar Cabral), em Portugal, que reúnem uma amplíssima documentação com interesse para o nosso tema.

No fundo PIDE/DGS, analisamos os relatórios policiais sobre o registo de acontecimentos políticos e seus interventores; processos acusatórios; julgamentos e condenações dos diversos agrupamentos (nacionalistas) angolanos.

Os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) são criados em 1961 no âmbito do Ministério do Ultramar. A sua finalidade é de reunir, estudar, controlar, coordenar e difundir todas as informações que interessam à política, à administração e à defesa de Angola, particularmente as remetidas ao Governador-geral e ao comandante-chefe sobre a situação de defesa do território angolano. A documentação desse fundo, produzida após a sublevação da UPA em 15 de Março de 1961, dá-nos a possibilidade de catalogar a pletora de movimentos,

---

<sup>59</sup> Jill R. DIAS, «Relações económicas e de poder no interior de Luanda ca. 1850-1875», Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Fundação Gulbenkian, 1988. Muitos outros autores também chamam a atenção, no caso especial, para os documentos da PIDE produzidos no contexto de Angola. Zaida Dáskalos, «cuidado, a polícia mente, a PIDE mentia muito». *Apud* F. T. PIMENTA, *Branco de Angola, op. cit.*, p. 28. *Vide* José Manuel da Silveira LOPES, *O cónego Manuel das Neves: um nacionalista angolano: ensaio de biografia política*, Lisboa, Vega, 2017, pp. 29-32.



associações, partidos, e todos os que são agentes do despertar do povo para a necessidade de independência surgidos em Angola nos inícios da década de 1960 (ver capítulo II).

No fundo do Arquivo Oliveira Salazar (AOS), instrumento decisivo para a interpretação e para a avaliação do exercício do poder político de António de Oliveira Salazar, consultam-se informações (correspondências) de carácter institucional produzidas pelo Governo-Geral de Angola e outras de natureza específica, remetidas directamente ao gabinete do presidente do Conselho acerca da situação política de Angola, sobretudo da importunação social causada pelos movimentos nacionalistas.

Nos arquivos Ernesto Melo Antunes (EMA), António Soares Carneiro (ASC) e Tito de Morais (ATM), desencantam-se informações importantes da transição democrática portuguesa e, principalmente, do processo da independência de Angola. Esses espólios, de personalidades militares e políticas portuguesas ligadas à oposição do regime salazarista (progressistas, moderados e outras da Revolução dos Cravos), permitem, para o estudo do nacionalismo angolano, conhecer os trâmites do empenhamento do programa do MFA sobre o destino do Ultramar, especialmente da colónia de Angola. Destaca-se, em particular, Melo Antunes que, afora o seu perfil pessoal de militar e político, é um dos actores do processo da descolonização de Angola. Os seus encargos, nesse processo, consultados na documentação produzida no tempo, *v.g.*, como integrante da Comissão Nacional de Descolonização e não só, permitem analisar o desfecho (ver capítulo IV) da nossa investigação. Os movimentos protagonistas do nacionalismo angolano — UPA-FNLA, MPLA e UNITA —, na proclamação da independência de Angola em 1975, não convergem nos propósitos delineados pela sua intervenção na luta de libertação. Cada movimento nacionalista angolano direcciona o olhar sobre Angola atendendo os seus interesses sociais, os seus objectivos, as suas estratégias e segundo os seus apoios internacionais. O Estado e a nação angolanos foram-se afirmando debaixo de um novo conflito, desta feita fratricida.

No Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros AHD/MNE, analisam-se uma vasta correspondência institucional e interministerial: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Ultramar, Embaixadas,

Governo-Geral de Angola, que proporciona informações sobre os movimentos nacionalistas angolanos estacionados no Congo Léopoldville.

Na Fundação Mário Soares, o interesse recai nos espólios de Mário Pinto de Andrade, de Viriato Clemente da Cruz e de Amílcar Cabral. Este arquivo, assim como a documentação testemunhal, essencial para a história da memória das guerras de libertação, propicia, para a história do nacionalismo angolano, o conhecimento de eminentes interventores e ideólogos angolanos e do seu percurso político.

Não podemos, porém, esconder uma sensação de lacuna, que vai além da nossa vontade e da de qualquer investigador, devido à impossibilidade de consultar alguns arquivos fundamentais. Por exemplo, do Arquivo Histórico Nacional de Angola, que carece ainda de um inventário dos documentos da época respeitantes à nossa pesquisa; de arquivos internacionais em Cuba, Argélia, Moscovo e Londres, assim como espólios e arquivos privados de testemunhas próximas do processo nacionalista angolano.

### **Metodologia de investigação**

A metodologia científica é entendida como um sistema de regras e procedimentos explícitos que constituem a base da investigação e servem para a avaliação do conhecimento<sup>60</sup>. E, se investigar é procurar, nem toda a procura é investigação, em particular se o que tivermos em mente for o «conhecimento científico e a ciência»<sup>61</sup>. Importa, por isso, referir que o presente estudo é científico. Segundo afirma Luís Oliveira, «uma vez definido, delimitado e caracterizado o problema eleito como questão central, e tendo por base a ideia de fundo que norteará a correspondente

---

<sup>60</sup> Chava FRANKFORT-NACHMIAS e David NACHMIAS, *Research Methods in the Social Sciences*, St. Martin's Press, 1992, p. 14.

<sup>61</sup> Clara Pereira COUTINHO, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*, Coimbra, Almedina, 2016, p. 5.

investigação, há que seleccionar a estratégia de trabalho a adoptar, ou seja, a correspondente metodologia»<sup>62</sup>.

A investigação no âmbito do presente trabalho baseia-se significativamente na metodologia qualitativa. Porém, de acordo com Jennifer Platt, julgamos ser mais fecunda, para alguns estudos e para este em particular, a corrente recente que recusa o antagonismo entre metodologias qualitativas e quantitativas<sup>63</sup>. Considerando essa perspectiva, o nosso estudo procura combinar (capítulo II) as duas metodologias, qualitativa e quantitativa, embora preze a linha qualitativa. Atribui, pois, enfoque especial às questões de contexto histórico, aspectos qualitativos mais direccionados aos valores do que a indicadores meramente estatísticos. Um plano de investigação que observa os pressupostos epistemológicos, filosóficos e metodológicos caracterizados por um distanciamento do modelo da investigação elegida pelas ciências naturais<sup>64</sup>. Outras razões da predilecção pela via metodológica qualitativa têm que ver com esta investigação procurar compreender através do conhecimento das pessoas e das instituições envolvidas — pelo comportamento dos actores sociais, políticos, económicos e culturais — os seus respectivos valores, rituais, símbolos, crenças e emoções<sup>65</sup>. Por se basear numa abordagem interpretativa, os significados dos acontecimentos, das acções e das expressões não são assumidos como auto-evidentes, requerendo uma interpretação de contexto. O fenómeno, ou seja, o objecto de estudo, não é tratado de forma rigorosamente numérica e estatística<sup>66</sup>, antes suscita frequentes problemas, inesperados, o que requer criatividade e flexibilidade<sup>67</sup> e envolve uma multiplicidade de variáveis que permitem inter-relacionar o foco da observação<sup>68</sup>.

---

<sup>62</sup> Luis Adriano OLIVEIRA, *Ética em investigação científica: guia de boas práticas com estudos de caso*, Lisboa, Lidel, 2013, p. 11.

<sup>63</sup> Jennifer PLATT, «Case study in american methodological thought», *Current Sociology*, 40-1, 1992, pp. 17-48.

<sup>64</sup> David SILVERMAN e Amir B. MARVASTI, *Doing qualitative research: a comprehensive guide*, Los Angeles, SAGE Publications, 2008, p. 14.

<sup>65</sup> Veja-se C. FRANKFORT-NACHMIAS e D. NACHMIAS, *Research Methods in the Social Sciences*, *op. cit.*, p. 14.

<sup>66</sup> Paul Ten HAVE, *Understanding qualitative research and ethnomethodology*, London, SAGE Publications, 2004, p. 4.

<sup>67</sup> C. P. COUTINHO, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*, p. 327.

<sup>68</sup> Valerie Raleigh YOW, *Recording Oral History: A Practical Guide for Social Scientists*, SAGE, 1994, p. 5.

Desta forma, na presente investigação, a tónica na metodologia qualitativa resulta de o desempenho das elites independentistas e o nacionalismo no contexto angolano expressarem processos que encerram em si um conjunto de valores, práticas e expressões cuja compreensão recorre a múltiplas interpretações baseadas em modelos teóricos de ordem qualitativa, ainda que se socorra de elementos quantitativos. Esta abordagem, no conjunto do estudo, permite a análise do papel das elites independentistas e do processo nacionalista angolano numa perspectiva histórica.

Além disso, o Estado, a nação, o nacionalismo, as elites e a independência são questões profundamente ligadas às percepções humanas em determinados contextos históricos, políticos, sociais e culturais. A metodologia qualitativa permite a busca da compreensão dos significados subjacentes a acontecimentos, acções, valores e expressões nos domínios interno e externo que influenciam a afirmação nacionalista das elites angolanas no processo construtivo do Estado e da nação em Angola, apresentando a descrição e a explicação mais complexa das interligações entre o processo (Estado, nação, nacionalismo, elites, independência) em estudo.

É importante referir que no âmbito desta investigação recorre-se à história conceptual e à prosopografia enquanto teorias (métodos) e atitudes historiográficas.

Segundo Reinhart Koselleck, «sem conceitos não há experiência histórica nem conhecimento histórico»<sup>69</sup>. Este historiador considera a história dos conceitos a propedêutica para a escrita da história (e, como tal, todas as outras áreas do conhecimento são devedoras dos conceitos).

A linguagem dá sentido às palavras e expressa as transformações que ocorrem no mundo social. A asserção de Koselleck não pode ser vista isoladamente pois, para este autor, no centro das mutações sociais expressadas pela linguagem encontra-se a história.

---

<sup>69</sup> Reinhart KOSELLECK, «Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana, seguida del prólogo al séptimo volumen de dicha obra», *Reinhart Koselleck: La investigación de una historia conceptual y su sentido socio-político*, trad. fr. Luís Fernández TORRES, 223-Anthropos (Huellas del Conocimiento), 2009 p. 105.

A partir do termo história, Koselleck apresenta uma nova abordagem (história conceptual) do modo de compreender as sociedades e as suas transformações. Assevera que,

Se a velha história [*Historie*] foi arrancada de sua cátedra, e, certamente, não apenas pelos iluministas, a quem tanto aprazia servir-se de seus ensinamentos, isso aconteceu na esteira de um movimento que organizou de maneira nova a relação entre passado e futuro. Foi finalmente «a história em si» [*die Geschichte selbst*] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [*Geschichte*] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo<sup>70</sup>.

Três grandes linhas atravessam a compreensão da história proposta por Koselleck — a história enquanto relato e enquanto experiência; a história enquanto espaço de experiência e enquanto horizonte de expectativa; e a alteração transitória entre as sociedades para a modernidade.

Na sua obra, referindo-se ao conceito de história, Koselleck faz entender que, se até meados do século XVIII a história é usada no plural para designar as diversas narrativas particulares e descosidas entre si que a tradição historiográfica acumulara, por exemplo, a história da guerra do Peloponeso, a história de Florença etc., é a partir daquele século que se lança mão do uso cada vez mais frequente do termo «história» no singular, para designar, de modo confluyente, tanto a sequência unificada dos acontecimentos que constituem a marcha da humanidade, como o seu relato, ou seja, a história da civilização ou dos progressos do espírito humano. A essa «singularização» semântica da História, que expressa a inclusão de toda a humanidade num único processo temporal, corresponde a sua transformação em objecto de teorias políticas e filosofias que imaginam poder apreender o passado, o presente e o futuro como uma totalidade dotada de sentido previamente definido<sup>71</sup>.

«A história dos conceitos, da maneira como vem sendo praticada aqui, [diz Koselleck], serve como porta de acesso para capturar esses processos»<sup>72</sup>. Da sua relação com a história social, embora cada campo preserve o seu estatuto

---

<sup>70</sup> Reinhart KOSELLECK, *Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, p. 46 e segs.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 48.

epistemológico próprio, pode concluir-se que, «sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo não pode haver uma unidade de acção política»<sup>73</sup>.

Como método, a história dos conceitos é «em primeiro lugar um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político»<sup>74</sup>.

O método da história conceptual é assim importante visto que põe em evidência os significados de um mesmo conceito em épocas diferentes; possibilita a sua interpretação e permite-nos saber a partir de que altura um conceito passa a poder ser empregado de maneira rigorosa como indicador de transformações políticas e sociais de profundidade histórica. De outro modo, permite-nos apreender a história a partir do seu próprio conceito como percepção das transformações políticas e sociais das comunidades humanas.

O recurso à história conceptual convoca-nos à compreensão sobre o peso da transposição para o seio angolano, no século XX, dos conceitos de Estado, nação (e afins: povo, etnia, tribo), nacionalismo, libertação e independência levados a cabo pelas elites de Angola.

Urge, portanto, perceber até que ponto a adopção desses conceitos não só mobilizam a luta pelo poder das elites afectas aos movimentos de libertação contra o domínio colonial, e entre si, mas também entender a sua contribuição na transformação profunda, ou não, das estruturas sociais e políticas de Angola pensada como Estado-nação.

Se enquanto método a história conceptual é especializada na crítica das fontes, e sobretudo porque as sociedades e os seus conceitos se encontram numa relação de polarização, o estudo em perspectiva tenciona perceber o significado dos ideais de Estado e da nação, segundo a «angolanidade»<sup>75</sup>, invocada pelos líderes dos

---

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 103.

<sup>75</sup> Expressão teorizada, pela primeira vez, por Alfredo Margarido num ensaio de 1961-1962 dedicado à poesia de Agostinho Neto, no contexto literário, para definir a substância nacional angolana. Embora o espírito colonial impeça a produção e a divulgação literária angolanas, é através da língua portuguesa que os nacionalistas angolanos expressam política, social e culturalmente o sentido da

movimentos independentistas e nacionalistas nos conceitos v.g., «nossa terra»<sup>76</sup>, «organizações patrióticas angolanas», «união populacional»<sup>77</sup>, «Angola liberdade e terra», «hino nacional de Angola»<sup>78</sup>, etc. Ou seja, extrair dos programas dos movimentos de libertação e dos seus projectos (políticos, sociais e culturais), o entendimento de Angola, Estado-nação. Sublinha-se, nesse sentido, a necessidade de percepção da tensão entre os discursos político-ideológicos ocidentalizados das lideranças dos movimentos angolanos e a sua aplicação no contexto das raízes do Estado-nação em forja.

Koselleck, referindo-se particularmente ao contexto da língua alemã, assevera que a ocorrência frequente de processos de ressignificação de termos transforma o campo de experiência política e social, definindo novos horizontes de expectativas<sup>79</sup>. O estudo em destaque empenha-se em idêntico propósito no tocante à Angola da segunda metade do século xx. Para isso, releem-se as fontes arquivísticas angolanas (Arquivo da Torre do Tombo, fundos da PIDE/DGS, dos SCCIA, do AOS, do EMA do ASC e do ATM, do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Fundação Mário Soares acerca da acção dos movimentos de libertação), literatura e testemunhos orais disponíveis, sobretudo, para a compreensão do conceito de Estado-nação enquanto mobilizador na transitoriedade do regime colonial para a soberania nacional angolana. Sublinhe-se que o conceito de Estado-nação, em voga na arena política ocidental e noutros contextos, em Angola, não é usado nos discursos da época. Todavia, é possível apreender-se o conceito (nos discursos e nas fontes da época) na evocação e reivindicação da independência do território de Angola: *Pátria, Nossa Pátria, Nossa Terra, Terra dos Angolanos, País*<sup>80</sup>.

---

sua nação. Cf. Alfredo MARGARIDO, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 5. Nesse contexto, veja-se também o ensaio ilustrativo de David Mestre: *Nem tudo é poesia*, Rio Tinto, ASA, 1989.

<sup>76</sup> Vide PT/TT AC PIDE/DGS Del PI 2197, fls. n.ºs 44-48. Carta de Dr. Jonas Savimbi, «Os discípulos e toda a gente na UNITA fora da Terra». Escrita a partir do Território livre de Angola, Região Militar n.º 2, Base Central Angola, Maio de 1971.

<sup>77</sup> Vide PT/TT/SCCIA — MPLA «Documentos» — 1, cx. 235, processo n.º 29, fl. 2. Estatutos e Programa do Movimento de Popular de Libertação de Angola, 1962.

<sup>78</sup> Vide SCCIA, processo de informação n.º 70, U.I., cx. 240, fls. n.ºs 176-177. Hino nacional em língua francesa, também traduzida em língua *kimbundu*.

<sup>79</sup> R. KOSELLECK, *Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos*, p. 101.

<sup>80</sup> Veja-se 3.3. As elites angolanas em busca de pátria, nação e Estado.

Quanto à prosopografia, segundo afirma Lawrence Stone, em 1971:

Nos últimos quarenta anos, a biografia colectiva (segundo os historiadores modernos), a análise de carreira (segundo os cientistas sociais), ou a prosopografia (segundo os historiadores antigos) desenvolveu-se como uma das mais valiosas e familiares técnicas de pesquisa do historiador<sup>81</sup>.

Apesar de remontar ao século XVIII<sup>82</sup>, a prosopografia, segundo Stone, é «a investigação das características de base comum de um grupo de actores na história por meio de um estudo colectivo das suas vidas»<sup>83</sup>.

Nos estudos históricos, esta ferramenta é utilizada para resolver dois problemas básicos: as raízes da acção política e a estrutura e mobilidade sociais. Stone propõe, por isso, que a prosopografia se destina «a dar sentido à acção política, ajudar a explicar as mudanças ideológicas ou culturais, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau da natureza dos movimentos dentro dela»<sup>84</sup>.

O recurso à prosopografia neste estudo constitui um meio para apreender o papel histórico desempenhado pelas elites angolanas visando quer o alcance da independência, quer a construção do Estado-nação de Angola. Assim, percorrer a contribuição política e social da *intelligentsia* independentista angolana e o seu percurso nacionalista significa explorar as características dos seus diversos intervenientes, observar a sua mobilidade colectiva e, inclusive, as suas dinâmicas internas — a disputa do poder — sobre o projecto nacional.

Com base na prosopografia podem definir-se, em relação aos ideais nacionalistas, os detalhes genealógicos dos grupos envolvidos (os movimentos de libertação), assim como as relações entre si e com outros grupos. Deste modo e conforme os propósitos por si delineados, pode-se relacioná-los numa visualização, como refere

---

<sup>81</sup> Lawrence STONE, «Prosopography», *Daedalus*, 100, The MIT Press. American Academy of Arts & Sciences, 1971, p. 46.

<sup>82</sup> Claude NICOLET, «Prosopographie et histoire social: Rome et l'Italie», *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 25-5, 1970, pp. 1209-1228.

<sup>83</sup> L. STONE, «Prosopography», art. cit, p. 46.

<sup>84</sup> *Ibid.*, pp. 46-47.



Lemercier, em rede<sup>85</sup>, tendo em conta o activismo político contra o poder metropolitano.

Outra característica da abordagem prosopográfica neste estudo consiste, segundo propõe Stone, na compreensão dos sujeitos da história do nacionalismo angolano num conjunto, ou seja, enquanto elite. Os pressupostos dessa técnica, particularmente, para um retrato de grupo, demonstram que a política é uma questão de interacção entre elites e dirigentes, cujos grupos se unem quer pelo sangue comum, pela formação, pelos interesses económicos, quer por poder, preconceitos, ideais, conflitos e ideologia<sup>86</sup>.

### **A técnica da entrevista**

A investigação baseia-se na consulta de fontes primárias: arquivísticas, bibliográficas e na história oral, com a recolha de entrevistas. Segundo Lakatos e Marconi, esta técnica no conjunto da recolha de dados é importante, pois permite a observação de informações que não se encontram em fontes documentais e que poderão ser relevantes e significativas para a pesquisa<sup>87</sup>.

A natureza contemporânea do estudo obriga-nos a sondar os intervenientes directos do processo nacionalista de Angola no seio dos movimentos de libertação e não só. Procuramos entrevistar individualidades da segunda e terceira gerações ligadas aos movimentos de libertação, hoje em actividade política no Estado angolano; também membros da sociedade civil, testemunhas do processo nacionalista de Angola; autoridades religiosas; autoridades tradicionais; antigos combatentes, em Angola e em Portugal.

Quanto aos modelos de entrevista, utilizamos o da entrevista semi-directiva. Segundo Jean Poirier *et al.*, esta técnica «permite, simultaneamente, um controlo mínimo do processo de memorização e uma liberdade de expressão máxima,

---

<sup>85</sup> Claire LEMERCIER, «Formal network methods in history: why and how?», *Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies*, Brepols, 2015, pp. 281-310.

<sup>86</sup> L. STONE, «Prosopography», art. cit, p. 47.

<sup>87</sup> Eva Maria LAKATOS e Marina de Andrade MARCONI, *Fundamentos de metodologia científica*, São Paulo, Atlas, 2003, p. 198.

deixada ao narrador»<sup>88</sup>. Os entrevistados, como já referimos, são figuras, testemunhas do percurso nacionalista de Angola colonial, intuindo a conquista da independência. Quanto ao conteúdo, as informações recolhidas constituem, de acordo com a tipologia de Ghiglione e Matalon, representações, tendo-se conjugado as questões de forma aberta, dando liberdade expositiva aos entrevistados (narradores)<sup>89</sup>. Para melhor inteligibilidade das entrevistas, gravadas e anotadas, transcrevemo-las no essencial, dando-lhes formato textual e compreensível. A transcrição é, num primeiro momento, *princeps*, sendo depois editada. Sublinham-se, sobre a validação das entrevistas, em conformidade com os contactos prévios com as individualidades elegíveis<sup>90</sup>, várias manifestações de susceptibilidade no tocante às informações solicitadas. Por esse motivo, e para preservar a confidencialidade, as citações não são específicas. Utilizam-se referências (codificações) nas quais as individualidades entrevistadas são designadas por nomes fictícios e, no geral, por entrevistados.

Separadas de acordo com a respectiva finalidade, o relevo das questões das entrevistas<sup>91</sup> prioriza aquelas que, em conformidade com o enunciado temático, indagam no desenvolvimento do nacionalismo angolano a existência de fins étnicos, regionalistas ou territoriais. A par destas considerações, podem aduzir-se, em resultado do olhar cruzado das entrevistas e o estado da questão do tema da tese, do processo do nacionalismo angolano no período cronológico em destaque (capítulo terceiro), as seguintes linhas de força:

- a complexidade do processo nacionalista e independentista angolano. Isto é, por um lado influenciado e inspirado pelos nacionalismos de outros contextos; por outro lado, internamente, marcado pela oposição ao regime colonial português;
- a dependência do território da administração colonial portuguesa até 1975, data da proclamação da independência, tendo evoluído do estatuto de colónia, província ultramarina e Estado português;

---

<sup>88</sup> Jean POIRIER, Simone CLAPIER-VALLADON e Paul RAYBAUT, *Histórias de vida: teoria e prática*, 1999, p. 26.

<sup>89</sup> Rodolphe GHIGLIONE e Benjamin MATALON, *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora, 1997, pp. 114-115.

<sup>90</sup> Ver apêndice n.º 15: perfis dos entrevistados.

<sup>91</sup> Ver apêndice n.º 16: grelha de entrevista.

- o reconhecimento empenhado de várias forças emancipalistas, sendo os movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA os condutores da fase final da libertação nacional;
- o nacionalismo angolano como expressão da mobilização (pela congregação dos vários interventores) dos três movimentos de libertação UPA-FNLA, MPLA e UNITA;
- a existência de rivalidades quanto ao protagonismo, pela visibilidade africana e internacional entre os movimentos de libertação UPA-FNLA, MPLA e UNITA, estando cada um deles, às vezes, associado a apoios étnicos — UPA-FNLA, Bakongo, MPLA, Mbundu, UNITA, Ovimbundu;
- a inaplicabilidade *de facto* do discurso nacionalista empregado pelas elites dos três reconhecidos movimentos de libertação, contrapondo o projecto político intuído para Angola. Algum destaque é apontado na transcorrência da conquista do poder entre a UPA-FNLA, MPLA e UNITA, com ressaibos de intolerância e matizes «triumfalistas» do vencedor MPLA. Este movimento tem-se arrogado a condição de ser a alternativa política ajustada para Angola, por ser o único movimento (urbano) capaz.

Importa destacar — quanto à contribuição da história oral neste estudo — que do conjunto das entrevistas realizadas advém a compreensão do complexo processo dos nacionalismos, em específico do angolano, terem sido variáveis constantes a desunião dos movimentos da luta pela independência, as etnicidades e a competição pelo poder. Presentes em todos os movimentos (UPA-FNLA, MPLA, UNITA), os interlocutores, ou seja, os entrevistados e os narradores, assim como os contributos monográficos e outros — instituições de memória —, abordam as questões de modo contemporâneo. Esta constatação levanta a pertinência da problemática da história presente de Angola. Nos seus pontos de vista, os entrevistados, questionados sobre o período entre os anos de 1956 e 1975, no processo da luta de libertação de Angola, referem-se amiúde à premência do ideal do Estado-nação de Angola, tal como se apresenta hoje, ser desejavelmente diferente. Deixam antever, neste sentido, a necessidade de se resgatar o fim por que o nacionalismo angolano se esbatera na edificação do Estado-nação de

Angola. Segundo lhes parece, urge que se eliminem as rivalidades e os estigmas políticos ainda persistentes nos movimentos (partidos tradicionais) de libertação e que os princípios da independência se imponham.

A suscitação da memória oral dos entrevistados que, a nosso ver, nos aproximam dos factos em estudo, não deixa de impor alguns cuidados. Sente-se que embora todos falem como angolanos reconciliados, defensores de uma história do nacionalismo inclusivo, não deixam de privilegiar, algo apaixonadamente, os seus movimentos, e/ou de preterir ajuizadamente outros movimentos.

Reconhece-se, contudo, a necessidade de ultrapassar os resquícios das etnicidades, das intolerâncias e das obsessões instiladas pelos movimentos de libertação, entre e contra si, no decurso da luta pela independência. A *mea culpa* destina-se à correcção na história do nacionalismo angolano de todos os vieses políticos, sociais e culturais dos estigmas das regiões e das etnias a elas associadas: Norte, *kikongo*, Centro, *kimbundu* e Sul, *umbundu*. Isto é, desde o consulado do único movimento, o MPLA, que governará Angola até à ascensão de outra alternativa política.

Essas observações, para o nosso estudo, que pretende explorar as contribuições orais, revelam-se, tal como já foi referido, delicadas, visto que a história oral é, no caso de Angola, uma atitude historiográfica bastante nova. Todavia, esta história é também bastante importante e, em nossa opinião, «obrigatória». Pois a história e as fontes orais revelam, apesar da sua incipiência no contexto angolano (de esquecimento e silêncios), «conhecimento histórico»<sup>92</sup>, útil não só no campo académico, mas também na vida social e colectiva dos povos de Angola. A prática desta ferramenta incita o historiador à interpretação dos discursos, que na época e no caso do projecto nacionalista angolano conjecturam legitimidade, com rigor e olhar crítico.

---

<sup>92</sup> Cf. Luísa Tiago de OLIVEIRA, «A história oral em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 2010, pp. 139-156.

## **Estrutura do trabalho**

A investigação comporta uma estrutura delineada em quatro capítulos. Bússola da pesquisa, o seu índice, após as reestruturações e das componentes pré-textuais e pós-textuais, reserva para o primeiro capítulo a introdução, a problemática do estudo.

O capítulo II, elites e independência em Angola, tem como eixo central responder às estratégias adoptadas para a consciencialização do povo angolano quanto à independência. Das questões levantadas no estudo, este capítulo retrata a hipótese de trabalho na qual se reconhece a existência em Angola de várias elites, as quais advogam e assumem uma agenda político-social que intui a independência do território relativamente à administração colonial.

Visto que o nacionalismo angolano congrega dois significados importantes para a nossa tese, a marca da consciência de libertação do território angolano pensado como nação da qual a gestão administrativa deve independentizar-se da ordem colonial, e o desempenho das elites como factor de desagregação política desse território, este capítulo desenvolve um estudo que acentua a dimensão prosopográfica dos vários movimentos e das elites angolanas que aqui se identificam e que dão corpo aos consignados movimentos de libertação de Angola.

Da concepção de elite (política), aborda-se a operacionalização do conceito segundo as correntes da teoria das elites cuja chancela reside na «vontade de poder» e da perspectiva marxista das elites, marcada pela divisão do trabalho. Estas abordagens, para o caso, processaram-se de modo desigual e segundo as dinâmicas de cada colónia. A emergência das elites, fenómeno recente na África do século XX, deve-se a três pressupostos distintos: a tradição, a integração europeia e a assimilação.

Em Angola, como se percebe, é a luz da política de assimilação colonial portuguesa e em concomitância com as influências nacionalistas das primeiras independências, na década de 1960, que se vislumbra a emergência das elites independentistas angolanas. Desde os confins da metrópole, dos territórios limítrofes, particularmente do Congo Léopoldville, do Congo Brazzaville, da Zâmbia

e da Namíbia e do interior do território colonial, especialmente em Luanda, avistam-se as latitudes e as longitudes do despontar e da afirmação das elites independentistas angolanas, assim como o percurso biográfico dos seus principais dirigentes<sup>93</sup>.

O estudo centra-se em cinco conceitos fundamentais, que se extraem da enunciação temática: elite, nação, nacionalismo, independência e Angola. No capítulo III, o dealbar do nacionalismo em Angola, objectiva-se a compreensão da adopção do nacionalismo, da nação e dos termos afins pelas elites dos movimentos angolanos na justificação da construção de Angola, colónia, em nação independente. Circunscrito à questão base do estudo, saber em que medida o conceito de nação e de Estado, em Angola, é devedor da cultura política europeia, elucida-se o trilho dos movimentos da consciência nacional, assim como das suas elites na afirmação internacional, africana e angolana dos propósitos da luta da libertação. Procuram-se conhecer os ideais, os projectos e as convicções nacionalistas das elites angolanas, e indaga-se a arquitectura ideológico-programática elegida para a construção de Angola como Estado-nação. A seguir problematiza-se, no que respeita à conquista do poder colonial, a ausência de unidade dos movimentos de libertação na conhecida causa única da construção da nação angolana.

Em vista disso, o quarto capítulo, o fim do regime colonial: da longa marcha nacionalista à «segunda guerra de libertação», retrata o desfecho do processo nacionalista angolano. Meta esboçada na cronologia do estudo revela a legitimidade do nacionalismo angolano, no século XX, como decorrência da independência e da alteração do regime político de modo similar aos nacionalismos de outros contextos.

Por consequência, a indagação das fontes, sobretudo na dilucidação dos objectivos do estudo, entender a colonização portuguesa em Angola entre os anos de 1956 e 1975, conhecer as elites angolanas que dão corpo às ideias nacionalistas e independentistas e as motivações do nacionalismo angolano, não deixa de questionar a razão do desfecho desavindo (disputa repreensível do «trono» entre

---

<sup>93</sup> Veja-se apêndice n.º 22: sinopse da latitude e longitude da emergência das elites independentistas em Angola.

os três movimentos de libertação nacional) do processo da emancipação política de Angola que se verifica com o fim do regime colonial português e depois da proclamação da independência no ano de 1975.

Sobre essas questões, indaga-se ainda a verificação da existência, ou não, de uma teoria política na qual os movimentos angolanos se apoiam, de uma unidade de pensamento nacionalista entre os mesmos movimentos e avalia-se a luta da libertação nacional como a única lógica da transição do poder.

No decorrer de 1975, o estudo regista dois acontecimentos distintos que demarcam os propósitos do nacionalismo angolano. Por um lado, cai o sistema colonial que pôs fim o longo período da ocupação portuguesa de Angola, objectivo almejado, longamente, pelas organizações angolanas, quer sejam de carácter filantrópico-cultural, nos anos antes de 1960, quer sejam político-combativas a partir de 1961, com o início da guerra de libertação. Por outro lado, da guerra de libertação colonial à proclamação da independência, o projecto do Estado-nação de Angola perseguido pelos movimentos de libertação nacional retroverte-se na competição pelo poder. Todavia, o trilho nacionalista-revolucionário, argumento de legitimidade utilizado por todos os intervenientes dos movimentos de libertação angolanos, é consensual e visa a construção do Estado-nação de Angola.

## 2. Elites e independência em Angola

### 2.1. Enquadramento histórico-conceptual

As sociedades contemporâneas são marcadas por debates culturais e políticos determinados pela representatividade dos seus círculos de mando. A hierarquia política da sociedade, é influenciada por forças endógenas e exógenas almejantes de privilégios e de distinção. Logo, assume particular relevância a definição e a objectivação da problemática das elites, em função das formas de estruturação da sociedade e dos universos mentais e intelectuais que a definem e sustentam em cada geração ou em cada época.

Recordemos, antes de tudo, das questões levantadas no estudo, a nossa hipótese: a existência em Angola de várias elites, as quais advogam e assumem uma agenda política e social intuindo a independência do território.

Observada numa perspectiva enciclopédica, elite é «um pequeno grupo que, num conjunto mais vasto — religioso, cultural, político, militar, económico, social ou outro —, é tido como superior pelas suas funções de mando, de direcção, de orientação ou de simples representação»<sup>94</sup> ou, ainda, «os escolhidos da sociedade, a sua aristocracia intelectual impulsionadora, segundo uns, de todo o progresso social ou, segundo outros, simples detentora das melhores qualidades latentes no corpo social»<sup>95</sup>.

Os primeiros registos da problemática da elite dão-se no campo da sociologia. Pareto, Mosca e Michels são pioneiros no interesse pelo tema da elite. Consideram-na essencialmente uma minoria ou uma oligarquia governante. A concepção de elite desses autores engendra uma teoria que estabelece um fosso

---

<sup>94</sup> M. ANTUNES, «Elite», in Verbo: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1995, vol. 7.º, p. 355.

<sup>95</sup> «Elite», in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001, vol. I, A-F, p. 1349.



entre governantes e governados, entre a minoria que detém e exerce o poder e a maioria que nele não participa<sup>96</sup>.

Em qualquer das circunstâncias, como menciona Suzane Keller, «o termo elite se refere a uma minoria de indivíduos cuja missão é servir a uma colectividade, num sentido social»<sup>97</sup> ou, como pensam outros, alargando-a como fenómeno de todas as comunidades humanas, como um conjunto que integra os melhores elementos das distintas civilizações<sup>98</sup>. Neste sentido, pensa-se que o objectivo primordial das elites é o da manutenção do poder (político).

Porém, uma delimitação sociopolítica de elite, como escol, grupo privilegiado, puritano ou detentor de poder, não seria suficiente para a definir cabalmente, pois nesse grupo haverá diferenças que, naturalmente, podem divergir das características conceptuais deduzíveis da composição dos seus integrantes. Por isso, por mais definições que se possam elaborar, a noção de elite poderá funcionar como uma imagem do que como um conceito.

Quando falamos de elites referimo-nos, portanto, a um grupo que ocupa as franjas cimeiras do poder e da distribuição dos recursos num determinado sistema social, que pode ser visto de várias escalas e perspectivas, conforme as especificidades dos integrantes, como grupo económico, militar, político, intelectual, eclesiástico, académico, etc.

Em África, e, em especial, em Angola, no contexto da colonização, na segunda metade do século xx, as elites serão os grupos de indivíduos «intelectuais» e não só, nativos, que estarão na base da oposição ao poder colonial em nome da liberdade política do(s) território(s).

---

<sup>96</sup> Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, *Dicionário de política. 1: A - K*, 12.<sup>a</sup> ed., Brasília, DF, Ed. Univ. de Brasília, Dinalivro, 2004, p. 385; T. B. BOTTOMORE, *As elites e a sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965, p. 8.

<sup>97</sup> Suzane KELLER, *O destino das elites*, Rio de Janeiro, Forense, 1967, p. 15.

<sup>98</sup> Vejam-se os estudos de Harold D. LASSWELL e Daniel LERNER (dir.), *As elites revolucionárias*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967; José Júlio GONÇALVES, *Técnicas de propaganda, elites, quadros e outros estudos*, Lisboa, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1961, p. 41.

## ***A emergência das elites em África***

Como se sabe, a definição de elite (política) não é das mais consensuais. O primeiro esforço da abordagem advém da teoria das elites. Esta corrente preocupa-se em estabelecer um conceito operacional que permita identificar diferentes perspectivas da problemática das elites<sup>99</sup>. Mas se se admitir como plausível, nas sociedades hodiernas, a definição de John Higley e Michel Burton, segundo a qual a noção engloba não só o poder da elite dos dirigentes *top business*, do Estado e do sistema militar<sup>100</sup>, mas também o dos detentores de posições cimeiras nos partidos políticos, nas associações profissionais, nos sindicatos, nos meios de comunicação social, nos grupos de interesses, nos grupos religiosos e noutras organizações poderosas e hierarquicamente estruturadas, além de movimentos sociopolíticos, resulta que as elites são compostas por todas as pessoas que participam nos processos de tomada de decisões políticas ou que os influenciam directamente, incluindo as que se especializam no seu bloqueamento<sup>101</sup>.

No caso africano, a emergência das elites está longe de poder ser compreendida nessa lógica. Fenómeno da segunda metade do século XX, a sua evolução processa-se de modo desigual segundo as dinâmicas de cada colónia e, em cada uma destas, diferentemente em cada região. No geral, a problemática da elite em

---

<sup>99</sup> Refere-se, a propósito, que na dilucidação do que seriam as elites, os teóricos da corrente elitista tenham defendido, diferentemente da perspectiva marxista da divisão da sociedade em classes, que não são as variáveis económicas que determinam o processo social, dado que o motor do processo social se encontra na «vontade de poder», de que fala Nietzsche, e no «incansável desejo de poder», que Thomas Hobbes refere. A dimensão política revela-se, pois, englobante. Cf. Georges THINÈS e Agnès LEMPEREUR (dir.), «Elite Massa», in *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984, p. 301; Charles Wright MILLS, *The power elite*, New York, Oxford University Press, 1959, p. 5.

<sup>100</sup> Observação específica de Wright Mills. Este autor, no contexto da história das elites nos EUA, deduz que a consciência de classe não se manifesta com similar clareza em todos os níveis da sociedade; é muito mais visível na classe alta. Obter êxito, por exemplo, implica abandonar e deixar para atrás a sociedade regional, ainda que se obtenha o seu apoio para poder integrar as camadas forjadas na ordem nacional. Todas as famílias podem apresentar-se como respeitavelmente antigas, mas só algumas delas mantêm riquezas. Afinal, a elite é um mecanismo de apropriação: a sociedade depende directamente dos projectos e dos procedimentos de um grupo relativamente pequeno, que trata de se auto-perpetuar negando responsabilidades de poder a quem não pertence ao seu círculo. Vide Charles Wright MILLS, *Power, politics and people*, New York, Oxford University Press, 1960, pp. 23-149. Comparativamente, no nosso estudo poderão ver-se na emergência dos movimentos de libertação, UPA-FNLA, MPLA e UNITA tendências de cada um em reclamar-se como único interlocutor da causa angolana.

<sup>101</sup> Veja-se Fernando LOPES, «Elites, partidos e reforma institucional», in António Costa PINTO e André FREIRE (dir.), *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras, Celta, 2003, p. 295.

África pode ser vista a partir de três pressupostos distintos: a tradição, a integração europeia e a assimilação.

Durante o período pré-colonial, por consanguinidade, pertencem ao grupo directivo das comunidades (a elite<sup>102</sup>) os indivíduos descendentes da linhagem das chefias locais. O poder transmitido por essa via institui, consagra e legitima, à nascença, os «guardiães» das comunidades.

Nalgumas sociedades africanas, as autoridades locais, «reis», são rodeadas de todo um fausto e grandiosidade, quer pela sua linhagem, quer por servência dos olheiros da sua confiança. Têm às suas ordens um avultado número de «nobres» e de serviçais; desde os mais categorizados «ministros» ao encarregado das chaves dos armazéns, ao cozinheiro-chefe e seus subalternos; desde o sacerdote-chefe e de uma plêiade de auxiliares ao músico e ao copeiro<sup>103</sup>.

Na altura dos primeiros contactos, as relações entre os africanos e os europeus cingem-se fundamentalmente às transacções económicas, sobretudo no litoral costeiro. O alargamento do movimento comercial altera as modalidades das transacções. Com o tempo, as sociedades africanas organizadas na base duma geografia política dependente da hierarquia local veem-se despojadas de autoridade.

Para os europeus, a procura de recursos é cada vez mais possível e a penetração para o *hinterland* torna-se fundamental. O posicionamento europeu em relação às necessidades dos produtos africanos engendra duas situações cruciais para as sociedades africanas: o enfraquecimento das suas formações políticas lideradas pela elite tradicional e, no final do século XIX, a ocupação efectiva dos seus territórios pelas potências europeias reguladas pela Conferência de Berlim<sup>104</sup>. Com o tempo, na Conferência de Berlim, o direito da chegada e da conquista, que sustenta a tese do «direito histórico», é substituído pela fórmula política da «ocupação efectiva» (art.ºs 34 e 35 do Acto Geral de Berlim)<sup>105</sup>.

---

<sup>102</sup> J. J. GONÇALVES, *op. cit.*, p. 48.

<sup>103</sup> José Martins VAZ, *No mundo dos Cabindas: estudo etnográfico*, Lisboa, Editorial L.I.A.M., 1970, vol. II, p. 22.

<sup>104</sup> Henri BRUNSWIG, *A partilha de África*, Lisboa, Dom Quixote, 1971, p. 38.

<sup>105</sup> Veja-se Adriano MOREIRA, *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960, p. 43.

As incursões europeias para o *hinterland* implicam, por um lado, a decadência política das estruturas das formações africanas e, por outro, na medida em que as formações sociais africanas decaem, a emergência de novos agentes — futura elite africana «europeizada» a —, que, no seio das antigas estruturas políticas, por via de dissidências ou aliciamentos económicos, assumem o controlo do comércio, favorecendo a posição das forças europeias que se vão implantando.

Por exemplo, os *mani* (como são designados nas fontes portuguesas os reis), no reino do Kongo, perdem a sua autoridade e a estrutura administrativa dos seus reinos fragmenta-se sob a influência e o domínio estrangeiros<sup>106</sup>.

Nos territórios portugueses, o resultado dessa conjuntura obrigará as autoridades à alteração do seu tradicional posicionamento face às elites tradicionais, antes concretizado nos contactos culturais, referência do «direito histórico», substituindo-o pela ocupação efectiva. Daí resulta o desmoronamento da organização comunitária local e, conseqüentemente, a ocorrência de uma progressiva destribalização das sociedades africanas<sup>107</sup>.

As elites tradicionais cedem lugar ao domínio europeu que, por sua vez, forjará nos territórios africanos — dependendo de cada colónia — uma elite «intermédia» ou «assimilada»<sup>108</sup> (colónias portuguesas), «evoluída» (colónias francesas e belga), ou «nativa educada» (colónias inglesas), responsável pela modernização política da sociedade local, imitando a europeia.

Afere Adriano Moreira, para o contexto português, que

Mercê da política de «assimilação», cujo objectivo era trazer os africanos até à matriz civilizacional do colonizador, com vista a poder aplicar-lhes o Direito Público e Privado Português, proporcionada pelo contacto genético e cultural, as elites

---

<sup>106</sup> João Gime Luís, «O comércio do marfim e o poder nos territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango: 1796-1825», Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2016, p. 43.

<sup>107</sup> J. J. GONÇALVES, *op. cit.*, p. 59.

<sup>108</sup> Evoca-se aqui a assimilação enquanto produção da teoria do luso-tropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e do conceito de o modo português de estar no mundo, introduzido no discurso académico nos anos 1950 por Adriano Moreira. O povo português, pressupõe-se, tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, maneira que o distingue e individualiza no conjunto da humanidade. Veja-se João Pereira NETO, «Adriano Moreira – O professor e amigo», in AAVV (dir.), *Estudos em homenagem ao Professor Adriano Moreira*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1995, vol. I, p. 24; Cláudia CASTELO, *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 2011.

tradicionais foram assumindo a função de instrumentos de comunicação entre a autoridade europeia e as várias comunidades africanas<sup>109</sup>.

A par das políticas metropolitanas de Portugal, a elite europeia, branca, vai ser responsável pela transmissão dos intentos do Estado português sobre as pessoas e territórios<sup>110</sup>. Segundo a retórica colonial, a elite tradicional vai sendo substituída pela elite europeia, pois esta determina a implementação na administração dos territórios ultramarinos de uma «política de integração cultural: assimilação integral, aculturação e a política de integração genética: miscigenação racial e étnica»<sup>111</sup>, e origina uma elite intermédia, responsável pela integração, em Angola, das políticas estatais portuguesas<sup>112</sup>. Não devemos perder de vista o que, de um ponto de vista diverso, refere Cláudia Castelo:

Não obstante desde pelo menos o último quartel do século XIX se detectar no discurso político a ideia de que os portugueses, devido aos seus fundamentos étnicos, tinham uma capacidade especial para se relacionarem com os povos nativos de África, o certo é que a colonização portuguesa, como qualquer outra, assentou em barreiras raciais, gerou conflitos e promoveu a discriminação<sup>113</sup>.

Decerto, a acção colonizadora portuguesa, combinada com as estruturas tradicionais angolanas, dá origem ao processo de migração das populações rurais para os grandes centros urbanos. Em consequência, o crescimento da população local dá início ao surgimento dos subúrbios. Angola, progressivamente, vai registando uma nova ordem social que, nas redondezas dos centros urbanos, em virtude da convivência com os costumes portugueses, suscita o fenómeno dos chamados destribalizados<sup>114</sup>. No decorrer dos tempos, alguns destribalizados — influenciados cultural e socialmente pela ordem colonial — originam uma nova elite na sociedade angolana, a elite intermédia. É esta elite que, por um lado, se arrogará e assumirá a responsabilidade de generalizar os novos costumes adquiridos do colonizador e, por outro, engendrará as possibilidades de uma Angola independente.

---

<sup>109</sup> Adriano MOREIRA, «As elites das Províncias portuguesas do indigenato», *Ensaio*, 34, 1963, p. 52.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>111</sup> J. J. GONÇALVES, *op. cit.*, pp. 16-17.

<sup>112</sup> Adriano MOREIRA, *A unidade política do estatuto das populações*, Lisboa, Panorama, 1959, pp. 16-17.

<sup>113</sup> Cláudia CASTELO, *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007, p. 283.

<sup>114</sup> J. J. GONÇALVES, *op. cit.*, p. 217.

## ***As elites em Angola***

É à luz da política de assimilação colonial portuguesa e, também, das influências nacionalistas das primeiras independências dos territórios coloniais africanos que se vislumbra o despontar das elites independentistas angolanas.

A política de assimilação, como se referiu, elimina as antigas estruturas sociais dos povos de Angola. Em consequência, a nova ordem colonial, no cruzamento com a antiga constituição social, gera uma classe média formada pelos assimilados. Nos meios urbanos, sobretudo em Luanda, esta nova categoria social começa a sentir a necessidade de se integrar em movimentos associativos onde estão reunidas algumas das condições para a emergência de uma elite angolana local<sup>115</sup>.

Será essa elite de primeira geração (anos 1920), assimilados, que colocará os filhos a estudar na Europa ou nas missões, a originar a elite «moderna» ou «intermédia» (segunda e terceira gerações de assimilados, dos anos 1950), de formação europeia e, ainda, acusar a elite tradicional de não ter sido fiel à África Negra, por ter colaborado com a administração europeia. Em suma, a elite «moderna» (dos anos 1950 e seguintes), educada nos estabelecimentos de ensino, superior e não só, no território angolano ou no exterior, estará na origem dos movimentos associativos e nacionalistas, a lutar pela libertação do território segundo modelos ocidentais, mas excluindo os europeus nas decisões do processo político independentista<sup>116</sup>.

Bottomore observa que as elites dos territórios em vias de desenvolvimento, nem sempre são todas intelectuais ou revolucionárias<sup>117</sup>. Porém, nos territórios coloniais a aspiração do desenvolvimento é diferente quando pensada a partir da libertação. Certamente, a consciência nacionalista e independentista de Angola é estimulada por um conjunto de individualidades plural e proveniente das diversas camadas sociais. Contudo, segundo observa Nkrumah, em África, em particular, e também

---

<sup>115</sup> Veja-se A. MOREIRA, «As elites das Províncias portuguesas do indigenato», art. cit., p. 51.

<sup>116</sup> Cf. Gonçalves PEREIRA, «Sobre os nacionalismos africanos», *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, 1956, pp. 1-61.

A este propósito, observou T. H. Hodgkin que as elites políticas nacionalistas são recrutadas em grande parte das novas «classes médias» e essencialmente da «classe média instruída». Vide T. B. BOTTOMORE, *op. cit.*, p. 90.

<sup>117</sup> T. B. BOTTOMORE, *op. cit.*, p. 90.

em Angola, a vanguarda intelectual é decisiva. Em vista disso, «a história do progresso humano mostra-nos que, quando uma *intelligentsia* desperta e emerge de um povo oprimido, ela torna-se a vanguarda da luta contra a ocupação estrangeira»<sup>118</sup>.

Em Angola, parte da *intelligentsia* (a futura elite local) participa no aparelho burocrático colonial, em Luanda, sem a exclusão doutra que chega da metrópole e, também, do Congo Léopoldville. Identificando-as, Mário Pinto de Andrade distingue a sua incidência independentista, referindo dois momentos na história política de Angola. No primeiro, de transição, está a geração que tinha combatido a colonização, lutando por valores socioculturais, a elite «nativista», na administração portuguesa. É a geração dos anos anteriores a 1950, saudosista. Em seguida, num segundo momento, a do activismo no sentido de ruptura contra a ordem colonial. Neste, encontra-se a geração dos anos posteriores a 1950. Será desta geração que emergirá a elite do activismo emancipatório e que programará, a exemplo da experiência dos outros povos africanos e não só, o nacionalismo angolano *de facto*<sup>119</sup>.

Independentemente da fragmentação etno-cultural da população de Angola, e, também, do discurso metropolitano da unidade na multiplicidade, manancial inesgotável de elementos comprovativos da eficácia da obra assimiladora da «portugalidade» ao longo dos séculos conforme o discurso oficial da época<sup>120</sup>, as elites locais hão-de mobilizar-se em movimentos políticos, sociais, culturais e religiosos, cujo fim é a afirmação do sentimento nacionalista. O regime colonial não impede, apesar do controlo policial, o despertar político dos angolanos. Já não basta reivindicar um pouco de dignidade para o «homem negro», natural de Angola, ou exigir dos colonos um tratamento igualitário, trata-se, diferentemente, de combater todo o sistema colonial e não apenas os seus abusos.

---

<sup>118</sup> Kwame NKRUMAH, *A África deve unir-se*, Lisboa, Ulmeiro, 1977, p. 59.

<sup>119</sup> Mário Pinto de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade: uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, João Sá da Costa, 1997, p. 44.

<sup>120</sup> Alfredo Diogo JÚNIOR, *Angola unidade e multiplicidade*, Luanda, Instituto de Angola, 1964, pp. 57-83.

## 2.2. A emergência das elites independentistas em Angola: influências e contributos nacionalistas

### Espaços formativos, protagonistas, associações e partidos

O nacionalismo em Angola não é um processo homogéneo. As várias forças contestatárias são criadas na sociedade colonial e, também, na administração portuguesa, formando-se na clandestinidade. Situação complexa, vista no decurso do século xx<sup>121</sup>, é, no entanto, possível identificar as origens espaciais dos indivíduos que dão corpo à consciência do processo nacionalista em Angola. Estes indivíduos podem ser encontrados na década de 1950 do século xx, essencialmente em Luanda<sup>122</sup>, no Kuanza Sul, no Uíge, no Kuanza Norte, no Huambo, em Malange, em Icolo e Bengo e em São Tomé e Príncipe<sup>123</sup>, mas também nos territórios limítrofes de Angola<sup>124</sup>.

No geral, as elites nacionalistas, tendo em vista a luta da emancipação política, organizam-se em movimentos de libertação. Na segunda metade da década de 1950, o associativismo de carácter filantrópico-cultural cede lugar aos movimentos

---

<sup>121</sup> A imprensa dos anos 1900, sobre Angola, noticia realidades diferentes. Por exemplo, o jornal *Angolense* interpreta o sentimento de que a colónia deve ser governada pelos angolanos «civilizados» cuja missão seria a de dirigir os destinos dos indígenas. A mesma ideia é bem visível nos jornais *A Voz de África*, e *África*. Outra, torna-se sensacionalista, veiculando a ideia da emergência de um separatismo branco. Esta situação, instigada nos círculos lisboetas, faz reavivar o espírito nacionalista das elites portuguesas levando à constituição do «Movimento de Defesa das Colónias» no eclodir da guerra colonial. O jornal *O Comércio*, neste sentido, propagandeia a necessidade de salvação de Angola como contribuição para que todos compreendam, pelo menos, alguns aspectos do esforço nacional (português) na batalha que se trava em Angola, segundo defende o almirante Américo de Deus Tomás. «A Nação na Batalha da Paz», *O Comércio*: número especial, 01.1962, p. 9.

<sup>122</sup> Segundo Alfredo Diogo Júnior, a proximidade etnolinguística do *kimbundu* e *umbundu*, por as duas línguas representarem mais de 50% da população autóctone e por dizerem respeito a uma vasta zona que abrange os distritos de Luanda, Kongo, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Malange, Benguela e Huambo, faz de Luanda a representação da Metrópole. Luanda resume o cosmopolitismo cultural de Angola. A. D. JÚNIOR, *op. cit.*, p. 58.

A representatividade de Luanda, no conjunto de Angola, é vista também pelos elementos socioculturais — na música, na dança, (a *massemba* e o carnaval) — e por um investimento em maior escala do que noutras cidades. Desde o século XIX e inícios do século XX, Luanda torna-se na cidade angolana com mais condições de conforto e, ao mesmo tempo, no berço de uma cultura crioula única. Veja-se D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, pp. 113-114.

<sup>123</sup> José Luís Pereira CARNEIRO, «Formação e consolidação da elite dirigente do MPLA (1960-1978)», Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1999, pp. 87-88.

<sup>124</sup> Vide SCCIA, Nto-Bako, Processo de Informação n.º 4, U.L., cx. 231, fls. n.ºs 22-24.



de libertação. Mas esse trajecto é gradativo. Com mediação de vários factores, teve muitos intervenientes, até que três movimentos se notabilizam: a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA, que, disputando embora entre si o poder, lideram as reivindicações nacionalistas contra a colonização portuguesa.

Destarte, antes da concentração das elites angolanas nos três movimentos supracitados, vários espaços de natureza cultural, associativa, política, militar e religiosa exprimem o devir da consciência nacionalista angolana num conjunto de movimentos diversificados, da Metrópole aos territórios vizinhos, como o Congo Léopoldville, o Congo Brazzaville, a Namíbia e a Zâmbia. Vale, no entanto, referir que o ideal da emancipação em Angola nem sempre corresponde à reivindicação política de um novo Estado, o que ocorre na década de 1960, com o início da guerra de libertação, em 1961.

Com o desgaste do sistema administrativo português em África, e o conseqüente isolamento internacional, adivinha-se o fim do poder colonial em Angola. Antes, como ocorre nas diversas sociedades, entre os círculos políticos e demais agentes sociais, sejam eles comerciantes, jornalistas, empresários ou funcionários independentes, o ideal da emancipação significa a luta contra as imposições do poder vigente. Por essas e outras razões, gradativamente, a emancipação enquanto expressão de autonomização no entendimento das várias elites contra o poder implantado vai-se disseminando como um imaginário que contempla as populações menos favorecidas e desprovidas das garantias cívico-políticas. Além de, na mesma conjuntura, essas minorias esclarecidas intentarem conquistar, entre si, mais por um protagonismo na busca de privilégios próprios.

## **Na Metrópole**

Na metrópole, as bases da consciência nacionalista relativa às colónias portuguesas dão-se no seguimento dos ideais veiculados pelo movimento do pan-africanismo, com a criação em Lisboa, em 1912, da Junta de Defesa dos Direitos de África (JDDA), um ramo do movimento pan-africano que começa a agrupar um certo número de intelectuais metropolitanos e activistas negros<sup>125</sup>.

Segundo os estatutos, a JDDA pretende ser uma federação formada por todas as agremiações fundadas na África portuguesa pelos seus naturais e por indivíduos que aceitem, defendam e pratiquem os princípios de união de todos, estabelecendo as condições necessárias à consecução do máximo de regalias e liberdades, tanto económicas como políticas, das autoridades coloniais para com os nativos. A JDDA defendia o regime de autonomia das colónias, pois a colonização moderna poderia, pedagogicamente, educar as colónias para se poderem auto-governar sem, por consequência, atropelar as regalias e liberdades tanto económicas como políticas dos naturais dos territórios<sup>126</sup>.

Aos objectivos da Junta de Defesa de África juntam-se discordâncias ideológicas, em termos mais práticos, entre os (teóricos) portugueses sobre a política colonial. A defesa dos ideais de emancipação da JDDA é confundida, muitas vezes, com os princípios do próprio nacionalismo e do colonialismo europeu da época. Os membros da JDDA, preocupados com as arbitrariedades das autoridades locais, na Guiné com o imposto de palhota e, em Angola, com o imposto de cubata, não deixam de considerar os autóctones como gentios<sup>127</sup> e não condenam o alinhamento de Portugal na Primeira Guerra Mundial nem o recrutamento de africanos para o conflito<sup>128</sup>. Apesar disso, entre os vários pontos de vista debatidos

---

<sup>125</sup> Eduardo dos SANTOS, *Pan-africanismo: de ontem e de hoje*, Lisboa, Autor, 1968, p. 119.

<sup>126</sup> JUNTA DE DEFEZA DOS DIREITOS D'ÁFRICA, *Estatutos*, Lisboa, Typographico Colonial, 1912, pp. 3-4.

<sup>127</sup> Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, a Liga dos Interesses Indígenas tem dificuldade em se assumir como organização racial; embora se diga aberta a todos os «africanos», não parece que nela se possam incluir os serviços. Veja-se Augusto NASCIMENTO, *Entre o mundo e as ilhas: o associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*, S. Tomé e Príncipe, UNEAS (União dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe), 2005, p. 82.

<sup>128</sup> JORNAL PORTUGAL NOVO, «Junta de Defesa dos Direitos de África», 1915; José e Pedro VARELA, «Dos jornais às organizações sociais: a história silenciada do movimento negro em Portugal (1911-1933)», *Le Monde Diplomatique*, 10.2019, pp. 38-39.

por esse movimento percebe-se o do imperativo de a política colonial favorecer o desenvolvimento autónomo de cada colónia. Em 1915, destacam-se na dinamização da JDDA os nomes de Marcos Bensabat, presidente e tesoureiro federal; Dr. José Correia Nunes, secretário-geral; Pascoal Amado e André Aragão, secretários; Dr. Heitor de Carvalho, delegado de São Tomé e Príncipe; José de Augusto Franco, delegado de Angola; José Alfredo Jorge, delegado de Moçambique; António da Silva Gonçalves, delegado de Cabo-Verde e Pedro d'Almeida, delegado da Guiné; Artur de Castro, responsável da propaganda oral, e Mário Domingues, responsável da propaganda escrita<sup>129</sup>.

Em 1919, assiste-se, em Lisboa, à criação da Liga Africana (LA) por cisão de elementos da Junta de Defesa dos Direitos de África (JDDA), encabeçada por Nicolau dos Santos Pinto. Esta Liga, influenciada pelas conclusões saídas do I Congresso Pan-Africano — que se realiza em 19 de Fevereiro de 1919 em Paris, promovido pelo intelectual afro-americano William Edward Burghardt Du Bois — nas quais se reivindica um código internacional que garanta o direito dos nativos da África, bem como um plano que garanta gradualmente a emancipação das colónias africanas, declara os seus estatutos dos da Junta, mas sublinha, em especial, a promoção do progresso moral e social da «raça» africana e a defesa dos direitos e legítimos interesses dos indígenas da África portuguesa<sup>130</sup>.

Em 1921, por convocação da Junta de Defesa dos Direitos de África, funda-se, em Lisboa, o Partido Nacional Africano (PNA). Trata-se fundamentalmente de uma mudança de nome da Junta de Defesa dos Direitos de África e da actualização dos estatutos ao gosto do movimento pan-africanista de Marcus Garvey<sup>131</sup>. Aliás, os fundadores desses movimentos sempre estão divididos entre si e formam-nos em grande parte por cisão na defesa dos ideais da consciência política africana. São os casos da Liga Africana e do Partido Nacional Africano. Enquanto a Liga Africana

---

<sup>129</sup> JORNAL PORTUGAL NOVO, art. cit.

<sup>130</sup> Eduardo dos SANTOS, *Pan-africanismo: de ontem e de hoje*, Lisboa, Autor, 1968, p. 121.

<sup>131</sup> Marcus Garvey, jamaicano negro, defende uma corrente do movimento pan-africanista construído em torno da noção de raça. As ideias-chave do *garveyismo* derivam, no contexto da América, da crise social e moral segregacionista e da persistência do racismo, da discriminação e do agravamento das desigualdades sociais vividas pelos negros nos EUA. Daí o seu apelo ao velho mito do «regresso à Mãe-África» e pela defesa apologética da raça negra. Visão diferente tem William Edward Burghardt Du Bois, pai do pan-africanismo político, que envereda pela defesa da igualdade de direitos entre as raças, opondo-se a todos os argumentos de superioridade das raças humanas. Eduardo dos SANTOS, *op. cit.*, pp. 123-124; Cfr. E. M'BOKOLO, *op. cit.*, pp. 476-477.

elege uma política que se filia no movimento de Du Bois, o Partido Nacional Africano perfilharia a perspectiva *garveyista*.

A defesa dos interesses dessas organizações, considerada aberta para todos os africanos, nem sempre é autónoma ante a influência política das autoridades. O que lhes demonstra, na prática, como inoperantes. No segundo Congresso Pan-Africano ocorrido em Londres, Bruxelas e Paris, entre 28 de Agosto e 5 de Setembro de 1921, por exemplo, a Liga Africana, pela voz de Nicolau dos Santos Pinto, nega a existência de escravatura nas colónias portuguesas. Outrossim, o Dr. José Magalhães, um negro, uma das figuras da defesa dos interesses africanos, em 1932, no contexto de Moçambique, escreve que o território está «afirmando luminosamente a sua vontade de viver a consciência dos seus interesses portugueses»<sup>132</sup>.

O PNA preconiza como objectivo, dirigindo-se ao Ministério das Colónias

a necessidade de reforma do Estado Português, num sentido descentralizado e federativo, de forma a nele se integrem os povos africanos com as suas características étnicas e a sua individualidade política própria, defendendo uma fonte de união e colaboração das duas raças, que permitisse a ambas o trabalho profícuo para o engrandecimento da Nação, valorizando o seu solo, intensificando as suas produções e chamando todos os portugueses por uma cada vez mais intensa cultura, à compreensão dos seus direitos e deveres, no exercício da sua criatividade política<sup>133</sup>.

Estes movimentos têm existência efémera. Entre as datas da sua fundação e 1933 vão-se dissolvendo paulatinamente. Resultado, segundo as circunstâncias da época, das políticas do Estado Novo.

Por iniciativa de João de Castro e de Marcos Bensabat, é fundado o Movimento Nacionalista Africano (MNA), resultante do PNA e de outros movimentos, num amplo esforço de unir todos os africanos portugueses. A filosofia do movimento é a de propugnar em torno de todos os «problemas que digam respeito à defesa dos interesses dos Povos Africanos, à emancipação dos seus Direitos e à vitória da Democracia, da coesão e unidade às suas reivindicações e manifestações»<sup>134</sup>. O

---

<sup>132</sup> Jornal *África*, Lisboa, 25 de Agosto de 1932.

<sup>133</sup> Eduardo dos SANTOS, *Pan-africanismo [...]*, p. 119.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 125.

MNA chega a fundar em Lisboa, para a difusão dos seus ideais e para a efectivação dos seus objectivos, o jornal *África*.

Das várias figuras que pontificam no MNA — Marcos Bensabat, concomitantemente Presidente do Governo do Partido Africano, da Junta de Defesa dos Direitos de África e do Grémio dos Africanos; João de Castro, 1.º Membro Honorário e Presidente Geral do Partido Africano; Luís da Cunha Lisboa, Secretário do Arquivo do Governo do Partido Africano e subdirector do jornal *A Voz d'África*; Dr. Aires de Menezes (negro), antigo Presidente da Liga dos Interesses Indígenas; Artur de Castro (negro), Secretário das Relações Internas do Partido Africano e vice-presidente do Grémio dos Africanos; Dr. António Borja Santos, antigo membro do Governo do Partido Africano; Maria Tomé Teixeira (negra) Directora do Recreio Feminino de S. Tomé; Eurípides da Costa (negro), Agente de *A Voz d'África* em Angola; Eng.º Alfredo Jorge (negro), Secretário de Economia do Partido Africano; Georgina Ribas, vice-presidente da Direcção do Grémio dos Africanos; J. Monteiro de Castro, Secretário de Contabilidade do Partido Africano; Dr. Miguel Machado, Presidente Honorário do Governo do Partido Africano; Dr. Manuel da Graça Espírito Santo, antigo Director da Liga dos Interesses Indígenas; Rei do Kongo (sem outras informações) — destaca-se José de Magalhães, médico, professor da Escola Superior de Medicina Tropical, membro do Parlamento português e primeiro deputado negro da Primeira República<sup>135</sup>.

O empenho de alguns intelectuais de Lisboa (fundadores dos partidos e movimentos JDDA, LA, PNA e MNA) em torno da descentralização da política metropolitana nas colónias africanas é visto, ao lado de outras vozes oposicionistas do regime de Salazar, a partir da década de 1940, como uma das possibilidades de os angolanos (autóctones) viajados, sobretudo na Metrópole, integrarem no contexto da Angola colonial uma consciência política autonomista mais activa. A JDDA, a LA, o PNA e o MNA formados no tempo da Primeira República não sobrevivem à emergência do Estado Novo. Extinguem-se em 1933, mas o seu legado sobrevive, adquirindo certa vitalidade na imprensa e noutros meios de

---

<sup>135</sup> *A Voz d'África*, Lisboa, 26 de Agosto de 1930.

tempos ulteriores, inspirando a consciência autonomista concretamente nos círculos dos intelectuais do território angolano.

Em 1943, um grupo de universitários de Angola decide criar, em Lisboa, a Casa dos Estudantes de Angola (CEA). Esta Casa começa como uma associação empenhada «em conseguir que aumente o número de rapazes daquela colónia que estudam na Metrópole, dando-lhes a certeza de que não se encontrarão isolados, pois a Casa lhes facilitará a adaptação ao meio e lhes dará amparo durante o curso»<sup>136</sup>.

Num contexto em que o Estado Novo tutela cada vez mais as suas possessões africanas, incumbe a Comissão Nacional da Mocidade Portuguesa (CNMP) da protecção dos estudantes oriundos das colónias. A oficialização da CEA carece de autorização da CNMP. Todavia, antes que a CEA seja autorizada, os estudantes das outras zonas do «império» seguem o seu exemplo e surgem as Casas de Cabo-Verde, Moçambique, Índia e Macau.

Mas, sob o impulso de Francisco Vieira Machado, Ministro das Colónias, promove-se a unificação das Casas (Angola, Cabo-Verde, Moçambique, Índia e Macau) numa única. Nasce, em 1944, a Casa dos Estudantes do Império (CEI).

A CEI tornou-se num baluarte da consciência anti-colonialista, logo, adversária das políticas do Estado português.

A CEI congrega estudantes oriundos de diferentes colónias e proveniências geográficas, étnicas, sociais, culturais e económicas, de diferentes religiões e de diversas posições político-ideológicas, ainda que subsidiados pelo regime do Estado Novo. Ora, os mesmos batem-se pela autonomia da CEI, imitando e defendendo ideias democráticas e anti-coloniais em voga na Europa e nalguns círculos políticos de Lisboa.

O desempenho dos estudantes angolanos acompanha o exemplo do despertar dos intelectuais africanos na América e na Europa ligados às colónias britânicas e francesas. Apesar do sistema colonial português, muito criticado pelo seu modo de actuar, centralista e ditatorial, a CEI intervém como alfobre da *intelligentsia*

---

<sup>136</sup> «Casa dos Estudantes de Angola», *Boletim Geral das Colónias*, 223, 1944, pp. 64-65.

afro-angolana. Na segunda metade da década de 1950, entre 1954 e 1959, saem da CEI estudantes com bases políticas que os levam a juntar-se aos movimentos de libertação nacional que vão conduzir as guerras de libertação a partir da década de 1960.

«Muitos [dos estudantes, ligados às colónias portuguesas de África (Angola)] viriam a participar nas lutas de libertação nacional, alguns com posições de destaque como militantes e dirigentes, outros como participantes na construção dos novos territórios africanos independentes»<sup>137</sup>. O que leva a PIDE a um controlo rígido sobre os sócios da CEI, acabando por convencer o Governo à sua extinção em 1965.

A propósito dos relatórios da PIDE, o então ministro das Colónias Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, em 1951 e 1953, lembrou com acuidade que «a CEI é há muito conhecida como alfobre de elementos que desenvolvem campanha anti-situacionista»<sup>138</sup>.

Num outro relatório da PIDE de 1954 dirigido ao Ministro das Colónias considerava-se que, sob vários aspectos, muitos estudantes se agrupam e se afastam do convívio geral, por vezes com ressentimento e animosidade, criando, por consequência, regionalismos que contribuem para a separação entre as várias províncias ultramarinas, entre elas e a Metrópole. Por isso são desnecessárias e, em certos casos, contraproducentes as organizações semelhantes às Casas da Metrópole no Ultramar, às Associações dos Naturais das várias províncias, às Ligas Africanas e aos centros de Brancos e Negros. Acrescentava-se que, visando o interesse de determinadas classes, traziam consigo, ou acabavam por desenvolver como consequência, uma ideia de distinção de outras. «É preciso que desde já alguma coisa seja feita para acolher em boas condições os estudantes que hão-de vir das províncias ultramarinas»<sup>139</sup>. A abertura para a consciência dos direitos

---

<sup>137</sup> Aida FREUDENTHAL, B. MAGALHÃES, H. PEDRO e C. Veiga PEREIRA, *Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963: Angola - S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, UCCLA, 2014, vol. I, p. 5.

<sup>138</sup> PT/TT PIDE/DGS, Processo de Informação n.º 329/46, SR, resposta da PIDE ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias n.º 597, 31 de Março de 1951.

<sup>139</sup> PT/TT, AOS, UL. 20, cx. 819, fl. 13.

fundamentais, chancela das sociedades ocidentais, entre os estudantes oriundos das colónias mostra-se relutante aos olhos das autoridades.

Outros alertas, no sentido de se controlar as actividades da CEI, far-se-ão sentir gradativamente. Aliás, o apogeu dos movimentos oposicionistas entre os estudantes oriundos das colónias são as causas para os procedimentos cautelares, como referimos no tocante à CEI. Entre as acusações que lhe são dirigidas, refere-se que os seus sócios seriam membros do Partido Comunista Português (PCP) e do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil), ou seus simpatizantes, pelo que as autoridades delineiam um panorama de informações cujo fim conduzirá à extinção da Casa.

Em 1955, o inspector da PIDE José Barreto Sacchetti, por exemplo, informa que «todos os indivíduos são politicamente maus. Só a dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio académico»<sup>140</sup>. Esta informação já a tinha prestada, no ano anterior, no relatório 10/954, de 30 de Novembro, que envia ao director da PIDE em Lisboa, denunciando as ligações da CEI com o Ateneu de Coimbra, «agremiação essencialmente comunista da juventude operária»<sup>141</sup>, cuja actividades pró-comunistas eram controladas por elementos do MUD Juvenil, mormente pelo Dr. Joaquim Namorado<sup>142</sup>.

Apesar da sua extinção pelo regime salazarista, a CEI não deixara de fazer brotar parte da elite africana dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas de África, particularmente de Angola.

Essa elite, de que fazem parte vários estudantes politizados na CEI, é, inicialmente, segundo Fernando Rosas, «uma elite de origem africana, de maioria branca ou mestiça, também negra mas com menos peso, de formação cultural europeia, de cultura anti-fascista e marxista, que vai formar os quadros que vão, em boa medida, integrar as futuras direcções do PAIGC, MLSTP, MPLA, em menor grau talvez a

---

<sup>140</sup> Vide Cláudia CASTELO, «Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica», in *Mensagem: Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. Número Especial, UCCLA, 2015, pp. 26-27.

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>142</sup> *Ibid.*



FRELIMO»<sup>143</sup>. De maneira geral, é sob a égide negra desta elite que a imaginação da independência se difunde entre os sectores da população de Angola.

Há, evidentemente, outros estudantes que não passando pela CEI farão o seu percurso, quer noutros movimentos, quer nos movimentos de libertação já referidos. São parte da elite negra, no caso de Angola, formada pelas Missões portuguesas, nos seminários e noutros centros de formação não universitários<sup>144</sup>. São os casos, para citar alguns, do grupo de católicos que inclui os padres Manuel das Neves, Alexandre do Nascimento, Manuel Franklin da Costa, Eduardo André Muaca, e dos estudantes bolseiros subvencionados pelas Missões Protestantes, Metodistas, Baptistas e Congregacionistas que integram a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA.

De qualquer forma, a passagem de elementos da futura elite africana, angolana, pela Metrópole torna-se um elemento catalisador da consciência emancipalista contra as políticas imperiais e coloniais do Estado Novo.

Para muitos dos estudantes, a tomada de consciência política, incipiente na época, passa pela militância activa nos movimentos e partidos portugueses, essencialmente no MUD Juvenil e no PCP. Essa atitude, segundo testemunha Edmundo Rocha,

decorria por um lado da percepção de que, nessa época, ainda não existiam movimentos nacionalistas estruturados e activos nas colónias; por outro, da noção de que, radicados em Portugal, estavam impossibilitados de fazerem um trabalho de politização das massas africanas nos nossos países; e, enfim, da ideia de que a libertação das colónias passava prioritariamente pelo derrube do fascismo. Essa filiação e militância nessas organizações portuguesas — MUD Juvenil e PCP — teve consequências determinantes não só no ideário e prática política dos movimentos de libertação (PAIGC, FRELIMO e MPLA) como no tipo de regime imposto mais tarde a esses países<sup>145</sup>.

Na CEI forma-se parte da elite intelectual e política decisiva para o nacionalismo independentista das colónias portuguesas, no caso angolano, para o MPLA. Em

---

<sup>143</sup> Fernando ROSAS, «A CEI no contexto da política colonial portuguesa», *in Mensagem: Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. Número Especial, Lisboa, UCCLA, 2015, p. 23.

<sup>144</sup> *Ibid.*

<sup>145</sup> Edmundo ROCHA, «A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo: depoimento sobre a acção política da juventude africana da CEI no quadro da luta de libertação nacional das colónias portuguesas», *in Mensagem: Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. Número Especial, Lisboa, UCCLA, 2015, pp. 105-106.

relação aos outros movimentos, UPA-FNLA e UNITA, o seu alfobre de formação não é a CEI. No entanto, fez parte da UPA-FNLA Pedro Francisco de Almeida Sobrinho, natural de Camabatela-Angola, nascido a 7 de Julho de 1932, estudante do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, sócio nº. 520 / 288, ostentando a categoria de sócio ordinário<sup>146</sup>.

É notório, como se perceberá quanto à disputa do poder na transitoriedade do regime colonial, entre os movimentos angolanos no decurso da guerra de libertação, que a maior parte das intenções independentistas da elite filiada no MPLA se processa no interior da vida cultural, política e associativa portuguesa circunscrita à volta de Luanda<sup>147</sup>, enquanto a UPA-FNLA se acomoda no Estado Congolês de Léopoldville e a UNITA se mostra disposta à defesa dos angolanos, os mais necessitados, a classe camponesa, a partir do maquis.

O grande movimento dos estudantes do Império em Portugal, particularmente dos africanos, tendo como epicentro a CEI, engaja-se também noutras associações nas quais forjam a consciência e solidariedade emancipalista. Fazem-no, inclusive, no contexto sociopolítico metropolitano, enfrentando o regime do Estado Novo.

Em Angola, em especial, destacam-se o Clube Marítimo Africano (CMA), de 1954, o Movimento Anti-Colonialista (MAC), de 1957-1959, e o Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA), de 1959-1961. Os dinamizadores destes movimentos surgidos na Metrópole, são, na sua maioria, jovens da corrente nacionalista com militância no PCP e no MUD Juvenil. A sua proposta de activismo é, na circunstância dos angolanos residentes na Metrópole e nas colónias, a de incentivar e promover o espírito nacionalista e a luta anti-colonial.

---

<sup>146</sup> PT/TT PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, SC, NT 9171, vol. I.

<sup>147</sup> Atente-se, a propósito, à reunião em 14 de Julho de 1975 entre o MPLA e a parte portuguesa, na Rádio Naval, em Belas, Luanda. Percepciona-se desta reunião, além das posições do governo português em manter a neutralidade na transição da independência de Angola e a pretensão do MPLA de se afirmar como o único movimento legítimo, as duas partes reconhecem-se ligadas por laços de defesa de Luanda, o que não aconteceria com os outros dois movimentos. As duas partes propõem-se excluir a UPA-FNLA e a UNITA. Veja-se, PT/TT, AMA, cx. n.º 124, pasta 4, fls. n.ºs 1-22.

## ***Em África***

A par dos vários movimentos e organizações despertadores da consciência política e nacionalista angolana na metrópole, é preciso salientar que, no início da década de 1960, e fora de Angola, se notabilizam outras organizações animadas do mesmo propósito político.

Em Angola, a contestação à administração de Lisboa pelas elites locais nem sempre é frontal. O regime colonial do Estado Novo não permite a existência de partidos políticos nas colónias. No entanto, a consciência e a solidariedade emancipalistas, clandestinas na colónia, são fomentadas além das fronteiras da colónia, com a proliferação de movimentos angolanos no Congo Léopoldville, no Congo Brazzaville, na Namíbia e na Zâmbia.

A instalação das populações angolanas nos territórios vizinhos de Angola, em virtude do êxodo provocado pela actuação do regime colonial, pelos incidentes de 4 de Fevereiro (em Luanda e na Baixa de Cassanje) e de 15 de Março de 1961 (no Norte), enceta a criação de movimentos angolanos nessas paragens, os quais, com fins mutualistas e filantrópicos, pouco a pouco se transformam em movimentos políticos anti-coloniais. A organização desses movimentos faz-se em comunidades conforme as origens e as proveniências dos seus integrantes. É com essas associações, agrupamentos e partidos ao serviço dos emigrantes (cujas acções se desenvolvem à volta dos refugiados angolanos, no Congo Léopoldville, Congo Brazzaville, na Namíbia e na Zâmbia), ou contra eles, que os três principais movimentos — UPA-FNLA e MPLA, principalmente, e a UNITA —, hão-de também rivalizar e, ao mesmo tempo, procurar o máximo de aderentes para as suas corporações (politicamente mais bem credenciadas) em nome do resgate dos povos e de Angola, vítimas da colonização portuguesa. Citam-se, em particular, o NGWIZAKO, a NTÓ-BAKO, o MDIA, o PDA e demais movimentos<sup>148</sup>.

---

<sup>148</sup> Vide apêndice n.º 22.

## O Congo Léopoldville

O Congo Léopoldville, ex-Belga, é o território africano que mais emigrantes angolanos acolhe entre os anos 1950 e 1960. Entre os emigrados, a par das acções de feição humanitária, despontam vários movimentos e associações. Em nome dos povos angolanos, as actividades desses agrupamentos desgastam, de algum modo, a imagem internacional político-diplomática portuguesa.

A partir de movimentos cujo papel político é considerado medíocre, inoperante e «etnonacionalista», dirigidos por líderes desprovidos de preparação política (e académica, nalguns casos), refugiados, mais tribalistas e espectadores da libertação de Angola do que verdadeiros políticos<sup>149</sup>, difundem-se, como demonstraremos, para a opinião pública africana e internacional as ambiguidades da colonização portuguesa em Angola, sendo *a posteriori* absorvidos por uma elite politicamente «mais ambiciosa e bem informada»<sup>150</sup>.

O desabrochar desses movimentos, nos anos 1960, é visto a partir da UPNA que se torna um dos principais representantes do nacionalismo angolano, juntamente com o MPLA. A evolução da União das Populações do Norte de Angola (UPNA) para União das Populações de Angola (UPA) e, subsequentemente, para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) embate, inicialmente, com as marcas étnicas e regionalistas e contra os interesses de outros movimentos congéneres:

---

<sup>149</sup> Veja-se D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 311.

<sup>150</sup> Podem evocar-se a esse respeito as especificidades do ensino português em Angola que, a despeito dos modelos de outras potências coloniais, se baseia na assimilação. Num relatório dos SCCIA de 1974 sobre a avaliação da juventude perante os ventos a favor da independência de Angola, alude-se a uma situação de crise. Ressalta-se no mesmo documento que a contaminação ocorre nas camadas juvenis economicamente mais favorecidas, urbanas (brancas), mais por imitação «daquilo que passa lá fora», do que por motivações intrínsecas, causadas pelo ambiente local. Grosso modo, e paradoxalmente, o relatório aponta como causas explicativas do estado de inquietação dos jovens angolanos, sobretudo dos que vivem nos meios urbanos, a educação deficiente. Ao lado desse factor central, a educação, citam-se ainda: 1. A crise da instituição familiar; 2. A ausência de valores morais e religiosos; 3. A débil influência da escola na formação moral e cívica das camadas juvenis, devida, em grande parte, à pouca preparação pedagógica específica de boa parte dos professores que trabalham em Angola; 4. O divórcio entre a Igreja e o povo; 5. A propaganda desenvolvida pelos movimentos ditos «subversivos», através das rádios instaladas nos países estrangeiros. PT/ TT SCCIA, A juventude de Angola perante o momento actual, Relatório Especial de Informações n.º 1/74, Fevereiro de 1974 (Autenticado por António Alves Guerra, Chefe do Gabinete de Estudos e Henrique Chagas Lopes, Director dos Serviços), lv. 188. Veja-se mais as características do ensino colonial português, F. COOPER, *História de África: capitalismo, modernidade e globalização*; Elikia M'BOKOLO, *op. cit.*, vol. II; John TUCKER, *Angola: land of the blacksmith prince*, London, Wold Dominion Press, 1933.

Ngwizani-a-Kongo (NGWIZAKO, isto é, o entendimento do Kongo), Aliança dos Naturais do Zombo (ALIAZO), Origem dos Bakongo de Angola (NTÓ-BAKO), Movimento de Defesa dos Interesses Angolanos (MDIA) e Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)<sup>151</sup>, que entendem Angola limitada à circunscrição dos primeiros contactos e tratados firmados com os portugueses no século XIX<sup>152</sup>.

Num outro prisma, a ordem cronológica da formação e do aparecimento desses movimentos é resumida nos percursos do NGWIZAKO, da UPA-FNLA e da ALIAZO, que são as três grandes organizações políticas angolanas estabelecidas na capital congoleza (Léopoldville).

Em seguida, em 1960, aparece o MPLA, com os seus líderes Mário Pinto de Andrade e Viriato Clemente da Cruz, que tinham escolhido Conacri para a criação da sua sede, embora também existisse uma secção em Léopoldville.

A estas formações políticas angolanas em Léopoldville, juntam-se depois o MDIA, a NTÓ-BAKO e outros movimentos. Finalmente, num caso muito particular, aparece o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)<sup>153</sup>, que também se instala na capital congoleza.

---

<sup>151</sup> André Antoine MATUMONA, «A verdade sobre os partidos políticos de Angola», *Le Courier d'Afrique*, 1961 pp. 18-28.

<sup>152</sup> A título de exemplo, veja-se a Convenção entre Portugal e a Associação Internacional do Congo, de 1884. No caso do Enclave de Cabinda, veja-se os tratados de protectorado de *Chinfuma*, *Chikamba*, *Simulambuco*, *Fútula* e *Muanda*, assinados entre Portugal e os príncipes autóctones, entre 1883 e 1885. Cf. José Emílio de Santos e SILVA, *Congo e Loango nos tempos modernos*, Lisboa: Typographia Mattos Moreira, 1888; Joaquim MARTINS, *Cabindas: história, crença, usos e costumes*, Cabinda: Comissão de Turismo da Câmara Municipal, 1972, António Dias MADUREIRA, *Cabinda: de Chinfuma a Simulambuco*, Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

<sup>153</sup> Cabinda, enclave sob protecção portuguesa desde 1885, desenvolve, em relação aos movimentos angolanos, um nacionalismo distinto. Os movimentos cabindenses defendem a independência do enclave, excluindo-se da unidade de luta desenvolvida por Angola. Douglas Wheeler, destacando a influência nacionalista do MPLA em Cabinda, refere que é de total insucesso, ou quase, pois os cabindas encaram-no como um movimento de «estrangeiros» que os veio perturbar e comprometer aos olhos dos portugueses. D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 300.

Podem ver-se as mesmas considerações no relatório, de 1966, «Concertações/Contactos das autoridades portuguesas (no Comando de Massabi: Capitão Azeredo e o Chefe da PIDE/DGS) e os elementos de Cabinda residentes na República Popular do Congo», representados por Zacarias Macosso, Azor Macosso, Maria Dionga Nenette e Alexandre Taty. Sob signo de Alexandre Taty, com o codinome de «Agostinho», ministro do armamento do GRAE, fundou em resultado da sua dissidência da UPA-FNLA a Junta Militar Angolana no Exílio (JMAE), em 25 de Junho de 1965. Defende, como os outros movimentos surgidos na altura (MLEC, Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda; FLEC, Frente de Libertação do Enclave de Cabinda; CAUNC, Comité de Acção para União Nacional de Cabinda), a emancipação do Enclave de Cabinda à margem da luta de libertação de Angola. Na negociação com a DGS, concerta com esta entidade que a emancipação

A primeira manifestação associativa e reivindicativa angolana, entre os emigrados, no Congo Léopoldville, nasce em 1954 da falta de consenso sobre a titularidade do conhecido reino do Kongo sob domínio português.

Entre os seus presumidos herdeiros, duas linhagens de S. Salvador disputam o poder do trono do antigo reino do Kongo entre si. A primeira, de tradição católica, pretende restabelecer o antigo reino do Kongo entre os Bakongo de S. Salvador. Pretende, pois, entronizar o seu «rei», *Ntotela*, prolongando a vetusta hierarquia da tradição *bakongo* que remonta aos primeiros contactos com os portugueses. Outro grupo, ou linhagem, representada pelos protestantes, preconiza que o «rei» deve ser de etiqueta da sua conveniência.

As divergências entre as duas linhagens agudizam-se. Em resultado dessa crispação, cada uma entende legitimar-se politicamente. Criam-se, neste sentido, os dois primeiros movimentos políticos com características regionalistas em Angola.

O grupo católico, constitui-se numa associação de auxílio mútuo, que em 1960 se transforma em partido político, NGWIZAKO, com sede em Léopoldville. Já o segundo grupo, protestante, evolui do *ntotelismo*<sup>154</sup> para UPNA, em 1954, e UPA-FNLA, em 1958-1962, representado por Holden Roberto.

O NGWIZAKO, movimento político fundado por Garcia Monteiro Henriques Diasuka, presidido por António Emmanuel Loureiro, coadjuvado por José dos Santos Kasakanga, pretende agrupar no seu seio todos os emigrantes de expressão portuguesa<sup>155</sup> no Congo. O fim que o movimento se propõe atingir é o

---

do Enclave de Cabinda não se assemelha à luta desenvolvida pelos movimentos angolanos, sobretudo à travada pelo MPLA que está estacionado em Dolisie. Os cabindas, na óptica de Alexandre Taty, não se revêem no MPLA, propondo-se, assim, negociar directamente com Portugal os destinos do território. Vide PT/TT PIDE/DGS SC, CI(2), 3576, 7281-7283, 4 vol., 23 de Março de 1966, fls. n.ºs 302-308; PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042, Actividades de Alexandre Taty – JMAE – TEs, Ofício n.º 1002/70, Rel. N.º. 18/70-DINF/2, DGS Cabinda para DGS Luanda, 1970, fls. n.ºs 31-38.

<sup>154</sup> *Ntotelismo*, na língua kikongo, deriva de *Ntotela*, designativo da autoridade máxima do reino do Kongo (rei, reinado).

<sup>155</sup> Com o objectivo de reconstituir o antigo reino do Kongo, o NGWIZAKO é um movimento de anciãos de S. Salvador do Kongo maioritariamente emigrados no Congo Léopoldville. Embora desprovidos de preparação política e académica, tornam-se, entusiasmados pelo reavivamento do reino do Kongo, condutores das populações angolanas desterradas e não, originárias de S. Salvador. Desde Léopoldville, com argumentos de uma política de não-violência e a partir de interesses, promessas das autoridades portuguesas, o NGWIZAKO acredita nas suas pretensões de restabelecer o reino do Kongo. Propõe-se convencer o povo a regressar para Angola (S. Salvador

de promover a elevação do valor humano e a emancipação política do povo *bakongo* de Angola sob jugo português durante mais de 500 anos. Elege como palavra de ordem a independência de Angola. Uma Angola que, segundo o mapa apresentado por esse movimento, não engloba a totalidade do território colonial, mas apenas a região Norte<sup>156</sup>.

Segundo alegam os membros do NGWIZAKO, antes e depois de 1885, o Norte de Angola é chamado com exactidão Kongo. O elemento idiossincrático, *bakongo*, subjaz nas prioridades e objectivos das actividades desenvolvidas pelos responsáveis do NGWIZAKO. Antes da chegada dos portugueses, o Kongo tinha um rei negro. A Acta Geral de Berlim delimita a fronteira entre o Kongo e Angola. Os angolanos são, preferencialmente, os habitantes do antigo território do reino do Kongo, cuja capital é S. Salvador (a política colonial portuguesa banira a palavra Kongo, substituindo-a por Angola). No entendimento dos membros do NGWIZAKO, a união do Kongo e Angola é simplesmente administrativa<sup>157</sup>. O Kongo, português,

---

do Kongo). Alguns integrantes são adeptos do *kimbanguismo*, outros de *ngunza* (crença religiosa tradicional), e outros de cristianismo. Procuram apoios, pela aproximação aos usos, costumes e à tradição congolésas, de Kasavubu (ABAKO) e de Fulbert Youlou. Da constituição e estrutura do NGWIZAKO citem-se:

Ancião Garcia Monteiro Diasuka, natural de S. Salvador, fundador. António Emmanuel Loureiro, natural de S. Salvador, primeiro presidente. José dos Santos Kasakanga, nascido em S. Salvador em 27 de Junho de 1927, residente em Léopoldville e funcionário da firma Léopold Dupont. É o candidato apontado para ser o rei do Kongo, em 1961. José Milton Putuulu, natural de S. Salvador, vice-presidente geral e eleito presidente em 1966. Segundo informações do SCCIA concedidas pela embaixada de Portugal em Léopoldville, Holden Roberto persegue com frequência angolanos, mormente aqueles que se intitulam de interlocutores, negociando com o Governo português. José Milton Putuulu, por tais factos e na tentativa de prisão pelos agentes da UPA-FNLA, refugia-se em Angola. Antoine Medine, natural de S. Salvador, Inspector-geral. Martins Kialengeala, natural de S. Salvador, Inspector-geral. Monteiro Kiangala, natural de S. Salvador, Conselheiro Jurídico. Mavakala Gomes, natural de S. Salvador, Tesoureiro geral. Pedro Mouzinho, natural de S. Salvador, Tesoureiro-Adjunto. Pedro Nunes, natural de S. Salvador, vice-presidente. Henriques Nunes, natural de S. Salvador, presidente da juventude. Manuel Vieira, natural de S. Salvador, conselheiro geral. Manuel Baptista N'dimba e Garcia Miala, naturais de S. Salvador, vice-conselheiros. Eduardo Kanga, natural de S. Salvador, secretário-geral. Feliciano Rosa, natural de S. Salvador, comerciante, vice-presidente. Mavinga Antoine, natural de S. Salvador, empregado da Otace, secretário. Bida da Costa, empregado da Sedec, secretário adjunto, natural do Soyo (representante dos *Solongo*). António Neto, comerciante, natural de S. Salvador, tesoureiro. Anselmo Mendes, natural de S. Salvador, comerciante, membro do comité. Alberto Minga, natural de Cabinda, alfaiate, membro do comité (representante dos Cabindas). Pierre Malonga, natural de Maquela do Zombo, Uíge, motorista da Bralima, membro do comité (representante do grupo dos Bazombo). Felix dos Santos, natural de S. Salvador, empregado da Agrifor, membro do comité. PT/TT PIDE/DGS Del A, Processo de Informação n.º 11.14.A, cx. 1832.

<sup>156</sup> PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 76/62 (Unidade de Instalação 523), fls. n.ºs 157-162. Angola é o reino do Kongo cujo plano administrativo compreende cinco províncias: Zaire, Cuango, Uíge, Sanza e Quibaxi, formando 14 distritos e 59 concelhos. *Vide* apêndice n.º 2: Mapa e Estatutos do NGWIZAKO; apêndice n.º 18: resumo do plano administrativo do NGWIZAKO.

<sup>157</sup> Veja-se PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 76/62 (Unidade de Instalação 523), fl. n.º 157 e segs.

deve ser dirigido por um «rei». Lembre-se que das várias figuras que pontificam no Movimento Nacionalista Africano (MNA), por cerca de 1930, constava um «rei» do Kongo. O NGWIZAKO está assim predisposto a eleger, coroar e entronizar um novo «rei» (José dos Santos Kasakanga), em 17 de Fevereiro de 1961, como substituto do «rei» D. António III, falecido em 11 de Julho de 1957<sup>158</sup>.

Os *bazombo*, grupo de comerciantes e agricultores do Norte de Angola, povoam a província do Kongo-Angola (Kongo português). Em conjunto com os habitantes de S. Salvador, todos da etnia *bakongo*, associam-se numa única organização de ajuda mútua para o acesso do Congo Léopoldville à independência. Criam, em 1958, por intermédio de André Massaki, empregado da Missão Evangélica do Congo Léopoldville, conjuntamente com Emmanuel Kunzika, (funcionário comercial), Domingos Teka (empregado comercial), Martin Sanda, Antoine Matumona (empregado do Banco Belga do Congo), Ferdinand Kiesi (empregado comercial) e muitos simpatizantes do *kimbanguismo*<sup>159</sup>, o grupo Assomizo. Este grupo passa depois a denominar-se grupo Soumizo, isto é, «grupo dos capitalistas Bazombo», filiados da ABAKO e, finalmente, no ano de 1960 transforma-se na ALIAZO, Aliança dos Naturais do Zombo<sup>160</sup>. A ALIAZO, contrapor-se-á às políticas coloniais de Portugal, assistindo os refugiados angolanos no Congo Léopoldville. Os seus representantes arrogam-se legítimos representantes do povo angolano, assim como defensores da libertação colonial, pois Portugal usurpara por traição a confiança dos ancestrais do Kongo. Em 24 de Novembro de 1961, Emmanuel Kunzika, 1.º vice-presidente da ALIAZO e Martin Sanda, conselheiro, pronunciam-se em nome de Angola aquando da 16.ª Assembleia Geral da ONU em

---

<sup>158</sup> A cerimónia não acontece, o Administrador do Concelho de S. Salvador não autoriza. PT/TT PIDE/DGS Del A, Processo de Informação n.º 11.14.A, cx. 1832, fls. n.ºs 342-350.

<sup>159</sup> *Kimbanguismo* é um dos movimentos (ao lado do *tokoismo* e do *lassismo*) profético-salvíficos autóctones nascidos em África que exercem profunda influência nos tempos que precedem a independência, no século XX, nos três Congos: belga, português e francês. O movimento é fundado por Simon Kimbangu (1880-1951). Veja-se Ruy BLANES, «Biografias proféticas», in José NEVES (dir.), *Quem faz a história: ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, Tinta-da-China, 2016; Ruy BLANES e Ramon SARRÓ, «Geração, presença e memória: a Igreja Tocoísta em Angola», *Etnográfica*, 19, n.º 1, 2015; Ruy BLANES, «O Messias entretanto já chegou: relendo Balandier e o profetismo africano na pós-colónia», *Campos Revista de Antropologia Social*, 10, n.º 2, 2009; Cléria de Lourdes FERREIRA, «O tokoismo como elemento de identidade angolana: 1950-1965» Faculdade de Letras, Lisboa, 2012; Silva CUNHA, *Aspectos dos movimentos associativos na África negra*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958, vol. I; *ibidem*, 1958, vol. II.

<sup>160</sup> PIDE/DGS, Del A, Processo de Informação 11.17.B, cx. 1835, fls. n.º 2 e segs. Vide apêndice n.º 3: insígnia da ALIAZO – Associação dos Zombo.



Nova Iorque. Acontecimento que, sendo ou não reconhecidos pelas autoridades portuguesas, estes interlocutores desvelam a pertinência da situação política de Angola.

Por seu turno, a NTÓ-BAKO, igualmente na região *bakongo*, teria sido organizada por alguns líderes da ABAKO<sup>161</sup>. Estes, ao início pretendem, pela afinidade étnica, anexar a região Norte de Angola no Congo Léopoldville<sup>162</sup>. Todavia, em consonância com os conselheiros da ABAKO, entre eles o ancião Lukoqui Luanzinga, natural do Congo português (S. Salvador), justificam aos líderes da ABAKO demonstrando as especificidades dos *bakongo* de Angola. Logo, por intermédio do ancião Lukoqui Luanzinga, os membros da NTÓ-BAKO kongoleses, mas portugueses, do Norte de Angola, aspiram libertar-se do jugo colonial de Portugal. A NTÓ-BAKO de Angola é assim esboçada em Agosto de 1960.

Com Angelino Alberto<sup>163</sup>, futuro presidente da organização, a NTÓ-BAKO evolui para partido político da causa de libertação de Angola em Setembro de 1960. Feito

---

<sup>161</sup> ABAKO, Aliança ou Associação dos Bakongo. Partido político da ex-colónia belga, fundado oficialmente em 26 de Junho de 1959 por Joseph Kasavubu, primeiro presidente da República do Zaire, desempenha um importantíssimo papel na luta pela independência do Congo Belga.

<sup>162</sup> Vide apêndice n.º 4: localização e insígnia da NTÓ-BAKO.

<sup>163</sup> Angelino Alberto, presidente da NTÓ-BAKO. Natural da Damba, Uíge, nasce a 12 de Fevereiro de 1936. Filho de Alberto Santos Bucu e de Zita. Tem residência em Luanda, em 1962, na Rua Brito Godins n.º 13, 3.º Esq. e outra no Congo Léopoldville. É ajudante de mecânico na administração da Damba e exerce a profissão de motorista. Termina os estudos do 1.º grau na sua terra natal, Damba, no distrito do Uíge. Emigra para o Congo Léopoldville, onde teria realizado outros estudos elementares, tendo sido enquadrado, durante a administração belga, nos serviços da Polícia Judiciária. Frequenta em França um curso abreviado de Direito na Sorbonne e tem algumas noções de italiano, pela sua passagem em Roma durante 52 dias. Casa-se com Maria Natividade Santos, portuguesa, no ano de 1962, em Lisboa. Solicita, para o seu casamento, apoio do Governador-Geral de Angola que merece deferimento, deslocando-se a Lisboa de avião militar, em Agosto de 1962. É adepto do *kimbanguismo* e do *tokoismo*. Conforme a documentação da PIDE, reunião de instrução e informação da rede «A», as autoridades portuguesas dão fé que Angelino Alberto é um agente confiável. Em nome do seu movimento, NTÓ-BAKO, intervirá a favor da soberania portuguesa em Angola nos círculos congolezes e internacionais. Postura que assume nas suas viagens, acompanhado por Emmanuel Mbunga, em Belgrado (na conferência dos neutralistas, 1961); em Roma, na República Árabe Unida (RAU) no ano de 1961 e em Lisboa. Percebe-se ainda que por seu intermédio, a NTÓ-BAKO detecta e entrega uma carta «comprometedora» à embaixada de Portugal em Léopoldville, em resultado da qual é preso o cónego Manuel das Neves, em 1961, que lhe vale entre outras razões a deportação. PT/TT PIDE/DGS Del A, PR, 6959, cx. 1090, fl. 333. Constam da direcção da NTÓ-BAKO outros nomes, todos Bakongo, no Congo Léopoldville, maioritariamente com o estatuto de emigrante e sem bases culturais, intelectuais e políticas suficientes. Anciãos Lukoqui Luanzinga, Pedro Domingos e Zimeni Jacob Jacques, fundadores da NTÓ-BAKO. Zimeni Jacob Jacques, natural do Beu, Concelho do Zombo, Uíge, emigra desde cedo para o Congo Léopoldville. É escriturário e desempenha as funções de inspector da NTÓ-BAKO. Emmanuel Mbunga, filho de Bula e de Isabel Massanga, conselheiro geral da NTÓ-BAKO. Nasce em Sanza Pombo, Uíge, em 18 de Agosto de 1920. Motorista de profissão, residente na R. Luvua, 99, Avenue Elizabeth, Bruxel-Nord, Léopoldville. Casado com Ana Lumengo e pai de Leonel de

de Angelino Alberto conseguido pelo seu dinamismo e, também, por colaboracionismo com as autoridades portuguesas. A NTÓ-BAKO traça as suas bases nas ideias pan-africanistas que conduzem à independência de vários territórios africanos. Decalca os seus intentos nos moldes da ABAKO — partido da qual se inspira e donde emergem os dirigentes do novel Estado vizinho de Angola, o Congo Léopoldville. Interpretando a ideia de uma consciência política nacional angolana, a NTÓ-BAKO refuta (inicialmente) a nacionalidade portuguesa dos nativos angolanos e delinea uma nação angolana. A independência de Angola é a sua palavra de ordem. Porém, em termos práticos e segundo percebemos, a NTÓ-BAKO, pouco transparecerá como organização independentista.

Sublinha-se que esses movimentos (NGWIZAKO, ALIAZO, NTÓ-BAKO), preocupados com o amparo mutualista das populações refugiadas, concretamente das do Norte de Angola após os acontecimentos de 15 de Março de 1961, cedo,

---

Sousa Coxe, também dirigente da NTÓ-BAKO, solteiro, estudante. Emmanuel Tulengana, secretário-geral adjunto da NTÓ-BAKO. Tinha sido preso pela UPA-FNLA e enviado à base de Kinkuso onde se torna membro do GRAE, passando a trabalhar no ELNA com a função de oficial. Miguel Dialo, membro da NTÓ-BAKO, muda-se por instigação dos agentes de Holden Roberto para a UPA-FNLA, tendo antes passado pelo Partido Democrático Angolano (PDA), facção anti Emmanuel Kunzika, presidente. Francisco Tomás, casado com Juliène Masomo, funcionário, nascido em 14 de Fevereiro de 1921 em Sanza Pombo, Uíge. Filho de Quissange e de Quissanga, residente em Léopoldville. Vice-presidente da NTÓ-BAKO até 1963, acompanha Angelino Alberto na sua primeira viagem a Luanda. Com certa cultura, mantém maior ascendente sobre os outros dirigentes da NTÓ-BAKO, inclusive sobre o próprio presidente, Angelino Alberto. É preso em 1963 pelas autoridades militares portuguesas e entregue à subdelegação da PIDE em Carmona, acusado de estar ligado aos movimentos angolanos de contestação portuguesa em Léopoldville. Sabe-se que em 1966 solicita, juntamente com Emmanuel Mbunga, enquanto informadores da embaixada de Portugal em Léopoldville, apoio para regressar a Angola em virtude da perseguição do movimento de Holden Roberto. Michel Lumuango, 2.º vice-presidente da NTÓ-BAKO, natural de Macolo, Uíge e empregado comercial, é um dos conhecidos informadores da embaixada de Portugal em Léopoldville. Perseguido pelo GRAE, solicita, em 1966, auxílios e autorização à embaixada portuguesa a fim de se refugiar em Angola com a sua família. Instala-se, desta feita, em Quimbata, Maquela do Zombo, no Uíge. Emmanuel M'panzu, chefe da secção da NTÓ-BAKO em Matadi (sem informações adicionais). Francisco Pinto Maluta, solteiro, agricultor (em 1964), natural de Macacola, circunscrição de Santa Cruz, Uíge. É preso e condenado em Fevereiro de 1963 a 5 anos com residência fixa no campo de trabalho de Missombo. Alberto da Cruz, membro do comité central. Sozinho Pinto, chefe de secção da NTÓ-BAKO, Léopoldville. Pedro Nzau ou Afonso Atrazado, natural de Zungo, informador da PIDE. Em contacto com os militantes da UPA-FNLA, MPLA, ALIAZO, colhe informações de interesse para o governo transmitindo-as a Angelino Alberto. É considerado pela PIDE como agente secreto da milícia. João Makengo, membro do comité central da NTÓ-BAKO. Domanueno Mbala, comerciante, nasce em Kidisa em 1906. Casado com Nzamba Marie e residente Léopoldville, representa a NTÓ-BAKO na capital Congoleza. Luvuezo David, presidente do comité central da NTÓ-BAKO. Congolo Simão, agente secreto da NTÓ-BAKO. Rui Quiala, natural de Quimbele, Uíge. Guarda de profissão, residente em Léopoldville, membro da NTÓ-BAKO.

pelas mesmas populações, contrariaram-se com desavenças recíprocas, fragilizando os objectivos por que todos perseguem.

As controvérsias recobrem sentimentos de rivalidade associativistas, pois cada movimento pretende afirmar-se, fora do território das suas origens, como o representante legítimo das populações naturais de Angola. O resultado das contradições, contrárias aos objectivos de afrontar a colonização portuguesa, enfraquece o papel desses movimentos na organização das populações.

Perante a perícia da PIDE, esses movimentos apresentar-se-ão frágeis, com dirigentes pouco preparados cultural, intelectual e politicamente, e muitos deles, aliciados por favores, colaborarão com as autoridades portuguesas. Os casos mais conhecidos são os do NGWIZAKO, da NTÓ-BAKO e o MDIA<sup>164</sup>. Tal leva as autoridades coloniais a reafirmarem a sua soberania sobre o território, tal como estava plasmado na Constituição de 1933, no seu artigo primeiro.

Na sequência dos acontecimentos de Março de 1961, Angelino Alberto, presidente da NTÓ-BAKO, será um dos que, em colaboração com as entidades coloniais, sensibilizará o povo a regressar aos locais de origem. Esta tarefa valer-lhe-á vários benefícios para os seus anseios de poder<sup>165</sup>, mas também perseguições por parte da UPA-FNLA. Segundo Holden Roberto, «Angelino Alberto teria sido convidado pelo Governo Português para assumir altas funções em Angola e, por conseguinte,

---

<sup>164</sup> O diário catanguês noticia em 11 de Julho de 1963, a propósito da rivalidade dos movimentos angolanos sediados em Léopoldville, «Les divers millieux politiques angolais en efervescence», a partida para Luanda do presidente do MDIA, Jean Pierre Mbala, que assume a colaboração com as autoridades portuguesas, logrando, inclusive, bolsas de estudo para jovens do seu movimento. Refere-se, ainda, a atitude de Jean Pierre Mbala que, em conjunto com o NGWIZAKO, MNA, MPLA, elabora uma declaração na qual se opôs aos intentos da formação do GRAE pela UPA-FNLA. No tocante ao NTÓ-BAKO, único partido reconhecido em Angola, são vários os documentos que atestam a sua ligação às autoridades portuguesas. O nome NTÓ-BAKO transparece como o pretexto no qual Angelino Alberto conduz o seu partido, inicialmente denominado Partido Nacional Popular Ultramarino (PNPU), *a posteriori*, Movimento Democrático Português MDP NTÓ-BAKO-Angola. No logótipo dos seus distintivos lê-se: Partido Conservador NTÓ-BAKO, Pátria-Deus-Família-Unidade, Angola – Portugal; Partido NTÓ-BAKO-Angola, Caixa Postal 86, Luanda-Angola. *Vide* Informação n.º 163-SC/CI/(2), enviada à Presidência do Conselho, Ministério da Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros e PIDE Angola, Cabo-Verde e Guiné, *in* PT/MNE/DAB – UM/GNP M 83, Processo n.º 940, 1, PAA; PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 97, Processo n.º 940, 1(7); PT/TT SCCIA, Actividades NTÓ-BAKO, Processo de Informação n.º 15, U.L., cx. 231, 319; PT/TT SCCIA, NTÓ-BAKO, Processo de Informação n.º 21, U.L., cx. 233, fl. n.º 69; PT/TT PIDE/DGS Del A, PR, 6959, cx. 1090, Entrevista de Angelino Alberto no *Echo du Congo*, 19.05.1962, fls. n.ºs 244-250.

<sup>165</sup> Sobre o percurso de Angelino Alberto e a sua ligação/colaboração com as autoridades portuguesas, *vide* PT/TT SCCIA, Actividades NTÓ-BAKO, Processo de Informação n.º 15, U.L., cx. 231, 319, fls. n.ºs 2-20; 27-42.

era uma manobra portuguesa que se destinava a criar “novas divisões entre o povo angolano”»<sup>166</sup>. Não são poucas as viagens de Angelino Alberto a Luanda. Para Holden Roberto, fica clara a mancomunação dos *ntó-bakistas* com Portugal.

As desinteligências entre Holden Roberto e Angelino Alberto não podiam deixar de se acentuar quando este, indigitado por outros movimentos, NGWIZAKO e MDIA, a fim de os representar nas negociações com as autoridades coloniais, escreve ao Governador de Angola, referindo:

É sinceramente por amor à Pátria e com votos de continuidade da civilização luso-europeia em África, nomeadamente em terras da querida vasta Angola que me tenho debatido, traçando medidas de influenciar os meus queridos irmãos angolanos em comum, naquilo que convictamente acho, tenho, sinto, julgo como medidas estáveis, seguras e indicadas para assegurar a nossa unidade e a firmeza única para um futuro uno e fecundo<sup>167</sup>.

Face ao objectivo dos movimentos angolanos de afrontar as autoridades coloniais, tendo em vista a libertação da condição colonial, Angelino Alberto é acusado de traição. Acrescente-se, neste sentido, a propaganda das autoridades portuguesas. Em 1962, o jornal *Diário de Luanda*, aludindo à reposição da ordem no norte de Angola após os acontecimentos de 15 de Março de 1961, estampa como manchete: «Efectivamente português!».

Angelino Alberto é um português, de raça negra, de Angola, chefe da NTÓ-BAKO, organização que congrega 800 000 angolanos. Depôs perante a Comissão das Nações Unidas e disse da sua razão de ser português. Portugal está a formar em Angola um grande, novo e portentoso Brasil<sup>168</sup>.

Este argumento extraído da participação de Angelino Alberto, em nome da causa angolana e da NTÓ-BAKO, perante a Comissão de Tutela da ONU, é objecto de duras críticas. Angelino Alberto classifica os movimentos de libertação como grupos rebeldes, bandidos e comunistas, e faz a apologia da administração portuguesa. A petição de Angelino merece, por isso, críticas do delegado do Níger. Na sua intervenção, o delegado nigerino manifesta-se indignado por «um “irmão” africano

---

<sup>166</sup> PT/TT SCCIA, NTÓ-BAKO, Origine du peuple Bakongo Angola, Processo de Informação n.º 60, U.L., cx. 237, fls. n.ºs 124-125.

<sup>167</sup> PT/TT SCCIA, NTÓ-BAKO, Processo de Informação n.º 4, U.L., cx. 231, fl. n.º 113.

<sup>168</sup> *Diário de Luanda*, 7 de Dezembro de 1962, in PT/TT PIDE/DGS Del A, PR, 6959, cx. 1090, fls. n.ºs 150; 152.

poder ser um fantoche e um boneco de palha, desrespeitando a honra africana»<sup>169</sup>. Segundo este representante do Níger, deveria ter sido escolhido outro enviado que não um advogado manobrável de uma causa má.

O Estado português não se convence em abandonar Angola. Manipula quanto pode os movimentos angolanos emergentes. Nos seus pronunciamentos a favor das suas políticas, as autoridades portuguesas tentam dissimular o poder colonial ainda vigente no território perante a opinião pública internacional. Mas, é também através desses movimentos, politicamente incipientes, que as políticas portuguesas em Angola vão se difundindo insofismavelmente como opressoras entre as populações, esperançosas pelas promessas de libertação emanadas desses grupos. Os movimentos sediados no exílio ecoam sobretudo nos círculos africanos, mas também nos internacionais, concitando a solidariedade para o combate ao regime vigente em Angola.

A UPA-FNLA, instalada como «representante-mor» da causa angolana e apoiando-se nas influências conquistadas em todo o Baixo-Congo ex-Belga e na República do Congo (Léopoldville, Matadi, Brazzaville e Ponta-Negra), desencadeia perseguições àqueles movimentos que acusa de traidores. Apesar disso, a mesma UPA-FNLA não reúne consenso entre todos os seus correligionários Bakongo, do norte de Angola. O apego excessivo ao conservadorismo (defesa da herança do antigo reino do Kongo), aceite por um pequeno núcleo *bakongo*, de S. Salvador, deixa antever que o movimento de Holden Roberto tem dificuldades em se desapegar da sua fórmula UPNA. No seio dos Bakongo, os membros não naturais de S. Salvador do Kongo, terra de origem de Holden Roberto, perdem a consideração e privilégios no movimento.

Infere-se, portanto, que é através da UPNA/UPA-FNLA, nos fóruns estrangeiros (Léopoldville, Brazzaville, Zâmbia), que se originam os vários movimentos que, difundindo embora a contestação das políticas coloniais portuguesas em Angola, não abandonam as ambições regionalistas. Fundados por indivíduos, como referenciámos, emigrados, denotam falta de preparação política, podendo concluir-se a sua fácil manipulação e a sua inclinação para os interesses mais

---

<sup>169</sup> PT/TT PIDE/DGS Del A, PR, 6959, cx. 1090, Emissões da Rádio Brazza-Moscovo-Gana, 1-5 de Dezembro de 1962, fl. n.º 153.

personais do que colectivos, no sentido de se solucionar o problema político de Angola que advogam.

Além do NGWIZAKO, da NTÓ-BAKO e da ALIAZO, o MDIA, por exemplo, é um desses movimentos que se formam numa dissidência da UPA-FNLA. Um grupo de jovens, na sua maioria *bazombo*, que compõe grande parte do Comité Directivo da UPA-FNLA, afasta-se deste movimento por reprovar abertamente o isolacionismo e a prepotência de Holden Roberto relativamente ao partido.

Da UPA-FNLA, os dissidentes *bazombo* antigos filiados e desavindos da ALIAZO, não tendo nenhum acordo sobre a sua integração nos movimentos de defesa dos angolanos, fundam o MDIA, em 1962, sob comando de Jean Pierre Mbala e Albert Matundu, funcionários e residentes no Congo Léopoldville. O MDIA dissolve-se em 1964, tendo os seus integrantes aderido ao PDA, Partido Democrático Angolano, de Emmanuel Kunzika e Martin Sanda que, por sua vez, conflui na constituição da UPA-FNLA por influência de Holden Roberto, numa parceria que procura «orientar a luta pela independência nacional de Angola baseada na colaboração fraterna entre todas as etnias de Angola, e dentro dos moldes do respeito à integração territorial do país»<sup>170</sup>. Holden Roberto ostenta, em relação aos líderes de outros movimentos, de maior aceitação nos círculos políticos de Léopoldville onde todos estão instalados. Este reconhecimento eleva não só a visibilidade política do movimento UPA-FNLA como incita para que Holden Roberto se afirme como o líder da causa angolana. É neste sentido que, além das divergências apresentadas por esses movimentos, no seio Bakongo, Holden Roberto celebra acordos com os movimentos congéneres, minorando, entretanto, o seu protagonismo. A estratégia de Holden Roberto (reunir todas as forças vivas numa Frente Nacional de Libertação), como aludiremos mais adiante, no capítulo seguinte (III), altera o ponto de vista do nacionalismo da UPA-FNLA. Neste sentido, é na vertente territorial que se pode vislumbrar a orientação do nacionalismo angolano.

Outras iniciativas, no conjunto Bakongo de Angola emigrado no Congo Léopoldville, incentivam a solidariedade mutualista existente entre os angolanos exilados pela situação colonial, assim identificada pelos que se encontram no território congolês.

---

<sup>170</sup> PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, cx. 2885; PIDE/DGS, Del A, Processo de Informação 11.17.B, cx. 1835.

O gérmen da UPA-FNLA, da UPNA, provoca um efeito dominó sobre o questionamento da ocupação colonial portuguesa de Angola.

No ano de 1962, Mbala Manuel, Mpinda Afonso, F. Kiangani Edouard, S. António David, Nkoko André e António Lino, fundam o Rassemblement des Chefs Coustumiers du Kongo Portugais (RCCKP). Associação apolítica que tem como objectivos, segundo Mbala Manuel, promover o entendimento entre os habitantes do Kongo português, interceder pelas populações angolanas junto das autoridades portuguesas e negociar a paz. Esse movimento não tem visibilidade política e a sua expressão, entre os angolanos em Léopoldville, é muito efémera.

Os *baxikongo*, originários de Santo António do Zaire, reunidos sob a iniciativa de António Monteiro Pereira Nunes, fundam a Frente Nacional Angolana (FNA), em 21 de Julho de 1962. À semelhança do MDIA, a FNA é uma organização constituída por dissidentes da UPA-FNLA. Intitulada Frente Nacional Angolana, preocupa-se com os angolanos naturais do antigo reino do Kongo. Apela às suas congéneres — MDIA, NGWIZAKO, MLEC e NTÓ-BAKO — para formarem uma frente comum no enfrentamento da ocupação portuguesa do território.

A mesma pretensão da FNA têm Carlos Pinto Nunes Vunzi e David Muanza com a fundação da União Progressista Nacional de Angola (UPRONA) e demais dissidentes da UPA-FNLA com a formação da Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA) que, sem um programa de acção concreto, serve de trampolim para os objectivos do MPLA.

A criação da FDLA, em 1963, deve-se a Agostinho Neto. A iniciativa resulta do seu comunicado que, reagindo à constituição e reconhecimento pelo governo congolês do GRAE, agrupa para os interesses do MPLA o MNA, a UPRONA, o NGWIZAKO e a UNTA<sup>171</sup>.

A constituição do GRAE pela UPA-FNLA, em 1962, a aceitação de Holden Roberto pelo Governo de Léopoldville (Julho de 1963) e, por intermédio deste, o reconhecimento do GRAE pela OUA (13 de Julho de 1963), o MPLA vê-se atrasada na representação da causa angolana. Ademais, a fragilidade do MPLA reflecte-se

---

<sup>171</sup> PT/TT AOS, U.L. 59, cx. 854, pasta n.º 12, fl. n.º 301; PT/MNE/DAB – UM/GNP, Processo n.º 940, 1 (7) D, Agitação nas províncias ultramarinas/Angola, 1961/62/63.

também, internamente, pela dissidência de Viriato da Cruz, em Dezembro de 1962, pela chegada de Agostinho Neto à Léopoldville. A facção dissidente de Viriato da Cruz, separada do MPLA em Julho de 1963, aproxima-se da UPA-FNLA em Abril de 1964, valendo-lhe um comunicado de aceitação pelo GRAE<sup>172</sup>. A FDLA justifica-se, no Congo Léopoldville, porquanto este país ser um dos principais redutos dos movimentos emancipalistas angolanos cuja dianteira (a nível africano e internacional) é representada pela UPA-FNLA. Por estas razões, a FDLA, em relação às diligências da UPA-FNLA em Léopoldville, constitui-se em nome do MPLA, com algum sucesso, como manobra para penetrar nos círculos dos líderes dos movimentos angolanos, Bakongo e demais, congéneres da UPA-FNLA (NGWIZAKO, UPRONA, NTÓ-BAKO, MDIA, MNA) e, a seguir, entravar a visibilidade deste último com o GRAE nos palcos políticos africanos, mormente junto da OUA. O protagonismo da FDLA diante dos «pequenos» movimentos angolanos no Congo Léopoldville, não transita para o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) que, com os outros grupos de origem cabindense (Aliança do Maiombe, ALIAMA e Frente de Libertação de Cabinda, FLEC), defendendo a autonomia do território de Cabinda em relação ao de Angola, se opõe tanto ao GRAE como à FDLA<sup>173</sup>.

No período entre 2 e 26 de Maio de 1965, é formada a Frente Patriótica para a Independência do Kongo Português (FPIKP), em Léopoldville. Idealizada por individualidades *bakongo*, é composta por indivíduos da ala protestante da NGWIZAKO presidida por Putuilu José Milton, por uma facção do NTÓ-BAKO liderada por Lele François e, ainda, pela RCCKP, a Associação dos Chefes Costumeiros do Kongo Português, agrupados sob a égide de Afonso Matondo Proença.

Os objectivos políticos da FPIKP atêm-se à obtenção da independência para o Kongo Português, por meios não-violentos, especialmente através de negociações com Portugal.

---

<sup>172</sup> Cf. Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Os anos da guerra colonial: 1964. Três teatros de operações*, Lisboa, QuidNovi, 2009, vol. 5, pp. 29-30; Idem, *Guerra colonial: Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa: Diário de Notícias, 1997, pp. 572-573.

<sup>173</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP, Processo n.º 940, 1 (7) D, Agitação nas províncias ultramarinas/Angola, 1961/62/63.



Os seus principais fundadores e líderes, originários do Norte de Angola, são Afonso Matondo Proença, presidente; Eduardo Makumbi, secretário-geral; Danu José Bernardo, director-político e Putuilu José Milton, secretário dos Negócios Estrangeiros. Em defesa da independência do Kongo Português, recorrem à OUA, aos Chefes de Estado Africanos e deixam um apelo ao MPLA e ao GRAE.

Dirigindo-se ao Secretário-Geral da OUA, Diallo Telli, por carta, em 24 de Setembro de 1965, a FPIKP recorda que a OUA pouco tem feito para o bem do povo do Kongo Português, visto dar mais créditos ao MPLA e ao GRAE, instituições comunistas.

Aos Chefes de Estado Africanos, em 21 de Outubro de 1965, a FPIKP justifica as particularidades do território da sua reclamada jurisdição, antigo reino do Kongo, português, o qual se distingue do resto dos domínios portugueses e que pelo respeito às tradições ancestrais africanas deve ser restabelecido. A FPIKP não adequa os seus objectivos aos da solidariedade da luta anti-colonial desenvolvidas por todas as forças angolanas. No entender deste movimento, e perante as políticas bipolares, o nível de desenvolvimento que a parte Sul de Angola (mais avantajada) ostenta, fundamenta para que o Kongo Português seja um país distinto do resto de Angola<sup>174</sup>.

Várias diligências são desenvolvidas em África, no intuito de publicitar a situação do Kongo dito português, das suas especificidades e do êxodo das suas populações para o Congo Léopoldville. O Padre Fulbert Youlou (1917-1972), primeiro Presidente do Congo Brazzaville, é uma das figuras muito solicitadas pela FPIKP, assim como o foram Kasavubu e o seu partido ABAKO.

Como passa a ser prática, em nome dos angolanos refugiados do regime colonial português, várias individualidades procuram ter visibilidade política no Congo Léopoldville e noutros territórios limítrofes de Angola. Proliferam na década de 1960 movimentos que sendo efémeros, como temos salientado, não deixam de propagar o ideal da libertação de Angola entre as populações, tomando como exemplo os recém-independentes territórios africanos. Também em consequência destas ações, a política colonial portuguesa da época é desvelada como inapropriada nos palcos internacionais.

---

<sup>174</sup> PT/TT SCCIA, Actividades da FPIKP, cx. 255, Processo de Informação n.º 141, fl. n.º 7.

A par das iniciativas dos Bakongo, por volta de 1963, José Paulo Chirengemo, natural de Angola, faz-se representante dos angolanos originários do antigo reino Cokwe (região do leste do território de Angola). Em Léopoldville, traça um breve historial no qual faz saber ao embaixador de Portugal que, antes de os portugueses chegarem a África, os africanos viviam em reinos, Cokwe, N'gola, Kongo, Bailundo entre outros. Depois de chegarem, os portugueses, os belgas, os franceses e os ingleses acabam com o regime das chefaturas africanas. Chirengemo funda, por isso, o Partido Nacional Africano (o PNA) em defesa dos angolanos estacionados na fronteira de Angola e Congo Léopoldville.

Segundo Chirengemo, o seu povo, dentre os Cokwe do Congo e da Rodésia, pertence a Angola. Em Angola estão distribuídos em três distritos, a saber: Lunda, Moxico e Kuando Kubango. Os Cokwe do Congo e da Rodésia revêm-se na Associação dos Cokwe do Congo, Angola, Rodésia (ATCAR). Segundo ele, o PNA delinea como actividade política unificar todas as forças angolanas no intuito de uma colaboração acerca da libertação de Angola<sup>175</sup>.

Chirengemo salienta ainda que o PNA é uma organização de massas. Em nome do povo angolano, predispõe-se a negociar através da embaixada de Portugal em Léopoldville as vias para uma transição pacífica do poder colonial. Apela a que Portugal siga o exemplo da França, pois o PNA não é contra o povo português. O ideal do PNA é aproximar-se de todos os povos defensores da paz e do progresso mundial. São vários os registos da tentativa de aproximação do PNA com as autoridades portuguesas, em nome das populações da Lunda. Dentre essas, sublinha-se o interesse de colaboração em contraposição com as actividades da UPA-FNLA e do MPLA que investem na independência de Angola por meio da guerra.

Ainda na República do Congo Léopoldville, província do Katanga, dois movimentos políticos distinguem-se a par da influência da UPA-FNLA representada por José Manuel Peterson. A União Nacional dos Angolanos (UNA), antigo Conselho do

---

<sup>175</sup> Ver apêndice n.º 5: Mapa de Angola e a influência dos partidos e movimentos angolanos — PNA.

Povo Angolano (CPA) e a Associação dos Cokwe do Congo-Angola-Rodésia (ATCAR) <sup>176</sup>.

A UNA é fundada por dissidentes da UPA-FNLA, André Martins Kassinda Soma, Marcos Kassenge e Elias Horshi, que se incompatibilizam com Holden Roberto a quem acusam de separatista, ditador e de mandar liquidar nacionalistas que não pertencem à etnia *bakongo*, em Elizabethville.

Autorizada pelas autoridades congolezas a desenvolver actividades de assistência entre os angolanos estacionados em Elizabethville, a UNA é contestada por indivíduos afiliados à UPA-FNLA, por a considerarem contrária aos interesses da UPA-FNLA. Apesar das contestações e perseguições da UPA-FNLA, os membros da UNA estendem as suas actividades a Jadotville e a Kolwezy.

Sabe-se que as rivalidades entre a UPA-FNLA e o MPLA pela liderança da causa angolana e a disputa de cada um sobre as populações angolanas no estrangeiro constam, entretanto, ao cônsul de Salisbúria (Rodésia), como consta a informação de que a UNA é uma associação manobrada pelo MPLA para, através dela, constituir uma frente em que o MPLA tenha preponderância absoluta no Congo Léopoldville. Os fundadores da UNA são publicistas do CPCP, Comité Preparatório do Congresso Popular, que tem por missão organizar um congresso de naturais da província de Angola do qual deverá nascer uma «frente unida» dos partidos angolanos<sup>177</sup>.

Na verdade, de reduzida projecção política, a UNA pretende englobar os angolanos em Elizabethville oriundos do Centro, Sul e Leste de Angola num agrupamento político separado e em oposição à UPA-FNLA (constituída por elementos originários do Norte de Angola, principalmente, do grupo Bakongo). Defende, por isso, a criação de um segundo país no território de Angola que englobe as suas regiões de origem e que esteja completamente separado do Norte<sup>178</sup>.

---

<sup>176</sup> Veja-se Ministério dos Negócios Estrangeiros, Organizações nacionalistas angolanas, Informação n.º 163-SC/CI/(2), enviada à Presidência do Conselho, Ministério da Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros e PIDE Angola, Cabo-Verde e Guiné, PT/MNE/DAB – UM/GNP M 83, Processo n.º 940, 1 – PAA.

<sup>177</sup> PT/TT SCCIA, Actividades da UNA, cx. 258, Processo de Informação n.º 167, fl. n.º 12.

<sup>178</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 97, Processo n.º 940, 1(7).

A ATCAR no Katanga elege como objectivo defender os interesses do grupo étnico *cokwe*, tanto no Congo, na Rodésia, como em Angola. Para as autoridades portuguesas, este movimento parece mais um partido congolês, cujas acções em defesa dos interesses dos *cokwe* angolanos, não abalam as políticas na província ultramarina de Angola.

Em 1966, em Lubumbashi, Augusto dos Santos funda a União Nacional Luso Angolana (UNLA) reunindo cerca de 8 775 angolanos da antiga União Nacional Angolana (UNA)<sup>179</sup>. A actuação deste partido, muito efémero, é registada pela correspondência que mantém com a embaixada de Portugal em Lubumbashi. O seu executivo insiste em viajar para Luanda no intuito de negociar com as autoridades portuguesas. A PIDE, no entanto, desconsidera as pretensões dos signatários da UNLA.

Perante a sua insistência com a embaixada de Portugal no Congo Léopoldville, esta reporta aos serviços da PIDE que, apesar de a UNLA ser dirigida por pessoas de pouca cultura e iniciativa, não parece desaconselhável proporcionar aos elementos da UNLA uma visita à Luanda. Permitir-lhes-ia conhecer as realidades locais e, quiçá, incentivá-los a impedir a adesão dos angolanos residentes em Lubumbashi à UPA-FNLA<sup>180</sup>. A PIDE, por seu turno, não deixa de insistir que esse partido não constitui qualquer perigo para a política de Portugal, nem mesmo o equipara aos movimentos moderados. Relega, portanto, todos os seus intentos para o indeferimento.

Por desinteligências com Holden Roberto, por não ser integrado no GRAE, Eurico Watara, antigo membro da UPA-FNLA no Katanga e na Zâmbia, funda em Elisabethville, em 13 de Maio de 1966, uma nova organização: o Partido Independente da União Democrática de Angola (PIUDA).

Eurico Watara insurge-se contra as políticas de Holden Roberto junto das populações angolanas e arroga-se como interlocutor válido da libertação de Angola. A partir da Missão Metodista local (Katanga), desenvolve actividades de

---

<sup>179</sup> PT/TT SCCIA, Actividades da UNLA, cx. 235, Processo de Informação n.º 45.

<sup>180</sup> *Ibid.*

beneficência junto dos refugiados angolanos, contactando entidades dos países africanos recém-independentes.

Além da pluralidade dos movimentos angolanos, empenhados na assistência e na consciencialização de libertação política dos povos de Angola (com argumentação regionalista, ou não, e à procura de privilégios próprios) refugiados no Congo Léopoldville, instituições do território anfitrião também prestam solidariedade social e política aos angolanos.

Dois (únicos) movimentos nacionalistas do Congo Léopoldville disseminam a causa angolana contra Portugal. A União Congolesa para a Libertação de Angola (UCLA), constituída em 11 de Julho de 1961, na capital Léopoldville, dirigida por Nicolas Ngitukulu, Jean Pierre Luminuku e Ernest Malundamene, políticos congolezes, elege como objectivo único — contra as implicações políticas e diplomáticas (cita-se a acreditação da embaixada de Portugal no Congo Léopoldville) —, auxiliar os angolanos na luta de libertação e promover a aproximação entre os vários partidos, associações e movimentos angolanos.

Procedimento convergente é adoptado pelo Movimento de Defesa dos Interesses Nacionais (MDIN), conquanto a sua acção propendesse mais para a UPA-FNLA. Agrupamento exclusivamente congolês, é fundado em Fevereiro de 1962 por Antoine Itele e presidido por B. Iloilo, chefe do Gabinete Adjunto do Ministro do Interior Congolês. Tendo como objectivo principal promover a realização dos interesses congolezes, dispõe-se, igualmente, a seguir de perto as actividades políticas de todos os agrupamentos que, directa ou indirectamente, podem ter reflexos na vida nacional congoleza. Assim, em virtude do seu próprio programa de acção, o MDIN é chamado a acompanhar os partidos políticos angolanos e a seguir o desenvolvimento da situação dos refugiados angolanos e da política portuguesa em Angola.

A juventude angolana emigrada no Congo Léopoldville não se mostra passiva. Procura juntar esforços para condenar as políticas portuguesas em Angola e persuadir os movimentos angolanos para um enfrentamento consistente contra Portugal nos fóruns internacionais. Procura, à sua maneira, desincentivar as querelas internas entre os movimentos e interlocutores dos povos de Angola. A

Aliança da Juventude Angolana para a Liberdade, em francês Alliance de la Jeunesse Angolaise pour la Liberté (AJEUNAL), constitui o único movimento angolano de juventude, em Léopoldville, organizado em forma de partido. Denominado à data da sua constituição, em Novembro de 1961, Frente Comum da Juventude Nacionalista Angolana (FCJNA), adopta nova designação, AJEUNAL, a fim de não se confundir com outras frentes angolanas. O Comité da AJEUNAL é dirigido por Matondo Alphonse, presidente geral, Emmanuel Lupini, vice-presidente e Eduardo Makumbi, secretário-geral, originário do Norte de Angola, membro da FPIKP e encarregado de difundir por hipótese os ideais do movimento nos areópagos da OUA.

Refere-se que apesar da inoperância política visível destes movimentos, nascidos no exílio (Congo Léopoldville), dirigidos por indivíduos politicamente pouco versados e perante um regime de ditadura como o imposto pelo Estado Novo em Angola, não deixaram de dar um grande passo na difusão da contestação colonial. É dos mesmos movimentos que, pelo esforço empreendido nos foros da opinião pública africana e internacional, a elite mais instruída afecta à UPA-FNLA, MPLA e UNITA se apropriou da difusão das ambiguidades da colonização portuguesa em Angola.

#### *Os núcleos angolanos no Congo Brazzaville — Namíbia — Zâmbia*

A primazia da instalação da UPA-FNLA no Congo Léopoldville não facilita a integração do MPLA e a mobilidade dos outros movimentos naquele território. O Congo Brazzaville, depois da Guiné Conacri, torna-se a retaguarda do MPLA. A opção comunista do MPLA e do governo da República do Congo facilita as relações<sup>181</sup>.

A posição geoestratégica do Congo Léopoldville (território limítrofe de Angola) é largamente aproveitada pela UPA-FNLA. A aceitação deste movimento pelas

---

<sup>181</sup> Atente-se que da China comunista reconhecida pelo Governo de Brazzaville chegam à localidade de Epena, em 1964, no Norte do Congo Brazzaville, através do Egipto e do Sudão, dez oficiais do exército chinês destinados à missão de preparar um campo de treino de militares para a guerra de subversão destinada para Angola, transitando pelo território do Congo Léopoldville. PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M7, Processo n.º 940, 1 (7) D.

autoridades congolezas faz julgá-la ser o único intermediário das populações angolanas refugiadas no Congo Léopoldville. Sendo as populações angolanas fugidas do poder colonial português o elemento de legitimação política de todos os movimentos anti-coloniais angolanos, a disputa pela sua representação (e mobilização) no Congo Léopoldville indica a concorrência pelo poder das elites angolanas nos palcos internacionais, em nome da liberdade de Angola.

O Comité de Coordenação Político-Militar do MPLA (CCPM) instala no Congo Brazzaville quatro dos seus principais sectores de acção: o Departamento dos Serviços de Rádio e Telecomunicações (DSRT), o Departamento de Informação e Propaganda (DIP), o Departamento de Logística (DL), corredor de entrada do material militar do porto de Ponta Negra para Dolisie, a Região Militar I (RMI) do MPLA e, por fim, o Departamento de Relações Externas (DRE)<sup>182</sup>.

Ao corrente da implantação estratégica do MPLA no Congo Brazzaville, encontram-se, pela proximidade fronteiriça, vários emigrados originários de Cabinda e, entre eles, os movimentos de libertação do Enclave de Cabinda. Destaca-se a Frente de Libertação de Angola e Cabinda (FLAC), fundada por naturais de Cabinda residentes em Ponta Negra, em 1967. Movimento idealizado por António da Cruz e José Francisco Wolf, não tem aceitação nos círculos diplomáticos de Brazzaville<sup>183</sup>. O comissário de Brazzaville, segundo o relatório dos SCCIA (20/11/1967) desaconselha António da Cruz, dizendo-lhe: «já existem movimentos a mais e que ganhasse juízo!»<sup>184</sup>. Contrariamente, Nzita Tiago, por ligação a Alexandre Taty, em nome da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) e da Junta Militar Angolana no Exílio (JMAE), está autorizado pelo governo da República do Congo Brazzaville a exercer actividades no território.

---

<sup>182</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D.

<sup>183</sup> A FLAC, em Ponta Negra, aparece como UREC – União Revolucionária de Cabinda. Os seus fundadores, António da Cruz, mestiço, natural de Malembo (Cabinda), ocupa o posto de secretário-geral; José Wolf, mestiço, natural de Malembo (Cabinda), ocupa o cargo de tesoureiro-geral; Henrique Tembo, natural de Povo Cristão (Lândana), é o secretário-adjunto; Afonso Futi, natural de Malembo (Cabinda), preenche o cargo de propagandista; José Manuel Taty, natural de Caio (Dinge/Kakongo), ocupa o cargo de secretário permanente e João Tchiaba, natural de Luvula (Lândana), é o conselheiro. PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042, Actividades de Alexandre Taty – JMAE – TEs, Ofício n.º 1002/70, Rel. n.º 18/70-DINF/2, DGS Cabinda para DGS Luanda, 1970, fl. n.º 75.

<sup>184</sup> PT/TT SCCIA, Actividades da FLAC, cx. 253, Processo de Informação n.º 134, fl. n.º 3.

Entretanto, o projecto da FLAC segue em frente. O objectivo programático que a FLAC persegue é lutar pela independência de Angola e Cabinda, pois, pensa que, depois da independência de Angola, seguir-se-ia a de Cabinda. Porém, com sede no território do Congo Brazzaville, a FLAC torna-se mais uma «filial» do MPLA, não obstante as alegadas especificidades do território de Cabinda. A escassez de meios e de apoios concretos para o desenvolvimento da luta armada frustra os objectivos da FLAC. Como se tem referido, a ambição de todos os movimentos, intervir em nome das populações contra a ocupação colonial, é inoperante. Porém, a carência de soluções políticas concretas, não deixa de dar visibilidade a todos os movimentos emergentes. A contestação ao poder português implantado em Angola fundamenta-lhes a existência.

Contando à data da sua criação com mais de 100 elementos e tendo a seu lado todos os mestiços Cabindas residentes em Ponta Negra, a FLAC apoia-se no MPLA — embora não seja abertamente simpatizante do MPLA —, com a finalidade de obter prestígio e facilidades políticas. Além da direcção encabeçada por António da Cruz, José Francisco Wolf e Afonso Futi, é composta por Alberto Brás, Tito José, António Mingas, Jorge Barros Chimpuati, naturais de Lândana (Enclave de Cabinda) e filiados do MPLA<sup>185</sup>. Esses indivíduos são, na circunstância das actividades desenvolvidas pela JMAE, os enviados especiais de António da Cruz para fazerem inquéritos da colaboração de Alexandre Taty com o Governo português e outras missões de seu interesse no Congo Brazzaville<sup>186</sup>.

Em 1959, na Namíbia, é constituída a Ovamboland People's Organization (OPO), com sede em Windhoek. O interesse desse partido é a independência da Namíbia. No entanto, pretende também actuar no Sul de Angola, sobretudo na região Kuanhama, pois os grupos étnicos que aí habitam pertencem, também, à Ovambolândia. São seus principais líderes Mburumu Kerina, Fanuel Jarivetundo Kazonguizi e David Sam Nujoma, presidente do movimento. Contudo, identificando-se com a causa do Sudoeste Africano, a OPO, da Ovambolândia,

---

<sup>185</sup> *Ibid.*

<sup>186</sup> PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042, Actividades de Alexandre Taty, JMAE/TEs, Ofício n.º 1002/70, Rel. n.º 18/70-DINF/2, DGS Cabinda para DGS Luanda, 1970, fl. n.º 75.



transforma-se em South West Africa People's Organization (Organização dos Povos do Sudoeste Africano) — SWAPO, em 1960.

Face à ocupação do território do Sudoeste Africano (SWA) e à política de segregação racial desenvolvida pelo regime da União Sul Africana (USA), a região Nordeste na fronteira com o sul de Angola torna-se o quartel-general da SWAPO. Cruza-se nesta zona com a South West Africa National Union (SWANU), sua congénere na libertação do Sudoeste Africano. Este partido, fundado em 1959 pelos nativos Hereros do SWA, tem muitos adeptos, entre eles os das etnias do Sul de Angola, Kuanhamas e Hereros, estendendo-se mesmo no distrito de Moçâmedes<sup>187</sup>. Todavia, as actividades desses movimentos não têm implicações para o território de Angola, segundo as verificações da PIDE, dada a repressão imposta pelas autoridades da União Sul Africana.

Entre os movimentos do Sudoeste Africano, é sobretudo a SWAPO, solidária com os povos da mesma etnia, no Sul de Angola, que faz passagens no território português com destino ao SWA. Esses movimentos utilizam sobretudo o rio Kuando, no distrito de Kuando Kubango, perto do Luiana, e prosseguem pelo rio Luengue, entrando pelo Mucusso e Dirico. A utilização dessas vias do território angolano visa furtarem-se à passagem pela faixa Caprivi, fortemente policiada pela República da África do Sul (RAS). Recebem, em muitos casos, guarida da UNITA. Sublinha-se que dessas relações de solidariedade, nas quais quer os movimentos angolanos quer os namibianos se previnem da intolerância dos regimes coloniais, se simboliza a cooperação entre as elites independentistas. Lembre-se a experiência de José Samuel Chiwale, natural da Cahala, Huambo, futuro membro da UNITA, que assiste em Abril de 1961 à prisão de seu pai, acusado pelas autoridades portuguesas de ser colaborador de Patrice Lumumba. Obrigado a abandonar Angola, dirige-se para a Namíbia, onde entre 1961 e 1963 fica a morar em casa de Toivo Ya Toivo, um dos fundadores da OPO<sup>188</sup>. As incursões militares e a partilha fronteiriça dos movimentos de libertação nessa zona, contra as forças

---

<sup>187</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP, Processo n.º 940, 1 (7) D, Movimentos anti-portugueses relativos à fronteira Leste e Sul de Angola, 1961/62/63.

<sup>188</sup> Cfr. Orlando CASTRO e Paulo F SILVA, *Guerra colonial: a história na primeira pessoa*, Vila do Conde, 2011, vol. VII, p. 78; Samuel CHIWALE, *Cruzei-me com a História*, 2ª., Portugal, Sextante, 2011, p. 36; 47.

coloniais, significam segurança e solidariedade colectivas de emancipação. Admite-se, portanto, que não sendo a fronteira obstáculo do fluxo populacional contínuo dos nativos, surja a possibilidade de os ideais emancipalistas dos Ovambos de Angola se unam aos do Sudoeste Africano.

É preciso referir que o distrito de Kuando Kubango serve de baluarte também aos movimentos angolanos MPLA e UNITA. O MPLA está centrado na zona do Kuito-Kuanavale e Mavinga, com duas bases; a UNITA, na zona do Rivungo, Cata, Coutada do Mucuso e Luiana; Guando, na vizinhança da Zâmbia, partilhando inclusive um comando unificado com a SWAPO, entre 1965-1966, segundo Samuel Chiwale<sup>189</sup>. À SWAPO cabe a zona do Dirico Kubango, porta de entrada para a Namíbia.

A Zâmbia, tal como o Congo Léopoldville e a Namíbia, acolhe vários emigrantes angolanos. A situação colonial de Angola é discutida nos fóruns da OUA. Esta instituição africana destaca, no concernente à situação de Angola, a falta de unidade entre os movimentos de libertação. A Zâmbia, membro da OUA, além da solidariedade manifestada para com os emigrados angolanos, o novo Estado zambiano permite a presença e a realização de algumas actividades políticas dos movimentos de libertação de Angola no seu território. Destaca-se o trabalho de algumas células da UPA-FNLA/GRAE e, também, do MPLA na primeira metade dos anos 1960 entre as populações de Angola residentes na Zâmbia. O presidente zambiano, Kenneth Kaunda, pretendia que os movimentos angolanos no seu país tivessem uma actuação política conjunta, o que não aconteceu. Em todo o caso, a UPA-FNLA e o MPLA organizam-se na Zâmbia.

A par da UPA-FNLA e do MPLA, Nelson Musole Kapku, do grupo étnico Luweji (Lunda) na fronteira entre Angola e a Zâmbia, desenvolve actividades de natureza política nas quais se representa como advogado do povo angolano. Funda em 11 de Outubro de 1964 o Partido da União Nacional Democrática de Angola (UNDPA). A sede do partido é estabelecida, provisoriamente, em Lusaka, em virtude da situação vivida em Angola.

---

<sup>189</sup> Samuel CHIWALE, *op. cit.*, p. 131.

O UNDPA, segundo Musole, perfilha uma política de não-violência, dita de acção positiva, lutando pela libertação a fim de alcançar a independência de Angola. Os fins e objectivos do UNDPA são libertar Angola do regime ditatorial, imperial e colonial não democrático de Portugal. Pretendia, portanto, por alcançar os princípios da democracia no território colonizado de Angola.

As reivindicações deste partido, inoperantes perante a administração colonial de Angola, não deixam de ser importantes. Adoptando o vocabulário, anti-colonial, difundido pela nova ordem política internacional decorrente do pós-guerra (1945) e estimulada pelas independências africanas da década de 1960, o UNDPA junta-se às vozes de defesa de Angola contra a política colonial do Estado Novo.

### ***Os movimentos satélites da UPA-FNLA e do MPLA***

A UPA-FNLA, como se sabe, adianta-se no Congo Léopoldville e, em nome dos angolanos aí refugiados, não quer ter concorrentes (o mesmo se pode dizer do MPLA, neste e noutros círculos). Pretendendo monopolizar toda a actividade dos angolanos, procura, por todos os meios, neutralizar a influência que os outros movimentos, associações ou partidos poderiam ter. As convulsões de Março, no Norte de Angola, em 1961, dão visibilidade política à UPA-FNLA. Holden Roberto rapidamente se transforma na figura da luta de libertação angolana. Ganha apoio africano e internacional. O seu oponente, o MPLA, perde terreno e controlo popular em Angola e nos territórios fronteiriços, sobretudo no Congo Léopoldville, vanguarda da resistência anti-colonial das elites angolanas à entrada da década de 1960. Pode aludir-se à presença, em Luanda, do cónego Manuel das Neves, que referiremos mais adiante. Esta figura, contra todas as contrariedades da apropriação do seu labor pela emancipação política de Angola entre a UPA-FNLA e o MPLA, é associada aos ideários da UPA-FNLA. O GRAE, no seu comunicado de 6 de Abril de 1962, inclui o cónego como membro da cúpula da UPA-FNLA. Segundo Douglas Wheeler,

não seria exagerado dizer que o MPLA foi um espectador das revoltas dos Bakongo em 1961. As alegações de que possuía inicialmente os seus próprios bandos de guerrilheiros naquela altura não são comportáveis, pois a UPA, pelo terror ou

através de promessas, conquistou o apoio de todos os alegados apoiantes do MPLA nos Dembos e em Nambuangongo. Só quando a UPA enfraqueceu e quando um líder local como o Reverendo Domingos da Silva conseguiu sair de Angola e estabelecer contacto com o MPLA no estrangeiro verosimilmente é que grupos pertencentes ao existente movimento de guerrilha se declararam a favor do MPLA. Na realidade, o escritório do MPLA em Léopoldville, em 1961, permaneceu passivo, pois os seus melhores líderes estavam na prisão — Agostinho Neto; a viajar — Mário Pinto de Andrade; ou então em Conacri — Lúcio Lara<sup>190</sup>.

A concorrência política, também nos fóruns diplomáticos, entre os dois movimentos activa-se. Além das opções ideológicas distintas, enfrentam-se, por Angola, em todas as dimensões. Léopoldville, um dos territórios do êxodo angolano, será uma das linhas da frente, fundamentais, para a conquista das massas (militantes, militares, simpatizantes) e para a afirmação política no estrangeiro, de que dependem a visibilidade e o apoio político-diplomático africano e internacional.

Os dois movimentos nacionalistas forjam instituições que, em defesa do povo, se lançam na disputa política contra a administração colonial portuguesa de Angola, mas vigiando-se mutuamente. Aproximam-se das populações exiladas por intermédio de sindicatos, de serviços de saúde, de apostas educativas.

### *Sindicatos e assistência médica*

Numerosas organizações sindicais agem no Congo Léopoldville<sup>191</sup>. No meio dos nacionalistas angolanos emigrados, destacam-se dois movimentos sindicais. O principal, a Liga Geral dos Trabalhadores de Angola (LGTA), está filiado na Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) desde Dezembro de 1961. Reúne supostamente cerca de 8 000 aderentes e apoia Holden Roberto e a UPA-FNLA.

---

<sup>190</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 300.

<sup>191</sup> No Congo Léopoldville residem, segundo Holden Roberto, cerca de um milhão de angolanos (em 1974), sem contar com os seiscentos mil refugiados chegados depois de 15 de Março de 1961. «Primeira entrevista de Holden Roberto em Portugal», *Jornal Expresso*, 03.08.1974. As estatísticas das autoridades portuguesas, sobre a situação política em Angola, referem um aumento extraordinário de refugiados angolanos no território de Angola, devendo, em 14 de Junho de 1961, ascender a trinta mil. Veja-se PT/TT AOS/CO/PC – 77, pasta 52, n.º 225.

Por outro lado, está a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA). Inicialmente pertence ao grupo da União Sindical Pan-Africana (USPA), apoiada pela Federação Sindical Mundial Irving Brown, órgão Administrativo do Bureau Sindicalista Americano para a África em representação da CISL na ONU. Mas a UNTA, congregando cerca de 7 000 membros e obedecendo às directivas do MPLA, será apoiada pelos países do bloco socialista. Desse ponto de vista, pode ver-se os movimentos UPA-FNLA e MPLA a rivalizarem-se também no campo sindicalista. O jogo de influências dos países do Leste e do bloco ocidental, em África, penetra através dos apoios (solidários) aos movimentos angolanos pela porta sindical. A LGTA e seus filiados, pela UPA-FNLA e a UNTA, pelo MPLA.

Seis outros sindicatos de menor influência situam-se entre estes dois extremos: a Confederação dos Sindicatos Livres de Angola (CISLA); a Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (UGTA); o Comité da Unidade de Acção e de Coordenação Sindical (CUACSA), uma tentativa de reagrupamento das centrais LGTA-UNTA-CSLA, de Junho de 1964, mas rejeitada pela sua filiação comunista; a Selecção Cooperativa da Mão-de-Obra de Angola (OBRANG), fundada por Tomás António Ernesto, natural de S. Salvador do Kongo, ao serviço da UPA-FNLA a 14 de Julho de 1962, em Léopoldville. As suas actividades e programa de acção baseiam-se na concessão de auxílio aos deslocados de Angola; a Acção Católica do Operário de Angola (ACOA), organização de inspiração católica que se prontifica a auxiliar os angolanos desvalidos pelas conturbações políticas coloniais, é dirigida por Pedro Mayaya.

Por intermédio da LGTA, a CISLA exerce a sua influência nos meios sindicalistas angolanos expatriados e presta considerável ajuda ao proclamado governo de Holden Roberto (GRAE). As suas actividades assumem dois aspectos: 1) dá uma importante ajuda financeira à Central que controla (CISL); 2) esforça-se por realizar, sob a sua égide, uma união sindical angolana, sem incluir a UNTA e os seus aliados; 3) permite aos EUA penetrar nos meios angolanos no exílio<sup>192</sup>.

---

<sup>192</sup> Coteja-se que neste último caso, Carlos Kassel, cidadão dominicano, munido de passaporte tunisino, é nomeado conselheiro da LGTA, exercendo actividades de observador dos interesses americanos.

Ademais, a LGTA criada pela UPA-FNLA, em Junho de 1962, com brevidade é admitida no seio da Federação Geral dos Trabalhadores Congolezes (FGTC), a Federação dos Sindicatos Socialistas Congolezes (FSSC) e cujo secretário-geral é o Primeiro-ministro da República Democrática do Congo, Cyrille Adoula. O primeiro objectivo da LGTA, de princípios orientadores e auxílio ocidentais, é entrar em contacto com os deslocados angolanos. Os seus membros realizam frequentes viagens ao Baixo-Congo a fim de se informarem da situação real dos angolanos.

A LGTA, no intuito de se afirmar na arena social congoleza, alarga as suas actividades através da sua filial, a Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (CGTA)<sup>193</sup>. Em conjunto, estas duas entidades desenvolvem diversas dinâmicas de formação sindical para os angolanos na República do Zaire. Em Matadi, por exemplo, com o auxílio da União Nacional dos Trabalhadores do Zaire (UNTZA) e do Instituto de Solidariedade Internacional (IST), forma vários angolanos na prática sindicalista. O mesmo se dá em Kinshasa, com o apoio do Centro Afro-Americano do Trabalho (CAAT) que reúne, em formação e instrução, vários angolanos<sup>194</sup>.

Em nome da UPA-FNLA e do GRAE, por intermédio da LGTA e da CGTA, as instituições congolezas dão apoio moral e material de que os dirigentes necessitam para a causa angolana<sup>195</sup>. Sob essa protecção, denuncia-se na ordem internacional a situação do trabalho precário em Angola e incrementam-se actividades que vão desde a sensibilização e da formação ao registo (obrigatório) dos refugiados para as estatísticas do movimento de Holden Roberto<sup>196</sup>.

A UNTA, criada em 1961, terá um desempenho diferente da LGTA/CGTA/CSA, filiais da UPA-FNLA. A UNTA assinala as suas primeiras actividades quando toma

---

<sup>193</sup> PT/TT SCCIA, Actividades da Confederação dos Trabalhadores Angolanos (DC), Processo de Informação n.º 9, U.I., cx. 231, fls. n.ºs 1-3.

<sup>194</sup> *Ibid.*

<sup>195</sup> Note-se que a partir do ano de 1974, as actividades da LGTA e CGTA passam a ser desenvolvidas pela Central Sindical Angolana (CSA). Esta nova instituição sindical ao serviço da UPA-FNLA, dirigida por João Baptista Nguvulu, é resultado da fusão das duas anteriores. Veja-se PT/TT SCCIA, Actividades de CNA, Cartel de Nationalistes Angolais (DC), Processo de Informação n.º 31, U.I., cx. 235, fl. n.º 19.

<sup>196</sup> O secretário-geral, Maurício Luvualo, numa marcha reivindicativa de trabalhadores angolanos da Empresa SAPREL, em Léopoldville, apela à calma e ponderação pois só deste modo se pode combater pelo melhoramento do nível de vida e tornar Angola um país económica, social e politicamente forte e independente. PT/TT SCCIA, Actividades de CNA, Cartel de Nationalistes Angolais (DC), Processo de Informação n.º 31, U.I., cx. 235, fl. n.º 3.

posição sobre a convergência de uma acção conjunta de todas as organizações políticas, sindicais e religiosas de Angola, a fim de conseguir a respectiva independência, no Congresso Sindical realizado em Outubro de 1961, em Nova-Delhi, a convite da Liga Geral de Goa (LGG), representada por intermédio do seu Secretário-geral, Bernardo N'dombele, originário do Norte de Angola (*bakongo*), nomeado com o propósito de atrair os seus compatriotas para as fileiras do MPLA.

Em 12 de Março de 1962, Bernardo N'dombele realiza uma conferência de imprensa em Léopoldville durante a qual declara que a UNTA é uma organização sindical independente de qualquer partido político e luta somente pela «educação clandestina dos trabalhadores residentes no próprio país [Angola]»<sup>197</sup>. Em Maio do mesmo ano, Bernardo N'dombele participa na Conferência de Acra, tendo dado a entender o seu manifesto apoio à UNTA. Tendo sido bem acolhido no Gana, Bernardo N'dombele demonstra que embora a UNTA procure afirmar o seu neutralismo político, esta associação simpatiza com a posição ideológica seguida pelo MPLA e apoia-a. A UNTA manifesta por isso, desde o início, a sua oposição à formação da frente UPA-FNLA/PDA e à do GRAE, revelando deste modo a sua identidade de pontos de vista com o MPLA.

O Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR) e os Serviços de Assistência aos Refugiados Angolanos (SARA) desenvolvem importante assistência médica junto dos angolanos exilados no Congo Léopoldville. Nas vestes de instituições apolíticas, em nome do MPLA e da UPA-FNLA, estas organizações rivalizam no intuito de elevar ao máximo a visibilidade internacional dos movimentos protagonistas da libertação de Angola, assim como na intenção de recrutar militantes. Para desviar as iniciativas da UPA-FNLA alargadamente enraizadas no Congo Léopoldville, o MPLA infiltra-se entre as populações angolanas revestindo-se de UNTA e de CVAAR.

Os representantes da UNTA no Congo Léopoldville são antigos quadros da UPA-FNLA e maioritariamente de origem Bakongo. É com este grupo, Bakongo, que, representando a maioria dos angolanos emigrados no Congo Léopoldville, a

---

<sup>197</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 97, Processo n.º 940, 1 (7).

UPA-FNLA tem origem e visibilidade política na causa angolana. Afigura-se importante, para o MPLA, atrair esses angolanos para as suas fileiras. Pois, o interesse do MPLA é entravar o protagonismo da UPA-FNLA e, ao mesmo tempo, suplantar-se na representação da causa angolana quer entre as populações quer entre os círculos políticos do Congo Léopoldville. A mesma tática é utilizada pelo CVAAR. Porém, quanto a este último, o CVAAR, segundo um nosso entrevistado, representado por gente mestiça, rapidamente Holden Roberto perceberá a estratégia «troiana» do MPLA de acossar os interesses da UPA-FNLA no Congo Léopoldville<sup>198</sup>. Ainda assim, muitos quadros e filiados da UPA-FNLA abandonarão o movimento de Holden para ingressar no MPLA<sup>199</sup>. A UPA-FNLA depara-se com o elevado número de desistências dos seus filiados e, também, desapoiada pelas autoridades locais que autorizam a instalação do rival, MPLA, em Léopoldville. Como aludiremos mais adiante no testemunho de Mário Pinto de Andrade, em 1961, o CVAAR, satélite do MPLA, dispendo de mais médicos que todo o Estado Congolês, foi a razão mais sonante da admissão do MPLA no Congo Léopoldville.

### *Os movimentos de estudantes*

Os intelectuais e estudantes africanos, especialmente dos territórios coloniais anglófonos e francófonos, constituem um grupo fundamental para a tomada de consciência política para a emancipação dos territórios coloniais. Em contacto com as formulações ideológicas dos intelectuais do pan-africanismo, os estudantes, nos seus territórios, concebem estratégias políticas locais para a autonomia. Lembrem-se, no contexto anglófono, os ideólogos, futuros políticos, e os participantes do V Congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945: Kingsley Ozoumba Mbadiwe (Gana), Kwame Nkrumah (Gana), Jomo Kenyatta (Quênia), Dr. Hastings Banda (Malawi), Peter Abrahams (União Sul Africana), Wallace Johnson

---

<sup>198</sup> Castro, natural de Luanda, 84 anos, entrevista concedida e realizada em Lisboa, 2017.

<sup>199</sup> Alguns dos vários ex-UPA-FNLA que aderem ao MPLA alegam como razão a desorganização e a paralisação da luta de libertação encabeçada por Holden Roberto. Este é o testemunho de Dr. João José Liahuka, médico dos SARA e, também, de Jonas Savimbi, Ministro do GRAE, que, no entanto, não será recebido pelo MPLA. Veja-se PT/TT SCCIA, Actividades do SARA, Serviços de Assistência aos Refugiados Angolanos (DC), Processo de Informação n.º 67, U.I., cx. 239, fls. n.ºs 13-15.



(Serra Leoa), Dr. Peter Milliard (Guiana Britânica), T. R. Makonnem (Etiópia), Namdi Azikiwé (Nigéria). E na África francófona, as influências de Lamine Guèye e Léopold Sédar Senghor (Senegal), Gabriel Dadié, Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Sékou Touré (Guiné Conacri), entre outros.

Nas colónias portuguesas, ao contrário, o registo do empenho dos estudantes é mais tardio. Todavia, a CEI, na metrópole, torna-se um canteiro da consciência política que marcará a emancipação dos territórios coloniais portugueses.

Alguns estudantes da CEI, concretamente os oriundos da África, com os novos conhecimentos e a experiência que adquirem do contexto político-social do mundo na Europa, constituem o Movimento Anti-Colonialista (MAC)<sup>200</sup> em 1957, e arquitectam um movimento de libertação das suas pátrias. O MAC, constituído por vários estudantes africanos, entre eles os angolanos Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Humberto Machado, Lúcio Lara, evolui para Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), que propõe a liquidação completa da colonização portuguesa<sup>201</sup>.

Em Setembro de 1961, em Rabat, Marrocos, os estudantes filiados no MAC criam a União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa (UGEAN). A partir de Março de 1964, transferem a sede da organização para Argel, capital da Argélia. A UGEAN, dada a situação colonial da África portuguesa caracteriza-se por estes objectivos: ser uma associação de todos os estudantes africanos das províncias ultramarinas portuguesas; considerar-se legítima representante dos estudantes de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique; considerar e apoiar o MPLA (Angola), a FRELIMO (Moçambique), o PAIGC (Guiné e Cabo-Verde) e o CLSTP (S. Tomé e Príncipe); integrar e reagrupar todos os estudantes das colónias portuguesas em formação no estrangeiro.

A UGEAN, intentando ser interlocutor ao nível internacional em nome dos territórios sob domínio de Portugal, atribui-se credenciais de uma instituição hierarquizada

---

<sup>200</sup> O MAC, segundo Castro, é criado nos anos 1950 em Lisboa por Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Lúcio Lara, Humberto Machado e outros universitários africanos. Entrevista concedida em Lisboa, em 2017.

<sup>201</sup> Veja-se Fundação Mário Soares, Espólio de Documentos Mário Pinto de Andrade (DMA), FRAIN, pasta: 04334.002.005.

como advogada dos movimentos de libertação. Estabelece como instância máxima do seu funcionamento o Congresso, seguido de um Conselho Consultivo composto por vinte integrantes provenientes dos cinco territórios sob domínio português em África — Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe.

Desde a sua constituição, a UGEAN lança-se à conquista da opinião pública africana e internacional. O primeiro sinal da sua actuação, na esfera africana, manifesta-o em 1961, em Rabat, com o seu Congresso inaugural. Os estudantes, participantes neste encontro, são apresentados ao rei Hassan e, com eles, exibem-se as linhas de acção da UGEAN. Em 1963, a UGEAN é admitida como membro da União Internacional dos Estudantes (UIE).

Representando, no caso de Angola, o MPLA, guiado por Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Lúcio Lara e a sua ideologia política, a UGEAN agrupa na Suíça estudantes filiados na União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA) — cuja formação e actividade focaremos adiante —, sua concorrente, convencendo-os a condenar a UPA-FNLA visto ser «instrumento» do imperialismo americano, a reconhecer o MPLA como um verdadeiro partido, porque dotado de melhores estruturas, e, ainda, a recomendar a constituição de um único movimento juvenil agrupando a UNEA e a UGEAN, dirigido pelo MPLA.

Em benefício do MPLA, em 24 de Setembro de 1966, a UGEAN anuncia através de um comunicado feito pelo I Congresso dos Estudantes Angolanos, a criação da União dos Estudantes Angolanos (UEA), a qual terá como missão fundamental a mobilização e o enquadramento dos estudantes angolanos na luta contra o colonialismo português e a formação de quadros. O mesmo comunicado declara o apoio incondicional da UEA ao MPLA, pois só este movimento tem a iniciativa da luta completa em Angola. Difunde as estratégias de mobilização do MPLA no interior do território angolano através de emissões radiofónicas. Intervém, para o efeito, nos programas apresentados pelas rádios Moscovo e Brazzaville que, de certa forma, preocupam os serviços da PIDE em nome do governo<sup>202</sup>.

---

<sup>202</sup> É notória a referência de acção psicológica, datada de 2 de Outubro de 1967, levada a cabo por via rádio em Brazzaville. No programa «Voz da Revolução Congoleza» em português, dedicada pelo MPLA, incentivando a União dos Estudantes Angolanos para a causa da libertação. Apela-se aos estudantes para a organização de células clandestinas do movimento, a realização de reuniões em pequenos grupos, interessando os próprios familiares. O programa relata os diversos

A eclosão da guerra colonial em Angola, marcada pelos acontecimentos de 4 de Fevereiro e 15 de Março, confere visibilidade política na opinião internacional aos movimentos UPA-FNLA, sobretudo, e ao MPLA. Entretanto, estes dois movimentos não têm proximidade política. Embora muito fugazmente, constituíram uma frente no combate ao colonialismo português focados no mesmo objectivo, cada um (como todos os outros) procura estratégias próprias para se afirmar e adiantar-se na conquista da independência de Angola. O distanciamento e, também, as rivalidades dos dois movimentos verificam-se — influenciadas pelo desenrolar da Guerra Fria — nos campos ideológico e político. A UPA-FNLA envereda para o concerto dos países ocidentais, enquanto o MPLA se aproxima do bloco socialista.

Em 1962, na Suíça, por intermédio de Jonas Malheiro Savimbi<sup>203</sup> em colaboração com outros estudantes angolanos, na maioria adeptos da UPA-FNLA, é fundada a União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA) que, como veremos mais adiante, aquele abandonará em 1964.

A UNEA lança mão, de imediato, da divulgação do problema de Angola. No que se refere à sua publicitação, cria os programas «Voz do estudante angolano», nos EUA; «Angola 66» e «Basta», na Holanda. Conquista apoios de índole moral nas instituições europeias, traduzidos fundamentalmente em bolsas de estudo. Destacam-se os apoios da Fons International D'Échanges Universitaire — Holanda; World University Service (WUS); Pax Romana, International Movement of Catholic Students — Suíça; Stichting Universitair Asyl Fonds; Research and Information Commission of the International Student Conference (COSEC) — Holanda; Instituto Africano de Genebra; George M. Houser, Director do American Committee on Africa; Dr. John Marcum, Director do Programme Africain Lincoln University — Pennsylvania; Thomas Turner — Suíça; Union Générale des Étudiants Musulmans Algériens (UGEMA) — Tunísia; Associação dos Amigos

---

contactos, em Brazzaville com outras congéneres estrangeiras. Refere-se também às prisões de cinco filiados angolanos: Deolinda, Teresa, Lucrecia, etc., que se encontram presas num campo de concentração da UPA-FNLA, apresentando-as às raparigas de Angola como um exemplo a seguir. O programa termina com uma música, *semba*, exaltando as qualidades das referidas jovens. Segundo os SCCIA da Administração do Concelho de Benguela, o programa chega em excelentes condições de audição, bem apresentado e comporta duas palestras de doutrina subversiva. *Vide* PT/TT SCCIA, Actividade da UAE, União dos Estudantes de Angola (DC), Programa Voz da Revolução Congoleza, Processo de Informação n.º 33, U.I., cx. 235, 1967, fls. n.ºs 2-3.

<sup>203</sup> A respeito de Jonas Malheiro Savimbi, veja-se o tópico 2.3.

Suíços de Angola Camillo Sitte — Viena; Thomas Patrick Melady, Director do African American Institute — Nova Iorque; United States National Student Association Foreign Student Leadership Project — EUA. Em perspectiva, através da UNEA, a UPA-FNLA pretende aproximar o bloco ocidental para o apoio da causa angolana e, assim, refrear o avanço do bloco soviético solicitado pelo MPLA.

A UNEA persegue objectivos de um movimento agregador de todos os estudantes angolanos, coordenando as suas actividades para a libertação cultural, política, económica e social de Angola. Os objectivos no plano nacional são, em primeira ordem, ajudar a luta do povo angolano para acelerar a independência nacional e estreitar as ligações da UNEA com o povo. No plano internacional, os objectivos da UNEA vão no sentido de dar a conhecer as realidades da luta armada angolana e de conquistar a confiança sobre a causa angolana em instituições (internacionais) dos países do bloco ocidental.

A UNEA funciona com uma comissão executiva, uma assembleia-geral e um conjunto de três secções. Da comissão executiva, constituída em assembleia-geral entre 10 e 12 de Maio de 1963, elegem-se: Jorge Alicerces Valentim, presidente; Emmanuel Fernandes, vice-presidente; José Alberto N'dele, secretário-geral; Óscar Cordeiro, secretário-geral adjunto, António Fernandes da Costa, secretário das relações internacionais; Florentino Duarte, secretário-adjunto das relações internacionais; Paulo Toubá, secretário da informação; Daniel Menvanga, secretário-adjunto da informação; Simão Andrade de Freitas, secretário dos assuntos sociais; Garcia Mathieu, tesoureiro; Mateus da Silva, comissário de contas. A assembleia-geral, segundo os estatutos, realiza as suas reuniões, anualmente, entre os dias 10 e 12 de Maio.

Quanto às secções, órgãos de divulgação dos objectivos da organização, a UNEA representa-se no Congo Léopoldville, nos EUA e na Holanda. No Congo Léopoldville, a UNEA tem representação em Kinshasa — dirigida por Francisco Xavier Lubota<sup>204</sup>, presidente; Simão Andrade de Freitas, secretário-geral e Joaquim

---

<sup>204</sup> Francisco Xavier Lubota nasce em Outubro de 1933 na povoação do Ngunda, município do Belize, em Cabinda, filho de Francisco Lubota e de Elisa Massiala. Estuda no Seminário de Malange, desde 4 de Fevereiro de 1955 a 1 de Setembro de 1960, tendo fugido, em 1962, para o Congo Léopoldville, onde ingressa na UPA-FNLA. Em 1963 segue para os EUA, beneficiando de uma bolsa de estudo, tendo cursado Direito. Regressa ao Congo Léopoldville em 1968. Em Março de 1969 é

Ernesto Mulato, secretário das relações exteriores — e no Katanga, com Carlos Lengema, informador permanente, todos integrados no GRAE. Representam, intervaladamente, a UNEA nos EUA Jorge Alicerces Valentim, Paulo Toubá e José Belo Chipenda.

As intenções da UNEA não são duradouras. A organização divide-se em duas facções, em 1965, das quais uma passa para os EUA, facção pró-Holden Roberto (UPA-FNLA), e outra para Holanda e Suíça, pró-Jonas Savimbi, cujos quadros perfilharão o futuro movimento UNITA (Jorge Alicerces Valentim, José Aberto N'dele, António Fernandes da Costa (Tony), Miguel Maria N'zau Puna e demais bolseiros ex-UPA-FNLA).

Afora as rivalidades da UPA-FNLA e do MPLA quanto à procura de estratégias próprias no adiantamento da conquista da independência de Angola também presentes no campo da educação, é sob batuta destes dois movimentos que os estudantes angolanos promovem a difusão da consciência dos angolanos para a independência e se integram, nas décadas de 1960 e 1970, nos quadros da elite dos movimentos de libertação.

Do contributo dos estudantes angolanos na causa angolana, destacam-se, no estrangeiro, o empenho de dois outros movimentos: a Associação dos Amigos de Angola (AMA) e a União Nacional dos Estudantes Angolanos de Lovaina (UNEAL).

Em Viena, por intermédio do GRAE, a UPA-FNLA faz-se representar por estudantes bolseiros. Estes, relançando os propósitos revolucionários do movimento, fundam na capital austríaca a Association des Amis de l'Angola (Associação dos Amigos de Angola) — AMA, em 22 de Abril de 1964.

---

nomeado representante do GRAE na Zâmbia, cargo que não chega a desempenhar por não se ter concretizado a instalação de escritórios do GRAE naquele país. Em Agosto de 1969 passa a desempenhar o cargo de representante do GRAE na província do Congo Central, com sede em Matadi, onde desenvolve grande actividade. Segundo informações da PIDE, em 1972, o chefe do posto da PIDE de Nóqui, Uíge, tenta aliciá-lo a fim de abandonar a UPA-FNLA. Tentativa que também o seu pai, inicialmente em vão, lhe propõe. Solicitado quer pelas autoridades portuguesas quer pela família (pai Francisco Lubota, João Maria Goma e Abel Francisco Macaia, irmãos), Francisco Xavier Lubota mostra-se sempre cioso e receoso focando o exemplo de Alexandre Taty e N'zita que regressaram para o interior e cujo paradeiro se lhe afigura ignorar. Persuadido por Alexandre Taty para se juntar à JMAE e à causa de Cabinda, desde 1967, acaba por abandonar UPA-FNLA. PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042.

A AMA destina-se no essencial a angariar fundos para as organizações da UPA-FNLA, com sede no Congo Léopoldville. A iniciativa da criação da Associação caberia aos estudantes Eduardo Weba, conhecido por Webber, e Fidelino Loy de Jesus Figueiredo que, antes da efectivação da Associação, publicitam um panfleto em Viena com a estampa «The Angolan Student». Representando o GRAE em Viena, Eduardo Weba mobiliza entre os membros da AMA cidadãos austríacos, incluindo, como encarregado do recrutamento de novos sócios, o estudante Peter Kreisky, filho do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria. Este facto vale à organização receber credenciais de uma Associação de Viena<sup>205</sup>. Das actividades políticas levadas avante pela AMA, a partir de Viena, cite-se a intercessão do Cardeal-Arcebispo de Viena, Franz König, para a libertação de Monsenhor Manuel Joaquim Mendes das Neves, sacerdote católico, mestiço, natural de Angola, preso em Luanda<sup>206</sup>.

No país de Leopoldo II, a Bélgica, um pequeno grupo de estudantes angolanos da Universidade de Lovaina, à margem da UGEAN e da UNEA, com a solidariedade de estudantes do Congo Léopoldville, toma a iniciativa de denunciar as políticas coloniais de Portugal em Angola. Aquele grupo funda em Março de 1966 a União Nacional dos Estudantes Angolanos de Lovaina (UNEAL) a partir da Associação dos Estudantes de Lovaina (AGEL). Etiketada pelas suas tendências extremistas, a UNEAL insiste na realização de um congresso para a unificação dos movimentos independentistas em Angola; propõe-se mobilizar os jovens desempregados congolezes e angolanos de Kinshasa para combater em Angola e promover manifestações contra a embaixada de Portugal em Kinshasa.

Registando embora poucas actividades, ocorre, em Maio de 1966, a petição ao Presidente da República do Congo Léopoldville para que a UNEAL actue, conforme os seus objectivos, contra os interesses portugueses. Contudo, os peticionários

---

<sup>205</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M, 7B, Processo n.º 940, 1 (7) D, fls. n.ºs 1-3.

<sup>206</sup> O cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves, vulgarmente conhecido por «cónego Manuel das Neves», é um fervoroso e conseqüente nacionalista que pugna persistentemente pela independência do território, designadamente no quadro de uma militância política activa que, durante anos, o leva a apoiar as actividades da UPA [...]. São poucos os trabalhos analíticos que abordam com profundidade e extensão a dimensão desta personalidade da história de Angola. O estudo biográfico de José M. da S. Lopes surge, portanto, como um significativo contributo sobre o percurso nacionalista do cónego Manuel das Neves. J. M. da S. LOPES, *op. cit.*

Veja-se mais sobre o cónego Manuel das Neves no capítulo III, o devir e o papel dos movimentos nacionalistas UPA-FNLA, MPLA e UNITA.

vêm as suas intenções indeferidas. O Presidente e o Primeiro-Ministro da República do Congo Léopoldville destacam como prioridades político-diplomáticas do seu governo os assuntos que tenham a ver exclusivamente com o Congo Léopoldville.

É importante salientar que, embora esparsas e sem correspondência de princípios políticos entre os três movimentos de libertação de Angola, as actividades empreendidas pelos estudantes angolanos no exterior arrojavam, internacionalmente, a causa angolana assim como robusteciam a *intelligentsia* independentista de Angola contra todas as manobras políticas das autoridades portuguesas.

### ***Os movimentos nacionalistas no interior de Angola***

Inicialmente, no ano de 1961, o MPLA recusa aceitar como membros de pleno direito os portugueses progressistas nascidos em Angola<sup>207</sup>. Mas, defende-se, «foram esses oponentes “domésticos” de Salazar, desde Henrique Galvão até à Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), baseada em Argel e incluindo, especialmente o Partido Comunista Português (PCP) e outros, que não de empolgar o movimento»<sup>208</sup>. A representatividade da colónia por Luanda e a «crioulidade»<sup>209</sup> da sociedade luandense constituem elementos fundamentais para o futuro do MPLA, ancorado na especificidade de movimento urbano.

---

<sup>207</sup> A propósito, Castro, nosso entrevistado, avança a hipótese da não aceitação de brancos no seio do MPLA em virtude da oposição da UPA-FNLA ao ingresso de brancos nas suas fileiras. «Este movimento, como o indicam os acontecimentos de 15 de Março de 1961, não considera angolanos os descendentes de europeus. Daí que, dadas as rivalidades políticas entre os dois movimentos abordados em nome das populações angolanas, o MPLA se obrigue a cuidados na selecção dos seus membros, sobretudo os de raça branca». Todavia, a UPA-FNLA não deixará de ter brancos nas suas fileiras entre os anos de 1961 e 1975. Entrevista concedida em Lisboa, em 2017.

<sup>208</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 300.

<sup>209</sup> Termo usado, a propósito de Angola, em 1968, por Mário António Fernandes de Oliveira, teórico herdeiro do luso-tropicalismo. Veja-se Mário A. F. de OLIVEIRA, *Luanda: ilha crioula*, Lisboa, AGU, 1968. Entende-se por criouliidade, no contexto de Luanda (desde a sua fundação em 1575), ao cruzamento europeu (português) com as velhas famílias renomadas (africanas do litoral) do qual origina, pela amálgama bio-social, unidade e cruzamento português, a elite assimilada (mestiços, negros e brancos) que, na década de 1950 e seguinte, vai assumir o projecto nacionalista e independentista de Angola.

Os «filhos do país»<sup>210</sup> entre os assimilados, na segunda metade da década de 1950, com os intelectuais angolanos, irão integrar a elite de Angola que alcançará a independência em 1975. Nesse sentido, contrariamente ao que pensa René Pélissier, o choque de interesses entre a burguesia branca de Angola e a Metrópole, incluindo o Movimento Nacional de Libertação de Angola – Partido Comunista Angolano (MNLA-PCA) por a maioria dos seus integrantes serem brancos, não sustentaria a ideia de um autonomismo e de um nacionalismo branco apartado do comum dos africanos. No MPLA desembocarão a maior parte dos projectos de contestação do poder metropolitano nos meandros da burocracia angolana representada em Luanda<sup>211</sup>.

É importante referenciar que em Angola o protesto nacionalista dos intelectuais se estrutura em torno de instituições socioculturais tuteladas pelos filhos do país. Uma das primeiras organizações é a Liga Africana (LA), fundada na Metrópole. No III Congresso Pan-Africano realizado em Lisboa em 1923, sob os auspícios da Liga, esta assumira-se como a federação de todas as organizações africanas das cinco províncias portuguesas de África e na qual se pretendem representados os vários milhões de africanos. Esta Liga, com sede em Lisboa, representa-as junto do governo no intuito de se acautelarem as injustiças e se abolir a dureza de certas leis, sem apelar para a violência ou ultrapassar os limites constitucionais<sup>212</sup>. Na verdade, dada a crescente hegemonia dos europeus à época, mais do que defender os africanos, essas organizações intentam apostar sobretudo na protecção dos interesses locais, rememorando a valorização da «raça negra» nas relações históricas com os povos europeus.

---

<sup>210</sup> Designa-se «filhos do país», o segmento da sociedade angolana (urbanos) constituído pelos «nativos». Chamados também de «angolenses», emergindo no interior do poder colonial angolano e ao lado de outras forças oposicionistas (brancos), constituem parte da elite angolana que assume o projecto nacionalista de Angola. Veja-se, Aida FREUDENTHAL, «Republicanism in Angola: os “filhos do país” perante a Era Nova (1870-1912)», *Via Atlântica*, 23, São Paulo, 2013, pp. 87-97; F. T. PIMENTA, *Branco de Angola*, [...], p. 162.

<sup>211</sup> É inegável o desempenho dos brancos no nacionalismo angolano. Sabe-se que em virtude do terror da acção da PIDE, não pode vingar, em Angola, nenhuma organização nacionalista africana, branca ou multirracial estruturada.

Assim, como atenta Fernando Pimenta, o MPLA, pela sua composição (maioritariamente de assimilados nativos), não só se distinguirá no quadro do nacionalismo angolano, mas também atrairá para si a *intelligentsia* e a maior parte dos projectos contestatários da administração colonial. Cf. F. T. PIMENTA, *Branco de Angola*, [...], p. 162.

<sup>212</sup> «Angola e Moçambique: relatório da comissão de informação e pesquisa da conferência internacional dos estudantes (1961-1962)».



Em 1930, na perspectiva de Mário Pinto de Andrade, reforça-se o fim do ciclo do proto-nacionalismo<sup>213</sup> nos territórios coloniais portugueses em África. Um certo número de organizações que tinham existido na Metrópole, herdeiras da iniciativa da Junta de Defesa dos Direitos de África (JDDA)<sup>214</sup> e suas congéneres, fundam, em Angola, a Liga Nacional Africana (LNA)<sup>215</sup>. A esta organização segue-se o Centro Africano (CA), herdeiro do Grémio Africano (GA) que evolui para a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), em 1947<sup>216</sup>. Outras tentativas para organizar legalmente os africanos são as da Associação Africana do Sul de Angola (AASA), dos trabalhadores ferroviários de Nova Lisboa, e da Sociedade Cultural de Angola, fundada em 1942.

A partir de 1940 espalha-se, portanto, um outro sentimento de activismo autonomista — diferente do levado a cabo, contra todas as contrariedades, por colonos europeus — entre os mestiços e os assimilados que, pouco a pouco, se estende aos filhos do país. É o princípio do despertar das elites angolanas em Angola. Paulatinamente, fazem-se porta-vozes dos interesses políticos, económicos e culturais locais e, em especial, dos autóctones no aparelho administrativo<sup>217</sup>. O cónego Manuel das Neves apoia e inspira a actividade da Liga

---

<sup>213</sup> Mário Pinto de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano*, [...]. Sobre a noção de proto-nacionalismo, na perspectiva de Mário Pinto de Andrade, veja-se p.38.

<sup>214</sup> Atentando no associativismo africano na Metrópole no decurso das primeiras décadas de novecentos, cujas actividades e protagonistas são raramente mencionadas, Mário Pinto de Andrade destaca o «ardor da mocidade», o protagonismo dos jovens Ayres de Meneses e José da Cunha Lisboa, estudantes da Faculdade de Medicina e de Engenharia. Cfr. Mário Pinto de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano*, [...], pp. 86-87.

<sup>215</sup> Segundo Mário Pinto de Andrade, a LNA, fundada por Manuel Inácio dos Santos Torres, Sebastião José da Costa, Gervásio Viana, António de Assis Júnior, José Cristino, representa a transição duma geração de privilegiados, defensora da promoção dos africanos, para a geração reivindicadora da autonomização de Angola. No seguimento dos propósitos da LNA, estas individualidades incidem o olhar para as raízes africanas e para as suas condições incitadas pela geração assimilada do último quartel do século XIX, na qual se destacam Joaquim Dias Cordeiro da Mata (1857-1894), José de Fontes Pereira (1823-1891), António José do Nascimento (1838-1902), entre outros. As principais famílias de assimilados de Angola, dos anos 1930 — de Luís Botelho, António de Assis Júnior, Adolfo Castelo Branco, Gervásio Viana, Lucrecio Africano de Carvalho, Vieira Dias, André Rodrigues Mingas, Van-Dúnem, Boavida — vão incitar os jovens, seus filhos, a lutar pela vida, a valorizarem-se na sociedade, a entrarem na Universidade e a tornarem-se altos funcionários. A Metrópole é, portanto, um dos polos de atracção. Aí se vislumbra a geração do percurso nacionalista de Angola para a conquista da independência nos anos 1950 e seguintes. Veja-se M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, [...], pp. 35-41; Aida FREUDENTHAL, «Voz de Angola em tempo de ultimato», *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23-1, 2001, pp. 135-169.

<sup>216</sup> Vide Eugénia RODRIGUES, *A geração silenciada: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.

<sup>217</sup> Não se deixa de sublinhar, até à década de 1940, o ainda pendor português da Liga. O discurso da colectividade incide efectivamente para os portugueses (cidadãos) naturais de Angola. Em virtude das comemorações centenárias de Portugal, em 1941, a Liga Nacional Africana erige uma

Nacional Africana<sup>218</sup>, a que preside em 1947 e a cuja Assembleia Geral presidiria de 1950 a 1956. O seu apoio à Liga dataria do início da sua actividade, nos anos 1930. É por seu impulso que a Liga se constitui como um centro de convívio de católicos e protestantes, de Bakongo e Mbundu e de espaço de maturação dos ideais e das possibilidades da independência antevista pelos autóctones.

A PIDE instalara-se em Angola em 1957, na sequência da reorganização operada em 1954 pelo Decreto n.º 39749, que cria o quadro do pessoal nas colónias<sup>219</sup>. Antes da instalação da PIDE, o Governo-Geral da Colónia inviabiliza as acções das várias organizações de defesa da emancipação política de Angola. Ao que nos parece, ao lado do esforço das organizações angolanas, o Estado português não se ressentia da sua fragilização pela intensa crítica internacional que ocorre ao longo do pós-guerra, sobretudo na década de 1950.

Gravitando no interior da administração colonial em Luanda, dos anos 1940 à segunda metade dos anos 1950, essas organizações instigam a consciência independentista contra as políticas metropolitanas, o que produz, a seguir, o imaginário da libertação colonial. Dirigidas quer por brancos, quer por mestiços ou por negros, ponto de encontro de católicos e protestantes, de algum modo expressão de um associativismo elitista, as organizações emancipalistas, concretamente a Liga Africana, a Liga Nacional Africana, a ANANGOLA, o PCA, o MIA, o MILNA, o MINA, afrontam o poder do Governo-Geral de Angola e apontam para a consciencialização popular da independência. Pode por isso considerar-se, nessa fase, a transmutação do princípio político da auto-determinação como o *leitmotiv* da sustentação e construção do espaço nacionalista, «que é também a

---

estátua em bronze, em nome dos portugueses naturais de Angola, dedicada ao fundador da nacionalidade e erguida como homenagem da sua filiação à Mãe-Pátria. PT/TT SCPCM-GPC/056/00015, Oferta ao Presidente do Conselho pela Liga Nacional Africana de um exemplar da *Revista de Angola* dedicado às comemorações centenárias, Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 61, Processo 506/33, 1941, n.º 15.

<sup>218</sup> PT/TT PIDE/DGS, SC, SR, 2668/54-1, fl. n.º 623.

<sup>219</sup> Cfr. Dalila Cabrita MATEUS, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004, pp. 23-25.

construção de uma memória política alternativa em contraponto à memória política veiculada pelo Estado colonial»<sup>220</sup>.

A administração colonial é, apesar de tudo, um cadinho do florescimento dos grupos independentistas. Embora o regime impingido no território seja autoritário, intolerante e reacionário contra os grupos independentistas, implementa entre 1959 e 1964 um plano de fomento que visa o desenvolvimento da colónia<sup>221</sup>. A vida social na colónia desenrolava-se, contra todas as contrariedades políticas, regularmente.

Da organização político-social planificada e implementada nessa altura infere-se a convocação de todos os estratos sociais de Angola para a sua efectivação. Este olhar social pode ainda ser visto na dinamização das actividades lúdicas (futebol). As empresas privadas apoiadas pelas autoridades, principalmente, em Luanda, incentivam actividades desportivas socialmente indiferenciadas embora, segundo Marcelo Bittencourt, não passassem de uma estratégia de acção psicossocial das autoridades. Pois, em virtude de tais medidas e perante o desenrolar da guerra de libertação, passaram a reconhecer e incentivar o futebol jogado nos musseques (e quiçá de outras actividades) com o objectivo de conseguir um acesso diferenciado, alternativo à lei e à força policial, com o fim de controlar e evitar a adesão das populações angolanas à revigorada luta de libertação<sup>222</sup>. Dentre as actividades lúdicas e recreativas incentivadas nesta altura citam-se o campeonato de futebol de bairro (ao lado do campeonato oficial, urbano) patrocinado pela Cervejaria Cuca disputado nos musseques e as intervenções do grupo *N'gola Ritmos* com música, teatro e dança<sup>223</sup>.

A partir dos anos 1960, as actividades desses movimentos, em Luanda, serão conotadas, pelas autoridades, como ligadas às conspirações independentistas do MPLA, movimento emigrado em 1961, em Conacri, Léopoldville e Brazzaville. Lembra-se, para o efeito, que é a própria PIDE quem incita a irreversibilidade da

---

<sup>220</sup> Fidel REIS, «Início da vaga de prisões de militantes nacionalistas em Angola (1959)», in Miguel CARDINA e Bruno Sena MARTINS (dir.), *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018, p. 29.

<sup>221</sup> *O II Plano de Fomento (1959-1964)*, op. cit.

<sup>222</sup> Marcelo BITTENCOURT, «O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960)», *Análise Social*, LII (4.º)-225, 2017, p. 878.

<sup>223</sup> Veja-se *Ibid.*; Jorge MACEDO, *Obreiros do nacionalismo angolano: ngola ritmos*, Luanda, Angola, 1989.

luta. Com a repressão, no caso as prisões efectuadas no decurso do ano de 1959 (no conhecido «Processo dos Cinquenta»<sup>224</sup>), a PIDE confere legitimidade às organizações políticas clandestinas, posteriormente, apropriadas pelo MPLA<sup>225</sup>. Recordam-se que os protagonistas do MPLA têm origem nas grandes famílias luandenses. E, em relação aos dois outros movimentos, UPA-FNLA e UNITA cujos integrantes descendem maioritariamente do Norte e do Sul de Angola, o factor geográfico, Luanda (centro da colónia) dá vantagem à elite do MPLA e para qual os activistas das várias organizações e associações fundadas antes da guerra de libertação se não de rever.

Destacam-se a Liga Africana (LA), a Liga Nacional Africana (LNA) e a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) que, conjugando os mesmos propósitos, promovem o desenvolvimento da consciência autonomista servindo-se de princípios culturais e literários que dizem ser tipicamente angolanos. Cunha-se o termo «angolanidade», como um modo particular de descrever Angola<sup>226</sup>. O alargamento desse conceito, à entrada dos anos 1960, pela ANANGOLA, que assume a nova postura de definir cultural e literariamente a Angola autóctone e pensada como nação, custa a esta elite a perseguição e a prisão pela PIDE.

A ANANGOLA é dinamizada por figuras de vários estratos sociais. Os seus elementos encetam afrontas contra as políticas da administração colonial. Em todo o caso, podem referenciar-se as reservas que o movimento UPA-FNLA teria quanto à ANANGOLA, postura seguida também pelo MPLA. Sabe-se que a UPA-FNLA, nos seus ideais, começa por imaginar uma Angola sem brancos. Neste sentido, tem uma atitude muito crítica da ANANGOLA, cujos membros, alguns deles brancos, são considerados pseudo-angolanos<sup>227</sup>. Todavia, da complexidade dos ideais da independência em gestação, é no seio da ANANGOLA que circulam ideias revolucionárias concretas que, nos círculos de luandenses, despertam quer os seus integrantes (brancos e não só), quer os demais participantes (também filiados nos outros movimentos, assimilados e não só), antes que todos sejam clandestinos, a

---

<sup>224</sup> R. PÉLISSIER, *La colonie du Minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, 1978, p. 210; Maria do Carmo MEDINA, *Angola: processos políticos da luta pela independência*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 79.

<sup>225</sup> Cf. F. REIS, art. cit., p. 29.

<sup>226</sup> Veja-se o Capítulo I.

<sup>227</sup> Cf. E. ROCHA, *op. cit.*, p. 80.

consciência dos angolanos para a necessidade de luta para a independência<sup>228</sup>. Citem-se os movimentos PCA, MIA, MLNA e MINA, cujos activistas são presos e registados no «Processo dos Cinquenta». Aliás, referimo-lo, à volta do cónego Manuel das Neves e de Ilídio Tomé Alves Machado, muitos nacionalistas, nativos, de diferentes condições (funcionários do aparelho governamental e independentes) reúnem-se e procuram soluções separatistas. Os depoimentos dos presos do «Processo dos Cinquenta» são abundantes, levando a PIDE não só a visitar com frequência as instalações do cónego Manuel da Neves, na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios em Luanda, como também a considerar a Sé de Luanda como centro de sublevação, perscrutando com intensidade os passos de Ilídio Tomé Aires Machado e seus sequazes<sup>229</sup>.

Em 12 de Junho de 1961 a ANANGOLA endereça ao Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, um memorial expondo a situação angolana, no vasto quadro dos movimentos nacionalistas africanos, sem apontar as razões que produzem os então recentes acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março de 1961<sup>230</sup>. Entretanto, por desconfiança, a PIDE prende e interroga alguns brancos, filiados na Sociedade Cultural de Angola, que discutem procurando soluções sobre os acontecimentos do Norte<sup>231</sup>.

Em 1962, em busca de visibilidade além-fronteiras, a ANANGOLA organiza o I Encontro dos Escritores de Angola. O convénio, por ocasião das festas da cidade de Sá da Bandeira (Huíla) — dirigido por Eugénio Bento Ferreira, da Sociedade Cultural de Angola, e por Machado Saldanha, administrador do jornal *ABC* de Luanda, ambos rotulados pela PIDE como intelectuais pró-comunistas —, acoberta

---

<sup>228</sup> Veja-se a actividade da ANANGOLA descrita nos relatórios da PIDE: Associação bem organizada, com relatórios de contas estruturados, tem-se dedicado a actividades conspirativas com vista à secessão de Angola da Mãe-Pátria. É o caso de António Dias Cardoso, de raça branca, natural de Luanda, chefe de secretaria; António Jacinto do Amaral, de raça branca, natural de Luanda, gerente comercial, José Vieira Mateus da Graça, de raça branca, natural de Vila Nova de Ourém, empregado comercial, condenados pelo Tribunal Militar Territorial de Angola, em 1963, por alegada mancomunação com os interesses do MPLA. E, em 1964, a mesma associação, constitui uma comissão que aposta na independência de Angola. São protagonistas Jofre dos Santos, natural de Luanda, funcionário administrativo, João Brás Vieira Dias Van-Dúnem, funcionário de Fazenda, natural de Luanda, Aníbal de Jesus Guedes Pinto, despachante de tráfego, natural de Lubango, Alexandre Herculano Campos, escriturário das Alfândegas, natural de Lubango. PIDE/DGS, SC, CI(2), 595, cx. 7025, 1965, fls. n.ºs 14-16; 73.

<sup>229</sup> Veja-se J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, pp. 37-38.

<sup>230</sup> PT/TT AC PIDE/DGS SC CI (2) 595, Unidade de Instalação 7025, ANANGOLA, fls. n.ºs 135-143.

<sup>231</sup> PT/TT PIDE/DGS, Del. A, PC, 662/61, fl. n.º 7.

desígnios políticos. São convidados vários jornalistas e escritores que presidem a conferências e recolhem informações sobre Angola<sup>232</sup>. A Sociedade Cultural de Angola, difusora do jornal *Cultura*, fora proibida pelas autoridades em 1960. Nesta sociedade pontificava o Movimento para a Libertação Nacional de Angola (MLNA), que era composto por uma maioria de intelectuais portugueses de ideias socialistas e comunistas. Alguns dos portugueses membros do MLNA também são presos no «Processo dos Cinquenta».

Nos meandros do funcionalismo da administração colonial, a ANANGOLA, vai sendo formada aos olhos da PIDE como uma elite difusora dos princípios do MPLA nos anos subsequentes a 1961. Anos depois, em Janeiro de 1964, a nova Comissão Administrativa da associação tem apenas três elementos brancos — Óscar Vieira da Costa, João Elísio Ribeiro de Pessoa e Aurélio Lança de Morais — entre vinte e nove membros. Para a PIDE, não passa de uma capa do MPLA, pois esses indivíduos, em conluio, procuram apoiar elementos detidos como Jacinto do Amaral Martins e António Dias Cardoso. Ademais, o vice-presidente, Fernando de Sousa Guerreiro, diz publicamente que os fins da sua direcção são os mesmos do grupo do Dr. Bessa Victor, trabalhar para o MPLA. Os seus intentos, no geral, são os de apoiar os elementos de esquerda e estender a «máquina» contestatária ao poder colonial, não só em Angola como também na metrópole, visando sobretudo organizar a massa estudantil natural de Angola que na Metrópole estuda<sup>233</sup>.

Por isso, a PIDE vigia Jofre Fernandes dos Santos, natural de Luanda, e seu irmão, Sérgio Fernandes dos Santos, activistas, desde 1959, do separatismo de Angola e adeptos do MPLA, por ligações com outros elementos da direcção dos Serviços de Administração Civil, Armando Machado («Machadinho») e Luís Bessa. João Brás

---

<sup>232</sup> Conferencistas do 1.º Encontro dos Escritores de Angola: Dr. Eugénio Bento Ferreira – Estudo sobre «Literatura Angolana de Ficção – Romance, Novela e Conto»; Escritor Óscar Ribas – Palestra «Aproveitamento Literário dos Elementos Folclóricos e da Literatura Oral dos Nativos pelos Escritores de Angola»; jornalista António Pires – Conferência «Economia Angolana»; Escritor Mesquita Breh – Palestra «Bases Filosóficas da Sociologia em Angola»; Advogado Heitor Gomes Teixeira – «Teatro Angolano»; Escritor Mário António – «Panorâmica da Poesia Angolana nos seus múltiplos aspectos e rumos»; Dr. Lopes Cardoso – «Elementos da Pré-História de Angola»; Etnógrafo José Redinha – «História Angolana e suas fontes de informação e estudo»; Padre Carlos Esterman – «Aspectos do Folclore nativo do Sul de Angola». PT/TT AC PIDE/DGS SC CI (2) 595, Unidade de Instalação 7025, ANANGOLA, fls. n.ºs 102-103.

<sup>233</sup> PT/TT AC PIDE/DGS SC CI (2) 595, Unidade de Instalação 7025, ANANGOLA, fls. n.ºs 91-93.

Vieira Van-Dúnem, funcionário dos Serviços de Fazenda, natural de Luanda, é investigado por envio de relatórios para Brazzaville, atacando o governo português, por ser inimigo dos brancos, por constar a proibição que se fale português em sua casa, pelas suspeitas de ligações com os acontecimentos separatistas ocorridos em Luanda em 1961 e, por fim, pelas ligações com o Dr. Diógenes Boavida<sup>234</sup>.

Antes do convite da ANANGOLA a U Thant, terceiro Secretário-Geral da ONU, para visitar Angola, em Agosto de 1964<sup>235</sup>, o jornal *Carta de Angola*, de 11 de Janeiro de 1964, publica um editorial intitulado «Actividades subversivas na Associação dos Naturais de Angola». Os membros da nova direcção, a saber, Augusto Pitta Gróis Dias, Presidente, Joffre Santos, João Brás Van-Dúnem, Aníbal Guedes Pinto, Alexandre Herculano Campos, Sérgio Fernandes dos Santos e Joffre Van-Dúnem, vogais, apresentam no Gabinete do Chefe da Província os objectivos da ANANGOLA, com um tom de apelo à separação entre Angola e a metrópole. O jornal *Diário de Notícias* de 21 de Janeiro de 1964 refere terem ocorrido factos anormais na apresentação de cumprimentos, em nome do povo angolano, da nova Direcção da Associação dos Naturais de Angola ao Governador-Geral de Luanda<sup>236</sup>.

Em Angola, concretamente em Luanda, a incidência dos movimentos da consciência independentista angolana, clandestina, não é uniforme. Desde as ligações «elitistas» (brancos e assimilados) na LNA, na ANANGOLA, até à inclusão dos indígenas na causa da libertação de Angola, os protagonistas de tal causa mobilizam-se em diversas associações, segundo diversas opções ideológicas. Mas, corroboramos, será desses movimentos que, no fim do processo da independência e ainda durante a sua vigência, o MPLA tirará vantagens em relação à UPA-FNLA e à UNITA. Os integrantes dos referidos movimentos, nascidos em

---

<sup>234</sup> Diógenes Boavida é irmão de Américo Boavida, descendentes de uma das famílias antigas de Luanda ao lado das de Pinto de Andrade, Vieira Dias e Van-Dúnem. Nasce em Luanda, em 1928. Faz os estudos secundários no Liceu Salvador Correia, em Luanda, prosseguindo-os na cidade do Porto, Portugal, onde termina o curso dos Liceus, seguindo para Coimbra, licenciando-se aí na Faculdade de Direito. Faz parte do Governo de Transição constituído no Alvor como integrante do MPLA, com a função de Ministro da Justiça.

<sup>235</sup> Atente-se, por exemplo, no caso da hospitalidade do Secretário-Geral da ONU em Angola, o empenho da Associação em dar-lhe a escolher entre hotéis de primeira classe e outras residências, geralmente modestas, propriedade dos dirigentes da Associação quer fossem brancos, mestiços ou pretos. PT/TT AC PIDE/DGS SC CI (2) 595, Unidade de Instalação 7025, ANANGOLA, fl. n.º 8.

<sup>236</sup> PT/TT AC PIDE/DGS SC CI (2) 595, Unidade de Instalação 7025, ANANGOLA, fls. n.ºs 18-19.

Luanda, de tradição urbana, de cultura e usos metropolitanos, oriundos das velhas famílias, assimilados, acabarão por confluir no MPLA e identificar-se com ele.

Em 1955, constitui-se o Partido Comunista Angolano (PCA), em Luanda, por iniciativa de Viriato Clemente da Cruz, Ilídio Tomé Alves Machado, Mário António de Oliveira, António Jacinto do Amaral Martins e Manuel dos Santos Júnior<sup>237</sup>. Imbuídos de ideais marxistas e influenciados pelas ideias progressistas provenientes do Brasil, donde recebem apoio e materiais de propaganda, segundo Mário Pinto de Andrade<sup>238</sup>, e também do Partido Comunista Português (PCP), o PCA terá uma existência pouco duradoira, por perseguição da PIDE, pela saída de Angola do seu principal dinamizador, Viriato da Cruz, para a Europa, em 1957, e pela circulação dos restantes membros noutros grupos clandestinos, em Luanda. Pois nesta altura, em Luanda, gravitavam bastantes grupúsculos que se batiam contra a administração colonial<sup>239</sup>.

Por acusação da PIDE, em 1961<sup>240</sup>, referimo-lo acima em virtude da sua ligação à ANANGOLA nesta altura e outras acções, são condenados por actividades subversivas pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 14 anos de prisão, suspensão de direitos políticos por 8 anos e medidas de segurança de 6 meses a 3 anos, dadas as actividades conspirativas com vista à secessão de Angola de Portugal e por ligações ao MPLA: António Dias Cardoso<sup>241</sup>, António Jacinto do

---

<sup>237</sup> PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 662/61, Unidade de Instalação 518, fls. n.ºs 2-3; PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, 6 Vol. Veja-se também Carlos PACHECO, *MPLA: um nascimento polémico (as falsificações da história)*, Lisboa, Vega, 1997, p. 63 e segs.

<sup>238</sup> Veja-se M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, p. 35; 59; 77.

<sup>239</sup> Cfr. Marcelo BITTENCOURT, «*Estamos juntos!*» [...], pp. 55-57.

<sup>240</sup> Veja-se PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 662/61, Unidade de Instalação 518, fls. n.ºs 2-19 e PT/TT AC PIDE/DGS SC CI (2) 595, Unidade de Instalação 7025, ANANGOLA, fls. n.ºs 91-93.

<sup>241</sup> António Dias Cardoso, nacional de «raça branca», solteiro, chefe da Secretaria dos Naturais de Angola (ANANGOLA), nascido em 8 de Abril de 1933, natural da Freguesia dos Remédios, Luanda, filho de José Cardoso e de Adelina Dias Cardoso e residente na rua Sá da Bandeira n.º 135, Luanda. Ao interrogatório da PIDE sobre o seu envolvimento em actividades conducentes à separação política de Angola, responde que desde o ano de 1957 começa a frequentar a Sociedade Cultural de Angola, onde aparecem muitos associados de ideias políticas contrárias das veiculadas pelas autoridades portuguesas. Entre eles podem citar-se, Adolfo Rodrigues Maria, trabalhador do jornal ABC. João Abel, alferes em Moçambique, José Vieira da Graça e Hélder Neto. Nesta Associação Cultural estes indivíduos, vão, pouco a pouco, amadurecendo ideais da independência de Angola. É ideólogo, na circunstância, o arquitecto Veloso e o próprio António Dias Cardoso doutrinado pelo Partido Comunista Português e por José Luciano Meireles, seu amigo que, em conjunto, fazem aderir Adolfo Maria.



Amaral Martins<sup>242</sup>, José Vieira Mateus da Graça<sup>243</sup>, Manuel do Nascimento Ferreira<sup>244</sup>.

Da sua posição de radicalismo marxista, o PCA transforma-se em 1956 em Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), sem, no entanto, obter grande vitalidade nalguns círculos da sociedade luandense.

Sublinhe-se, portanto, que a relação entre o PCA/PLUAA e o MPLA, neste momento, comporta um exagero e uma justificação de apropriação histórica do nacionalismo angolano pelo MPLA. Segundo alude Mário Pinto de Andrade, a trajectória do MPLA num tempo coevo da do PCA deve-se a uma discussão com Viriato da Cruz na qual acentua que em virtude das condições sociológicas e políticas do tempo não deve decorrer que os angolanos criem um Partido Comunista, mas uma frente clandestina: MPLA. É deste modo que se monta o esquema de o PCA, criado em 1956, servir de vanguarda do futuro MPLA<sup>245</sup>. Ademais, não é também por a maior parte dos integrantes dos vários grupos clandestinos aparecidos em Luanda nos anos seguidos a 1950 ter aderido ao MPLA, o MPLA é fundado nesse tempo. O MPLA não é fundado antes de 1960. Segundo Adolfo Maria assevera, a causa de tal equívoco reside na corrida pela vanguarda da conquista nacionalista no interior de Angola, o que leva a uma febril actividade de solicitação de apoios entre os dois principais movimentos, UPA-FNLA e MPLA. Neste contexto, o combate travado entre a UPA-FNLA e o MPLA, que leva cada um a procurar maiores legitimidades, quer perante os angolanos quer junto de países e organizações que concedem ajudas diversas à luta, o MPLA (ante a evolução e formação da UPA-FNLA em 1957 de UPNA, em 1954) forja o ano de

---

<sup>242</sup> António Jacinto do Amaral Martins, casado, gerente comercial, nascido a 28 de Setembro de 1924, natural da Freguesia do Carmo, Concelho de Luanda, filho de José Maria Trindade e de Maria Cecília da Costa Pessoa do Amaral Martins, residente na Rua Bernardino Ribeiro n.º 5-A-1.º, Luanda. De «raça branca», preso em 18 de Novembro de 1961, em Luanda, pela PIDE, acusado de fundador do Partido Comunista de Angola, cujo Estatuto é encontrado no Distrito de Cuanza Norte, conforme declara o preso Ilídio Tomé Alves Machado.

<sup>243</sup> José Vieira Mateus da Graça, de «raça branca», casado, empregado comercial, nascido a 4 de Maio de 1935, natural da Freguesia de Vila Nova de Ourém, filho de Joaquim Mateus da Graça Júnior e de Maria Alice Vieira.

<sup>244</sup> Manuel do Nascimento Ferreira, nacional de «raça mestiça», casado, empregado comercial, nascido a 1 de Agosto de 1924, natural de Mucumba, Freguesia do Concelho de Bié, filho de Luís do Nascimento Ferreira e de Maria, residente na Rua Pedro Nunes, n.º 41-A, em Luanda, é preso pela PIDE, em 18 de Novembro de 1961, por suspeita de crimes contra a Segurança do Estado.

<sup>245</sup> Cf. M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, [...], p. 108.

1956 como a data da sua fundação. Apoiar-se, para tal, na rasura de um documento elaborado à mão, no exterior de Angola, por Viriato da Cruz, no qual é depois acrescentada, com letra e tinta diferentes, a data de 10 de Dezembro de 1956 como a data do manifesto do MPLA<sup>246</sup>.

O efeito de maior alcance histórico do PLUAA, citado nas fontes oficiais como a razão da criação do MPLA, é provavelmente a elaboração, em 1956, de um manifesto nacionalista que apela para os angolanos formarem um amplo movimento de libertação de Angola, de contestação à opressão colonial<sup>247</sup>. Contudo, mais do que o PLUAA, é o Movimento para a Independência de Angola (MIA), criado em 1957, que, sob direcção de André Franco de Sousa, conjuntamente com Ilídio Tomé Alves Machado, desempenha enorme papel, conforme atestam os relatórios da PIDE, na difusão e no estímulo dos angolanos para acções concretas de emancipação política de Angola<sup>248</sup>. É neste movimento que se podem vislumbrar os nomes da elite que marca toda a história do MPLA, movimento urbano, com forte expressão em Luanda e nas grandes cidades de Angola.

Menos conotado com o marxismo, o MIA granjeia simpatias entre a pequena burguesia africana e persuade o povo iletrado, conseguindo estender-se nos meios nacionalistas não só de Luanda, mas também de Lobito, Benguela, Uíge e Malange, conquistando a filiação de um ou outro membro para o movimento. Além de André Sousa Franco, dinamizam o MIA Ilídio Tomé Alves Machado, Higinio Aires Sousa, Carlos Aniceto Vieira Dias (Liceu Vieira Dias), Gabriel Leitão, Joaquim Figueiredo, Eduardo Correia Mendes, António Monteiro, António Rebelo de Macedo e Carlos Alberto Van-Dúnem, «Beto»<sup>249</sup>.

Ao mesmo tempo, despontam em Luanda por acção dos mesmos protagonistas o Movimento de Libertação de Angola (MLA), em 1958; o Movimento para a

---

<sup>246</sup> Cf. Adolfo MARIA, «O MPLA não existia antes de 1960», *O Novo Jornal*, Edição n.º 551/14.09.2018, p. 15. Veja-se também Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade (DMA), Manifesto do MPLA (manuscrito), pasta: 04357.005.001. Disponível em [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83814](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83814), acedido a 25.09.2018.

<sup>247</sup> Vide Lúcio LARA, *Um amplo movimento: itinerário do MPLA através de documentos e anotações*, Luanda, s.n., 1997, vol. I, até 1961, pp. 23-30; E. ROCHA, *op. cit.*, p. 103.

<sup>248</sup> PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, fls. n.ºs 2-36.

<sup>249</sup> Veja-se *ibid.*

Independência Nacional de Angola (MLNA) e o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), em 1959, que, como os outros movimentos, visam arquitectar um conjunto de estratégias a fim de pugnar por um rápido desenvolvimento de Angola, defender a solução de problemas que se colocam à população junto do Governo Central e apresentar as questões de Angola nas Nações Unidas<sup>250</sup>. As diligências desses movimentos, com significado político distinto, têm pouca expressão no quotidiano angolano perante a força política do regime colonial. Vigiados pelas autoridades coloniais, e dependendo dos meios exíguos que cada movimento ostenta, as suas actividades reduzem-se à inoperância. Todavia, é preciso lembrar que, apesar do controlo das autoridades portuguesas, é através da multiplicação e, também, da insistência na afronta do regime colonial em nome das populações angolanas (iletradas) desses movimentos que o problema de Angola chega nos fóruns africanos e internacionais.

O activismo do MIA, alfofre do escol do futuro MPLA, é travado em dois processos da PIDE. A contestação anti-colonial em Angola é, indesmentivelmente, um problema que começa a extravasar o domínio das autoridades. O poder colonial toma nota da relutância com que o MIA se bate na clandestinidade.

No primeiro processo, Ofício n.º 3785, da Direcção dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, comunica-se à PIDE a detenção, por ordem do Tribunal da Comarca de Luanda, de 42 indivíduos, brancos e de cor, acusados de crimes contra a segurança exterior do Estado. A maior parte dos brancos faz parte do PC. Os restantes arguidos residentes em Luanda pertencem ao MIA, incluindo um negro originário de Cuba, naturalizado americano, tripulante do navio *African Dawn*, e outros, por capturar, ao MLNA e ao MLA: Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, residentes em Paris, Manuel Barros Nekaka, em Léopoldville, Matias Miguéis, em Brazzaville e Armando Ferreira da Conceição Júnior, escriturário do consulado de Portugal em Léopoldville<sup>251</sup>. Nota-se, aqui, a circulação e convivência futura das elites angolanas na causa da independência de Angola desde o Norte (Bakongo, *vg.* Barros Nekaka), Centro/Luanda (Mbundu, Mário Pinto

---

<sup>250</sup> E. ROCHA,, *op. cit.*, p. 300.

<sup>251</sup> PT/TT AC PIDE/DGS SC SR 3807/63, Unidade de Instalação 3331.

de Andrade) e Sul (Ovimbundu, Matias Miguéis), para além dos propósitos e objectivos de cada movimento em particular.

No outro processo, mais extenso, as diligências da PIDE apontam o MIA como o centro da dinamização da consciência independentista de Angola. Os membros do MIA, oriundos das antigas famílias luandenses, integrantes do aparelho burocrático, enriquecem o futuro MPLA e difundem o problema de Angola além-fronteiras. Servem-se, para tal de embarcações estrangeiras. Menciona-se, neste processo, a ausência da referência ao Manuel Barros Nekaka, fautor da UPA-FNLA.

É à volta do nome de Ilídio Tomé Alves Machado, natural de Luanda, mestiço, solteiro, segundo oficial dos CTT, nascido em 17 de Dezembro de 1914, que o MIA desenvolve actividades, embora nem sempre bem conseguidas, através das quais o poder colonial se vê ameaçado e por isso intensifica as detenções de contestatários no ano de 1959. Em 1959, a PIDE apreende, a bordo do navio *African Dawn*, atracado no porto de Luanda, um vasto correio que não deixa dúvidas sobre o labor do MIA. Dois envelopes endereçados a Mr. Kwame Nkrumah, Prime Minister of Republic of Ghana, Accra, com documentos do seguinte teor: um exemplar do *Jornal Huíla*, de 24 de Abril de 1954; cinco exemplares do panfleto «Manifesto Africano»; cinco exemplares do panfleto «Aos Angolanos», começando com os dizeres «Os acontecimentos que ultimamente vieram trazer o luto, a fome, as lágrimas e o desespero a todos nós, não nos deixaram insensíveis»; cinco exemplares do panfleto «Aos militares angolanos», começando pelos dizeres «Não podíamos deixar de falar com os nossos irmãos soldados, porque eles são angolanos como nós, e o seu destino é igual ao nosso. Eles padecem e sofrem como nós»; um manuscrito endereçado para o «Estabelecimento Vieira» e outro dactilografado para o «Sr. Matias Miguéis, Caixa Postal 558, Ponta Negra»; e, por fim, uma fotocópia do Tratado de Simulambuco (referente ao Enclave de Cabinda).

A correspondência expedida, encoberta no nome de Rachel de Queiroz, vai para David Nasser, Redactor-Chefe da Revista *O Cruzeiro*, Rua do Livramento 203, Rio de Janeiro. Os remetentes, tomando em consideração a situação melindrosa de Angola, sublinham em nota o seguinte: «Distinta escritora, entre os vários movimentos formados em Angola com o propósito de lutar pela independência, e

são vários por virtude da tática aconselhada num regime de ditadura como aquele que nos domina, encontramos-nos nós, que vimos remeter-lhe os documentos juntos, que estamos certos merecerão a sua atenção [...]. Por tudo o que puder e quiser fazer em favor de uma causa legítima e justa, aceite desde já a nossa gratidão. Movimento para a Independência de Angola». Pedem ainda o envio do mesmo *dossier* para a Rádio Brazzaville; Lic. E. A. Jorge Rivas, República Dominicana; Dr. Jaime Vitta Roso, Brasil; Áurea Correia Lima Negreiros, Rio de Janeiro; Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade<sup>252</sup>.

Entre os activistas do MIA, todos na órbita de Ilídio Tomé Alves Machado, considerado pela PIDE elemento muito activo e de grande responsabilidade quer no MIA quer no MLNA, estão André Franco de Sousa, Joaquim de Figueiredo, Higino Aires Alves de Sousa, Ricardo Vaz Borja, «Xodô», José Augusto de Aguiar Júnior, Carlos Alberto Van-Dúnem, «Beto», Luís Rafael, «Rafá», Gabriel Leitão, Carlos Aniceto Vieira Dias, «Liceu Vieira Dias», Jaime Araújo, Bento Falcão Pinto de Andrade, José Maria, Amadeu Amorim, Nino Rodrigues, Almeida, Carlos Van-Dúnem, Francisco Machado, Belarmino Van-Dúnem, Higino Aires Machado, Matias Miguéis, Agostinho André Mendes de Carvalho, e os pivôs estrangeiros Isaac Sylvester Leon, Alfredo Boerum, Francisco Javier Hernandez. Todos eles também constituídos arguidos no processo de 1959, acusados de actividades contra a segurança do Estado<sup>253</sup>.

É importante lembrar o espaço luandense, no todo da colónia, como a placa giratória da consciência nacionalista. A maior parte dos grupos contestatários da administração portuguesa em Angola emerge em Luanda. Fundados num contexto da «crioulidade» e da assimilação, por brancos, mestiços e negros, estes grupos desembocam a consciência nacional na «angolanidade», visível a seguir a década de 1960 nos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA. É neste sentido, como foi referido, que a elite angolana, autóctone, se vai disseminando. E, enquanto a consciência nacional angolana se dissemina entre os três movimentos de

---

<sup>252</sup> PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, Vol. 1-6.

<sup>253</sup> Veja-se PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, Vol. 1-6. Veja-se mais apêndice nº. 19, quadro dos activistas ao serviço do MIA.

libertação, UPA-FNLA, MPLA e UNITA, em Luanda, é a elite afectada ao MPLA que ganha corpo.

Destarte, com o MIA, sobretudo, e os outros movimentos por si inspirados em Luanda, é possível a identificação, *de facto* e *de jure*, dos nomes das grandes famílias e, pelo cruzamento entre si, dos nacionalistas que compõem a elite do MPLA: Machado, Pinto de Andrade, Vieira Dias, Van-Dúnem, Bessa, Leitão, Sousa, Júnior, Carvalho, Boavida, Viana, Botelho, Mingas, Júnior, Castelo Branco...

O Movimento de Libertação de Angola (MLA), tem em Ilídio Tomé Alves Machado, pela experiência acumulada da situação angolana adquirida em diferentes grupos, a figura que maior dinâmica imprime ao movimento, que é composto por J. Pedro Benge, Fernando Pascoal da Costa, Gaspar Domingos, Joaquim Figueiredo, Belarmino Van-Dúnem, Agostinho André Mendes de Carvalho, Higino Aires Machado, Germano José Gomes, Luís Barbosa Bessa. Já no Movimento para a Independência Nacional de Angola (MLNA), Ilídio Tomé Alves Machado, inclui o conhecido grupo de católicos: padre Joaquim Pinto de Andrade, chanceler da Arquidiocese de Luanda; António Rebelo de Macedo, chefe de contabilidade da Imprensa Nacional; cónego Manuel Franklin da Costa, padre Alexandre do Nascimento, padre Eduardo André Muaca, padre Vicente José Rafael; padre Lino Guimarães; padre Domingos Gaspar; padre Alfredo Osório; padre Martinho Campos; António Marques Monteiro e demais, todos orbitando em torno da influência de monsenhor Manuel Joaquim Mendes das Neves, pároco da igreja da Sé e vigário-geral da Arquidiocese<sup>254</sup>, e a que se juntam alguns padres estrangeiros: Fernando Santos Neves (português), Waldo Garcia (espanhol), Jorge Sanches (espanhol), José Veiga (português, superior dos missionários do Espírito Santo do Distrito de Nova Lisboa, Huambo) e Salvador Cabral (português, natural da Guarda)<sup>255</sup>.

---

<sup>254</sup> PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, Vol. 5, 1959. Sublinhe-se que a intervenção destes proeminentes católicos na causa angolana lhes custa prisão, deportação e expulsão de Angola pela PIDE. PT/TT PIDE/DGS, SC, PC, 724/61, fl. n.º 60. O contributo católico no nacionalismo angolano é provado pela acção desses homens (conhecidos por «o grupo dos católicos»). Vide C. PACHECO, *op. cit.*, pp. 72-73.

<sup>255</sup> Tony NEVES, «As igrejas e o nacionalismo em Angola», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 13/14, 2007, pp. 511-526.

Nos anos que se seguem a 1961, com a prisão do cónego Manuel das Neves pela PIDE, os padres africanos (o grupo dos católicos) sentem-se hostilizados por atitudes de anti-clericalismo da parte das autoridades portuguesas. As actuações da PIDE não permitem que os jornais *O Comércio* e *A Província* publiquem a notícia sobre a acintosa prisão de Monsenhor Manuel das Neves. Os padres africanos vêem-se mesmo obrigados a comparências mensais na PIDE e sujeitos, segundo o Cardeal Alexandre do Nascimento, a humilhações na sua condição de clérigos<sup>256</sup>. Em contrapartida, o mundo vai-se informando sobre o drama político-social e da Igreja de Angola dada a perseguição dos sacerdotes africanos pelo seu envolvimento na defesa dos direitos dos povos de Angola.

A revista *Informations Catholiques Internationales*, de 1 de Maio de 1961, fala com alguma extensão sobre a perseguição do grupo dos católicos implicados na sua causa angolana.

*Le 12 avril. la presse annonçait l'arrestation de quatre prêtres: les R.R.P.P. Alexandre Nascimento, Vicente Rafael, Martinho Campos et Osório. Il serait à craindre qu'une partie importante du clergé indigène jouissant de prestige ne connaisse le même sort*<sup>257</sup>.

Sublinhe-se a intervenção de outro grupo, Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), já em 1959. O MINA aparece nos inícios de Dezembro de 1959 e coincide com a realização do Congresso da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Luanda e, também, com o regresso de Agostinho Neto, médico recém-formado na Metrópole. A tomada de conhecimento do Congresso da OIT e, sobretudo, o encontro clandestino de alguns dos seus dirigentes com os delegados africanos — Serra Leoa, Mali, Guiné Equatorial, Libéria e Rodésia do Norte —, a 27 de Novembro, em casa de um alfaiate de nome Ramos, em Luanda, no bairro Rangel, leva à criação efectiva do MINA. Os delegados africanos no Congresso incentivam vivamente o projecto do movimento, sobretudo no tocante à emancipação de Angola. O MINA, nova força política da consciência emancipalista, nasce, em Luanda, com o empenho de Manuel Pedro Pacavira, José Bernardo Domingos, «Kiosa», Joaquim Bernardo Manuel, Bernardo Joaquim Silas, David Bernardo d'Eça de Queirós, Rodolfo da Ressurreição Bernardo, Fernando Coelho

---

<sup>256</sup> Cardeal Alexandre do NASCIMENTO, *O meu diário*, Luanda, 2017, pp. 261-262; 281.

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 259.

da Cruz, Adriano João Sebastião, Madaleno Pacavira e Agostinho Neto que, regressado de Lisboa, se junta a eles.

Nas tarefas do MINA, notabiliza-se a secção de imprensa e propaganda que, de imediato, lança nos musseques de Luanda panfletos intitulados, segundo Edmundo Rocha, «Aos Africanos. O Grito de Luta pela Liberdade», «Chegou a Hora para Despertar», «Garantias Insofismáveis. Aos Angolanos de Consciência»<sup>258</sup>. Na verdade, o MINA prossegue o activismo delineado pelo MIA. Os seus militantes, incluindo Agostinho Neto, não escapam à vaga de prisões desencadeadas pela PIDE em 1960, a que aludiremos mais adiante.

A Frente Unida de Angola (FUA), é criada em 1961. Com uma existência de pouco mais de três anos, é idealizada por Sócrates Dáskalos, formado no Instituto Superior Politécnico em Lisboa. Depois da sua experiência de politização, aquando da estada na CEI e enquanto professor do liceu de Benguela, consagra-se à resistência anti-colonial por Angola.

A partir de Benguela, fundam a FUA Manuel Brazão Farinha, engenheiro civil; Carlos Costa, advogado; Rodrigues, gerente do Hotel Tamariz de Benguela; Carlos Morais, empregado comercial; Aires Roque, comerciante; Luís Portocarrero, empregado bancário; Aires de Almeida Santos, funcionário do Grémio da Pesca; Fernando Falcão, engenheiro civil; Jorge Rocha, Américo de Carvalho, funcionários da CFB; Mário Nunes, empregado comercial.<sup>259</sup>

Ao lado dos vários movimentos, grupos e associações, pretendendo equivaler-se à UPA-FNLA e ao MPLA, a FUA, a partir de Benguela, lista como objectivos lutar por todos os meios para a liquidação completa da dominação colonialista portuguesa e de todas as formas de imperialismo; colaborar com todos os movimentos nacionalistas angolanos, principalmente na formação de uma frente de libertação comum, com todos os movimentos anti-colonialistas, em especial com os das outras colónias portuguesas, e com a oposição democrática portuguesa<sup>260</sup>. Daí a

---

<sup>258</sup> C. PACHECO, *op. cit.*, pp. 82-83.

<sup>259</sup> Sócrates DÁSKALOS, *Um testemunho para a História de Angola: do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000, p. 83.

<sup>260</sup> Procedimento político difundido no número especial do *Kovaso*, jornal da FUA, no qual se afirma e se apela: «A independência é de todos e para todos; angolanos de todas as raças, uni os vossos esforços para derrubar o colonialismo». «[...] O nosso Comité Director dirigiu às organizações políticas e de classes angolanas — MPLA, UPA-FNLA, UNTA, PDA, MLEC, OMA e LGTA — uma



adopção da designação de FUA. Idealizada por uma minoria branca, a FUA preza-se inclusiva e angolana, o que custará a perseguição, prisão e expulsão de vários dos seus membros de Angola pela PIDE. A fragilização da FUA pela PIDE, diga-se, resultará por um lado a sua extinção e, por outro, a integração de alguns dos seus membros no MPLA.

Em 1963, em Luanda, aparece o Movimento Revolucionário Angolano (MRA). O mentor deste movimento é José Monteiro, que se intitula ex-capitão da Força Aérea Portuguesa. As actividades do MRA, como as de todos os movimentos, na época, são clandestinas. Todavia, o MRA afronta, em defesa dos angolanos, as autoridades coloniais. Para os responsáveis do MRA, este movimento é mais um contributo, ao lado das actividades desenvolvidas por outros movimentos angolanos, da condenação e contestação da colonização portuguesa em Angola. À data do seu aparecimento e considerando as instigações anti-coloniais que difunde junto das populações, obriga as autoridades portuguesas a redobram esforços para a repressão das acções do MRA. O Gabinete dos Negócios Políticos, em ofício, dá ordens ao Governo-Geral de Angola no sentido de tomar medidas a respeito do MRA. Por isso, José Monteiro é preso enquanto a PIDE reporta que se procedem às devidas averiguações sobre os propósitos do seu movimento. Nota-se que ao MRA também pertence o reverendo Domingos da Silva, da igreja Metodista Unida, que, diga-se, virá a ser nomeado vice-presidente do MPLA em Léopoldville, em 1966<sup>261</sup>. É com o reverendo Domingos da Silva que, apercebendo-se das campanhas do MPLA além-fronteiras, o MRA, confinado e perseguido em Luanda pelas autoridades portuguesas, opte por filiar as suas actividades às do MPLA.

---

circular pedindo uma reunião, o mais urgente possível, de representantes de todas as forças do País, a fim de se estudar a criação de uma FLN». FUA KOVASO, «Frente de Unidade Angolana: para uma Angola livre e independente», *Kovaso*, órgão da FUA, nº. 1, Fevereiro, 1963 p. 1.

<sup>261</sup> PT/TT SCCIA, Actividades do MRA, cx. 257, Processo de Informação nº 155, 1963.

## O papel das igrejas protestantes e dos movimentos profético-salvíficos

### *As missões protestantes em Angola*

A implantação missionária protestante em Angola ocorre nos finais do século XIX. A sua maioria, congregacionista, segue, exceptuando a igreja metodista (que preserva a hierarquização eclesiástica), a autonomia doutrinal da Reforma e instala-se por força dos acordos internacionais no território. Diferentemente da Igreja Católica, as igrejas protestantes motivam desconfiança às autoridades portuguesas. As críticas proferidas em relação às políticas coloniais levam a que muitas das suas instalações sejam encerradas, sobretudo, no decurso dos acontecimentos políticos em Angola, em 1961. Sublinha-se, como aludiremos mais adiante, as missões protestantes em Angola desempenham um papel fundamental nas comunidades locais nos domínios da educação, instrução, saúde, desenvolvimento e na consciência da autonomia. Ainda que «os conflitos que surgiram em Angola com a chegada das missões protestantes ocorreram sob várias formas e intensidades no resto da África colonial»<sup>262</sup>. A “luta” entre a autoridade governamental e essas missões protestantes distingue-se, nesta altura, pela sua acrimónia e continuidade.

O colonialismo, antecedido pelos anos de exploração e de comércio de escravos, serve de indicador da missão civilizadora europeia em África. Em Angola, os missionários aparecem na primeira hora, a acompanhar o processo expansionista do império português. Ora, a Igreja Católica, no exercício da sua actividade tutelada pelo poder político, recebe inúmeras críticas das confissões protestantes. Aquando da chegada dos missionários protestantes em Angola, no último terço de Oitocentos, estes acusam os congéneres católicos pelo atraso de Angola, uma decorrência das políticas coloniais. Segundo os missionários protestantes, Angola carece de melhores oportunidades quanto ao acesso à religião, à educação, à saúde e ao bem-estar social<sup>263</sup>.

---

<sup>262</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 125.

<sup>263</sup> Até finais do século XIX, o alicerce do sistema português em Angola fundamenta-se no comércio de escravos. A Igreja Católica Romana que segue, de perto, a bandeira de Portugal, não contraria

A chegada dos protestantes em Angola possibilita um quadro religioso e sociocultural junto das populações nativas diferente do «que alguma vez se tinha visto sob o regime católico, ao mesmo tempo que veiculavam novas ideias que libertavam os africanos dos laços de lealdade absoluta quer às suas sociedades tradicionais, quer à autoridade portuguesa»<sup>264</sup>.

Em relação às políticas laborais, os protestantes induzem a uma maior consciência para escapar à opressiva lei do Indigenato e ao trabalho forçado, segundo Marcum, as principais características da «magnífica certeza da missão civilizadora de Portugal em Angola»<sup>265</sup>.

Apesar de posterior, a actividade protestante em Angola, cedo se inteira da fragilidade política e religiosa desse território no século XX. As estruturas administrativas portuguesas não cobrem todas as comunidades locais. A influência católica é exígua e, segundo Wheeler, regista-se «uma grande quantidade de angolanos largamente intocados pelos ideais ocidentais, influenciados apenas pelas suas velhas relações comerciais com os portugueses»<sup>266</sup>.

Esse panorama, constatado pelas diversas confissões protestantes, leva estas a concluir que Angola, no geral, padece de uma profunda crise moral, a de uma sociedade africana em desintegração.

Vejamos a instalação das primeiras missões protestantes no território angolano nos finais de Novecentos.

O primeiro registo respeita à Sociedade Missionária Baptista Inglesa (SMB), que se instala em São Salvador do Kongo, em 1878. Segue-se-lhe, em 1880, o Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras, Congregacionistas, com sede no Bailundo. Em 1882, é a vez da Sociedade Missionária Baptista Americana no Estrangeiro, que também se fixa no Bailundo.

---

o tráfico negreiro. A indiferença católica pode ver-se também no decurso do século XX. Explica Tucker: «Nos cais de Luanda, por volta de 1870, ainda podia ver-se a cadeira de mármore onde o bispo se costumava sentar e baptizar os pobres infelizes, à medida que os barcos iam sendo carregados e eles colocados em fila no convés. O Governo recebia o seu imposto, o piedoso eclesiástico recebia a sua remuneração, e os escravos eram assim introduzidos, pela primeira vez, na religião do branco». (NT). J. TUCKER, *op. cit.*, p. 16.

<sup>264</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 124.

<sup>265</sup> J. MARCUM, *The Angolan revolution, op. cit.*, p. 5.

<sup>266</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 125.

A Igreja Episcopal Metodista instala-se em Luanda, em 1885, e a Igreja Unida do Canadá, no Bailundo, em 1886. As Missões Cristãs em Muitas Terras chegam em 1889. Em 1890, no Bié, instalam-se Os Irmãos de Plymouth. Sete anos mais tarde, em 1897, a Missão Filafricana ocupa-se da região de Caluquembe. A Liga Evangélica de Angola chega em 1897. A Aliança Cristã e Missionária, em 1907. A Missão Geral da África do Sul, em 1914. Já os Adventistas do Sétimo Dia, chegam em 1924, começando por se fixar em Cabinda.

A chegada protestante, em Angola, segue em crescendo, embora não de um modo predefinido ou dirigido. Apesar das suas intenções de missionação, todas as confissões religiosas têm uma visão diferente da sociedade de Angola. A certeza é que as localidades por onde os missionários se enraízam se vão identificando com a «nova» doutrina trazida, adoptando-a, inclusive, na sua idiossincrasia e no quotidiano social<sup>267</sup>.

Por força dessas influências, as comunidades locais despertam não só segundo os princípios religiosos, mas também cultural, económica, social e politicamente<sup>268</sup>. No fervilhar do nacionalismo africano no contexto do desenvolvimento da África depois da experiência da Segunda Guerra Mundial, as comunidades angolanas beneficiam, em larga medida, da solidariedade eclesial protestante. Este apoio molda, em particular, as elites dos próprios movimentos de libertação como a

---

<sup>267</sup> F. James GRENFELL, *Uma Igreja jovem em Angola: História da Igreja Evangélica Baptista em Angola (1975-2002)*, Queluz, Centro de Publicações Cristãs, 2012; Emílio Júlio Miguel de CARVALHO, «Etapas marcantes no Metodismo angolano no último século», in *Igreja Metodista Unida de Angola: a caminhada histórica na liderança do episcopado metodista angolano (1972-2000)*, Queluz, IMUA, 2001; Lawrence W. HENDERSON, *A Igreja em Angola: um rio com várias correntes*, Lisboa, Além-Mar, 1990.

<sup>268</sup> Coteje-se a correspondência de 1961 (Informação n.º 661/61-GU) enviada à Presidência do Conselho, Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e ao Subsecretariado da Aeronáutica na qual se dá fé das actividades da organização americana CLA, Comité de Libertação de África, nos territórios portugueses. Das várias actividades e intenções essa organização, composta também por judeus americanos capitalistas, com colaboração de elementos dos partidos oposicionistas aos Governos de Portugal e Espanha exilados no Brasil, pretende em primeira mão usufruir benefícios em Angola e Moçambique, por exemplo, através das confusões e desordens por si financiadas. Em Moçambique, os interesses do CLA concentram-se na região do Tete. Já em Angola, Barra do Dande, Lifune, Benfica, Cabinda, Luanda, Dundo, Saurimo, Malange, ou seja, todos os centros onde se encontram os jazigos petrolíferos, minas de diamantes e minas de material radioactivo.

Sabe-se que, conforme se verifica na correspondência, a penetração efectiva do CLA tem sido executada através das Missões Protestantes, tendo como «intermediária» a Missão dos Adventistas do Sétimo Dia e outras. PT/TT AOS/CO/PC, Actividades da Organização Americana CLA, Informação n.º 66/61-GU, 77, pasta 52, n.º 217, 3 de Maio de 1961.

UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA. Embora a elite do MPLA se constituísse com mais elementos católicos.

A chegada do protestantismo em Angola não era recente. Em 1878, em São Salvador do Kongo, a Sociedade Missionária Baptista Inglesa dedicou-se à acção pastoral no Norte de Angola. Enquanto os angolanos estão refugiados no Congo Léopoldville, a acção dos baptistas estendeu-se nas vilas e cidades. Formou-se, em 1968, a Associação das Igrejas Baptistas no Exílio (ACEBA) que não só mantém viva a determinação de incentivar o regresso e a reconstrução social, como capacita os jovens para a futura Angola, de Mbanza Kongo a Kibokolo.

A Igreja Episcopal Metodista, chegada em 18 de Março de 1885 com o Bispo William Taylor, funda, em 22 de Março de 1885, a primeira Igreja Metodista Episcopal em Angola, na cidade de Luanda. Assentou os seus arraiais na zona Mbundu, dos falantes do *kimbundu* e dos antigos reinos N'gola, N'dongo, Matamba, Kassanje — com a fundação da Missão do Dondo, em 25 de Maio de 1885, a primeira Metodista no interior, seguindo-se as de Pungu-A-Ndongu, em 13 de Setembro de 1885, Quiongua e Canandua, em 1890, Quéssua, em 1895.

Os Congregacionistas, já desde 1880 e, posteriormente, a Igreja Unida do Canadá, 1886, instalaram-se no Bailundo. O concelho dessas igrejas, na zona do planalto central de Angola, segue de perto a estrutura social Ovimbundu<sup>269</sup>. Há muito, na segunda metade do século XVII, que por motivos económicos as autoridades portuguesas acentuam a conquista dos territórios dos Bailundo. Na ordem dos acontecimentos estavam o progresso social e administrativo da colónia pela sujeição de Angola aos interesses do Brasil<sup>270</sup>. Ora, a organização social dos povos bailundo à volta do rei, regida por aldeamentos em palhotas colidia com o estilo urbano da implantação da administração portuguesa. Caracterizados por uma organização rural e votados aos costumes tradicionais, esses povos do Planalto Central angolano receiam e intentam, tal como muitos outros povos do futuro

---

<sup>269</sup> Lembre-se que à data da chegada desses missionários protestantes ao planalto central angolano, concretamente ao Bié, este território pertencia ainda ao então reino dos Ovimbundu. Cf. Tony NEVES, «As igrejas e o nacionalismo em Angola», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 13/14, 2007, pp. 511-526.

<sup>270</sup> Ralph DELGADO, *História de Angola: terceiro período (1648-1836)*, vol. 3, Lisboa, Edição do Banco de Angola, 1953.

território angolano, resistir ao impacto da presença portuguesa. Suplantados pelas campanhas portuguesas na primeira década de 1900, os Bailundo vêem os seus territórios ocupados. O avanço colonizador português, a par da resistência Bailundo, impõe-se. Desde aí, as duas dimensões da organização social, rural (autóctone) e urbano (europeu) convivem, com sobreposição deste último ainda que com vários incidentes que vão alimentar a prenúncia dos tempos conturbados que se viveriam nos anos 60<sup>271</sup>. As estações missionárias assumem adoptando, no seu múnus pastoral, as funções da *ombala*, que é, na configuração social Bailundo, a aldeia do rei<sup>272</sup>. Penetrando nos meandros destes povos, os missionários protestantes valorizam os seus usos consuetudinários. Mais do que paternalismo, a influência protestante supera a alienação cultural, social e política imposta a esses povos pelas autoridades portuguesas. Dinamiza a “nova” sociedade estimulando as suas estruturas tradicionais a partir da doutrina cristã protestante.

Para os angolanos, os missionários protestantes, estrangeiros, tornam-se numa força essencial para a alteração do aspecto retrógrado das condições sociais impostas pelas autoridades administrativas. Estes benefícios, do esforço protestante, diante dos moldes da administração colonial não são explorados pelos angolanos de modo consciente. Quer os missionários quer as populações angolanas estão sob o domínio português. Todavia, com o andar do tempo, na década de 1960, a influência protestante arrojara a consciência autonomista angolana.

As missões estrangeiras impulsionam um dinamismo que resgata, e, ao mesmo tempo desperta a dignidade, os direitos sociais e aproxima os angolanos da evolução do mundo. O conhecimento dos outros povos, a circulação de ideias, as oportunidades de formação avançada no estrangeiro reabrem expectativas e possibilidades de modernização das sociedades locais.

---

<sup>271</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 128.

<sup>272</sup> Cf. L. W. HENDERSON, *op. cit.*, p. 138.

A inclusão dos angolanos nas várias actividades de missionação, através de tarefas comunitárias, leva as populações locais a verem os novos agentes como aliados do desenvolvimento e da sua auto-afirmação.

Os missionários desempenharam as funções de educadores, pastores e médicos. Ensinam a religião e a instrução nas línguas vernáculas, mas também traduzem as Sagradas Escrituras nas línguas locais, angolanas<sup>273</sup>, tornando menos elitista o acesso à instrução e à educação. Concedem bolsas de estudos para alunos no estrangeiro a expensas das missões ou conforme as possibilidades das famílias.

Esse modo de proceder protestante dá alento e esperanças de tempos diferentes às populações, por um lado, mas, por outro, significa ameaça para os interesses portugueses. Para os administradores e os comerciantes locais, os missionários representam uma ameaça que faz perigar quer a autoridade portuguesa quer os ganhos dos comerciantes, concertados às políticas coloniais. As populações despertam a ponto de identificar a discriminação racial e social arraigada na colónia. Estes missionários trazem uma doutrina, mais aberta e inclusiva, nem sempre concordante com os interesses político-burocráticos e económicos vigentes.

Denominados hóspedes estrangeiros, por Lisboa e por Luanda, as autoridades metropolitanas não vêem com bons olhos o desenrolar das actividades missionárias protestantes. Suspeitando das actividades desses missionários protestantes, cujo destaque da missão recai na sua perigosidade política, as autoridades propõem-se à revisão das políticas do exercício religioso no território, preferindo, entretanto, revigorar as antigas parcerias com a Igreja Católica.

Para as autoridades portuguesas, o impacto missionário protestante em Angola desvirtua a política de unidade do projecto imperial e, depois, colonial. Angola pode caminhar politicamente por si própria.

---

<sup>273</sup> Veja-se a tradução do Novo Testamento em língua *umbundu* pelo Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras. John BAUER, *2000 anos de cristianismo em África: uma história da igreja africana*, Lisboa-Luanda-Maputo, Paulinas, 1994, p.228; Cláudio Andrade da Conceição TOMÁS, «Discursos e práticas alternativas de reconciliação nacional e de construção da nação em Angola: o caso da Igreja Evangélica Congregacional de Angola», ISCTE-IUL, Lisboa, 2010, p. 11.

Sublinhe-se, portanto, que as preocupações contra o labor missionário protestante em Angola não se limitam às autoridades coloniais, locais. Deslocam-se e podem ser vistas entre as prioridades políticas da Metrópole quanto à conservação dos territórios ultramarinos, particularmente do de Angola.

Um novo perigo, real ou imaginário, surge. A herança imperial portuguesa espreita o ocaso (também) com um despertar de separatismo angolano. Por essas razões, segundo Alexandre Valentim, Lisboa reaviva a partir dos anos 1920 o nacionalismo imperial, nas suas formas mais radicais, levando à constituição de um «Movimento de Defesa das Colónias». Os temas desse Movimento nada mais são senão os apregoados no campo da ideologia colonial do último quartel do século XIX, que afirma o carácter sagrado do império como objecto da «missão histórica» de Portugal e garante da sua sobrevivência<sup>274</sup>.

Derrubada a Primeira República, o regime salazarista revigora os ditames imperiais portugueses. Sob o Estado Novo, o governo de Lisboa concentra o poder, limitando a autonomia dos governos coloniais, conforme o preveem as Bases Orgânicas da Administração Colonial (decreto n.º 12.421, de 2-10-1926), nas quais Lisboa se torna o centro das decisões políticas e apela para a «unidade política do território colonial»<sup>275</sup>.

A função limitada dos governos coloniais, reforçada pelas superintendência e fiscalização do poder central, vai, sob a diligência do comandante João Belo, seguir as novas Bases Orgânicas da Administração Colonial. Daí que, a seguir ao decreto n.º 12 421 (vide supra), se elabora o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor (decreto n.º 12.485, de 13.10.1926), do qual se firma o acordo entre o governo saído da revolução de 28 de Maio e a Igreja Católica portuguesa. Este decreto faz a declaração que as missões católicas (portuguesas) podem estabelecer-se nas colónias e exercer a sua acção civilizadora em todos os seus territórios. As missões passam a gozar de personalidade jurídica e são subsidiadas pelo Estado, que as considera instituições nacionais<sup>276</sup>. Para o Estado, o decreto tem em vista combater a influência das missões estrangeiras,

---

<sup>274</sup> V. ALEXANDRE, *op. cit.*, pp. 187-188.

<sup>275</sup> Bases Orgânicas da Administração Colonial, Carta Orgânica da Colónia de Angola: aprovada por Decretos n.ºs 12/421 e 12/499, respectivamente de 2 e 4 de Outubro de 1926, 1926, p. 5.

<sup>276</sup> Manuel Nunes GABRIEL, *Angola, cinco séculos de cristianismo*, Queluz, Literal, 1978, pp. 345-346.



nomeadamente as protestantes, consideradas adversas ao interesse nacional e potencialmente subversivas. Tal intenção é reforçada pelo Acto Colonial, por Salazar em 1930, que dá preferência à Igreja Católica. No cerne dos propósitos estatais reside a obtenção do apoio institucional da Igreja para o exercício do controlo ideológico no Ultramar, que por si só o Estado se vê incapaz de praticar.

A solicitação de parceria à Igreja Católica pelo Estado entrava, desta forma, a disseminação da consciência autonomista dos angolanos estimulada pelas missões protestantes, por um lado. Impede, por outro, a intervenção do clero autóctone na sociedade angolana e não deixa alargar os direitos políticos e civis para a população considerada indígena. É o que se pode observar no diploma denominado Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, que separa nas sociedades coloniais «civilizados» e «indígenas»<sup>277</sup>.

A respeito do impacto político da doutrinação protestante em Angola, importa sublinhar a solicitação secreta do Governador-Geral que avalia a interferência, directa ou indirecta, nos acontecimentos do Norte de Angola das Missões Protestantes, tendo em vista os seus métodos de actuação na evangelização dos povos nativos. De modo a determinar até que ponto é possível e desejável enquadrar a acção dessas Missões, em todas as facetas que directamente se não prendam com o ensino do Evangelho, nos planos governamentais de Assistência, de Reordenamento Rural e de Desenvolvimento Comunitário<sup>278</sup>.

Em 1964, percebe-se da agenda da visita do Governador-Geral de Angola, general Silvino Silvério Marques, à Metrópole, a vontade de as autoridades robustecerem o controlo do território, local e externamente, quanto à oposição às políticas portuguesas. Para tal, conforme os registos da correspondência de Angola, «é o caso dos missionários protestantes. Excedem às competências do Governo-Geral da Província, exercem influência nos meios políticos dos respectivos países e nos seus órgãos de informação (EUA e Canadá). Pelo que se apela contenção para evitar que essa influência continue a exercer-se em contrário da política nacional

---

<sup>277</sup> V. ALEXANDRE, *op. cit.*, pp. 187-188.

<sup>278</sup> Cf. PT/TT SCCIA, Actividades das Missões Protestantes em Angola, Relatório da Situação n.º 17, 11 de Maio de 1962, cx. 234, Processo de Informação n.º 24. *Vide* apêndice n.º 20.

em relação ao Ultramar»<sup>279</sup>. Já em 1967, em virtude das relações diplomáticas e da situação do conflito armado no distrito do Moxico, os cônsules britânico e americano, em Luanda, ordenam a todos os missionários protestantes e seus compatriotas que se encontram em actividade que abandonem o referido distrito<sup>280</sup>.

### ***Os movimentos profético-salvíficos: o tokoismo***

Na sequência da exposição supra, a distinção pelo regime colonial português entre «civilizados» e «indígenas» (os indígenas são regidos, não pelo direito geral, mas pelos usos e costumes tradicionais tutelados pelo Estado) e a codificação do regime de trabalho, obrigatório, não desincentiva o desejo de os angolanos se desfilarem da tutela portuguesa. A consciência separatista em Angola cresce cada vez mais entre os anos 1940 e 1960. A par dos movimentos políticos, também os movimentos profético-religiosos apregoam esperanças de libertação ao povo.

Em Angola, com base no catolicismo e, a seguir, no protestantismo, substitutos das crenças tradicionais, nasce o *tokoismo*. Movimento profético, o *tokoismo* desponta no panorama dos movimentos religiosos africanos, no século xx, que pretendem africanizar o cristianismo e ver Deus com os próprios olhos. A mensagem cristã (universal) é adoptada por precursores locais que a espalham no intuito de libertar o povo da servidão dos sistemas coloniais.

Fundam-se, sob a égide de figuras carismáticas (profetas) africanas, igrejas locais cuja doutrina e discurso desembocam na consciencialização do povo e na aspiração da liberdade. A nova mensagem, de inspiração cristã, não é compatível com o ordenamento jurídico e político-social imposto. A instrução religiosa leva, por isso, algumas figuras das diversas confissões religiosas a apresentarem-se como defensoras dos direitos e da dignidade que os autóctones deveriam merecer dos poderes coloniais. São os casos de Simão Toko, com o *tokoismo* (Angola), de

---

<sup>279</sup> PT/TT AOS, Correspondência sobre Angola, Situação Interna em Angola: pedido de medidas de emergência. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho/Agenda da visita do Governador-Geral de Angola à Metrópole, 1964, CO/UL – 41, pasta n.º 14, fls. n.ºs 219-221.

<sup>280</sup> PT/TT PIDE/DGS, AC Del Luso Processo de Informação 2197, Unidade de Instalação 6951 (Confidencial, Missões Evangélicas/Moxico), fl. n.º 465.

Simon Lassy, com o *lassismo* (Ponta Negra, Congo Brazzaville), de Simon Kimbangu, com o *kimbanguismo* (Congo Léopoldville), entre outros.

Definindo tais movimentos, resume Balandier:

Trata-se de agrupamentos religiosos formados por secessão a partir das missões cristãs (de onde a classificação de igrejas separatistas), ou criados por imitação daquelas e cujo elemento central é uma personalidade profética que anuncia uma espécie de «idade de ouro». Tais agrupamentos, que exercem um grande poder de atracção, parecem instáveis enquanto igrejas organizadas, mas duradoiras quanto à necessidade que satisfazem e aos fins que prosseguem. As igrejas nascem e desaparecem, mas o movimento messiânico mantém-se com notável permanência há várias décadas. O fenómeno tem simultaneamente significado cultural e representa uma reacção contra a introdução, em grande parte coerciva, de elementos culturais estranhos — e sociológicos —, pois revela um retomar de iniciativa da sociedade dominada e manifesta uma tentativa de reorganização social<sup>281</sup>.

Nos 1950 e 1960, entre os muitos movimentos religiosos africanos, o que atinge maior expansão em Angola é o *tokoismo*, que tem grandes afinidades com o *kimbanguismo*, embora cada um dos «profetas» tenha seguido o seu próprio caminho.

O fundador do *tokoismo* é Simão Gonçalves Toko. Nasceu em 24 de Fevereiro de 1918 numa família de agricultores em Sadi-Zulomongo, povoação de Maquela do Zombo, Uíge. Estuda na Missão Baptista de Kibokolo, sob tutela dos missionários da Sociedade Missionária Baptista (SMB), até 1933, quando é transferido para Luanda a fim de continuar com o Ensino Secundário. Em 1936, conclui o 2.º ano do Curso Liceal no Liceu Salvador Correia, em Luanda. Em 1937 regressa à missão de Kibokolo, onde se ocupa no ministério do ensino. Porém, em Outubro do ano seguinte é oficialmente transferido pelos missionários da SMB para Léopoldville, agora na British Missionary Society (BMS), congénere daquela na qual Toko trabalhara em Kibokolo e no Bembe<sup>282</sup>.

---

<sup>281</sup> Georges BALANDIER, *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1971, p. 421, tradução de Silva Cunha, in S. CUNHA, *Aspectos dos movimentos associativos*, vol. II., *op. cit.*, p. 30.

<sup>282</sup> Joaquim Albino KISELA, *Simão Toko: a trajetória de um homem de paz*, Luanda, Nzila, 2004, p. 23 e segs. José Martins VAZ, *op. cit.*, vol. I, p. 124 e segs. S. CUNHA, *Aspectos dos movimentos associativos*, vol. II, *op. cit.*, p. 30 e segs. Eduardo dos SANTOS, *Movimentos proféticos e mágicos em Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. 470.

Empregado nessa missão baptista, anos depois passa a evangelizar por conta própria, sobretudo depois de alguns contactos com o *kimbanguismo*, com o Exército de Salvação e com as Testemunhas de Jeová<sup>283</sup>.

A legitimidade de Simão Toko como afirma-se arauto de uma mensagem cristã nova é inusitada. Segundo ele afirma, o Espírito Santo havia descido sobre ele, enquanto estava em oração na noite de 25 de Julho. Depois disto, passa a pregar uma nova doutrina. Afirma que a Bíblia dos brancos não está completa, pois haviam subtraído uma página com a afirmação de que Cristo é «negro»<sup>284</sup>.

Residindo em Léopoldville, as autoridades belgas, já preocupadas com outras seitas religiosas, prendem Simão Toko juntamente com os seus correligionários angolanos. Em Janeiro de 1950 repatriam-nos para Nóqui, Uíge (Angola). O governo português de Angola fixa-os no Vale do Loge, onde Simão Toko consegue desenvolver grande proselitismo, difundindo os seus ideais e as suas convicções religiosas<sup>285</sup>. A experiência de Toko em Léopoldville, pela concretização da independência do antigo território belga em Junho de 1960, e a intensificação da repressão portuguesa em Angola, desencadeada em virtude dos acontecimentos de 15 de Março de 1961, no Norte de Angola, estimulam-no no apoio religioso às populações em êxodo.

Apesar dos óbices e das proibições das políticas coloniais, o *tokoísmo* muito contribui para a propagação da consciência africana entre os povos de Angola, uma vez que fixam residência ao seu fundador amiudadamente em vários pontos de Angola.

Na agenda da visita do Governador-geral de Angola general Silvino Silvério Marques à Metrópole, em 1964<sup>286</sup>, faz-se saber que, em virtude dos acontecimentos de 1961, da influência do *tokoísmo* e não só, os meios de acção

---

<sup>283</sup> M. N. GABRIEL, *op. cit.*, p. 614.

<sup>284</sup> Acerca da doutrina e acção religiosa do *tokoísmo*, veja-se J. M. VAZ, *op. cit.*, pp. 125-127.

<sup>285</sup> Sobre a difusão do *tokoísmo* em Angola *vide* L. W. HENDERSON, *op. cit.*, p. 150 e segs.

<sup>286</sup> Em 1961, em virtude dos acontecimentos do Norte de Angola, as Associações Económicas de Luanda solicitam medidas de emergência [não deveriam estar sumariadas, para além de uma interpretação do respectivo significado económico?] do Presidente do Conselho, Salazar. PT/TT AOS, CO, UL, 39, pasta 8. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho pelas Associações Económicas de Luanda, fls. n.ºs 471-473. Veja-se apêndice n.º 6.

para a melhoria das condições de vida das populações tinham sido concentrados no Norte.

Todavia, segundo o Governador Silvino Marques não se podem esquecer as restantes regiões da província cuja consciência de resistência anti-colonial se vai generalizando. A título exemplificativo cita «o extraordinário surto *tokoista* verificado especialmente nos últimos dois anos no Lobito e em Benguela e a propaganda do SWAPO no Sul da Huíla»<sup>287</sup>. Sobre os *tokoistas*, a PIDE receia que o seu culto sirva para disfarçar uma organização subversiva em curso. Para o governador, urge implementar acções sistemáticas das autoridades para neutralizar o *tokoismo*, dada a potencialmente a maciça adesão popular.

No período após a Segunda Guerra Mundial, estes movimentos proféticos, em especial o *tokoismo* em Angola, empenham-se na consciencialização do povo nativo para a libertação. Há quem os veja como fomentadores das revoltas africanas. As administrações coloniais, por exemplo, temem do seu potencial subversivo e separatista<sup>288</sup>. Uma análise mais cuidadosa não justifica tais asserções. Claramente, o *tokoismo* não é um movimento político. No entanto, as suas actividades estimulam os líderes dos grupos políticos que se mobilizam para enfrentar as autoridades coloniais. É em nome do mesmo povo (sofredor) que todas as forças autóctones se devem dedicar à libertação de Angola. Além disso, na adesão popular ao movimento, incluem-se os vários activistas da consciência emancipalista de Angola. Este movimento veiculado por Simão Toko tem bastante influência em tomadas de posições anti-coloniais<sup>289</sup>. De acordo com Lúcio Lara, «o nome de Simão Toko está inscrito entre os indicadores do nacionalismo moderno como mobilizador da juventude dos anos cinquenta, sobretudo da juventude do Zombo, que teve um interessante papel cultural através de coros e outras acções políticas»<sup>290</sup>.

---

<sup>287</sup> PT/TT AOS, UL, 41, pasta 14, fl. nº. 219.

<sup>288</sup> Valentim ALEXANDRE, *Contra o vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2017, pp. 30-31.

<sup>289</sup> Veja-se Eduardo dos SANTOS, *Maza: elementos de etno-história para a interpretação do terrorismo no Noroeste de Angola*, Lisboa, 1965, p. 276 e segs.

<sup>290</sup> L. LARA, *op. cit.*, p. 11.

Na evolução do *tokoísmo* ao lado dos movimentos políticos, importa destacar que nascidos embora no contexto de resistência aos projectos coloniais, coabitam em prol do mesmo povo com esses movimentos independentistas constituindo um exemplo de vitalidade e agência no que se refere à persistência e à transnacionalização dos movimentos religiosos no mundo. Conhecem (em particular o *tokoísmo*) uma redefinição religiosa<sup>291</sup> como igrejas universais além das fronteiras alegadamente étnicas Bakongo, nacionais (angolanas) ou continentais (africanas) que marcam os primeiros tempos. Em Angola, o *tokoísmo* é hoje a segunda maior igreja cristã a seguir à Igreja Católica e a única de cariz autóctone com implantação em nível nacional<sup>292</sup>.

### **O papel das mulheres na conquista da independência de Angola**

A especificidade da colonização portuguesa, que confina à clandestinidade as primeiras contestações dos autóctones, dificulta a apreensão do papel das mulheres angolanas na conquista da independência.

O nacionalismo angolano envolve várias gerações. Entre a segunda metade da década de 1950 e meados da década de 1960, o protagonismo da luta pela independência é reservado aos homens.

A eclosão da guerra colonial também menoriza as atribuições das mulheres. Nalguns casos companheiras dos guerrilheiros, as funções das mulheres no desenvolvimento da revolução angolana parecem reduzidas a um valor instrumental. Todo o destaque da oposição colonial é reservado à classe masculina.

Porém, ainda que menor, o papel das mulheres no percurso nacionalista angolano é inegável. Dalgumas memórias, a política colonial do trabalho forçado leva a que as mulheres não se alheiem dos desafios emancipalistas dos angolanos. Muitas mulheres sem contrato de trabalho tomam consciência da exploração por terem

---

<sup>291</sup> Lembra-se que o sociólogo Balandier sublinha a presença de «elementos culturais estranhos» no seio desses movimentos proféticos. *Vide supra*.

<sup>292</sup> R. L. BLANES e R. SARRÓ, «Geração, presença e memória», art. cit, p. 171; R. L. BLANES, «O Messias entretanto já chegou», art. cit, p. 14.

sido transformadas na força motriz para a construção de estradas<sup>293</sup>. Além disso, as perseguições encetadas aos nacionalistas angolanos pela PIDE/DGS desafiam a consciência feminina e o seu envolvimento na libertação colonial de Angola. Várias mulheres fazem-se às políticas coloniais, contra a desagregação das suas famílias, acompanhando os parceiros<sup>294</sup> e os pais no exílio. Podem, de igual modo, contribuir para iludir as autoridades portuguesas no despiste das correspondências e informações úteis aos nacionalistas. É o caso de Maria Filomena Félix Frugier da Costa, nascida a 1 de Novembro de 1922. As correspondências que troca com o cônego Manuel das Neves no exílio, a PIDE, para denegrir a imagem do cônego e consequentemente a sua prisão, refere que este seria o pai de Maria Filomena Félix Frugier da Costa<sup>295</sup>. Sublinha-se ainda no activismo do cônego Manuel das Neves, a colaboração de Mariana Ana Paz, em 1960. Mariana Ana Paz tinha a incumbência de levar comida para os presos do «processo dos cinquenta», encarregando-se também de lhes fazer chegar mensagens (ocultadas) do cônego e de outros activistas<sup>296</sup>. Salomé Epulua Chinyama é outra referência do empenho feminino na causa da libertação angolana. À procura de seu pai foragido no Congo Léopoldville por perseguição da PIDE, torna-se responsável de seus irmãos, num total de seis, e de intermediária de vários militantes da UPA-FNLA entre Angola (Lobito e Huambo), o Congo Léopoldville e a Zâmbia, antes que se filiasse à UNITA, em 1966<sup>297</sup>. Podem ainda associar-se aos exemplos mencionados, o dinamismo de Rodeth Máquina dos Santos (Rodeth Gil), do MPLA; Cecília Moreira, da UNITA e Maria da Conceição Pitra, do MPLA<sup>298</sup>.

No decurso da guerra de libertação, acompanhando os ideais dos movimentos angolanos, as mulheres, em geral, empenham-se nas directivas e motivação das populações para guardar sigilo. Cabe às mães a instrução das crianças nas zonas

---

<sup>293</sup> Rodeth Máquina dos Santos (Rodeth Gil), «Depoimento» in ATD, Associação Tchiveka de Documentação, filmes: *Independência, esta é a nossa memória; Angola nos trilhos da independência*, Luanda-Angola, 2015.

<sup>294</sup> Veja-se a actuação de Eugénia Neto, esposa de Agostinho Neto, sobre a prisão do marido pela PIDE, em 1960, in apêndice n.º 22.

<sup>295</sup> Veja-se J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, 20.

<sup>296</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>297</sup> ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA, «Protagonistas da luta anti-colonial: depoimentos», in *Actas do Colóquio «Da luta clandestina à proclamação da independência nacional: memórias de um passado que se faz presente»*, Luanda, Edição Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012, p. 328.

<sup>298</sup> Veja-se *ibid.*, p. 328; 352; 385.

de conflito para que aprendam a manter sigilo, opondo-se a ordens das autoridades quanto a denúncia. A vigilância, que nesse caso cabe às mulheres, é fundamental, pois os guerrilheiros dissimulam-se no seio das populações com o perigo de serem avistados pelas forças da autoridade colonial.

Além da colaboração clandestina, as mulheres apoiam mais directamente os acampamentos no decurso da guerra de libertação<sup>299</sup>. Desde a produção agrícola ao auxílio logístico, algumas mulheres preparam-se também política e militarmente. Acompanham as missões de guerrilha na assistência médica, na recolha de informações e no alerta das operações adversárias através das populações.

Nos anos de 1963 e 1964, através do dinamismo de Daniel Chipenda, nota-se, por exemplo, o empenho do MPLA na formação de militantes do sexo feminino para a guerrilha, a par das organizações satélites (OMA, AMA, LIMA). Segundo os registos da PIDE/DGS, com o desempenho de Daniel Chipenda, um grupo de jovens, 112, são contemplados com bolsas de estudo para cursar em nome do MPLA em países do bloco comunista: RDA, Bulgária, Checoslováquia, Roménia e URSS. Dentre as estudantes, citem-se Maria da Conceição Pitra, Antónia Lina, Maria Nadia, Jovita Minerva Nunes, Evangelina de Almeida Van-Dúnem, matriculadas em Kharkov, Ucrânia; Joana da Costa Carneiro, Luísa de Jesus, matriculadas em Kiev, Ucrânia; Madalena Ferreira Gonçalves e Luísa Gaspar, inscritas em Moscovo<sup>300</sup>.

---

<sup>299</sup> Cotejem-se os depoimentos de Salomé Epulua Chinyama, Rodeth Gil e Maria da Conceição Pitra. Salomé Epulua Chinyama (1948-), natural do Mungo, província do Huambo, militante da UNITA, testemunha o treino das mulheres nas práticas da auto-defesa e na guarnição das bases do movimento UNITA destinadas sobretudo à retaguarda dos guerrilheiros. Lembra-se, desta feita, a sua promoção, nas circunstâncias da guerra de libertação, à patente de tenente nas FALA (UNITA). Rodeth Gil e Maria da Conceição Pitra, militantes do MPLA destacam, no contexto da guerra de libertação, a preparação político-militar de várias mulheres recebidas no CIR (Centro de Informação Revolucionário) cujas actividades acodem aos sectores da enfermagem e dos correios, com cobertura para todas as regiões (bases) do MPLA.

Vide ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA, «Protagonistas da luta anti-colonial: depoimentos», in *Actas do Colóquio «Da luta clandestina à proclamação da independência nacional: memórias de um passado que se faz presente»*, Luanda, Edição Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012, pp. 3328-3333; 352-354; 384-390. Sublinha-se ainda, no ano de 1972, na constituição do Comité de Coordenação Político-Militar do MPLA (CCPM), a integração de Isabel Teresa, natural de Ambrizete, Maria Paim, natural de Caxito e Muila Mavungo, natural de Cabinda no Departamento de Informação e Propaganda. PT AHD-MNE, DAB – UM/GNP PAA – M 7B, Processo n.º 940, 1 (7) D, Actividades do MPLA/DGS de Angola, 1972.

<sup>300</sup> PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 110000030-GAB, NT 2548, pasta n.º 5, Janeiro-Junho de 1966, Relatório de Informação n.º. 54/21720-65/GP-3ª Direcção dos SCCIA, 7 de Janeiro de 1966, fls. n.ºs 214-215, *apud* Carlos PACHECO, *Agostinho Neto: o perfil de um ditador: a história do MPLA em carne viva*, Lisboa, Vega, 2016, vol. I, p. 777 e segs.



São de salientar, no discurso heróico dos movimentos de libertação, as narrativas patrióticas e o pragmatismo na guerrilha das mulheres, que, na sociedade colonial conservadora, vêem a sua condição feminina ser secundarizada.

No MPLA destacam-se na segunda metade dos anos 1960, Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Lucrécia Paim, Teresa Afonso e Engrácia dos Santos<sup>301</sup> e outras dinamizadoras da OMA.

Nos distritos do Bié e do Moxico registam-se, segundo os SCCIA (processo de informação 428/1971-Dinf-2.<sup>a</sup>) informações a respeito da UNITA segundo as quais existem nos acampamentos deste movimento «terrorista» centros de instrução em que também há mulheres submetidas a treino militar e doutrinação política. Na «Região» n.º 2, em que Jonas Savimbi, presidente da UNITA, responde pelo treino militar e pela doutrinação política, é responsável pelo ensino primário nessa «Região» uma professora de nome Salomé Epulua Chinyama. Já na «Região» n.º 3 a instrução é assegurada pelo casal Chiwale, sendo a esposa, Maria Chiwale, também professora<sup>302</sup>.

Entre 27 e 31 de Julho de 1973 — data dedicada às actividades femininas da UPA-FNLA — realiza-se em Kinshasa a primeira Conferência das Mulheres Africanas da África Central, que reúne delegações do Burundi, do Gana, dos Camarões, da República Centro Africana, do Congo Brazzaville, do Gabão, da Guiné Equatorial, do Ruanda, do Zaire. Destaca-se, quanto a Angola, a representação das mulheres da UPA-FNLA. Lembra-se que na sessão de encerramento, representando a situação de Angola (AMA/UPA-FNLA), todas as oradoras referem em termos peremptórios ser inaceitável a presença portuguesa em África e a necessidade de por todos os meios ajudar os movimentos de libertação angolanos, UPA-FNLA, MPLA e UNITA, fundamentalmente<sup>303</sup>.

---

<sup>301</sup> Veja-se PT/TT SCCIA, UAE, União dos Estudantes de Angola (DC), Programa Voz da Revolução Congoleza, Processo de Informação n.º 33, U.I., cx. 235, 1967, fls. n.ºs 2-3; vejam-se também as narrativas do MPLA: o comunicado da OMA de 16 de Fevereiro de 1968, que exige a libertação de Deolinda Rodrigues e companheiras presas nos campos da UPA-FNLA em Kinkuso e Kamuna. Deolinda RODRIGUES DE ALMEIDA, *Diário de um exílio sem regresso*, Luanda, Editorial Nzila, 2003, p. 223.

<sup>302</sup> PT/TT SCCIA, Campos de instrução da UNITA, Processo de Informação n.º 257, cx. 267, 1971, fl. n.º 1.

<sup>303</sup> PT/TT SCCIA, Actividades dos movimentos subversivos de Angola UPA-FNLA-GRAE, MPLA e da IESA, Processo de Informação n.º 70, cx. 240, 1973, fl. n.º 423.

Esta conferência das mulheres africanas é antecedida por várias actividades protagonizadas por mulheres. Recordar-se, no ano de 1964, em virtude de uma actividade cultural organizada pela AMA, a difusão da consciência angolana para a independência. Nessa actividade, em que se ilustra a condição dos angolanos no interior da colónia, as mulheres encenam as dificuldades impostas pelas autoridades coloniais nas figuras de «o chefe do posto», «o sipaio», «o colono» e do «trabalho forçado», em que demonstram o desafio e o empenhamento da UPA-FNLA na defesa das populações de Angola. Destacam-se na organização da iniciativa, e protagonizam-na, Cândida Simões, Amélia Escórcio, Juliana Mamede, Eugénia Moisés, Marcela Vidal, Eva Pedro, Fatu Diop, Clara Santos, Isabel Ventura, Emiliana Pinock, Fernanda Gurgel<sup>304</sup>, companheiras de alguns dos membros da cúpula do movimento.

A UNITA, igualmente no ano de 1972, releva a importância das mulheres no projecto nacionalista de Angola. A 18 de Julho de 1972, na conferência anual do movimento é criada a Liga Independente das Mulheres Angolanas (LIMA), com a missão de incentivar o género feminino a colaborar o mais possível na causa do movimento, para contribuir para a promoção das mulheres menos evoluídas e para evitar questões de tribalismo<sup>305</sup>.

Contudo, as mulheres, longe de uma participação activa, servem, principalmente em razão do conflito, de instrumento da própria guerra no seio dos movimentos de libertação e de argumento de propaganda. O MPLA, por exemplo, servindo-se da experiência da Argélia, em 1965, extrai do programa deste país, de modo instrumental, o heroísmo feminino. Apelando para as mães, esposas, noivas e irmãs de Angola, pois a revolução precisa delas, propagandeia o seguinte:

Libertação da mulher. A participação da mulher argelina na luta de libertação criou condições favoráveis para quebrar o jugo secular que pesava sobre ela e associá-la plena e inteiramente à gestão dos assuntos públicos e ao desenvolvimento do seu

---

<sup>304</sup> PT/TT ASC, Angola: Organe du Front National de Libération de l'Angola, FNLA (Foi um sucesso o serão da AMA), cx. 14, n.º 1, documento n.º 5; n.º 16, vol. I, 1964, p. 27.

<sup>305</sup> Da constituição da LIMA, em 1972, citam-se Idalina Kuina, Presidente, Eunice Sapassa, Júlia Kukumbi, Ana Mukumbi, Amélia Mukumbi, Sara Mukumbi, Augusta Sakuanda. Em 1973, podem ver-se o destaque de Isalina Kawina, esposa de Samuel Martinho Epalanga, comissário da segurança interna da UNITA, no cargo de presidente; Eunice Sapassa, secretária e Sessa Namaliata, esposa de N'Zau Puna, secretário-geral e comissário das FALA, coordenadora. PT/TT PIDE/DGS SC, SR, 128-65, NT3446\_m0011.TIF, fl. n.º 8; Samuel CHIWALE, *Cruzei-me com a História*, 2ª., Portugal, Sextante, 2011, p. 172.

país. O Partido deve suprimir todos os freios à evolução da mulher e ao seu desenvolvimento e apoiar as organizações femininas. Existe na nossa sociedade uma mentalidade negativa no que diz respeito ao papel da mulher. Sob diversas formas tudo contribui para espalhar a ideia da sua inferioridade. As próprias mulheres estão impregnadas desta mentalidade secular. O partido não pode avançar sem travar uma luta permanente contra os preconceitos sociais e as crenças retrógradas. Neste domínio, o partido não se pode limitar a simples afirmações, mas deve tornar irreversível uma evolução inscrita nos factos, dando às mulheres responsabilidades no seu seio<sup>306</sup>.

### **2.3. Percurso histórico dos movimentos nacionalistas angolanos: UPA-FNLA, MPLA, UNITA e os seus ideólogos**

O nacionalismo angolano é um processo bastante complexo, cujas origens remontam aos finais do século XIX. Desde então e até 1975, várias pretensões e iniciativas contestatárias são manifestadas no sentido de os povos de Angola se libertarem do domínio colonial.

Porém, em relação aos territórios africanos, a ocupação europeia em África não subsiste à entrada dos anos 1960. A eclosão dos dois grandes conflitos mundiais altera a configuração política e social das nações e engendra uma nova ordem internacional. Apela-se, em consequência dos novos acontecimentos, para o fim das políticas coloniais e imperiais.

As décadas subsequentes a 1945 marcam de modo significativo o despertar político dos territórios colonizados. Registam-se convulsões políticas na Ásia e em África. As potências coloniais, Inglaterra, França e Bélgica obrigam-se a uma reavaliação das suas políticas. Angola, pela decorrência das mudanças políticas mundiais do pós-guerra, não fica imune à efervescência ideológica anti-colonial.

Regista-se a uma viragem política em Angola. Se até aos anos 1950 quase todos os movimentos políticos angolanos, no que se refere à organização, tinham conhecido uma liderança constituída por descendentes de europeus e, maioritariamente, por assimilados, a partir da segunda metade da década de 1950

---

<sup>306</sup> Angola, «Libertação da Mulher», *Boletim do Militante do MPLA*, n.º 4, Fevereiro de 1965, p. 4, in PT/TT ASC, cx. 14, n.º 1, documento n.º 16.

desponta uma elite política de autóctones<sup>307</sup>. Esta nova liderança traça o percurso nacionalista-independentista angolano.

Constituindo embora um bloco não homogêneo em virtude da geografia social e cultural do território angolano, essa elite, aparentemente dividida entre si<sup>308</sup>, vai ser dirigida por três figuras emblemáticas — Holden Roberto, da UPA-FNLA, António Agostinho Neto, do MPLA, e Jonas Malheiro Savimbi, da UNITA.

Oriundos de regiões distintas da vasta Angola, cada um lidera um movimento, um projecto que, agrupando interventores de várias proveniências, resulta na transformação de Angola num Estado-nação independente. Um processo complexo, com episódios de desinteligências, demissões, traições, intrigas e violência que, culminando em 1975, ganha imediatamente outros contornos na dimensão social e política do recém-fundado Estado-nação angolano (como veremos no capítulo IV).

---

<sup>307</sup> Christine MESSIANT, *1961: [...]*; Christine MESSIANT, «Luanda, 1945-1961: Colonisés, société coloniale et engagement nationaliste», in Michel CAHEN e Christine MESSIANT (dir.), *Bourgs et villes de l'Afrique lusophone*, Paris, Harmattan, 1989, pp. 125-199.

<sup>308</sup> Três autores atentam na dispersão étnica e regional dos nacionalistas angolanos negros e dos assimilados: Christine Messiant, René Pélissier e Paul C. Byam. A primeira identifica uma elite proveniente da etnia Mbundu (assimilados), de língua portuguesa e de religião católica ou metodista, oriunda dos círculos urbanos. Para Pélissier, há um outro grupo constituído maioritariamente por aristocratas *bakongo*, de língua francesa e de religião protestante baptista, educado no Congo Léopoldville que, no quadro da colonização belga, apresenta um discurso étnico direccionado para a reconstituição do antigo reino do Kongo mais do que para todo o território angolano (veja-se o ponto 2.2.). Por último, Paul Byam salienta o grupo de jovens Ovimbundu, de língua portuguesa e de religião protestante congregacionista, educado em Portugal, na Suíça e nos EUA, grandemente influenciado pelo puritanismo anglo-saxónico. Christine MESSIANT, «Luanda, 1945-1961: Colonisés, société coloniale et engagement nationaliste», in Michel CAHEN e Christine MESSIANT (dir.), *Bourgs et villes de l'Afrique lusophone*, Paris, Harmattan, 1989, pp. 125-199; R. PÉLISSIER, *La colonie [...]*, pp. 240-250; 270-271; Paul C. BYAM, *New wine in a very old bottle: Canadian protestant missionaries as facilitators of development in Central Angola (1886-1961)*, Ottawa, University of Ottawa, 1997.

## Fundadores dos movimentos de libertação nacional em Angola

### **Holden Roberto**

#### *Origens e afirmação política*

Holden Roberto nasce em São Salvador do Kongo, hoje Mbanza Kongo, província do Zaire, antiga capital do reino do Kongo, em 12 de Janeiro de 1923. Do pai, Garcia Diasiwa Roberto, pouco se conhece. A mãe, Joana Helena Lala Nekaka, é filha de um dos primeiros evangelizadores angolanos, protestante, baptizado em 1889, Miguel Nekaka. É do avô, Miguel Nekaka, que Holden herda a determinação e a perseverança que moldam tanto o seu carácter como a sua bravura na defesa de uma futura Angola emancipada da autoridade colonial portuguesa.

Miguel Nekaka é *zombo*, natural de Kibokolo, no extremo norte de Angola. Quando ainda jovem, Nekaka fora vendido como escravo a outro *zombo*, que era um dos conselheiros do «rei» D. Pedro VII, em S. Salvador. Na corte de D. Pedro VII, Nekaka tem a oportunidade de se cruzar com os missionários da SMB. Baptiza-se na SMB e instrui-se. Desde aí, Nekaka traça um novo percurso de vida com a SMB.

Nos anais da implantação da SMB, primeira igreja protestante em Mbanza Kongo em 1878, destaca-se que, «dois homens kikongo, Nlemvo e Nekaka, contribuíram de modo muito especial para a implantação da Igreja no seio das suas gentes»<sup>309</sup>.

A contribuição de Miguel Nekaka para a Igreja é muito variada. Como pedreiro, ajuda a construir a igreja e outras casas na missão de S. Salvador. Torna-se mais tarde pregador itinerante e, alguns anos depois, a Igreja envia-o como professor para a vila de Mbwela, na fronteira norte de Angola, onde constrói as primeiras instalações definitivas da igreja, fora de S. Salvador. Mas, para os missionários da SMB, a maior contribuição de Miguel Nekaka consiste nos numerosos hinos que compõe e traduz para o hinário kongo<sup>310</sup>.

---

<sup>309</sup> L. W. HENDERSON, *op. cit.*, p. 53.

<sup>310</sup> *Ibid.*, p. 54.

O quadro político-colonial dos primórdios de Novecentos deixa marcas de resistência contra as autoridades coloniais portuguesas. Miguel Nekaka havia sido infundadamente acusado de desempenhar um papel fundamental nos preparativos da revolta dos kongueses contra o poder colonial português liderada por Tulante Buta (em Kikongo, tenente Buta), guerra que dura de 1913 a 1915. As torturas e as injustiças por que passa Miguel Nekaka despertam-lhe o sentimento da necessidade de consciencializar os povos das actuais províncias do Uíge e Zaire para a emancipação. Exemplo herdado, particularmente, pelo seu neto Holden Roberto (resgatar a organização social e político-cultural do antigo reino do Kongo)<sup>311</sup>.

A obra de evangelização ao serviço da SMB leva Miguel Nekaka e sua família a fixar residência no Congo Léopoldville. Manuel Barros Nekaka, tio, e Holden Roberto não-de viver as suas diferentes etapas de crescimento nesse território, tendo Holden Roberto regressado temporariamente a Angola apenas em 1951.

Holden Roberto conclui os seus estudos primários e liceais em Léopoldville, na escola da Missão Baptista. Torna-se, em 1940, funcionário do ministério das finanças da Bélgica em Stanleyville, actual Kisangani, cargo que mantém durante oito anos.

No quadro da sua vocação política, herdada do avô, já depois de ter estado em Angola, frequenta tanto em Léopoldville como no Gana<sup>312</sup>, vários cursos de ciências políticas, incluindo um estágio político-diplomático na Representação da República da Guiné Conacri nas Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1959 a 1960.

---

<sup>311</sup> Cf. D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 129; <http://wizi-kongo.com/luta-de-libertacao-de-angola/alvaro-holden-roberto-o-pai-do-nacionalismo-angolano/>, consultado a 29 de Janeiro de 2018.

<sup>312</sup> O Ministério dos Negócios Estrangeiros português regista, em correspondência, as relações, os contactos, os apoios nacionalistas dos movimentos angolanos, em África e na Europa. Refere-se que em África, Acra tem servido de palco de agitação nos territórios portugueses, sob o impulso de José Gilmore, pseudónimo utilizado por Holden Roberto. B. P. 24 – Acra. PT/TT AOS, U.L., 39, cx. 835, pasta 4, fl. n.º 126.

### *Holden Roberto na origem da União das Populações de Angola*

O fermento do nacionalismo leveda sob o signo da União das Populações do Norte de Angola, UPNA, primeiro movimento político nacionalista de feição negra, fundado em 1954 por um grupo de «aristocratas» kongueses sob direcção de Miguel Nekaka<sup>313</sup>. A criação da UPNA deve-se à necessidade de resistir para resgatar do domínio português o território do antigo «reino» do Kongo.

A aristocracia de S. Salvador, dividida entre católicos e protestantes, não chega a um consenso sobre a continuidade e o legado do «reino» do Kongo. Os católicos, mais conservadores, criam o partido NGWIZAKO. Os protestantes, agrupados e influenciados pelo dinamismo religioso-comunitário de Miguel Nekaka, entendem, primeiramente, que o futuro «rei» de S. Salvador não deve ser um ignorante à imagem e semelhança dos seus predecessores, mas instruído, liberal, impregnado dos princípios democráticos. Razão pela qual seria conveniente que esse «rei» viaje e faça formação académica no estrangeiro.

A Holden Roberto é conferida a honra de representar, como «herdeiro», a liderança do Kongo entre a aristocracia protestante de S. Salvador. Ora, uma vez instruído na arte política, torna-se num dos primeiros líderes do nacionalismo angolano. Dedicase ao trabalho a favor das populações rurais nativas e, do Congo Léopoldville, combate a administração colonial portuguesa em Angola.

Com base em quotizações dos seus partidários Bakongo e dos Bazombo, em particular, recebidas pelo expedito João Eduardo Pinock, Holden Roberto viaja pelo estrangeiro. Visita o Gana onde, em contacto com um dos líderes do pan-africanismo, Kwame Nkrumah, e, também, com Frantz Fanon, se modifica radicalmente. A experiência de Holden Roberto nos círculos dos territórios africanos, recém-independentes dá-lhe uma nova visão de luta anti-colonial. Percebe-se, por isso, a necessidade de alargar a consciência da emancipação em Angola. Holden Roberto convence os seus adeptos ser necessário evoluir do *ntotelismo* para concepções mais republicanas, pois o «monarquismo» (konguês)

---

<sup>313</sup> Veja-se PT/MNE, DAB, UM/GNP M 83, Processo n.º 940, 1 – PAA; PT/TT PIDE/DGS, AC SC CI (2) 19286, Unidade de Instalação7883; R. PÉLISSIER, *La colonie [...]*, pp.254-258; Albert V. VANDENBERG, *The basis of angolán nationalism*, Washington, 1968.

está ultrapassado. Simultaneamente, no intuito de se aproximar das novas correntes ideológicas, defende que importa conseguir a independência de Angola. Manuel Barros Nekaka autoriza a eliminação do «N» de UPNA e Holden Roberto torna-se presidente da União das Populações de Angola (UPA). Pois, se em 1954 o *ntotelismo* e a UPNA estão restringidos ao Norte de Angola, em 1958 transformam-se em UPA. Neste sentido, para lá das tendências associativistas circunscritas ao regionalismo dos movimentos angolanos que gravitam no Congo Léopoldville, com Holden Roberto o nacionalismo angolano galga no sentido de reaver o território de Angola ocupado por Portugal.

*Holden Roberto e a União das Populações de Angola: instituições e protagonistas políticos*

Embora tivesse nascido em território estrangeiro, Congo Léopoldville, como movimento angolano, a UPA (depois, FNLA), de imediato se transforma em apoio dos refugiados angolanos estacionados no Congo. Suplanta todas as outras organizações angolanas, ora neutralizando-as politicamente, ora convertendo-as em seus satélites. Esses feitos alargam os passos da UPA-FNLA na conquista da visibilidade africana e internacional quanto aos destinos da luta contra a colonização portuguesa de Angola.

Em nome de Angola colonizada, Holden Roberto é apoiado pelas autoridades congolosas. Em 1958 torna-se o porta-voz do «drama de Angola». Apela para todos os democratas, todas as organizações filantrópicas do mundo e todos os povos amantes da liberdade contribuirão imediatamente para a independência política, na tranquilidade e na dignidade de Angola<sup>314</sup>. Inicialmente, no ex-Congo Belga, em 1960, pelas convulsões políticas levantadas em virtude de sua ascensão à independência, são proibidas quaisquer actividades políticas. Todavia, Holden Roberto granjeia simpatias e a amizade de Joseph Kasavubu, líder da ABAKO, de

---

<sup>314</sup> Fundação Mário Soares, Espólio de Mário Pinto de Andrade, MDA, pasta: 04357.005.004, União das Populações de Angola: o drama de Angola.



Cyrille Adoula, primeiro-ministro do recém-independente Estado do ex-Congo Belga em 1961<sup>315</sup> e, posteriormente, do general Joseph Mobutu.

Em Angola, a UPA-FNLA é representada, incentivada e difundida pelo cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves. Este sacerdote católico desempenha em Luanda um papel importante no encorajamento dos vários grupos clandestinos, particularmente da UPA-FNLA, quanto à consciencialização para a libertação de Angola<sup>316</sup>.

Em Luanda, Manuel das Neves colabora, relata, arquitecta, auxilia e mobiliza o povo para a independência, também em nome da UPA-FNLA. Perseguido e preso pela PIDE, deixará claro nos seus depoimentos que o seu maior desejo é ver a sua terra livre, independente e fora do jugo dos opressores<sup>317</sup>.

São colaboradores do cónego Manuel das Neves, Afonso Dias, César Correia (Mekwiza-Mekwenda), Francisco Pedro Miguel (N'zau), Adão José Kapilangu e Moisés Kayaya, dois destacados animadores da histórica célula da UPA-FNLA no Lobito; também Luís Alfredo Inglês, principal dinamizador da UPA no bairro Sambizanga, fundada pelo próprio cónego Manuel das Neves em 1958; Costa Neto, um dos participantes do 4 de Fevereiro de 1961<sup>318</sup>; Jordão Aguiar, um nativo de Luanda, presumivelmente também ligado, por mediação do cónego Manuel das Neves, à causa nacionalista, sendo mesmo aliciado a participar na UPA-FNLA; Neves Adão Bendinha, reconhecido pelo seu activismo no 4 de Fevereiro, preso em 21 de Abril pela PIDE e que viria a ser morto no cárcere, na cadeia de S. Paulo, em 15 de Maio de 1961<sup>319</sup>.

---

<sup>315</sup> Coteje-se a declaração desta autoridade, na imprensa congoleza e internacional acerca de Angola: em 1962 manifesta o seu incondicional apoio à causa angolana, em particular da UPA-FNLA. Segundo recorda Adoula, contra as políticas e diplomacia portuguesas em Angola, «[...] há talvez necessidade de lembrar que em Setembro de 1961 declarámos perante os chefes de Estado e os governos dos países reunidos em Belgrado “que o Congo não hesitará a dar todo o seu apoio tanto moral como material a todos os povos que lutem pela liberdade”».

O GRAE, por sua vez, dá fé às declarações do ministro Adoula (em revista de imprensa, 28 de Agosto de 1962) e agradece o apoio do Congo à luta anti-colonialista. PT/TT AOS/CO/UL – 39, pasta 23, Correspondência sobre actividades do GRAE, 1962, fls. n.ºs 614; 616.

<sup>316</sup> PT/TT PIDE/DGS, Del. A, Processo de Informação 11-12 B, fl. n.º 424.

<sup>317</sup> J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, p. 87.

<sup>318</sup> *Monsenhor Manuel Joaquim Mendes das Neves: ínclito nacionalista angolano*, Luanda, Liga Africana, 2004, pp. 16-17.

<sup>319</sup> Neves Adão Bendinha, natural de Icolo e Bengo, tem sido uma figura conflituante do nacionalismo angolano. O seu activismo político, presumidamente ao lado da UPA-FNLA, nos círculos de Luanda, tem sido reclamado pelo MPLA. Veja-se Maria Anabela Ferreira da SILVEIRA, «Dos nacionalismos à

O cónego auxilia e subsidia a fuga para o Congo Léopoldville de Aníbal de Melo, vulgo Alda Maria da Silva, Mário Silva e Rosário da Conceição Neto<sup>320</sup>. Nos propósitos da consciência emancipalista de Angola neste ínterim, citam-se ainda, como colaboradores directos do cónego Manuel das Neves, Agostinho Manuel Neto, informador (carteiro) e receptor das actividades desenvolvidas no território angolano e no Congo Léopoldville, Afonso Dias da Silva, correspondente particular do cónego, Moisés João Gaspar, Alfredo Jorge Bobela da Mota e Miguel de Oliveira Fernandes, tradutores dos textos para inglês e francês<sup>321</sup>.

No Congo Léopoldville, no primeiro aniversário da insurreição contra a autoridade colonial portuguesa, em 27 de Março de 1962, a UPA forma a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA)<sup>322</sup> em associação com o PDA de Emmanuel Kunzika, antiga ALIAZO, e organiza-se militarmente. Estabelece a sua base de comando em Kinkuso, na fronteira norte de Angola com o Congo Léopoldville. Em seguida, para a extensão dos apoios estrangeiros e diplomáticos, a FNLA cria o Governo Revolucionário de Angola no Estrangeiro (GRAE) em 5 de Abril de 1962.

Na República Democrática do Congo, a UPA-FNLA instala-se no coração da capital, Léopoldville, na Avenue de Osterrieth. Conforme os termos do Art.º 10, Cap. IV dos seus estatutos, é reconhecida pelas autoridades congolenses como associação legalizada com a publicação dos seus estatutos em 1 de Julho de 1960<sup>323</sup>. Nesse instrumento jurídico podem-se ver os fundadores da União das Populações de Angola, a saber, Manuel Ventura Barros Nekaka, Holden Roberto, Alexandre Taty (embora desvia o seu olhar para a causa particular de Cabinda, tendo igualmente colaborado com as autoridades portuguesas)<sup>324</sup>, François Dombe,

---

guerra: os movimentos de libertação angolanos (1945-1965)», Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2011, p. 29.

<sup>320</sup> Tendo todos integrado o movimento de Holden Roberto. PT/TT PIDE/DGS Del. A, Processo de Informação 11-12 B, fls. n.ºs 424-426; PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, 2885.

<sup>321</sup> J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, p. 87.

<sup>322</sup> Neste trabalho, para uniformização dos nomes do movimento de Holden Roberto, optámos por denominá-lo, em toda a extensão, UPA-FNLA.

<sup>323</sup> PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA, M 7B, Processo n.º. 940, 1 (7) D, Informação n.º. 416/SC/CI (2), PIDE.

<sup>324</sup> Alexandre Taty, natural de Cabinda, filho de Pedro Cláver Mavungu, originário de Simulambuco (família nobre/barões de Cabinda). Integra-se na UPA-FNLA em 1961 onde desempenha vasta actividade na cúpula do movimento — comissário de contas do primeiro comité constituído em 1961, secretário, ministro do armamento (GRAE). Enquanto ministro do GRAE concede várias bolsas para estudantes Cabindas, a quem estaria ligado, e outros integrados na UNITA: João Púcuta e Francisco Lubota, estudantes de Direito (EUA); José N'dele e António da Costa Fernandes (Tony), curso de

António Francisco Mayembe, Francisco Borrvalho Lulendo, Lumbu Martins, Rosário André da Conceição Neto e João Eduardo Pinock.

A estrutura hierárquica do movimento é constituída, em primeiro lugar, por Manuel Ventura Barros Nekaka<sup>325</sup>, fundador, vulgarmente conhecido por Barros Nekaka, usando também o pseudónimo de Pedro Mambo. À data de 1960, é casado, enfermeiro e escriturário no Congo Léopoldville. Natural de S. Salvador do Kongo (Angola), filho de Miguel Nekaka, pregador e professor da SMB e de Maria Dumba. Tio de Holden Roberto a quem delega toda a responsabilidade da UPNA/UPA-FNLA, Manuel Ventura Barros Nekaka tem residência fixa no Congo ex-Belga.

Em seguida aparece Holden Roberto<sup>326</sup>. Presidente e autoridade máxima do partido, à data da criação da UPNA, teria sido acusado de atitudes exclusivistas e separatistas. As razões para tais considerações (efeito de disputa política entre as

---

Ciências Económicas e Financeiras — António Fernandes e Pitra Pena, curso de Medicina — Domingos N'gó e José Basto, curso de Direito (Suíça); Cirilo Tshufu e Pascoal Albino, curso de Agronomia (França/Paris) e Manuel Puna, curso de Aviação (Alemanha). Originário de Cabinda, prospecta a libertação deste território demarcando-se da luta anti-colonial dos movimentos angolanos. Abandona a UPA-FNLA e Léopoldville em 1965. Fixa-se em Luanda, onde passa a viver com a sua esposa Mafalda e sua filha, em residência arrendada pela DGS. Posteriormente, transfere-se para Cabinda por ali, segundo a PIDE, se tornar necessária a sua presença, mas sobretudo pelos propósitos de negociar a paz do território com Portugal. Passa assim a desenvolver grande actividade de mentalização não só das Tropas Especiais (TE) como dos civis que haviam regressado a Cabinda no ano de 1965. Na óptica da DGS, dadas as circunstâncias do tempo, é premente a presença do Alexandre Taty sempre que se inicie qualquer operação militar que envolva as TE, a fim de dirigir os combatentes. As contribuições de Alexandre Taty, nessa altura, levam ao regresso dos refugiados de Cabinda nos Congos (Léopoldville e Brazzaville) num total que se julga ter atingido 20 mil, entre 1966 e 1967. Dentre outras colaborações estratégicas de Alexandre Taty contam-se a criação da JMAE, sendo seu presidente; as apologias ao governo português; a rejeição do MPLA nos assuntos de Cabinda; a influência na apresentação, em 31 de Outubro de 1967, de Francisco Lubota (pai) que combate ao lado do MPLA, na região do Miconge, para se apresentar às tropas portuguesas munido de material de guerra; a persuasão dirigida a Jonas Savimbi (carta mandatada pela DGS, em 1969) para abandonar a luta e integrar-se na governação portuguesa. PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042, Actividades de Alexandre Taty – JMAE – TE, Ofício n.º 1002/70, Rel. N.º 18/70-DINF/2, DGS Cabinda para DGS Luanda, 1970, fls. n.ºs 31-38; PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Proc. N.º 940, 1 (7) D.

<sup>325</sup> Manuel Barros Nekaka, na estrutura da UPA-FNLA, segundo a PIDE, tem-se encobrido, fazendo-se passar por um simples membro. Todavia, é o fundador do movimento e a mais influente figura da aristocracia *konguesa* Bakongo-*bazombo* protestante. PT/TT PIDE/DGS, AC, SC, CI (2) 19286, Unidade de Instalação 7833.

<sup>326</sup> Sublinha-se que Holden Roberto, na documentação, encobre-se sob os pseudónimos de: Roberto Holden, Holdane ou Holdone Roberto, Roberto Holdane, Holden Nekaka, Susana Milton, Rui Ventura e José Gilmore. Rui Ventura é o nome adoptado na I Conferência de todos os Povos Africanos em Acra, de 5 a 13 de Dezembro de 1958. E, na II Conferência dos Povos Africanos, Holden, figura como José Gilmore. Veja-se Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade, DMA, pasta: 07058.017.005.

elites emergentes) devem-se ao facto de Holden Roberto dar maior atenção aos filiados da UPA-FNLA de origem Bakongo (Norte de Angola) e da etnia *bazombo*. No primeiro Comité Director da UPA-FNLA estão Holden Roberto, presidente geral; Francisco Borralho Lulendo, secretário-geral; Aníbal da Silva Melo, director político; José Manuel Peterson, secretário-administrativo; Francisco Pedro Paka, secretário da propaganda; Alexandre Taty, secretário das relações exteriores; Rosário André da Conceição Neto, secretário da juventude; Manuel Ventura Barros Nekaka, secretário do movimento feminino (AMA). A composição desse Comité Director, à excepção de Rosário André da Conceição Neto, nascido em 3 de Abril de 1927, em Malange, é Bakongo. Alegadamente, o Comité eleito em Assembleia, em 1961<sup>327</sup>, os seus membros pertencem à geografia social Bakongo, do Norte de Angola<sup>328</sup>. Todavia, essas referências presentes na UPA-FNLA não têm uma tradução visível nos ideais deste movimento, pois, entre Março e Dezembro de 1961, Holden Roberto, após várias reuniões, faz eleger novo Comité Director cujos membros não descendem unicamente do grupo etnolinguístico Bakongo. Altera, inclusive, a configuração dos antigos postos e cargos no seio do movimento<sup>329</sup>. Indicação que, contra todas as estratégias da época utilizadas pelos movimentos angolanos, desmistificará a ideia de a UPA-FNLA ser movimento regionalista, integrando angolanos de várias proveniências na sua proposta do governo de transição, em 1975, concebido no Alvor. Passam a compô-los Holden Roberto, presidente, Rosário André da Conceição Neto, 1.º vice-presidente, Alexandre Taty, 2.º vice-presidente. Jonas Malheiro Savimbi, secretário-geral, Francisco Paka, secretário administrativo, José João Liahuka, director do Bureau Político, Maurício N'dombele, tesoureiro-geral, Pedro Francisco de Almeida Sobrinho, secretário Cultural, João Eduardo Pinock, secretário encarregado dos assuntos especiais e, por fim, Francisco Borralho Lulendo, secretário encarregado das questões sociais.

No novo elenco não figuram Manuel Barros Nekaka, João Baptista e Aníbal da Silva Melo. Por outro lado, assinala-se a presença de Jonas Savimbi, natural de Bié, José

---

<sup>327</sup> Documentos enviados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Congolês, em Léopoldville, com a indicação da composição do respectivo Comité Director, 3 de 12 de 1962. PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA, M 7B, Processo nº. 940, 1 (7) D; PT/TT PIDE/DGS Del A, SR, 3698, cx. 1061, 1961, fls. n.ºs 6; 9-10.

<sup>328</sup> Vide apêndice n.º 21: evolução dos movimentos nacionalistas (UPA-FNLA, MPLA e UNITA) e a descrição dos seus principais membros: 21.1. Comité Central da UPA eleito em 1961.

<sup>329</sup> Veja-se apêndice n.º 21, 21.2: membros do Governo de Transição da UPA-FNLA.

João Liahuka e Pedro Francisco de Almeida Sobrinho, natural de Camabatela, Kuanza Norte. José João Liahuka é oriundo do sul de Angola, distrito do Bié, zona onde a UPA-FNLA não exerce influência. A sua nomeação denuncia decerto a pretensão de Holden Roberto em estender os objectivos da UPA-FNLA a outras zonas de Angola.

Destaca-se, segundo as autoridades portuguesas, que José João Liahuka e Pedro Francisco de Almeida Sobrinho fazem parte dos dois grupos de estudantes ultramarinos portugueses que, clandestinamente, saem de Portugal para se associarem aos movimentos anti-coloniais<sup>330</sup>.

Nos primeiros anos da década de 1960, a UPA-FNLA constitui-se num escol de nacionalistas que, sob direcção de Holden Roberto, deixa alertadas as autoridades portuguesas perante a sua exigência e esforço de luta para a emancipação política de Angola e não apenas do Norte deste território como concebido inicialmente.

### ***António Agostinho Neto***

#### *Homem e político*

Na história de Angola independente, vários estudos apontam a figura de Agostinho Neto como o libertador, o herói nacional, o fundador da nação, referindo quatro dimensões: «poeta, médico, guerrilheiro e estadista»<sup>331</sup>.

Mas é no Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA que Agostinho Neto se notabiliza no processo da libertação nacional. É, quiçá, a representação nativa dos angolanos, se se considerar o episódio de 1962 que, opondo Agostinho Neto (negro) e Viriato da Cruz (mestiço), numa organização de estrutura africana, não

---

<sup>330</sup> PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA, M 7B, Processo n.º 940, 1 (7) D, Informação 8322/15.009.00. Veja-se Pedro Francisco de Almeida Sobrinho, natural de Camabatela-Angola; nasce em 7 de Julho de 1932, estudante do Instituto Superior de Agronomia, residente na Rua Barata Salgueiro, 56, r/c dto., Lisboa; tempo e local no Ultramar (mais de 19 anos); data de admissão no Instituto: 5 de Abril de 1957; n.º de sócio 520 (riscado) 288, categoria: sócio ordinário. PT/TT PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, SC, NT 9171, vol. I.

<sup>331</sup> *Agostinho Neto: Homenagem*, Lisboa, Fundação Sagrada Esperança, 2004.

necessariamente democrática e sendo que a divergência entre as duas figuras mais do que de choque de personalidade e racial fosse política, Agostinho Neto granjearia de maior apoio das massas negras para chefe. Mário Pinto de Andrade, acerca da transferência da presidência do MPLA para Agostinho Neto em Léopoldville, em 1962, descreve: «Neto era, internamente, o homem capaz de reunir as organizações que deviam exprimir-se em nome do MPLA; [...] era naturalmente aquele que devia conduzir os homens, que tinha nascido para dirigir: “[é] aquele por quem se espera”»<sup>332</sup>.

Os primeiros passos do percurso político de Agostinho Neto levam-no de Kaxicane a Lisboa, passando por Luanda, Malange, Bié, Coimbra e Porto.

António Agostinho Neto nasce em Kaxicane, município de Catete, distrito de Icolo e Bengo, a 60 km de Luanda, em 17 de Setembro de 1922. É filho de Agostinho Pedro Neto, catequista da Missão Americana em Luanda, mais tarde Pastor e professor nos Dembos, e de Maria da Silva Neto, professora<sup>333</sup>.

Em Kaxicane, tendo como professor o seu próprio pai, Agostinho Neto faz o ensino primário, que viria a concluir em Luanda, em 1934. Já na capital, inscreve-se no então Liceu Salvador Correia, onde completa em 1944 o 7.º ano do curso liceal.

Aos 22 anos de idade, em Luanda, emprega-se como funcionário nos Serviços de Saúde e Higiene, colocado, posteriormente, na Direcção Provincial de Malange por cerca de dois anos e, depois, transferido para o Bié, em 1946.

Em Setembro de 1947 embarca para Portugal<sup>334</sup> a fim de frequentar a Faculdade de Medicina de Coimbra, beneficiando, posteriormente, de uma bolsa de estudos da Igreja Protestante. Termina a formação em Lisboa, com a licenciatura em Medicina, especialidade em Medicina Tropical, em 1959.

---

<sup>332</sup> M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, pp. 179 e 181.

<sup>333</sup> Dos progenitores de António Agostinho Neto, sabe-se que o pai é natural de Icolo e Bengo, já a mãe, segundo Carlos São Vicente, é oriunda do Bié, facto pouco conhecido. Depoimento referido no Colóquio Internacional «Ecos da História: memória, comemoração e silêncio na luta de libertação de Angola», Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 28 de Agosto de 2019.

<sup>334</sup> Segundo a prática do tempo, é necessário ser funcionário durante algum tempo para juntar dinheiro, ter um pecúlio, ter uma bolsa e ir para Portugal. É o caso de Agostinho Neto. Vide M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, p. 52.

Depois de trabalhar para o Estado em Luanda, na metrópole Agostinho Neto dá início, *de facto*, à sua convicção nacionalista-independentista. Na CEI e noutros círculos, com a convivência académica de estudantes de outras proveniências, aprende acerca dos paradoxos do processo colonial português em África. Em conjunto com outros companheiros, arquitecta estratégias da revolução independentista<sup>335</sup>.

### *Na Metrópole contra a Metrópole: evolução da consciência política*

Em 1948, um ano depois da chegada de Agostinho Neto a Portugal, ocorre a de Mário Pinto de Andrade. Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade não se tinham conhecido em Luanda. Entretanto, o encontro entre os dois transforma-os e enriquece a consciência política de ambos sobre Angola.

Depois de ser recebido por Humberto Machado em Lisboa, a primeira figura que Mário Pinto de Andrade contacta é Amílcar Cabral. As impressões de hospitalidade de Cabral e de outros companheiros africanos são tão marcantes para Mário Pinto de Andrade que, segundo afirma, é desse espírito gregário e de solidariedade africana que desperta o sentimento de grupo. E, a partir de 1949, do encontro com Agostinho Neto, alargam-se as preocupações de interesse comum<sup>336</sup>.

Nasce a geração «Cabral», como lhe chama Mário Pinto de Andrade<sup>337</sup>. Um grupo de estudantes que emerge para a acção política.

Esses estudantes empenhar-se-ão, a par dos seus objectivos académicos, em desígnios políticos, mormente a emancipação dos territórios de proveniência. O grupo é constituído por Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Humberto Machado, Noémia de Sousa, Alda Espírito Santo e Francisco José

---

<sup>335</sup> Veja-se o percurso de António Agostinho Neto na CEI, *in* PT/TT PIDE/DGS, SC, NT 9171, cx. 134. António Agostinho Neto, estudante ultramarino/Angola, nascido em 17.09.1922, estudante da Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, n.º 74 (194), residente na Quinta Dinis, Travessa do Instituto Geofísico, R. S. Salvador, 11. Cargos desempenhados: Departamento de Imprensa (1947-1948); Secretário da Direcção (1948-1949, eleito; pediu a demissão em 7.04.1949); Secretário da Direcção (1949-1950, eleito).

<sup>336</sup> M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, [...], pp. 58 e 61. Ver também Fundação Mário Soares, Espólio de Mário Pinto de Andrade, DMA, pasta: 04356.005.001.

<sup>337</sup> M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, [...], p. 69.

Tenreiro<sup>338</sup>. É deste grupo heterogéneo que nasce o MAC (Movimento Anti-Colonialista), tendo a situação política, social e cultural nas colónias proeminência entre as preocupações dos jovens estudantes africanos em Lisboa.

O grupo, convicto dos seus objectivos políticos, disfarça o seu activismo no quotidiano metropolitano em actividades ditas de pensamento. Aparentemente, as suas intenções passam pelas actividades recreativas, culturais e académicas. Três núcleos — a Casa dos Estudantes do Império, o Centro de Estudos Africanos e o Clube Marítimo — servem de pontos de apoio das suas intenções políticas.

Na CEI, considera-se fundamental o cruzamento com estudantes do ultramar. As tertúlias e os novos conhecimentos adquiridos, sobretudo da organização política das sociedades europeias, liberais, tornam-se vitais. As sessões de índole cultural e literária servem como oportunidade de elucidação das realidades coloniais discutidas nos círculos da Metrópole. Neste sentido, a nova experiência dos estudantes angolanos estimula-os para a defesa dos interesses dos angolanos, autóctones, na colónia. Pois, a sua observação do exercício dos direitos fundamentais propugnados na Metrópole é paradoxal quando confrontado com a realidade imposta na colónia<sup>339</sup>. No CEA, em Lisboa, o destaque vai para as actividades engendradas com o fim de discutir a África cientificamente. Interessam também as iniciativas literárias, as traduções de autores estrangeiros, as publicações em revistas (*Mensagem*, *Présence Africaine*). É significativa a concretização do projecto de publicar o «Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa». Um desafio, na expressão de António Domingues<sup>340</sup>, adoptada por Amílcar Cabral, de «reafricanização dos espíritos»<sup>341</sup>, no sentido de aproximar à universalização o despertar político (africano) dos povos dos territórios coloniais

---

<sup>338</sup> Da composição deste grupo, de estudantes africanos na Metrópole, pode adivinhar-se a solidariedade futura das elites dos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África, sobretudo em Angola, com o MPLA. Alda Neves da Graça do Espírito Santo, natural de São Tomé e Príncipe (30 de Abril de 1926-9 de Março de 2010). Carolina Noémia Abranches de Sousa (Catembe, Moçambique: 20 de Setembro de 1926-4 de Dezembro de 2002). *Cfr.* M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, [...], p. 47; 69.

<sup>339</sup> Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade, DMA, pasta: 04354.003.001.

<sup>340</sup> Pouco se sabe de António Domingues. Conforme considerado por Mário Pinto de Andrade, na circunstância da organização em Lisboa do grupo dos africanos, ligados a Angola, na década de 1950 (a geração Cabral), é um homem muito activo na expressão, na consciencialização e sobretudo como artista cuja sua associação à CEA contribuiu para a difusão da libertação africana nos projectos literários. M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, *op. cit.*, p. 67; 79.

<sup>341</sup> Veja-se M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, *op. cit.*, p. 80.



portugueses. Já no CMA, clandestinamente, os membros do CEA alfabetizam e assistem politicamente os embarcações. Uma classe operária desprovida de oportunidades académicas serve de pivô com a colónia, veiculando informações saídas de Luanda e de Lisboa para Luanda.

Lembre-se, a par do grupo de Neto, de Cabral e de Mário Pinto de Andrade em Lisboa, os outros grupos existentes em Luanda. Já foi referido que o MPLA é produto da placa giratória dos vários movimentos aparecidos em Luanda na segunda metade do ano de 1950. E, dentre os activistas de destaque dos mesmos movimentos, que servem de ligação com os (poucos) intelectuais angolanos no estrangeiro, destacam-se Viriato da Cruz, fundamentalmente, Ilídio Tomé Alves Machado, António Jacinto do Amaral Martins, Martins Lenston, Mário António e outros tantos que constituirão parte da elite do MPLA<sup>342</sup>.

#### *Activismo político e o olhar da PIDE*

Da passagem pela CEI de estudantes oriundos das colónias portuguesas resulta, na primeira metade de 1950, a constituição de um núcleo — engajado em outros movimentos — que sai do anonimato e traça a via de independência dos seus territórios. Desse núcleo, para o contexto de Angola, surge, entre os poucos estudantes, Agostinho Neto.

Agostinho Neto torna-se um activista dinâmico. A associação às actividades da oposição ao regime salazarista, o PCP e o MUD Juvenil, custa-lhe a primeira prisão de noventa dias, em 1952. Esta prisão dá-se durante uma manifestação contra a política «fascista» do Governo<sup>343</sup>.

No mesmo ano, 1952, Agostinho Neto oficializa a sua filiação no MUD Juvenil, sendo eleito em 1955 membro da Comissão Central do MUD Juvenil na qualidade de representante dos jovens das colónias. Atenta-se que a militância de Agostinho

---

<sup>342</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>343</sup> Eugénia NETO, Irene Alexandra NETO, FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO e POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO (PORTUGAL) (dir.), *Agostinho Neto e a libertação de Angola, 1949-1974: arquivos da PIDE-DGS*, Luanda, Angola, Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2011, vol. II, 1961-1967, pp. 356-360.

Neto no MUD Juvenil, onde pontificam todas as forças opositoras do Estado Novo (entre comunistas, católicos e socialistas), dá-lhe, em relação a Holden Roberto e a Jonas Savimbi, na nossa óptica, as possibilidades e os maiores consensos na liderança do futuro Estado de Angola. Agostinho Neto, através das diligências dos intelectuais do MPLA e do seu próprio activismo, penetra, por um lado, nos núcleos das forças oposicionistas portuguesas. Por outro, a experiência de Agostinho Neto, como estudante na Metrópole e inclinando-se à ideologia comunista, diferentemente de Holden Roberto pela UPA-FNLA e Jonas Savimbi pela UNITA, garantir-lhe-ia, em nome do MPLA, a preferência no processo político da transição da independência<sup>344</sup>. A adesão de Agostinho Neto ao MUD Juvenil leva-o à prisão pela segunda vez, com cerca de uma centena de jovens portugueses, estudantes e trabalhadores<sup>345</sup>. É libertado, em 1957, tendo cumprido uma pena de 28 meses. É importante destacar nesse processo de condenação de Agostinho Neto o controlo exercido pela PIDE. Segundo a actuação do Tribunal Plenário da cidade do Porto, Agostinho Neto deveria ser condenado a uma pena de 18 meses, que se traduziriam em prisão correcional e à perda de direitos políticos por um período de cinco anos. Esta sentença, aligeirada segundo os registos da PIDE, seria possível graças «também à brilhante defesa feita pelo seu advogado, o ardente democrata do Porto, o Professor António Macedo»<sup>346</sup>. Todavia, a interferência da PIDE fez com que o tribunal alargasse o cumprimento da pena para 28 meses.

As prisões de Agostinho Neto pelas autoridades (PIDE) demonstram o seu activismo no processo da consciência nacionalista e independentista de Angola. Terminada a sua formação como médico, regressa a Angola, em 1959, e coloca-se ao serviço do seu povo, pois sabe das suas necessidades. Exerce a sua profissão, a começar como médico privado e, a seguir, nos serviços de saúde pública.

---

<sup>344</sup> Lembre-se que o MUD, após o final da Segunda Grande Guerra, é o primeiro espaço que aborda na metrópole a independência das colónias portuguesas, enfrentando a ditadura, a censura e a PIDE. Sobre a presença de Agostinho Neto no MUD, veja-se o quadro da segunda vaga do Movimento do Neo-Realismo em Portugal (à busca da forma), exposição permanente do Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira, apêndice n.º 11.

<sup>345</sup> Devido a esta prisão, Agostinho passará a ter uma visibilidade política nos círculos oposicionistas ao regime de Salazar em Lisboa.

<sup>346</sup> E. NETO, I. A. NETO, FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO e POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO (PORTUGAL) (dir.), *op. cit.*, pp. 356-360.

O regresso de Agostinho Neto, em 1959 coincide com o momento em que o estado de consciência nacionalista e independentista angolano toma um andamento organizacional, apesar das duras condições de clandestinidade em que se age. É nesta circunstância que Agostinho Neto se filia no Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA).

Decorrem em Luanda, pela acção da PIDE, diversas prisões de nacionalistas. Lembre-se o «Processo dos Cinquenta». A presença de Neto não passa despercebida ao olhar da PIDE. Aliás, antes do seu regresso a Angola, o seu «grupo» estrutura o MAC que, gradativamente do exterior, evolui para a FRAIN e CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, nascida em Casablanca, em 1961) visando a revolução no interior das colónias<sup>347</sup>.

Em Luanda, Agostinho Neto, integrante do MINA, é preso, mais uma vez, pela PIDE. Segundo os registos dessa detenção, em 1960, o povo mobiliza-se contra a política repressiva e arbitrária da PIDE, o que provoca uma nova vaga de prisões e uma repressão mais violenta — o massacre de nacionalistas em Icolo e Bengo, em 1960, aldeia natal de Neto, os quais se manifestam exigindo a libertação de Agostinho Neto e dos seus companheiros do MINA<sup>348</sup>.

A prisão de Agostinho Neto em 1960, é justificada em virtude da efervescência política da época, a qual leva a polícia política a sugerir o desterro de Agostinho Neto na Ilha de Cabo-Verde. Na verdade, apesar da situação de antagonismo político, Neto tem como «defensor» Adriano Moreira, sem que os dois se conheçam, podendo sair de Angola não como preso, mas como médico «em comissão de serviço» em Cabo-Verde. «Fui eu quem pus em liberdade Agostinho Neto. Quando ele estava preso em Luanda, era ministro havia pouco tempo», testemunha Adriano Moreira<sup>349</sup>.

A relação entre Adriano Moreira e Agostinho Neto é inusitada. Nunca se tinham encontrado pessoalmente. Pensa-se, segundo os órgãos oficiais do MPLA, que a substituição da prisão pela deportação em Cabo Verde se tenha dado

---

<sup>347</sup> M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, pp. 174-175.

<sup>348</sup> E. NETO, I. A. NETO, FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO e POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO (PORTUGAL) (dir.), *op. cit.*, pp. 356-360.

<sup>349</sup> Entrevista a Adriano Moreira, Lisboa, 27 de Novembro de 2017.

simplesmente pela actuação da PIDE<sup>350</sup>. Mas, realmente, deveu-se a Eugénia Neto, esposa de Agostinho Neto e escriturária num notário de Viana, sito na Rua do Conde Príncipe, n.º 25, que, solicitando o escritório de advocacia de Adriano Moreira, então Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, em Angola, pode ver o seu esposo livre juridicamente. Recorda-se que, apesar de tudo, Adriano Moreira pertence ao corpo de dirigentes do regime do Estado Novo. A intermediação de Adriano Moreira, conforme testemunha, é jurídica. Mas, segundo a peculiaridade de Angola (colónia) e pela actuação da PIDE, também é discreta.

Escrevi um despacho de nomeação, dizendo que nomeava o Dr. Agostinho Neto para a vaga tal, do quadro médico para Cabo-Verde. Por urgência de serviço, toma posse, dentro de trinta dias. Paguei o bilhete à mulher para ir ter com o marido a Cabo-Verde, dei-lhe dinheiro para o enxoval da criança, e depois, como estive pouco tempo no governo, perdi-a de vista<sup>351</sup>.

Em Cabo-Verde, Agostinho Neto, Delegado de Saúde, é aliciado pelas autoridades governamentais para que tome posição contra as pretensões angolanas à independência. Agostinho Neto não colabora. Ora, após as autoridades portuguesas verificarem que a nomeação não surte os efeitos de conversão de Agostinho Neto, segundo os relatos da PIDE, é decidido encarcerá-lo, pela quarta vez, sob pretexto de ter consigo uma fotografia reveladora das atrocidades cometidas pelos colonos portugueses em Angola<sup>352</sup>.

Transferido para as masmorras portuguesas, Agostinho Neto só se livra da perseguição da PIDE após a fuga, em 1962<sup>353</sup>, concretizada com o apoio do PCP.

---

<sup>350</sup> Veja-se MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *Textos e documentos do M.P.L.A. sobre a revolução angolana*, Lisboa, Edições Maria da Fonte, 1974; Agostinho NETO, *Sobre a libertação nacional*, Luanda, Edição alusiva ao 30.º aniversário da morte do Dr. António Agostinho Neto, 2009.

<sup>351</sup> Entrevista a Adriano Moreira, Lisboa, 27 de Novembro de 2017. Ver mais, sobre o assunto, apêndice n.º 28: libertação de Agostinho Neto por Adriano Moreira, em 1960.

<sup>352</sup> E. NETO, I. A. NETO, FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO e POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO (PORTUGAL) (dir.), *op. cit.*, pp. 356-360.

<sup>353</sup> M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, p. 178.

## *Da presidência à nova constituição do MPLA*

Antes de prosseguirmos o percurso nacionalista de Agostinho Neto e o da elite do MPLA, em ordem a clarificar a razão do MPLA, é conveniente apresentar um breve esclarecimento acerca da génese deste movimento, acerca da qual correm duas explicações. A historiografia oficial, na primeira versão, data a fundação do MPLA em 10 de Dezembro de 1956, em resultado da associação do PLUAA com outros movimentos nacionalistas que gravitam em Luanda<sup>354</sup> e, ou do MINA<sup>355</sup>. A segunda versão, mais do que apontar a data da fundação, faz referência à própria génese do movimento que tem como ponto de partida, o «Manifesto para um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola», considerado o ponto de referência do MPLA<sup>356</sup>. A estas duas explicações, cientes da pertinência de que o assunto se reveste no campo político, sublinhamos a nossa visão<sup>357</sup>, acrescentando a de Carlos Pacheco, para quem o MPLA teria sido formado durante a Conferência de Tunes, em 1960.

É no exílio que se cria o MPLA [diz Pacheco] e Viriato foi, inquestionavelmente, o seu grande artífice depois de chegar à conclusão que o MAC, pelo qual os seus companheiros trabalhavam [...], representava um patamar de luta ultrapassado. A UPA de Holden Roberto, que Lara mal conhecia em 1959 [...], era a única formação nacional que nos conclaves internacionais ia dando voz aos angolanos [...]<sup>358</sup>.

Pode ver-se, assim, a primeira delegação política do MPLA constituída em Conacri por angolanos assimilados (luandenses, *mbundu* e crioulos), em 1960, sem a figura de Agostinho Neto, deportado em Cabo-Verde. Assim se constitui o primeiro Comité Director do MPLA: Mário Pinto de Andrade, mestiço, natural de Kwanza Norte, técnico superior, Presidente das Relações Exteriores; Viriato Clemente da Cruz, mestiço, natural do Kwanza Sul, técnico de ensino médio, Secretário-Geral; Lúcio Barreto Lara, mestiço, natural do Huambo, técnico superior, responsável da Defesa e Segurança; Luís de Azevedo, negro, natural do Bengo, do ensino secundário, Funções Diversas; Eduardo M. dos Santos, mestiço, natural do Kwanza Norte,

---

<sup>354</sup> MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *Textos e documentos do M.P.L.A. sobre a revolução angolana*, Lisboa, Edições Maria da Fonte, 1974, p. 17.

<sup>355</sup> Cf. A. MARIA, *op. cit.*, p. 185.

<sup>356</sup> L. LARA, *op. cit.*, pp. 23-29.

<sup>357</sup> Vide pp. 120-121.

<sup>358</sup> C. PACHECO, *MPLA, [...]*, p. 61. Veja-se também A. MARIA, *op. cit.*, p. 185 e segs.

técnico superior, Serviços Sociais; Hugo de Menezes, negro, natural de São Tomé e Príncipe, técnico superior, Informação e Cultura<sup>359</sup>.

Com a saída de Agostinho Neto de Portugal, o então presidente interino, Mário Pinto de Andrade, organiza uma conferência nacional na qual se elegeria o novo presidente do movimento. O cargo de presidente é reservado, naturalmente, segundo Mário Pinto de Andrade, para Agostinho Neto. Este representa os matizes dos nativos de Angola, vistos concretamente nos «filhos do país», negros. Assim não é o entendimento do secretário-geral, Viriato da Cruz. Instala-se uma crise no seio do movimento nos anos seguintes a 1962, entre Neto e Viriato, segundo Mário Pinto de Andrade. Todavia, a crise deve-se mais a motivos de afirmação do poder sobre o movimento do que a conflitos de índole pessoal. Perdendo para Agostinho Neto, Viriato da Cruz vê-se afastado do MPLA<sup>360</sup>. Esta crise instalada, segundo nos parece, e como aludiremos mais adiante, servirá de um dos argumentos implícitos das conhecidas revoltas «Activa» e do «Leste» no seio do MPLA. A conquista do poder, no seio do MPLA e entre os seus dirigentes, assim como em outros movimentos, pode ser vista como uma das variáveis que acompanha os protagonistas do nacionalismo em Angola.

Perante os avanços da UPA-FNLA, a crise de liderança que se instala no MPLA condu-lo à beira da extinção, em 1963. O MPLA só é salvo, segundo Wheeler, pelo intenso trabalho nos bastidores de Lúcio Lara<sup>361</sup>.

Além disso, em 1961, o MPLA parece recorrer à costumada tática de uma frente comum<sup>362</sup>, na circunstância, para encobrir a sua própria fraqueza. A sua acção em Angola está relegada para segundo plano. Segundo atesta René Pélissier, o MPLA «tentou aliciar a UPA-FNLA para um avatar da Frente Revolucionária Africana (FRAIN): uma organização denominada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), fundada em Rabat, entre 18 e 20 de Abril, um mês após a revolta de Março de 1961, e que engloba dez

---

<sup>359</sup> Cf. L. LARA, *op. cit.*, p. 365; J.-M. M. TALI, *op. cit.*, p. 68. Veja-se o apêndice n.º 21.3. Constituição e percurso da elite dirigente do MPLA.

<sup>360</sup> Ver mais sobre o assunto, M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, p. 181.

<sup>361</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 305.

<sup>362</sup> Veja-se a influência de Agostinho Neto na fundação da UNA, em Léopoldville.

organizações nacionalistas de África e Goa»<sup>363</sup>. Holden Roberto recusa tal proposta, atribuindo à UPA-FNLA a precedência da luta no interior de Angola sobre a luta do exterior levada a cabo pelo MPLA.

A fraqueza do MPLA, nessa altura, aventa-se que consistia, segundo René Pélissier, na sua incapacidade de se impor no Congo Léopoldville, de influenciar os vários grupos étnicos angolanos e de abrir uma frente de guerrilha, no interior de Angola, na região leste, conquistando outro grupo “racial” chave que também a UPA-FNLA não conseguira trazer para a luta contra os portugueses<sup>364</sup>. Desta aferição, o MPLA dirigido por um reduzido número de indivíduos, assimilados e estrangeirados, não deixou de se empenhar na causa angolana, diante das revoltas dos *bakongo*, iniciadas em 1961, dirigidas pela UPA-FNLA. À beira da extinção por motivos internos, inesperadamente o MPLA passa por um renascimento em 1963. Três razões são apontadas para a sobrevivência e, ao mesmo tempo, do renascimento posterior deste movimento. Em primeiro lugar, aponta-se as diligências dos protagonistas do movimento, menos de uma dúzia, militantes do marxismo, habituados na luta clandestina e convencidos na edificação de Angola como um Estado socialista, tendo Lúcio Lara como o elemento-chave. Em segundo lugar, aponta-se o apoio efectivo que o MPLA goza da União Soviética, das democracias do leste da Europa e de Cuba. E, em terceiro lugar, depois da afirmação menos conseguida em Kinshasa, por ter deslocado o seu quartel-general para Brazzaville, em 1963, despistando-se quer do GRAE quer das intrigas da PIDE<sup>365</sup>.

Com sede em Conacri, o MPLA procura instalar-se no Congo Léopoldville, sede da vanguarda da UPA-FNLA. Perante a aceitação de Holden Roberto entre as autoridades do Congo recém-independente, o MPLA lança organizações satélites — CVAAR, EPLA, OMA, UNTA, UGEAN, CONCP, MNA<sup>366</sup> — e, no plano

---

<sup>363</sup> D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 306.

<sup>364</sup> *Ibid.*, p. 307.

<sup>365</sup> *Cfr. Ibid.*, p. 299.

<sup>366</sup> São responsáveis dessas organizações em Léopoldville, segundo os registos do Governador N'Djelo Binza, em 1965: CVAAR, Reverendo Domingos da Silva; EPLA, Agostinho Neto; OMA, Deolinda Rodrigues, UNTA, Pascoal Luvualu. PT/TT PIDE/DGS SC, CI(2), 3576, 7281-7283, 4.º vol., «Denominação e responsáveis dos movimentos angolanos em actividade no Congo Léopoldville. Do Gabinete do Governador, Djelo-Binza, 25 de Outubro de 1965, N.º 11/020/GAB.G.PROV./01290», fls. n.ºs 466-467.

diplomático, recorre a certos aliados do Governo Congolês. Faz-se valer de movimento de libertação em busca de mobilização e auxílio do seu povo emigrante, quiçá insatisfeito com o rival mais directo. Aloja-se na Avenue Tombeur de Tabora, 51, E. P. 750, Léopoldville, longe do olhar da UPA-FNLA.

A criação dessas organizações satélites por parte do MPLA, além da sua inoperância política na época, tinha o sentido de aproximar o MPLA nos meandros das comunidades angolanas estacionadas no Congo Léopoldville amparadas pela UPA-FNLA.

Com o CVAAR, Mário Pinto de Andrade revela:

Participámos, com o governo congolês na acção social para os refugiados — que, em princípio, estavam a seu cargo. O Congo recebia meios de organismos internacionais, para os refugiados angolanos, que afluíam. A formação deste corpo, o CVAAR, com os nossos médicos, era uma ajuda para o governo congolês. Tanto mais que ela se estendia para além da acção em favor dos refugiados: intervínhamos mesmo junto do governo congolês. Com efeito, a Angola do MPLA dispunha de mais médicos que todo o Estado congolês da época, 1961!<sup>367</sup>

O corpo clínico do MPLA é composto pelos seguintes indivíduos: Agostinho Neto, Eduardo dos Santos, Américo Boavida, Gentil Traça, Manuel Boal, Manuel Videira, Hugo de Menezes, Mário de Almeida, Edmundo Rocha, Vieira Lopes, Carlos Pestana<sup>368</sup>. Paulatinamente, o MPLA vai ganhando a consideração dos refugiados e do próprio Governo do Congo Léopoldville. Envia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Congolês nota dos seus fins, da sua natureza, dos seus estatutos e da composição do respectivo Comité Director que, sob presidência de Agostinho Neto, em 13 de Junho de 1962<sup>369</sup>, dirigirá a Angola independente, em 1975<sup>370</sup>.

---

<sup>367</sup> M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, p. 177.

<sup>368</sup> PT/TT PIDE-DA-C-2-88-1, Bol. Inf. 1030-193/64-BIR-24Abr/64, processo 110.00.30, fl. 133.

<sup>369</sup> PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA, M 7B, Processo n.º 940, 1 (7) D.

<sup>370</sup> Veja-se o percurso da elite dirigente do MPLA *in* apêndice 21.3: 21.3.1. e seg.



## **Jonas Malheiro Savimbi**

### *De Munhango, a Lisboa e Lausanne para o maquis*

A terceira figura da liderança do nacionalismo angolano é Jonas Savimbi. Para olhar o seu percurso nacionalista, importa ter em conta o que o próprio Savimbi considera ser a inoperância da acção anti-colonialista dos movimentos UPA-FNLA e MPLA e, particularmente, de Holden Roberto e Agostinho Neto.

Doze anos mais novo do que Agostinho Neto e onze do que Holden Roberto, Jonas Savimbi nasce em Munhango, Bié, em 3 de Agosto de 1934. Filho de Loth Malheiro Savimbi, empregado ferroviário, um dos primeiros chefes africanos de estação dos Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB) e, mais importante, director da missão protestante de Chillesso. A mãe é Helena Bundu Socato.

Na ascendência de Jonas Savimbi, há uma figura de prestígio, uma autoridade tradicional, que lhe dá prestígio e honrarias<sup>371</sup>. É o seu avô, Sakaita Savimbi, que tinha sido despojado dos seus poderes e de grande parte das suas terras pelos colonizadores, segundo Lawrence Henderson, em virtude de ter lutado no levantamento do Bailundo, em 1902<sup>372</sup>. A participação de Sakaita Savimbi na revolta do Bailundo inspira Jonas Savimbi. A revolta do Bailundo congregara os reinos *umbundu* e *ovambo* na defesa dos seus territórios contra a imposição dos padrões culturais ocidentais (campanhas portuguesas de «pacificação»). Os Bailundo, perante o avanço colonizador português no Planalto Central angolano, não têm êxito. Ainda assim, sublinha-se o heroísmo desses povos que, ainda que por curto tempo, expulsam da região os comerciantes e colonos portugueses<sup>373</sup>, intenção que os futuros nacionalistas prosseguem na libertação de Angola. Em particular, Jonas Savimbi, vale-se do heroísmo do seu antepassado para fundar um movimento de libertação. Na sua génese, a UNITA além de reivindicar a responsabilidade de movimento de libertação ao lado da UPA-FNLA e do MPLA,

---

<sup>371</sup> Relato do Alferes Pires Guerra, PT/TT PIDE/DGS, AC Del. Luso, Processo de Informação 2197, Unidade de Instalação 6951, fls. n.ºs 341-342.

<sup>372</sup> Lawrence W. HENDERSON, *Angola: five centuries of conflict*, London, Cornell University Press, s/d, p. 108; D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 128.

<sup>373</sup> Cf. R. PÉLISSIER, *História das [...]*, p. 56.

revela-se um movimento dos Ovimbundu. Para além do seu avô, Jonas Savimbi inspira-se (em nome dos *ovimbundu*) de duas outras figuras. A primeira é o seu pai que, embora pastor, não deixou de ser descrito, pelas consequências de índole política (prisão) que sofreu no fim da sua vida, como personificação da «essência da luta dos Ovimbundu»<sup>374</sup>. A outra figura que inspira Jonas Savimbi, é Daniel Ekundi. Amigo de Loth, pai de Jonas Savimbi, é um dos primeiros *ovimbundu* que, em 1920, tinham sido autorizados a deixar o interior de Angola e a frequentar uma escola secundária em Luanda. O que lhe vale, nas palavras de Fred Bridgland, o epíteto de ser «um dos primeiros nacionalistas negros angolanos da era moderna»<sup>375</sup>. O activismo de Ekundi a favor dos *umbundu*, sobretudo pelas prisões por que passou em Luanda e na Baía dos Tigres, num período de dez anos, deixa marcas para os povos do planalto central de Angola, principalmente de Jonas Savimbi, visto ter sido «o primeiro negro da Angola Central a ser preso por crimes políticos»<sup>376</sup>. Ademais, na década de 1960, com o AMANGOLA, Jonas Savimbi e José João Liahuka naturais do Bié persuadem vários angolanos, principalmente, originários do Sul de Angola emigrados no Congo Brazzaville, no Congo Léopoldville e na Zâmbia para se juntarem à luta pela ocupação colonial portuguesa. Em nome dos angolanos do Sul de Angola, Ovimbundu, desapossados pela invasão portuguesa e a par dos progressos feitos pela UPA-FNLA, do Norte de Angola, Bakongo, e pelo MPLA, Mbundu, a UNITA veicula por via oral, imagética e propagandística uma solidariedade com tonalidade étnica cujo intuito é atrair o máximo de aderentes para a sua visão do nacionalismo em Angola.

Jonas Savimbi faz os seus estudos primários até ao segundo ano do liceu na escola da Missão Protestante do Lutamo, Dondi, em Silva Porto. Transita, posteriormente, para o Colégio Católico dos Irmãos Maristas de Silva Porto. Segue, para Sá da Bandeira, onde cursa o Liceu Nacional Diogo Cão.

Em 1958, no mês de Setembro, graças a uma bolsa de estudo da Missão Protestante, desloca-se para Lisboa para frequentar a Universidade,

---

<sup>374</sup> Fred BRIDGLAND, *Jonas Savimbi: uma chave para a África*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1988, p. 27.

<sup>375</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>376</sup> *Ibid.*, p. 32.

matriculando-se na Faculdade de Medicina. Após um ano e meio de estada em Lisboa, Savimbi foge para Genebra onde se matricula na Universidade de Friburgo.

A sua fuga de Lisboa deve-se à perseguição da PIDE, pois Savimbi envolve-se em actividades consideradas subversivas. No tempo da sua chegada, Lisboa é um cadinho político para os jovens provenientes das colónias. Apesar do rigor da censura e da vigilância policial, a difusão de novas perspectivas sociais pós-Segunda Guerra Mundial contagia o entusiasmo dos jovens estudantes provenientes das colónias. Jonas Savimbi chega a contactar Agostinho Neto e divulga panfletos na Faculdade, entusiasmado por encontrar compatriotas oriundos da colónia de Angola nas docas de Lisboa (CMA), ligados ao MUD Juvenil<sup>377</sup>.

Na verdade, a sua passagem por Lisboa serve para se inteirar das políticas do Estado Novo sobre a colónia de Angola e, sobretudo, para se corresponder com Agostinho Neto e as suas iniciativas políticas<sup>378</sup>.

José João Liahuka, com quem Jonas Savimbi partilha as suas actividades políticas clandestinas, antigo colega na Missão do Dondi, em Silva Porto, e futuro companheiro no GRAE, muito deseja que Jonas Savimbi tenha o seu foco nos estudos em medicina, formação que muitas famílias angolanas da época elegiam como preferida. Ter um médico formado na família era motivo de honra. Porém, Jonas Savimbi não vai a tempo de cumprir tais orientações. Sob o olhar da PIDE, depois de acusado de comunista, de se juntar aos jovens com intenções subversivas e de ser, inclusive, aliciado a colaborar com a Polícia, é detido na chegada (em trânsito por Portugal) de Kwame Nkrumah no aeroporto de Lisboa, em 1959<sup>379</sup>. Nesse mesmo ano, Savimbi é ajudado a fugir de Lisboa<sup>380</sup>.

Chegado a Genebra, Jonas Savimbi troca o curso de medicina pelo de política. De Friburgo muda-se para a Universidade de Lausanne. A sua mudança para a Suíça em 1960, ocorre no ano da sua filiação na UPA-FNLA, da qual um ano mais tarde é nomeado secretário-geral. As notícias sobre a situação de Angola e a sua

---

<sup>377</sup> Cf. *ibid.*, p. 41.

<sup>378</sup> Para um conhecimento exaustivo da biografia de Jonas Savimbi e as primeiras impressões mantidas com Agostinho Neto e o MPLA, veja *ibid.*, p. 39 e segs.

<sup>379</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>380</sup> *Ibid.*, pp. 47-48.

passagem pela metrópole motivam o interesse de Jonas Savimbi pela política. Associa-se, por isso, ao convívio dos grupos de nacionalistas angolanos.

Destarte, Jonas Savimbi, antes de se filiar na UPA-FNLA, contactara o MPLA, sem se convencer das suas políticas. Tinha sido inclusive aconselhado por Jomo Kenyatta e Tom Mboya, dirigentes e políticos quenianos, a aderir à UPA-FNLA em detrimento do MPLA, enquanto Onginga Odinga lhe indica o MPLA<sup>381</sup>.

Em nome da UPA-FNLA, Jonas Savimbi desenvolve um extraordinário trabalho diplomático. Enquanto Ministro do GRAE dinamiza no estrangeiro a UNEA, concorrente da UGEAN controlada pela CONCP, e os SARA, concorrente do CVAAR.

Contudo, também as políticas de Holden Roberto na presidência da UPA-FNLA não convencem Jonas Savimbi. Mais do que a sua feição separatista, Bakongo, de que Holden Roberto é acusado, Jonas Savimbi alega inoperância na condução da consciência independentista e a frágil estratégia para combater o colonialismo português. Expõe Savimbi:

[...] a minha presença nas fileiras da UPA haveria de traduzir-se na acumulação de sucessivas frustrações, as mais importantes das quais foram a ausência total de qualquer princípio democrático que permitisse o debate dos problemas, a falta de estruturas que garantisse a sequência das acções e, sobretudo, a falta de vontade por parte da classe dirigente de integrar o *maquis* e assim revigorar a luta directa contra o inimigo<sup>382</sup>.

As razões de ineficiência da UPA-FNLA, «carência de democracia» e empenho de luta no interior do território angolano, que Jonas Savimbi evoca, são, entre as suas intenções, argumentos para assegurar o seu protagonismo político. Não é provável, pelas circunstâncias políticas da época — sistema político do Estado Novo para com as províncias ultramarinas e o estado de conturbação anti-colonial — que se fale de democracia, muito menos no interior dos movimentos de libertação destacados em campanhas de guerrilha contra o regime colonial.

---

<sup>381</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>382</sup> Jonas Malheiro SAVIMBI, *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, 1979, p. 18.

Jonas Savimbi, conhecendo os dois principais movimentos, a UPA-FNLA e o MPLA, e, no ver dele, a sua fraqueza — intervenção a partir do exterior do território —, convence-se de que poderá ser o candidato eficiente para liderar o nacionalismo independentista angolano na altura.

A PIDE comenta que «dos entendimentos já realizados entre a UNITA com os dois movimentos, UPA-FNLA e MPLA, sobressai a linha de orientação política de Jonas Savimbi e técnica de propaganda, que é de longe diferente e talvez mais perigosa que as daqueles dois partidos»<sup>383</sup>.

Jonas Savimbi, servindo-se das suas antigas diligências a favor do GRAE e das instituições a ele afectas (SARA e UNEA), afasta-se da UPA-FNLA<sup>384</sup>. Perante a opinião africana e internacional, defende um novo compromisso nacionalista-independentista angolano contra os colonialistas portugueses revestido de um espírito de unidade entre os povos de Angola.

Funda a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Um movimento que, segundo as palavras do líder inspirador, é

A única organização nacionalista angolana cujos dirigentes máximos, na sua totalidade, fizeram a luta ao lado dos soldados, na mata. Não apenas para saldar um compromisso, mas também [...] porque era a única filosofia real e a forma de mobilizar para o combate comum as classes campesinas<sup>385</sup>.

A UNITA propõe-se estabelecer uma frente de libertação de Angola no interior da colónia. A sua filosofia política consiste em criar uma luta revolucionária de classes dando prioridade à educação das massas<sup>386</sup>.

---

<sup>383</sup> PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA, cx. 244, Processo de Informação n.º 80, fl. n.º 24.

<sup>384</sup> Jonas Savimbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, demite-se do cargo durante a conferência da OUA no Cairo, em 16 de Julho de 1964. A atitude de Savimbi é associada a uma série de factos, considerados de crise e inoperância do GRAE e do seu Presidente Holden Roberto. Criado pela UPA-FNLA em 5 de Abril de 1962, o GRAE (Governo da República de Angola no Exílio, mais tarde rebaptizado de Governo Revolucionário de Angola no Exílio) tenta mitigar o seu carácter Bakongo funcionando como uma arma diplomática para esmagar o MPLA e proporcionar um porta-voz válido nas relações com as autoridades congolosas de Léopoldville e, conseqüentemente, a dianteira no nacionalismo angolano no âmbito da OUA. Além do reconhecimento dos países recém-independentes do GRAE, os mais influentes braços-direitos de Holden Roberto nesse governo, não *baxikongo*, Jonas Savimbi, José João Liahuka (*ovimbundu*) e Alexandre Taty, chefe do armamento (cabinda), retiram-se. Os três criticam o pendor dirigista de Holden Roberto, sobretudo, a falta de unidade existente no movimento e a falta de apoios concretos às forças armadas dentro de Angola. Cf. D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, pp. 293-295.

<sup>385</sup> J. M. SAVIMBI, *op. cit.*, p. 19.

<sup>386</sup> PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA, cx. 244, Processo de Informação n.º. 80, fls. n.º. 28; 56.

## *Da constituição da UNITA*

A base da fundação da UNITA, idealizada em de Champaix, Suíça, em 1965, segundo as fontes oficiais do movimento, deve-se a Jonas Savimbi, natural do Bié e António da Costa Fernandes (Tony), de Cabinda<sup>387</sup>.

A demissão de Jonas Savimbi do GRAE e, conseqüentemente, da UPA-FNLA não lhe retira o prestígio que granjeia entre os jovens do movimento de Holden Roberto. Regressa à Suíça a fim de concluir a sua formação na Universidade de Lausanne sem, entretanto, deixar de pensar nas possibilidades da luta de libertação de Angola. Savimbi está convencido de que Holden Roberto, com a sua filiação presumidamente aristocrata, herdeiro do trono do antigo «reino» do Kongo, não estenderia a guerra de libertação a todo o território de Angola. Os Serviços de Informação Portugueses, através de Fernando Pio do Amaral Gourgel, quando da sua estada em Matadi, em 1964, pensam mesmo na hipótese da fundação duma nova UPA (União Progressista de Angola) por Jonas Savimbi e José João Liahuka. Segundo é dito, é intenção de ambos lançar a confusão nos meios internacionais<sup>388</sup>.

Na verdade, urge, no entender de Jonas Savimbi e de José João Liahuka, mobilizar angolanos para um novo projecto de libertação nacional. Na Suíça, muitos estudantes filiados na UNEA aderem ao desígnio. Enquanto Jonas Savimbi cogita sobre as possibilidades de ajuda para a formação militar dos quadros do movimento, António da Costa Fernandes (Tony), lendo o jornal italiano *Unità*, propõe que seja UNITA o nome do movimento. Esboça mesmo o figurino do estandarte do novo movimento<sup>389</sup>.

A par dessas averiguações acerca do forjar da UNITA, importa destacar o manifesto dos Amigos de Angola, AMANGOLA. É com o AMANGOLA que o projecto UNITA tem sustentação (desde o Congo Brazzaville passando depois pela Suíça, Zâmbia, China e Angola). É deste manifesto que, no gérmen do movimento de Jonas

---

Atenta-se que, por massas, entende-se os angolanos indígenas, desprovidos de direitos civis e políticos.

<sup>387</sup> J. M. SAVIMBI, *op. cit.*, p. 19.

Sobre a elite angolana constituinte do movimento UNITA, veja-se apêndice n.º 21, 21.4. e segs.

<sup>388</sup> PIDE/DGS SC, SR, Prc. Inf. 4471, 2885, Informação n.º 277-SC/CI(2), 1964, fl. n.º 68.

<sup>389</sup> Miguel Maria N'Zau PUNA, *Mal me querem*, Porto, Papiro Editora, 2011, p. 43.

Savimbi, se pode apreender a designação e, se se quiser, a etiqueta de movimento dos Ovimbundu (que na verdade pode ser considerado um exagero, pois a UNITA é constituída por uma elite plural, nas origens e formação académica dos seus integrantes, embora Jonas Savimbi se valesse na sua ascendência do heroísmo de seu avô na causa dos Bailundo, em 1902), tal como considerado por vários autores e estudiosos da história de Angola<sup>390</sup>. Documento subscrito por 24 indivíduos, lavrado em Brazzaville, em 11 de Dezembro de 1964, o AMANGOLA começa por condenar, em particular, as acções fratricidas cometidas por Holden Roberto e seus apaniguados contra os seus «irmãos», membros do movimento congénere do MPLA, no interior de Angola e no Congo Léopoldville, com aniquilamento físico e aprisionamento injustificado destes e de colaboração com as autoridades congoleesas<sup>391</sup>.

Os subscritores do AMANGOLA são originários do sul de Angola, do grupo étnico Ovimbundu, conhecidos como dissidentes da UPA-FNLA, ligados a José João Liahuka, médico, natural do Bié<sup>392</sup>. Os signatários do manifesto, José João Liahuka, Jonas Malheiro Savimbi, Alexandre Magno Pedro, Reverendo Marcolino Nyani, Thomas Fouka, Jacob Hossi Inácio, José Kalundungu, Júlio Baião Sachilombo, Miguel Casimiro, Samuel Chivala, Martina Kangombe, André Emílio, Salomão Lázaro, Mendonça Samose, Domingos Manuel, Maria Virgínia Liahuka, Ernesto Chitamgua, Pedro Massambo, Maria Florinda Pedro, Neves Kassoma, Zeferino Afonso, Estêvão Alfredo Samuel, Samuel Trinta e Manteigas Luís Chissoka, apelam, em 20 de Janeiro de 1965, para a acção imediata de todos angolanos na luta contra a ocupação colonial portuguesa e para a independência de Angola:

---

<sup>390</sup> Veja-se John Marcum, *The Angolan revolution [...]*; Christine MESSIANT, «Luanda, 1945-1961», [...]; R. PÉLISSIER, *La colonie [...]*; Paul C. BYAM, *New wine in a very old bottle [...]*.

<sup>391</sup> PT/TT SCCIA, Divulgação do manifesto AMANGOLA e a criação da UNITA, Processo de Informação 281, cx. 270, fls. n.ºs 13-26. Veja-se mais PT/TT PIDE/DGS, SC, SR, Processo de Informação 4471, cx. 2885, Declarações de José João Liahuka, ex-Director dos SARA, 1964, fl. n.º 55; carta de demissão de José João Liahuka (em conferência de imprensa, Brazzaville, 25 de Julho de 1964), fl. n.º 72.

<sup>392</sup> Nas fontes consultadas não é possível identificar a biografia precisa dos integrantes do AMANGOLA. Nos seus processos, na PIDE, consta apenas que são naturais do sul de Angola, com excepção de Alexandre Magno Pedro. Dissidente da UPA-FNLA, as autoridades portuguesas consideram-no por vezes ser originário de Nova Lisboa e, por outras, de Malange. PT/TT PIDE/DGS SC, SR, 128-65; PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, 2885, fl. n.º 47; PT/TT PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 2192/63 (Alexandre Magno Pedro), cx. 3306, 1963, fl. n.º 63; PT/TT PIDE/DGS Del A, Processo de Informação 11.24A/7 (AMANGOLA), cx. 1843, 1964, fl. n.º 1.

Junta-te ao número já grande dos Amigos do Manifesto Angolano, aos nossos princípios de luta. Envia-nos o teu nome e endereço para B. P. 2298 Brazzaville, República do Congo ou para CASE Postale 205 1000 Lausanne 17, Suisse. Se a publicação do teu nome implica riscos assinala-o para que o não façamos. A hora é grave, decide-te, não percas mais tempo. Para Angola, José João Liahuka, Jonas Malheiro Savimbi, Alexandre Magno Pedro, Reverendo Marcolino Nyani, Thomas Fouka, André Emílio<sup>393</sup>.

Com a chancela do AMANGOLA, os seus protagonistas conjugam esforços para a obtenção de bolsas de estudo e outros apoios. A Suíça e a China são os primeiros centros a que se recorre depois do acolhimento de Brazzaville. Convencendo muitos estudantes ex-UPA-FNLA e outros efectivos do movimento de Holden Roberto, a UNITA vai-se formando.

O primeiro corpo de quadros da UNITA, maioritariamente Ovimbundu, é constituído por Jonas Malheiro Savimbi, António da Costa Fernandes (Tony), José Samuel Chiwale, David J. José «Samwimbila», José Kalundungo, José Samuel Chivala, Jacob Hossi Inácio, Frank Mateus Bandua, Jeremias Kussia, Chiuka Biango, Moisés Massumba, Paulino Moisés, Manuel Sachilombo, Miguel Maria N'zau Puna<sup>394</sup>.

Sob comando de Jonas Savimbi, terminada a preparação militar, inicia-se a longa odisseia da UNITA na luta de libertação nacional de Angola. Do Lumai (Zâmbia), primeira base estratégica, a UNITA assenta arraiais em Muangai (no interior de

---

<sup>393</sup> PT/TT PIDE/DGS Del A, Processo de Informação 11.24A/7 (AMANGOLA), cx. 1843, 1964, fl. n.º 1.

<sup>394</sup> Nos registos do espólio António Soares Carneiro pode-se saber mais sobre a organização fundacional da UNITA, no depoimento de Jacob Hossi Inácio. Natural de Bié, Jacob Hossi Inácio estuda na escola da Missão Protestante Evangélica de Chillesso, em Andulo, onde termina o ensino primário elementar no ano lectivo de 1956. Em 1957, é enviado para outra escola da Missão Protestante do Dondi, do Conselho das Igrejas da América e do Canadá, filiado no Conselho Mundial das Igrejas, no Bié. Por falta de recursos dos pais, não pode dar seguimento aos estudos. Em 1961, obtém colocação nos Caminhos-de-Ferro de Benguela, como maquinista, tendo estado colocado sucessivamente no Lobito, Munhango, Camacupa, Bié, Cubal, Benguela, e Teixeira de Sousa em 1963. Nesse ano, ouvindo falar sobretudo da UPA-FNLA, segundo fontes da PIDE, é acompanhado por um empregado dos missionários protestantes aos escritórios da UPA-FNLA em Léopoldville. Ouvindo falar do afastamento de Savimbi, que não se entende com Holden Roberto, na Conferência dos Chefes de Estado da Unidade Africana, em Julho de 1964, abandona a UPA-FNLA. As conjugações de esforços de Jonas Savimbi, depois da sua demissão da UPA-FNLA, com José João Liahuka para o ingresso no MPLA e goradas as suas intenções, convencem Jacob Hossi Inácio a seguir para China em formação. Assim, em 27 de Fevereiro de 1965, adere à UNITA de Savimbi e segue para China instalando-se em Nanquim. Frequenta com os outros colegas incluindo Savimbi (José Samuel Chiwale, José Samwimbila, José Kalundungo, José Samuel Chivala, Mateus Bandua, Jeremias Kussia, Chiuka Biango, Moisés Massumba, Paulino Moisés e Manuel Sachilombo) o Curso da Academia Superior Político-Militar. PT/TT ASC, cx. 14, n.º 1, documento n.º 12, 1965. Veja-se apêndice n.º 21, 21.4.



Angola). Constitui-se organicamente e expande os seus quadros por toda a Angola para mobilizar o povo na resistência contra a ocupação colonial<sup>395</sup>.

Mais do que concorrente, a UNITA será considerada adversária pela UPA-FNLA e pelo MPLA, facto que, como veremos no capítulo seguinte, enfraquece o nacionalismo angolano. Na sua formação, esses movimentos concorrem entre si no sentido de cada um alcançar maior protagonismo no seio das populações angolanas. Com o desenrolar do tempo, seguidamente, tornam-se também adversários. Cada movimento cogita as suas próprias vias de apropriação do poder. O que leva, como referimos, a que, a par de combater o inimigo comum, se digladiem também entre si<sup>396</sup>.

Todavia, o empenho da UNITA, tal como objectivado por todas as elites, aqui em referência com as concorrentes da UPA-FNLA e do MPLA, é combater pela independência de Angola e contra o poder colonial. Jonas Savimbi, dentre os três líderes históricos, será o único, conforme é sabido, a viver no interior do território, junto do povo, desde 1968 até 1975. Esta atitude, segundo avança N'zau Puna, notabiliza a UNITA no nacionalismo angolano, como o movimento que depois da sua fundação em 1966 até à proclamação da independência «nunca teve bases no exterior [Angola]»<sup>397</sup>, além de se ter consolidado na Zâmbia entre 1966 e 1968.

---

<sup>395</sup> Vide apêndice n.º 21, 21.4: UNITA – Fundação, Comitês, Manifesto e Constituição.

<sup>396</sup> Coteje-se, a propósito, que a imprensa produzida por esses movimentos na época alardeia amiúde e a título propagandístico a unidade de todos angolanos, sem que, na verdade, promovam uma frente comum. São os exemplos de *A Voz da Nação Angolana*, órgão de informação da UPA-FNLA em Léopoldville, 1961; *Angola*, Boletim do Militante do MPLA, 1965; in PT/TT PIDE/DGS, Processo de Informação 1, pasta n.º 11, UPA, 1961; PT/TT ASC, cx. 14, n.º 1, documento n.º 16; Jean Martial Arsene MBAH, *As rivalidades políticas entre a FNLA e MPLA (1961-1975)*, Luanda, Mayamba, 2010, p. 60; 179 e segs.

<sup>397</sup> M. M. N. PUNA, *op. cit.*, p. 45.

## 2.4. Para uma prosopografia das elites da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA

Da composição étnica e linguística de Angola destacam-se três grandes grupos, no conjunto dos povos bantu, Bakongo, língua *kikongo* (1.083.321), Mbundu, língua *kimbundu* (1.083.321) e Ovimbundu, língua *umbundu* (1.443.742)<sup>398</sup>. Estes grupos, no conjunto de todos os povos, bantu (Lunda-Cokwe, Nganguela, Nhaneka-Humbe, Ambo, Xindonga, Herero) e não bantu (Hotentote-Bosquímano e Vátua), constituem a carta étnica da colónia de Angola.

Recorde-se que a evolução da afirmação portuguesa em Angola (a contar de 1500), do litoral à ocupação efectiva no início da década de 1900 incluindo a presença missionária, fez-se seguindo fundamentalmente três zonas (das antigas formações sociais do Kongo, de N'gola e do Bailundo): Norte, Centro e Sul. É com esta disposição zonal que se pode compreender a prefiguração do território de Angola hodierna.

No decurso do século xx Angola é, com efeito, território português. Portugal implanta a administração colonial e não abre mão desta possessão. A política colonial portuguesa em Angola é justificada a todos os títulos, quer pelo argumento do direito histórico quer pelo da ocupação efectiva e, também, pelo da vocação imperial. Desta política resultou a já referida retórica da teoria luso-tropicalista e do modo português de estar no mundo. Que, em consequência, diferentemente dos contextos da colonização francesa, belga e inglesa em África, faz vislumbrar a transmutação das sociedades locais nos princípios da assimilação (portuguesa).

Lembre-se ainda na decorrência dos ventos abolicionistas do tráfico transatlântico no segundo quartel de 1800, Luanda tornara-se o centro da colónia de Angola, retirando a influência dos portos do Norte (Kongo, N'goyo, Kakongo e Loango) e de Benguela (na zona Sul). As necessidades comerciais da época fomentam a imposição de novas perspectivas nas transacções económicas. Emergem, dentre os agentes comerciais, africanos conhecidos por comerciantes do mato — “sertanejos”, “pombeiros”, “aviados”, “feirantes” ou “funantes”, “ambaquistas”, “quimbares” — ou por “brancos negros” que, na evolução e

---

<sup>398</sup> José REDINHA, *Distribuição étnica da Província de Angola*, 3ª., Portugal, CITA, 1965, p. 9.

expansão comercial do século XIX, aceleram as tendências para a mudança social à custa das estruturas de poder mais antigas do território. É desta classe de comerciantes que novas elites, no seio das estruturas coloniais, por via da assimilação, de dissidência ou por privilégios económicos contra as antigas estruturas sociais, assumem o controlo das relações locais com a ordem colonial, miscigenando-se e dando novo rumo à sociedade angolana emergente<sup>399</sup>.

As antigas estruturas sociais dos povos de Angola perdem autoridade diante das elites económicas (locais) emergentes, à luz da política de assimilação<sup>400</sup>. Estas elites emergentes, no seio da ordem colonial, geram uma classe média formada de assimilados com prerrogativa de um punhado de mestiços. É esta nova categoria social (assimilados negros e mestiços), independentemente dos matizes socioculturais e económico-políticos, nos meios urbanos (Luanda e outros centros de Angola) que vai a partir dos finais da década de 1950 e sob a influência nacionalista das primeiras independências africanas desencadear com a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA a luta pela independência de Angola.

Recapitule-se que o sistema colonial português, considerado inadequado no pós Segunda Grande Guerra, deixava a maior parte dos nativos angolanos sem direitos civis e políticos. Segundo Carlos Gomes e Aniceto Afonso, «em 1960, apenas 0,82% dos negros angolanos (38 000) eram considerados assimilados, sendo 90% da população negra constituída por camponeses, o que deixa 10% de população urbanizada»<sup>401</sup>. Neste sentido, pode perceber-se que é no decorrer das convulsões, guerra colonial e de libertação, em 1961, que o regime colonial se propõe a abolir o estatuto do indigenato dos angolanos, que os tornaria cidadãos e, em 1962, o

---

<sup>399</sup> Veja-se Isabel Castro HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical - Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997, p. 116; Isabel Castro HENRIQUES, «Presenças angolanas nos documentos escritos portugueses», in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, Luanda, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 42, Beatrix HEINTZE, *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (1850-1890)*, Luanda, Nzila, 2004, p. 224; Jill R. DIAS, «Relações económicas e de poder no interior de Luanda ca. 1850-1875», *Reunião Internacional História de África: relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*, 1988, p. 14.

<sup>400</sup> Vide o tópico: As elites em Angola.

<sup>401</sup> Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Guerra colonial: Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa: Diário de Notícias, 1997, p. 63.

estatuto do trabalho forçado. Ainda assim, «a generalização do uso do bilhete de identidade para os nativos, só simbolicamente os dotava de cidadania»<sup>402</sup>.

Os angolanos autóctones continuaram, desta feita, reféns do sistema colonial *sui generis* português. Além dos assimilados outorgados de direitos civis, a maior parte das populações locais passava à margem das políticas sociais da administração colonial. Libertar o território do poder colonial é, neste sentido, a máxima que as elites (instruídas) dos movimentos políticos em nome das populações locais se propõem a concretizar.

Neste tópico em que pretendemos compreender o perfil das elites dos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA no conjunto dos povos de Angola, reiteramos (das perguntas iniciais deste trabalho) a existência em Angola de várias elites as quais advogam e assumem uma agenda política e social intuindo a independência do território. Estas elites, plurais, nas décadas a seguir ao ano de 1950 são dirigidas por três líderes, Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi que, por sua vez, representam as três etnias que maioritariamente compõem o território angolano.

Atentando nas origens das elites angolanas fadoras dos movimentos de libertação, Franz W. Heimer destaca a elite do MPLA<sup>403</sup>. Segundo este autor, só o MPLA, *a priori*, seria um movimento angolano nacionalista, pois estava constituído por uma elite (urbana) política e ideologicamente mais sólida. Na sua perspectiva, a UPA-FNLA e a UNITA fracassaram na medida em que as suas elites se retraíram na circunscrição das suas bases sociais: Bakongo e Ovimbundu<sup>404</sup>.

As considerações de Franz-W. Heimer, pertinentes, retratam grosso modo as bases sociológicas desses movimentos. Importa, pois, dentre as questões centrais deste estudo, relevar outras variáveis sócio históricas — origem geográfica e origem social, formação escolar, ocupação profissional, cargos políticos ocupados, orientação política e religiosa<sup>405</sup> — que nos permitem caracterizar “em linha” todas

---

<sup>402</sup> *Ibid.*

<sup>403</sup> Sore este propósito, da prerrogativa do MPLA no nacionalismo angolano, veja-se P. Chabal e outros autores. *Cfr.* Estado da questão.

<sup>404</sup> Franz-Wilhelm HEIMER, *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976: ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. pp. 35-39.

<sup>405</sup> Veja-se apêndice nº. 24. Quadro prosopográfico das elites da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA.

as elites concorrentes do nacionalismo angolano nos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA.

O nacionalismo independentista angolano não é a história do MPLA e o papel da UPA-FNLA e da UNITA não são redutíveis à desventura de movimentos regionalistas, dos Bakongo ou dos Ovimbundu, cujas acções desenvolvidas na luta de libertação lhes consigna o estatuto de movimentos nacionalistas étnicos.

Em razão do sistema colonial português, as elites angolanas afirmaram-se politicamente de modo tardio. Entre a luta pela libertação do território, objectivo comumente aceite por todas as forças angolanas, e a aposta dos movimentos na disputa pelo poder entre si (quem governaria o território de Angola), vários cenários de fractura são apontados no percurso nacionalista dos movimentos angolanos. Por um lado, os movimentos de libertação empreendem esforços, e, enquanto advogados da causa angolana, apropriam-se de todas as façanhas da luta de libertação. Acorrem, por essa razão, às bases sociais da sua formação, sobretudo à geografia da origem dos seus principais artífices no intuito de procurarem maiores apoios. Por outro, de modo particular, cada movimento combate o poder colonial e, de igual modo, rivaliza-se política, ideológica e militarmente contra os outros, arrogando-se como o único interlocutor da libertação do território. Nenhum movimento dá margem ao outro no sentido de poder conjugar esforços e meios para a luta anti-colonial. A intolerância política transcorre em todas as acções destes movimentos independentistas, o que deixa antever ao nascimento de um Estado angolano — pela concorrência de três olhares nacionalistas — revestido de elitismo e monolitismo político. Situação de disputa prolongada mesmo depois do alcance da independência do território, conforme referiu Raul Tati, o investigador da história de Angola depara, no seio destes movimentos, elevada “mistificação”: «os três movimentos apresentam várias versões historiográficas [...] onde se destacam proezas inexistentes e se calam ou se justificam factos comprometedores com insidiosos argumentos *pro domo*»<sup>406</sup>.

---

<sup>406</sup> Raul TATI, «Incidências da Guerra Fria na política externa de Angola (1975-1992)», Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2018, pp. 202-203.

Este investigador traz à colação neste íterim a limitação do investigador no acesso às fontes. Por um lado, o investigador ressentia-se da inacessibilidade aos arquivos dos movimentos angolanos. Por outro, enfrenta outro problema que tem a ver com a “ortodoxia” da história de Angola

As conturbações políticas, segundo reza a história, são sempre acompanhadas, seja por dentro seja por fora, por vários acontecimentos insólitos no seio dos seus protagonistas. No caso de Angola, o estado de guerra (de libertação e pelo poder entre a UPA-FNLA, MPLA e UNITA) é o factor que justifica todo o investimento (apoios, alianças, colaboracionismo, intrigas, etc.) desses movimentos da independência de Angola. Tem fundamento a atestação de Birmingham quando refere que «escrever uma história da FNLA, do MPLA e da UNITA representa um duro desafio»<sup>407</sup>.

Infere-se, pois, quanto à desunião das elites e dos movimentos independentistas angolanos, que «é preciso desmistificar toda a carga negativa que foi dada à etnia ou à tribo na história política recente não só de Angola como de tantos outros países africanos»<sup>408</sup>. Aliás, à procura de uma ideia ainda não consolidada de nação, era normal que as várias forças da contestação anti-colonial se mobilizassem segundo uma base grupal restrita. Daí que se compreende a mobilização dos movimentos nacionalistas angolanos estimulados por estes três ícones, Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, que representando as etnias Bakongo, Mbundu e Ovimbundu, não estagnaram a causa da luta pela independência nos limites étnicos. Afora as “interferências” da política bipolar marcada pela disputa de interesses geoestratégicos e económicos entre o bloco soviético e o americano (carregado de paternalismo político, na medida em que «o país [Angola] era um terreno no qual as superpotências, URSS e EUA, se faziam representadas pelos seus “estados satélites”» [Cuba, Zaire e África do Sul]<sup>409</sup>) por um lado, e da luta pelo poder entre a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA, por outro, estes movimentos, politicamente incipientes à época, não deixaram de idealizar a libertação de Angola

---

unidireccionalmente veiculada e “autorizada” como oficial pelo MPLA, movimento que governa o Estado angolano. Compara, por isso, a recepção da recente obra em dois volumes de Carlos Pacheco e a história do MPLA preparada pelo Centro de Documentação e Investigação do Comité Central do MPLA (CDIH). A obra de Carlos Pacheco «aparece para os apoletas partidários do MPLA como uma “heresia” que fere todo o “catecismo” e respectivos devocionismos engendrados em torno da figura de Agostinho Neto e da idolatria da pátria, por destapar o véu sem cerimónias ao percurso histórico desse movimento e da sua mais alta direcção; [e] a obra foi “anatemizada” antes mesmo da sua leitura e análise tranquila e cuidadosa». *Vide* Raul TATI, *op. cit.*, p. 204.

<sup>407</sup> David BIRMINGHAM, *Breve história da Angola moderna (séc. XIX-XXI)*, Lisboa, Guerra e Paz, 2017, p. 122.

<sup>408</sup> Raul TATI, *op. cit.*, p. 207.

<sup>409</sup> Francisco Sandro da S. VIEIRA, «Origens do nacionalismo angolano, movimentos independentistas e disputa por hegemonia», *Capoeira*, 4-1, 2018, p. 103.

pautando pelo nacionalismo, por imitação da afirmação deste noutros contextos, territorial.

É possível apreender (veja-se apêndice nº. 24), e conforme os vários estudiosos da história de Angola o atestaram, a génese geográfica, sociológica, étnico-cultural e política dos três movimentos e projectos nacionalistas angolanos — a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA. Por conseguinte, passamos a percorrer em resenha os aspectos da origem e evolução destes movimentos analisando, em particular, a incidência política dos seus projectos nacionalistas.

Entrementes às décadas de 1950 e 1970<sup>410</sup>, a maior parte da elite da UPA-FNLA é Bakongo (98%), do Norte de Angola, assimilada ou não, falantes da língua *kikongo* e suas variantes<sup>411</sup>; professam o cristianismo protestante — Sociedade Missionária Baptista.

Porém, esse movimento, de base social, geográfica, étnica e cultural Bakongo, no decorrer da sua afirmação não parece ter se apartado de princípios “ecuménicos”. Evoluído de UPNA, integrou católicos e, na procura de meios para a causa da libertação de Angola, socorreu-se de individualidades pertencentes ao vasto território colonial. Facto que lhe conferia (por um tempo) o reconhecimento de movimento não tribal e principal representante da causa angolana na OUA e na ONU, tendo inclusive constituído o GRAE. Com a demarcação dos militantes cabindas, por exemplo, originários da zona mais ao Norte do território colonial, do movimento de Holden Roberto — Alexandre Taty, Francisco Lubota, Miguel N’zau Puna, José N’dele, António da Costa Fernandes e outros, por conceberem uma via nacionalista diferente dos movimentos angolanos e que visava a libertação do Enclave de Cabinda, tendo ainda assim os três últimos integrados na UNITA —, incorporaram-se na UPA-FNLA angolanos originários desde S. Salvador do Kongo ao Cunene<sup>412</sup>. Porém, este movimento não deixaria de ser acusada de práticas sectaristas e de comportamentos regionalistas no seio da sua

---

<sup>410</sup> Veja-se apêndices nºs. 23 e 24.

<sup>411</sup> Exceptuam-se, cerca de 2%, Rosário André da Conceição Neto, natural de Malange (Mbundu, da língua *kimbundu*, vice-presidente do movimento e Aníbal da Silva Melo, natural de Camaxilo/Lunda (Lunda-Cockwe, da língua *cockwe*), director político, em 1961. Veja-se apêndice nº. 21. 21.1.

<sup>412</sup> Veja-se apêndice nº. 21, 21.2. Membros do Governo de Transição da UPA-FNLA; apêndice nº. 24.

cúpula. Lembrem-se, neste sentido, as desvinculações de vários integrantes, estudantes, militantes e membros da cúpula entre eles Jonas Savimbi, José João Liahuka, Alexandre Taty (Ovimbundu e Cabinda).

No concernente à formação, os países africanos recém-independentes, os EUA e a Europa ocidental são o palco em que a maior parte dos integrantes da UPA-FNLA se projectam academicamente. Diferentemente do MPLA, o escol da UPA-FNLA não optou pelo leste europeu nem passou pela CEI. Todavia, salienta-se que fez parte da UPA-FNLA Pedro Francisco de Almeida Sobrinho, natural de Camabatela, Kwanza Norte e da zona Mbundu, estudante filiado da CEI no curso de agronomia, no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa<sup>413</sup>; mesmo que, segundo N'zau Puna (Bakongo, de Cabinda), Holden Roberto desacreditasse na altura os angolanos educados pelos portugueses «ainda que sejam doutores»<sup>414</sup>, diferentemente dos emigrados no Congo Léopoldville. Subordinada sobretudo dos EUA, na década de 1960, a UPA-FNLA projecta a sua linha ideológica (sem declinar apoios de outros contextos) nas democracias do bloco ocidental e intui uma Angola republicana popular e democrática. Para além de movimento Bakongo, dependente das políticas da recém-independente colónia do Congo ex-belga (e aqui particulariza-se a dependência de Holden Roberto às políticas do presidente Mobutu), a UPA-FNLA teve oportunidades para a sua elite poder projectar em Angola um nacionalismo que se imaginasse global, ou seja, na perspectiva de Anthony Smith, que intuisse a construção da nação no território<sup>415</sup>.

Cre-se, portanto, que o pioneirismo da UPA-FNLA na causa da libertação de Angola tornou-a num movimento anti-colonialista de facto. Inspirando-se na experiência doutros territórios africanos, projecta a independência como fim último da luta contra o poder colonial<sup>416</sup>. Embora segundo Heimer, o movimento de Holden Roberto não tenha definido uma ideologia precisa e apesar de desenvolver bastantes contactos com a “África progressista” nos anos de 1960, a UPA-FNLA é caracterizável como pertencente à categoria dos movimentos “nacionalistas

---

<sup>413</sup> PT/TT PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, SC, NT 9171, vol. I.

<sup>414</sup> Miguel Maria N'Zau PUNA, *Mal me querem*, Lisboa, Guerra e Paz, 2019, p. 50.

<sup>415</sup> A. D. SMITH, *Nacionalismo: [...]*, p. 20.

<sup>416</sup> Atente-se às ligações de Holden Roberto com políticos de craveira como Kwame Nkrumah embebido da doutrinas panafricanistas e Franz Fanon.



não-revolucionários”. Para este autor, a UPA-FNLA, politicamente, foi pouco proficiente, limitou as suas aspirações e interesses para uma pequena burguesia cujo *status* social dependeria das relações que estabeleceria com a sociedade central angolana, ou mesmo zaireense<sup>417</sup>.

Procedendo ainda que de modo sintético ao quadro do perfil da elite da UPA-FNLA, sublinha-se que a elite deste movimento é exilada e, profissionalmente, exerce actividade laboral nos meandros da sociedade do Congo Léopoldville. Alinhados, originariamente, com os membros da ABAKO na qual descende o primeiro presidente da República Democrática do Congo, Joseph Kasavubu, a UPA-FNLA teve apoio dos aristocratas e empresários *bazombo*, do Norte de Angola e do Congo Léopoldville. É no território congolês que a elite da UPA-FNLA, em relação a outros grupos emigrados e culturalmente próximos (Bakongo do Norte de Angola e do Congo Léopoldville) e com angolanos doutras partes do território colonial, se afigura como representante e como líder da libertação de Angola. Lembra-se que, dentre todos os movimentos angolanos emigrados no Congo Léopoldville, a UPA-FNLA é o movimento que se suplantou e que maiores auxílios teve e concedeu aos angolanos. Criticando o regime de trabalho português imposto em Angola, aforismo da sua subscrição e, também, do MPLA na II Conferência dos Povos Africanos, em Túnis, no ano de 1960, a UPA-FNLA desenvolveu, a favor das comunidades angolanas em Léopoldville, importante actividade sindical e outras de carácter beneficente (serviços médicos, instrução das primeiras letras, concessão de bolsas de estudo)<sup>418</sup>.

Nesta linha de ideias, acresce-se, a par dos estatutos da UPA de 1960 e a criação da FNLA, em 1962, o vislumbre dos princípios políticos do movimento de Holden Roberto. Consociado com o PDA, antiga ALIAZO, a nova frente aponta como prioridades a luta contra o poder colonial consubstanciada nas resoluções da ONU, visando a autodeterminação de Angola. Destarte, imitando o vocabulário político da época, o combate ao colonialismo da UPA-FNLA é politicamente concebido nestes moldes<sup>419</sup>:

---

<sup>417</sup> Cfr. Franz-Wilhelm HEIMER, *op. cit.*, p. 36.

<sup>418</sup> Vide apêndices nºs. 1 e 22.

<sup>419</sup> Lembra-se, segundo as conturbações políticas da época, que a UPA-FNLA, apostada em combater o poder colonial, tinha maior interesse em mostrar-se como o principal movimento da

1. Agrupar, numa Frente Nacional de Libertação de Angola todas as Organizações, validamente representativas do povo angolano. 2. Orientar a luta pela independência nacional de Angola, baseada na colaboração fraterna, entre todas as etnias de Angola, e dentro dos moldes das regras democráticas e do respeito à integridade territorial do país. 3. Estabelecer, numa Angola independente, um regime democrático que respeite as cláusulas da Declaração Universal dos Direitos do Homem e aplique a lei da reforma agrária, baseada no princípio da distribuição da terra pelos que a trabalham, na planificação económica e na industrialização do país, que contribua para a extinção total do regime colonial, sob todas as suas formas, do continente africano, para que a Unidade Africana seja uma realidade e uma força premente. 4. Adoptar a política de não alinhamento e de não compromisso, como princípio base da política externa do governo, reafirmando o desejo de este colaborar, lealmente, com todos os países que estejam prontos a respeitar a sua soberania e se inspirem nos princípios da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes ou pequenas, de igual modo interessadas na manutenção da paz no Mundo<sup>420</sup>.

O MPLA tem a sorte de a sua elite emergir e afirmar-se no seio das estruturas coloniais. Maioritariamente assimilados de Luanda e do corredor do rio Kwanza, a elite do MPLA é também da etnia e cultura Mbundu, falantes do *kimbundu* (Luanda, Bengo, Kwanza-Norte e Malange). Da constituição do MPLA, em 1962, exceptuando Matias Miguéis, natural de Novo Redondo, Kwanza Sul; Georges Mantoya de Freitas, natural de São Salvador do Kongo e Hugo de Menezes, nascido em São Tomé e Príncipe, todos os membros são Mbundu<sup>421</sup>.

Para além dos assimilados (negros), os mestiços e os brancos de Luanda e não só, habitantes no território colonial aderiram ao MPLA. Não admira que, por tal facto, o movimento de Agostinho Neto tenha uma *intelligentsia* heterogénea alinhada com os descendentes dos fautores dos diferentes movimentos e associações que gravitavam em Luanda (vg., Liga Africana, Liga Nacional Africana, Centro Africano, Grémio Africano, ANANGOLA, MIA, MILNA, MINA), segundo

---

causa angolana do que em apresentar uma agenda política na qual idealizava a construção do Estado e da nação angolana. Neste sentido, rivalizar-se contra o MPLA e a UNITA era outro investimento deste movimento, pois a conquista do poder afigurava-se como o *leitmotiv* que todos os movimentos tinham como eleição.

<sup>420</sup> PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 353/62-GU, criação da FNLA, 1962, fl. 164. Vide apêndice n.º 9.

<sup>421</sup> Veja-se apêndice n.º. 21.3, 21.3.1.

destacou Mabeko Tali, com a integração de alguns brancos “progressistas”, filhos de colonos<sup>422</sup>.

Os adeptos do MPLA desenvolvem a actividade profissional, quer como independentes quer como súbditos no aparelho burocrático, maioritariamente no interior da colónia<sup>423</sup>; mas também a desenvolvem no estrangeiro<sup>424</sup>. É neste sentido que, enquadrando no seio do movimento os oposicionistas brancos do regime do Estado Novo (na colónia de Angola), como a pequena burguesia africana e mestiça, os quadros com formação marxista (nas academias da metrópole), católicos, protestantes e todos os movimentos contestatários do poder colonial que gravitavam em Luanda, o MPLA terá maior visibilidade política nos círculos da colónia e da metrópole (mais do que o seu reconhecimento como movimento urbano) do que a UPA-FNLA e a UNITA.

Sublinhe-se ainda, na composição dos integrantes do MPLA, a representatividade de intelectuais marxistas. Tal como se pode verificar (apêndice n.º 21) grande parte dos quadros do MPLA formou-se no leste europeu. De tal sorte que, e diante dos apoios que recebe desses países do leste europeu e dos países africanos progressistas, o movimento se solidifica ideologicamente com o modelo socialista. Logo, erguer uma república democrática e popular de Angola é a sina que o MPLA destaca no seu projecto nacionalista<sup>425</sup>. Atenta-se, em 26 de Maio de 1976, seis meses a seguir à proclamação da independência de Angola pelo MPLA, à assinatura (depois da declaração sobre as bases das relações de cooperação com a URSS e assessoria cubana) do Tratado de Amizade e Cooperação entre a URSS e a República Popular de Angola por um período de 20 anos de compromisso<sup>426</sup>. Intuição que deriva do esbatimento das principais figuras do movimento, na longa afirmação contestatária contra o poder colonial, com o Partido Comunista e com as políticas esquerdistas — Viriato da Cruz (PC em Angola), Agostinho Neto (PCP e

---

<sup>422</sup> Jean-Michel Mabeko TALI, *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Editorial Nzila, 2001, vol. I: 1962-1974, p. 51.

<sup>423</sup> Descendentes dos antigos assimilados, Douglas Wheeler inclui no grupo desses profissionais «os burocratas sofisticados», os «negros livres do interior que cultivam café no vale do Kwanza e que transportavam o cobre extraído em bruto das minas de Bembe para Ambriz; os carpinteiros de Cabinda e os estivadores dos molhes de Luanda; os ambaquistas ou africanos civilizados da região de Ambaca [...]». D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 148.

<sup>424</sup> Cf. Apêndices n.ºs 21.3.1; 21.3.2; 27.

<sup>425</sup> Ver apêndice n.º 24; apêndices n.ºs. 21.3.4. e 21.3.5.

<sup>426</sup> Cf. K. URALOV, *A justa causa de Angola*, Moscovo, Edições da Agência Nóvosti, 1976, pp. 32-37.

MUD Juvenil, em Portugal), Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara e outros (PC em França).

Aqui reside, segundo as fontes, a asserção da sorte do MPLA em relação à concorrência da UPA-FNLA e UNITA acerca da visão de Angola que inspirou cada um destes movimentos. Nos programas mínimo e máximo do MPLA de 1962 pode ver-se, das ligações à URSS, Cuba, Esquerda portuguesa e outros apoios, o tipo de Estado que idealizaria para Angola. Abandona o possível modelo político-administrativo de Estado centralizado preconizado através de autonomias regionais (programa máximo) e pugna, através da solidariedade com outros povos colonizados (colónias portuguesas): MAC, FRAIN, CONCP, por uma visão de Angola unitária, acolhendo indivíduos dos mais distintos extractos sociais e étnicos de Angola (programa mínimo)<sup>427</sup>.

Já a UNITA, projectada por Jonas Savimbi, compreende uma elite que derivou da UPA-FNLA. Congregando estudantes ex-bolseiros e outros dissidentes do movimento de Holden Roberto, desde cabindas, lunda-cockwe, nganguela, os Ovimbundu preenchem a maior parte do conjunto de nacionalistas angolanos da UNITA. Filiados da União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), instituição satélite da UPA-FNLA na Suíça, os adeptos da UNITA têm o privilégio de se formarem academicamente na Europa ocidental e nos EUA.

Originários em maioria do Sul de Angola (Planalto Central), o conjunto do movimento de Jonas Savimbi são professantes do protestantismo, do Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras, Congregacionistas, que se instalou no Bailundo desde 1880 e outras confissões congéneres aos quais recebem instrução das primeiras letras e outros apoios da pastoral protestante; mas o movimento também se compôs de católicos<sup>428</sup>.

Considerando os primeiros apoios militares favorecidos pela China depois de se constituir, em 1965, a UNITA procura legitimar-se como um movimento de guerrilha (no interior de Angola)<sup>429</sup>. Defende os camponeses aos quais elege como a classe

---

<sup>427</sup> PT/TT SCCIA, Estatutos e Programa do MPLA, Processo de Informação n.º 29, U.L., cx. 235; veja-se apêndice n.º 8; Raul TATI, *op. cit.*, p. 213.

<sup>428</sup> Sobre a origem da UNITA, veja-se o manifesto AMANGOLA (tópico: da constituição da UNITA); apêndice n.º 21.4.1; apêndice n.º 21.4.2.

<sup>429</sup> Veja-se o primeiro corpo de quadros da UNITA formada na China, apêndice n.º 21, 21.4.

mais vulnerável do sistema colonial português (em Angola) e, portanto, a razão da sua revolução<sup>430</sup>. Com este princípio, a UNITA ocorre em Angola adentro e convoca — para o seu projecto político de libertação — todos os angolanos. Engrandecem este movimento, ao lado dos Ovimbundu que ostentam maior percentagem, os Bakongo, os Mbundu e, também, os Lunda-Cokwe, do leste de Angola. Segundo o testemunho de José Chiwale, membro fundador da UNITA, foi através da UPA-FNLA (movimento Bakongo) e sua influência (no Sul de Angola) que a consciência da independência efectiva de Angola, nos primórdios da década de 1960, teve fundamentação concreta. Segundo esse nacionalista, as circunstâncias da época em que se podia ser preso por tudo e por nada pelas autoridades coloniais, «havia pouco por escolher: a UPA era a organização que se apresentava como uma grande mulemba capaz de acolher, na sua sombra, todos os angolanos que quisessem contribuir para a libertação de Angola»<sup>431</sup>.

Para além do já referido dinamismo “ecuménico” do cónego Manuel das Neves em torno de todos os movimentos angolanos em Luanda, a UPA-FNLA afirmou-se não só na capital da colónia, como também fora do seu próprio resguardo, no Norte de Angola. Foi a partir do Bailundo que, por exemplo, Samuel Chiwale interiorizou a consciência da libertação colonial de Angola, aderindo à UPA-FNLA, em 1961, depois de uma difícil travessia desértica em que o grande obstáculo — do Bailundo (Angola) para Léopoldville (ex-Zaire) bastião da UPA-FNLA — eram as autoridades coloniais<sup>432</sup>.

Inspirando-se na UPA-FNLA, a UNITA integrou entre cabindas (Norte) e cunenenses (Sul)<sup>433</sup>. E, no decorrer da luta de libertação a actuação da UNITA desmistifica, pela integração de não Ovimbundu e contra todos os ataques e concorrências da UPA-FNLA e do MPLA, a acusação de ser um movimento tribalista e étnico. Samuel Chiwale descreve:

---

<sup>430</sup> Esta pode ter sido a razão de a UNITA ser considerada movimento de jovens Ovimbundu, protestantes congregacionistas, segundo Paul C. BYAM; movimento de orientação rural, segundo John MARCUM; e conforme Patrick CHABAL, movimento cuja orientação nacionalista é tradicionalista; a sua preocupação incidia nas estruturas sociopolíticas da ordem africana, local e rural.

<sup>431</sup> Samuel CHIWALE, *Cruzei-me com a História*, 2ª., Portugal, Sextante, 2011, p. 44.

<sup>432</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>433</sup> O primeiro ministro do colégio presidencial constituído no Alvor, em 1975, da parte da UNITA é natural de Cabinda; o Ministro do Trabalho, do Bengo, e o Secretário de Estado do Ministério do Interior, de Cunene. Veja-se apêndice nº. 21.4.5.

[...] os nossos inimigos e detractores desconheciam que a estratégia política da UNITA se baseava no reconhecimento do mosaico étnico-linguístico do país [...]; a etnia é, para nós, a base de onde provém uma sociedade. No entanto, reconhecer e valorizar as etnias não pode, de forma alguma, ser confundido com tribalismo ou etnocentrismo. Muito longe disso: reconhecer as etnias é valorizar os usos, hábitos e costumes de cada grupo étnico, de modo a que cada um se possa rever no projecto de sociedade que se perspectivou desde Muangai<sup>434</sup>.

A aferição de Samuel Chiawle, sobre a inclusão de todas etnias de Angola no projecto político da UNITA (além de projectar a ideia da nação angolana), pode, ademais, ser visto no sucesso deste movimento, contrariamente dos insucessos da UPA-FNLA e do MPLA no leste Angola. Tal como estes dois últimos movimentos afirmaram-se, um no Kinkuso, na fronteira norte entre Angola e o Congo Léopoldville (onde a UPA-FNLA estabelece a base do ELNA, Exército de Libertação Nacional de Angola) e outro em Dolisie, fronteira norte entre Cabinda e o Congo Brazzaville (onde o MPLA sustém a sua reorganização militar)<sup>435</sup>. Enquanto a UNITA afirmava a sua luta contra as forças portuguesas no leste, os outros movimentos viam-se esbarradas pelas forças colonias. Cenário causado pelo conflito armado na época, e quiçá por intermédio do colaboracionismo entre a UNITA e as forças portuguesas no leste (Operação Madeira), Samuel Chiwale testifica a propósito que,

O nosso trabalho clandestino cingia-se apenas à mobilização das massas com estadias periódicas na Zâmbia, sempre com o conluio dos povos do Leste: cockwe, lunda, luchaze, luvale, yauma e bunda. Este povo era o guardião da nossa revolução e nada poderia ser feito, com sucesso, sem a sua participação<sup>436</sup>.

Na mesma senda de Samuel Chiwale, Miguel N'zau Puna destaca as actividades da UNITA no leste de Angola a partir do dinamismo do seu líder, Jonas Savimbi.

Atesta N'zau Puna que,

durante a nossa vivência nas matas do Leste, Jonas Savimbi continuou a ser um grande condutor de massas, com uma capacidade de trabalho fora de série, na mobilização do povo e dos soldados e de fazer trabalhar a sua equipa. No Leste, em toda a parte por onde passei, o nome da UNITA e de Savimbi estavam bem vincados [...]; até à constituição do Governo de Transição resultante dos Acordos

---

<sup>434</sup> Samuel CHIWALE, *op. cit.*, p. 173.

<sup>435</sup> Vide PEPETELA, *Mayombe*, 5ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1993.

<sup>436</sup> Samuel CHIWALE, *op. cit.*, p. 94.

de Alvor, em 1975, Savimbi foi sempre muito amigo da sua tropa, do povo e dos seus colegas da Direcção<sup>437</sup>.

A UNITA embora atrasada (fundada em 1965) em relação à UPA-FNLA (1957) e o MPLA (1960) na afirmação nacionalista, não só se constituiu como a terceira força política no processo da libertação de Angola como se arrojou de uma elite plural. Esta elite, aderindo ao projecto de Jonas Savimbi e por influência deste, defende no seu plano político princípios ideológicos em que mescla o maoísmo (a esquerda chinesa), o socialismo (governo africano), o republicanismo (democracia ocidental)<sup>438</sup>.

Ora, no perfil das elites dos movimentos de libertação (UPA-FNLA, MPLA e UNITA) a variável regionalista é bastante sonante. Holden Roberto (Norte/S. Salvador do Kongo), Agostinho Neto (Centro/Norte: Bengo) e Jonas Savimbi (Sul/Bié) são figuras que marcam a libertação colonial de Angola. Descendentes das etnias Bakongo, Mbundu e Ovimbundu, representam a longa marcha da resistência autóctone à ocupação dos povos (Kongo, N'gola, N'dongo, Matamba, Kassanje, Lunda, Cockwe, Bailundo, Kuanhama) que hoje enformam o território de Angola. Dada a representatividade territorial que os Bakongo, os Mbundu e os Ovimbundu ostentam, visualiza-se a filiação, por intermédio das lideranças de Holden, de Neto e de Savimbi, da composição dos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA (a constituição das forças vivas que consciencializam os povos de Angola) à independência. Realidade que nos dias que correm, embora Angola independente se robusteça na edificação do Estado e da nação, a sociedade angolana ainda se ressentida do fracasso do sonho da independência tal como propalado pelos protagonistas da luta de libertação. Alcançada a independência, os vencedores “apropriaram-se” de tudo e os perdedores “ficaram à divina”. Nesta óptica, em Angola, ainda se notam resquícios das etnicidades no quotidiano social protocolados por influência das elites da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA, sobretudo no que se refere à conquista e distribuição do poder. Os grupos dos movimentos da UPA-FNLA e UNITA que — como os do MPLA — também combateram para a libertação de Angola, sentem-se marginalizados.

---

<sup>437</sup> M. M. N. PUNA, *Mal me querem*, op. cit, pp. 57-58.

<sup>438</sup> Vide Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Guerra colonial: Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa: Diário de Notícias, 1997, p. 66.

Secundarizados (enquanto movimentos perdedores) das posições cimeiras de decisão da vida política angolana, acusam o movimento/partido no poder como sendo pouco proactivo no projecto da construção da nação angolana assim como no robustecimento do Estado.

Contudo, conquanto a variável étnico-regionalista indique mais (num olhar sinóptico) a UPA-FNLA e a UNITA como sendo movimentos dos Bakongo e dos Ovimbundu (perdedores no que toca à luta pelo poder), não inibe que estes não sejam movimentos independentistas angolanos. O mesmo poderia se referir ao MPLA, movimento dos Mbundu, além de ser assaz heterogéneo (caso não conquistasse o poder).

Os três movimentos, UPA-FNLA, MPLA e UNITA concebidos no exílio — Léopoldville, Tunes, Champaix —, têm presença de indivíduos (angolanos, assimilados, negros, brancos, mestiços) que descendem desde o Norte, Centro e Sul de Angola, de credo religioso católico, protestante e outras crenças.

À época das primeiras independências africanas, o sistema político do Estado Novo para com as províncias ultramarinas, particularmente em Angola, não deu hipóteses para que os movimentos angolanos tivessem uma organização política, ideológica e militar vigorosa. Lembre-se das especificidades do ensino e do sistema português em Angola, já referido. Entretanto, nos objectivos desses movimentos, urgia combater a ocupação colonial de Angola tutelada pelo regime político e ditatorial de Salazar. Se por um lado o Estado Novo não se abdicava de Angola e tudo fazia para desviar e desgastar a intenção de um projecto de sociedade entre os autóctones; por outro, os movimentos de libertação, desunidos na luta contra o inimigo comum (sem um projecto político previamente concebido), celebram alianças e recebem apoios no quadrante das políticas da Guerra Fria.

Portanto, o estado da luta anti e colonial não coíbe que os movimentos angolanos (ora reconhecidos internacionalmente) resistissem à ocupação colonial portuguesa com a expressão das várias experiências de nacionalismo. A independência de Angola é o fim último por que justificaram a luta contra Portugal. Neste sentido, é por Angola que todos os integrantes dos movimentos de libertação quer sejam de



origem Bakongo, Mbundu ou Ovimbundu, se mobilizaram e, com mais evidência entre si em 1975, se rodearam de um vasto número de intelectuais que negociaram a independência do território, além da disputa pelo poder, do movimento e elite que governaria. Nesta óptica, é importante referir, no contexto das dinâmicas da luta de libertação, o peso das responsabilidades dos movimentos nacionalistas e dos seus respectivos projectos políticos para Angola. Vários factores concorreram na afirmação política da UPA-FNLA, MPLA, UNITA: etnicidades, ideologias, apoios externos, interferências estrangeiras. Estas variáveis não foram casuais nem exclusivas; acompanharam a história dos três movimentos de libertação angolanos sobretudo no que se refere às suas opções nacionalistas. Segundo referiu David Birmingham,

O estudo das facções na luta de libertação de Angola é um estudo de ciclos [...], a determinada altura, realçavam a ideologia, noutra altura a etnicidade, noutra o patrocínio estrangeiro, noutras a educação e a cultura. As capacidades, ambições e fraquezas de militantes, políticos, diplomatas e empreendedores individuais desempenhavam sempre um papel<sup>439</sup>.

Qualquer movimento, UPA-FNLA, MPLA, UNITA, no processo da transição da independência, estaria preparado para governar o novo Estado de Angola. Os três representantes e projectos nacionalistas de angolanos apresentaram uma geração de intelectuais que, pela dedicação na luta e pela imaginação da libertação de Angola que intuíram, infirmam a fragmentação do nacionalismo em Angola reduzido *tout court* na disputa entre os Bakongo, os Mbundu e os Ovimbundu<sup>440</sup>. O que não significa, pela luta do poder, a fragmentação não existisse entre os três movimentos, além de constituídos por uma elite (plural) de angolanos originários dos vários povos do território. Na implementação do novo Estado de Angola decerto que haveria, no seio dos vários membros das elites da UPA-FNLA, MPLA e UNITA, conveniências e concertações de convivência que, de certo modo, dariam forma a uma nova “mitologia” política e uma nova ordem simbólica que legitimasse os seus regimes e promovesse a coexistência pacífica<sup>441</sup>. Afinal, os líderes dos três movimentos angolanos não agiram como meros instrumentos de forças externas. Estavam cientes dos seus projectos nacionalistas para Angola.

---

<sup>439</sup> David BIRMINGHAM, *op. cit.*, p. 124.

<sup>440</sup> Atente-se aos apêndices n.º 27; apêndice n.º 24.

<sup>441</sup> Cf. A. SMITH, *op. cit.*, p. 60.

### 3. O dealbar do nacionalismo em Angola

#### 3.1. Fundamentos do nacionalismo

##### **Conceito**

O nacionalismo constitui um tema vastíssimo de considerações em matérias de teoria social. De acordo com certas linhas de abordagem, é definido como a preferência, por vezes exclusiva, por tudo o que é da nação e a ela diz respeito, ou seja, o sentimento que consiste na exaltação do que é nacional<sup>442</sup>. O nacionalismo é compreendido como o desenvolvimento, no dia-a-dia, de uma determinada nação ou de um determinado país<sup>443</sup>.

O vocábulo nacionalismo aparece no século XVIII, mas só um século depois, já no século XIX, é que se divulga bastante. Ao lado dos usos que se lhe atribuem (indistintamente), evocando problemas dos foros social e político das comunidades humanas, a sua ideia é moderna. Isto é, o seu enquadramento conceptual tem fundamento na época inaugural da modernidade, considerada a era das revoluções segundo a opinião de vários estudiosos<sup>444</sup>. Nesse sentido, o nacionalismo é considerado uma doutrina filosófico-política e sociocultural. Implica uma

---

<sup>442</sup> Para uma compreensão da evolução conceptual de nação e nacionalismo, vejam-se, por exemplo, as edições do Dicionário de António de Moraes: António de Moraes SILVA, «Nação», in *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Typographia Lacérdina, 1813; Augusto MORENO, Cardoso JÚNIOR e José Pedro MACHADO, «António de Moraes Silva», in *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, 1954, vol. III. Para uma visão de conjunto sobre a dicionarização do nacionalismo, veja-se Fernando CATROGA, «Pátria, Nação, Nacionalismo», in Luís Reis TORGAL, Fernando Tavares PIMENTA e Julião Soares SOUSA (dir.), *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 32 e segs.

<sup>443</sup> Atente-se à afirmação de Ernest Renan: «a existência de uma nação é [...] um plebiscito todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida» Ernest RENAN, «Qu' est-ce qu' une nation? (Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882)», *Discours et Conférences*, 6.<sup>a</sup> ed. Paris: Calmann-Lévy, pp. 277-310», in Carlos Manuel Ferreira Da CUNHA (ed), *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*, Guimarães, Opera Omnia, 2011, p. 43.

<sup>444</sup> Vide John Emerich Edward Dalberg ACTON e J. R. FEARS, *Selected writings of Lord Acton. 3: Essays in religion, politics, and morality*, Indianapolis, Ind, Liberty Classics, 1988, p. 515; E. HOBBSBAWM, *op. cit.*; A. D. SMITH, *Nacionalismo [...]*, p. 10 e segs. Javier Fernández SEBASTIÁN, «Historia, historiografía, historicidad. Consciencia histórica y cambio conceptual», in Manuel Suarez CORTINA (dir.), *Europa del sur y América latina. Perspectivas historiográficas*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2014, p. 39.

determinada concepção do mundo, uma atitude valorativa perante o homem e os outros entes sociais, e uma força actuante, de cuja ideia de acção derivam regras por onde se deve pautar a actividade dos órgãos dirigentes da nação quer esta esteja constituída em Estado nacional, quer seja compreendida em forma de minoria, no sentido sociológico, enquanto comunidade unida social e politicamente por vínculos de um passado comum.

Tal como foi difundido no século XIX, o nacionalismo não é devedor da nação que, atendendo o Estado, resultaria da pátria<sup>445</sup>. Destaca Hobsbawm, entre outros teóricos, que «o nacionalismo aparece antes das nações. Não são as nações que criam os Estados e nacionalismo, mas o contrário»<sup>446</sup>. Ou seja, a pressuposição do conceito de nação (no nacionalismo) não sugere que as nações sejam anteriores aos «respectivos» nacionalismos<sup>447</sup>, pois o nacionalismo é evocado porquanto existe o Estado<sup>448</sup>. Atente-se, porém, a fluidez da ideia do nacionalismo (moderno) visto que ela atravessa em zonas cujos povos não têm Estado<sup>449</sup>.

Conceptualmente, pátria, nação e Estado dizem respeito a uma população que habita num dado território, reivindicando vínculos míticos. Em Angola, tal não existiria. Intentando percorrer os trilhos dos nacionalismos doutros contextos, particularmente do Ocidente, de maneira instrumental os seus intelectuais, as elites afectas aos movimentos de libertação vão-se reservar à construção deste enquadramento histórico. Segundo Catroga, houve uma subsunção desses termos. A pátria alude a uma população e a um território que transcende a faceta institucional — é a terra dos pais, é a fidelidade à terra cuja ligação ancestral remonta às origens do seu aparecimento. O Estado é a dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população (governados e governantes) num território onde a soberania traça limites internos e externos, pelo «monopólio da violência», e carrega consigo, em relação à pátria e à nação, uma linguagem

---

<sup>445</sup> A este respeito, atente-se ao texto de Fernando Catroga que, recorrendo os conceitos de «pátria», «nação» e «nacionalismo», explica como desde a Antiguidade Clássica (a organização política das sociedades europeias e respectivos sentimentos de pertença) a «pátria» serviu de alicerce para uma metamorfose da «nação» (no significado moderno) como a instância detentora da soberania auto-suficiente resumida no Estado. Cf. F. CATROGA, art. cit., pp. 21-22.

<sup>446</sup> E. HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 14.

<sup>447</sup> A. D. SMITH, *Nacionalismo: [...]*, p. 21.

<sup>448</sup> E. GELLNER, *op. cit.*, p. 17.

<sup>449</sup> Veja-se A. D. SMITH, *Nações e nacionalismo numa era global*, Oeiras: Celta Editora, 1999.

técnico-jurídica e fria. Já a nação, singular colectivo, alude, desde os finais da Idade Média até ao século XVIII, a uma população sintetizada numa identidade colectiva (nós)<sup>450</sup>.

A partir do século XIX, conforme foi referido, a difusão do nacionalismo, ou dos nacionalismos, modela as concepções quer do Estado, quer da nação. Isto é, o nacionalismo relega para um lugar secundário a compreensão da nação como corpo moral ou de origem de um pacto secular para uma caracterização étnico-linguística (Herder e Fichte) ou para uma dimensão histórico-cultural (Renan, Anderson e Hobsbawm)<sup>451</sup>. Assim se formam os Estados-nação. Da nação, assim concebida, evoluiu-se para a concepção do Estado nacional. Ou seja, o Estado personifica a nação, avocando dela a sua expressão política e jurídica (*from State to nation*)<sup>452</sup>.

Destaque-se, portanto, que o processo da derivação da pátria, nação e Estado, conceptualmente, é o de uma longa evolução histórica. De acto de concepção (pátria) para o acto de nascimento (nação), por exemplo, a evolução semântica interliga-os, subsumindo-os ao Estado. Do mesmo modo, sendo ôntico, lógico e cronologicamente anterior (ao nacionalismo), na compreensão de Catroga, o patriotismo gera o nacionalismo, pois toda a nação requer uma pátria<sup>453</sup>; «não se pode pensar a nação sem a colocar no regaço acolhedor de uma pátria (real ou imaginária)<sup>454</sup>. Desta feita, a afirmação identitária, reclamada por ligações míticas e, inclusive, sacralizadas numa «comunidade imaginada»<sup>455</sup>, segundo Benedict Anderson, e do «consentimento»<sup>456</sup> de viver em comum, segundo Ernest Renan, termina *a fortiori*, nas palavras de Anthony Smith, na fundação de uma «linhagem como fase da comunidade política»<sup>457</sup>: o Estado.

---

<sup>450</sup> F. CATROGA, art. cit., p. 20.

<sup>451</sup> Veja-se para estes tópicos a seguinte bibliografia: Johann Gottfried HERDER, *Ensaio sobre a origem da linguagem*, Lisboa, Antígona, 1987; Johann Gottlieb FICHTE, *Discursos a la nación alemana*, Madrid, Editorial Tecnos S.A., 1988; E. RENAN, *op. cit.*; E. HOBBSAWM, *op. cit.*

<sup>452</sup> Sobre estes conceitos, veja-se F. CATROGA, art. cit.

<sup>453</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>454</sup> F. CATROGA, *Ensaio republicano*, p. 21.

<sup>455</sup> B. ANDERSON, *Comunidades imaginadas*, [...], p. 27.

<sup>456</sup> E. RENAN, *in op. cit.*, p. 43.

<sup>457</sup> Anthony SMITH, *A identidade nacional*, p. 11.

Esta experiência do nacionalismo (quer seja *from State to nation*, quer seja *from nation to State*), diga-se, é típica do vocabulário engendrado nos fóruns ocidentais, conquanto o mesmo conceito tenha merecido diversas abordagens segundo o ponto de vista teórico de vários autores.

Eric Hobsbawm, historiador britânico, nas suas considerações sobre o nacionalismo, refere que a palavra nação recebeu a influência de alguns acontecimentos históricos relevantes de carácter político e revolucionário, cuja relação entre os dirigentes e o povo desejosos da autodeterminação estabelece a ligação entre povo e Estado desde as revoluções francesa e americana originando, assim, o conceito de Estado-nação<sup>458</sup>. Concordando com Ernest Gellner, Hobsbawm situa a vulgarização do nacionalismo político na Europa ocidental em meados do século XIX, usado, nos finais do século, por grupos ideológicos de direita em França e na Itália, que se mostram contra os estrangeiros, contra os liberais e contra os socialistas. De então em diante, a palavra nacionalismo começa a ser aplicada a todos os movimentos nos quais a causa nacional ocupa o primeiro lugar político — a todos os que reclamam o direito à autodeterminação, com vista a formar um Estado independente destinado a um determinado grupo nacionalmente definido<sup>459</sup>. Estão, neste caso, os movimentos africanos e, no que nos importa, os angolanos.

O desenvolvimento do nacionalismo político, segundo esse autor, regista certas mutações caracterizadas por quatro aspectos: primeiro, o surgimento do nacionalismo e do patriotismo enquanto ideologia de direita; segundo, a ideia da autodeterminação nacional que conduziria à formação de Estados soberanos, defendida pelos grupos norteados pelo intuito de proclamar a nação; terceiro, a ideia de que a autodeterminação nacional pugna pela defesa da independência plena; e finalmente, quarto, a tendência para definir a nação sob o ponto de vista étnico, especialmente em função da língua<sup>460</sup>.

Segundo Ernest Gellner, «o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma

---

<sup>458</sup> Vide Eric J. HOBSBAWM, *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa, Presença, 1990, p. 183.

<sup>459</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>460</sup> *Ibid.*, p. 185.

à outra», entendendo ser «uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado não separem os detentores do poder do resto da população»<sup>461</sup>. Gellner rejeita a ideia do nacionalismo como uma invenção ideológica<sup>462</sup>, o que para ele não significa que as ideias não tenham papel importante na sistematização política do conceito. Defende, porém, que, como sentimento, o nacionalismo surge na história do homem como «a consequência de uma nova organização social baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do factor educação, sendo cada uma protegida pelo seu próprio Estado»<sup>463</sup>. Gellner sustenta ainda que a principal característica em que se baseia a formação do nacionalismo reside na cultura entendida como elemento homogêneo de uma comunidade nacional que tem o seu ponto de partida na época agrária marcada pela alfabetização das sociedades. Portanto, o nacionalismo é um resultado das culturas eruditas<sup>464</sup>.

Benedict Anderson reflecte sobre a origem do nacionalismo, procurando explicar os factores que levam à sua expansão e as influências que a marcam. No processo de evolução desse conceito, tal como Gellner o entende, é também fundamental para a sua compreensão situar o ponto de partida. A cultura é, desde logo, o ponto central.

No entanto, nos seus estudos, destacando a cultura como o quadro de referência do nacionalismo, Benedict Anderson não a alinha na perspectiva das ideologias políticas conscientemente defendidas e a partir das quais e contra as quais a cultura se constitui. Situa o nacionalismo nos vastos sistemas culturais e eruditos que o precederam<sup>465</sup>.

Anthony Smith, por sua vez, reconhecendo embora os vários conhecimentos sobre o nacionalismo, enquadra-o numa perspectiva eminentemente teórica, ideológica e histórica. Segundo este autor, «o nacionalismo é um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns

---

<sup>461</sup> E. GELLNER, *op. cit.*, pp. 11-12.

<sup>462</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>463</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>464</sup> *Ibid.*, p. 21 e segs.

<sup>465</sup> B. ANDERSON, *Comunidades imaginadas, [...]*, p. 33.

dos seus membros crêem constituir uma “nação real” ou potencial»<sup>466</sup>, tal o que caracterizaria os movimentos independentistas dos territórios coloniais. Tendo como objectivo a nação, forma de comunidade e forma de comportamento institucional, Smith destaca, em especial, o tópico das etnicidades no processo do nacionalismo. Segundo ele, são as identidades e as comunidades étnicas que constituem em grande parte o fundo histórico e social das nações e do nacionalismo. Logo, o nacionalismo é ideologia<sup>467</sup>, que pode também se tornar em movimento social, político, etc. Comporta elementos simbólicos na linguagem, aspectos morais, rituais e emocionais do discurso e da acção da nação. Não se reduz a um determinado discurso nacional(ista) de agentes políticos ou de grupos sociais específicos. O nacionalismo tem as suas próprias regras, rituais e memórias. Constitui, pois, uma ponte entre o mundo exterior do poder político e dos interesses sociais e o mundo do íntimo da nação e dos seus conceitos, símbolos e emoções característicos<sup>468</sup>. Neste sentido, o poder do Estado — assim o sustenta Paul Ricoeur —, na sua evolução de instituição tutelar da sociedade, tem dois aspectos relevantes da sua origem (enigmática e sacral) resumidos na fórmula latina *potestas in populo, auctoritas in senatu*<sup>469</sup>. Isto é, «o poder advém do povo, a autoridade do senado».

De acordo com Paul Ricoeur, abarcando todas as esferas da sociedade, o Estado moderno representa ao mesmo tempo o poder e a autoridade. Ou seja, o Estado é o *corpus* político directivo tal como é expresso nos fundamentos democráticos. A sua função política, de exercer o poder, fá-lo representante quer da sociedade, em geral, quer do colégio dos decisores político-sociais, em particular. O Estado representa, portanto, a vontade colectiva de o homem viver em comunidade, mas sob o exercício de um poder instituído e sujeito à imposição da sua estrutura vertical e hierárquica que consagra a diferenciação entre governantes e governados.

---

<sup>466</sup> A. D. SMITH, *Nacionalismo: [...]*, p. 20.

<sup>467</sup> A ideologia aqui é compreendida no sentido aflorado por Dumont: «sistema de ideias e de valores que vigora num dado meio social», o próprio e «característico das sociedades modernas» e sobretudo o «conjunto das ideias e valores comuns numa determinada sociedade». Louis DUMONT, *Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva sobre a ideologia moderna*, Lisboa, Dom Quixote, 1992, pp. 20; 268.

<sup>468</sup> A. D. SMITH, *Nacionalismo: [...]*, p. 10.

<sup>469</sup> Cf. Paul RICOEUR, *La paradoja de la autoridad*, Madrid, Colección Estructuras Y Procesos, 2008, pp. 87-100; Paul RICOEUR, *A crítica e a convicção*, Lisboa, 70, 1997, pp. 138-139.

## A perspectiva africana do nacionalismo

Do ponto de vista político e socioeconómico, não é fácil generalizar as características geopolíticas da África. Como se sabe, é notória a diversidade dos povos e dos territórios africanos<sup>470</sup>.

A história do continente africano regista (*grosso modo*) a existência, em tempos idos, de impérios e reinos e, em determinadas regiões, de brilhantes civilizações.

Ainda hoje se encontram vestígios de alguns estádios comunitários e de modos de vida tradicionais, mesmo que se noutras regiões se tenha atingido um nível elevado de crescimento industrial e urbano<sup>471</sup>. Todavia, as formações sociais africanas não se configuram, até aos finais do século XIX, como Estados e nações nos moldes modernos. A organização política dos povos africanos vista na pluralidade dos seus territórios, apesar de remontar a uma origem ancestral, não justifica que as comunidades africanas fossem consideradas *per se* Estados e nações modernos. Refere-se, assim, que as possibilidades de modernização político-social dos territórios e das comunidades africanas se deveram aos contactos e, sobretudo, à sujeição aos impérios europeus desde finais do século XIX.

O domínio imperial das potências europeias não subsistiu além da década de 1950 do século XX, caindo destronado pelos sujeitos colonizados. Estes, por intermédio das elites locais e com base na experiência de relacionamento com o colonizador, adoptam o discurso político do poder, das ideologias e das teorias das nações dominadoras, idealizando a transformação e a modernização dos seus próprios territórios — à imagem dos modelos metropolitanos — em Estados-nação por si dirigidos.

A ocupação colonial, na perspectiva das elites africanas, desestrutura, em primeiro lugar, as sociedades locais. Em segundo lugar, essas elites notam que os conquistadores estão mais apostados na exploração económica do que no

---

<sup>470</sup> A constituição geográfica da África, Norte e Sul, acompanha a diferenciação socio-cultural, apesar de o continente ser considerado um todo e da denominação unívoca. No norte do continente, habitam os árabes, os egípcios, os berberes e os tuaregues. Este bloco é também chamado «África branca», Magrebe e África Saariana. Já no bloco Centro-Sul, habitam os povos de pigmentação «negra». É conhecida por África Subsaariana, sobretudo «África negra».

<sup>471</sup> Cf. Kwame NKRUMAH, *A luta de classes em África*, Lisboa, Sá da Costa, 1977, p. 7.



desenvolvimento dos seus domínios à imagem das metrópoles. Em defesa desses territórios, vários movimentos, com ideologias e programas de libertação, nascendo embora fora do continente, batem-se pelo favorecimento da autonomia político-social da África colonial. Dentre esses movimentos sobressai o pan-africanismo, a corrente com maior destaque no universo das ideologias políticas africanas<sup>472</sup>, seguindo-se-lhe outras tais como, a negritude, o socialismo africano, a personalidade africana, os messianismos africanos, o renascimento e o consciencismo negro.

A despeito do contexto de cada território colonial, a corrente pan-africanista, que sobressai na «África anglófona», promove, em virtude do sentimento de injustiça generalizado pelas atitudes dos opressores brancos, seja através da anterior experiência da escravidão nas Américas, seja no século XX com a expressão do colonialismo, a emergência do nacionalismo africano, alimentando-o em todo o continente<sup>473</sup>. Enquanto movimento, o pan-africanismo ganha dinâmica imparável e se torna uma verdadeira ideologia política sobre a situação da África colonizada pelas potências europeias. No V Congresso Pan-Africanista de Manchester, organizado em 1945, ouve-se pela primeira vez, de forma clara e inequívoca, a reivindicação da autonomia e independência dos povos de África depois dos vários ensaios abordados nos quatro congressos anteriores<sup>474</sup>:

Reclamamos para a África a autonomia e a independência na medida e em toda a medida que neste «Mundo Único» é possível aos grupos e aos povos governarem-se por si mesmos, ficando ao mesmo tempo necessariamente ligados à unidade e à federação mundial. Cremos no direito de todos os povos se governarem por si mesmos. Afirmamos o direito de todos os povos coloniais guiarem o seu próprio destino. Todas as colónias devem ser libertadas do controle imperialista estrangeiro quer seja político, quer seja económico. Os povos das colónias devem ter o direito de escolher o seu próprio governo, um governo sem limitações de qualquer potência estrangeira. Apelamos para todos os povos das colónias no sentido de lutarem por estes objectivos, por todos os meios à sua

---

<sup>472</sup> Kwame NANTAMBU, «Pan-Africanism Versus Pan-African Nationalism: An Afrocentric Analysis», *Journal of Black Studies*, 28, 1998, pp. 561-574; Leila Leite HERNANDEZ, *África na sala de aulas: visita à história contemporânea*, São Paulo, Summus, 2008, p. 138; E. dos SANTOS, *Pan-africanismo [...]*, p. 45; Ronald NATHAN, «African Redemption: black nationalism, and end of empire», *Africa Exchange*, 30, 2001, p. 125.

<sup>473</sup> Richard REID, «Horror, hubris and humanity: the international engagement with Africa, 1914-2014», *International Affairs* 90, 1, 2014, pp. 149-150.

<sup>474</sup> Sobre os Congressos Pan-Africanos, veja-se Eduardo SANTOS, *Pan-africanismo [...]*; Hernandez Leila LEITE, *op. cit.*

disposição (...) a luta dos povos coloniais pelo poder político é o primeiro passo e a condição necessária para a emancipação completa, social, económica e política<sup>475</sup>.

Estas premissas permitem-nos, pois, compreender não só a génese do nacionalismo africano nas reivindicações do movimento pan-africanista, mas o nacionalismo africano como a via utilizada para exigir, de modo instrumental, a independência dos territórios africanos colonizados. Em comparação histórica com os nacionalismos de outras paragens e de épocas mais recuadas, os povos africanos sob o signo colonial forjam expectativas de independência política das administrações europeias implantadas nos seus territórios.

A memória da experiência da escravatura e, a seguir, do colonialismo, no século XX, despertam o nacionalismo no continente africano. As administrações coloniais britânica, francesa, belga e portuguesa são vistas pelas elites locais como opressivas. Desta feita, o nacionalismo devia justificar-se. Urgia, no entendimento das elites africanas, substituir o poder colonial por uma administração dirigida pelos próprios autóctones. Assim, era possível a transformação dos territórios ocupados em Estados-nação, inclusive imaginando-os conforme os modelos metropolitanos.

Como se sabe, à entrada do século XX o nacionalismo tornou-se um fenómeno transversal e ubíquo, alcançável por todos os povos. A trajectória nacionalista africana, porém, a par da longeva experiência ocidental, e de outras, formada quer através da tradição *from nation to State* quer pela tradição *from State to nation*, é vista numa direcção inversa à primeira. A via africana do nacionalismo não acompanha a primeira tradição, *from nation to State*, mas a segunda, *from State to nation*.

O nacionalismo, na maior parte do continente africano, segue a divisão da ocupação territorial dos impérios europeus. A administração colonial prolonga a dimensão do Estado Metropolitano nos territórios ocupados. Assim, é no interior da jurisdição colonial (língua, fronteiras, população, cultura) que o nacionalismo africano chama a si a construção dos novos Estados-nação de África, em substituição da ordem colonial. Nessa lógica, percebe-se que o movimento nacionalista africano se tenha defrontado com três desafios. O primeiro desafio

---

<sup>475</sup> K. NKURUMAH, *A África deve unir-se*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.

consistiu em enfrentar a dominação estrangeira, a partir da circunscrição do território ocupado. Lembrem-se os longos anos de presença e afirmação europeias em África, investidos na conquista e no domínio territorial<sup>476</sup>. A dispersão cultural, linguística e idiossincrática dos vários povos que constituíam as diversas colónias não foi, na lógica das elites africanas emergentes, problema fundamental. Para estas elites, o traçado das fronteiras coloniais e, conseqüentemente, a administração imposta foi o alvo a combater no sentido de resgatar para os autóctones a soberania territorial. É esta a realidade, de dominação, que estimula a luta armada para a substituição do poder colonial.

Outro desafio que se impôs foi o da legitimidade. Através dos acontecimentos históricos e memoriais da presença e ocupação europeias em África, as lutas de libertação traduzem-se nos argumentos de legitimação para a reunificação dos povos africanos agrupados no seio das entidades coloniais. A revolução, ou a libertação, torna-se numa das vias possíveis, no pós Segunda Guerra, para a reconstrução das várias pátrias africanas fragmentadas na Conferência de Berlim e demais tratados firmados entre as potências europeias no final do século XIX.

Finalmente, terceiro desafio, no intuito de aproximar os territórios africanos à modernidade, foi com base no nacionalismo, no contexto colonial, que se enceta a construção de Estados e nações africanos. Isto é, as elites dos territórios colonizados almejam herdar e adoptar as significações europeias dos Estados e das nações.

---

<sup>476</sup> Segundo Frederick Lugard, artífice da Ordem Imperial Britânica em África, a presença europeia em África, nesse contexto, não era outra senão a de ajudar a África a emergir da condição de brutalidade e ignorância, e de favorecer economicamente a Grã-Bretanha. R. REID, art. cit., p. 144.

### 3.2. Emergência do nacionalismo em Angola

Na abordagem do nacionalismo sobressai como tema central o desenvolvimento dos conceitos de Estado e da nação. Utilizados há muito nos diversos contextos políticos e sociais, suscitando inclusive ambiguidades no que se refere à antecendência entre um e outro, o significado actual desses termos é o do vocabulário ocidental, e, segundo sugerem os seus teorizadores, é preciso não os confundir, pois quer o Estado quer a nação se originam na *longue durée* e em virtude dos processos dos nacionalismos pelos finais do século XVIII. Em África, já o referimos, e em Angola, só a partir da segunda metade do século XX é que aparecem os seus Estados e as suas nações, sendo as nações resultantes da proclamação dos diferentes Estados africanos.

Quanto a Angola, em particular, pretende-se saber quando começa o processo da construção do seu Estado e da sua nação, qual terá sido a força político-social do nacionalismo no entendimento das elites locais desse território e quais os fundamentos do nacionalismo angolano.

Nos registos históricos, as marcas da presença portuguesa em Angola datam dos finais do século XV, com os primeiros contactos firmados com os povos kongueses<sup>477</sup>. A caracterização dos primeiros contactos dizia respeito, segundo algumas visões dos objectivos do processo da expansão marítima europeia, às relações e trocas comerciais, culturais, religiosas, etc. Com o evoluir dos tempos, no quadro das relações entre os povos autóctones e os europeus, no caso, portugueses, as relações transmutam-se. Da paridade nos contactos iniciais, e independentemente das suas formações políticas e sociais autónomas, os povos locais perdem posições políticas, económicas e sociais para os portugueses que, por sua vez, concertados com as potências congéneres, nos finais do século XIX delimitam geograficamente o que hoje é Angola.

Ora, no século XX, a par do domínio europeu na maior parte do globo, registam-se conflitos entre os próprios Estados europeus. A hegemonia política, cultural,

---

<sup>477</sup> Charles R. BOXER, *op. cit.*; John THORNTON, *África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*, Rio de Janeiro, Campus, 2004; F. BETHENCOURT e D. R. CURTO (dir.), *op. cit.*; Francisco BETHENCOURT et Chaudhuri KIRTI, *op. cit.*, vol. I.

económica ocidental mostra as suas fragilidades perante os seus domínios na Ásia e em África. Os dois grandes conflitos mundiais (1914-1918 e 1939-1945) desmentem o mito da superioridade dos povos europeus, o que permite também alargar o reconhecimento dos valores políticos e sociais dos povos de outros continentes. Põe-se fim ao colonialismo e ao imperialismo. Os antigos territórios europeus em África perseguem o estatuto de Estados e alcançam a independência política.

No que toca à Angola, é a colonização, ou melhor, a especificidade do colonialismo português nos anos 1950 e seguintes (considerada *sui generis* nos fóruns da política internacional) que justifica a reacção nacionalista autóctone. As várias leituras e críticas que se fazem do regime de tutela adoptado por Portugal em relação a Angola, visto, por exemplo, no prolongamento do modelo de trabalho forçado<sup>478</sup> e no da legislação excludente da cidadania para os autóctones (veja-se o indigenato) identificada com acuidade, ou não, pelas elites angolanas autóctones instruídas, transformam-se nos argumentos que legitimam o combate ao poder colonial. Considera-se, assim que, quer na esfera da província angolana quer no plano do estrangeiro, incluindo a metrópole, se dinamiza o nacionalismo angolano com expressão catártica. Procura-se forjar, com apoio da conjuntura política internacional da época desfavorável a Portugal, uma identidade política e social própria.

A consciência de emancipação de Angola da tutela portuguesa é alargada pelas transformações mundiais incitadas no pós-guerra (1945), sobretudo pela divisão bipolar do mundo delas derivadas (bloco soviético e bloco americano) e pela influência e visibilidade dos movimentos independentistas asiáticos e africanos (lembre-se a Conferência de Bandung, em 1955, e as primeiras independências africanas, em 1957 e nos anos seguintes). O cenário mundial, ora consonante com a defesa dos direitos políticos e civis de os povos disporem de si mesmos (princípios defendidos quer pelo bloco do Leste, quer pelo Ocidental e, também, pela ONU, acentuando particularmente o anti-colonialismo), leva a que, em Angola,

---

<sup>478</sup> Os missionários e filantropos americanos e britânicos denunciam, nas primeiras décadas do século XX, o sistema de trabalho português em Angola e consideram-no «uma desgraça para a Europa Ocidental». Vide Pedro Aires OLIVEIRA, *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007, p. 145.

vários grupos (clandestinos ou não, dentro ou no exterior do território) se entusiasmem na contestação ao domínio colonial português, pese embora a repressão e o controlo da informação difundida pela rádio e pelos jornais.

É certo, como constatámos, que as elites de Angola (dos vários agrupamentos abordados no segundo capítulo e de que resultaram a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA), diferentemente das colónias britânicas, francesas e belgas, desempenham no seu território um papel político embora tardio e sem demonstração de um pensamento nacionalista estruturado. A experiência sindical, o enfoque partidário e o próprio activismo dos intelectuais das colónias britânicas e francesas, embora tardios, realizam-se desde a década de 1930 no seio das administrações com certo vínculo local. Recordam-se, nesses territórios, as influências directas, a partir da América e das Antilhas, dos clássicos do pan-africanismo — Alexander Crummel, Edward Wilmot Blyden, William Edward Burghardt Du Bois e Marcus Garvey — e da negritude — Aimé Césaire, Tirolien, Paul Nègre, Paul Roumain, Léon Damas, Alioune Diop, entre outros —, e a sua inspiração em líderes (alguns com reflexões marxistas, ainda que com variável utilização da ideologia) como Jomo Kenyatta (Quênia); Tom M'boya (Quênia); Peter Abrahams (África do Sul); Hailé Selassié (Etiópia); Namdi Azikiwe (Nigéria); Julius Nyerere (Tanzânia); Kenneth Kaunda (Zâmbia) e Kwame Nkrumah (Gana). Léopold Sédar Senghor (Senegal), Rabemananjara (Madagáscar), Birago Diop (Senegal), Sékou Touré (Guiné), Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Patrice Lumumba (Congo Léopoldville)<sup>479</sup>.

Em todo o caso, legitimam a emergência do nacionalismo angolano três causas e três formas (políticas, sociais e económicas) que se subsumem no resgate do território da dominação colonial, acelerada com a fundação de movimentos contestatários conglomerados na UPA-FNLA, no MPLA e na UNITA. Neste sentido, frisamos o nacionalismo angolano como territorial e anti-colonial<sup>480</sup>. As elites

---

<sup>479</sup> Cf. Yves BENOT, *Ideologias das independências africanas*, Lisboa-Luanda, Sá da Costa, 1981, vol. 1.

<sup>480</sup> Segundo a tipificação de Anthony Smith que tipifica o nacionalismo em étnico e territorial, tendo em conta a situação global em que se encontram as comunidades e os movimentos particulares que o originam e antes ou depois da independência. 1. Nacionalismos territoriais: a) Movimentos de «pré-independência», cujo conceito de nação é maioritariamente cívico e territorial; são os nacionalismos «anti-coloniais»; b) Movimentos «pós-independência», cujo conceito de nação continua basicamente cívico e territorial; são os nacionalismos de «integração». 2. Nacionalismos étnicos: a) Movimentos de «pré-independência», cujo conceito de nação é basicamente étnico e genealógico; são os nacionalismos de «secessão» e de «diáspora»; b) Movimentos

angolanas dos movimentos UPA-FNLA, MPLA, UNITA e dos grupos anteriores reivindicam para si a administração de Angola da posse portuguesa. Procuram, nas palavras de Anthony Smith, «em primeiro lugar expulsar governantes estrangeiros e substituir o velho território colonial por um novo Estado-nação»<sup>481</sup>. Pois o poder colonial nos finais dos anos 1950, perante a expansão ideológica das duas superpotências da Guerra Fria, é visto como discriminatório, antidemocrático e ditatorial.

Vale a pena lembrar, também, que o percurso nacionalista dos movimentos de libertação se reveste de sinuosidades dos seus dirigentes. A experiência política e estratégica das autoridades coloniais dilata as pretensões e os objectivos dos movimentos — colaboração e compromissos de não-agressão e sobretudo por insuficiência de recursos por parte dos movimentos angolanos no decurso das acções militares — deixando-os expectantes e dependentes de factores externos para chegarem ao poder<sup>482</sup>. Constatam-se a falta de solidez política e ideológica no discurso desses movimentos sobre o que imaginariam ser o Estado-nação de Angola. Proclamada a independência, em 1975, o governo instituído pelo movimento «vencedor» não pareceu adequado aos princípios propalados no decurso da guerra de libertação. O que não significa que os outros movimentos congéneres tivessem tido uma actuação diferente.

Diríamos, todavia, que a revolução, através da fomentação político-ideológica e material dos EUA, da URSS, sobretudo, e de outros intervenientes, se transforma no instrumento de validação e na via possível de os movimentos independentistas de Angola poderem vencer o regime político do Estado Novo dirigido por Salazar e

---

«pós-independência», cujo conceito de nação é basicamente étnico e genealógico; são os nacionalismos «irredentistas» e *pan*. Assim, servindo-nos da sua caracterização, a base de orientação e a determinação dos objectivos políticos do nacionalismo angolano foram de índole territorial e protagonizados pelos seus movimentos (de «pré-independência») de libertação. O nacionalismo é cívico, porquanto se projecta a institucionalização da cidadania angolana a partir de um governo próprio e dirigido pelas elites angolanas; territorial, enquanto substituição da jurisdição colonial para uma esfera de controlo autóctone, e anti-colonial, na medida em que se transforma a colónia de Angola num Estado e numa nação independente de Portugal. *Cfr.* A. SMITH, *Nacionalismo: [...]*, p. 107.

<sup>481</sup> *Ibid.*

<sup>482</sup> Veja-se apêndice n.º 17. Colaboração da UNITA com as autoridades portuguesas, «Operação Madeira»; a dependência de Holden Roberto da Administração americana (Kennedy), 1961; contacto dos responsáveis do NGWIZAKO e da NTÓ-BAKO com a embaixada portuguesa em Léopoldville.

imposto aos angolanos. Ainda que com imprecisões no que se refere aos programas e projectos políticos, e mesmo que o seu interesse se reduzisse apenas à disputa do poder — e, ou, à sua substituição —, as elites de Angola não recuariam no afrontamento do regime colonial, contando com o seu desgaste resultante do investimento militar para o controlo do vasto território e, também, do novo olhar sobre África nos assuntos internacionais. O nacionalismo angolano é, portanto, o desenvolvimento, pela mão das elites locais esparsas em diversos agrupamentos (movimentos independentistas), da consciência de libertação do território de Angola do domínio colonial e da ruptura política, económica, cultural e técnica das estruturas coloniais.

## **Caracterização social e política de Angola**

### ***Angola: colónia, província ultramarina e Estado português***

No território que hoje é conhecido por Angola, gravitam populações ligadas a diversos grupos étnicos. A unificação circunscricional dessas populações deve-se, como se sabe, a acções de Portugal nos finais do século XIX e no primeiro quartel do século XX<sup>483</sup>.

O significado da ideia de Marcelo Caetano, largamente difundida pela *intelligentsia* e pela literatura (heróica) portuguesas, ganha sentido na medida em que justifica a apropriação portuguesa de Angola: Colónia de Angola (1914-1951), Província de Angola (1951-1971) e Estado de Angola (1971-1975)<sup>484</sup>. Três denominações (concentradas em uma: colónia) marcam o legado da ocupação efectiva desse território africano por Portugal.

---

<sup>483</sup> Razão do encontro (expansão europeia) entre navegadores portugueses e os povos kongueses do estuário do rio Congo nos finais do século XVI. Não abordámos, neste estudo, a caracterização geo-histórica de Angola. Percorremos, dado o interesse, os aspectos sociais e políticos do território a partir da jurisdição portuguesa que se consumou no século XX. Para a geo-história de Angola veja-se Walter MARQUES, *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*, Luanda, Junta de Desenvolvimento Industrial, 1964; José REDINHA, *Etnias e culturas de Angola*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.

<sup>484</sup> Cf. John STEWART, *African states and rulers*, Jefferson, N.C., McFarland & Co, 2006, pp. 18-19.



A queda do regime monárquico, com a implantação da I República em 1910, não retira a propalação das críticas e os ataques ao sistema colonial português, oficializado no final do século XIX, nas Conferências de Berlim (1884-1885) e de Bruxelas (1889-1890), intensificadas no período após a Segunda Grande Guerra. A I República e a sua marca constitucional-democrática não deixa de parte a herança imperial de Portugal. «O território da Nação Portuguesa é o existente à data da proclamação da República. [E] a Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa a vir a ter sobre qualquer outro território» (Art.º 2 § único). Lembre-se, ainda, o panorama da conservação do espírito colonial em 1926. Após o fim da I República com o golpe de 1926, o Estado ditatorial que se lhe segue conserva na Constituição de 1933 a inalienabilidade do território português. Estrategicamente, e sobretudo para salvaguardar a economia de Portugal, Salazar não cede as colónias do além-mar.

Cauteloso e informado das doutrinas e fórmulas políticas internacionalmente em voga, sobrevividas do pós-Segunda Guerra, acoberta o colonialismo denominando os territórios de províncias ultramarinas, não dando qualquer hipótese de recuo na defesa de Angola<sup>485</sup>.

Por sua vez, o sucessor de Salazar, Marcelo Caetano deu aos territórios africanos, no caso de Angola, o estatuto de Estado português. Atente-se que enquanto Professor de Direito e Ministro das Colónias, Marcelo Caetano acompanha de perto (já nos anos 1940) as denominadas crises internas e externas por que passa o Estado salazarista. Porém, a sua sucessão na presidência do Conselho, em 1968, fica marcada por uma conduta mais de continuidade do que de ruptura, ainda que com sinais de abertura para muitos, não reformistas, mas de mera fachada. Isto é, uma mera mudança de palavras que deixava tudo na mesma. Deste ponto de vista, a gestão marcelista encara as colónias, Angola incluída, como territórios do Ultramar, portugueses *de facto* e *de iure*<sup>486</sup>.

---

<sup>485</sup> A esse propósito, veja-se o trabalho de Luís Nuno Rodrigues. O desanuviamiento das relações luso-americanas, «tensas» desde 1961, com o início da guerra de libertação de Angola em que os EUA, na presidência de J. Kennedy, apoiavam Holden Roberto, e as mudanças ocorridas (tanto no plano militar — guerra em Angola — quanto no plano diplomático) nas negociações para a renovação do acordo dos Açores sobre a Base das Lajes, em 1962. Luís Nuno RODRIGUES, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 161 e segs.

<sup>486</sup> F. R. MENESES, *Salazar: uma biografia política*, Lisboa, Dom Quixote, 2009, p. 209.

## A configuração sociocultural e territorial de Angola

A história regista nos últimos anos do século XIX dois processos extraordinários que transformam excepcionalmente a geografia física e política de África. Por um lado, põe-se fim ao longo período de mera ocupação de pontos e áreas litorais das regiões africanas pelas potências europeias e, por outro, dá-se a corrida que pelo interior das mesmas regiões gera um novo continente, uma outra África, alterando a configuração social e política<sup>487</sup>.

Como já vimos, a nova configuração do continente africano decidida em Berlim, em 1884-1885, diminui os conflitos de interesse dos conquistadores europeus, ora ocupantes, mas não ajuda a congregar os vários povos separados pelo consenso da Conferência. O envolvimento estrangeiro com a África no século XX foi marcado unidireccionalmente por considerações económicas, estratégicas e ideológicas. Os recortes artificiais da África dispersam os seus povos, desintegrando-os da sua organização política e social. É a disrupção de um estágio de evolução humana incomum marcada na formação de outros povos, concretamente nos dos conquistadores.

O poder português faz Angola parecer um novo e indivisível território, conquanto constituído por um mosaico de povos com etnias e culturas distintas<sup>488</sup>. Habitam Angola dois conjuntos de povos, bantu e não bantu, distribuídos em onze grupos étnicos dispersos por milhares de povoações<sup>489</sup>. Angola foi delineada, *grosso modo*, em três partes: Norte, Centro e Sul, segundo se foi implantando o domínio colonial. O mesmo delineamento se verifica no enraizamento do credo cristão pelos missionários europeus<sup>490</sup>. A par deste panorama tripartido da geografia social de Angola, nota-se o predomínio díspar de três grupos étnicos influentes — Kongo, **Ambundo e Ovimbundo** —, os quais edificam social, cultural e territorialmente Angola. Todavia, essa configuração não elimina a presença de outros grupos

---

<sup>487</sup> V. ALEXANDRE, *Velho Brasil, [...]*.

<sup>488</sup> Veja-se apêndice n.º 7: mapas 1 e 2, composição étnica e territorial de Angola.

<sup>489</sup> PT/TT SCCIA, Regedorias e suas autoridades, livs. 200; 201; 202; 203 e segs. José REDINHA, *Distribuição étnica da Província de Angola*, Angola, CITA, 1965, p. 11. Atente-se, dentre todos os povos de Angola, os *Koi*, os *San*, os *Hotentote-Bosquímano* e os *Vátua* não Bantu, do grupo étnico Herero e Vátua. Veja apêndice n.º 7: mapa da composição étnica e territorial de Angola.

<sup>490</sup> Veja-se capítulo II.

étnicos, nem tão-pouco menospreza a sua influência. As antigas formações político-sociais existentes no território de Angola acomodam-se à sujeição do novo «senhorio», Portugal. Entretanto, com base na antiga configuração tradicional do território de Angola surgem novas elites que, como dissemos, se assimilam e se reconfiguram socialmente segundo as três influentes regiões (Norte, Centro e Sul), sobretudo nos centros dos distritos do Zaire, de Luanda, de Malange, de Benguela, do Huambo e da Huíla. Saliente-se, nesse sentido, que a política administrativa da colónia inclui no exercício do seu poder o controlo do território mapeado<sup>491</sup> segundo o olhar tripartido correspondente às regiões Norte, Centro e Sul. Este dinamismo é específico do colonialismo português em Angola e nele assentou a estratégia de povoamento (europeu) no território.

A autoridade portuguesa no território é contestada com maior destaque na década de 1960. A contestação, diga-se, segue «unanimemente» a lógica do mapeamento territorial (Norte, Centro e Sul) e não é desenvolvida, também, sem que as elites envolvidas, quer fossem europeias ou autóctones, precavessem os seus interesses.

As revoltas da UPA-FNLA em 1961, por exemplo, alastram-se em todo o Noroeste do território de Angola. E dada a imprevisibilidade de tal revolta, mais do que as autoridades coloniais, são os fazendeiros brancos da região que procuram intervir perante a fragilidade do exército português<sup>492</sup>.

Em Luanda, o deflagrar da tensão anti-colonial, para lá de envolver a população autóctone, parte da população europeia, mais precisamente a elite branca (alguns funcionários administrativos, bancários, empresários, industriais, comerciantes, etc.), associa-se às cumplicidades dos ideais autonomistas juntamente com os nativos, mestiços e negros, ainda que com a presença de alguns embargos por parte daquela população influenciados pelas autoridades<sup>493</sup>.

---

<sup>491</sup> Sublinha-se o trabalho dos SCCIA a respeito do ordenamento territorial de Angola. Neste trabalho, descreve-se em pormenor os distritos de Angola, as suas regedorias, as suas autoridades e, sobretudo, os seus grupos étnicos (etnias e populações adjacentes). *Vide* PT/TT SCCIA, Regedorias e suas autoridades, livs. 200; 201; 202; 203. Ver também apêndice n.º 7.

<sup>492</sup> Cf. R. PÉLISSIER, *La colonie [...]*, pp. 470-472.

<sup>493</sup> Veja-se o capítulo II, os grupos contestatários que gravitavam no interior de Angola (Luanda) e os seus integrantes — LNA, GA, ANANGOLA, PLUAA, PCA, MRA, FUA. Cotejem-se ainda os primeiros sinais de contestação contra o poder português instituído em Angola nas últimas décadas

Já nos distritos do Sul (Benguela, Huambo, Moçâmedes, Sá da Bandeira), verifica-se um certo protagonismo da burguesia branca que se distingue, segundo os seus interesses, das populações indígenas. Presume-se, nesse sentido, que certa elite europeia, portugueses, ostentar-se-ia em transformar a região Sul de Angola, igualando-a aos domínios ingleses da Rodésia. Na base estavam as vantagens geográficas e climáticas da região<sup>494</sup>. Essa situação é perceptível nos objectivos iniciais do movimento FUA<sup>495</sup>. A invocação do Governador do distrito de Moçâmedes a Luanda, em 1961, solicitando intervenção da PIDE sobre o assunto é reveladora. «Chegou ao meu conhecimento [diz o Governador] que se está a organizar um movimento que pretende exigir [na sua área de jurisdição, Sul de Angola] um Governo de autonomia administrativa em regime similar dos domínios ingleses»<sup>496</sup>.

A década de 1960, em Angola, é de profundas transformações. Politicamente, sectores das elites locais reclamam por uma Angola livre do poder colonial e administrada pelos naturais. Essa exigência política, expressa pelo sentimento nacionalista, implica a «unidade» étnica e regional do território colonizado. Por exemplo, os seus programas «mínimo» e «máximo» do MPLA, de 1962, não deixam de referir, respeitando a composição plural de Angola, as idiossincrasias étnicas no território. No programa «mínimo» percebe-se o objectivo de defender «os três grupos mais importantes do país e que constituem, no conjunto, quase a totalidade da população de Angola»<sup>497</sup>. Com ou sem o mesmo significado, estando

---

de Oitocentos. Em virtude dos princípios coloniais impostos por Portugal em Angola, um grupo de intelectuais, «os filhos do país», com recurso à imprensa faz ecoar o que se pode considerar de gérmen da «consciência nacional angolana» concretizado nos anos 60 de 1900. José de Fontes Pereira, no jornal *O Pharol do Povo*; Santana de Palma, natural da Muxima, no jornal *O Desastre*; anónimos, no jornal *O Tomate* e no panfleto «A Voz de Angola». Cf. Rosa Cruz e SILVA, «O nacionalismo angolano, um projecto em construção no século XIX? Através de três periódicos da época: *O Pharol do Povo*, *O Tomate* e *O Desastre*», in Inocência MATA e Laura PADILHA (dir.), *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*, Colibri, 2000, pp. 231-283.

<sup>494</sup> PT/MNE/GNP, UM, Sr. 062, Defesa Civil e Militar, cx. 1, fls. n.ºs 2-4.

<sup>495</sup> Atente-se a propósito da FUA no trabalho de Pimenta, que aborda as pretensões leuconacionalistas em Angola, cujo activismo se verificou na parte Sul de Angola, e de Franz Heimer sobre o malogro das pretensões monopolistas dos brancos de Angola quanto aos modelos, «solução rodesiana», de descolonização. F. T. PIMENTA, *Branços de Angola [...]*, pp. 176-177; Franz-Wilhelm HEIMER, *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976: ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 43 e segs.

<sup>496</sup> Veja-se PT/MNE/GNP, MU, Sr. 018, Diversos.

<sup>497</sup> Veja-se MPLA, Estatutos e Programa, apêndice n.º 8 Coteje-se a mesma linguagem nos programas e estatutos da maioria dos movimentos angolanos, incluindo a FUA. PT/TT AOS, CO,

o MPLA representado pela sua formação crioula e assimilada na circunscrição etnolinguística *kimbundu*, a UPA-FNLA e a UNITA estabelecem-se nas áreas *kikongo* e *umbundu*, respectivamente, donde se lhes atribui o condão de movimentos regionalistas baseados na região geográfica do nascimento dos seus líderes fundadores<sup>498</sup>. Todavia, também estes dois últimos movimentos, nos seus programas, defendem uma Angola que inclui todos os seus descendentes sem qualquer discriminação. Da ideia de unicidade e indivisibilidade de Angola projectada pelo Estado colonial, a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA, defendendo os mesmos princípios, não deixam de recorrer, apesar disso, aos apoios de ordem geográfica, histórica, social e cultural das origens das suas elites fundadoras, mesmo que sem questionamento da validade das fronteiras étnicas do território angolano.

### ***O devir e o papel dos movimentos nacionalistas: UPA-FNLA, MPLA, UNITA***

A segunda metade da década de 1950, em Angola, é marcada pela emergência de uma série de organizações políticas de contestação ao regime colonial, com diversas origens. Como vimos, a situação colonial de Angola abala de tal modo essas organizações que, mesmo se relegadas à clandestinidade, não deixam de se empenhar e experimentar novas formas de composição política. Estas organizações convergiram, apesar da diversidade dos objectivos de cada uma, na rejeição do sistema colonial português assim como no desejo da independência do território angolano. A política de Portugal, sabe-se, foi relutante na manutenção das suas colónias, em especial da de Angola. De qualquer forma, o propósito da integração de Angola no Estado colonial português torna-se extemporâneo, apesar da colaboração de certos caudilhos na época<sup>499</sup>.

---

PC, 77, pasta 52, n.º 222, Criação em Angola da FUA, Frente Unida de Angola, 12 de Junho de 1961, fls. n.ºs 1-3.

<sup>498</sup> Christine MESSIANT, «Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais», *Lusotopie*, 1994, pp. 155-210; C. MESSIANT, *op. cit.*; J. MARCUM, *The Angolan revolution [...]*.

<sup>499</sup> A propósito da política portuguesa na defesa dos territórios coloniais, as correspondências do Ministério dos Negócios Estrangeiros ilustram o quadro diplomático na cobertura da situação do trabalho forçado perante as pressões internacionais. A correspondência de 1950-1965 mostra, por

Embora o poder colonial, ao tempo apostado na implementação das políticas de desenvolvimento do território previstas nos planos de fomento, argumentasse com a impreparação e a incapacidade política das elites e das populações locais, estas não deixavam de apostar no sonho independentista de Angola. São, por isso, significativas a irreversibilidade do desafio emancipalista e, eventualmente, as deslocações para o exterior da colónia para a continuação de estudos na Metrópole de parte dos filhos da elite social «assimilada» dos círculos urbanos de Angola<sup>500</sup>, ainda que nem todos pensassem concretamente na independência; a emigração para os territórios vizinhos; a circulação de ideias progressistas saídas do Brasil para Angola<sup>501</sup>; a influência ideológica das potências envolvidas na Guerra Fria; as notícias de sublevação anti-colonialista na Ásia e no Norte de África, a Conferência

---

exemplo, os inquéritos da ONU e as reacções do Governo português sobre as acusações formuladas no Conselho Económico e Social das Nações Unidas acerca do trabalho forçado em Angola. Perante a delicadeza do assunto, Luís Esteves Fernandes, Director-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, avisa o Governo português que, «o problema da África encontra-se hoje na ordem do dia mais do que nunca. Há algumas décadas ele interessava algumas raras chancelarias — questão de expansão territorial — e uns tantos humanistas que por dever de ofício bradavam no deserto em favor dos indígenas. Seria interessante obter-se informação completa acerca das condições de trabalho indígena em S. Tomé, e da maneira como é efectuado o recrutamento de serviços em Angola e Moçambique. Se este estado de coisas chegar algum dia ao conhecimento de alguém que tenha interesse em levantar acusações contra Portugal, por certo ouviremos o seu eco avolumando na imprensa, ou em qualquer reunião internacional e com repercussões, pelo menos, inconvenientes, isto não falando já do aspecto humano e colonizador que o caso reveste e não pode ser por nós ignorado».

Diante das pressões de Washington, o embaixador Nuno Teotónio Pereira sugeria a contratação do coronel F. Clement Egerton, que se deveria ocupar da elaboração de pequenas monografias em inglês, especialmente destinadas a informar o público estrangeiro acerca das províncias ultramarinas portuguesas e servir de caixa-de-ressonância na imprensa internacional a favor das políticas portuguesas. *Vide* PT/TT AOS, U.L. 20, cx. 819, pasta 5, 1967; veja-se também PT/TT AOS, U. L. 20, cx. 819, pasta 13, 1967, A problemática do trabalho forçado nas províncias portuguesas, 1950-1965.

<sup>500</sup> Dessa elite, originada das velhas famílias renomadas de Luanda (fruto também da miscigenação africana e europeia), da qual emergiram as várias figuras que dinamizam os movimentos da consciência emancipalista em Angola e o MPLA, citam-se as famílias Bento Ribeiro; Pinto de Andrade e Falcão: Justino Pinto de Andrade, Filipe Pinto de Andrade, José Cristino Pinto de Andrade (pai de Mário Pinto de Andrade, padre Joaquim Pinto de Andrade, Bento Falcão); Boavida (pai de Américo Boavida, Diógenes Boavida); Van-Dúnem (José Van-Dúnem e demais Van-Dúnem); Mingas: André Rodrigues Mingas, de Cabinda e outros (Saydi Mingas); Vieira Dias: José Vieira Dias (pai de Liceu Vieira Dias); Viana: Gervásio Ferreira Viana (pai de Gentil Viana); Assis Júnior; Adolfo Castelo Branco; Lucrécio Africano de Carvalho; Luís Botelho entre outras. Veja-se M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade [...]*, p. 13.

<sup>501</sup> Traz-se à colação a criação no Brasil do Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola, (MABLA). Composto por brasileiros e africanos, dava-lhe dinâmica o escritor comunista Jorge Amado. *Vide* PT/TT AOS, CO, PC, 77, pasta 52, n.º 223, Informação 998/61, GU, 12 de Junho de 1961, fl. n.º 1.

No aspecto político, Mário Pinto de Andrade afirma mesmo que, desde Angola e com profundidade em Portugal, para o melhor e para o pior «nós fizemos nossas aulas revolucionárias com Jorge Amado», M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade [...]*, p. 34.

de Bandung e, na sua decorrência, o Movimento dos Não-Alinhados, grupo de pressão junto da ONU em nome dos territórios ainda colonizados. A circulação dessas ideias e informações, apesar de condicionadas no território de Angola pela instalação da PIDE em 1957 e pela repressão que desde então impôs, não deixaria de estimular as novas formas de organização política e de resistência anti-colonial então clandestinas.

Somente a partir do exterior a exequibilidade desse projecto nacionalista angolano esparso se pôde confirmar e estruturar, num processo que desembocou na criação de grupos políticos, com o seu programa, os seus porta-vozes, as suas palavras de ordem e as suas ideias-força. Esta dinâmica consubstancia-se nas três principais organizações políticas: a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA.

Em nome das populações de Angola, Holden Roberto lidera a UPNA, depois UPA-FNLA em Léopoldville, então capital do Congo Belga. A independência de territórios africanos nos anos 1950 e 1960, particularmente o Gana e o Congo Léopoldville, fê-lo encetar os prolegómenos, nacionalistas para a libertação de Angola pela via revolucionária. Refere-se que o destemor da UPA-FNLA, virada para a defesa das terras e dos povos angolanos, a partir do estrangeiro, tem na capital da colónia, Luanda, o apoio de várias figuras, entre elas, o cónego Manuel das Neves.

Manuel das Neves, sacerdote católico, nasce em 25 de Janeiro de 1896, em Ngolungo-Alto, Kwanza Norte. Mestiço, filho de pai incógnito e de Luísa Antónia Rodrigues, foi o primeiro angolano a ser nomeado cónego pelo arcebispo D. Moisés de Alves Pinho. O seu empenho na missionação cedo o fez compreender a necessidade de se dignificarem os nativos com os direitos civis e políticos. O prestígio do cónego Manuel das Neves na comunidade dos «assimilados» de Luanda, e não só, leva, inclusive, o Governo colonial a nomeá-lo vogal efectivo do órgão de aconselhamento do Governador-Geral, o Conselho Legislativo de Angola, cargo em que se notabiliza pelos apelos para as instâncias de governo do território em prol da melhoria das condições de vida dos nativos e, sobretudo, pelo apelo dirigido a Salazar para que interviesse no sentido de atenuar a carestia de vida em

Angola, já em 1946<sup>502</sup>. O percurso deste homem, na defesa da causa dos nativos, custar-lhe-ia, a perseguição da PIDE a partir de 1957, a prisão e o desterro irreversíveis no ano de 1961.

Antes, a passagem do cónego Manuel das Neves no Conselho Legislativo de Angola entre os anos de 1955 e 1958, proporciona-lhe um «conhecimento por dentro do poder colonial português, contribuindo para que se comprometesse profundamente na preparação do seu povo para o combate decisivo pela libertação e independência»<sup>503</sup>. No seio da administração colonial o cónego Manuel das Neves, torna-se na cidade de Luanda o «dinizador-mor» do activismo revolucionário da UPA-FNLA, instalada em Léopoldville, e o seu principal tesoureiro no Congo Léopoldville, segundo informações da própria PIDE<sup>504</sup>. Outros testemunhos demonstram que os contactos entre Luanda, o Norte de Angola e o exílio em nome da UPA-FNLA eram viabilizados pelo cónego Manuel das Neves com a cumplicidade de Barros Nekaka (em Matadi) e Rosário Neto (em Léopoldville)<sup>505</sup>. O dinamismo do cónego não se restringe ao universo da militância e influência da UPA-FNLA. Presidente da Liga Nacional Africana (1947-1956), cujos sócios — afora os fundadores em 1940 Manuel Inácio dos Santos Torres, Sebastião José da Costa, Gervásio Viana (pai de Gentil Viana) e José Cristino Pinto de Andrade (pai de Mário Pinto de Andrade)<sup>506</sup> —, António de Assis Júnior, Américo Boavida, Ilídio Tomé Alves Machado, Gentil Viana, Luís Botelho, Viriato da Cruz, Justino Pinto de Andrade, Filipe Pinto de Andrade, Diógenes Boavida, Mário Pinto de Andrade, entre tantos outros pertencentes a outros agrupamentos (LNA, GA, ANANGOLA, PLUAA, PCA, MRA, FUA, MINA, MIA, MLA, MLNA) o cónego Manuel das Neves apoia e inspira indistintamente, pois, no seu entender, chegara a hora

---

<sup>502</sup> Vide J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, p. 18.

<sup>503</sup> J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, p.19; *Monsenhor Manuel Joaquim Mendes das Neves: [...]*, p. 65.

<sup>504</sup> Veja-se J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, pp. 54-57.

<sup>505</sup> Cf. M. BITTENCOURT, «*Estamos juntos!*» [...], p. 80.

<sup>506</sup> Sublinha-se, tal como foi referido sobre a LNA, o empenhamento do cónego Manuel das Neves na defesa dos direitos dos indígenas e dos nativos ou, como disse Mário Pinto de Andrade, virado para um «combate de rectaguarda». A LNA, a seguir aos anos 1940, orientava o seu discurso para a reivindicação de Angola para os angolanos. O cónego Manuel das Neves desempenha um papel de relevo nos círculos dos nativos, estimulando a sua solidariedade e consciência para a autonomia de Angola.



de, em espírito ecuménico<sup>507</sup>, encetar a libertação de Angola do jugo colonial<sup>508</sup>. O início da luta nacionalista visando a construção da Angola independente dá-se com duas rebeliões, em 4 de Fevereiro e em 15 de Março de 1961. A revolução torna-se a via possível para a emancipação de Angola do poder colonial.

Independentemente das ulteriores apropriações do MPLA<sup>509</sup> (que, formado em Tunes e estabelecido em Conacri, concentra a maior parte dos grupos e das individualidades contestatárias ao regime colonial em Luanda e outros centros urbanos de Angola — a elite urbana) dos eventos de 1961, a UPA-FNLA e o MPLA consideram-se os pioneiros do nacionalismo angolano efectivo, com a protagonização das rebeliões de Luanda e do Norte de Angola, juntando-se-lhes, posteriormente, a UNITA na mesma causa.

---

<sup>507</sup> Veja-se D. WHEELER e R. PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 219.

<sup>508</sup> Um dos objectivos próximos da eclosão do 4 de Fevereiro de 1961 era a libertação de filhos angolanos presos pelo regime colonial. Lembra-se o chamado «Processo dos Cinquenta». O cónego Manuel das Neves é, entre os testemunhos do movimento insurreccional do 4 de Fevereiro, considerado a figura proeminente, ora como autor moral, ora como o orquestrador maior do acontecimento. Veja-se J. M. da S. LOPES, *op. cit.*, p. 88 e segs.

<sup>509</sup> O acontecimento de 4 de Fevereiro, início da luta de libertação em Angola na «versão», difundida pelo MPLA, segundo Adolfo Maria, impõe reflexão. Na eclosão da rebelião em 1961, o MPLA não se encontrava em Luanda. Adolfo MARIA, *Angola: contributos à reflexão*, Lisboa, Edições Colibri, 2015, p. 32.

### 3.3. As elites angolanas em busca de pátria, nação e Estado

O contexto internacional, como se expõe a seguir, é paradigmático na legitimação dos nacionalismos ocorridos em África. As transformações mundiais após a Grande Guerra de 1939-1945 levam ao progressivo fim dos impérios coloniais. A França e a Inglaterra iniciam, com cautelas políticas, económicas, estratégicas e diplomáticas, a descolonização das suas possessões africanas nos finais dos anos 1950. Novos países aliam-se aos princípios da ONU, cuja Carta aprovada antes do fim da Guerra estipula a promoção da independência política dos territórios coloniais e sob tutela. Entretanto, Angola continua sob o domínio colonial.

Ora, questiona-se em que medida o processo da luta anti-colonial ou da libertação de Angola terá contribuído para a criação do Estado e da nação de Angola. Dito de outro modo, por que fundamentos Angola se transforma em Estado e nação quando no seu território existe uma pluralidade de povos, a par das suas elites, nos movimentos de libertação nacional, que não estão unidos? Quais foram, portanto, as estratégias políticas perseguidas por esses movimentos? Sabe-se, referimo-lo, que na Europa a nação precede o Estado, embora a história também ofereça exemplos de Estados pré-existentes e nações que sobrevivem a Estados. Em Angola o processo é inverso. A Portugal pertence a autoridade administrativa do território, ficando nele aglutinados grupos étnicos com realidades culturais, sociais e políticas (angolanas ou locais) diferentes. Importa, portanto, discorrer sobre o percurso nacionalista dos movimentos de libertação angolanos em relação à adopção da noção Estado-nação, conforme delineado nas tradições e nos modelos políticos do nacionalismo de matriz europeia, tornada universal. Saliente-se, considerando a nova ordem internacional decorrente do pós-guerra, em 1945, e os exemplos dos territórios africanos tornados independentes na década de 1960, a idealização de Angola como Estado-nação pelos movimentos angolanos pensado (invariavelmente) segundo as noções de País, de Território Livre, de Pátria dos Angolanos<sup>510</sup>. Realidade visível nos discursos dos líderes e nos estatutos dos

---

<sup>510</sup> Veja-se apêndices n.ºs 8, 9; PT/TT PIDE/DGS AC, Del. Luso PI 2197, fls. n.ºs 44-48. Carta de Dr. Jonas Savimbi, «os discípulos e toda a gente na UNITA fora da Terra». Escrita a partir do Território livre de Angola, Região Militar n.º 2, Base Central Angola, Maio de 1971; João ROSA, *Jonas Savimbi: o homem do projecto angolano*, Lisboa, Edições da Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

movimentos, é também apreensível (ver tópico infra) nas acções panfletárias, instrumentos de difusão do sentimento de independência do território de Angola.

## **O posicionamento dos movimentos de libertação**

### ***As narrativas nacionalistas***

Os movimentos de libertação angolanos trilham uma ideia de nacionalismo e de nação territorial<sup>511</sup> para Angola. Exceptuando a evolução da UPNA para UPA-FNLA, as várias associações e partidos do Norte de Angola citados no capítulo anterior, e o caso particular de Cabinda, os movimentos UPA-FNLA, MPLA, UNITA (<sup>512</sup>), os seus nomes e acrónimos são reveladores. Todos os movimentos, associações e partidos propõem uma Angola na extensão das suas fronteiras geográficas e socioculturais herdadas do poder colonial.

Não deixamos, por isso, de referir que o nacionalismo angolano consubstanciado nos três movimentos é cultivado e reivindicado através dos princípios de defesa territoriais<sup>513</sup>. Isto é, pretendem opor-se ao poder colonial instituído no território de Angola. Dentre as suas narrativas nacionalistas vislumbra-se a articulação de todos os discursos à volta da reivindicação da independência. Atitude transversal nas acções panfletárias e sentimentais, a evocação reivindicativa da independência de todos os grupos é

Complementada por discursos enunciadores de um forte sentimento de pertença que se traduz em designações como «nós», «eles», «população de Angola», «pátria», «nossa pátria», «terra», «nossa terra», «povo de Angola», «angolanos», «africanos», «nação» e até «irmãos» em oposição a designações como, «população europeia», «brancos portugueses», «europeus», «eles», etc.

---

<sup>511</sup> No geral, e como referenciámos, o processo de construção da nação remonta ao período da acção colonial efectiva, diferentemente da experiência histórica da Europa Ocidental. Em África, o Estado assume a tarefa da criação da nação num contexto marcado pela multiethnicidade. A nação angolana, a moçambicana e outras dos territórios da África portuguesa seguiram este esquema. Veja-se Rufino Carlos GUJAMO, «A transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004», Lisboa, ICS, 2016, p. 66 e segs.

<sup>512</sup> Como também verifica Gujamo para o contexto moçambicano; Veja-se R. C. GUJAMO, *op. cit.*

<sup>513</sup> Veja-se *supra*, 3.2. Emergência do nacionalismo em Angola.

Procurava-se assim criar um processo de identificação entre uma população e um território (espaço físico) com fronteiras politicamente bem definidas<sup>514</sup>.

No entanto, a aparente unidade territorial sob a dominação colonial, não torna Angola uma nação, pois carece dos elementos fundadores das nacionalidades. Não se pode esquecer, assim referem os nossos entrevistados, que Angola até 1975 é colónia portuguesa. Pelo que não podia ser considerada uma nação. Os nativos não gozavam os mesmos direitos políticos e civis dos «ocupantes». Ademais, só pouco a pouco, a partir do ano de 1976, e de forma muito peculiar, se pode falar de nação angolana<sup>515</sup>. Lembrando alguns exemplos, depois da independência, o

---

<sup>514</sup> Veja-se o trabalho de Fidel Reis sobre a actividade panfletária dos movimentos angolanos. Fidel REIS, «Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996). A configuração do campo político angolano: contributo para o estudo das relações raciais em Angola», ISCTE-IUL, Lisboa, 2010, p. 117; PT/TT SCCIA, Actividades, publicações da FNLA (palavras de ordem), cx. 271, Processo de Informação n.º 288, Maio de 1963, fl. n.º 2.

<sup>515</sup> Nas entrevistas realizadas, neste tópico, questionou-se se Angola, entre os anos de 1956 e 1975, se poderia considerar uma nação. Veja-se apêndices n.ºs 15 e 16, perfil dos entrevistados. Diógenes — 72 anos, natural dos Dembos, província do Bengo; antigo combatente da guerra de libertação pela UPA-FNLA. Técnico Médio, profissional de mecânica. Membro da FNLA, desempenha funções administrativas (FNLA, ala N'gola Kabangu). Crente da Igreja Evangélica Baptista de Angola. Entrevista em Luanda, em 20 de Março de 2018.

José — 76 anos, natural de M'banza Kongo, província do Zaire. Antigo combatente da luta de libertação pela FNLA, onde desempenhou várias funções militares; comandante da 1.ª região; chefe de operações e chefe de logística do ELNA. É técnico Médio e atendeu o Ensino Universitário na Faculdade de Ciências Físico-Matemáticas, na Tunísia. General reformado das FAA. Crente da Igreja Evangélica Baptista de Angola. Entrevista em Luanda, em 5 de Abril de 2018.

Francisco — 51 anos, natural de Bolongongo, província do Kwanza-Norte. Refugiado e militante da UPA-FNLA no Congo Léopoldville até ao fim da guerra de libertação. Residente em Luanda, técnico Médio. Desempenha funções no Secretariado Nacional para os Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra da FNLA (ala Lucas N'gonda) onde é membro do Bureau Político. Professa a fé cristã, Igreja Metodista Unida de Angola. Entrevista realizada em Luanda, em 9 de Abril de 2018.

Zeferino — natural de Cabinda, de 72 anos, antigo combatente, militante e deputado reformado do MPLA. Titular do grau de Mestre em História pela Universidade Agostinho Neto. Desempenha actualmente actividades de docência no Ensino Superior. Professa a fé cristã, católica. Entrevista em Cabinda, em 28 de Julho de 2017.

Castro — natural de Luanda, de 84 anos, ex-militante e combatente do MPLA durante a guerra de libertação nacional. Formado em topografia, curso Médio. Reformado, reside em Lisboa, Portugal. Entrevista em Lisboa, em 11 de Dezembro de 2017.

Isaías — Clérigo católico, nasce no Huambo, em 1933. Formado em Filosofia e Teologia, em Roma, Itália, e em Ciência Política, no Instituto Católico de Paris. Residente em Luanda, é Bispo Emérito. Entrevistas em Luanda e Benguela, em 11 e 15 de Abril de 2018. Jofete — Clérigo Metodista, nasceu em Malange, em 1933. Formado em Teologia, Faculdade de Teologia da Igreja Metodista de São Paulo (Brasil) e Universidade de Northwestern (EUA). Bispo reformado da Igreja Metodista Unida de Angola. Entrevista em Luanda, em 22 de Setembro de 2017.

Emmanuel — nasce em Cabinda, em 1962. É formado em Ciências da Educação, pastor da Igreja Kimbanguista, exerce funções de docência no Ensino Superior. Residente em Cabinda. Entrevista realizada em Cabinda, em 12 de Setembro de 2017. Rocha — natural de Cabinda, tem 90 anos. Formado em Filosofia, Seminário Maior de Luanda, cristão católico. É professor reformado, autoridade tradicional e membro da sociedade civil. Entrevista em Cabinda, em 4 de Agosto de 2017.

Kupessala — natural de Benguela, 71 anos. Residente na Catumbela, província de Benguela, antigo combatente da guerra de libertação e militante da UNITA. Coronel reformado das Forças Armadas

governo instituído em Angola é monopartidário, de tendência política socialista ou comunista, norteado por uma ideologia marxista-leninista, e dirigido unicamente pelo MPLA. Mergulhada numa guerra fratricida, a «nova» Angola incorre no perigo de ser um mosaico sociocultural nem sempre coexistente<sup>516</sup>.

*A priori*, o ideal de um Estado-nação, se pensado para Angola entre os movimentos de libertação, não pareceu consistente. A mira de todos era atingir o poder e, segundo as antagónicas filiações ideológicas do tempo, constituir um governo-tipo que se adequasse a Angola.

A história do percurso nacionalista dos movimentos angolanos e a batalha anti-colonial (de cerca de 14 anos) não revela indicadores de consolidação dos fundamentos teóricos do surgimento das nações.

Conforme a documentação consultada, nota-se certa intenção de organização dos movimentos de libertação quanto ao ajuste de programas para Angola. No campo militar, a UPA-FNLA está mais adiantada em relação ao MPLA. Até ao primeiro semestre de 1963, o maior enfoque do MPLA cinge-se ao quadro político. Mas a partir do mês de Julho desse ano, as autoridades portuguesas destacam a elevada capacidade de planeamento do MPLA que, caminhando atrás da supremacia da UPA-FNLA, o projecta na estruturação e na organização político-militar para a almejada conquista de Angola, facto que não se concretizou, através da formação do Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), da elaboração de estatutos e de regulamentos, especialmente de um regulamento geral interno do movimento, do estatuto da juventude e dos programas de instrução para quadros e para as massas<sup>517</sup>. Pode compreender-se, neste sentido, que as noções de nação, nacional

---

angolanas. Entrevista em Benguela, em 3 de Maio de 2018. Emiliano — natural do Bié, ex-combatente das Forças Armadas de Libertação de Angola, FALA, militante da UNITA. Formado em Engenharia Civil, residente no Huambo, reformado, crente da Igreja Evangélica Congregacionista, em 75 anos. Entrevista em Luanda, a 16 de Abril de 2018.

<sup>516</sup> Pedro Pezarat CORREIA, *Angola: do Alvor a Lusaka*, Lisboa, Hugin, 1996, p. 35.

<sup>517</sup> No ano de 1963 as autoridades portuguesas (Quartel-General da 2.<sup>a</sup> Repartição) apreenderam vários filmes (de 35 mm) constituídos por fotografias de apontamentos dactilografados e de desenhos esquemáticos reproduzidos em documentos de instrução do MPLA. O conjunto do material apreendido, segundo a avaliação feita, revela nova mobilização do MPLA no campo militar com foco nos seguintes aspectos: 1) organização militar do povo com enquadramento na preparação de milícias populares (organização, armamento, treino, lugares de actuação, destacamento de guerrilheiros); 2) desenvolvimento da luta adaptada a Angola; tipificação das fases da luta (defensiva, equilíbrio de forças e contra-ofensiva); 3) técnica de explosivos, sua fabricação e aplicação. Nos anos posteriores, registam-se, no mesmo sentido, a projecção do curso normal de

e nacionalista, tal como utilizadas nos círculos políticos, académicos e sociais ocidentais, são invocadas como o *leitmotiv* para a justificação do nascimento da «nova» Angola só de maneira instrumental.

As narrativas nacionalistas da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA, nas suas várias formas de intervenção social e anti-colonial, segundo a historiografia das décadas de 1960 e 1970, seguem as oposições ideológicas, regionalistas e étnicas<sup>518</sup>. As bases de apoio e a vinculação popular desses movimentos são facilmente identificadas com os principais grupos etnolinguísticos: a UPA-FNLA, Kikongo; o MPLA, Kimbundu, e a UNITA, Umbundu. As estatísticas revelam que os movimentos conseguiram mobilizar com maior intensidade na sua génese tais grupos etnolinguísticos no apoio à causa nacionalista. No entanto, como abordaremos adiante, as etnicidades transcorreram em todo o processo nacionalista angolano, mas não desconjuntaram a unidade política e social do território. À fragmentação étnica, associam-se outras variáveis na desagregação do nacionalismo angolano que não sendo decisivas, nos parecem justificáveis. Tal é também a perspectiva de Christine Messiant, que defende como razão das contendas entre os movimentos nacionalistas angolanos a competição pelo poder. Mais do que produto de oposições étnicas, a divisão do nacionalismo angolano é compreendida como a tradução da competição pelo poder político entre as diversas elites dentro do mesmo processo nacionalista<sup>519</sup>.

Segundo Christine Messiant, as rivalidades fundantes das diferenças sociais e culturais em Angola devem-se ao desenvolvimento histórico e espacial da colonização portuguesa, que causa o aparecimento de dois tipos de elites

---

graduados político-militares do MPLA; elementos de teoria e tática militar do MPLA; e o investimento formativo da UNITA na República Popular da China. Veja-se: PT/TT ASC, A primeira conferência nacional do MPLA, Dezembro de 1962, cx. 14, n.º 1, doc. 3; PT/TT ASC, SPINTREP n.º 19 (confidencial), Guerra Revolucionária, PERINTREP/SUPINTREP, Relatório Especial, Informação QG/RMA-2ª. Rep, NPS7, cx. 14, n.º 1, doc. 11, Luanda, 17 de Agosto de 1963, p. 1; PT/TT ASC (confidencial), Quartel-General, 2.ª Repartição, SUPINTREP 22, Instrução do ELNA, Relatório Especial, Informação n.º 9, Actividade do In., em 1965, SUPINTREP n.ºs 17 e 19, Guia de Instrução aos guerrilheiros, NPS 7, cx. 14, n.º 1, doc. 11, Luanda 17 de Agosto de 1966; PT/TT ASC, cx. 14, n.º 1, doc. 13, 14, 15, 19, 1968-1972; PT/TT ASC, Cursos de sublevação ministrados na Academia Superior Político-Militar de Nanquim, Declaração de um dos agitadores treinados em Nanquim, cx. 14, n.º 1, doc. 12, Setembro de 1966.

<sup>518</sup> John Marcum e René Pélissier são dois dos autores que associam a emergência e a fragmentação do nacionalismo angolano às diferenças entre os grupos étnicos angolanos, cf. J. MARCUM, *The Angolan revolution [...]*; R. PÉLISSIER, *La colonie [...]*.

<sup>519</sup> C. MESSIANT, *1961: l'Angola colonial [...]*, p. 351.

geograficamente separadas. No primeiro grupo, encontra-se a elite, minoritária, dos assimilados, mestiços ou negros, que a colonização distingue estatutariamente nos finais do século XIX. Nos anos 1950 e 1960, dezenas de jovens oriundos dessa elite (assimilada) seguem para a Europa, especialmente para Portugal, a fim de estudarem nas universidades. O vínculo entre esses jovens, pela base das suas origens — a burguesia urbana e o aparelho administrativo —, vem a criar o MPLA. Essa elite não se define por intermédio da origem étnica e, menos ainda, pela sua cor, mas, sim, pela sua trajectória histórica. Ou seja, pelas circunstâncias históricas da assimilação, e identifica-se enquanto oriunda das famílias urbanas que, passando por três ou quatro gerações, estão desligadas da etnia<sup>520</sup>. Todavia, essa visão não é de todo linear. Há no seio do MPLA divergências, crispações, cisões e incompreensões de várias índoles<sup>521</sup>.

O segundo grupo é composto, na perspectiva de Patrick Chabal, pela elite que se constitui noutro meio e por um percurso diferente. Grande parte desta é fruto da migração Bakongo, entre o Norte de Angola e o ex-Congo Belga, estabelecendo-se, fundamentalmente, em Léopoldville, onde o movimento de contestação à dominação colonial exalta a «raça» negra e o «povo» Bakongo. É desta elite que nasce a UPA-FNLA, constituindo-se, fundamentalmente, como um movimento etnonacionalista dirigido por membros pertencentes à aristocracia real *konguesa* e, maioritariamente, às famílias protestantes (baptistas). A visão desta elite sobre o colonialismo, muito virada para a oposição à cultura europeia e aos colonos, demonstra as matrizes etnonacionalista e tradicionalista deste movimento, caracterização passível de ser aplicada à UNITA<sup>522</sup>. Mas, pelo desenrolar da luta de libertação angolana e pela ligação embrionária da UNITA ao AMANGOLA, esta evolui para um movimento desarticulado do etnonacionalismo. Christine Messiant considera-as elites menos visíveis internacionalmente, porque se reservam no interior de Angola (Norte, Bakongo, e Sul Ovimbundu). Porém, nas comissões constituídas para a estrutura jurídico-constitucional do processo transitório da

---

<sup>520</sup> Opinião de Castro, nosso entrevistado. Lisboa, 2017.

<sup>521</sup> Veja-se J.-M. M. TALI, *op. cit.*

<sup>522</sup> P. CHABAL (dir.), *A history [...]*.

independência de Angola no Alvor, todos os integrantes (movimentos de libertação) apresentam uma composição variada, não étnica<sup>523</sup>.

As discrepâncias entre os movimentos nacionalistas angolanos, recorrentes em toda a sua história, não desvirtuam, já o dissemos, a visão (colectiva) de uma Angola territorialmente unitária. A elite crioula, a classe assimilada, constitutiva do MPLA, apesar da sua componente urbana (imbricada no modelo metropolitano), contempla para melhor justificação da luta anti-colonial, *a posteriori*, os pés-descalços, ou seja, os indígenas no fundamento do nacionalismo<sup>524</sup>, razão que transforma o MPLA num movimento de massas, sobretudo nos finais de 1974, estendendo-se, para o efeito, da cidade para os musseques, a começar por Luanda. A aristocracia *konguesa* da UPA-FNLA (como alguns a consideram) e o grupo de Savimbi, presumidamente *ovimbundu*, constituído pelos Cokwe e pelos Nganguelas no Muangai, muito ligados à etnia (a UNITA), também contemplam nos seus objectivos nacionalistas a totalidade das populações angolanas nascidas no território colonial.

Recuando um pouco no tempo, é importante referir que a circulação dos vários grupos urbanos, isolados, congregando já nos anos 1940 e 1950 intenções nacionalistas em Luanda, e dos outros aparecidos fora do território angolano, reforça-se o sentimento da libertação de Angola do poder português. As palavras de ordem (identificadas também na panfletária) são evidentes. Pensa-se numa Angola multicultural e multirracial dirigida por angolanos, mesmo que, como referimos, estes grupos não estivessem, *ab initio*, unidos organicamente, e, posteriormente, tivessem composto um dos três movimentos que advogam a independência dos povos de Angola em nome da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA. Os angolanos brancos, negros e mestiços e portugueses progressistas, ligados a associações culturais e desportivas, habitantes dos bairros (Makulusso, Bairro Operário) e dos musseques de Luanda, começam a inscrever, nas suas

---

<sup>523</sup> Veja-se Fundação Mário Soares, Espólio António Arnão Metello, Acordo do Alvor, composição das delegações presentes, pasta nº 11007005, 1975, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.005> (2019-2-24); Carmo VAZ (dir.), *Angola rumo à independência: o governo de transição, documentos e personalidades*, Luanda, Livrangol, 1976, p. 15 e segs. Fernando CASCAIS, «Cimeira sobre Angola: 11 meses para definir uma vitória certa», *Vida Mundial*, 1975 pp.50-51 e apêndice n.º 27: organigrama da estrutura jurídico-constitucional (Alvor) de Angola até à independência.

<sup>524</sup> Segundo referiu Castro, nosso entrevistado. Lisboa, 2017.



acções, nos seus textos, nas suas conversas e nas outras facetas do dia-a-dia, as diferenças culturais de Angola em relação à Metrópole, em termos diatópicos e noutras manifestações artísticas, culturais e literárias. A intenção das palavras de ordem é apresentar a realidade colonial de Angola além-fronteiras, expondo-a no novo contexto do engajamento político internacional<sup>525</sup>. De Luanda desenha-se um mapa de denúncias das desigualdades em que a tónica recai na ordem colonial e, consentaneamente, pressagia-se uma nova ordem, uma Angola livre do colonialismo tal como as políticas da nova ordem mundial ditam<sup>526</sup>. Tece-se, nesta óptica, a ideia de uma Angola livre, sem que contradiga as ligações culturais e linguísticas há muito estabelecidas no território<sup>527</sup>.

Esta «nova» Angola imaginada é, entretanto, questionável. Luandino Vieira, por exemplo, interroga-se sobre as razões que uniram os filhos da terra, os portugueses progressistas, os intelectuais, os trabalhadores, numa causa de liberdades e de direitos políticos. O estado ou a condição de colonizado, prisão da manifestação do homem enquanto ser consciente, leva-o a concluir que o princípio da unidade só se pode basear na «mistura de desejos, de ansiedade e de origens que projectava um mundo diferente, aberto ao diálogo e à expressão artística, [n]a consciência de ser angolano e [n]a necessidade de o afirmar num ambiente hostil»<sup>528</sup>.

Da tradição literária do colonizador, como observa Luandino Vieira, projecta-se a unidade política da «angolanidade», que também se define, segundo Alfredo Margarido, como sendo a substância nacional de Angola. Perspectiva essencialista de identidade (ver Ricoeur, *infra*), com a «angolanidade» procura-se evocar uma autonomia para Angola que não é só cultural, na língua e na expressão literária,

---

<sup>525</sup> Atente-se, neste propósito, às respostas dos entrevistados que consideram, sem excepção, a construção da Angola independente por todos os movimentos de libertação.

<sup>526</sup> José Luandino VIEIRA e Margarida Calafate RIBEIRO, *Papéis da prisão: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*, Alfragide, Portugal, Caminho, 2015, p. 15.

<sup>527</sup> A outro nível, lembre-se o destaque de outros intervenientes no quotidiano colonial, especialmente na música, na dança, nas artes, na poesia e noutras manifestações culturais locais. Menciona-se, de igual modo, noutra contexto as práticas e dinâmicas desportivas desenvolvidas na colónia «com liberdade» incluindo os musseques, ainda que sob olhar vigiado das autoridades (controlo do ócio) e meio de estímulo económico (sector privado). Cite-se, por exemplo, M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade, [...]*, pp. 29-32; Jorge MACEDO, *Obreiros do nacionalismo angolano: ngola ritmos*, Luanda, Angola, 1989 ; Marcelo BITTENCOURT, «O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960)», *Análise Social*, LII (4.º)-225, 2017, pp. 874-893; Juliana BOSSLET, «Lazer em Luanda: o controlo do tempo livre dos trabalhadores e a manutenção da ordem colonial (1961-1975)», *Análise Social*, LII (4.º)-225, 2017, pp. 830-847.

<sup>528</sup> J. L. VIEIRA e M. C. RIBEIRO, *Papéis da prisão [...]*, p. 16.

mas sobretudo política. Angola é, também, como Portugal para os portugueses, a mãe e a pátria dos seus filhos. É com este espírito que, à entrada dos anos 1960, os movimentos de libertação assentam arraiais nos argumentos de legitimação política, da defesa e da unidade do povo como nação, e da pátria angolana, visto que o colonialismo desenraíza e marginaliza os filhos da terra, excluindo-os do seu território de nascença pela ausência de direitos civis e políticos.

Em alusão aos acontecimentos de 15 de Março de 1961, no Norte de Angola, Holden Roberto menciona, o que constitui a sua principal determinação é libertar o povo e unir a nação.

Hoje, podemos dizer que o mérito da UPA-FNLA é o de ter permitido a criação duma obra perene de que todas as populações de Angola, negras e brancas, virão a beneficiar. E foi graças a essa luta por nós desencadeada, que nesses últimos catorze anos muita coisa mudou em todas as colónias portuguesas, em Angola e, mesmo em Portugal [...] <sup>529</sup>.

Segundo Holden Roberto, a nação angolana não pertence ao Estado português, ela é constituída pela população, pelo povo e por todos os naturais de Angola <sup>530</sup>. É-se angolano pelo nascimento, o qual confere o vínculo de pertença à terra. Por esta razão, o esforço de luta anti-colonial contra Portugal é justificável. A nação é, segundo a UPA-FNLA, a «terra de Angola livre», cantada no (seu) «hino nacional de Angola».

Angola, Angola: notre pays  
Tu es la mesure de tout  
Notre mère, notre père  
De Cabinda à Cunene  
Tu es tout  
Notre mère, notre père  
Terre des héros aimée  
  
Tes enfants nous sommes  
Pour toi, nous luttons  
Sauve-nous  
Terre de Ancêtres  
Tes enfants nous sommes

---

<sup>529</sup> Jornal *EXPRESSO*, entrevista citada.

<sup>530</sup> Idem. É importante notar, no discurso de Holden Roberto, tanto o pioneirismo da UPA-FNLA na luta de libertação de Angola, inspirando, inclusive, os movimentos africanos de outras possessões portuguesas (a sua anterioridade em relação à CONCP, FRAIN), quanto o ter sido um factor do desgaste do regime do Estado Novo conducente ao seu fim.

Le dragon nous braverons  
Ô terre bien aimée  
Patrie de héros aimée  
Ecoute la voix du soldat  
«Je n'ai pas peur»  
Oui, nous n'avons pas peur

Nos rois nous nous rappellons  
Qui luttèrent contre envahisseurs  
Pour sauver notre terre souillée  
Nous aïeux nous nous rappelons  
Nous te louons, ô terre bafouée  
Angola, notre Angola<sup>531</sup>.

Quanto ao MPLA, as narrativas da nação angolana podem ser vistas no seu Estatuto e no seu Programa publicados em 1962. Refere-se que, na ocasião, os confrontos deste movimento com a UPA-FNLA no concernente à sua afirmação nos planos africano e internacional sobre Angola se verificam equilibrados, pois, além das rivalidades dos dois movimentos, a semântica nacionalista do território angolano ocupado é concordante com os seus programas de libertação.

No território angolano, o MPLA (também) advoga ser o interlocutor legítimo dos destinos nacionalistas de Angola: é a «organização patriótica» que apela para a «unidade populacional»<sup>532</sup> para a libertação do território. Com Viriato da Cruz, «o pensador do MPLA», segundo testemunha Adolfo Maria<sup>533</sup>, o movimento adota a via do socialismo. A composição plural da *intelligentsia* do MPLA (assimilados, mestiços, brancos, negros e progressistas), embora urbana e elitizada, define Angola, sobretudo para o triunfo da revolução, segundo nossa opinião, como o país dos “pés-descalços”, defendendo (embora no âmbito das palavras) os indígenas que constituem a maior parte da população de Angola. A inclusão desta classe, popular (considerada de massas), e do interior do território nos desígnios do movimento é feita também por intermédio dos seus representantes tradicionais (os

---

<sup>531</sup> Vide PT/TT SCCIA, Processo de Informação n.º 70, U.I., cx. 240, fls. n.ºs 176-177. Hino nacional em língua francesa, também traduzida em língua *kimbundu*.

<sup>532</sup> Vide PT/TT SCCIA, MPLA “Documentos”, 1, cx. 235, Processo n.º 29, fl. n.º 2. Estatuto e Programa do Movimento Popular de Libertação de Angola, 1962.

<sup>533</sup> A. MARIA, «O MPLA não existia (...)», p. 14; 16. A mesma opinião pode ser percebida na apresentação dos coordenadores Edmundo ROCHA, Francisco SOARES e Moisés Silva FERNANDES da obra *Angola. Viriato da Cruz: o homem e o mito. Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973*, Lisboa; Luanda, Prefácio; Caxinde, 2008, p. 11.

sobas) e pelos jovens (militantes)<sup>534</sup>. Através do apelo para a militância, e com estes dois conjuntos, o MPLA delineia a construção da ideia de nação angolana. Os militantes são por definição os nativos, os legitimadores da libertação colonial da sua pátria. O povo angolano é, portanto, como alega Agostinho Neto, «o conjunto de todas as camadas patrióticas da Nação [que] são elementos do Povo, os operários, os camponeses, a pequena burguesia patriótica e a intelectualidade progressista»<sup>535</sup>. Por isso, por Angola, a revolução é o esforço dedicado para erradicar o colonialismo e instituir uma nação libertada. Assim, segundo Agostinho Neto,

Libertar [Angola nação] é transformar pela violência uma ordem social estabelecida por minorias; libertar é retirar uma parte da Humanidade da dominação de determinada classe social; libertar é salvar explorados, da exploração; libertar uma sociedade, é fazer [a] revolução<sup>536</sup>.

O argumento da defesa dos habitantes de Angola colonial pela revolução obriga, no entender do MPLA, à unidade dos povos de Angola definidos segundo uma nova jurisdição nacional.

O nascimento da UNITA, conforme aparece no seu manifesto, deve-se ao intento de reapropriação da pátria angolana (a terra dos angolanos), a libertar do domínio colonial. A carta de Jonas Savimbi aos angolanos para adesão à luta anti-colonial refere como fundamento a urgência da recuperação da «nossa terra», Angola<sup>537</sup>. Contra o colonialismo, pela «pátria», «unidos venceremos», diz Savimbi, e Angola será uma nação independente<sup>538</sup>. Daí a fórmula, «para a UNITA quem é angolano»:

1. Preto, branco ou mestiço que tenha nascido em Angola e que lute para a concretização da Independência Total de Angola e pela sua reconstrução harmoniosa; 2. Todo o indivíduo radicado em Angola e que ame esta terra, contribuindo para a sua reconstrução nacional como Estado independente e soberano; 3. Todo o indivíduo que venha a adoptar Angola como sua Pátria,

---

<sup>534</sup> Segundo o parecer de Zeferino e Castro, nossos entrevistados. Cabinda e Lisboa, 2017.

<sup>535</sup> Agostinho NETO, *Sobre a libertação nacional*, Luanda, Edição alusiva ao 30.º aniversário da morte do Dr. António Agostinho Neto, 2009, p. 36.

<sup>536</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>537</sup> Vide PT/TT PIDE/DGS AC, Del. Luso PI 2197, fls. n.ºs 44-48. Carta de Dr. Jonas Savimbi, «os discípulos e toda a gente na UNITA fora da Terra». Escrita a partir do Território livre de Angola, Região Militar n.º 2, Base Central Angola, Maio de 1971.

<sup>538</sup> PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA, cx. 244, Processo de Informação n.º 80: Anexo A, Relatório n.º 178/66-Gab, 17 de Setembro de 1966, fls. n.ºs 34-40.

trabalhando para ela com todos os seus esforços materiais e espirituais, que façam de Angola um exemplo de convívio, de progresso e de justiça social<sup>539</sup>.

Os movimentos angolanos pensam a nação e o futuro Estado de Angola adoptando, do pensamento europeu, a noção de pátria. Para eles, o nascimento caracteriza basilamente o vínculo de pertença à nação angolana considerada a terra dos ancestrais de que descende a grande comunidade dos povos de Angola. Por ligação afectiva e memorial, a terra dos «pais», ao longo dos tempos, foi metaforizando a Angola enquanto corpo moral, mítico, místico transubstanciando a sua população na «frátria de compatriotas»<sup>540</sup>.

Do vínculo à terra nutre-se a ideia e o sentimento de pátria que as diversas comunidades e grupos habitantes do território angolano, definido no virar do século, compartilham entre si, ainda que com dissonâncias linguísticas, culturais e étnicas. Lembra-se que a OUA, embora defendendo o primado pan-africanista como a ideologia da estimulação da libertação colonial dos territórios africanos, em relação à partilha de África e reconhecendo as suas consequências, apelara para o respeito e para a inviolabilidade das fronteiras coloniais. Excluem-se, desta forma, as tentativas de revisão das fronteiras africanas.

A complexidade do nacionalismo (estatal, tardio) africano, emergente no pós-guerra e visto a par da crescente crise do conceito Estado-nação no panorama ocidental, em que o registo do termo ocorre mais na projecção das organizações transnacionais, no multilateralismo, na cooperação regional e sub-regional, não deixa de ilustrar que o território colonial angolano concorra para Estado e nação a partir da independência do território. Este concurso, conduzido ao tempo pelas elites políticas, não impede que se critique a sua inaplicabilidade concreta. Nem sempre se consideraram as peculiaridades das várias comunidades (étnicas), descontentes com a união forçada na jurisdição colonial. Neste sentido, foi possível ver-se a sobreposição de múltiplos factores no ordenamento da vida social angolana. Factores que, vistos entre a posição das comunidades locais, nos seus modos de organização (africana), nos tempos que medeiam entre a guerra de libertação e a independência, e longe da ordem cívica da futura configuração

---

<sup>539</sup> João ROSA, *op. cit.*; Samuel CHIWALE, *Cruzei-me com a História*, 2ª., Portugal, Sextante, 2011, p. 97.

<sup>540</sup> F. CATROGA, «Pátria, [...]», p. 10.

jurídico-política do território (Estado pós-colonial) almejado pelas elites, desafiam a unidade nacional de Angola.

Perguntados, os vários actores (entrevistados) dizem invariavelmente o mesmo, hoje, que pretendem construir o Estado e a nação de Angola. Entretanto, não transparece, nos anos 60/70 e do ponto de vista do pensamento, a conceptualização do modelo de Estado de Angola<sup>541</sup>. Segundo se percebe, o contexto internacional e as experiências dos recém-independentes Estados africanos, junto com a adopção da via política do socialismo<sup>542</sup>, induzem as lideranças dos movimentos de libertação angolanos a abraçar o discurso marxista-leninista (evolução da sociedade) para justificar a revolução<sup>543</sup>. Esse discurso, da transformação social de Angola dá congruência ao apelo para a luta. Mas, serviria sobretudo para os futuros dirigentes, enquanto estratégia retórica de mando, concentrados nos parâmetros da liturgia do poder e da conveniência política. O povo angolano, perante as projecções dos programas dos movimentos de libertação e das ambições das suas elites depois da proclamação da independência de Angola, limita-se, quiçá, a ficar expectante quanto à «nova» sociedade.

Não admira, segundo evocou o nosso entrevistado Zeferino, que, no seio dos intelectuais e dos líderes dos movimentos de libertação, se presenciem desinteligências quanto aos propósitos da luta e ao futuro posicionamento deles aquando da independência<sup>544</sup>. É o caso, no MPLA, das revoltas «Activa» e do «Leste», dissensão de intelectuais (na construção da mesma elite) que abala profundamente a unidade do movimento. Estas revoltas representam, dentre os objectivos colectivos de um movimento de libertação, aqui com o MPLA, o perigo da luta pelo poder dos principais dirigentes. Entre as motivações da crise citam-se o «presidencialismo absoluto», o combate ao racismo, ao tribalismo, ao

---

<sup>541</sup> Questionaram-se, neste tópico, as estratégias políticas perseguidas pelos movimentos de libertação angolanos e a ideologização do modelo/projecto de Estado-nação reservado para Angola.

<sup>542</sup> Cf. Y. BENOT, *op. cit.*; Renate ZAHAR, *Colonialismo e alienação: contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*, Lisboa, Ulmeiro, 1976, p. 14.

<sup>543</sup> Segundo Yves Benot, o impacto do estalinismo e da ideologia marxista-leninista em África tinha a ver com os crimes do colonialismo e não com os de Estaline. Pelo que, para os patriotas africanos, Estaline e a URSS representavam o exemplo quer da construção do socialismo realizada em condições de subdesenvolvimento, quer da intransigência frente às potências colonialistas. Y. BENOT, *op. cit.*, p. 23.

<sup>544</sup> Zeferino, entrevista em Angola, 28 de Julho de 2017.

regionalismo e a pretensão de restaurar os princípios políticos do MPLA elegidos nos seus estatutos<sup>545</sup>. Este conflito, revoltas «Activa» e do «Leste», é uma das demonstrações, no caso específico do nacionalismo angolano, do desfasamento prático das convicções intelectuais e ideológicas e dos princípios de interesse colectivo (da luta) entre dirigentes e a base de um movimento independentista.

Várias ocorrências registadas durante a guerra de libertação — a resignação causada pelo cepticismo, a participação efectiva, ou não, na luta, a interrogação sobre o verdadeiro papel de cada militante — servem também de exemplos dos demais constrangimentos impostos pelos protagonistas (a elite) do MPLA e dos outros movimentos contra os anseios das bases militantes e, também, contra os próprios ideais de libertação no seio dos membros da cúpula. Tal é o caso, dentre muitos, de Henrique Alberto Quádrios Teles Carreira, «Iko»<sup>546</sup>, e de outros militantes que se sentiram frustrados por falta de resultados sustentáveis do movimento e pela ausência de perspectivas em relação ao futuro político de Angola

---

<sup>545</sup> Veja-se J.-M. M. TALI, *op. cit.*, vol. I, p. 247 e segs. Fátima D'Alva Penha Salvaterra PERES, «A revolta activa: os conflitos identitários no contexto da luta de libertação nacional», dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

<sup>546</sup> Vale acrescentar às referências já feitas ao percurso político de Henrique Quádrios Teles Carreira, «Iko». Nasce em 1933, na Kibala, Kwanza Sul (seguramente, diz Costa Andrade). A sua família, segundo o testemunho de Costa Andrade, é originária de Luanda, e o seu pai desempenha importantes tarefas na Liga Africana. Faz os estudos primários e secundários em Luanda, seguindo, posteriormente para Lisboa onde frequenta o curso de Direito. Em Lisboa alinha, prática obrigatória na época, na Mocidade Portuguesa. Posteriormente, recrutado para as fileiras da Força Aérea Portuguesa, onde encontra outro mancebo de origem africana, cabo-verdiano, Pedro Pires. Ao que tudo indica, com o curso de Direito inconcluso (2.º ano), «Iko» frequenta-o na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pois, segundo o próprio, é preso ao associar-se a um colega de faculdade, em Coimbra, com «ideias revolucionárias», participando em reuniões clandestinas. Têm por isso de abandonar Portugal fugindo da PIDE, em 1961, para a Espanha. Salvos por elementos da Oposição Democrática alcançam a França juntamente com vários jovens e, de França, cai-lhe a sorte de se reinstalar em África, com passagens da Argélia para Marrocos. Neste país do Magrebe é nomeado representante do MPLA e responsável pelo acompanhamento dos recruta do MPLA que vão receber treino na Argélia. Representa o CONCP e a UGEAN em Rabat. De Marrocos, em 1962, sob proposta de Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, «Iko» Carreira é integrado no Comité Director do MPLA, responsabilizado pelo Departamento de Segurança. Do Comité Director, «Iko» Carreira acumula responsabilidades nos Departamentos da Guerra, das Relações Exteriores, das Finanças, da Cultura, dos Quadros, do Comando da Região e da CPM. São destacáveis ainda da biografia de «Iko» Carreira as suas actividades de combate na 2.ª Região (Cabinda), 3.ª Região (Leste), na Zâmbia (Zona C) e os cursos e treinos militares frequentados em Marrocos e Cuba. A passagem de «Iko» na Frente Leste (Luso e Moxico) fá-lo receber informações de madeireiros portugueses e, supostamente, cooperar com a tropa portuguesa estacionada nesta região. Este relato, confrontado com a descrição de Carlos Pacheco, pode inferir-se o colaboracionismo que esta entidade do MPLA deve ter prestado às autoridades portuguesas. *Vide Iko CARREIRA, O pensamento estratégico de Agostinho Neto: contribuição histórica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 16-20 ; C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, p. 115.

no decurso de 1962 e anos seguintes<sup>547</sup>. Em 1964, cerca de duas centenas de militantes do MPLA, apreensivos com a inoperância política dos principais dirigentes, solicitam o ingresso na UPA-FNLA. O que se sabe é que Matias Miguéis desaconselha Holden Roberto a admiti-los<sup>548</sup>.

No MPLA, um dos exemplos de tergiversação que denotam fragilidade nos ideais da concepção nacionalista das cúpulas do movimento, acima referido, é o de «lko» Carreira. Este quadro do MPLA, no decurso da luta armada, congemma a sua fuga do movimento e torna-se numa peça fundamental de colaboracionismo com as autoridades portuguesas, por intermédio de agentes da PIDE. Conforme testemunha Castro e atestam as fontes, o colaboracionismo é uma prática que acompanha a vida de todos os movimentos (angolanos) no decorrer da luta de libertação<sup>549</sup>. Pode dizer-se que o colaboracionismo é resultado do estado de guerra (sobrevivência, salvaguarda de interesses próprios, carreira, etc.). Daí o colaboracionismo de vários militantes de vários movimentos.

A decisão de «lko» Carreira, figura de relevo do MPLA, de colaborar com as autoridades portuguesas nos finais de 1964 deveu-se, no seu entender, ao facto de os objectivos da luta de libertação estarem, na época, longe do alcance dos independentistas. Este registo pode levar a equacionar (entre os escolhos dos processos revolucionários) a desarticulação dos fundamentos nacionalistas do MPLA. Vicissitudes «típicas» da situação de guerra — corrupção, desvio de material de guerra, dissonâncias nas lideranças (interior e exterior), intrigas, etc. — demonstram o divórcio entre as ideias e a acção no campo nacionalista. Facto que leva, no caso de «lko» e tantos outros, a ponderar, por um lado, o seu

---

<sup>547</sup> A propósito de «lko» Carreira, veja-se a exaustiva investigação de Carlos Pacheco, cap. 2: «Labirinto de espelhos: «lko» Carreira e a PIDE». Pacheco deslinda a história inédita, menos sedutora e conhecida do grande comandante «lko». Apostando nos elementos menos heróicos do percurso do comandante do MPLA, «[...] história que se compagina com factos que remontam a 1965 e nos mostra os tormentos de um homem [pio nos ideais da revolução!] em profunda crise de desilusão com o Partido e com o caos larvar que destruíra pouco a pouco as suas estruturas em Brazzaville, em Lusaca e nas bases guerrilheiras do MPLA em Cabinda e na Frente Leste; mas sobretudo a história que mostra o ápice da sua saturação de espírito e que o levou em dois momentos cruciais a querer desertar», C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, p. 102. O nosso olhar centra-se, *grosso modo*, na compreensão da falta de substância ideológica nos ideais do nacionalismo angolano.

<sup>548</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>549</sup> Entrevista em Lisboa, em 11 de Dezembro de 2017. Veja-se também Angelino Alberto e o seu movimento NTÓ-BAKO, capítulo II.



empenhamento na libertação de Angola. Mas, por outro, a revelar a inoperância da afirmação nacionalista das elites angolanas.

Deolinda Rodrigues, citada por Pacheco, reaviva as desavenças políticas que ocorrem no MPLA na fase da luta de libertação ao queixar-se da falta de seriedade, dos abusos de poder, da corrupção e demais torpezas de vários chefes e militantes. São os casos de Santana André Pitra, «Petrov» ou «Petroff», Kashiona e Lucienga, Pedro Maria Tonha, «Pedalé», Roque Manuel Tchiendo, «Swing», Rui Filomeno de Sá, César Alfeu, José Pascoal Chicaia, «Gakson» que nas bases do MPLA em Dolisie não só se furtam às missões programadas, mas também praticam tráfico de material do movimento (desvio de armas), forjam outras missões e desviam dinheiro<sup>550</sup>.

Esses comportamentos assim descritos parecem verdadeiros se confrontados com os discursos «oficiais» difundidos no âmbito da cúpula do movimento. Todavia, vislumbrando-os, por exemplo, com a mensagem do boletim do militante do MPLA adoptado do discurso de Fidel Castro em 1965, as conclusões são paradoxais.

[...] Há que tomar iniciativas, mas há que respeitar a disciplina, há que tomar iniciativas, mas há que consultar e há que discutir, discutir em todos os escalões. É necessário que não se confunda revolução com *picnic*, é necessário que todo o mundo saiba, desde a base até à direcção, que a revolução é trabalho, que a revolução é esforço, que revolução é firmeza, que a revolução é constância, que a revolução é energia, que a revolução é sacrifício, e que há que resolver os problemas que surjam com a energia e a prontidão necessárias. Não sejamos conformistas, não desesperemos, mas também não nos conformemos. Não desesperemos em face de problemas que necessitem de tempo, mas não nos conformemos face a problemas que possam ser resolvidos rapidamente se houver maior empenho e interesse<sup>551</sup>.

É também revelador o testemunho de Costa Sozinho da Fonseca. Este militante do MPLA, foragido em 1965, descreve a crueldade da experiência por que passou, assim como a de muitos outros (tantos anónimos) militantes, no seio do movimento por inaplicabilidade dos instrumentos legais. Em primeira mão, Costa Sozinho da Fonseca descreve a ala do MPLA Neto como «colonialista: sevícias, surra à palmatória, os militantes não gozam do direito de expressão, de crítica ou de

---

<sup>550</sup> C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, pp. 103-107; D. RODRIGUES DE ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 155-160.

<sup>551</sup> ANGOLA, «Para ti guerrilheiro», Boletim do Militante do MPLA, n.º 4, Fevereiro de 1965, p. 17, in PT/TT ASC, cx. 14, n.º 1, documento 16.

auto-crítica e de correspondência como era o MPLA dirigido por Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Matias Miguéis»<sup>552</sup>.

Voltando ao caso de «Iko», os contactos com as autoridades portuguesas processam-se por intermédio de três agentes da PIDE. Teófilo Vieira Barbosa, «João Alexandre», espião da PIDE em Kinshasa, que se fazia passar por agente comercial; António Salvador Gonçalves, «Sanjongo» ou «Josué», comerciante e, sobretudo, Pedro Paradela Correia, industrial e proprietário de uma serração na zona do Luatamba, no distrito do Moxico<sup>553</sup>.

Dessas ligações, destaca-se a habilidade de Paradela ao serviço das autoridades portuguesas. Ao mesmo tempo que colabora com a PIDE, é figura proeminente na estrutura do Comité de Acção Clandestino do MPLA no Moxico. Serve de guia nalgumas operações de vulto das forças de destacamento portuguesas, do mesmo modo que, no lado do MPLA, por ser credor de boa reputação partidária, a cúpula desse movimento endereça-lhe mensagens de apreço.

Paradela faz saber que

Apesar de Iko ser para o organismo de inteligência Luso, em termos de aliciamento de insurrectos, a prioridade número um, os colaboradores da polícia não descuravam o apoio a dar a outras chefias insurgentes que lhes escreviam bilhetes a toda a hora pedir panos, cuecas, camisolas, medicamentos, tabaco, fósforos, açúcar, sal, azeite, pasta dentífrica, escova de dentes, sabonete, papel, panelas, e outros objectos. Do lote desses responsáveis militares salientam-se: Basto Chidele, «Ginga-Ginga», Jorge Pedro Magina, «Sozinho», Almeida Horácio «Jikula Meso», «Deixa Falar», Paulino Catiolo, «Basovava», Amós Buanja, «Kilimanjaro», «Kafukufuku», «Kwanza Sul» e João Francisco Diogo, «Faísca». As cartas fluíam levadas e trazidas por mãos de numerosos mensageiros, até por milícias da PIDE que tinham por missão contactar os guerrilheiros<sup>554</sup>.

Essas constatações de colaboracionismo, do topo à base e de modo muito invariável no seio do MPLA e de outros movimentos de libertação angolanos, demonstram não só a complexidade do projecto político alternativo ao poder dominante desses movimentos, como também revelam a falta de preparação organizacional e política no declínio do regime e das estruturas coloniais.

---

<sup>552</sup> PT/TT PIDE-DA-C-2-88-1, 1965, fls. n.ºs 1-9.

<sup>553</sup> Vide C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, p. 107.

<sup>554</sup> *Ibid.*

Observamos as mesmas constatações na opinião de Rocha. Segundo este nosso entrevistado, a luta armada de libertação, tal como se desenrola, antecipa dois cenários que revelam, primeiro, a suposta dependência das elites independentistas angolanas da extenuação do poder vigente ante a falta de capacidade organizacional e logística e, segundo, uma batalha hegemónica no seio das elites sobre a gestão posterior do território independente<sup>555</sup>.

A UPA-FNLA e a UNITA também demonstram, ao longo do percurso nacionalista angolano, insuficiências organizacionais e desinteligências entre as suas classes de dirigentes.

O movimento de Holden Roberto procura, em relação ao MPLA e à UNITA, o robustecimento dos seus ideais da libertação de Angola apoiando-se no Governo da República do Zaire. Persegue, por isso, todos aqueles que considera traidores, quer pertencessem ao seu movimento ou a outros<sup>556</sup>. Apesar do seu alegado empenhamento na causa nacionalista, a UPA-FNLA carece dos fundamentos de um verdadeiro movimento político. A direcção do movimento mais não é do que um espaço de oportunidades ou de privilégios daqueles indivíduos que, viajando pelo exterior (países africanos, europeus, americanos e asiáticos) em nome da causa angolana, se arrogam uma legitimidade em nome dos povos de Angola.

Francisco, nosso entrevistado, descreve Holden Roberto, como era visto por todos os refugiados angolanos, como o enviado, o libertador do povo angolano desde Léopoldville: *yembe* (pomba, na língua *kikongo*)<sup>557</sup>. A mesma opinião não têm

---

<sup>555</sup> Entrevista em Cabinda, aos 4 de Agosto de 2017.

<sup>556</sup> Segundo considerou Holden Roberto, desertam da luta armada por ambições pessoais e colaboração com o inimigo, Alexandre Taty, André Marcos Kassinda, Kassanga, Mendonça Balombo, Jonas Savimbi, José João Liahuka, os membros do Conselho do Povo Angolano (CPA), Manuel Mlamvu, Miguel Dialo, Martin N'sanda, Martin N'smbu, Pascal Luvualu da UNTA. PT/TT SCCIA, Fuga de dirigentes da NTÓ-BAKO, opositores a Holden Roberto, 1966, cx. 257, Processo de Informação n.º 162, fl. 25. Citam-se ainda, segundo os SCCIA, os desertores das fileiras do ELNA, Paulo Sebastião Domingos, comandante da companhia Tigre e dos seus companheiros Pedro Panzo, Sebastião Sengue e Bisco Álvaro; Adriano Narciso (paioleiro), André Chunhonda (paioleiro), Luciano Chipuile, Adriano Zelenga, Jeremias e Raimundo – da companhia n.º 3; Leonardo de Almeida, José Carlos, Martinho Campos, Joaquim Álvaro, Ribeiro Afonso, Moisés Alves, Francisco Moisés, Correia Paulo, David Evaristo – da companhia Cabinda, etc. PT/TT SCCIA, Actividades, situação psicológica da FNLA, cx. 252, Processo de Informação n.º 126, fls. n.ºs 6-7; 11-13, 1973.

<sup>557</sup> Esse membro da UPA-FNLA compreende o movimento na figura do seu líder, Holden Roberto, como a figura bíblica de «João Baptista», o guia enviado para antecipar o dia do triunfo do povo. Entrevista em Luanda, em 9 de Abril de 2018.

outros entrevistados, que acham que «quem é bom nacionalista não pode ser bom cristão»<sup>558</sup>. Ora, Holden Roberto, ao invés de fortificar o movimento, rende-se à esperança da intercessão dos missionários protestantes baptistas (SBM) junto das administrações americanas. Vale-se do argumento de ser líder dos angolanos, mas não tem a «capacidade de escuta, não admitia o contraditório, era partidarista e não dava assistência aos militares»<sup>559</sup>. A liderança de Holden Roberto a frente da UPA-FNLA reveste-se, neste sentido, de incipiência organizacional<sup>560</sup>.

Jonas Savimbi é outro líder do nacionalismo angolano. Fundador da UNITA, congrega em 1966 parte da elite angolana que transforma o seu movimento numa terceira força do nacionalismo angolano. A projecção de Angola em Estado-nação é o objectivo que a UNITA se propõe atingir pela via revolucionária. Em teoria, esses ideais parecem, entre os integrantes do movimento, alcançáveis. Sabe-se, na génese da UNITA, como Jonas Savimbi acorre à China para os primeiros apoios. Pode ver-se, nesta perspectiva, a linguagem socialista, marxista-leninista entre os argumentos da legitimação e mobilização da luta para a independência<sup>561</sup>. Mas na prática os meios escasseiam e a ideologização limita-se aos instruídos. O colaboracionismo (Operação Madeira, já referida), situação que os membros da UNITA entrevistados minimizam<sup>562</sup>, deixa antever o jogo político de Jonas Savimbi

---

<sup>558</sup> Opinião de Diógenes, entrevista em Luanda, em 20 de Março de 2018.

<sup>559</sup> José, entrevista em Luanda, em 5 de Abril de 2018.

<sup>560</sup> Sobre a incipiência organizativa da UPA-FNLA, importa lembrar as observações levantadas no estado da questão deste trabalho (capítulo I), acerca do movimento de Holden Roberto como um movimento despojado da roupagem nacionalista moderna (por exemplo, Chabal). Coteje-se, nas afirmações de Zahar, que Frantz Fanon apoiou, durante muito tempo, Holden Roberto e o seu movimento, e isto mesmo quando já havia fortes suspeitas de que este fosse um agente dos EUA. Ao mesmo tempo, recusa admitir a representatividade do MPLA e do seu presidente Agostinho Neto. Além dos motivos da sua amizade pessoal para com Holden Roberto, parece ter preferido o movimento campestre da UPA-FNLA ao MPLA, forjado na experiência da luta urbana, particularmente em Luanda. *Cfr.* R. ZAHAR, *op. cit.*, p. 17.

Vários são os relatos de deserções, punições e condenações de angolanos pela UPA-FNLA. Veja-se PT/TT SCCIA, Actividades, situação psicológica da FNLA, cx. 252, Processo de Informação n.º 126, 1973; PT/TT SCCIA, Actividades da FNLA e ELNA, cx. 263, Processo de Informação n.º 213, 1973.

<sup>561</sup> Segundo os depoimentos de Jacob Hossi Inácio, a *intelligentsia* da UNITA, tão logo que o movimento foi fundado, acorre para a China. Entre Março e Junho de 1965, foram instruídos, militar e politicamente, precisamente na ideologia marxista-leninista. Na breve formação (de três meses), aprendem o marxismo-leninismo e porque é que todos os povos evoluídos e em progressão o seguem, recebem explicações por que os países socialistas não pretendem agredir outros povos e por que combatem a opressão e a exploração do homem pelo homem, pois, o seu objectivo é a paz mundial. PT/TT ASC, Declaração de um dos agitadores treinados em Nanquim, PIDE, Setembro de 1966, cx. 14, n.º 1, doc. 12.

<sup>562</sup> Assim observam os nossos entrevistados: Kupessala, natural de Benguela, 71 anos de idade, antigo combatente da guerra de libertação e militante da UNITA. Coronel reformado das Forças

em nome da UNITA a par das estratégias similares dos outros líderes dos movimentos de libertação de Angola. Mais do que teorizar ou preparar um ideal-tipo de Estado para Angola, espera-se pela queda do regime colonial. Numa fase mais adiantada da luta armada, Lukamba Gato<sup>563</sup> compreende que o líder da UNITA não tenha deixado de cometer erros. Pois, «nenhum líder político tem um programa político para ser desenvolvido em guerra». A referência a esses erros, a que todos os líderes que marcam a história da humanidade se sujeitam, Lukamba Gato aponta para o «excesso de zelo naquilo que eram as convicções [pessoais] de Savimbi», por acreditar «numa Angola mais justa, mais africana, mais acolhedora» que, no seu entender, «no meio desse projecto [da independência de Angola, Savimbi] não permitia qualquer tipo de veleidade». Pode questionar-se ainda, quanto aos erros de Savimbi no seio do seu movimento e do processo nacionalista, no geral, se têm a ver com a falta de liberdade, tolerância, «democracia» ou com a falta do espírito de inclusão ou com a falta da aceitação de oposição dentro da UNITA. O que poderia comprometer os objectivos por que este movimento se considere nacionalista. Ainda segundo Lukamba Gato, Jonas Savimbi «nas suas convicções mais profundas tinha ideias contrárias», «nunca foi pró-ocidental» e «era um homem de esquerda, da esquerda chinesa responsável»<sup>564</sup>.

Essas considerações podem levantar outras interrogações sobre o que os líderes do nacionalismo angolano pensam do Estado e da nação de Angola. Conforme temos salientado, pelas circunstâncias do tempo, mais do que perfilharem, idealizarem ou trilharem uma ideologia e, ou, uma teoria política para a formação do Estado-nação de Angola, Jonas Savimbi e outros líderes, Holden Roberto, Agostinho Neto, assim como os seus respectivos movimentos, pautam-se por

---

Armadas. Entrevista em Benguela, em 13 de Maio de 2018; Emiliano, natural do Bié, ex-combatente das Forças Armadas de Libertação de Angola, FALA, militante da UNITA, residente no Huambo, reformado de 75 anos. Entrevista em 16 de Abril de 2018, em Luanda.

<sup>563</sup> Paulo Lukamba, «Gato», nasce no Huambo, em 13 de Maio de 1954. Ingressa na UNITA em 1974, quando conclui os seus estudos secundários. A efervescência política registada nos anos de 1974 em Angola leva-o, tal como a muitos outros jovens da sua época, a aderir aos movimentos de libertação. Opta pela UNITA convencido, sobretudo, pela reunião da juventude marcada por Jonas Savimbi no Bié, em 1975. Ocupa um cargo logístico do movimento de Jonas Savimbi, o de director do gabinete de Savimbi, de representante da UNITA em França e de secretário-geral da UNITA (de 1995 a 2002).

<sup>564</sup> Lukamba GATO, «Savimbi morreu em 1991 », *Angolense*, 2006, consultado em 7 de Setembro de 2018.

denúncias contra as políticas de ocupação colonial portuguesa, o que lhes dá legitimidade política.

Acreditar no esgotamento do regime do Estado Novo ante o desenrolar político dos novos compromissos da ordem internacional no contexto da Guerra Fria, e, por isso, aliar-se, independentemente da sua matriz ideológica, aos Estados que garantiriam apoios (para o robustecimento, sobrevivência na guerrilha e esgotamento do sistema colonial), é uma das estratégias que as lideranças dos movimentos de libertação obviamente seguem<sup>565</sup>.

Têm enquadramento, neste íterim, as declarações de Vasco Vieira de Almeida<sup>566</sup>, por carta, aos movimentos de libertação no período da transição para a independência. Na exposição deste político, o percurso dos três movimentos angolanos, na construção do Estado-nação de Angola, é resumido «em reflexos primários de um nacionalismo mal-entendido»<sup>567</sup>, o que comprometeria o «novo» poder a implementar no território. O silêncio dos líderes angolanos perante a escalada de violência perpetrada pelos seus movimentos no período da transição para a independência esvazia o conceito e os propósitos do nacionalismo angolano.

Conforme descreve Vieira de Almeida, as proporções da crise levantada pelos três movimentos angolanos no seio do governo de transição constituído, não dão sinais de compreensão da ideia de um «Estado-nação de Angola», por parte dos

---

<sup>565</sup> Testemunham essas opiniões os nossos entrevistados, Rocha e, com algumas reservas, Emiliano, quando respondiam às questões sobre as dinâmicas da guerra colonial, que modelo de Estado-nação os movimentos reservam para Angola e se os movimentos de libertação de Angola teriam idealizado um Estado-nação tipo para Angola. Entrevistas em Cabinda, Angola, em 12 de Setembro de 2017, e em Luanda, Angola, em 16 de Abril de 2018.

<sup>566</sup> Vasco Vieira de Almeida nasce em Lisboa, em 1933, licencia-se em Direito em 1957. Exerce advocacia e desempenha funções bancárias e de gestão de empresas. Na luta contra a ditadura, Vieira de Almeida integrara o MUD Juvenil e fizera parte da candidatura de Arlindo Vicente à presidência da República. Tinha sido amigo de Agostinho Neto e de outros dirigentes angolanos na Universidade. Após o 25 de Abril, faz parte do primeiro Governo Provisório Português como Ministro da Coordenação Económica. Em Angola, durante a transição da independência, dirige o Ministério da Economia com a coadjuvação de três Secretários de Estado, Graça Tavares (UPA-FNLA), António Lopes Teixeira (MPLA) e Manuel Alfredo Teixeira Coelho (UNITA). Aceitara a proposta de integrar, pela parte portuguesa, o Governo de Transição com o apoio, como o próprio disse, do MFA e do MPLA, o que não o impediu de resignar ao cargo. Cf. Vasco Vieira de ALMEIDA, «Advogado deve agir como cidadão». Entrevista com João Teives e Fátima de Sousa, *Advocatus* Lisboa, Junho de 2011.

<sup>567</sup> PT/TT Tito de Moraes, Carta de Vasco Vieira de Almeida aos movimentos de libertação, cx. 20, pasta n.º 3, documento 1, fls. n.ºs 1-5, 1975.

intelectuais angolanos (incluindo os regressados e integrados no governo instituído na altura), pois passam a combater o próprio povo que lhes compete defender.

Não contava [afirma Vasco Vieira de Almeida] com a miopia daqueles que, não contentes em precipitar o conflito no tempo, provocam uma luta militar suicida de que a única vítima é o povo que também dizem respeitar, correndo o risco de aniquilar à partida o projecto pelo qual tantos se bateram e morreram durante catorze anos de luta contra compatriotas meus. O governo até então instituído, não fez nada, excepto revelar a sua absoluta incapacidade e irresponsabilidade. Uma boa parte dos governantes é totalmente incompetente, mas nem sequer disso têm consciência, perdendo o seu tempo em escaramuças caricatas para a obtenção do miniprestígio de fachada. As decisões não tomam: e quando as tomam não se cumprem: reina a mais completa indisciplina [...], destroem-se ingénua ou propositadamente as próprias estruturas vitais do país, com ideia de que sobre os escombros será possível reconstruir de novo, sem se pensar nos tremendos custos sociais e nos terríveis sacrifícios e sofrimento humanos que esse caminho facilmente impõe, não se atendendo sequer a dramática experiência de outros países de África, antes de Angola<sup>568</sup>.

As críticas de Vieira de Almeida, oportunas, exageradas e/ou redutoras na ocasião, não deixam, no entanto, de transparecer a defesa da intervenção e continuidade portuguesas na causa de Angola mais do que do antigo poder ora decaído, visto que o desfecho não parece ter sido o esperado.

Ora, as circunstâncias da época que conduzem a tal agravamento, entre elas, as da guerra anti-colonial, induzem a responsabilizar todos os intervenientes. A «repressão» policial do regime ditatorial português em Angola não deu margem para a preparação política dos movimentos angolanos quer quanto ao modo de repensar localmente o território, quer quanto aos moldes de uma continuidade do aparelho burocrático do Estado aí implantado.

Como abordaremos no capítulo seguinte, perante as mudanças da política internacional quanto ao sistema colonial e diante do esgotamento do regime colonial português, as elites angolanas elaboraram um cenário, que foi mais o da conquista do poder (por via militar), que preferiram ao da idealização de um Estado e nação.

---

<sup>568</sup> *Ibid.*, fls. n.ºs 1-3.

## Da desunião dos movimentos angolanos: etnicidades, três projectos nacionalistas ou competição pelo poder?

Lembre-se que o percurso nacionalista angolano foi sobretudo empreendido pelos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA. É, outrossim, importante perceber — a par das narrativas nacionalistas — o posicionamento político destes movimentos na construção do Estado-nação angolano (sopesadas, por exemplo, as influências sociais, culturais e linguísticas da nova comunidade imaginada).

Decerto, os movimentos angolanos andavam desavindos (ideologicamente e, ou, etnicamente). Nunca formaram uma frente única para atingir a independência de Angola, objectivo comungado por todos. Não é, portanto, despiciendo questionar a complexidade dos nacionalismos, o impacto das etnicidades no processo da formação da identidade nacional angolana. A razão do questionamento refere-se ao facto de o MPLA ser visto como o único movimento que se reveste das categorias modernas do nacionalismo (movimento urbano, constituído por assimilados de cultura e usos ocidentais), sendo que a UPA-FNLA e a UNITA, tradicionalistas e voltados para a etnia, têm uma visão nacionalista que incide na compreensão de Angola segundo as categorias sociopolíticas de ordem africana, local, rural e menos orientada para a esfera urbana<sup>569</sup>. Fechados nas suas bases de origem, nas três grandes regiões (Norte, UPA-FNLA, Centro, MPLA e Sul, UNITA), com excepção Kimbundu (do MPLA), Bakongo e Ovimbundu do território de Angola, a UPA-FNLA e a UNITA são considerados movimentos que ostentam o nacionalismo étnico e tradicionalista<sup>570</sup>. Apesar disso (das várias classificações possíveis), parece-nos que a questão da etnicidade implica um enquadramento nas discussões teóricas das identidades colectivas. Como disse, discutivelmente, Anthony Smith, «é a identidade nacional, a mais fundamental e inclusiva das identidades colectivas, visto que a sobreposição das outras identidades colectivas (de classe, de género, de raça, de religião) raramente conseguem debilitar essa identidade primeira, embora a possam influenciar»<sup>571</sup> e muitas vezes com violência.

---

<sup>569</sup> Cf. P. CHABAL (dir.), *op. cit.*, p. 5.

<sup>570</sup> *Ibid.*, pp. 5-8.

<sup>571</sup> Veja-se A. SMITH, *op. cit.*, p. 176.



Recorde-se, no entanto, que essa «identidade primeira», a «identidade nacional», da visão ideológica de nacionalismo de Anthony Smith, no caso angolano, é, *a priori*, precedida por etnicidades e reclamada como identidade cultural.

As vias do nacionalismo perseguidas pelas elites angolanas são as da manutenção de uma nação territorial da Angola que procede da jurisdição colonial<sup>572</sup>. Vencido o colonialismo, a idealização do Estado-nação de Angola não parece ir além da herança do Estado colonial com a sua máquina burocrática, institucional e cultural<sup>573</sup>.

É da perspectiva de Anthony Smith que apreendemos o conceito de nacionalismo<sup>574</sup> em Angola — movimento ideológico cuja mira é o alcance e a manutenção da autonomia, da unidade e da identidade de um povo, cujos membros crêem constituir uma unidade comunitária. Nessa perspectiva conceptual de Anthony Smith, o nacionalismo é considerado sobretudo uma ideologia, de que também os movimentos angolanos se servem para intuir o alcance e a manutenção da autonomia, da unidade e da identidade do povo colonizado numa única comunidade.

Porém, os movimentos independentistas angolanos, nas diversas fases da sua luta contra a presença colonial portuguesa, não forjam modelos próprios de pensamento nacionalista. O que não significa, como abordaremos mais adiante, a prevalência de interesses de índole étnica nesses movimentos, quando os três procuraram estrategicamente garantir as suas bases sociais tradicionais e, também, mobilizar simpatias e apoios alargados. A vertente étnica do nacionalismo,

---

<sup>572</sup> Atente-se que, no decorrer do processo transitório da independência, além de todas as diferenças e interesses dos movimentos angolanos, todos eram concordantes com os limites geográficos definidos por Portugal. Excluía-se, desta feita, todas as hipóteses reivindicativas dos naturais do Enclave de Cabinda. Veja-se o processo das negociações para a independência de Angola: Movimentos de Libertação de Angola e Portugal — Mombaça/Alvor *in* PT/TT EMA, cx. 125, pasta n.º 6, Negociações para a independência de Angola, 1974, cujo desfecho o artigo 3.º do Acordo do Alvor plasmou a delimitação geográfica e política de Angola actual.

<sup>573</sup> A UPNA — antes da sua transformação para UPA-FNLA depois que o seu mentor, Holden Roberto, foi aconselhado por eminentes chefes de Estado de territórios africanos recém-independentes da década de 1960 — foi o único movimento dentre os três que reclamou, reconhecidamente, a libertação regionalista de Angola.

<sup>574</sup> Veja-se *supra*, o conceito de nacionalismo.

neste caso atribuída à UPA-FNLA e à UNITA, também pôde ser aplicada ao MPLA<sup>575</sup>.

Mas a aplicação da noção de nacionalismo étnico em Angola só seria possível se na decorrência do encontro entre os portugueses e os vários povos do território de Angola (Kongo, Mbundu, Lunda-Cokwe, Ovimbundu, Nganguela, Kuanhama, etc.), a manifestação da resistência destes à invasão estrangeira, não permitisse que o domínio colonial os conglomerasse sob a mesma bandeira. Apesar das oscilações e muitas diferenças ao longo dos séculos, a imposição do domínio português nas suas várias etapas de conquista, do século XV ao século XIX, obrigou a dependência de todos os povos de Angola (nome adoptado do reino N'gola, entre os povos Mbundu<sup>576</sup>) do poder colonial.

Da administração colonial do século XX, os movimentos de libertação em nome dos povos de Angola procuram por uma unidade e identidade colectiva regendo-se pelos princípios largamente difundidos e convencionados — aceites e exigidos em África pela OUA na década de 1960 — da formação das novas entidades políticas, preservando as fronteiras coloniais e servindo-se da língua do dominador. Isto é, baseando-se nos vastos sistemas culturais eruditos precedentes segundo a caracterização de nacionalismo de Benedict Anderson.

Importa enquadrar a busca da identidade nacional no contexto de Angola além da ideia da existência de um nacionalismo eminentemente étnico. Seguimos, para o efeito, a caracterização de Anthony Smith sobre a identidade nacional.

De acordo com as observações de Anthony Smith, o impacto do nacionalismo no aparecimento e incidência das identidades nacionais não se limita à criação de nações territoriais. O nacionalismo tem sido, por isso, também significativo na

---

<sup>575</sup> Na base de formação do MPLA, além da composição crioula, urbana e assimilada dos seus integrantes, é notório a identificação dos membros à circunscrição Mbundu (nos antigos reinos *N'gola*, *Matamba*, *N'dongo*), falantes do *kimbundu*, sendo Luanda o núcleo da ligação. O movimento é forjado por filhos das grandes famílias luandenses e de outras dos grandes centros urbanos, principalmente do Kuanza Norte, do Bengo e de Malange. Embora desvinculados à etnia por distanciamento geracional, o MPLA é movimento dos *mbundu* e faz-se à volta de Agostinho Neto. Cf. M. P. de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade*, [...].

<sup>576</sup> Sobre a origem do nome Angola, veja-se Vatomene KUKANDA, «À procura do significado de "Angola"», in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, Luanda, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 282-295.

formação de nações étnicas<sup>577</sup>. No tocante a esta última constatação, a par do modelo de nação territorial, é de notar que a sua manifestação é de um passado recente, reflectindo-se, sobretudo, nos nossos dias enquanto nacionalismo (étnico) que «parte de baixo», nação originada e dirigida quer interiormente, para galvanizar e purificar a «verdadeira» nação e os membros desta, quer exteriormente, contra opressores estrangeiros e concorrentes pelo poder político<sup>578</sup>.

Ora, há três vagas que Anthony Smith distingue no etnonacionalismo<sup>579</sup>. A primeira, no início e final do século XIX, na Europa Oriental e Médio Oriente; a segunda, nos territórios ultramarinos de impérios europeus, em África e na Ásia; e a terceira, na Europa Ocidental, alcançando a Jugoslávia, a Roménia, a Polónia e a União Soviética, podendo encontrar-se as primeiras manifestações desta terceira vaga no Canadá, entre os habitantes do Quebeque, e nos EUA, entre os Negros do Sul e, depois, entre os Índios e os Hispânicos. Além do grande número de etnonacionalismos europeus (catalão, basco, bretão, flamengo, escocês e galês), que têm origem antes da II Guerra Mundial e com antecedentes culturais vetustos (1880), a segunda vaga, cujas referências se situam em Angola, dentre os muitos grupos de povos africanos, os Bakongo, os Mbundu, os Lunda e os Ovimbundu, serve de base para compreender o gérmen nacionalista dos movimentos de libertação angolanos. Aliás, como se disse, os principais líderes do nacionalismo angolano têm larga dependência dos grupos sociais e culturais das suas origens.

Lembra-se, portanto, que a expressão etnonacionalista desses grupos de povos — Bakongo, Mbundu, Lunda e Ovimbundu —, como a reconheceu Anthony Smith, resulta da resistência à invasão estrangeira, aquando da ocupação portuguesa dos seus territórios. Perdida a batalha contra os «invasores», a incorporação desses povos na jurisdição colonial, ainda que suscitasse bastantes reservas e sentimento de hostilidade (v.g., UPNA e outras agremiações surgidas no Congo Léopoldville entre 1950 e 1960, ver cap. II), não compromete o desejo de combate ao poder colonial. A identidade étnica atribuída aos povos Bakongo, Balunda, Ovimbundu e Mbundu perde-se no decorrer da luta da libertação de

---

<sup>577</sup> A. SMITH, *op. cit.*, p. 153.

<sup>578</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>579</sup> *Ibid.*, pp. 154-155.

Angola, ainda que com múltiplas ressignificações<sup>580</sup>. Os movimentos angolanos entendem que, além das rivalidades entre si, as identidades (regionais, étnicas, locais, singulares) têm o significado de pertença às mesmas terras dos ancestrais usurpadas pelos colonos. Assim, a vitória da luta contra essa ocupação passaria pela unidade de todos e, acompanhando os novos tempos, pela adopção das estruturas políticas do «invasor». Ou seja, pela formação de uma pátria colectiva de libertados.

As perspectivas dos nacionalismos angolanos, exceptuando a via dos nacionalismos eruditos na classificação de Benedict Anderson, é ainda adequável à noção elaborada por Anthony Smith. A vertente étnica, erudita, doutros contextos (v.g. europeu: catalão, basco, bretão, flamengo, escocês, galês) dessa ideologia não tem o mesmo significado de vanguarda política entre as elites dos movimentos independentistas angolanos<sup>581</sup>.

Os traços das etnicidades fizeram e fazem parte de todos os povos e estão presentes na constituição identitária das nações. Todavia, apresentam-se a seguir várias abordagens que, no contexto específico de Angola, ajudam a compreender as nuances das etnicidades no processo de construção da identidade nacional.

Acerca das etnicidades presentes nos processos nacionalistas, para Barbara Harff e Ted Robert Gurr, existem quatro grupos politicamente activos na afirmação

---

<sup>580</sup> Vários relatos e episódios de rivalidades existiram quer no seio dos movimentos quer entre os movimentos. Coteje-se o percurso da afirmação nacionalista angolana abordada no capítulo II. No seio do MPLA, Deolinda Rodrigues conta a presença de «trafulhices regionalistas»; o fracasso de missões por renegação dos guias e por debandada dos guerrilheiros. D. RODRIGUES DE ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 159-164. No caso da UNITA, é exemplificativa a deserção de Samuel Chivala, «Mwanangola», natural de Mulongo, município do Léua, província do Moxico, comandante da UNITA e um dos primeiros quadros formados na China. Por sentimento «tribal», segundo quem o descreveu, pois não queria esquecer que era *cokwe*, deseja na cúpula da UNITA (*ovimbundu*) a sua quota de poder como presidente. Nomeado chefe político das FALA, numa das conferências de quadros, de regresso para a sua área de actuação, foi dando férias a todos os soldados que não eram *cokwe*. Rodeado por cerca de 44 soldados, todos *cokwe*, e bem armados, parte para o Congo Léopoldville e ingressa nas fileiras da UPA-FNLA. Cf. M. M. N. PUNA, *op. cit.*, p. 69. Veja-se também J. M. SAVIMBI, *op. cit.*, p. 22.

Todavia, os fundamentos do nacionalismo seguiram adiante. Conforme destaca José, ex-militar ao serviço da UPA-FNLA, a experiência da luta de libertação do seu movimento e de outros representa sobremaneira a convivência de angolanos de todas as proveniências (para lá das diferenças regionalistas) na intenção única de libertar o território. Refere ainda, na sua opinião, o encurtamento da luta de libertação caso os políticos deixassem que os militares angolanos se congregassem, afora das decisões unilaterais e dependentes dos políticos. Entrevista em Luanda, em 5 de Abril de 2018.

<sup>581</sup> Observem-se os trabalhos de E. GELLNER, *op. cit.*; E. J. HOBBSAWM, *A Era [...]*; e B. ANDERSON, *Comunidades imaginadas, [...]*.

nacionalista: os etnonacionalistas, os povos indígenas, as etnoclasses e os contendores comuns<sup>582</sup>. De acordo com esta categorização, o primeiro grupo (etnonacionalista), em Angola, chamaria atenção para o movimento de Holden Roberto que evoluiu de UPNA para UPA-FNLA e de outros grupos angolanos emigrados no Congo Léopoldville. Tal asserção, da prevalência etnonacionalista, não vinga, pois Angola colonial constituiu, desde o final do século XIX, território português indivisível.

É possível ver-se na elite da UPA-FNLA (UPNA), que pensa inicialmente no antigo reino do Kongo, e também na do MPLA (com rudimentos) e da UNITA, interesses étnicos e linguagens no sentido de ligação grupal (região, língua local e cultura) que progridem para uma concepção nacional na compreensão de Angola. A mesma realidade se verifica na composição das elites desses movimentos, pois a sua proveniência geográfica mais ligada a um determinado grupo étnico e linguístico (no Norte, em Luanda, no Sul), alarga-se, integrando membros de todas as proveniências de Angola. Os três movimentos integram individualidades de todas as regiões de Angola que, formadas em diversos contextos (por exemplo no estrangeiro) e implicadas em projectos emancipalistas com práticas, vocabulário e história próprias, têm uma ideia de Angola unitária e perseguem o nacionalismo territorial, anti-colonial e independentista<sup>583</sup>.

---

<sup>582</sup> Barbara HARFF e Ted Robert GURR, *Ethnic conflict in world politics*, 2<sup>nd</sup> ed., Boulder, Colo, Westview Press, 2004.

<sup>583</sup> Vejam-se apêndices n.º 21 (origem geográfica e social — plural — e formação académica das elites dos movimentos angolanos): 21.2; 21.3.2.2; 21.3.5; 21.4; 21.4.5.; apêndice n.º. 24.

Sublinha-se ainda, conforme referido pelos entrevistados, quanto aos fins étnicos entre os movimentos de libertação e a sua influência social em Angola, a existência de uma memória crítica que reconhece, além das características étnicas nos discursos de cada movimento de libertação, a intervenção dos três movimentos na história da libertação de Angola.

Na opinião de Diógenes, destaca-se a instrumentalização da memória nacionalista por parte do MPLA. Atendo-se na experiência da UPA-FNLA, Diógenes refere a intencionalidade tendente ao esquecimento da figura de Holden Roberto. Na década de 1980, a fim de fragilizar o legado da UPA-FNLA, o MPLA cria sob direcção de Lucas N'gonda e do general Tonta, ex-membros do movimento de Holden Roberto, a COMIRA — Comité Militar de Resistência em Angola, decorrendo daí em diante a divisão da UPA-FNLA em duas alas, uma fiel ao presidente e fundador Holden Roberto e outra, reformadora, comandada por Lucas N'gonda. A UPA-FNLA da linhagem Holden Roberto representada por N'gola Kabangu, banida constitucionalmente, acusa de vingança a atitude do MPLA, pois este movimento tem reduzido a UPA-FNLA, N'gola Kabangu, apegada ao Norte de Angola, às origens tribais. Entrevista em Luanda, em 20 de Março de 2018.

David Lake e Donald Rothchild apresentam três distinções da manifestação étnica: primordialismo, instrumentalismo e construtivismo<sup>584</sup>.

A abordagem primordialista considera que a etnicidade é um fenómeno inerente à conduta e à herança dos indivíduos. É biológica e cultural, sendo, por consequência, uma característica fixa dos indivíduos e das comunidades que acontece de modo natural nas relações interpessoais. A consideração desta perspectiva em que a etnicidade é estática, no contexto das divisões e tensões étnicas não explica, no seio das comunidades, o surgimento e as transformações das identidades ao longo do tempo (ver Paul Ricoeur, adiante). Parece óbvio que a etnicidade é inerente à natureza humana e dependente da sua condição sexual e histórica.

A segunda abordagem, instrumentalista, assume a etnicidade como uma ferramenta dos indivíduos, dos grupos e das elites no intuito de concretizarem os seus interesses de índole política, económica e social. Nesta óptica, no convívio social as identidades e as diferenças étnicas não constituem dificuldades, pois as relações dependem de procedimentos de conveniência e de paridade. Os conflitos podem-se justificar somente e em virtude de as etnicidades serem mobilizadas, instrumentalizadas e/ou manipuladas pelas elites de modo a suprirem os seus interesses do ponto de vista defensivo ou ofensivo contra os interesses de outros grupos. O instrumentalismo distancia-se, desta feita, da perspectiva primordialista pois, ao invés de considerar o fenómeno da etnicidade no contexto social, isola-o, dando maior destaque ao papel dos indivíduos influentes, dos grupos e das elites.

A terceira abordagem, o construtivismo, destaca a origem e a natureza social da etnicidade. Segundo defende esta teoria, é com base numa complexa rede de interações sociais que a etnicidade se constrói. Opõe-se, por isso, ao carácter imutável da etnicidade apregoada pela visão primordialista e à permeabilidade

---

<sup>584</sup> David A. LAKE e Donald S. ROTHCHILD (dir.), *The international spread of ethnic conflict: fear, diffusion, and escalation*, Princeton, N.J, Princeton University Press, 1998. Coteje-se a perspectiva da abordagem de Rufino Gujamo no contexto moçambicano: R. C. GUJAMO, *op. cit.* Sobre a abordagem instrumentalista e primordialista, veja-se também Anthony D. SMITH, *Nações e nacionalismo numa era global*, Oeiras: Celta Editora, 1999, pp. 26-30.

suscitada pelos instrumentalistas quanto às manipulações convenientes dos grupos.

Estas perspectivas da etnicidade (etnonacionalismo, primordialismo, instrumentalismo e construtivismo) ajudam a compreender a pluralidade da geografia humana e cultural dos povos que constituem o território, assim como as suas características idiossincráticas, locais e de agregação. O conhecimento daqueles e das suas particularidades não denega, na fase da emancipação política, a convivência e a coabitação colectiva desses povos angolanos. Ao mesmo tempo deve reconhecer-se, no caso particular de Angola, que o factor dominação colonial leva para que o desenrolar da luta de libertação nacional fosse acompanhado por bastantes sinais de sentimentos de pertença regionalista no interior dos seus movimentos. Todavia, numa fase mais adiantada dessa luta, o discurso político e a práxis libertária que todos empreendem deixa transparecer um esforço para ultrapassar o estágio, regionalista, grupal através de um processo de «triantribalização»<sup>585</sup>. O recurso à mobilização étnica nas perspectivas etnonacionalista, primordialista, instrumentalista e construtivista, evoluem para a visão nacionalista do futuro Estado de Angola, baseado de antemão e *a posteriori*, como referiu Mário Pinto de Andrade, no «protonacionalismo»<sup>586</sup>. O gérmen da consciência nacional, enquanto apelo das elites angolanas, é estendido a todos os povos de Angola no sentido de preservarem uma identidade colectiva.

As esperanças invocadas na independência, por exemplo, ainda que de modo instrumental entre os protagonistas dos movimentos de libertação de Angola, demonstram a confluência do primordialismo, do instrumentalismo e do construtivismo nos nacionalismos angolano. A ideia da independência, libertação da condição de colonizado, transforma-se no sonho que invade a consciência dos angolanos. As etnicidades não têm um significado pejorativo, de «ilusão colectiva», mas de possibilidade de os povos (diversos) de Angola unirem-se politicamente, identificarem-se no mesmo território e combaterem o mesmo inimigo. A convocação da luta de libertação, dirigida por três movimentos díspares, não indefere o sonho de os povos de Angola puderem conviver como uma única comunidade. Mesmo se

---

<sup>585</sup> Raul TATI, «A construção do Estado pós-colonial em África e os desafios do renascimento africano», *Estratégia*, XXVII, 2018, p. 352.

<sup>586</sup> M. P. de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano [...]*, p. 79 e segs.

politicamente os protagonistas daqueles movimentos se rivalizam pelo poder, as esperanças na independência entre as populações justificam o sentimento da construção da nova comunidade política, Angola. Os angolanos são, desta feita, todos habitantes (Norte, Centro e Sul do território colonial) humilhados pela dominação portuguesa.

Depois da descrição histórica das etnicidades apresentamos, a seguir, diferentes perspectivas teóricas sobre a identidade. As duas noções, etnicidades e identidade, no estudo dos nacionalismos ajudam a compreender o contexto da construção nacional de Angola. A experiência colonial deste território justificou por parte das elites autóctones entrementes às décadas de 50 e 70 a construção do Estado-nacional de Angola. Sendo que o território era habitado por vários povos, as etnicidades e a identidade são dois tópicos, em relação dialéctica, que explicam a via política da construção de Angola como uma identidade nacional, dentro de todas as identidades colectivas possíveis partilhadas entre os seres humanos.

Paul Ricoeur é outro autor que discute as problemáticas das identidades colectivas. Nos seus estudos privilegia a questão da identidade. A identidade, entendida ora como pertença, ora como exclusão da pessoalidade, é compreendida na acepção essencialista, como substância, e na acepção fenomenista, como algo estável. Ricoeur interpreta assim o tema da identidade (pessoal) segundo a dialéctica entre a ipseidade (*ipse*) e a mesmidade (*idem*), entre a experiência de si (singularidade) e a experiência subjectiva (experiência mental), entre a corporeidade e a memória<sup>587</sup>. Na sua perspectiva, Ricoeur resume a identidade pessoal narrativamente. Ou seja, a identidade narrativa é uma lente, uma lupa que cada ser humano utiliza para se compreender a si mesmo; é a singularidade de cada um de nós; é, enfim, a característica insubstituível que marca a singularidade de identidade pessoal<sup>588</sup>. Neste sentido, a identidade entendida narrativamente, quer seja de uma pessoa quer seja de uma comunidade, é constituída por identificações de valores, de normas, de ideais, de modelos, heróis nos quais a pessoa ou a comunidade se reconhece<sup>589</sup>. Dessas discussões teóricas, os historiadores podem ressentir-se de algumas dificuldades quanto à legitimidade epistemológica dos

---

<sup>587</sup> Paul RICOEUR, *Sí mismo como otro*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1996, pp. 57-58.

<sup>588</sup> Paul RICOEUR, *Le juste 2*, Paris, Editions Esprit: Diffusion Le Seuil, 2001, p. 91.

<sup>589</sup> P. RICOEUR, *Sí mismo [...]*, p. 116; 139.



seus trabalhos, visto que as «principais» identidades colectivas (etnicidades e identidade nacional) são vislumbradas sob vários olhares: filosófico, político, sociológico, antropológico, etc., e segundo uma visão essencialista. No entanto, no contexto angolano a elucidação das identidades possibilita que os historiadores percepcionem as dinâmicas e os processos da evolução, da formação e afirmação dos vários povos assim como as classificações feitas pelos diversos estudiosos e especialistas do nacionalismo.

Amartya Sen apresenta um contributo (holístico) para a compreensão da identidade que transcende o mundo social. Segundo este autor, o mundo social cria diferenças no modo de compreender o tema da identidade, pelo simples facto de as designar. A classificação é, pois, simples, mas a identidade não o é. Os indivíduos podem, por isso, ter identidades plurais e conservarem as singulares<sup>590</sup>. Amartya Sen identifica, desta forma, dois tipos diferentes de reducionismo da identidade de difícil conciliação: «desvalorização da identidade» e «afiliação única». A «desvalorização da identidade», muito privilegiada pelas teorias económicas, consiste em esquecer ou negligenciar por completo a influência que os sentimentos de identificação com os outros exercem sobre aquilo que valorizamos ou sobre o modo como nos comportamos. Segundo esta abordagem, cada pessoa é livre de fazer as suas escolhas e eleger as suas prioridades. Já a perspectiva da «afiliação única» pressupõe que todas as pessoas pertencem, sem mais, nem menos, a uma única colectividade.

À procura de conciliação, Amartya Sen refere que «em cada contexto social existe uma série de identidades potencialmente viáveis e relevantes que se poderiam avaliar em termos da sua aceitabilidade e importância relativa»<sup>591</sup>. É o que acontece, em muitas situações, com a pluralidade (e também com a singularidade) que se pode tornar central, devido à relevância de características seculares e frequentemente invocadas, como a nacionalidade, a língua, a etnia ou a profissão. Nesse sentido, a pessoa pode ter de decidir sobre o significado relativo das suas diferentes afiliações, dependendo do contexto em que estiver inserida. De uma forma ou de outra, «pertencemos realmente a muitos grupos diferentes e cada uma

---

<sup>590</sup> Amartya SEN, *Identidade e violência: a ilusão do destino*, trad. fr. Maria José de La FUENTE, Lisboa, Tinta-da-China, 2007, p. 48.

<sup>591</sup> *Ibid.*, p. 62.

destas colectividades pode dar-nos uma identidade potencialmente importante»<sup>592</sup>. Todavia, há necessidade de se preservar o valor da comunidade (nação), pois é esta que «descreve não só o que temos, enquanto concidadãos, mas também o que *somos*, ela descreve não uma relação que se escolhe (como uma associação voluntária), mas uma ligação que se descobre; não apenas um atributo, mas um constituinte da nossa identidade [colectiva]»<sup>593</sup>.

No tema da etnicidade parece-nos fundamental sublinhar a valorização das pertenças colectivas absorvidas pela identidade (nacional). A identidade narrativa, por exemplo, da visão ricoeuriana e a «afiliação única» de Amartya Sen podem ser entendidas como afins à nação, pois as nações são historicamente situadas e, conforme o referido pensamento de Anthony Smith, com particular incidência no contexto africano cujo nacionalismo (estatal) é tardio em relação ao contexto ocidental, de todas as identidades colectivas partilhadas hoje em dia pelos seres humanos a identidade nacional é a mais fundamental e inclusiva. A unidade nacional dos povos regidos sob o tecto de um Estado, independentemente das bases da sua formação (síntese de povos nativos, conglomeração de etnias ou de várias nações), não inibe os cidadãos de conservarem as suas heranças (usos e costumes) no conjunto da vida colectiva.

Vejamos, então, a eventual aplicação destas considerações a Angola. O nacionalismo angolano, embora parte dele começasse por ser, não foi, em específico, étnico. A partir de um dado momento, os movimentos nacionalistas, distintos nas suas bases sociológica, política e ideológica, presumem a unificação de todos os povos de Angola numa nação sucedânea da colónia. A intenção comum destes movimentos, seguindo a experiência dos outros territórios africanos (igualmente) colonizados e (outros) independentes, membros da OUA, no contexto dos anos 1960, é transformar o mosaico cultural dos povos de Angola numa identidade nacional e territorial<sup>594</sup>. Deste ponto de vista, o nacionalismo angolano afronta o poder colonial português e serve-se das suas estruturas orgânicas — o

---

<sup>592</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>593</sup> *Ibid.*, p. 68.

<sup>594</sup> Sobre o nacionalismo étnico (África Subsaariana) e a sua impossibilidade de aplicabilidade prática, pois além de o nacionalismo implicar a existência de diferenças culturais «objectivas», possibilita as bases de desenvolvimento integracional dos povos, o que não acontece com os nacionalismos étnicos. *Vide* A. SMITH, *op. cit.*, p. 166.

território e a língua — intentando englobar num único corpo a diversidade cultural dos povos de Angola circunscritos pelo poder colonial.

Os programas políticos da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA concordam que Angola seja constituída por todos os povos originários do território, dominados pelo poder colonial português, sem discriminação de sexo, idade, religião, origem étnica ou domicílio<sup>595</sup>. O interesse maior, perante a situação colonial, é a orientação política do povo para a resistência (geral) contra a dominação portuguesa. Acorrem, por essa razão, às várias formas e modelos de programas políticos existentes no contexto internacional da divisão bipolar do mundo, mormente dos países em que buscam apoio, imitando-os independentemente dos contextos da sua formação.

Contudo, para lá dos três projectos nacionalistas da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA coincidentes na mesma intenção (alcançar a independência), a competição pelo poder em Angola torna-se o foco de cada movimento. Regista-se uma instabilidade no processo da construção do Estado e da nação de Angola<sup>596</sup>. Ocorrem, desde aí, a nosso ver, as nuances das rivalidades regionalistas que assombrariam os povos de Angola (resultado da competição pelo poder — elitismo — das cúpulas dos movimentos de libertação). Evidências apreensíveis nos dias que correm, desde a independência, na (re)construção do Estado pós-colonial.

Para alcançar o poder os protagonistas da independência de Angola instrumentalizam o princípio da etnicidade<sup>597</sup>, mesmo se no sentido mais cultural

---

<sup>595</sup> Vide Estatutos da UPA, 1960 e o Documento da criação da FNLA, 1962: apêndice n.º 09; Estatutos e Programa do MPLA, 1962: apêndice n.º 08; Programa da UNITA: *in* J. M. SAVIMBI, *op. cit.*, pp. 151-155.

<sup>596</sup> Sublinhamos a este respeito as constatações de Anthony Smith sobre a África Subsaariana cujos Estados independentes, nascidos nesses territórios, foram criados ignorando deliberadamente as suas etnias ou sem qualquer referência a elas; pelo que, várias etnias, fragmentos étnicos e categorias étnicas foram aproximados por regulação política e limites sociais. A. SMITH, *op. cit.*, pp. 59-60.

<sup>597</sup> Ainda que, na opinião dos diversos investigadores, a diferenciação geográfica, cultural e social, ao ritmo da ocupação e administração do espaço colonial (C. Messiant), tenha conduzido historicamente à formação de três «nacionalismos», *kikongo*, *kimbundu* e *umbundo* (J. Marcum), sendo o MPLA, em relação à UPA e à UNITA, o movimento urbano, crioulo, moderno (P. Chabal), refere-se que o projecto nacionalista angolano não se reduz apenas ao MPLA, cuja génese apresenta a particularidade de ter começado num típico meio crioulo, de uma fracção da elite urbana com estatuto de «assimilados» e apoiada por brancos «progressistas» (J.-M. M. TALI, *op. cit.*, p. 51.). Os três, movimentos comportando características próprias, idealizam Angola como um todo e um território independente dirigido por angolanos.

do que biológico. Desconjunta-se a solidificação duma cultura caracteristicamente angolana com ênfase nas especificidades simbólicas, valorativas e memorialísticas. Enquanto isso, o discurso utilizado pelos movimentos de libertação — quando estes se apoiam nas componentes regionalistas dos integrantes de cada movimento; *bakongo*: S. Salvador do Kongo; Uíge, *kimbundu*: Luanda, Bengo, Kuanza-Norte, Malange; e *umbundu*: Bié, Huambo, Benguela — nem sempre tinha aplicação prática.

Segundo Anthony Smith, «a identidade nacional, não é apenas global, é também penetrante»<sup>598</sup>, atravessa a vida dos indivíduos e das comunidades em todas as esferas, cultural, social e política. As forças sociais e políticas de Angola representadas nos três movimentos de libertação perspectivam, com a mesma intenção, a formação da nação angolana. No entanto, como observámos, a competição pelo poder dos protagonistas do nacionalismo (UPA-FNLA, MPLA e UNITA) instiga de modo instrumental um estado de dissensão étnica<sup>599</sup> ou de

---

<sup>598</sup> A. SMITH, *op. cit.*, p. 177.

<sup>599</sup> Por dissensão (étnica) compreendemos a conjuntura das rivalidades de teor separatista (regionalização) no seio das populações do território angolano. Situação anómala, no nosso ponto de vista utilizada de modo instrumental, caracterizada por sentimentos de menosprezo de uns contra os outros, donde ressaltam rótulos pejorativos entre os naturais do Norte, *bakongo*: zairenses; do Centro, *kimbundu*: crioulos e do Sul, *umbundu*: sulanos. Esta situação é estimulada por um certo comportamento «elitista» reinante no discurso das cúpulas dos movimentos de libertação. Compreende-se «elitista» no sentido da retórica utilizada por cada movimento de libertação como a única e a melhor alternativa política aos outros nos destinos de Angola e, sobretudo, porquanto a mesma retórica servia de instrumento de propaganda para atrair as populações nos movimentos, principalmente dos seus líderes fundadores.

Os trabalhos *Independência: esta é a nossa memória* e *Angola nos trilhos da independência*, da Associação Tchiweka de Documentação (2015), apresentam um quadro que, ouvidos os depoimentos das várias gerações, testemunhas da luta pela independência de Angola, reporta o estado de união e de desunião dos movimentos na luta contra o inimigo comum e, também, das suas rivalidades colectivas (interposição das etnicidades na conquista da independência). Citam-se os confrontos, durante a guerra colonial, entre os movimentos angolanos; a violência dos discursos; a imposição de superioridade da elite crioula e urbana do MPLA em relação às gentes da UPA-FNLA e da UNITA, rurais e campesinas. Esta situação é visível ainda hoje em Angola, concretamente nalguns círculos de Luanda. A capital, pelo protagonismo do MPLA, foi sempre tomada como a Metrópole. É, portanto, regular ouvir-se chamar, no quotidiano luandense, aos angolanos de outras paragens, «gente das províncias»; um certo «ar separatista» galga dos círculos de decisão dos movimentos de libertação para a esfera das populações.

É ilustrativo o depoimento de N'zau Puna, extraído das suas memórias: «Nos meus papéis, ou apenas na minha cabeça e no meu coração guardei uma cena com o Dr. Neto interessante de aqui figurar, e que é capaz de dar a entender o que, por aquela altura, muita gente ainda pensava. Numa das reuniões, com muitos debates, Agostinho Neto saiu-se com esta: «Como estamos cansados, fiquemos por aqui esta tarde, para vocês, que vieram da mata, poderem ir visitar a cidade. O Tony da Costa Fernandes não se conteve e foi retorquindo: «O Sr. Dr. está a referir-se aos seus ou mesmo a nós, que viemos do Huambo?» E o Dr. Agostinho Neto: «Estou a falar para todos vós, porque para mim a cidade é só Luanda». In M. M. N. PUNA, *op. cit.*, p. 122. Podem perceber-se ainda, apesar de tudo e dada a proveniência dos vários membros das elites desses movimentos, as

conflito com contornos étnicos entre as populações de Angola<sup>600</sup>. Esta situação, considerada moderada, *a priori*, segundo a gênese e a formação de cada movimento independentista angolano, tornou-se transversal a todas as regiões do território, lesando os fundamentos da unidade nacional. A guerra civil ainda antes da proclamação da independência demonstra que esta situação, da conflitualidade étnica, foi mais determinada pelo quadro social e cultural do que pelo resultado do conflito armado<sup>601</sup>. Segundo a linguagem militar, o conflito é justificado pela restauração da ordem nacional e com recrutamento de angolanos de todo o território. Já nos bastidores políticos, o divisionismo é um dos álibis do conflito e da propaganda política. Na luta pelo poder, os «outros» são os que desestabilizam, dividem e destroem a Angola de todos.

Na experiência do nacionalismo angolano podem-se obter vários cenários resultantes também da diversidade sociológica. Mas, apesar das diferenças (instigadas para o benefício próprio dos movimentos de libertação), os povos de Angola são convocados para a unidade (na circunscção colonial), a comungar a mesma história, o mesmo passado (de subjugação) e a mesma cultura

---

conveniências e as concertações entre eles (e também a convivência) no sentido de darem forma a uma nova «mitologia» política e a uma nova ordem simbólica para legitimar não só os seus regimes de governo (autoritários), como para evitar ameaças de conflito étnico endémico, e sobretudo movimentos de secessão. *Cfr.* A. SMITH, *op. cit.*, p. 60.

<sup>600</sup> Nas entrevistas, os nossos interlocutores afirmam a existência de etnicidades no nacionalismo angolano, da responsabilidade dos três principais movimentos. Eles citam, por exemplo, a intolerância político-cultural do MPLA, o tribalismo da UPA-FNLA e as atitudes de ditadura na UNITA; o rancor regionalista, a luta do MPLA contra a UPA-FNLA; o elitismo da UPA-FNLA; o regionalismo e o separatismo; a mobilização popular com marcas étnicas: UPA-FNLA, *bakongo*, UNITA, *umbundu* e comportamento triunfalista do MPLA; divisionismo no seio de cada um dos três movimentos de libertação e entre eles próprios.

Importa salientar que tais considerações, na decorrência do estado de guerra em que todos os meios de apoio serviam para alimentar a luta armada, passam a ter forte expressão depois da proclamação da independência.

<sup>601</sup> A causa da libertação de Angola, segundo um dos nossos entrevistados, é de todos, não há protestantes nem católicos, todos são convidados para libertar Angola das amarras coloniais. O imaginário da independência implicava que todos tivessem esse entendimento. Todavia, com o andar do tempo, os ideais da libertação vão-se esmorecendo. Impera o divisionismo entre os movimentos. Segundo um testemunho, Agostinho Neto é «capturado» pelos russos e pelos comunistas portugueses e, de seguida, isolado dos irmãos, pois querem transformar Angola em caixa-de-ressonância do comunismo. A «revolta» protagonizada por Nito Alves (a tentativa de alegada reposição do nacionalismo angolano genuíno, defendendo os interesses dos nativos) e os acontecimentos de 27 de Maio que se lhe sucedem, quebram, desta feita, a vértebra dos interesses e da sensibilidade africana do nacionalismo angolano. Entrevista com Isaías, Luanda, 2018.

(bantu-africana) conquanto os seus apregoadores, as cúpulas das elites, nem sempre resguardam no seio dos seus movimentos este discurso<sup>602</sup>.

Todavia, e a despeito das rivalidades político-ideológicas dos movimentos angolanos, sublinha-se que as comunidades políticas modernas se apoiam nas bases do consenso. As sociedades são plurais, sendo também múltiplos e até conflituais os seus valores. Destacou Paul Ricoeur que «o Estado só se pode assentar em duas frágeis convergências: quanto maior for o consenso entre as suas tradições fundamentais, mais ampla e mais sólida será a sua base»<sup>603</sup>. A realidade nacionalista angolana, que é um projecto em curso, não se compara com algumas experiências africanas e outras. Segundo referem alguns críticos (e acrescentamos a mesma similaridade noutras experiências africanas), o nacionalismo angolano carece, à nascença, de unidade e ainda hoje se verificam em Angola ressaibos dos antagonismos da desunião no ideário social pensado. Contudo, o trajecto nacionalista baseado na construção do Estado-nação de Angola deve prosseguir. Vários actores dos acontecimentos fundacionais do longo processo de emancipação política de Angola colonial, avocando a «verdadeira» história do nacionalismo angolano (catarse) relembram ter chegado a hora (efectivada a independência e ultrapassada a guerra civil) de pôr fim aos «rancores» e de encetar os trilhos da unidade nacional, projecto traçado na luta de libertação colonial.

A história da UNITA é ligada à história do MPLA, porque somos filhos da mesma pátria. A história da UNITA é a história da UPA-FNLA, porque somos todos filhos da mesma pátria. A história da UNITA é a história da FRELIMO, que lutou contra o colonialismo português, o ANC e PAC da África do Sul, no combate contra o *apartheid*, e da ZANU e ZAPU, no combate contra Smith. Todos fomos ontem movimentos de libertação, que lutámos em busca da nossa dignidade e da nossa liberdade aqui nos nossos respectivos países<sup>604</sup>.

---

<sup>602</sup> Alguns dos nossos entrevistados, com filiação nos movimentos de libertação, num olhar do presente, aludem à irrelevância das etnicidades no nacionalismo angolano. Contudo, face à insistência acerca do processo de convivência entre as diferentes forças, remetiam-se muitas vezes ao silêncio, o que deixou antever a presença de rivalidades inflexíveis e, também, de carácter étnicas no seio dos movimentos e dos povos afectos à origem dos mesmos movimentos.

<sup>603</sup> Paul RICOEUR, *Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II*, Porto, Rés, 1989, p. 398.

<sup>604</sup> Veja-se ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA, «Protagonistas da luta anti-colonial: depoimentos», p. 299.

Reconhece-se que a competição pelo poder (entre os movimentos nacionalistas angolanos) gerou, em relação aos objectivos da luta colonial, o retardamento da construção da nação mais do que do Estado, ficando longe os princípios do nacionalismo.

Como se referiu, a construção do Estado e da nação é o desafio traçado em todo o percurso independentista das elites nacionalistas angolanas e no decurso da guerra da libertação. As teses de um nacionalismo étnico, crioulo ou tradicionalista tal como se posicionam os três movimentos de libertação — UPA-FNLA, MPLA e UNITA — nas suas bases de formação não vingam<sup>605</sup>. Salienta-se, todavia, que se «os três movimentos de libertação nacional se comportam na primeira fase exactamente do mesmo modo: amalgamam a ideia rácica, único modo de conseguirem ampla audiência junto da população angolana»<sup>606</sup>, da evolução da originária diferença étnica a competição pelo poder transubstancia o projecto e o imaginário nacionalista na última fase da luta de libertação.

---

<sup>605</sup> Questionados sobre a existência, ou não, de diferentes nacionalismos, os nossos entrevistados, arreigados no desejo da independência, referem que em Angola só há um nacionalismo. Não há diferentes nacionalismos, porque o nacionalismo é um só e, apesar de os movimentos angolanos terem enveredado por diversas orientações (étnicas, regionalistas, ideológicas, etc.), o nacionalismo não é divisionista. Se fosse, estaria longe de aglutinar as populações angolanas num mesmo sistema político (Estado de Angola). Jofete, entrevista em Luanda, em 22 de Setembro de 2017.

<sup>606</sup> J. M. CARVALHO, *O MPLA na destruição de Angola*, Lisboa, Edição do Autor, 1976, p. 71.

## Das dinâmicas da guerra colonial e a ideia do Estado-nação

Uma das questões centrais colocadas pelos teóricos das ciências sociais pode ser formulada do seguinte modo: como é que as sociedades modernas, produto da industrialização, da divisão do trabalho e do capitalismo, recriaram formas de solidariedade equivalentes às relações outrora existentes em pequenas comunidades tradicionais?<sup>607</sup>

O enunciado acima decerto que se refere à evolução e ao debate da noção de nação<sup>608</sup>, da sua afirmação na criação das identidades colectivas (Estado-nação, unidade nacional) ao longo dos séculos XVIII a XX, seguido das críticas que se atribuíram à concretização dessa noção (Estado e nação) nas diferentes correntes de pensamento social. Embora o saber social refere como inaceitável de evidência o facto e a tradição sobre a nação, Benedict Anderson assevera que, acontecimento da modernidade, no contexto das sociedades ocidentalizadas, «o facto nacional é o mais universalmente legitimado entre os valores da vida política do nosso tempo»<sup>609</sup>.

O percurso do nacionalismo (e o seu peso exercido no mundo moderno) trilhado pelas sociedades europeias, na sua multiplicidade de significados, não é equiparável às manifestações do nacionalismo em Angola. Aqui, o factor nacional em Angola (está ainda em andamento) e o seu aparecimento deve-se à história colonial. Considerando as relações entre colonizador e colonizado, segundo os factores que marcam o fim do colonialismo europeu em África<sup>610</sup>, Angola constrói a

---

<sup>607</sup> Diogo Ramada CURTO, Nuno DOMINGOS e Miguel Bandeira JERÓNIMO (dir.), «Nações e nacionalismos: entre a teoria, a história, e a moral», in *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2012.

<sup>608</sup> Atente-se, particularmente, ao questionamento de Benedict Anderson acerca dos fundamentos da agregação fraternal, nos últimos dois séculos, de tantos milhões de pessoas que quisessem morrer por imaginários tão limitados. Vide B. ANDERSON, *Comunidades imaginadas [...]*, p. 27.

<sup>609</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>610</sup> Refira-se que desde 1937, na maioria dos países africanos as reivindicações nacionalistas enfrentaram a intransigência das potências coloniais e a repressão. No entanto, a experiência da II Guerra Mundial relançou as expectativas políticas para os africanos, ainda que as potências coloniais, embora conscientes da força emergente dos nacionalismos, não quisessem perder os territórios sob a sua tutela. As possessões britânicas e francesas, do Norte de África sobretudo, acham plausível a chegada do momento da obtenção da independência. O desejo de independência é atingido no episódio do Suez, em 1956. O imperialismo europeu em África torna-se injustificável na senda política internacional. Na «África portuguesa», ao contrário, ostenta-se a perpetuação do império. Este período corresponde à estabilização do Estado Novo ditatorial que agravava uma política colonial já particularmente repressiva. Em todo o caso, a era fascista (incluindo as políticas de Vichy e de Franco) do Estado Novo nada mais foi senão um novo «parágrafo» da história dos impérios europeus, que inaugurou um novo capítulo, inevitável, do nacionalismo africano. Cf. Majhemout DIOP, «A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português»,



sua nação substituindo, a princípio, as estruturas políticas coloniais. Apologeticamente, as forças políticas angolanas adoptam o discurso nacionalista de Portugal e adequam-no a Angola (vejam-se as palavras de ordem utilizadas pelos distintos movimentos angolanos já referenciados). Conhecedoras da história de Portugal, as elites angolanas tinham a noção da afirmação imperial e de toda a retórica sobre os territórios do Ultramar de Portugal, desde os finais do século XIX e, sobretudo, no pós-guerra de 1945.

Os anos 1960 revelam maior consciência política das forças contestatárias angolanas por comparação com os tempos precedentes. Relembre-se o significado, à escala global, das políticas decorrentes do fim da II Guerra Mundial. No entanto, o conflito não «ensina» a Europa a ser menos imperialista<sup>611</sup>, mas acorda politicamente a África, cujo despertar estimula Angola a ser mais nacionalista. Os movimentos de libertação — UPA-FNLA, MPLA e UNITA — defendem as populações locais perante o quadro político-social colonial, traduzido na ausência de direitos políticos e civis e no trabalho forçado, entre outras carências do domínio político, social e económico impostas pelo sistema colonial. As elites dos movimentos angolanos aprendem e, mesmo se de modo instrumental e incipiente, «imaginaram Angola»<sup>612</sup> como uma comunidade nacional (sociedade, língua, território)<sup>613</sup>.

Não admira, portanto, que perante o clima de crispação hegemónica, económica, diplomática e político-ideológica internacionalizado pela Guerra-Fria, os movimentos angolanos tenham sido apoiados indistintamente na afronta do inimigo comum, o poder colonial português. Face à inflexibilidade política do poder português<sup>614</sup>, a guerra (iniciada em 1961) tornou-se a única via possível para desarmar o poder colonial. Como bem refere Jean-Marie Domenach, «o

---

in A. A. MAZRUI (dir.), *História Geral da África VIII: África desde 1935*, São Paulo, Unesco, 2010, pp. 68-69.

<sup>611</sup> Veja-se M. DIOP, *op. cit.*, p. 87.

<sup>612</sup> Adequa-se, para a conjuntura das aspirações dos movimentos angolanos, o conceito de nação de Benedict Anderson: uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. B. ANDERSON, *Comunidades imaginadas [...]*, p. 25 e segs.

<sup>613</sup> Cf. A. SMITH, *op. cit.*, p. 15 e segs.

<sup>614</sup> Atente-se, a propósito, ao testemunho dos nossos entrevistados que, segundo a experiência vivida, sublinham a marca da violência do modelo colonial português. De tal sorte que, na sua opinião, o nacionalismo angolano não tinha outra via senão a armada pois Salazar era intransigente). Entrevistas com Rocha, Jofete e Isaías, Angola, 2017-2018.

nacionalismo só é justificável quando um povo se encontra oprimido. Ele concentra então numa aspiração bruta as diversas forças sociais, igualmente humilhadas e que vivem na esperança»<sup>615</sup>.

Dois problemas se colocam no desenrolar do nacionalismo angolano. Por um lado, a necessidade de justificar uma guerra com apoio ideológico e ajuda de países estrangeiros — quer fossem africanos, asiáticos, europeus ou americanos — que desune os movimentos angolanos e, com isso, os princípios de unidade e de identidade nacionais. Por outro lado, as dinâmicas da guerra evidenciam episódios de combate não só contra o regime colonial, mas também de todos contra todos, ou seja, entre os próprios movimentos angolanos, que não têm concertado um projecto ou um modelo de Estado e nação para Angola. Daí que o nacionalismo angolano não efectivasse a formação de um Estado-nação coeso, regido política e juridicamente por instituições agregadoras.

Nestas circunstâncias, as razões para o desfraldar da bandeira nacional angolana no decurso da libertação colonial, e depois dela, podem extrair-se de dois factores de influências: exógenas e endógenas.

### *Factores exógenos*

O longo atraso de Portugal em seguir os seus vizinhos europeus na aceitação do nacionalismo africano tem consequências na ordem política internacional, concretamente despertando o interesse dos dois gigantes, a URSS e os EUA, por Angola. Nos anos 1940 e 1950 a URSS e os seus «satélites» não tinham muitas possibilidades de envolvimento nos assuntos africanos; nos anos 1960 os soviéticos são um elemento ainda marginal; nos anos 1970 a capacidade de influência da URSS sobre os acontecimentos em África é já substancial. Os EUA também se lançam para África. A chegada da URSS e dos EUA à cena africana marca uma alteração mais ampla no equilíbrio internacional, mas mais, quanto a

---

<sup>615</sup> Jean-Marie DOMENACH, «Esprit», *Esprit*, Paris, 1955, p. 157.

Angola, na polarização do modelo estatal a adoptar pelos movimentos de libertação angolanos<sup>616</sup>.

Importa destacar, a propósito das influências estrangeiras nos ideais do nacionalismo angolano — nos quais se sublinha a dispersão político-ideológica dos movimentos de libertação —, que a década de 1970 é fundamental, mais do que a década de 1960<sup>617</sup>. Verifica-se uma nova «corrida» de pendor económico para África, à medida que novos países estrangeiros, como a China, acorrem em busca de matérias-primas, mercados e influências.

A rivalidade entre a URSS e os EUA patente em África é transportada dez anos mais tarde por uma concorrência igualmente intensa entre a URSS e a República Popular da China<sup>618</sup>. Aos interesses chineses em África, os EUA e a URSS relançam-se, estendendo os seus focos de atenção na conquista dos países africanos atraindo-os às suas ideologias políticas.

Se durante a primeira vaga de independências africanas os soviéticos não têm relações consideráveis com os países africanos, com excepção da Somália, onde tinham uma base militar, e do Congo Brazzaville<sup>619</sup>, o mesmo não acontece nos anos subsequentes. A presença chinesa, cuja estratégia consiste no auxílio económico aos governos minoritários «brancos» em África, e no apoio material aos movimentos de contestação colonial, aproxima-se aos interesses soviéticos estimulando as suas ideologias em África. Os EUA, por sua vez, olhando a África a partir de Portugal, enquanto aliado, acham que os governos europeus estão mais preparados para controlar os acontecimentos nas suas ex-colónias<sup>620</sup>.

Ora, em Angola, em 1975, os acontecimentos políticos mudam de rumo. Os movimentos de libertação envolvidos na guerra contra Portugal recebem auxílios

---

<sup>616</sup> Cf. Kenneth MAXWELL, «Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa (1974-1976)», *Relações Internacionais*, 8, 2005, pp. 5-37.

<sup>617</sup> Sublinha-se que os três movimentos tinham antigas e formais relações com várias organizações de solidariedade europeias, afro-asiáticas e latino-americanas na década de 1960, no decorrer da guerra colonial.

<sup>618</sup> Witney SCHEIDMAN, *Confronto em África: Washington e a queda do império colonial português*, Lisboa, Tribuna, 2005, p. 247.

<sup>619</sup> *Ibid.*

<sup>620</sup> *Ibid.*, p. 252.

internacionais variados<sup>621</sup>. Entretanto, os modelos ideológicos comunistas e capitalistas tentam penetrar naqueles movimentos de libertação como alternativas possíveis e adaptáveis. A intenção, neste caso, quer da URSS quer dos EUA, é que o governo do futuro Estado de Angola perfilhe os seus matizes políticos e, acima de tudo, coopere com os seus interesses económicos, políticos e geoestratégicos.

É no interior do Estado colonial em declínio, sobretudo pela complexidade do processo da transição política em 1975, que se pode compreender a opção política do novel Estado de Angola. A política de Angola é dominada, desde os finais de 1975, pelo MPLA (movimento vencedor), que segue princípios marxistas-leninistas pela sua filiação às influências soviéticas embora a elite do movimento, sobretudo o seu presidente, Agostinho Neto, fosse autónomo em relação a Moscovo. Não vingam, desta feita, as influências pretensamente estadunidenses, ocidentais e da «ala» conservadora portuguesa da UPA-FNLA e da UNITA<sup>622</sup>.

Na ascensão vitoriosa do MPLA, afora as divisões internas verificadas neste movimento, sublinham-se as filiações (firmes) dos seus elementos nas políticas esquerdistas da época. Lembrem-se o activismo de Viriato da Cruz à luz dos ideais dos partidos comunistas, desde Angola, juntando-se a ele, em Portugal e França, os nomes de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara e outros (com as suas ligações ao PCP, ao MUD Juvenil e ao PC francês).

---

<sup>621</sup> Veja-se que, nos anos 1960, a Administração Kennedy escolhe Holden Roberto como destinatário de ajuda americana. Na mesma altura, Holden Roberto era apoiado por dois dos mais radicais governos independentes de África: o de Kwame Nkrumah, do Gana, e o de Sékou Touré, da Guiné. Holden Roberto era ainda um protegido do American Committee on Africa. Apesar da posterior retirada de ajuda de Washington e da decisão de Nixon e Kissinger em 1970 de se aproximarem de Lisboa e dos regimes de minoria branca na África meridional, estas primeiras ligações permanecem. Nos inícios de 1974, o Presidente Julius Nyerere, preocupado com as disputas internas do MPLA, sugere à China que forneça ajuda e assistência técnica à UPA-FNLA. No final de 1973 a China estabelece relações diplomáticas com o Zaire. Os chineses, na ocasião, decidem treinar a UPA-FNLA, em 1974. Vide K. MAXWELL, *op. cit.*, pp. 9-10.

<sup>622</sup> Segundo *The Observer*, o MPLA tinha o apoio da Esquerda portuguesa, a UPA-FNLA, da Direita e a UNITA, de modo geral, de Portugal. *The Observer*, quem apoia quem, in *La Vanguardia*, 11 de Novembro de 1975.

Atente-se que, pelas conturbações políticas de Angola, até 11 de Novembro de 1975 todos os habitantes de Angola, quer queiram ou não, mantinham a nacionalidade portuguesa. Não admira, pois, que os movimentos de libertação tivessem apoios de portugueses, quer fossem negros, mestiços ou brancos.

Constatamos no favorecimento do MPLA outros factores significativos entre 1961 e 1975, que juntamos à história da transição política portuguesa que marca o fim do regime salazarista em 1974. Com efeito, o PCP e os movimentos de libertação angolanos tinham como inimigo comum o regime de Salazar. Nessa oposição ao regime, destaca-se a ideia de emancipação dos povos coloniais e a luta do povo português pela liberdade, descrita no jornal *Avante*, por Christine Messiant:

Logo em 1961, falando dos acontecimentos da Índia, escrevia-se no *Avante* que «se a Nação não se levantar urgentemente para dizer não à política fascista e colonialista do governo de Salazar, à guerra sangrenta e interminável de Angola e à guerra de Goa, seguir-se-ão inevitavelmente outras guerras coloniais», cujo resultado só poderia ser «um desastre nacional para o povo português»<sup>623</sup>.

O PCP auxilia o MPLA e está ao seu lado no decurso da guerra colonial. A ligação do PCP com o MPLA é notória no comunicado do Partido Popular Democrático (PPD), em 1975, sobre o reconhecimento do movimento angolano pelo Conselho da Revolução. No documento do PPD, o destaque do seu lamento traduz manifestamente o avanço e a oficialização do regime comunista no futuro Estado angolano guiado pelo MPLA visto que «o PCP, em perfeita coordenação com a intervenção militar do imperialismo cubano-soviético em Angola, lançou-se numa campanha tendente a pressionar os órgãos de decisão política no sentido de reconhecer imediatamente o Governo do MPLA»<sup>624</sup>.

Às atitudes do PCP e o seu empenhamento no nacionalismo angolano ao lado do MPLA, associam-se outros factores, próximos da transição da independência, cujas vantagens garantem a adopção do modelo do Estado comunista pelo MPLA: o Movimento das Forças Armadas (MFA), Rosa Coutinho e o vínculo à Luanda da elite do MPLA.

O alegado «golpe esquerdista» do MFA, de 1974, destruiu as intenções dos vários modelos de descolonização idealizados por Spínola<sup>625</sup>. A pressão do MFA, dos

---

<sup>623</sup> Christine MESSIANT, «A caminho de que paz?», *História*, III série-51, 2002, pp. 24-53.

<sup>624</sup> PT/TT EMA, PPD face ao reconhecimento do Governo do MPLA, cx. 33, pasta n.º 5.

<sup>625</sup> O presidente Spínola reuniu-se em 19 de Julho de 1974 na Messe dos Oficiais na base das Lajes com o presidente norte-americano Nixon. Spínola fica alarmado com as tentativas soviéticas de alargar a sua influência na África Central, especialmente em Angola. Numa tentativa de contrariar estas actividades, Spínola diz a Nixon que Portugal acataria as declarações da ONU sobre a autodeterminação em África, mas acrescentou que tendo os residentes no território o direito de determinar os seus destinos, havia uma grande flexibilidade ou vários caminhos para a independência por que cada território poderia optar. No fundo, Spínola queria o apoio americano

socialistas e dos comunistas sobre Spínola para conceder a autodeterminação unilateral e imediata, foi no fundo um abalo do MFA para pôr fim à guerra e não para a prolongar. Refere-se como o alegado «golpe esquerdista» enfraqueceu as intentonas fomentadas por Spínola (implementação das suas políticas) nos meses de Setembro de 1974 e Março de 1975, depois de ter sido substituído na Presidência pelo general Costa Gomes. Spínola, aconselhado pelos serviços secretos espanhóis, insiste em retomar o controlo do poder, pois desconfia do avanço da «extrema-esquerda», do PCP e de outras forças políticas (MRPP, MDP/CDE), influenciadas pelo imperialismo comunista liderado pela então URSS. Todavia, a intentona de 11 de Março de 1975, foi vencida e Spínola e seus fiéis oficiais são forçados a exilarem-se em Espanha. Em contrapartida, a ala mais radical das forças políticas e militares (de esquerda) aproveita-se da intentona e desencadeia um contragolpe revolucionário no seio do MFA: extingue a Junta de Salvação Nacional (JSN), institucionalizada pelo MFA, cria o Conselho da Revolução (CR), decreta a nacionalização da banca e de outros sectores da economia, decreta a reforma agrária e, para as lutas dos povos do Ultramar, «avança rapidamente com o processo dramático da descolonização»<sup>626</sup>.

A nomeação do vice-almirante Rosa Coutinho<sup>627</sup>, em 24 de Julho de 1975, para coordenar e supervisionar a descolonização de Angola, dá maiores possibilidades

---

para o seu plano de realizar um referendo em cada um dos territórios para garantir que do processo de descolonização nasceria uma federação ou uma espécie de *Commonwealth* dominada por Portugal. Na visão do presidente português, Angola poderia apenas vir a ser independente em Outubro de 1976. Cf. António de SPÍNOLA, *País sem rumo: contributo para a história de uma revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978, p. 61; W. SCHEIDMAN, *op. cit.*, p. 252; Fernando Barciela SANTOS, *Angola na hora dramática da descolonização*, Lisboa, Prelo, 1975, pp. 60-63.

<sup>626</sup> Veja-se Cândido Azevedo, «Retrospectiva sobre a intentona de 11 de Março», RTP, 1995. Disponível em <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-tentativa-de-golpe-de-11-marco-de-1975/>, consultado em 29 de Maio de 2018.

<sup>627</sup> António Alva Rosa Coutinho, (1926-2010), foi uma das figuras político-militares portuguesas no quadro da descolonização de Angola. Caracterizado com alguma sátira como um Yul Brynner com cara de mau e riso sardónico por Jaime Nogueira Pinto, ficaria conhecido como o «Almirante Vermelho». À sua chegada a Luanda, substitui o então Governador-Geral Silvino Silvério Marques (representante da corrente liderada por Spínola), é nomeado presidente da Junta Governativa de Angola, cargo que ocupa entre Julho de 1974 e Janeiro de 1975, e, juntamente com Pedro de Pezarat Correia (um dos líderes da Comissão Coordenadora do MFA) põe a funcionar o seu plano de acção: travar a «rodesiação» de Angola, que preconizava uma independência branca, tendente a salvaguardar e perpetuar os interesses dos colonos brancos; manter as fronteiras coloniais custasse o que custasse, travando desse modo o movimento secessionista de Cabinda; transferir directamente o poder para o MPLA, boicotando todas as tentativas de entendimento deste com a UPA-FNLA e com a UNITA. Por ter sido um dos primeiros presos políticos da UPA-FNLA, segundo o nosso entrevistado (Francisco), o almirante não mostra simpatia pelo movimento angolano de Holden Roberto. Para Rosa Coutinho, segundo este entrevistado, nem a UPA-FNLA nem a UNITA

da vitória, entre os três movimentos, ao MPLA. Rosa Coutinho é um oficial esquerdista que prefere o MPLA por nele figurar a elite urbana de Luanda, juntamente com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e os restantes aliados da linha dura do governo que tinham forçado Spínola a decretar a independência imediata e incondicional nos territórios, desconsiderando a hipótese de uma retirada de África lenta e ordeira<sup>628</sup>.

Esses factores determinam a preferência da esquerda portuguesa, mormente do PCP, pelo MPLA<sup>629</sup> e impulsionam o seu avanço, o de um movimento de inclinação comunista, em detrimento da UPA-FNLA e da UNITA que, na opinião de Spínola e outros, estariam mais inclinados para os modelos de Estados ocidentais<sup>630</sup>.

---

mereciam governar Angola, sobretudo a UPA-FNLA, cujos membros não sabiam falar a língua portuguesa e não se comportavam segundo os usos e os modos cortesões (não utilizavam talheres à mesa). Veja-se Jaime Nogueira PINTO e Inês Pinto BASTO, *Jogos africanos*, 4. ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2011, pp. 20-24; Raul TATI, *Cabinda: orfã da descolonização do ultramar português*, Cascais, Príncípia, 2017, pp. 59-60; W. SCHEIDMAN, *op. cit.*, p. 258; Francisco, entrevista em Luanda, 2018.

<sup>628</sup> W. SCHEIDMAN, *op. cit.*, p. 258.

<sup>629</sup> Segundo defende Dalila Cabrita Mateus, a formação das elites do MPLA e da FRELIMO cedo são marcadas por convicções socialistas, ainda que mais ou menos consistentes, o que contribui para o seu percurso de luta e de opção pela via económico-social socialista de tipo marxista-leninista em Angola e Moçambique. Mas também concorrem mais decisivamente para a escolha dessa via os apoios externos; o que leva a que opções de direcção dessas elites fiquem muito dependentes do exterior, mormente nos campos militar, diplomático e político, com um forte impacto no itinerário de vida, nas atitudes e nos comportamentos dos dirigentes independentistas. Veja-se D. C. MATEUS, *op. cit.*

<sup>630</sup> Apesar das pressões do governo e do MFA, Spínola não desistiria ainda de tentar controlar o destino de Angola. Acreditando nos apoios de Nixon, em meados de Setembro encontrou-se com Mobutu na ilha do Sal, em Cabo-Verde. Juntamente com Holden Roberto e Savimbi, Mobutu e Spínola concordam que Agostinho Neto e as facções marxistas do MPLA podiam e deviam ser eliminadas da cena política angolana numa transição democrática para a independência. Todavia, essas pretensões não se viriam a efectivar. O modelo de Estado comunista, apadrinhado pela URSS, foi o adoptado em Angola pelo MPLA. Veja-se também W. SCHEIDMAN, *op. cit.*, p. 253; J. MARCUM, *op. cit.*, vol II, pp. 250-251.

## *Factores endógenos*

Os movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA são persuadidos a ceder perante o olhar dos interesses geoestratégicos, político-ideológicos e económicos das potências do bloco Ocidental e do bloco do Leste.

As elites angolanas dos três consignados movimentos de libertação, perante os apoios internacionais, «iludem-se» e, isoladamente, convencem-se de ser os cavaleiros da libertação colonial do território e os fundadores da nova nação<sup>631</sup>.

As elites angolanas não são proficientes. Enfraquecem-se politicamente. A falta de unidade, de resiliência e coabitação pacífica, e não só, na arquitectura do ideário nacionalista comum condu-las para um desgaste de luta, sobretudo entre si, pelo poder.

Pode, por isso, inferir-se que perante tal situação, além dos poderosos apoios das duas potências e ideologias do tempo, os movimentos angolanos não demonstram um pensamento estratégico de Estado e nação enraizado e consolidado. Porque não puderam formar estruturas capazes nem elaborar *in facto* ideias adequáveis aos interesses do futuro Estado-nação<sup>632</sup>.

As discrepâncias políticas entre os movimentos da libertação podem ser indicadas como factores de instabilidade política em Angola, cuja repercussão se estendeu ao longo do período de transição até à proclamação da independência<sup>633</sup>. Tudo

---

<sup>631</sup> O comportamento dos decisores dos movimentos angolanos deve ter sido, conforme Benot realça, o de um personagem do romancista Camaronês Mongo Beti («Irmão, se não tens força, tens de ser manhoso»), pleno de astúcia perante a pressão e a insuportabilidade do sistema colonial. Y. BENOT, *op. cit.*, p. 5.

<sup>632</sup> Decerto que os três movimentos constituíram estatutos e programas políticos. Todavia, estes não frutificam no seio dos angolanos durante o desenrolar da guerra colonial. O mesmo se diz, em particular, do MPLA, que governa Angola desde a independência. O seu perfil político-ideológico distanciou-se, com metamorfoses de vária ordem, das bases da sua génese. Vejam-se apêndices 8 e 9.

<sup>633</sup> Vários cenários representam o quadro (delicado) do novo Estado nascente. Segundo o nosso entrevistado Isaías, para compreender o projecto de Estado-nação de Angola, é preciso estar dentro dos seus movimentos de libertação. Ora, é fácil notar, naquele tempo, que quando a UPA-FNLA regressa a Angola falava em francês. O mesmo testemunho dá N'zau Puna: «à chegada a Luanda, dos três movimentos de libertação só o grupo da UPA-FNLA se mostrava relativamente bem equipado e armado. Tinha de tudo um pouco. Só que, logo à primeira vista, julgava-se que era um grupo zairense e não angolano. *Lingala* era a sua língua de comunicação. As canções eram, igualmente, na língua em causa. De Angola quase nada...». Veja-se M. M. N. PUNA, *op. cit.*, p. 132. Seguidamente, refere Isaías, parece certo que a UNITA é o movimento mais politizado de todos, com a maior sensibilidade pela situação social dos angolanos. Questiona-se, porém, como é que se



porque cada movimento procurou, *motu proprio*, agigantar-se militarmente como único obreiro da emancipação angolana, confiante nos sedutores apoios estrangeiros. No final, o MPLA «mais forte» e protegido militarmente por forças cubanas, armado e equipado pelos soviéticos, proclamou unilateralmente, tal como os outros, a independência afastando, *manu militari*, os movimentos congéneres da luta da libertação e do processo nacionalista angolano para fora de Luanda<sup>634</sup>.

---

pode falar de um projecto de Estado-nação dos três movimentos, se no Alvor um deles diz que havia de tomar o poder pela força. Agostinho Neto está convencido de que quem governaria é o MPLA. As negociações são um simples artifício. Contudo, Angola era um conjunto de nações, de tal sorte que para se transformar verdadeiramente em Estado-nação, é preciso recuperar as bases fundantes e respeitá-las. Na luta colonial cada movimento procura organizar e solicitar apoios estrangeiros particularizados. Todavia, há que ter em conta os outros. Pois também Angola deve ser capaz de compreender a política enquanto a «condução dos povos para o seu feliz destino». Isaiás, entrevista em Luanda, Abril de 2018.

<sup>634</sup> Veja-se a este respeito o depoimento de Rosa Coutinho, referindo que após a proclamação da independência de Angola, por acção do MPLA, eclode a seguir um novo conflito que se tornou nacional. Pois o MPLA, servindo-se dos apoios cubanos e soviéticos, expulsa, pela via armada, os dois outros movimentos de libertação, UPA-FNLA e UNITA. Disponível em <https://www.dailymotion.com/video/x6cadpe>, acedido em 3/10/2018.

Pelas mesmas razões, os nossos entrevistados alegam que a eclosão do conflito, nas vésperas e depois da proclamação da independência, foi exclusivamente pela conquista do poder entre os movimentos de libertação, sobretudo do MPLA.

#### 4. O fim do regime colonial: da longa marcha nacionalista à «segunda guerra de libertação»

##### A descolonização de Angola e as negociações de paz

A guerra que se desencadeia em Angola é caracterizada por ser incrementada inicialmente pelas contestações dos vários grupos locais contra as políticas da administração colonial e, desde o ano de 1961, pelos movimentos de libertação, UPA-FNLA e MPLA, a que se juntou a UNITA<sup>635</sup> em 1966.

A evolução da guerra leva a que cada movimento se embrenhe na concentração de esforços para a vitória final sobre o poder colonial, lutando também entre si, pois o foco das elites desses movimentos passa a ser a administração do futuro território independente de Angola. Esse desafio conduz a divergências e, inclusive, a afrontas agressivas entre os próprios movimentos de libertação que, combatendo inicialmente um inimigo comum, nunca constituem uma frente única no teatro das operações militares<sup>636</sup>. A implantação da luta dos movimentos angolanos em zonas

---

<sup>635</sup> A UNITA, fundada em 1966, sentia ser alvo de bastantes obstáculos por parte do MPLA e da UPA-FNLA, e vice-versa. Este facto levou a OUA — também pela atitude daquelas duas forças — a duvidar do engajamento do movimento de Jonas Savimbi na luta da libertação angolana, temendo reconhecê-lo como terceira força. O reconhecimento da UNITA pela OUA só aconteceu em 1975, no Quénia, com os acordos de Mombaça. Porém, não se deixa de sublinhar que, por tal efeito, Jonas Savimbi não poupou críticas àquela organização africana que para ele «deveria apoiar todos os grupos e eliminar as divergências para criar a união [...]». PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 11000152-GAB, NT 2590, fl. n.º 69, Palavras de Jonas Savimbi ao *Times of Zambia*, 18 de Dezembro, 1970. Veja-se também, J. ROSA, *op. cit.*, pp. 10-11.

<sup>636</sup> Às referências sobre este assunto expostas nos capítulos II e III, juntam-se duas acusações do MPLA à UPA-FNLA e uma menção da UNITA. Em 1965, na primeira acusação, o MPLA queixa-se do GRAE à OUA e ao seu Comité Director e também ao Governo do Quénia, denunciando-o como um instrumento de Moïse Tshombe, Primeiro-Ministro em Léopoldville, acusando-o de encobrir interesses dos capitalistas e dos imperialistas ocidentais, nesse caso, faltando-lhe legitimidade para combater o colonialismo português. A OUA devia apoiar exclusivamente o MPLA. A segunda acusação deve-se à interferência, deslealdade e trapaça da UPA-FNLA nos assuntos internos do MPLA ao implicar-se na conjuntura tecida por Daniel Chipenda para assassinar Agostinho Neto. PT/TT PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 2432-SC/CI, pasta 3, 1965, Abril-Setembro; PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo n.º 3223-GAB, NT 8119, Ofício Secreto n.º 197/73 ao Inspector da Subdelegação da Direcção-Geral de Segurança, Luanda, 11 de Setembro de 1973.

Estas duas referências não passam, segundo as conturbações políticas da época, de estratégias para o MPLA adiantar-se como o único interlocutor da causa angolana. Argúcia também utilizada pelos dois outros concorrentes nos seus lóbis.

Diferentemente, a UNITA, embora o seu líder demonstre uma abertura e não uma oposição a um projecto de unidade de acção de todos os agrupamentos armados em luta pela autodeterminação de Angola, admitia, entretanto, uma ressalva (relativamente ao nacionalismo angolano) quanto aos

distintas, por exemplo, dá origem a três frentes (mesmo que estes movimentos não tenham uma concertação de esforços) o que os convence quanto à dispersão de esforços das forças portuguesas, que se movimentam para vários pontos de contenção, provocando um enorme desgaste de meios logísticos e estratégicos.

Enquanto movimentos angolanos (ainda que desavindos), os seus interesses na luta pela independência de Angola eram concordantes. O facto pode justificar-se pela adopção das noções de Frente, Movimento e União. Na fase da luta anti-colonial de Angola, tais palavras com o mesmo significado indicam que a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA, independentemente da cor das suas bandeiras, de concorrerem a princípios nacionalistas distintos, têm os mesmos objectivos, de libertar o território angolano. Numa Frente, União ou num Movimento, podem participar forças e partidos políticos de coloração antagónica para a conquista de um objectivo comum a todos eles.

Em Angola, o desenrolar da guerra travada entre o Estado português e os movimentos de libertação estende-se sem uma solução à vista durante mais de uma década, treze anos, de 1961 até 1974. O apoio recebido pelos movimentos angolanos, tema que retomaremos mais adiante — UPA-FNLA, dos EUA e da China; MPLA, da URSS e de Cuba; UNITA, da China, dos EUA e do Canadá — , acompanhando o quadro geral da Guerra Fria em que as duas superpotências se confrontam também em Angola, para o alargamento das suas influências na África Austral, possibilita que esses movimentos não desistam, ainda que estejam limitados a combater segundo estratégias de guerra de guerrilha. Nessa altura, segundo Pezarat Correia, a oposição dos movimentos de libertação às Forças Armadas portuguesas, mais bem equipadas, nas suas diversas fases da luta anti-colonial, nunca chega «à última fase, que é aquela em que os guerrilheiros [estariam] prontos a organizar-se em unidades de tipo regular»<sup>637</sup>. As declarações de Pezarat Correia exceptuam, contudo, nesse contexto da guerra de libertação (1961-1975), a UPA-FNLA, cujos apoios recebidos da República do Zaire ameaçam

---

conceitos e métodos de libertação e reconstrução de Angola. Para este movimento a unidade dos movimentos angolanos na luta pela libertação deveria ter uma incidência baseada no interior do território. PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 11000152-GAB, NT 2590, fl. n.º 69, Palavras de Jonas Savimbi ao *Times of Zambia*, 18 de Dezembro, 1970.

<sup>637</sup> P. P. CORREIA, *Angola, [...]*, p. 28.

as forças portuguesas e dão à UPA-FNLA condições para poder passar ao patamar de intervenção regular. Todavia, este movimento carecia de áreas libertadas suficientemente seguras no interior de Angola para que a sua entrada nessa tipologia de conflito (regular) tivesse significado.

Lembre-se que por nenhuma razão o regime do Estado Novo pretende abdicar de Angola, para o que defende a soberania no território mobilizando sucessivamente os oficiais do quadro permanente das Forças Armadas.

Ora, é no seio das Forças Armadas portuguesas, com o chamado Movimento dos Capitães, que se verificam mudanças significativas no regime político português que põem fim à guerra colonial, lançando a descolonização das denominadas províncias ultramarinas. Esses ventos de mudança sopram com o início da democratização de Portugal ocorrida com a revolução de 25 de Abril de 1974. Os militares também percebem que a solução para a guerra colonial tinha de passar, não pela via das armas, mas pela via política.

A substituição de Salazar na Presidência do Conselho por Marcelo Caetano, em 1968, não chegou a alimentar as réstias de esperança para acabar com a guerra colonial. O consulado caetanista, no seguimento das políticas do Estado Novo, não se compromete em descolonizar o Ultramar, pelo que as expectativas de uma solução negociada para a guerra colonial se esfumam (mesmo que tardiamente tenha começado a negociar secretamente com o PAIGC), deixando as Forças Armadas cada vez mais exauridas. Ademais, no plano internacional, Portugal está cada vez mais isolado. Lembrem-se a solidariedade e as diligências dos países africanos em prol dos interesses dos povos dos territórios colonizados a partir da década de 1960<sup>638</sup>. Em 1963, todos os países membros da OUA cortam relações diplomáticas com Portugal. Ainda nesse ano, Portugal é expulso da Conferência Mundial do Turismo e da Comissão Económica da ONU para a África. Em 1965, Portugal é impedido de participar em conferências especializadas da UNESCO e, em 1966, na Comissão Regional de África da Assembleia Mundial da Saúde. Em 1970, o Papa Paulo VI recebe em audiência os representantes do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO, o que tem enormes repercussões nos meios políticos e religiosos

---

<sup>638</sup> Atenta-se para a II Conferência dos Povos Africanos em Tunes, *vide* apêndice n.º 1.

portugueses. No ano de 1972, Portugal é forçado a abandonar a UNESCO, enquanto, no ano seguinte, 1973, os países árabes embargam as vendas de petróleo ao Estado Português<sup>639</sup>.

Foi o 25 de Abril de 1974 que fez a inversão da situação. Com o significado de uma verdadeira revolução, Abril (a revolução dos cravos) fez cair o antigo regime e Portugal democratizou-se.

Porém, se Portugal renasce politicamente com a abertura democrática, as colónias, particularmente Angola, permanecem indefinidas. O 25 de Abril tarda a chegar em Angola. Enquanto isso, os movimentos de libertação, informados dos acontecimentos políticos da indefinição portuguesa sobre a descolonização (de Angola), intensificam as acções de luta armada.

O grau das incertezas políticas verificadas nas cúpulas de decisão da Junta de Salvação Nacional (JSN), isto é, dos «salvadores» da nação na revolução de Abril em Portugal como o MFA, agora acerca de Angola, associadas à insustentabilidade da continuação da guerra em Angola, os militares não se convencem em prosseguir a guerra, o que origina uma cisão (sucessão da revolução) que se vira à esquerda do posicionamento dos partidos políticos emergentes em Portugal<sup>640</sup>. O MFA faz cair Spínola da JSN e o processo de autodeterminação de Angola é entregue ao almirante Rosa Coutinho<sup>641</sup>, que passa a coordenar a Junta Governativa de Angola com representantes dos três ramos das Forças Armadas — Altino de Magalhães, do Exército, Leonel Cardoso, da Marinha e Silva Cardoso, da Força Aérea, e mais um representante local, o major José Emílio da Silva — que lideram o MFA de

---

<sup>639</sup> J. Villalobos FILIPE, «Descolonização de Angola: Intervenção na Mesa Redonda levada a efeito pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra/Fórum dos Estudantes da CPLP», Coimbra, 2005, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th5>.

<sup>640</sup> Refere-se que os primeiros dias de Maio de 1974 foram já de tensões entre a JSN e os partidos mais progressistas. Mário Soares e Álvaro Cunhal batem-se pela resolução do problema colonial tão brevemente quanto possível. Visão diferente, sem pressa, tiveram os federalistas chefiados por Spínola. Cf. Fernando Barciela SANTOS, *op. cit.*, p. 9.

<sup>641</sup> Lembra-se que a 24 de Julho foi promulgada a Lei 6/74, que estabelecia Juntas Governativas para Angola e Moçambique, para as quais transitavam os poderes dos governadores-gerais. Veja-se Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra «Comissão Nacional de Descolonização: Decreto Lei 7/74, de 27 de Julho» disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03>, consultado em 1 de Fevereiro de 2019; Luís Nuno RODRIGUES, *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pp. 428-429.

Angola<sup>642</sup>. Pedro de Pezarat Correia, Moreira Dias, José Augusto do Rosário Simões, Ramiro Soares Rodrigues, José Luís Villalobos Filipe e José Fernandes Martins e Silva, são outros dos nomes que integram o MFA de Angola.

Os planos de Spínola, que se prontifica para iniciar a transferência do poder para as populações dos territórios da Guiné, de Angola e de Moçambique, reservando entretanto para si o assunto de Angola<sup>643</sup>, não são consensuais. As suas teses sobre o destino de Angola não têm apoio nos círculos políticos e militares. Os partidos que compõem o I Governo Provisório português intensificam nos seus discursos posições anti-coloniais. Tanto o PCP quanto o PS demonstram que um dos principais motivos da oposição à ditadura é a guerra colonial<sup>644</sup>. Álvaro Cunhal assume desde o início discordar da estratégia (de direita) de Spínola e afirma que o PCP «juntamente com todas as forças progressistas lutará pelo fim imediato das guerras coloniais e pelo respeito pelo princípio da autodeterminação»<sup>645</sup>. Com excepção do PPD, o PS e o MDP/CDE têm uma posição igualmente assumida quanto ao reconhecimento do direito à independência dos povos do Ultramar. A atitude do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) vai mais longe, ao caracterizar-se por uma oposição radical à continuação da guerra, com os seus militantes a travarem o embarque de soldados rumo ao continente africano, sobretudo pela palavra de ordem largamente difundida: «Nem mais um soldado para as colónias!»<sup>646</sup>. Estas atitudes transformam-se em factores de perturbação nas já desmotivadas Forças Armadas presentes em Angola<sup>647</sup>.

O MFA de Angola exaspera-se e a situação político-militar agrava-se com a nomeação do general Silvino Silvério Marques, antigo Governador-Geral do tempo do salazarismo, conhecido pelas suas posições integracionistas de manutenção da ligação de Angola a Portugal, para exercer as funções máximas de governação em Angola, enquanto se recusa a colaborar com o MFA<sup>648</sup>. Estes acontecimentos, resultantes do choque político entre as forças portuguesas no pós 25 de Abril,

---

<sup>642</sup> Pedro Pezarat CORREIA, *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do império português*, Lisboa, Inquérito, 1991, pp. 84-85.

<sup>643</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>644</sup> L. N. RODRIGUES, *op. cit.*, pp. 377-378.

<sup>645</sup> *Ibid.*, pp. 379-380.

<sup>646</sup> J. V. FILIPE, *op. cit.*; L. N. RODRIGUES, *op. cit.*, p. 381.

<sup>647</sup> P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 62; J. V. FILIPE, *op. cit.*

<sup>648</sup> P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 82; J. V. FILIPE, *op. cit.*; L. N. RODRIGUES, *op. cit.*, p. 421.

goram as intenções do gradualismo autonomista de Angola de Spínola, instigando, por conseguinte, as negociações de paz a fim de se preparar a descolonização de Angola.

## **Os caminhos para a paz**

### ***Portugal e os movimentos angolanos***

Os efeitos da revolução do 25 de Abril, já o referimos, reflectem-se nas colónias. O MFA, enquanto guarda-chuva sob o qual a revolução se desenvolve, exige a extensão dos compromissos da democratização de Portugal aos antigos territórios coloniais. O esgotamento e a desmotivação dos militares pela continuidade da guerra no Ultramar constituem um dos mais sérios problemas que o MFA de Angola enfrenta. Também os militares estacionados em Angola se recusam a permanecer nas fileiras de combate.

A complexidade militar, em Angola, não se circunscreve às Forças Armadas. Na sociedade civil exige-se uma urgente intervenção das autoridades portuguesas. Várias situações — conflitos laborais, ausência de governador, paralisação da administração civil, desarticulação da economia, manifestação da comunidade branca<sup>649</sup> — carecem de soluções adequadas.

Enquanto Portugal aparentemente enfraquece, os movimentos de libertação angolanos robustecem-se com apoios militares. Era tempo de se encetarem conversações delineando plataformas concretas para chegar à paz, apesar de, segundo Pezarat Correia,

As primeiras tomadas de posição públicas denunciavam um antagonismo inultrapassável. Portugal pretendia um cessar-fogo para aceitar negociar. Os movimentos de libertação queriam negociar para aceitarem o cessar-fogo. Foi nesta teia de equívocos que, no que a Angola respeita, tiveram os primeiros contactos exploratórios<sup>650</sup>.

---

<sup>649</sup> J. V. FILIPE, *op. cit.*

<sup>650</sup> P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 96.

Este cenário, embora de perplexidade, prenuncia a última cartada, de tudo ou nada, por que os movimentos de libertação angolanos tinham razão de existir: a conquista do poder. Por um lado, com o desenrolar da guerra travada com o colonizador, os movimentos angolanos estão cientes de que chegara a hora do fim do domínio colonial em Angola. Por outro lado, há dúvidas entre as elites angolanas sobre o movimento que vai governar Angola. Cada interlocutor da causa angolana convence-se da sua capacidade de dirigir a nova Angola. Portugal, por sua vez, reconhecendo embora a necessidade de descolonizar e ciente do jogo de interesses das grandes potências da Guerra Fria em Angola, não se alheia de Angola sem antes conceber, entre o *lobby* dos decisores, o seu espaço de interlocutor-mor no processo político de Angola.

Os primeiros receios dos movimentos de libertação, exceptuando a interpretação da UNITA, aquando da aprovação e promulgação da Lei Constitucional n.º 7/74, pela qual Portugal reconhece o direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias, de 27 de Julho de 1974, revelam a retracção da UPA-FNLA e do MPLA nas suas posições militares. Segundo o quadro do conflito na altura, estes dois movimentos têm o foco da solução na via armada.

Na altura do reconhecimento do direito à independência por Portugal, com a Lei Constitucional já referida, a UPA-FNLA é o movimento que mais progressos tinha feito no plano militar com as suas forças — o ELNA — a se fazerem sentir no Norte de Angola, desde o segundo semestre de 1963<sup>651</sup>. Daí os receios de Holden Roberto, que ordena que nenhum elemento da UPA-FNLA, na conjuntura do ano de 1974, tivesse contactos de negociação com as autoridades portuguesas.

Quanto ao MPLA, além das suas acções militares no interior do território, enfrenta nessa altura divergências internas que opõem Agostinho Neto, Daniel Chipenda e Mário Pinto de Andrade na presidência do movimento. Reunidos em Lusaca, entre 11 e 21 de Agosto de 1974, com a atenção de numerosos Estados africanos no

---

<sup>651</sup> Veja-se PT/TT ASC, SPINTREP n.º 19 (confidencial), Guerra Revolucionária, PERINTREP/SUPINTREP, Relatório militar especial do Quartel-General da Região Militar de Angola, QG/RMA-2.ª Rep, NPS7, cx. 14, n.º 1, doc. 11, Luanda, 17 de Agosto de 1963, p. 1; PT/TT ASC (confidencial), Quartel-General, 2.ª Repartição, SUPINTREP 22, Instrução do ELNA, Relatório Especial, Informação n.º 9, Actividade do In., em 1965, SUPINTREP n.ºs. 17 e 19, Guia de Instrução aos guerrilheiros, NPS 7, cx. 14, n.º 1, doc. 11, Luanda 17 de Agosto de 1966; J. MARCUM, *op. cit.*, vol. II, p. 246.



intuito de serem ultrapassadas as divisões no seio do movimento, a tentativa de entendimento termina sem surtir qualquer efeito positivo. A delegação de Agostinho Neto abandona a sessão, assim como a ala da «Revolta Activa», de Mário Pinto de Andrade. Daniel Chipenda, com a sua ala, «Revolta do Leste», proclama-se presidente do MPLA sem o reconhecimento da maior parte do movimento<sup>652</sup>. Sob a mediação de Julius Nyerere, num segundo esforço de reconciliação em Julho de 1974, Chipenda acaba por abandonar o MPLA, visto que não se conforma com o cargo, juntamente com Mário Pinto de Andrade, de vice-presidente<sup>653</sup>.

Os primeiros contactos exploratórios de negociação para a paz são feitos com a UNITA. Ao início, segundo este movimento, conviria apostar numa estratégia negocial de paz que garantisse a sua expansão e o seu reconhecimento. A UNITA assume, em contraponto à UPA-FNLA e ao MPLA, uma imagem de um movimento favorável à paz e à realização de eleições. Uma alternativa, preferível, à luz da avaliação dos representantes do processo da descolonização, às tendências militaristas da UPA-FNLA e do MPLA, visto que a UNITA também reconheceria o direito de permanência da comunidade branca em Angola<sup>654</sup>. Essa imagem política da UNITA não foi na prática exequível. Como os outros movimentos, concluídos os acordos de cessar-fogo, a UNITA desrespeitou as cláusulas.

Em 14 de Julho de 1974 é assumido o primeiro compromisso de suspensão das hostilidades entre a parte portuguesa e a UNITA. Este facto permite à UNITA iniciar a sua actividade política, o que lhe garante vantagens no campo da obtenção de simpatias de alguns dos cidadãos portugueses radicados em Angola. Como se esperaria, os dois outros movimentos, a UPA-FNLA e o MPLA, criticam severamente a UNITA por ter negociado com a parte portuguesa, pois, segundo alegam, não está claro o reconhecimento do direito à independência de Angola<sup>655</sup>. A cessação das hostilidades com a UNITA é assinada em Lungué-Bungo, em Moxico, estando a delegação portuguesa representada pelo major Pezarat Correia,

---

<sup>652</sup> Franz-Wilhelm HEIMER, *op. cit.*, p. 59; J. M. CARVALHO, *Os cubanos e...*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1976, pp. 18-19; P. P. CORREIA, *op. cit.*, pp. 101-103.; António de Almeida SANTOS, *Da descolonização de cada território em particular*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2006, vol. II, p. 66.

<sup>653</sup> Cf. António José TELO, *História contemporânea de Portugal: do 25 de abril à actualidade*, Lisboa, Ed. Presença, 2007, vol. 2.

<sup>654</sup> J. MARCUM, *op. cit.*, vol. II, p. 247.

<sup>655</sup> J. V. FILIPE, *op. cit.*

pelo tenente-coronel Passos Ramos, pelo capitão Moreira Dias, acompanhados pelo Padre Oliveira, que serviu de mediador<sup>656</sup>.

Os contactos para o cessar-fogo continuam. Depois de três meses de concertação com a UNITA, a parte portuguesa acertou os acordos de fim das hostilidades com a UPA-FNLA. Por meio de duas deslocações a Kinshasa entre os dias 11 e 12 de Outubro de 1974 e com mediação do presidente da República do Zaire, Joseph Desiré Mobutu, as autoridades portuguesas mantêm contactos com a UPA-FNLA e formalizam a cessação das hostilidades no dia 15 de Outubro.

Note-se que, a UPA-FNLA, mesmo depois da demissão de Spínola, não deixa de apostar nas vagas militares, recusando-se a dialogar. Todavia, as tentativas de diálogo e aproximação são possíveis com uma comissão delegada pelo almirante Rosa Coutinho, que, insistindo na insustentabilidade da guerra e a necessidade da paz, suscita consenso entre ambas as partes. Integram a delegação portuguesa o general Fontes Pereira de Melo, o almirante Leonel Cardoso, o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro e o major Duarte Cabarrão.

Em relação ao MPLA, existe a necessidade de uma clarificação interna, porque há crispação na liderança do movimento — Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade (Revolta Activa) e Daniel Chipenda (Revolta do Leste) — que impedia definir o interlocutor para as negociações de paz.

Com o triunfo da ala de Agostinho Neto, pela clarificação alcançada em Brazzaville, em 3 de Setembro de 1974, o MPLA finalmente chega a acordo com as autoridades portuguesas. Em 21 de Outubro de 1974, nas estepes de Lunhamege, distrito de Moxico, é assinado o acordo de cessação das hostilidades entre Portugal e o MPLA. Melo Antunes, Ministro sem pasta responsável pelos processos de descolonização, é o negociador que convence o MPLA, ala Neto, antes do encontro do Moxico e relança, de certo modo, este movimento (após os acordos de cessação das hostilidades) para o protagonismo da transição através do apelo feito a Paulo Teixeira Jorge, encarregado pelas Relações Externas do MPLA para um encontro de garantias com Agostinho Neto em Argel<sup>657</sup>. Esta pode ser uma das razões que,

---

<sup>656</sup> P. P. CORREIA, *Angola [...]*, p. 209.

<sup>657</sup> O encontro de Argel aconteceu entre 18 e 20 de Novembro de 1974. Colocou frente a frente as delegações portuguesa (Melo Antunes) e do MPLA (Agostinho Neto). Os resultados do encontro

o MPLA combinando o marxismo-leninismo, leva os progressistas portugueses a não entravar o «poder popular»<sup>658</sup> desenvolvido por esse movimento contra a UPA-FNLA e a UNITA<sup>659</sup>. No encontro formal entre as delegações, a parte portuguesa foi presidida pelo almirante Leonel Cardoso ladeado pelo major Emílio Silva, pelo brigadeiro Ferreira de Macedo, pelo brigadeiro Pezarat Correia, pelo Dr. Augusto de Almeida e o engenheiro Peres do Amaral. Da parte do MPLA, dirigido por Agostinho Neto, fica claro o afastamento de Mário Pinto de Andrade, de Daniel Chipenda e das suas respectivas alas como interlocutores do processo de paz<sup>660</sup>.

---

resumem-se à urgência da criação de um Governo de Transição, com conversações preparatórias com os outros movimentos de libertação; no compromisso da marcação de uma data e local da conferência (pensada de antemão para o dia 18 de Dezembro); na aceitação do Governo de Transição com características de Governo de Coligação com a participação de representantes dos três movimentos segundo os princípios a serem adoptados na Conferência Geral; na aceitação, durante a transição, da preparação de uma Constituição a ser plebiscitada no acto da independência; na vantagem de o MPLA continuar a intensificar a sua penetração política no interior do território; na admissão de o MPLA abandonar a insistência de referência MPLA e UPA-FNLA enquanto únicos e autênticos representantes do povo angolano diante das instâncias da OUA e da ONU, admitindo, assim, a inclusão da UNITA e, em consequência, a negação da inclusão, nos mesmos moldes, da FLEC. PT/TT EMA, Encontro de Argel entre as Delegações Portuguesa e do MPLA, 18 a 20 de Novembro de 1974, cx. 206, pasta 1, fls n.º 11-13; *Cfr.* Maria Inácia REZOLA, *Melo Antunes: uma biografia política*, Lisboa, Âncora, 2012, pp. 171-172.

<sup>658</sup> «Poder popular», um dos conceitos estratégicos do MPLA que, significando a participação das massas no centro das decisões, chocou com os interesses dos outros movimentos, UPA-FNLA e UNITA. Na verdade, a participação das massas nos centros de decisão, como justificava Agostinho Neto, era uma tentativa de montagem de «sovietes» no MPLA. Aconselhamento dos assessores russos, não vingaria entre as pretensões políticas do MPLA visto que, na prática, a experiência soviética acabou por subalternizar a participação das massas, banindo-as do concerto das decisões do movimento tal como Agostinho inicialmente intuía. A fim de robustecer o MPLA, de o afastar do compartilhamento do poder com os outros movimentos, «inimigos», havia necessidade de o MPLA, mais do que organizar e politizar as massas, mobilizá-las e congregá-las a seu favor, armar essas massas, opondo-se assim ao avanço dos outros movimentos na capital e nas grandes cidades, levantando uma «muralha» popular ao avanço da UPA-FNLA e da UNITA. *Cf.* F. B. SANTOS, *op. cit.*, pp. 76-77.

<sup>659</sup> *Cf.* J. M. CARVALHO, *Os cubanos e ... [..]*, pp. 32-33.

<sup>660</sup> F.-W. HEIMER, *op. cit.*, p. 64; P. P. CORREIA *op. cit.*, p. 103.

## **Os acordos multilaterais e a cimeira de Mombaça**

As diligências das autoridades portuguesas para pôr fim ao conflito com os movimentos angolanos surtem os efeitos desejados com os acordos de cessação das hostilidades. Resta, entretanto, conhecer a exequibilidade das mesmas intenções entre os movimentos UPA-FNLA, MPLA e a UNITA que rivalizam entre si.

A formalização dos termos da independência exigia consenso entre os movimentos angolanos, representantes da soberania dos povos de Angola. O entendimento entre eles era a condição *sine qua non* para a efectivação do processo da independência. Uma exigência que, segundo as autoridades portuguesas, é a única via de Portugal oficializar o fim da colonização. Ora, no terreno, as negociações permanecem inoperantes, visto que são três e distintas as entidades que se devem concertar para negociar. Lembra Pezarat Correia que enquanto Portugal diligencia o cessar-fogo bilateral com cada movimento, várias tentativas de conciliação feitas entre os movimentos não têm bom resultado. Assim sucede nos encontros MPLA e UPA-FNLA, em Kinshasa, em 8 de Junho de 1974; em Bukavu, em 28 de Junho e, posteriormente, em Lusaca, com a presença da UNITA<sup>661</sup>.

Refere-se que esta segunda fase de contactos para a paz, agora entre os movimentos de libertação, e de uma negociação única com Portugal, revela, contra todas as previsões, haver impasses profundos. Qual dos movimentos tem mais probabilidades de alcançar o poder, é a questão que calculadamente cada movimento interioriza. Todos os esforços de luta anti-colonial desembocam, no final, na pretensão grandiosa da conquista do poder por cada um dos movimentos.

Mais uma vez se evidencia a inaplicabilidade na prática da construção do Estado-nação, da independência apregoada pelos movimentos angolanos. Entre os discursos nacionalistas e a prática política, nesse contexto, as esperanças e a imaginação da independência prometidas ao povo não têm a devida materialização. O desfecho do processo nacionalista, em 1975, é completamente diferente do que se inferiria das promessas dos movimentos.

---

<sup>661</sup> P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 104.

Destarte, nestas considerações, de qual dos movimentos de libertação caberiam os destinos da independência de Angola, outros factores, diplomático-estratégicos e ideológicos, impõem-se no processo da descolonização-independência de Angola. Portugal, potência colonial, procura a «melhor» via para legitimar a sua saída do território. Contra todos os cenários possíveis (influências políticas e ideológicas de outras potências em resultado da bipolarização do mundo) do posicionamento político dos movimentos angolanos, enquanto potência colonial administrante, Portugal não pretende deixar de acompanhar o desfecho do processo da independência de Angola.

O major Melo Antunes, após a sua entrada para o II Governo Provisório como Ministro sem pasta, é nomeado para a condução dos processos de descolonização. Em Angola, inicia diversos contactos unilaterais no intuito de desbloquear os impasses para a obtenção do cessar-fogo entre os movimentos de libertação, tal como com a parte portuguesa. Na mira dos acordos bilaterais entre a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA, Portugal propõe uma cimeira na qual, de modo tripartido, se apoie uma plataforma para a transição do poder em Angola.

Dois contactos unilaterais desenvolvidos pelas autoridades portuguesas, entre os meses de Outubro e Novembro de 1974, culminam na celebração de dois acordos bilaterais. O primeiro envolve dois dos três movimentos de libertação angolanos em Kinshasa (Congo Léopoldville) e no Moxico (Angola). O segundo, de modo tripartido, coloca frente a frente os três movimentos angolanos e as autoridades portuguesas na cidade queniana de Mombaça.

Em 28 de Outubro de 1974 uma delegação chefiada pelo almirante Rosa Coutinho encontra-se com Jonas Savimbi em Cangumbe, distrito do Moxico, e apresenta como carta diplomática uma agenda de paz à UNITA, com extensão aos outros movimentos congéneres. Outra delegação, dirigida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, reúne-se, com os mesmos intentos, com outro alto representante da UNITA em Tunes e em Kinshasa no mês de Novembro. Noutra

altura, uma delegação dirigida por Melo Antunes encontra-se em Argel, no dia 20 de Novembro de 1974, com Agostinho Neto<sup>662</sup>.

Ultrapassadas com conversações as oposições entre os movimentos de libertação e com as autoridades portuguesas, celebram-se os acordos bilaterais entre a UNITA e a UPA-FNLA em 25 de Novembro de 1974, em Kinshasa; entre a UNITA e o MPLA, em 18 de Dezembro de 1974, no Moxico; e o MPLA e a UPA-FNLA, nos dias 3 e 4 de Janeiro de 1975, em Mombaça.

Desse último acordo, com Portugal na Cimeira de Mombaça), aprovou-se de modo tripartido uma plataforma de negociação (*de iure*) da independência de Angola entre Portugal e os movimentos de libertação angolanos. O que vem acontecer, *de facto*, em Portugal, no Hotel Penina, em Alvor, em 10 de Janeiro de 1975.

### ***De Mombaça ao Alvor e o posicionamento dos movimentos angolanos***

A revolução de Abril abriu as portas da emancipação política de Angola. Os novos dirigentes do governo português avançam para a descolonização dos territórios ultramarinos<sup>663</sup>.

Salienta-se, porém, que além do acontecimento de Abril surpreender Portugal e Angola, aqui travava-se uma guerra. E os três movimentos angolanos, combatendo o inimigo comum, conservavam as suas diferenças combativas. Levantam-se, neste íterim de cessação das hostilidades e convénios de paz, vários cenários cujas variáveis — apoio estrangeiro, filiação ideológica, colaboração e protecção portuguesas — se atêm ao esforço da conquista do poder por cada um dos movimentos de libertação. O fim último por que cada movimento justificava a sua

---

<sup>662</sup> PT/TT EMA, Conversações com o MPLA, 18 de Novembro de 1974, caixa 125, pasta n.º 6, fls. n.ºs 1-2; J. V. FILIPE, *op. cit.*

<sup>663</sup> Segundo Almeida Santos, Portugal teve um atraso mínimo de dez anos e máximo de vinte no processo de descolonização em relação a outros países como a França, a Inglaterra, a Holanda ou a Bélgica, pelo que era preciso, para o caso de Angola, encontrar uma solução urgente. Refere ainda que as tropas portuguesas estavam saturadas da guerra, o que originou uma «psicose de pressa». Vera MAGARREIRO, «Almeida Santos diz que Acordo de Alvor foi apenas um pedaço de papel». Entrevista concedida à Agência Lusa, 2005, disponível em [https://www.rtp.pt/noticias/pais/almeida-santos-diz-que-acordo-de-alvor-foi- apenas-um-pedaco-de-papel\\_n4600](https://www.rtp.pt/noticias/pais/almeida-santos-diz-que-acordo-de-alvor-foi- apenas-um-pedaco-de-papel_n4600), consultado em 19 de Dezembro de 2018.

existência, guerra de libertação, passou a ser o de substituir o poder colonial. Todos os movimentos estavam convencidos de que chegou a (sua) hora de assumir o poder.

Na iminência da transferência do poder, ao invés de responder aos primeiros apelos das autoridades portuguesas para a cessação das hostilidades, os movimentos angolanos investiam no esforço de guerra, embora longe da fita asfáltica, isto é, no interior do território. Pela exaustão da guerra, sobretudo pela sua injustificabilidade no ano de 1974, as Forças Armadas portuguesas perdem a capacidade de controlo do território. No interior, concretamente para lá dos grandes centros urbanos, os movimentos de libertação animam-se e acreditam na conquista do poder pela via militar.

Regressamos, pois, ao ponto já referido de quem governaria Angola no entendimento dos movimentos de libertação<sup>664</sup>. Longe do poder cobiçado, adivinham-se desentendimentos, atitudes de intolerância e dificuldades de convivência pacífica entre os movimentos<sup>665</sup>.

A desconfiança mútua, principalmente entre os movimentos UPA-FNLA e MPLA, centra-se na observação que prestam na agenda de negociações levada pelas autoridades de Portugal. Quer a UPA-FNLA quer o MPLA esforçam-se no sentido de ostentar uma posição de vanguarda nas negociações com Portugal. Nas conversações mantidas pelo Ministro Melo Antunes com o MPLA, em 18 e 20 de Novembro de 1974, em Argel, convoca-se o MPLA para o fim das hostilidades, antecipando-o, como foi destacado, como o movimento merecedor de apreço pela parte portuguesa<sup>666</sup>.

Na perspectiva de Melo Antunes, o propósito do novo governo português é estender um programa comum com as forças progressistas angolanas, de forma a evitar que Angola caísse debaixo do controlo e domínio de outras potências. Em Angola, além

---

<sup>664</sup> Ver *supra*, os caminhos para a paz.

<sup>665</sup> Sobre a reunião de Mombaça, sublinha Almeida Santos, foi quase um milagre conseguir sentar os líderes dos movimentos angolanos à mesma mesa, porque a guerra civil já estava no auge, principalmente em Luanda, onde já se matavam uns aos outros. V. MAGARREIRO, «Almeida Santos», *op. cit.*

<sup>666</sup> PT/TT EMA, Conversações com o MPLA, 18 de Novembro de 1974, caixa 125, pasta n.º 6, fls. n.ºs 1-4.

dos reaccionários brancos, há reaccionários pretos representados pela UPA-FNLA e UNITA e outros pequenos agrupamentos.

O MPLA deve por isso precaver-se, destaca Melo Antunes, pois a UPA-FNLA é uma inimiga de Angola. A hipótese da criação de uma frente comum do MPLA com a UPA-FNLA em 1975 para negociar com Portugal não inibe o MPLA de considerar a UPA-FNLA reaccionária. Mais cedo ou mais tarde este movimento confrontar-se-á com o MPLA. Quanto à UNITA, segundo Melo Antunes, este movimento colaborou com o colonialismo e ao tempo colabora com a reacção branca. Porém, o MPLA deve considerá-la, com todas as cautelas, como movimento angolano de facto<sup>667</sup>. Tanto a UNITA quanto a UPA-FNLA, na explanação de Melo Antunes, foram sempre a mesma coisa. Mancomunam-se com forças reaccionárias que actuam por detrás de ambas<sup>668</sup>.

As advertências de Melo Antunes ao MPLA, no que se refere aos movimentos UPA-FNLA e UNITA, recaem finalmente num ponto estratégico, Luanda, onde se provou a intensidade da disputa do poder entre os três movimentos. Na opinião de Melo Antunes, o MPLA é a força com mais apoio popular; pelo que seria necessário avaliar até que ponto as forças progressistas portuguesas e angolanas estariam dispostas a colaborar. O problema de Luanda é o controlo das populações. Nessa óptica, dada a representatividade do MPLA entre as populações de Luanda, o problema torna-se mais complexo para os outros movimentos. Mas apenas no caso de o MPLA ter a possibilidade de obter o controlo político e policial da cidade de Luanda.

Esse esboço da situação por Melo Antunes antecipa a difícil concertação dos movimentos de libertação; o redireccionamento da luta, agora pelo poder, entre os movimentos de libertação, em Luanda; a estratégia de legitimação da saída de Portugal de Angola; e a “autorização” das autoridades portuguesas para o «poder popular» por parte do MPLA.

---

<sup>667</sup> A UNITA foi, por essa razão, reconhecida oficialmente também pela OUA em Mombaça.

<sup>668</sup> PT/TT EMA, Conversações com o MPLA, 18 de Novembro de 1974, caixa 125, pasta n.º 6, fls. n.ºs 1-4.



Antes da Cimeira de Mombaça<sup>669</sup>, o MPLA e a UPA-FNLA já se mobilizam com atritos recíprocos nalgumas cidades, procurando cada um assegurar posições para controlar a cidade de Luanda. A UNITA, como referimos, envereda nessa altura pela aposta da politização das populações das principais cidades, Luanda em especial. «A UNITA foi [segundo Pezarat Correia] o único movimento, não só de Angola mas de todas as colónias onde se desenvolveram operações militares, que aceitou negociar com a parte portuguesa»<sup>670</sup>, o que permitiu a esse movimento exercer legalmente a actividade política em Angola. Jonas Savimbi, sublinhando as vantagens de tal feito, reconheceu que

Ao fazê-lo a UNITA averbou uma vantagem que é hoje histórica: arriscou, negociou, de tal maneira que em 14 de Junho de 1974 havia conseguido um trunfo sobre a UPA-FNLA e o MPLA, que foi o de, a partir daquela data, ter podido livremente propagar os seus ideais pelo país fora, coisa que surpreendeu e confundiu os seus opositores [...] aumentou, por via disso, os seus trunfos [...] os outros dois movimentos cedo haveriam de seguir as nossas pisadas. Simplesmente, porque foram retardatários e foram intransigentes no início, as suas vantagens foram mínimas, dado que, ao reentrarem no território nacional, já lá encontram a UNITA solidamente implantada<sup>671</sup>.

Contrariamente ao que se esperava, para a aceitação e comparência na «cimeira maior», Alvor, da formalização da transição da independência, a UPA-FNLA procura acompanhar os passos do seu congénere e rival, o MPLA. A proposta inicial da reunião, ou cimeira, tinha sido apontada para a Ilha de S. Miguel nos Açores, com início em 18 de Dezembro. O que se sabe, segundo as autoridades portuguesas, é que até aí a UNITA objecta o local, preferindo uma capital africana. Para Portugal, caso a reunião acontecesse, a capital do país africano elegível seria Dakar ou Dar-es-Salam, talvez por razões geoestratégicas. O MPLA, por sua vez, não se predispôs, impossibilitando a precisão da data da reunião antes do final do ano de 1974<sup>672</sup>. Por essa ocorrência, da indisposição do MPLA, ansiosa para ombrear em igualdade de estratégias sobre a realização da reunião, a UPA-FNLA

---

<sup>669</sup> Frisa-se a crítica tecida por Pezarat Correia sobre as lutas entre os movimentos de libertação: «MPLA, UPA-FNLA e UNITA nunca se entenderam nem souberam coordenar as suas acções na luta pela libertação do seu país. Aparentemente com idêntico objectivo — obrigar Portugal a reconhecer o direito de Angola à independência —, revelam-se sempre incapazes de unir os seus esforços numa frente comum e, pelo contrário, manifestam-se sempre incapazes para a rotura, a dissidência interna e mesmo para o confronto armado entre eles». P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 35.

<sup>670</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>671</sup> J. M. SAVIMBI, *op. cit.*, p. 35-36. Ver também P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 99.

<sup>672</sup> PT/TT EMA, Negociações para a independência de Angola, caixa 125, pasta n.º 6.

critica quer o MPLA quer as autoridades portuguesas. As censuras do movimento de Holden Roberto podem ser vistas nas intervenções dos seus representantes máximos.

A primeira manifestação de objecção é expressada por N'gola Kabangu, responsável do Interior, que telefona à embaixada portuguesa em Kinshasa declarando admiração pelo facto de não haver uma confirmação da data para a realização da Conferência de S. Miguel e outros detalhes sobre a Mesa-Redonda<sup>673</sup>.

A segunda reacção, feita por Johnny Eduardo, manifesta o descontentamento da UPA-FNLA perante a campanha dos órgãos de informação portugueses que estariam a hostilizar a UPA-FNLA nas vésperas da Conferência dos Açores — *v.g.*, o noticiário da RTP, do dia 3 de Dezembro de 1974 que, dando indícios de privilegiar o MPLA e o seu presidente Agostinho Neto, passam uma imagem de Holden Roberto comentada como “o homem que há 20 anos queria matar todos os brancos e mais recentemente, há 10 anos, considerava os portugueses como os maiores inimigos da África e que era preciso correr com eles para fora deste continente”. Para Johnny Eduardo, a atitude da televisão portuguesa foi prova mais do que evidente do “partidarismo pernicioso” que os governantes portugueses praticam em detrimento da UPA-FNLA<sup>674</sup>.

Finalmente, a terceira reacção da UPA-FNLA é feita pelo seu presidente, Holden Roberto, por ocasião da recepção do alto representante da embaixada portuguesa (com presença dos representantes dos Assuntos Exteriores e do Interior da UPA-FNLA), em que o representante português não deixa de destacar a cordialidade do diálogo mantido com aquele movimento. Conforme deixa registado o representante português, Holden Roberto critica as autoridades portuguesas a respeito do processo de descolonização de Angola em três notas.

---

<sup>673</sup> PT/TT EMA, Correspondência da UPA-FNLA com as autoridades portuguesas em razão da convocação da Cimeira com os três movimentos de libertação e as autoridades portuguesas, inicialmente convocada para S. Miguel, em Dezembro de 1974, sem data e o seu adiamento, Aerograma-Telegrama (Secreto, 338) recebido pela Embaixada de Portugal em Kinshasa, em 13 de Dezembro de 1974, por António Monteiro.

<sup>674</sup> *Ibid.*

Na primeira, a UPA-FNLA não aceita quaisquer explicações sobre os motivos do adiamento da Cimeira dos Açores por ela muito aguardada. E perante as declarações de Agostinho Neto, nas quais alega não estarem criadas as condições para o encontro no dia 18, a UPA-FNLA acusa o MPLA como o causador do adiamento da Cimeira.

Na segunda nota, a UPA-FNLA acusa a ala influente do Governo Português de estar a favorecer o MPLA, numa tentativa de impor em Angola uma orientação política semelhante à de Portugal, criando assim condições de desenvolvimento do que chamou “neocolonialismo paternalista”.

Por fim, a UPA-FNLA vê-se a agir contra o que considera “partidarismo” das autoridades de Lisboa no favorecimento do MPLA à revelia da UPA-FNLA, pelo que destacam: 1) o artigo publicado na Revista *Afrique-Asie*, n.º 2, 15 de Dezembro de 1974, demonstrou a má-fé do Governo de Lisboa provada pelo entendimento entre Agostinho Neto e o Ministro Melo Antunes; 2) em Angola, não só o denominado Alto-Comissário, mas os próprios elementos do MFA estariam a preparar de forma “escandalosa” a ocupação do poder por Agostinho Neto; 3) a UPA-FNLA esforçando-se embora para apaziguar as populações, não se vê na obrigação de continuar com tais atitudes, pois as autoridades portuguesas prosseguem com o que denominou acumulação de erros e o fraccionismo de uma parte do Governo de Lisboa<sup>675</sup>.

A corrida pela conquista do poder põe em alerta os decisores dos três movimentos de libertação. O posicionamento político das autoridades de Lisboa foi calculadamente observado pelos movimentos de libertação, sobretudo pela UPA-FNLA e pelo MPLA e, posteriormente, pela UNITA. Neste sentido, nenhum destes movimentos se predispôs a transigir na aceitação dos ditames de paz nas negociações da formalização da transição da independência. Todos os movimentos temem ser impedidos de conquistar o poder por algum factor conspirativo.

Os compromissos saídos de Mombaça — o acordo entre a UPA-FNLA e o MPLA, a declaração de princípios entre os três movimentos e o comunicado final que, em conjunto com o Governo de Portugal, resulta na plataforma comum para a formação

---

<sup>675</sup> *Ibid.*

do Governo de Transição conducente à independência de Angola<sup>676</sup> — formalizados no Acordo do Alvor, transformam-se, conseqüentemente, em letra morta<sup>677</sup>.

## **Do Alvor à independência**

A disputa pelo poder entre os movimentos de libertação de Angola no primeiro mês de 1975 extrema-se cada vez mais e sem um fim à vista. A par de todos os apelos da Comissão Nacional de Descolonização e com conhecimento desse órgão, os movimentos de libertação lançam-se desenfreadamente na ocupação de posições militares intentando o controlo da cidade de Luanda. A corrida pelo poder, da posição privilegiada para assumir a “cátedra do poder colonial vacante”, conduziu Angola à retroversão dos fundamentos da guerra de libertação, agora com significado de guerra fratricida.

O acordo do Alvor<sup>678</sup> celebrado entre os movimentos de libertação angolanos e Portugal, em 10 de Janeiro e entrado em vigor no dia 15 do mesmo mês de 1975, não tem o significado jurídico devido. Em parte, segundo Pezarat Correia, porque todas as diligências que se traçam para o processo de paz com os movimentos de libertação, «estavam longe de corresponder a um ambiente geral de apaziguamento ou de cooperação [...]. Decorriam enquanto estes [...] intensificavam a sua actividade política, subindo de tom as confrontações, que frequentemente envolviam acções violentas, com especial relevo para a UPA-FNLA e o MPLA, que chegaram a travar sérios combates em plena cidade de Luanda»<sup>679</sup>. Na óptica de Almeida Santos, perante o clima da cada vez maior tensão entre movimentos angolanos, a irreversibilidade do Alvor, a via de eleição da saída de Portugal de Angola, deixa a convenção reduzida mais a um «armistício» do que

---

<sup>676</sup> Vide apêndice n.º 25: dossiê das negociações para a independência de Angola: Movimentos de Libertação de Angola e Portugal – Mombaça/Alvor.

<sup>677</sup> Segundo um dos signatários na altura do acordo, Almeida Santos, volvidos cerca de 30 anos, em 2005, referiu que tal acordo não foi senão «apenas um pedaço de papel». V. MAGARREIRO, «Almeida Santos», *op. cit.*

<sup>678</sup> Veja-se o texto do Acordo do Alvor, apêndice n.º 10.

<sup>679</sup> P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 105.

verdadeiramente um acordo de descolonização<sup>680</sup>. Todas as tentativas de aproximação das partes em nada resultam, todos os movimentos de libertação preferiram defender irredutivelmente os seus interesses.

A disputa do poder entre a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA tem sido avançada como o argumento que justifica o devir do Estado e da nação angolanos entrevisto na transição da independência e da descolonização de Angola. O processo político de Angola, em 1975, obedece a uma lógica que se opõe aos objectivos da construção do Estado e da nação delineados pelas elites angolanas no decurso da guerra de libertação (1961-1975) para a libertação dos povos de Angola. As provas desta lógica foi que, diante das negociações da independência, os movimentos de libertação já não estavam dispostos a desarmar (visando a formação de um exército nacional) senão a investir na militarização dos seus pequenos exércitos, radicalizando, desta feita, a corrida pelo poder através da via armada<sup>681</sup>. Importa além disso entender os objectivos dos nacionalismos angolanos comungado pelos três movimentos de libertação, as causas (políticas, ideológicas, de apoio militar, de influências interna e externa) da intransigência e da opção dos movimentos nacionalistas na luta armada pelo poder.

Celebrado o Acordo do Alvor e constituído o Governo de Transição<sup>682</sup>, a instalação dos movimentos de libertação em Luanda, ora como partidos políticos preparando eleições, revela-se inoperante porque o processo político da independência não segue o trajecto traçado.

A UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA desencadeiam uma luta político-militar com o objectivo de conseguir antes da data da independência o máximo reforço

---

<sup>680</sup> V. MAGARREIRO, «Almeida Santos», *op. cit.*

<sup>681</sup> Destaca-se aqui, quanto à disputa do poder, a diferença dos três projectos nacionalistas da UPA-FNLA, MPLA e UNITA nas palavras de Jonas Savimbi: «mentiria se dissesse que FNLA, o MPLA e a UNITA têm os mesmos conceitos sobre os métodos de libertar e reconstruir o país. Devo admitir que existem diferenças. Essas divergências observam-se na altura da em que os grupos envolvidos na luta de libertação não estão preparados para cumprir os seus deveres na libertação de Angola e salvá-la do colonialismo português». *Vide C. PACHECO, Agostinho Neto: [...]*, p. 265.

<sup>682</sup> Cite-se o último acordo acontecido para o entendimento dos três movimentos em Nakuru, no Quênia, de 16 a 21 de Junho de 1975. A impossibilidade de se implementarem os propósitos do Acordo do Alvor, levou para que Portugal suspendesse transitoriamente a vigência daquele Acordo, 1º - 6º ponto. PT/TT EMA, Documentação referente ao processo de descolonização de Angola, caixa 124, pasta n.º 1, fl. n.º 7; PT/TT EMA, Acordo de Nakuru, caixa 53, pasta n.º 3. *Vide* apêndice n.º 10; 26.

populacional e territorial. Os movimentos passam a orientar toda a sua acção na monopolização de diligências para a conquista do poder.

A situação do desentendimento político entre os movimentos angolanos é do conhecimento das autoridades portuguesas. Reconhecendo o drama das ocorrências e a transgressão dos acordos pela UPA-FNLA, MPLA e UNITA, em plena vigência do Governo de Transição, o presidente da Comissão Nacional de Descolonização limita-se a esboçar um documento no qual se salvaguarda o papel de Portugal em Angola enquanto potência administrante<sup>683</sup>. Esta atitude, perante a iminência de guerra civil entre os três movimentos, segundo a nossa perspectiva, levanta críticas sobre o verdadeiro papel de Portugal e a suspeição sobre o «apadrinhamento» da Comissão Nacional de Descolonização a um dos movimentos (o MPLA), lançando à sorte o destino de Angola, assim como a falta de programa político sólido por parte dos movimentos de libertação.

Segundo J. M. Carvalho, à data do 25 de Abril, no contexto do conflito em Angola, supõe-se que os movimentos de libertação angolanos não possuíam formações militares capazes de enfrentar, em campo aberto, 5% das Forças Armadas portuguesas<sup>684</sup>. Segundo o comodoro Leonel Cardoso, o MPLA estava militarmente incapacitado e a UNITA tinha uma acção efémera, com pouco menos de dois mil

---

<sup>683</sup> No documento da Comissão Nacional de Descolonização, reconhecem-se as responsabilidades históricas e específicas de Portugal em Angola. Perante a incapacidade de os movimentos de libertação se unirem e evitarem uma guerra entre si, adoptam-se quatro medidas que reflectem a situação e a posição de Portugal acerca do problema da descolonização de Angola: 1) suspensão transitória da vigência do Acordo do Alvor em virtude das violações constantes por parte dos Movimentos de Libertação, reconhecidos pelos seus representantes na Cimeira de Nakuru; 2) publicação de um diploma pelo qual o Alto-Comissário, além das atribuições previstas no Acordo do Alvor, assume novos poderes nomeadamente o legislativo (dando-se-lhe igualmente a possibilidade de declarar o estado de sítio com a suspensão total ou parcial das garantias constitucionais em uma ou mais partes do território de Angola) com o fim de: a. procurar evitar a paragem da máquina administrativa; b. tentar sustar o colapso da vida económica, pelo menos no que diz respeito ao abastecimento alimentar mínimo das populações; c. criar as condições para minorar as migrações internas no território; d. reforçar os meios que permitam o retorno de nacionais a Portugal, incluindo aqueles que se encontram em áreas em que o dispositivo militar foi retraído, no cumprimento das disposições do Acordo do Alvor; 3) informar a Comunidade Internacional da grave situação em Angola e solicitar todo o apoio possível, prioritariamente nos transportes (aéreos e marítimos), alimentação, medicamentos, combustível. Foi igualmente prevista no diploma a substituição dos Ministros que se tenham ausentado dos seus departamentos por Directores-Gerais limitando-se estes a assegurar a gestão dos assuntos correntes; 4) criação do cargo de Comandante-Chefe adjunto das Forças Armadas e manutenção do número actual de militares portugueses em Angola, até à data da independência. PT/TT EMA, Presidência da República, Documento da Comissão Nacional de Descolonização, Comunicado à Imprensa, Setembro de 1975, caixa 124, pasta n.º 1, fl. n.º 7.

<sup>684</sup> J. M. Carvalho. Cf. J. M. CARVALHO, *Os cubanos e...*, [...], p. 45.

homens, e que não era reconhecida. Salvar-se-ia a UPA-FNLA, que se tinha apresentado com um número considerável de homens armados<sup>685</sup>. Infere-se que apesar de os movimentos angolanos desenvolverem uma guerra de libertação, nenhum deles ostenta um poderio militar, embora irrelevante dado o contexto, do ponto de vista clássico (divisões, regimentos, batalhões, etc.) no sentido de originar um exército. Diz-se que lhes faltaria bastante tempo para suplantarem militarmente a estrutura militar das forças portuguesas, visto carecerem de quadros e tropas operacionais<sup>686</sup>. Questiona-se, portanto, de onde proviria a força que os movimentos (UPA-FNLA e MPLA, em primeira instância, e depois a UNITA) passam a apresentar no decurso exercício de funções do Governo de Transição; e o que levaria a Comissão Nacional de Descolonização à atitude de simples árbitro, com a política da «neutralidade activa»<sup>687</sup>? Quanto aos movimentos de libertação, infere-se que nas circunstâncias da transição da independência, forjam possibilidades para apresentar o máximo de efectivos militares e de outros quadros, do que propriamente apostarem nos seus programas políticos da construção da nação angolana. Recorrendo aos apoios estrangeiros, esforçam-se por se proverem de quadros de todo o tipo e, sobretudo, por se engrandecerem

---

<sup>685</sup> Constatação do comodoro Leonel Cardoso em entrevista com J. M. Carvalho. Cf. J. M. CARVALHO, *Os cubanos e...*, [...], p. 27.

<sup>686</sup> Segundo as informações, o tempo de preparação militar dos soldados dos movimentos angolanos não ultrapassa mais de um ano. Palavra de um dos nossos entrevistados, Emiliano (Angola, Abril de 2018); no caso do MPLA, todos os apoios recebidos no quadro da preparação militar, primordialmente dos países de ideologias socialista-marxista e comunista, não se estendem além dos 12 meses. Cf. Carlos PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, vol. II, pp. 1369-1382.

<sup>687</sup> Saliente-se que na tomada de posse do Governo de Transição acordado no Alvor, a posição do MFA de Angola através do Alto-Comissário devia cingir-se à fiscalização do processo transitório perante os três movimentos de libertação, garantindo, sobretudo, a unificação das forças militares num único exército, numa posição de «neutralidade passiva». Todavia, desde a tomada de posse daquele governo, verificavam-se passividade e tibieza nas atitudes do MFA de Angola perante a escalada de tensão entre os movimentos angolanos. Em contraponto com o Alto-Comissário, o MFA de Angola agora designado por CCPA pelo Conselho da Revolução, em Maio de 1975, aprova a «neutralidade activa». Isto é, Portugal insiste em manter em relação ao processo de descolonização de Angola o reconhecimento dos três movimentos de libertação como legítimos representantes do povo angolano, mesmo com a demarcação destes dos compromissos de paz acordados. Perante a violação sistemática do Acordo do Alvor (com sinais de uma escalada de guerra civil), Portugal, segundo Melo Antunes, estabelece a «neutralidade activa», que «não é assistir neutro, mas sim responder aos problemas concretos para garantir condições para a transição pacífica para a independência». De outro modo, a «neutralidade activa» consistia na não ingerência nos assuntos internos de Angola, acção consequente no sentido do respeito pelo Acordo do Alvor por parte dos três movimentos de libertação; actuação firme no sentido de contribuir para o desenvolvimento do processo de paz, quer contra as forças reaccionárias quer contra os incumpridores dos acordos. Veja-se PT/TT EMA, Reunião em 14 de Julho de 1975 entre o MPLA e a parte portuguesa, na Rádio Naval, em Belas, Luanda, caixa 124, pasta n.º 4, fl. n.º 7; MFA, «A situação em Angola e as nossas tarefas», *Movimento, Boletim Informativo das Forças Armadas*, Especial-19, 1975.

militarmente armando dezenas de milhar de homens. Ora, perante o quadro «armamentista» dos movimentos de libertação, garantia, no entender destes, do avantajamento no protagonismo do destino de Angola, não dá hipóteses de mediação da Comissão Nacional de Descolonização. A Comissão Nacional de Descolonização, pela dificuldade de consensos e do cumprimento dos procedimentos da transição da independência por parte dos três movimentos de libertação, vê-se banida das suas responsabilidades políticas de Angola.

O Governo de Transição, constituído pelo Colégio Presidencial (Primeiro Ministro Johnny Eduardo, da UPA-FNLA, Primeiro Ministro Lopo do Nascimento, do MPLA e Primeiro Ministro José N'dele, da UNITA), toma posse perante o Alto-Comissário general Silva Cardoso, em finais de Janeiro de 1975. Das reuniões desse governo, onde se podem destacar permanentes agressões verbais, quando não tentativas de agressão física<sup>688</sup>, assinala-se o nível de desavença e prelúdio da não convivência entre os movimentos de libertação. Os primeiros confrontos registam-se entre o MPLA e a UPA-FNLA, agravando-se em Luanda e alastrando a outros distritos. Nessa senda, o MPLA adianta-se, enveredando para uma estratégia de «pressão-colaboração» com as autoridades portuguesas do processo de descolonização, com o seu líder, Agostinho Neto, a antecipar a situação de crispação relativa ao Presidente Costa Gomes, insistindo, por conseguinte, que Portugal apoiasse o MPLA. Para Agostinho Neto, se faltasse a cooperação do Governo português com o MPLA, ficariam em causa as relações de amizade existentes entre as duas partes<sup>689</sup>.

O agravamento da situação angolana, que leva à paralisação do Governo de Transição<sup>690</sup>, não pareceu, na opinião das autoridades portuguesas, que a paz perdurasse. A actuação de Portugal limita-se à exigência do cumprimento do

---

<sup>688</sup> Veja-se J. V. FILIPE, *op. cit.*

<sup>689</sup> Em Dar-es-Salam Agostinho Neto expõe ao Presidente Costa Gomes que grupos armados, presumidamente da ala Chipenda, utilizam o nome do MPLA e penetram no território angolano sem o prévio consentimento do MPLA. Dessa atmosfera confusa cujo objectivo é impedir o bom desenvolvimento do processo de descolonização dirigido pelas forças progressistas angolanas, perante a passividade das Forças Armadas portuguesas, o MPLA continuará a luta contra os grupos antipatrióticos e reaccionários. PT/TT EMA, Telegrama de Agostinho Neto ao Presidente Costa Gomes a partir de Dar-es-Salam 161 27 1830 p1/50=CTF, caixa 22, pasta n.º 4, 27 de Janeiro de 1975.

<sup>690</sup> Apontam-se a falta de convivência entre as forças militares mistas, as constantes violações do Acordo do Alvor pelos movimentos de libertação e a incapacidade do Alto-Comissário em controlar a situação político-militar.



memorando do Alvor, designado como de «neutralidade activa» e sugeriu aos movimentos angolanos a necessidade de uma nova cimeira no intuito de cimentar o Acordo do Alvor. O Presidente da Comissão Nacional de Descolonização, Melo Antunes, desafia os movimentos angolanos e propõe novas conversações insistindo na revitalização do Acordo do Alvor. Todavia, as conversações das autoridades portuguesas mantidas com os movimentos angolanos não são mais do que uma auscultação.

Em Abril de 1975 o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Melo Antunes, em conversações com Jonas Savimbi, em Lusaca, apura que o desejo da UNITA, para Angola, era o da construção de uma sociedade independente, livre e socialista, liberta das influências dos blocos existentes, embora aceitasse a cooperação de todos os quadrantes, num espírito realista e pragmático<sup>691</sup>.

No mês de Maio, nos dias 13 e 14, Melo Antunes mantém conversações alargadas com os líderes dos três movimentos, em que se avaliam a progressiva situação político-militar, a inoperância do Governo de Transição e o não cumprimento dos acordos firmados no Alvor<sup>692</sup>.

Dois tópicos estratégicos extraem-se da abordagem da parte portuguesa aos movimentos de libertação. No primeiro, os três movimentos são persuadidos da necessidade de um novo encontro, ao mais alto nível, em que Portugal estivesse presente, para se encontrar uma plataforma política mínima que possibilitasse o avanço, em paz, do processo da descolonização. Este encontro viria a acontecer em Nakuru, mas quer a UPA-FNLA quer a UNITA objectam a participação de Portugal. Em segundo lugar, a explanação dos representantes angolanos nessa audiência possibilita à parte portuguesa auscultar e tirar ilações do eventual desfecho do processo da independência formalizado no Alvor. Segundo Melo Antunes,

[...] nenhum dos movimentos acredita na possibilidade de um entendimento político de facto, mas que farão o possível por encontrar uma solução precária à custa do

---

<sup>691</sup> PT/TT EMA, Memorando entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Dr. Jonas Savimbi, caixa 124, pasta n.º 4, Lusaca, madrugada de 2 de Abril de 1975.

<sup>692</sup> PT/TT EMA, Análise da situação em Angola, Conversações em Luanda com os três movimentos, 13 e 14 de Maio de 1975, caixa 125, pasta n.º 4, fls. n.ºs 3-4.

que agora parece ser o inimigo comum: Portugal e os indícios mais palpáveis que ainda subsistem do sistema colonialista<sup>693</sup>.

Assim sendo, a Comissão Coordenadora do Programa do MFA em Angola (CCPA) apresenta em 1975, sobre os três movimentos de libertação, as considerações (ver infra: UPA-FNLA, MPLA, UNITA) que deixam antever, em relatório militar, a predilecção do MPLA pela parte portuguesa em detrimento da UPA-FNLA e da UNITA.

#### «A UPA-FNLA»

Basicamente, a estratégia da UPA-FNLA manteve-se inalterável. No entanto a sua tática vinha a ser adaptada em função das perspectivas políticas a curto prazo.

De facto, realça-se que este movimento assumiu posições que foram condicionadas pelos seguintes factores:

Em Luanda assistiu-se a um recuo tácito da UPA-FNLA, que se pode consubstanciar na aceitação da retirada dos excedentes militares e das restantes medidas acordadas na Comissão Nacional de Defesa. Assistiu-se ainda a uma relativa moderação dos seus dirigentes nas intervenções quer a nível da Comissão Nacional de Defesa quer a nível do Conselho de Governo, o que pode ser mais um indicador da mudança de tática pelo relativo desaire do ELNA nos últimos incidentes de Luanda (Abril-Maio).

A UPA-FNLA iniciou uma acção de força no distrito do Zaire, obrigando os militares e simpatizantes do MPLA a abandonarem as posições que vinham ocupando na área. Esta atitude tem sido em parte condicionada pela necessidade de se recompor aos olhos dos seus próprios militantes, mas crê-se também que se destinou a preparar o terreno para a entrada maciça dos restantes efectivos da UPA-FNLA ainda estacionados na República do Zaire. Foi declarado ao Alto-Comissário pelo Primeiro-Ministro da UPA-FNLA que este movimento iria transferir para Angola, a curto prazo, toda a sua estrutura militar e política. Por outro

---

<sup>693</sup> PT/TT EMA, Análise da situação em Angola, Conversações em Luanda com os três movimentos, 13 e 14 de Maio de 1975, caixa 125, pasta n.º 4, fl. n.º 18.

lado, notou-se que a falta de apoio financeiro da República do Zaire à UPA-FNLA tem obrigado o movimento a moderar os seus gastos e a lançar mão de todos os recursos, nomeadamente tributação imposta a fazendeiros e população dos distritos do Norte e não pagamento das dívidas contraídas no comércio local, incluindo Luanda.

Existem indícios seguros de que este tipo de actuação levada a cabo no distrito do Zaire se vai tornar extensiva ao do Uíge, onde está aparecendo com uma característica nova: a hostilização, por enquanto verbal, das forças portuguesas.

Como consequência dessas acções de força, a estrutura administrativa está em vias de entrar em colapso, uma vez que os funcionários públicos estão a abandonar maciçamente os seus postos sem que o Ministério do Interior (UPA-FNLA) providencie a sua substituição. Para além das dificuldades reais em encontrar pessoal qualificado para os lugares deixados vagos, existe a intenção deliberada de destruir a estrutura deixada por Portugal, facto que, sendo mais sensível nos desafios do Norte, está para estender-se progressivamente ao restante território.

Paralelamente, os dirigentes do movimento têm vindo a tornar públicas declarações pretendendo responsabilizar Portugal pela degradação da situação, sendo essas acusações feitas directamente ou através de insinuações de conluio com outro movimento (MPLA). Realça-se, a esse respeito, a reiterada posição de intransigência quanto a uma possível cimeira com Portugal, posição que contrasta com o apoio ao Alto-Comissário manifestado tanto na entrevista de Holden Roberto como no comunicado do dia 22 de Maio de 1975.

Para além da real confiança que lhes possa merecer o Alto-Comissário, os responsáveis da UPA-FNLA procuram tirar efeito do ataque cerrado feito àquela entidade pela UNITA e pelo MPLA, verificando-se o aproveitamento do tom ameaçador e acusatório da propaganda do MPLA para aparecerem com um aspecto de moderação, fazendo apelo à conciliação tendo em vista a necessidade de se chegar a um acordo efectivo na próxima cimeira.

Esta manobra permitiria a UPA-FNLA, em caso de insucesso da reunião, atribuir a responsabilidade à posição de intransigência do MPLA.

A actuação global da UPA-FNLA no período em análise é o comprometimento que já assumiram quanto à presença na cimeira, permitindo concluir, em primeira análise que, as suas intenções quanto àquela reunião seriam:

- a. Atribuição de responsabilidades a Portugal (isoladamente ou conluiado), procurando eximir-se à sua própria responsabilidade e tentando encontrar um ponto comum que possibilite o entendimento inicial dos três movimentos;
- b. Intransigência quanto à não aceitação de um Exército Nacional ou, pelo menos, quanto à cedência de todos os seus efectivos para aquela força;
- c. Mascaramento das questões de fundo, nomeadamente no que se refere às eleições, pois crê-se que embora a UPA-FNLA tenha mantido uma posição legalista, não está interessada em concorrer a uma eleição que certamente lhe não será favorável. Aliás esta é também a opinião de Savimbi e Agostinho Neto.

Segundo as avaliações do CCPA, a UPA-FNLA, supostamente, reforça posições de aproximação para com a UNITA, impedindo qualquer possibilidade de entendimento desta com o MPLA o que, a verificar-se, deixaria a UPA-FNLA em posição desvantajosa nas conversações, frustrando, desta feita, a sua ambição do poder.

#### «O MPLA»

Embora sem pôr em causa a sua estratégia global, o MPLA encontra-se numa charneira política decisiva, pois o seu futuro a médio prazo depende do seu sucesso da linha que parece querer seguir.

Relativamente a Portugal, o movimento enveredou por uma tentativa deliberada de comprometimento, quer forçando cedência por parte dos actuais representantes portugueses em Angola (hipótese que consideram menos provável), quer através das pressões que esperam que a sua posição venha a desencadear em Portugal, a nível dos partidos políticos, receando a falta de apoio da esquerda. O MPLA conhece o apoio que tem recebido de Portugal, nomeadamente a nível dos órgãos de informação, e está bem informado acerca das contradições internas do MFA e dos diferendos que neste momento se verificam entre este e alguns partidos. Por

outro lado, já foi certamente alertado para a campanha de consciencialização que o CCPA tem desenvolvido junto do Conselho da Revolução, do MFA em geral, do Governo Provisório e do Povo Português, receando que de toda esta acção resulte uma perda de posição que acarrete a diminuição do seu prestígio actualmente sobrevalorizado.

O comunicado do «Bureau Político» publicado em 22 de Maio, mais do que um ataque ao Alto-Comissário, parece constituir uma acusação directa ao MFA, pois o MPLA tinha conhecimento da posição assumida pelo Conselho da Revolução relativamente à linha seguida em Angola e sabia que o CCPA apoiava a acção do Alto-Comissário. Julga-se, pois, que poderá ter tido a pretensão de buscar apoios políticos a nível dos partidos (veja-se a declaração do PS nesse sentido) e de tentar ainda um volta-face no seio do MFA, no sentido de alterar a posição de neutralidade activa definida pelo Conselho da Revolução. Para o MPLA esta neutralidade activa é inaceitável, pois presume a impossibilidade de Portugal colocar-se decididamente do seu lado, conforme insistentemente tem tentado.

Entende a CCPA que não deverá haver uma resposta directa com ataques feitos no comunicado de 22 de Maio, mas que a nível conveniente, terá de haver uma tomada de posição firme que demonstre a determinação portuguesa em não ceder a pressões, venham elas donde vierem, e a não permitir que se impacte a Portugal a responsabilidade dos erros que têm dado origem à deterioração da situação, conforme tem sido tentado ultimamente pelos três movimentos de libertação.

Relativamente à Cimeira, o MPLA não manifestou até esta data qualquer oposição à participação de Portugal, mas nunca iria tomar posição a favor de Portugal depois de outros movimentos se terem pronunciado publicamente sobre o assunto. O MPLA irá à cimeira, e procurará que até à realização desta se propicie a aproximação com a UNITA, de modo a colocar a UPA-FNLA em desvantagem. Saliencia-se que desde o encontro de Melo Antunes com Agostinho Neto e Savimbi, cessaram os ataques do MPLA à UNITA e ao seu presidente, o que poderá indicar a existência de um certo entendimento.

É de presumir que o MPLA, face às anteriores posições assumidas pelos seus dirigentes, apareça na Cimeira com propostas alternativas em relação à via

eleitoral, sendo possível que opte pela solução Governo de Coligação ou de Salvação Nacional, protelando por algum tempo a implantação do sistema democrático.

Quanto à formação do Exército Nacional, o movimento tem mantido a sua posição de adesão, parecendo ser o que está mais interessado na concretização dessa força, julgando para Portugal que essa atitude resulta da necessidade de passar a haver maior controlo sobre as forças da UPA-FNLA e do convencimento de que a sua acção de politização acabará por inverter a relação de forças.

De referir ainda que o MPLA recorre frequentemente ao argumento da dificuldade de controlo das suas bases, manipuladas por organizações de massas ligadas àquele movimento, para justificar tomadas de posições de recurso não inseridas na linha que aparentemente apresenta à parte portuguesa. No entanto, a manifestação do passado 22 de Maio mostrou de forma insofismável que o movimento exerce, quando quer, um efectivo controlo sobre as bases, ou melhor, que as anteriores posições aparentemente assumidas por imposição das massas populares mais não são do que atitudes premeditadas perfeitamente inseridas na sua linha de actuação. Equivale isto a afirmar que a linha dura, mais radical, está a prevalecer no Directório do Movimento, trazendo como reflexo uma posição de desequilíbrio da pequena burguesia negra e mestiça (essencialmente quadros médicos), que se sente marginalizada e que está sendo alvo de aproximação por parte da Revolta Activa.

#### «A UNITA»

Ultimamente o Dr. Savimbi tem assumido posições de dureza e intransigência que contrastam vivamente com as anteriores atitudes de moderação. Até há pouco, a actuação do Presidente da UNITA caracterizava-se no aspecto político pela preocupação de servir de mediador nos diferendos entre a UPA-FNLA e o MPLA, enquanto no aspecto social aproveitava todas as oportunidades para captar as massas africanas e a população de origem europeia. Esta fase parece ter terminado, e é de crer que as razões da mudança se filiam na existência de uma larga camada da população já sensibilizada para o movimento e no aparecimento

do braço armado — FALA — com efectivos que permitem ter voz activa na disputa do poder.

No campo militar, tem sido referido por várias origens, que não é possível à UNITA manter a atitude de neutralidade que vem assumindo nas confrontações, UPA-FNLA — MPLA, e o próprio Savimbi tem feito, recentemente, referências muito claras à eventual utilização das suas forças caso um dos movimentos se lance abertamente numa acção militar generalizada. Mais uma vez a sua posição de jogador se mantém, pois das suas afirmações se infere que tanto poderá estar ao lado do MPLA contra a UPA-FNLA, como vice-versa, dependendo de quem tome a iniciativa de ataque.

Quanto à Cimeira o Dr. Savimbi tem afirmado publicamente que ela tem de realizar-se, mas sem a participação de Portugal. Nas suas últimas declarações públicas hostilizou vivamente Portugal, fazendo afirmações de intransigência face a um eventual apoio técnico, pela parte portuguesa, nas eleições, e disse nada mais ter a aprender com Portugal, e que de forma alguma pactuava com importações de esquemas democráticos semelhantes ao português, onde Mário Soares ganhou eleições, mas não se pode impor por não ter um exército. Isto leva para que a parte portuguesa admita que a posição da UNITA, relativamente à formação do Exército Nacional, será de manter uma certa forma de autonomia das suas próprias forças.

No que concerne às eleições parece ser a UNITA o único movimento interessado na sua realização, por pensar que as condições existentes lhe são favoráveis. Prevê-se, pois, que na próxima Cimeira assuma uma posição de intransigência relativamente a este aspecto, embora tenha já aceitado a necessidade de se formar um governo de coligação após a eleição da Assembleia Constituinte e do Presidente da República.

Quanto à eventualidade de um entendimento com o MPLA, continua a não ser clara a sua posição: nas conversações bilaterais mostraram-se receptivos a essa linha,

mas as declarações públicas deixam sempre pairar a dúvida. Talvez que esta tática se destine a encobrir a referida aproximação ou ... talvez não<sup>694</sup>.

A aferição ao relatório da CCPA acima descrito é importante para a nossa análise pelo facto de, além do estado de conturbação política de Angola em 1975, revelar atitudes de parcialidade da parte portuguesa na condução do processo da transição da independência de Angola. Afora a intransigência e a falta de colaboração dos movimentos de libertação nos acordos, a potência administrante, Portugal, tem preferências ao MPLA.

A formação dirigida por Holden Roberto, UPA-FNLA, na opinião portuguesa, parece não ser a aposta fiável do processo de descolonização de Angola. A intransigência desse movimento — cujas acções praticadas desde 1961 o conotam negativamente<sup>695</sup> — em aceitar as sugestões de negociação da paz (banindo a mediação portuguesa) pode ter-lhe custado a descaracterização de uma verdadeira força política à época pelas autoridades portuguesas<sup>696</sup>. Ademais, entre os três movimentos, a UPA-FNLA é aquele que mais dificuldades apresenta nas tentativas de negociação com o MFA de Angola e o único que negoceia o acordo de cessação das hostilidades fora do território angolano (sempre aliado a Mobutu)<sup>697</sup>. O passado da UPA-FNLA, nas palavras de Fernando Santos, «aterrorizou tão intensamente os colonos, alguns com forte peso na consciência, que não hesitaram, por estes dias, em pedir armas nos destacamentos militares, que lhes foram negadas»<sup>698</sup>. Pezarat Correia entende por isso que quer as autoridades quer os militares portugueses, durante a fase da transição da independência de Angola, estavam ao corrente da trama e da elevação dos ânimos contra a UPA-FNLA e no seu próprio seio. Pois

---

<sup>694</sup> PT/TT EMA, Análise da situação em Angola, Conversações em Luanda com os três movimentos, Relatório final do CCPA, Luanda, 26 de Maio de 1975, caixa 125, pasta n.º 4, fls. n.ºs 19-29.

<sup>695</sup> A brutalidade dos acontecimentos do Norte de Angola, ocorridos em 15 de Março de 1961, e a força repressiva excessiva utilizada pelas autoridades portuguesas revelaram quanto nos primeiros tempos da guerra colonial quaisquer valores éticos foram esquecidos. Depoimentos de Pedro Rodrigues, ex-UPA-FNLA, Holden Roberto e Adriano Moreira. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Arquivo Audiovisual, «Grande reportagem: Angola, o princípio do fim (1961-1962)», SIC, 1988, DVD n.º 633, MFN, 11641.

<sup>696</sup> Veja-se *supra*, a análise da situação em Angola, notas *supra*. Também os nossos entrevistados, Diógenes e Francisco, aludem às mesmas considerações sobre o movimento de Holden Roberto. Entrevistas em Luanda, Abril de 2018.

<sup>697</sup> P. P. CORREIA, *op. cit.*, pp. 100-101.

<sup>698</sup> F. B. SANTOS, *op. cit.*, p. 61.



este movimento é o único que, no decurso de toda a guerra colonial, «teve uma prática caracterizável de vandalismo sistemático»<sup>699</sup>.

Porém, apesar de a UPA-FNLA — «tradicionalmente odiada e temida pelos brancos como um grupo de assassinos, racistas e tribalistas» — ser assim caracterizada, não deixa de se afirmar como um movimento sem projecto político. Segundo Heimer, a UPA-FNLA é «protagonista de um desenvolvimento capitalista respeitoso da lei e da ordem»<sup>700</sup>. Alguns brancos (de Luanda e do norte de Kuanza) adoptam e avivam o projecto político da UPA-FNLA contra o avanço comunista do MPLA. A razão da aposta dos brancos ao projecto desse movimento decorre de o referido projecto político, sem subordinação à Metrópole, postular entre os modelos possíveis de descolonização (questionado no pós 25 de Abril sobre que tipo de sociedade deveria encaminhar Angola) o modelo «epi-colonial» da política portuguesa. Este modelo advogando um crescimento capitalista da sociedade, não se prezaria inclusiva. Isto é, daria continuidade à política colonial desconsiderando a integração de todas as forças sociais, locais. Supõe-se, por isso, que com a UPA-FNLA, a perspectiva política seria diferente. Considerando a concorrência pelo poder dos movimentos angolanos na véspera da independência, a UPA-FNLA seguiria um modelo político, integracionista, que faria jus à absorção dos não-brancos na sociedade e a internacionalização da economia angolana, entravando o avanço do modelo (comunista) do MPLA<sup>701</sup>.

Quanto ao MPLA, as considerações das autoridades portuguesas são de optimismo. A passagem do seu líder Agostinho Neto pela Metrópole fê-lo ostentar um testemunho digno de nota. Estudante e filiado da CEI, teve a oportunidade de conviver e maturar os seus ideais anti-coloniais militando nos movimentos de oposição ao regime do Estado Novo. Integra o MUD Juvenil e o PCP, e é um dos julgados no conhecido processo que conduziu à extinção do MUD, «Julgamento dos 51», em 1957, na cidade do Porto<sup>702</sup>. O MPLA será conhecido através do seu líder, Agostinho Neto, por uma vasta gama de figuras e políticos portugueses da

---

<sup>699</sup> P. P. CORREIA, *Angola, op. cit.*, p. 234.

<sup>700</sup> F.-W. HEIMER, *op. cit.*, p. 44; 55.

<sup>701</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>702</sup> *Vide* apêndice n.º 11, Agostinho Neto e «Julgamento dos 51», Porto, 12 de Julho de 1957. Quadro do Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira, exposição permanente, consultado em 11 de Fevereiro de 2019.

«Esquerda» os quais, no contexto do ambiente revolucionário do 25 de Abril, não deixariam de manifestar a sua simpatia pelo movimento de Agostinho Neto — Partido Socialista (PS), influência de Almeida Santos<sup>703</sup>, Partido Comunista Português (PCP), Álvaro Cunhal<sup>704</sup>, Movimento Democrático Português-Comissão Democrática Eleitoral (MDP-CDE), José Manuel Tengarrinha<sup>705</sup>, Movimento de Esquerda Socialista (MES), Agostinho Roseta, Jerónimo Franco, Jorge Sampaio, Nuno Teotónio Pereira, César Oliveira, Eduardo Ferro Rodrigues<sup>706</sup> e muitos militares do MFA de Angola<sup>707</sup>.

Patrick Chabal e outros autores, entre os três movimentos angolanos, entende o MPLA como o único revestido das características do nacionalismo moderno enquanto os outros serão tradicionalistas e etnonacionalistas. Os mentores do MPLA são assimilados ou aculturados e avisados nas mentalidades sociais e políticas da oposição metropolitana, sendo, por consequência, ideologicamente progressistas. A ambição dessa elite é substituir o poder colonial, respondendo às expectativas africanas da construção de um Estado e nação, secular, moderno e de estilo europeu<sup>708</sup>. Apesar disso, não deixou de haver no seio do MPLA, mormente na sua cúpula, contradições que comprometiam à unidade política do movimento. Lembre-se a revolta do «Leste», na qual Daniel Chipenda acusa o seu movimento, o MPLA, de cometer incongruências quanto ao tratamento das populações, fundamento da existência do MPLA. Segundo esta figura da cúpula do MPLA, no decurso da guerra de libertação, principalmente na região do Leste de Angola onde o movimento tinha o resguardo revolucionário, não havia identificação dos intelectuais do MPLA, muitos dos quais educados na Europa e as massas.

---

<sup>703</sup> Almeida Santos, um dos signatários do Acordo do Alvor, testemunha que foi colega de Agostinho Neto nos tempos da Universidade, em Coimbra. V. MAGARREIRO, «Almeida Santos», *op. cit.*

<sup>704</sup> O PCP apoiou Agostinho Neto num comício, em 4 de Novembro de 1975, como sinal de apoio dos portugueses à concretização da transferência da soberania de Angola para o MPLA marcada para o dia 11 de Novembro de 1975, no Acordo do Alvor. *Vide* apêndice n.º 12.

<sup>705</sup> O MDP/CDE, em virtude da data da independência de Angola apela para uma manifestação em Lisboa (3.11.1975) — e realiza-a — de apoio ao povo angolano e à sua vanguarda, o MPLA, assim como a entrega do poder apenas ao MPLA, em detrimento da UPA-FNLA e da UNITA, considerados movimentos «inimigos do povo angolano e português». *Vide* cartaz, apêndice n.º 13.

<sup>706</sup> O MES é destacado como um dos grupos minoritários que, perante a vitimização do MPLA no destino da independência de Angola pelos imperialistas, mais tem chamado a atenção da opinião pública portuguesa para a gravidade e solidariedade do problema de Angola. Adelino CARDOSO, «Angola: o novo Vietname», *Vida Mundial*, 15 de Maio de 1975, p. 42.

<sup>707</sup> MFA, «A situação em Angola e as nossas tarefas», art. citado.

<sup>708</sup> P. CHABAL (dir.), *op. cit.*, p. 5.

«Homens da cidade, deram frequentemente, segundo Chipenda, mostras de desrespeito por hábitos ancestrais e bastante valorizados»<sup>709</sup>. Situação similar foi denunciada na revolta «Activa». A 11 de Maio de 1974, os intelectuais «dos mais prestigiados» do MPLA firmaram um apelo embaraçoso. Na base das divergências aponta-se a falta de concordância da cúpula (instruída) e dos partidários (menos instruídos) do movimento. Levantaram-se, neste sentido, problemáticas — regressão do movimento, ausência de correspondência *top down*, inexistência de participação da base militante, discrepância no campo social da organização (rótulos regionalistas), presidencialismo — que denotam fragilidades de um movimento político que se preze construtor de um Estado e nação.

Já a UNITA, de Jonas Savimbi, não parece dar garantias de colaboração e de futura parceria com Portugal, pois vai-se distanciando, assumindo um discurso de dureza contra as políticas portuguesas. Depois da conferência de Nakuru, Savimbi regressa a Angola e faz dois discursos no Huambo que marcam a sua derrota<sup>710</sup>, visto que nesses discursos a sua atitude tornou-se «anti-branca» e suscita a mais profunda desconfiança dos portugueses. A imagem que o próprio Savimbi ostenta como líder — «aposição de vinhetas com a efígie de Che-Guevara nos carros e boinas e a indumentária de Savimbi sempre de arma em bandoleira»<sup>711</sup> —, não se coaduna muito bem, segundo J. M. Carvalho, com o socialismo democrático que defende.

A posição política portuguesa e o avanço estratégico do MPLA podem ser vistos noutra correspondência. Em Julho de 1975, a Delegação Portuguesa e os representantes do MPLA encontram-se para algumas considerações pontuais. Pela parte portuguesa, estão presentes o Ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, o Comandante-Chefe do Exército, general Macedo, o Comandante da Armada, almirante Leonel Cardoso, o major Barata, da CCPA, o Comandante Martins e Silva, da CCPA, o Dr. Teixeira da Mota, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Dr. Castro Mendes, adjunto do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Presentes pelo MPLA, Dr. Agostinho Neto, o

---

<sup>709</sup> Fernando Barciela SANTOS, *op. cit.*, p. 89.

<sup>710</sup> J. M. CARVALHO, *Os cubanos e... [...]*, p. 36.

<sup>711</sup> J. M. CARVALHO, *O MPLA [...]*, p. 41.

Primeiro-Ministro do Governo de Transição, Lopo do Nascimento, o Comandante «Iko» Carreira, o Comandante «Monstro Imortal» e o Comandante Binda<sup>712</sup>.

A parte portuguesa, nesse encontro, avalia o estado da situação crítica, em que as atitudes de hostilidade protagonizadas pelos movimentos de libertação deixam ultrapassados todos os acordos até então firmados. Apelou-se, também, ao MPLA para a necessidade da transição pela via das eleições<sup>713</sup>. Todavia, Agostinho Neto e o seu movimento preferem deixar avisos de que o momento não é para filosofias, pois a situação de instabilidade vivida em Luanda é recorrente. Daí que, destacou Agostinho Neto, «para nós a causa é clara, em Angola joga-se um grande problema, o de saber se forças progressistas deterão ou não o poder»<sup>714</sup>. Continua Agostinho Neto recordando que, no momento, o MPLA tem toda a responsabilidade sobre o povo angolano, fossem quais fossem as circunstâncias. «Nós, o MPLA [rebate Agostinho Neto] sentimo-nos cada vez mais isolados e menos apoiados por aqueles que nós considerávamos os únicos aliados, o MFA. Podemos ainda chegar a um entendimento convosco. Não fechamos as portas ao MFA; demasiados laços nos ligam; podemos ainda salvaguardar alguma coisa no plano político»<sup>715</sup>. Dessas declarações, destaca-se que «ainda na guerrilha [Agostinho Neto] dizia, ao saber do derrube da ditadura em Portugal, que os portugueses teriam de se render ao MPLA e só ao MPLA e que qualquer projecto de paz e independência a ser negociado para Angola deveria levar em conta este princípio»<sup>716</sup>.

A parte portuguesa responde com quatro questões, nas quais descreve a sua não ingerência paternalista em Angola, mas que também não revela a hipótese de

---

<sup>712</sup> PT/TT EMA, Conversações entre a Delegação Portuguesa e representantes do MPLA, Rádio Naval, Belas, Luanda, 14 de Julho de 1975, caixa 124, pasta n.º 4, fls. n.ºs 1-22.

<sup>713</sup> Segundo o depoimento de Almeida Santos, o incumprimento do Acordo do Alvor por parte dos três movimentos leva-o a sugerir a revisão do mesmo, em Junho de 1975. O Governo e o Presidente aceitam, mas Melo Antunes discordou, pois estava convicto da esperança de que ainda era possível chegarem ao entendimento para eleições. V. MAGARREIRO, «Almeida Santos», *op. cit.*

<sup>714</sup> PT/TT EMA, Conversações entre a Delegação Portuguesa e representantes do MPLA, Rádio Naval, Belas, Luanda, 14 de Julho de 1975, caixa 124, pasta n.º 4, fls. n.ºs 14-15.

<sup>715</sup> *Ibid.*, fl. n.º 15.

<sup>716</sup> PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 1500703-GAB, NT 2332, vol. 2, 1974, Relatório confidencial n.º 748/74-CI da PIM do Luso-Macondo, 18 de Julho de 1974, fl. n.º 36, *apud* C. PACHECO, *Agostinho Neto, op. cit.*, p. 982.; PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, 2885, Informação n.º 528-SC/CI (2), 1964, fl. n.º 13; PT/TT PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 2192/63, cx. 3306, 1965, fl. 42. Segundo os nossos entrevistados, Isaías e Francisco, no Alvor Agostinho Neto mostra-se muito confiante na vitória do MPLA. As autoridades portuguesas, por sua vez, não faziam cedências à UPA--FNLA ou à UNITA. Entrevistas em Luanda, Abril de 2018.

poder alienar o seu apoio para com o MPLA. «A nossa simpatia manifestou-se muitas vezes, o MPLA resolveu os seus problemas graças ao nosso apoio. Mas o que não podíamos era apoiá-los para expulsar a UPA-FNLA ou a UNITA. A nossa posição tinha de ser definida como potência colonial que quer efectivamente descolonizar: compete aos povos resolver os seus problemas políticos, de regime e formas de Governo. Não podemos impor modelos de sociedade nem ideais políticos. Não somos paternalistas»<sup>717</sup>. Desta feita, a parte portuguesa questiona o MPLA nestes termos: 1) considera o MPLA que chegou o momento de destruir outras forças parceiras na descolonização? 2) o MPLA considera-se único representante legítimo do povo angolano para o qual deviam ser transferidos poderes? 3) se não, que papel cabe, aos olhos do MPLA, à UPA-FNLA e à UNITA? Como resolver os problemas concretos face a estas duas forças? 4) que se avançou quanto à possibilidade de uma aliança política com a UNITA, estratégia definida há um mês, entre as nossas duas partes?<sup>718</sup>

Mais do que esperar por uma resposta, a parte portuguesa apela para a razão dos membros do MPLA sobre a inaceitabilidade da violência. Além dessa via, o MPLA poderia triunfar utilizando outras estratégias, que não seriam proveitosas para os outros movimentos. À guisa moralizante, a parte portuguesa conclui a conversação referindo: «não podemos aparecer como poder que impõe determinada solução para Angola. Isso seria insustentável. Claro que o MPLA tem de ser defendido dos reaccionários. Apoiamos o MPLA, abrindo o espaço político para a sua acção. O próprio facto da UPA-FNLA aparecer como força reaccionária e agressora mostra o papel guia do MPLA»<sup>719</sup>.

Desse posicionamento das autoridades portuguesas, «a favor do MPLA» (e não só, do próprio desentendimento dos movimentos de libertação), além das críticas do Ministro da Economia (Vasco Vieira de Almeida) e, mais adiante, depois da proclamação da independência de Angola, nos primeiros meses do ano de 1976, do PPD, por falta de transparência política<sup>720</sup>, adivinha-se a irreversibilidade da

---

<sup>717</sup> PT/TT EMA, Conversações entre a Delegação Portuguesa e representantes do MPLA, Rádio Naval, Belas, Luanda, 14 de Julho de 1975, caixa 124, pasta n.º 4, fls. n.ºs 10-20.

<sup>718</sup> *Ibid.*

<sup>719</sup> *Ibid.*, fls. n.ºs 15-22.

<sup>720</sup> Veja-se PT/TT EMA, Documentos referentes ao processo de descolonização de Angola, Informação do Jornal *A Capital*, 20 de Agosto de 1975, caixa 124, pasta n.º 1, fl. n.º 10.

competição e confrontação dos protagonistas dos três projectos nacionalistas angolanos pelo poder, que temos estado a referir. Segundo Vasco Vieira de Almeida, a falta de uma definição política clara no processo de descolonização de Angola impediu que se cumprissem os objectivos propostos. Segundo este político, «é indispensável que Portugal assuma inteiramente as suas responsabilidades, defina corajosamente quem apoia e quem não apoia»<sup>721</sup>. Entre as preocupações de Vasco Vieira de Almeida estão, por exemplo, a subida de tensão entre os movimentos de libertação de Angola e as centenas de milhares de portugueses que, por tal, desejam regressar à Metrópole.

Estas incertezas políticas no decurso da transição da independência de Angola demonstram as já referidas dificuldades dos movimentos nacionalistas angolanos. Tais factos, vistos na véspera da independência, terão alterado o rumo por que os movimentos angolanos, UPA-FNLA, MPLA e UNITA objectivaram o percurso nacionalista de Angola. Tudo porque muito antes do 25 de Abril, e desde o Alvor, os três movimentos se desafiavam com mais intensidade na conquista do poder. Estabelecidos em Luanda com «vestimenta» de partidos políticos e com presumidos programas de governo, os movimentos de libertação angolanos não põem fim às razões da luta por si conduzidas. Abandonam o diálogo proposto na agenda da transição para a independência, desconsideram os princípios e os fundamentos da existência do Estado moderno e preferem retomar a luta. Para o robustecimento dos apoios militares, servem-se (precipitadamente) das linhas ideológicas e das velhas alianças, numa época marcada pela concorrência das potências da Guerra Fria nos interesses estratégico-económicos localizados na África Austral.

A UPA-FNLA, para se sustentar, recuou para a região Bakongo de Angola, génese da sua formação, onde investe todos os apoios estrangeiros que recebe. O tradicional

---

Note-se que, do desfecho do processo de descolonização favorável ao MPLA, Melo Antunes tenha reconhecido que não foi opção viável avançar-se para a independência «sem que estivesse preenchida a condição fundamental da formação de um exército único, esse foi para mim o maior erro e que, obviamente, depois arrastou muitos outros». Pois cada movimento focava-se na conquista do poder. Maria Manuela CRUZEIRO e CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL (UNIVERSIDADE DE COIMBRA), *Melo Antunes o sonhador pragmático*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004, p. 168.

<sup>721</sup> PT/TT EMA, Documentos referentes ao processo de descolonização de Angola, Informação do Jornal «A Capital», 20 de Agosto de 1975, caixa 124, pasta n.º 1, fls. n.ºs 10-11.

apoio e protecção, recebido da República do Zaire, território limítrofe de Angola também habitado pelos povos *bakongo*, custou à UPA-FNLA, segundo Marcum, o rótulo de movimento conservador e tribal<sup>722</sup>. No entanto, esse movimento não excluiu do seu programa da independência a nacionalização do solo angolano, com consideração dos ideários da herança colonial, a organização dos camponeses em colectividades, o controlo pelo Estado de todas as grandes empresas e da nacionalização dos recursos<sup>723</sup>. E, como referimos, teve apoio de alguns brancos de Angola. Formada no Norte de Angola, a UPA-FNLA tem o quartel-general no Congo Léopoldville.

O MPLA foi visto como o movimento que aposta num programa político mais elaborado e mais definido. Ideologicamente é próximo do «bloco Leste». O seu programa político consiste na exploração pelo Estado dos recursos energéticos. Afirma que a terra pertence aos que a trabalham e propõe a fixação do salário mínimo<sup>724</sup>.

A UNITA caracteriza-se pela sua aposta nos camponeses, o que lhe vale, conforme referenciado, o epíteto de movimento nacionalista tradicionalista voltado para as tradições africanas. Segundo o próprio Savimbi, o MPLA foi sempre um movimento burguês enquanto «a UNITA, professor das massas rurais que constituem a grande maioria do povo angolano»<sup>725</sup>.

Independentemente da programática e dos princípios políticos desses movimentos, dado o estado de guerra, a atenção das elites dos movimentos de libertação de Angola centra-se, antes de tudo, na conquista do poder<sup>726</sup>.

---

<sup>722</sup> J. MARCUM, *The Angolan revolution*, *op. cit.*

<sup>723</sup> Vide apêndice n.º 9: Criação da FNLA/1962, ponto n.º 4; F. B. SANTOS, *op. cit.*, p. 79; F. REIS, *op. cit.*, p. 40.

<sup>724</sup> Vide F. B. SANTOS, *op. cit.*, p. 79.

<sup>725</sup> J. M. SAVIMBI, *op. cit.*, p. 149.

Segundo Jonas Savimbi, a presença da UNITA no interior de Angola incomodava bastante o MPLA, pois o seu movimento «mais do que fazer a guerra, preocupava-se com o desafio revolucionário que nós lançámos à África e ao Mundo, no estilo das melhores tradições da Luta pela Libertação». Veja-se J. ROSA, *op. cit.*, p. 12.

<sup>726</sup> *Grosso modo*, sabe-se que os quadros do MPLA, depois de Portugal, se formam maioritariamente no Leste Europeu (vide apêndice n.º 21: evolução dos movimentos de libertação — MPLA), os da UPA-FNLA e da UNITA, no bloco Ocidental. Todavia, no seio do MPLA gravitavam várias sensibilidades políticas, tendo em conta o seu figurino «urbano» e de composição de assimilados.

A procura de apoios financeiros e materiais pelos três movimentos de libertação é diversificada, embora, como se disse, sob as influências da política bipolar, o MPLA fosse antecipadamente assessorado pela URSS. No tudo por tudo dos três movimentos, segundo Carlos Pacheco,

Agostinho Neto conseguiu galgar até aos píncaros do poder mercê da conjugação de vários factores extraordinários, não sem deixar de recorrer a outros caminhos providenciados pelas forças políticas dominantes em Portugal. Isto é, por um sector de esquerda do MFA controlado pelo PCP que, astucioso na intriga política e em jogos de tática, o ajudou de forma decisiva a reerguer-se e lhe abriu o caminho para alcançar o poder soberano<sup>727</sup>.

É pela via armada que, na disputa do poder, se chega à independência de Angola e se firma o Estado angolano.

Vale recordar que militarmente nenhum movimento ostentava uma força regular. A partir do levantamento de 15 de Março de 1961, o movimento de Holden Roberto recebera apoio financeiro e material dos EUA, a que, para alimentar a guerrilha anti-colonial, juntara os apoios da República Popular da China, da OUA e da República do Zaire, fundamentalmente para a formação e preparação dos seus guerrilheiros<sup>728</sup>.

O MPLA, no período da guerra de libertação, tinha apoios de países africanos como Marrocos, Argélia, Gana, Tanzânia, República Popular do Congo. Os apoios cingiam-se à cedência de espaços e campos para treino militar. A par dos apoios dos países africanos, o MPLA beneficiava de apoios noutros contextos. Destaquem-se as formações de curta duração nos campos militares da URSS, RDA, Polónia, Bulgária, Roménia, Hungria, Cuba, Vietname do Norte, República Popular da China e Coreia do Norte<sup>729</sup>.

O Congo Brazzaville foi um dos centros da organização revolucionária do MPLA. No ano de 1967 ocorreram vários acontecimentos de destaque para o MPLA nesse território. Dentre tais acontecimentos apontam-se o avistamento, em 12 de Outubro,

---

<sup>727</sup> C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, p. 982.

<sup>728</sup> Holden Roberto, afirmando o seu movimento no ex-Congo Belga na década de 1960, aliou-se às políticas do presidente Mobutu. O que valeu à UPA-FNLA a aquisição de uma parcela de terra na qual instalou a sua base militar, na região de Kinkuso, conhecida como a base militar do ELNA, em Kinkuso.

<sup>729</sup> Vide C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, pp. 1369-1382.



de sete chineses e do senhor Massamba Debat, político congolês, no fornecimento de armas para o MPLA. A formação de 21 soldados treinados por especialistas marroquinos e cubanos: Elias Augusto, Paulo Miguel Júnior, Simão Pedro, Gamela de Freitas, José Augusto, Jorge de Freitas, José Augusto, José Pedro Nkumenda, Polo Pedro David, Jabis Andrade, José Aguiar, Jordão Aguiar, Jaime Carneiro, Inocêncio Martins, Avelino da Costa, Sebastião Ferreira, Cesário Martins, João José Anastácio, Tavares, Pascoal Martins, Domingos Amaro, João Narciso Pires. A permanência, por parte do MPLA no território do Congo Brazzaville, de cerca de 30 técnicos cubanos destinados a formar soldados angolanos e moçambicanos. É destacado a detenção de Armindo Augusto Fortes, «o Mongol», euro-africano que informa sobre as aulas teóricas e práticas ministradas nas bases do MPLA. As aulas teóricas consistem em breves estudos sobre o comunismo primitivo, feudalismo, escravatura ou esclavagismo, capitalismo e socialismo. Já as aulas militares, práticas, consistem na explicação e repetição de táticas de guerrilha. Menciona-se também a existência, em Dolisie, de um paiol subterrâneo com grandes quantidades de material de guerra russo, chinês e checoslovaco, especialmente metralhadoras, pistolas-metralhadoras, morteiros, minas e explosivos. O recrutamento de jovens congolezes para as fileiras do MPLA por intermédio de Agostinho Neto afiguram-se os contributos estratégicos do território do Congo Brazzaville para com o MPLA<sup>730</sup>.

Quanto à UNITA, a China foi o único país que se dispôs a oferecer apoio. Os seus primeiros guerrilheiros foram preparados nesse país. Porém, apesar das oposições da OUA por instigação, também, dos outros movimentos, a UNITA passou a beneficiar de apoios provindos de certas organizações internacionais — Conselho Mundial das Igrejas, Gana, Líbia, Nigéria, Camarões, Zâmbia, EUA, Canadá — e, depois, segundo o seu fundador, «quase todos os

---

<sup>730</sup> PT/TT PIDE-DA-C-2-88-1 (depoimento de Costa Sozinho da Fonseca), 1965, fls. n.ºs 1-9; PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2, Ofício n.º 4194-CI(2)-04DEZ67-PIDE Lisboa-Rel/anexo/1213 (contactos com os meios rebeldes de Angola), fl. 14; PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2, Ofício n.º 4139-CI(2)-27/NOV/67-PIDE Lisboa, p. 110.00.30 (Actividades do MPLA), fl. 18; PT/TT-PIDE-DA-C-2-88-2, Informação n.º 39/67-SINV (Actividades e situação do MPLA, relatadas pelo detido Armindo Augusto Fortes, «O Mongol», euro-africano que fez parte da base de Banga), fls. n.ºs 20-21; PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2, Relatório n.º 158/66-GAB, RI-175/66-GAB-16AG66, Pt. Luvu, (Esclarecimentos prestados ao Subdirector da PIDE do Luvu), fl. 141; PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2 (Agostinho Neto a autorizar recrutamento de Jovens congolezes para as suas fileiras), fl. 155.

países da Europa Ocidental e da África permitiram-nos subsistir no plano financeiro e material»<sup>731</sup>.

Entretanto, enquanto decorre a guerra de guerrilha contra as forças portuguesas, e antes que os movimentos fossem convocados à cessação das hostilidades, quanto aos apoios estrangeiros o MPLA é o movimento que se adianta com um poderio militar e ideológico para a conquista do poder na independência de Angola. Este factor é decisivo para a vantagem em relação aos outros movimentos, sobretudo para a UNITA que tinha esperanças nas eleições. Desde 1964 que, a partir de Pointe-Noire, Congo Brazzaville, na fronteira com Cabinda, navios soviéticos e cubanos desembarcam amiúde armamento para o MPLA, assim como material de guerra destinado à Armada Popular Nacional, forças da República Popular do Congo<sup>732</sup>. Também a Tanzânia é, nas mesmas circunstâncias, um dos territórios de entrada de material destinado ao MPLA, tal como a República do Zaire e a Zâmbia servem a UPA-FNLA e a UNITA, respectivamente<sup>733</sup>. Porém, além dos guerrilheiros do MPLA formados em Cuba, em 1967, que desembarcam em Pointe-Noire e a predisposição de Fidel Castro em colaborar no campo da formação de quadros para o movimento de Agostinho Neto<sup>734</sup>, é significativa a antiga base aérea francesa, situada em Pointe-Noire, para o estacionamento estratégico das forças regulares cubanas no auxílio do MPLA<sup>735</sup>.

Quando em Fevereiro de 1975 o MPLA lança a acção armada, em Luanda, contra as instalações da facção dissidente de Daniel Chipenda e em Março se confronta com a UPA-FNLA, em Luanda e nos distritos do Zaire e Uíge, prelúdio da «segunda

---

<sup>731</sup> J. ROSA, *op. cit.*, p. 11.

<sup>732</sup> PT/TT PIDE/DGS, Material para o MPLA, Delegação de Angola, Processo Informativo 2210006-GAB, NT 2436, Intransrep secreto n.º 434, Serviços Rec. de Transmissão, 5 de Março de 1973, fl. 16.

<sup>733</sup> PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 1128-GAB, NT, Luanda, 18 de Outubro de 1971. Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Os anos da guerra colonial: 1972. Negar uma solução política para a guerra*, Lisboa, QuidNovi, 2009, vol. 13, p. 47.

<sup>734</sup> AHD-MNE, PEA 32, Processo 320, Política Externa de Cuba, 1975, fl. 40; C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, p. 1380.

<sup>735</sup> Refere-se que esta base serviu de centro de treino para recrutas do MPLA. Em 1965, cerca de 100 militares cubanos estavam estacionados neste quartel para instrução militar de angolanos. C. PACHECO, *Agostinho Neto: [...]*, p. 1375.

guerra de libertação»<sup>736</sup>, as forças regulares cubanas já estavam anos antes em defesa do MPLA.

E enquanto as autoridades portuguesas do Conselho da Revolução se mostram confiantes dos avanços obtidos no Alvor, avisadas sobre a iminência da «outra» guerra de libertação (civil) dos movimentos angolanos, Rosa Coutinho, Presidente da Junta Governativa de Angola, desconsidera a hipótese. Sublinha na altura que «o fantasma da guerra civil é muitas vezes utilizado como factor de propaganda para a defesa de uma linha de estado policial que só conviria a pequenos sectores da população e negaria os direitos fundamentais aos restantes»<sup>737</sup>. Em contrapartida, Jonas Savimbi refere que já «em Janeiro [de 1975], aquando da formação do Governo de Transição, já havia cubanos em Luanda. O seu número [de cubanos] aumentou em Abril, por ocasião da minha visita àquela cidade [...]»<sup>738</sup>.

Contudo, com ou sem beneplácito da Comissão Nacional de Descolonização, o MPLA tem apoios da tropa regular cubana em Luanda e adianta-se na mobilização popular com o ideário comunista pró-russo do «poder popular», contra os outros movimentos<sup>739</sup>. Nos mesmos moldes, a UPA-FNLA é auxiliada pela tropa

---

<sup>736</sup> Considerámos a expressão «segunda guerra de libertação», metaforicamente, como resultado baldado do nacionalismo angolano — construir o Estado-nação de Angola — e da guerra civil que se seguiu, provocada pelo desentendimento dos protagonistas da proclamação da independência do território em 1975.

Já o MPLA, movimento reconhecido pela maioria dos países como representante do novel Estado de Angola, em 1975, considera que a expressão «segunda guerra de libertação», na sua terminologia oficial, significa ter podido suplantar política e militarmente os seus rivais no complexo processo da descolonização, da libertação, da independência e do nacionalismo angolano. Cf. Franz-Wilhelm HEIMER, *op. cit.*, p. 87.

A visão do MPLA não parece se compaginar com os propósitos por que se considerou movimento de libertação, conjuntamente com a UPA-FNLA e a UNITA. Decerto que o desfecho da descolonização de Angola tal como se processou, fosse qual fosse o movimento vencedor, desembocaria num conflito entre os considerados representantes dos povos de Angola. Neste sentido, a expressão «segunda guerra de libertação» é considerada de modo alegórico.

<sup>737</sup> Almirante Rosa COUTINHO, «A reacção em Angola não é da esquerda nem da direita: é receio de perder privilégios», *SI, s/d*, in Arquivo Electrónico, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, disponível em <https://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=seculo357>, consultado em 11 de Dezembro de 2018.

<sup>738</sup> J. M. SAVIMBI, *op. cit.*, p. 56.

<sup>739</sup> Atente-se à demissão do Alto-Comissário Silva Cardoso por não «querer alinhar com o MFA» no apoio ao MPLA.

Os desentendimentos no seio da Comissão Nacional de Descolonização, sobre o clima de tensão protagonizado pelos movimentos de libertação, com ponderação do apoio exclusivo ao MPLA, perpassam todas as fases de negociação da descolonização e da independência. Em entrevista com J. M. Carvalho, o comodoro Leonel Cardoso proferiu o seguinte depoimento: vemos Cuba que está a mandar tropas, está a mandar artilharia, tropas organizadas. Os pro-MPLA queriam sempre que eu lhes dissesse que havia tropas sul-africanas e tropas zairenses nos outros dois Movimentos.

convencional do seu aliado Mobutu e a UNITA é reforçada por forças regulares sul-africanas.

O conflito estende-se entre os três movimentos representantes do povo angolano no processo da descolonização.

O MPLA, mais forte, lança a batalha para expulsar de Luanda tanto a UPA-FNLA quanto a UNITA, o que consegue. Como estratégia de reorganização, cada movimento posiciona-se na região da génese da sua formação, ou seja, da origem dos seus líderes — Agostinho Neto, em Luanda, zona *kimbundu*; Holden Roberto, no Zaire, zona *kikongo*, e Jonas Savimbi no Huambo, zona *umbundu*. O que leva, sem alteração da data da independência apontada em Alvor (11 de Novembro de 1975) à proclamação unilateral, por cada movimento, da independência.

O MPLA, com Agostinho Neto, em Luanda, proclamou a República Popular de Angola<sup>740</sup>.

A UPA-FNLA, em Ambriz, proclamou com Holden Roberto a República Popular Democrática de Angola.

No Huambo, Jonas Savimbi, em nome da UNITA, proclamou a República Democrática de Angola.

Dentre as três proclamações da independência, foi reconhecida a do MPLA.

O Estado-nação de Angola que a comunidade internacional vem a reconhecer é resultado da falta de consenso político dos três movimentos de libertação. Responsabilidade conjunta, ou não, dos movimentos de libertação angolanos e da potência administrante do território, desvela para o contexto particular de Angola as fragilidades dos conteúdos ideológicos da prática política dos movimentos de libertação e, portanto, do movimento vencedor, fosse qual fosse. A edificação da

---

Eu dizia-lhes: não. As únicas tropas organizadas que há são cubanas. O único partido que tem unidades estrangeiras é o MPLA. J. M. CARVALHO, *Os cubanos e...*, pp. 45-46.

<sup>740</sup> No discurso da proclamação da independência de Angola, Agostinho Neto, falando embora em nome do Povo angolano, sublinha a dependência do novo Estado ao MPLA. «Os órgãos do Estado da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado». Veja-se «Discurso do Presidente Agostinho Neto na proclamação da independência de Angola» in <http://www.maan.co.ao/media/50c8b474-2824-4edb-8edb-b22d57794a3d.pdf>., consultado a 20.07.20. Apêndice n.º 14.

nova nação revelou ainda a falta de um projecto político substancial e adequável no seio das elites dos movimentos angolanos (UPA-FNLA, MPLA e UNITA)<sup>741</sup>.

Decerto que o ambiente de guerra, as pressões internacionais (para com Portugal) e a tensão político-ideológica bipolar (disputas geoestratégicas e económicas) interferem no processo político de Angola. A desvirtuação, acima referida (ausência de unidade de pensamento nacionalista angolano), dos objectivos do nacionalismo apregoado pelas elites angolanas deve-se (em grande parte) à competição intolerante pelo poder. A proclamação fracturada da independência demonstra não só a dificuldade da convivência pacífica dos protagonistas dos nacionalismos angolanos, mergulhando a «nova Angola» numa guerra fratricida invisível, como a incapacidade de o antigo regime (que excluía a cidadania e outros direitos políticos aos autóctones) se reformar, pelo bem das populações de Angola, e por isso ter sido combatido durante mais de 13 anos.

Interlocutor «impotente», Portugal, potência administrante — cujo responsável da Comissão Nacional de Descolonização soube que (embora) a «chamada guerra civil angolana não começa no dia da independência formal acordada em Alvor, isto é, em 11 de Novembro de 1975, mas ela existe desde o princípio da luta anti-colonial declarada»<sup>742</sup> —, sabe que as circunstâncias do tempo apontam para o resultado final da descolonização de Angola conhecido. Se conforme Nascimento verifica no contexto São-tomense, «reféns de uma ditadura, os governantes portugueses não acautelam a perpetuação dos seus interesses de uma possível óptica neocolonial e, menos ainda, preparassem elites locais para uma transição política que sempre tiveram por inconcebível, fosse por cegueira ideológica e

---

<sup>741</sup> Da imprevisibilidade do cenário da transição da independência de Angola, disse Almeida Santos: «Tenho as minhas dúvidas. Se ganhasse a UPA-FNLA, ficávamos debaixo da pata do Mobutu [ditador do ex-Zaire], que não era flor que se cheirasse; se ganhasse o Savimbi, ficávamos não só debaixo da pata do Savimbi mas também da África do Sul (racista)». Das três hipóteses, viesse o diabo e escolhesse. V. MAGARREIRO, «Almeida Santos», *op. cit.*

Pezarat Correia, por sua vez, destaca a corrida da política de blocos em Angola da qual para os EUA não importavam de que parte os movimentos angolanos se filiavam, mas de que lado estavam (Holden e Savimbi). Os EUA queriam transformar Holden Roberto e Jonas Savimbi como os novos Mobutu que modificariam Angola num novo Zaire: satélite dos interesses americanos. O desfecho do processo da descolonização de Angola — associando as lideranças da UPA-FNLA e da UNITA à imagem de Mobutu, ditador, corrupto e sanguinário — constituía, assim, para os EUA, uma estratégia que impediria a opinião pública de ver “toda a floresta” e descobrir os lobos que nela se acoitam pelos interesses americanos. P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 254.

<sup>742</sup> Melo Antunes, «Prefácio», in P. P. CORREIA, *op. cit.*, p. 11.

cultural»<sup>743</sup>, em Angola, a luta pelo poder ter-se-á sobreposto (mudando a cor do bastão) aos ideários nacionalistas dos movimentos de libertação de Angola.

---

<sup>743</sup> Augusto NASCIMENTO, *São Tomé e Príncipe: as tramas da política e a emancipação do saber histórico*, 2019, pp. 327-328.

## 5. Conclusão

Na década de 1950 adivinha-se o fim dos impérios coloniais europeus, no geral, em África. A África colonial desperta e, no plano político, as elites locais encetam reivindicações revolucionárias conducentes à independência dos seus territórios.

O acontecimento fundante do processo de emancipação e de afirmação políticas dos territórios africanos é o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a nova ordem internacional daí decorrente. Os povos africanos (das colónias britânicas e das francesas) têm uma participação activa na conflagração militar combatendo ao lado dos Aliados para o derrube do Eixo. A experiência do conflito deixa marcas significativas que — das suas consequências políticas, económicas, sociais e culturais — leva as elites intelectuais africanas emergentes a sentirem-se convocadas a deixar de ser espectadoras perante os cenários políticos da época. Apoiando-se no novo vocabulário político resultante do pós-guerra, exigem, no concerto das nações vencedoras da guerra e, particularmente, das potências coloniais, a descolonização dos seus territórios.

O nacionalismo torna-se, desta feita, a via a adoptar para a legitimação da emancipação dos territórios coloniais africanos nas décadas seguidas a 1950.

Esse mesmo nacionalismo, fenómeno ubíquo e transversal na construção de novos Estados depois da Segunda Guerra Mundial, emerge também em Angola.

Da primeira independência africana, a do Gana em 1957, em Angola não se fica imune à situação colonial do seu território. No território colonial e no exílio, surgem várias forças contestatárias que, apoiando-se nos ecos longínquos do associativismo filantrópico-cultural-autonomista, afrontam o poder vigente ambicionando a sua substituição. Desenha-se desde aí a disrupção do sistema colonial português em Angola, que termina em 1975 sob a batuta de três movimentos: a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA.

A presente investigação analisa dois objectivos significativos da história de Angola no segundo e terceiro quartéis do século xx. O primeiro diz respeito a entender a colonização portuguesa em Angola, as motivações do nacionalismo angolano entre

os anos de 1956 e 1975, e conhecer as elites angolanas, locais, que deram corpo às ideias nacionalistas e independentistas.

Em segundo lugar, propôs-se analisar os conceitos de nação e nacionalismo, a sua utilização no contexto de Angola nas circunstâncias dos finais dos anos 1950 até à independência em 1975.

Em particular, questão central da investigação, a partir dos conceitos de *nacionalismo*, *Estado* e *nação*, pretendeu-se saber do devir da construção do Estado e da nação angolana: em que medida esses conceitos foram ou não devedoras da cultura política europeia e qual foi a força político-social do nacionalismo no entendimento das elites locais nos anos de 1956 e 1975.

Quanto aos objectivos, percebeu-se que as transformações mundiais após o fim da Segunda Guerra Mundial suscitam a emergência das elites angolanas que, conglomeradas nos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA, se empenham na libertação de Angola do domínio colonial. Estas elites angolanas, locais, concebem estratégias políticas, consciencializam os povos de Angola (no interior do território e emigrados no estrangeiro) para a independência e, em 1961, dão início à luta de libertação.

A política repressiva das autoridades administrativas do território é o argumento que as elites angolanas utilizam para advogar a defesa das populações autóctones; contestam a inexistência de direitos civis e políticos da maioria dos nativos e, em nome de Angola, apelam ainda que sem preparação política para que todas as populações se insurjam contra o regime colonial.

A força motriz para essas possibilidades de insurgência dá-se, por um lado, externamente (conforme a experiência nacionalista de outros contextos quer sejam africanos, asiáticos ou americanos, quer sejam europeus, no contexto do pós-guerra), por força da afirmação das políticas anti-coloniais em curso na segunda metade do século xx. E, por outro lado, internamente, através de intervenções clandestinas e directas (1961) contra a ocupação colonial, através de redes de mobilização instigada pelos autóctones, redes que se estendem ao âmbito do exílio, concretamente nos países africanos e, também, na Metrópole.



Contra a actuação da PIDE e dada a reconhecida incipiente preparação política-contestatária dos angolanos, no geral, as elites locais vão organizar-se em movimentos de contestação a partir da segunda metade da década de 1950. A contestação, nessa fase, transcende a dos anos idos, antes da década de 1950. Para as elites locais emergentes, já não bastou reivindicar um pouco de dignidade para os angolanos, ou exigir das autoridades coloniais um tratamento igual perante as políticas do Estado colonial, antes combatem todo o sistema colonial assim como os seus abusos. Concebem a independência enquanto o fim último da libertação colonial.

Angola regista assim nos anos de 1950, concretamente a partir de 1956, dois acontecimentos fulcrais. Em primeiro lugar as várias elites emergentes advogam a independência do território e, conseqüentemente, empenham-se na libertação de Angola. Essas elites, diversificadas nas suas origens, afirmam-se em Luanda, no Congo Léopoldville, no Congo Brazzaville, na Zâmbia, na Namíbia, em Lisboa. Promovem a fundação de movimentos de protesto contra o poder colonial, ainda que recorrendo a um discurso pouco estruturado por imitação de experiências e contextos diferentes. Convocam as populações angolanas a interiorizar a independência, que mitificam como a solução dos problemas decorrentes da ocupação e colonização portuguesas em Angola. E sob o imaginário da independência, esperança e sonho da libertação contra a humilhação e a dominação portuguesas em Angola, fundamentam a agregação fraternal dos povos angolanos, projectando politicamente as alternativas para uma administração de iniciativa autóctone.

O segundo acontecimento foi a afirmação das elites angolanas (entre as décadas de 1950 e 1960) em três movimentos que conduziram de modo análogo a fase final do nacionalismo angolano: a UPA-FNLA, MPLA e a UNITA. Todavia, a análise feita sobre o percurso destes movimentos da causa angolana demonstrou que a divisão, inclusive o confronto bélico entre si foi a principal nota que marca todo o campo nacionalista angolano.

Com a eclosão das rebeliões de 4 de Fevereiro e 15 de Março de 1961, que dão origem à guerra da libertação em Angola, as elites locais provenientes das várias organizações e associações de protesto que actuavam na clandestinidade e fora

do território colonial, apesar de todas as contrariedades e interesses da sua agregação na causa de Angola, integram-se na UPA-FNLA e no MPLA. A conglomeração dessas várias elites angolanas nestes dois movimentos (UPA-FNLA e no MPLA) arrogam-se-lhes o mérito de condutores, de princípio, da guerra de libertação nacional angolana, em 1961, acrescentando-se-lhes na mesma causa a UNITA, em 1966.

Do ponto de vista da problemática, os conceitos de *nacionalismo*, *Estado* e *nação*, em que medida foram ou não devedores da cultura política europeia; como se afirmaram politicamente as elites dos movimentos independentistas em Angola, nos anos de 1956 a 1975, o estudo compreendeu que o nacionalismo é a via utilizada, no contexto da situação colonial em Angola, para reivindicar de modo instrumental, e, em comparação histórica com nacionalismos de outras paragens e de épocas mais recuadas, concretamente da tradição europeia *from State to nation*, a independência.

A partir da administração colonial portuguesa que prolonga a dimensão do Estado Metropolitano no território angolano, as elites dos movimentos nacionalistas UPA-FNLA, MPLA e UNITA, no interior da jurisdição colonial (língua, fronteiras, população, cultura) chamam a si a idealização do Estado e da nação de Angola. Desta feita, é com base na experiência de relacionamento com o colonizador, e com as mudanças políticas surgidas no pós-guerra (fim dos impérios coloniais em África na década de 1950), que as elites angolanas procuram afirmar-se politicamente. Adoptam o discurso político do poder, das ideologias e das teorias das nações europeias (dominadoras) e idealizam a transformação e a modernização de Angola num Estado por si dirigido. Nessa lógica, servindo-se do nacionalismo enquanto ideologia, os três movimentos nacionalistas angolanos, distintos nos seus projectos políticos, encetam estratégias que visam o alcance e a manutenção da autonomia, da unidade e da identidade dos povos de Angola, congregando os seus membros para constituir uma unidade comunitária (a nação).

O nacionalismo angolano divide-se, pois, e exprime-se nos três movimentos e projectos políticos UPA-FNLA, MPLA e UNITA. As elites destes movimentos nacionalistas (com formação académica e militar nos diferentes continentes, funcionários privados e do aparelho burocrático colonial, emigrantes e oriundas de

toda Angola) dirigidas por Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi — influenciados pelas políticas e ideologias ocidentais em disseminação pelo mundo, mormente na Ásia e em África, pela expressão do nacionalismo revolucionário e global, pelas mutações políticas e sociais verificadas nas décadas de 1960 e 1970 — orientam as lutas de libertação visando a construção do Estado-nação de Angola.

É preciso assinalar, singularidades deste estudo, a presença de vários episódios na génese e afirmação nacionalista dos movimentos angolanos entre si e contra Portugal: rivalidades étnico-culturais, desinteligências, demissões, traições, intrigas, violência, alianças, colaboracionismo, apoios estrangeiros, filiação político-ideológica (bloco leste e bloco ocidental). No entanto, estes factores não podem ser considerados exclusivos nem casuais no processo nacionalista que quer a UPA-FNLA quer o MPLA e quer a UNITA empreendeu. Presentes nos três movimentos, estes factores concorreram para as decisões e opções dos seus projectos políticos mesmo que Angola, nesta fase, estivesse também sob ameaça e disputa política, económica e geoestratégica das duas superpotências da época: a URSS e os EUA.

Infere-se, pois, de modo particular, que longe das nuances socioculturais presentes nos movimentos nacionalistas angolanos e caracterizados nos três ramos, Bakongo (UPA-FNLA), Mbundu-Luanda (MPLA) e Ovimbundu (UNITA), com todas as implicações políticas, sociológicas e ideológicas, as etnicidades não desconjuntaram o mapa territorial de Angola herdado da ocupação colonial. Todos os movimentos propuseram-se a depor em Angola o poder colonial. Angola é o território, a terra, a pátria dos angolanos por libertar. Os três movimentos nacionalistas angolanos seguiram, portanto, a via do nacionalismo territorial, anti-colonial e independentista. As perspectivas do etno-nacionalismo e do nacionalismo tradicionalista atribuídas à UPA-FNLA e à UNITA não vingariam em Angola como a sina do novel Estado.

Recorde-se, os movimentos nacionalistas angolanos não se afirmaram de um modo linear. Passaram por metamorfoses que representam fraquezas de âmbito organizacional e, também, de alguma debilidade quanto à coerência política e ideológica no seio das lideranças dos mesmos movimentos.

Na resistência autóctone às políticas de dominação e a luta pela independência dirigida pelos movimentos de libertação, o destaque recai no MPLA por ter conquistado o poder. A indicação deste dado advém da génese da formação do MPLA: movimento urbano, assimilado, crioulo, não étnico, não tradicionalista. Originário de Luanda, o MPLA composto maioritariamente por intelectuais marxistas perfilha, em detrimento dos outros movimentos, a UPA-FNLA e a UNITA, um ideal nacionalista de matriz europeia (por supostamente não intuir o futuro Estado de Angola além da ordem colonial e nos moldes europeus). Todavia, a análise prosopográfica do estudo verificou uma evolução das perspectivas nacionalistas étnica, do movimento UPA-FNLA e tradicionalista da UNITA. Da base etno-cultural as elites destes dois movimentos estenderam os seus projectos políticos, tal como o MPLA, para a construção duma nação territorial (Angola).

O nacionalismo independentista angolano, enquanto processo na segunda metade da década de 1950, dá-se (aditando à sua fase final, em 1975) com a intervenção dos seguintes factores: a) o protagonismo das elites regionais conglomeradas nos movimentos UPA-FNLA, MPLA e UNITA; b) a dependência cultural, ideológica e política de europeizadas elites angolanas quanto à intuição da formação do Estado-nação de Angola deduzido no alcance da independência. Angola: terra, país, pátria dos angolanos; c) o foco dos três movimentos nacionalistas angolanos limitados (à custa particular) em substituir o poder colonial instituído no território.

Os três projectos nacionalistas angolanos, na sua fase derradeira, não se revestiram da coerência inicial delineada pelos seus principais artífices, ou seja, de libertar as populações do regime colonial português (independência) e reformar politicamente a sociedade em Angola. Antes da independência de Angola, cada movimento reclamou-se como único interlocutor da causa angolana. Assim, a celebração do fim do regime colonial com a proclamação da independência em 1975 não garante a construção de um Estado-nação de Angola, que redundará num malogro. A luta pela independência de Angola é distinta do Estado-nação angolano. Entre as razões de tal verificação, constatou-se que no último terço do processo da independência de Angola, no ano de 1975, os movimentos de libertação careceram de uma orientação política firme. A ideia que esses movimentos tinham de pátria, nação, Estado de Angola, aparentemente consensual pela filiação às políticas e

ideologias ocidentais (quando se examinam os seus projectos) no decurso da guerra de libertação, não é teorizada com a originalidade e a solidez de uma teoria política referente ao contexto angolano. Utilizam vocábulos à semelhança dos fóruns europeus: *pátria, terra dos pais, nação, comunidade histórica, Estado, organização política do território*, que são adoptados — com uma argumentação de natureza ideológica e programática entre as cúpulas dos movimentos de libertação — longe da unidade das forças vivas nacionais, longe da politização das populações e além do funcionamento das instituições dos Estados modernos, independentes e soberanos (democráticos e de direito) que alegaram transformar Angola.

O projecto nacionalista angolano, assim visto com a descolonização, desemboca, imediatamente, num desvio político relativamente à ideia da construção do Estado-nação. O esforço de luta da libertação dos reconhecidos como representantes do povo angolano — a UPA-FNLA, o MPLA, a UNITA — dilui-se na violência discursiva e na luta militar pelo poder entre si. Não admira que a proclamação da independência, tripartida, por cada movimento de libertação em 11 de Novembro de 1975, denote a luta pelo poder — saber quem governaria — como a principal lógica legitimante do novel Estado de Angola.

Afinal, a luta pelo poder e o estado de guerra entre as elites angolanas dos movimentos de libertação são apontados como o mote da fractura do processo nacionalista angolano na segunda metade do século XX: do início da luta de libertação (1961) à proclamação da independência (1975). Relegam-se os factores, não menos influentes e tão pouco casuais nem exclusivos (presentes noutras independências africanas) da singularidade da nova sociedade angolana resultante da descolonização: interferências das políticas e ideologias estrangeiras, os espaços de formação dos principais dirigentes independentistas e, sobretudo, os estigmas e rivalidades étnicas dos movimentos angolanos alimentados pela UPA-FNLA e UNITA. Todas essas variantes são importantes para a compreensão do percurso nacionalista dos movimentos angolanos, assim como para entender os propósitos (interesses e opções políticas) que cada movimento prognosticou para a conquista do poder.

A adopção pelo movimento vencedor — com demérito, na conjuntura da época, dos modelos não concretizados dos outros movimentos (também no seio do MPLA nem toda a sua elite, diversa, estaria a favor do regime adoptado) — de um modelo de governo pró-soviético, de monolitismo político, de um Estado partidário, elitizado e socializado (poder popular e primazia das estruturas do movimento sobre as do Estado) e a guerra civil fratricida ulterior denota o viés do percurso da construção do Estado-nação de Angola.

## 6. Fontes e Bibliografia

### I. Fontes primárias

#### 1.1. Arquivo Nacional/Torre do Tombo

##### 1.1.1. Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança

PIDE/DGS Del A, Processo de Informação 11.24A/7 (AMANGOLA), cx. 1843, 1964.

PIDE/DGS SC, SR, Proc. Inf. 4471, 2885, Informação nº 277-SC/CI(2), 1964.

PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 2192/63 (Alexandre Magno Pedro), cx. 3306, 1963.

PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 353/62-GU, criação da FNLA, 1962.

PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, 2885, Informação nº. 528, SC/CI (2), 1964.

PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, cx. 2885.

PIDE/DGS, Del A, Processo de Informação 11.17.B, cx. 1835.

PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, Vol. 5, 1959.

PIDE/DGS, SC, CI(2), 595, cx. 7025, 1965.

PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 662/61, Unidade de Instalação 518.

PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 76/62 (Unidade de instalação 523), fl. n.º 184.

PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 76/62 (Unidade de instalação 523), fls. n.ºs 157-162.

PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 76/62 (Unidade de Instalação 523).

PT/TT AC PIDE/DGS Del Luso Processo de Informação 2197 (Unidade de Instalação 6951), 1969.

PT/TT AC PIDE/DGS Del Luso Processo de Informação 2197 (Unidade de Instalação 6951), 1969, fls. n.ºs 279-280.

PT/TT AC PIDE/DGS Del PI 2197, fls. n.ºs 44-48. Carta de Dr. Jonas Savimbi, «os discípulos e toda a gente na UNITA fora da Terra». Escrita a partir do Território livre de Angola, Região Militar nº. 2, Base Central Angola, Maio de 1971.

PT/TT AC PIDE/DGS SC CI (2) 595, Unidade de Instalação 7025, ANANGOLA.

PT/TT AC PIDE/DGS SC SR 3807/63, Unidade de Instalação 3331.

PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042, Actividades de Alexandre Taty, JMAE/TEs, Ofício nº. 1002/70, Rel. Nº. 18/70-DINF/2, DGS-Luanda, 1970.

PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042, Actividades de Alexandre Taty – JMAE – TEs, Ofício nº. 1002/70, Rel. Nº. 18/70-DINF/2, DGS.

PT/TT PIDE/DGS Del A, Luanda, Gab 443, cx. 8042.

PT/TT PIDE/DGS Del A, PR, 6959, cx. 1090, Emissões da Rádio Brazza-Moscovo-Ghana, 1-5 de Dezembro de 1962.

PT/TT PIDE/DGS Del A, PR, 6959, cx. 1090, Entrevista de Angelino Alberto no “Echo du Congo”, 19/05/1962.

PT/TT PIDE/DGS Del A, PR, 6959, cx. 1090.

PT/TT PIDE/DGS Del A, Processo de Informação n.º 11.14.A, cx. 1832, fls. n.ºs 23-26.

PT/TT PIDE/DGS Del A, Processo de Informação n.º 11.14.A, cx. 1832.

PT/TT PIDE/DGS Del A, SR, 3698, cx. 1061, 1961, fls. nº. 6; 9-10.

PT/TT PIDE/DGS Del. A, Processo de Informação 11-12 B.

PT/TT PIDE/DGS SC, CI(2), 3576, 7281-7283, 4 vol., “Denominação e responsáveis dos movimentos angolanos em actividade no Congo Léopoldville.

PT/TT PIDE/DGS SC, CI(2), 3576, 7281-7283, 4 vol., 23 de Março de 1966.

PT/TT PIDE/DGS SC, SR, 128-65, NT3446\_m0011.TIF, fls. n.ºs 26-30.

PT/TT PIDE/DGS SC, SR, 128-65, NT3446\_m0011.TIF.

PT/TT PIDE/DGS SC, SR, 128-65.

PT/TT PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 2192/63, cx. 3306, 1965, fl. 42.

PT/TT PIDE/DGS, AC Del Luso Processo de Informação 2197, Unidade de Instalação 6951 (Confidencial, Missões Evangélicas/Moxico).

PT/TT PIDE/DGS, AC Del. Luso, Processo de Informação 2197, Unidade de Instalação 6951.

PT/TT PIDE/DGS, AC SC CI (2) 19286, Unidade de Instalação7883.

PT/TT PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, SC, NT 9171, vol. I.

PT/TT PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, SC, NT 9171, vol. I e II.

PT/TT PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, SC, NT 9171, vol. I e II.

PT/TT PIDE/DGS, Del. A, PC, 662/61.

PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 1128-GAB, NT, Luanda, 18 de Outubro de 1971.



PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 110000030-GAB, NT 2548, pasta nº. 5, Janeiro-Junho de 1966, Relatório de Informação nº. 54/21720-65/GP-3ª Direcção dos SCCIA, 7 de Janeiro de 1966.

PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 11000152-GAB, NT 2590. Palavras de Jonas Savimbi ao *Time of Zambia*, December 18, 1970.

PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 1500703-GAB, NT 2332, vol. 2, 1974, Relatório confidencial nº. 748/74-CI da PIM do Luso-Macondo, 18 de Julho de 1974.

PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, 6 Vol.

PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59.

PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, Vol. 1-6.

PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo nº. 3223-GAB, NT 8119, Ofício Secreto nº. 197/73 ao Inspector da Subdelegação da Direcção-Geral de Segurança, Luanda, 11 de Setembro de 1973.

PT/TT PIDE/DGS, Material para o MPLA, Delegação de Angola, Processo Informativo 2210006-GAB, NT 2436, Intransrep secreto nº. 434, Serviços Rec. de Transmissão, 5 de Março de 1973.

PT/TT PIDE/DGS, PC, 469/61, fls. n.ºs. 243-256.

PT/TT PIDE/DGS, Processo de Informação 1, pasta nº. 11, UPA, 1961.

PT/TT PIDE/DGS, Processo de Informação nº 329/46, SR, resposta da PIDE ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias nº 597, 31 de Março de 1951.

PT/TT PIDE/DGS, SC, NT 9171, cx. 134.

PT/TT PIDE/DGS, SC, PC, 724/61, fl. nº. 60.

PT/TT PIDE/DGS, SC, SR, 2668/54-1.

PT/TT PIDE/DGS, SC, SR, Processo de Informação 4471, cx. 2885, Declarações de José João Liahuka, ex-Director dos SARA, 1964/Carta de demissão de José João Liahuka (em conferência de imprensa, Brazzaville, 25 de Julho de 1964).

PT/TT PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo nº. 2432-SC/CI, pasta 3, 1965, Abril-Setembro.

PT/TT PIDE-DA-C-2-88-1 (depoimento de Costa Sozinho da Fonseca), 1965.

PT/TT PIDE-DA-C-2-88-1, 1965.

PT/TT PIDE-DA-C-2-88-1, Bol. Inf. 1030-193/64-BIR-24Abr/64, Processo 110.00.30.

PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2, Ofício nº 4139-CI(2)-27/NOV/67-PIDE Lisboa, p. 110.00.30 (Actividades do MPLA).

PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2, Ofício nº 4194-CI(2)-04DEZ67-PIDE Lisboa-Rel/anexo/1213 (contactos com os meios rebeldes de Angola).

PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2, Relatório nº 158/66-GAB, RI-175/66-GAB-16AG66, Pt. Luvu, (Esclarecimentos prestados ao Subdirector da PIDE do Luvu), fl. nº. 141.

PT/TT PIDE-DA-C-2-88-2 (Agostinho Neto a autorizar recrutamento de Jovens congolezes para as suas fileiras).

PT/TTPIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, 2885.

PT/TT-PIDE-DA-C-2-88-2, Informação nº39/67-SINV (Actividades e situação do MPLA, relatadas pelo detido Armindo Augusto Fortes, "O Mongol", euro-africano que fez parte da base de Banga).

#### 1.1.2. Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola

PT/TT SCCIA, A juventude de Angola perante o momento actual, Relatório Especial de Informações nº 1/74, Fevereiro de 1974 (Autenticado por António Alves Guerra, Chefe do Gabinete de Estudos e Henrique Chagas Lopes, Director dos Serviços), lv. 188.

PT/TT SCCIA, Actividade da UAE, União dos Estudantes de Angola (DC), Programa Voz da Revolução Congoleza, Processo de Informação nº. 33, U.I., cx. 235, 1967.

PT/TT SCCIA, Actividades da Confederação dos Trabalhadores Angolanos (DC), Processo de Informação nº. 9, U.I., cx. 231.

PT/TT SCCIA, Actividades da FLAC, cx. 253, Processo de Informação nº. 134.

PT/TT SCCIA, Actividades da FPIKP, cx. 255, Processo de Informação nº. 141.

PT/TT SCCIA, Actividades da UNA, cx. 258, Processo de Informação nº. 167.

PT/TT SCCIA, Actividades da UNLA, cx. 235, Processo de Informação nº. 45.

PT/TT SCCIA, Actividades das Missões Protestantes em Angola, cx. 234, Processo de Informação nº 24.

PT/TT SCCIA, Actividades das Missões Protestantes em Angola, Relatório da Situação nº. 17, 11 de Maio de 1962, cx. 234, Processo de Informação nº. 24.

PT/TT SCCIA, Actividades de CNA, Cartel de Nationalistes Angolais (DC), Processo de Informação nº. 31, U.I., cx. 235.

PT/TT SCCIA, Actividades do MRA, cx. 257, Processo de Informação nº 155, 1963.

PT/TT SCCIA, Actividades do SARA, Serviços de Assistência aos Refugiados Angolanos (DC), Processo de Informação nº. 67, U.I., cx. 239.

PT/TT SCCIA, Actividades dos movimentos subversivos de Angola UPA-FNLA-GRAE, MPLA e da IESA, Processo de Informação nº. 70, cx. 240, 1973.

PT/TT SCCIA, Actividades NTÓ-BAKO, Processo de Informação nº. 15, U.L., cx. 231, 319.

PT/TT SCCIA, Actividades, publicações da FNLA (palavras de ordem), cx. 271, Processo de Informação nº. 288, Maio de 1963.

PT/TT SCCIA, Actividades, situação psicológica da FNLA, cx. 252, Processo de Informação nº. 126, 1973.

PT/TT SCCIA, Actividades, situação psicológica da FNLA, cx. 252, Processo de Informação nº. 126, 1973.

PT/TT SCCIA, Actividades da FNLA e ELNA, cx. 263, Processo de Informação nº. 213, 1973.

PT/TT SCCIA, Campos de instrução da UNITA, Processo de Informação nº. 257, cx. 267, 1971.

PT/TT SCCIA, Divulgação do manifesto AMANGOLA e a criação da UNITA, Processo de Informação 281, cx. 270.

PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA – Nicolau Chiúca Biango e Augusto Dilai Muconda, cx. 244, Processo de Informação nº. 81.

PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA, cx. 244, Processo de Informação nº. 80: Anexo A, Relatório nº. 178/66-Gab, 17 de Setembro de 1966.

PT/TT SCCIA, Fuga de dirigentes da NTÓ-BAKO, opositores a Holden Roberto, 1966, cx. 257, Processo de Informação nº. 162.

PT/TT SCCIA, MPLA “Documentos” — 1, cx. 235, processo nº 29. Estatutos e Programa do Movimento de Popular de Libertação de Angola, 1962.

PT/TT SCCIA, NTÓ-BAKO, Origine du people Bakongo Angola, Processo de Informação nº. 60, U.L., cx. 237.

PT/TT SCCIA, Estatutos e Programa do MPLA, Processo de Informação nº. 29, U.L., cx. 235.

PT/TT SCCIA, NTÓ-BAKO, Processo de Informação nº. 21, U.L., cx. 233.

PT/TT SCCIA, NTÓ-BAKO, Processo de Informação nº. 4, U.L., cx. 231.

PT/TT SCCIA, PNA, cx. 252-125\_c0005.

PT/TT SCCIA, processo de informação nº 70, U.I., cx. 240 (Hino nacional/UPA-FNLA em língua francesa e *kimbundu*).

PT/TT SCCIA, Regedorias e suas autoridades, livs. 200; 201; 202; 203.

PT/TT SCCIA, Situação Interna da UNITA, cx. 271, Processo de Informação nº. 282, Gabinete dos Negócios Políticos, 03 de Dezembro de 1973.

PT/TT SCCIA, UAE, União dos Estudantes de Angola (DC), Programa Voz da Revolução Congolesa, Processo de Informação nº. 33, U.I., cx. 235, 1967.

PT-TT-SCCIA-Proc. n.º 19-NT233\_c0002.

### 1.1.3. Arquivo Oliveira Salazar

PT/TT AOS, CO, PC, 77, pasta 52, nº. 222, Criação em Angola da FUA, Frente Unida de Angola, 12 de Junho de 1961.

PT/TT AOS, CO, PC, 77, pasta 52, nº. 223, Informação 998/61, GU, 12 de Junho de 1961.

PT/TT AOS, CO, UL, 39, pasta 8, fls. n.ºs 471-473.

PT/TT AOS, CO, UL, 39, pasta 8. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho pelas Associações Económicas de Luanda.

PT/TT AOS, Correspondência sobre Angola, Situação Interna em Angola: pedido de medidas de emergência. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho/Agenda da visita do Governador-Geral de Angola à Metrópole, 1964, CO/UL – 41, pasta nº 14.

PT/TT AOS, PC-81, pasta 1, documento nº. 96.

PT/TT AOS, U.L. 20, cx. 819, pasta 5; 13, 1967.

PT/TT AOS, U.L. 59, cx. 854, pasta nº 12, fl. nº. 301.

PT/TT AOS, U.L., 39, cx. 835, pasta 4.

PT/TT AOS, UL, 41, pasta 14, fl. nº. 219.

PT/TT AOS/CO/PC 77, pasta 52, nº. 225.

PT/TT AOS/CO/PC, Actividades da Organização Americana CLA, Informação nº. 66/61-GU, 77, pasta 52, nº. 217, 3 de Maio de 1961.

PT/TT AOS/CO/UL 39, pasta 23, Correspondência sobre actividades do GRAE, 1962.

PT/TT, AOS, UL. 20, cx. 819.

#### 1.1.4. Arquivo Ernesto Melo Antunes

PT/TT EMA, Acordo de Nakuru, caixa 53, pasta nº. 3.

PT/TT EMA, Análise da situação em Angola, Conversações em Luanda com os três movimentos, 13 e 14 de Maio de 1975, caixa 125, pasta nº. 4.

PT/TT EMA, Análise da situação em Angola, Conversações em Luanda com os três movimentos, Relatório final do CCPA, Luanda, 26 de Maio de 1975, caixa 125, pasta nº. 4.

PT/TT EMA, caixa 125, pasta nº. 6, negociações para a independência de Angola.

PT/TT EMA, Conversações com o MPLA, 18 de Novembro de 1974, caixa 125, pasta nº. 6.

PT/TT EMA, Conversações entre a Delegação Portuguesa e representantes do MPLA, Rádio Naval, Belas, Luanda, 14 de Julho de 1975, caixa 124, pasta nº. 4.

PT/TT EMA, Correspondência da UPA-FNLA com as autoridades portuguesas em razão da convocação da Cimeira com todos os três movimentos de libertação e as autoridades portuguesas, inicialmente convocada para S. Miguel, em Dezembro de 1974, Aerograma-Telegrama (Secreto) recebido pela Embaixada de Portugal em Kinshasa, aos 14 de Dezembro de 1974, por António Monteiro.

PT/TT EMA, cx. 125, pasta nº. 6, Negociações para a independência de Angola, 1974.

PT/TT EMA, Documentação referente ao processo de descolonização de Angola, caixa 124, pasta nº. 1.

PT/TT EMA, Encontro de Argel entre as Delegações Portuguesas e do MPLA, 18 a 20 de Novembro de 1974, cx. 206, pasta 1.

PT/TT EMA, Memorando entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Dr. Jonas Savimbi, caixa 124, pasta nº. 4, Lusaca, madrugada de 02 de Abril de 1975.

PT/TT EMA, Negociações para a independência de Angola, caixa 125, pasta nº. 6.

PT/TT EMA, PPD face ao reconhecimento do Governo do MPLA, cx. 33, pasta nº. 5.

PT/TT EMA, Presidência da República, Documento da Comissão Nacional de Descolonização, Comunicado à Imprensa, Setembro de 1975, caixa 124, pasta nº. 1.

PT/TT EMA, Reunião em 14 de Julho de 1975 entre o MPLA e a parte portuguesa, na Rádio Naval, em Belas, Luanda, caixa 124, pasta nº. 4, fl. nº. 7.

PT/TT EMA, Telegrama de Agostinho Neto ao Presidente Costa Gomes a partir de Dar-es-Salam 161 27 1830 p1/50=CTF, caixa 22, pasta nº. 4, 27 de Janeiro de 1975.

PT/TT, EMA, cx. nº. 124, pasta 4.

#### 1.1.5. Arquivo António Soares Carneiro

PT/TT ASC (confidencial), Quartel General, 2ª. Repartição, SUPINTREP 22, Instrução do ELNA, Relatório Especial, Informação nº. 9, Actividade do In., em 1965, SUPINTREP nºs. 17 e 19, Guia de Instrução aos guerrilheiros, NPS 7, cx. 14, nº. 1, doc. 11, Luanda 17 de Agosto de 1966.

PT/TT ASC, A primeira conferência nacional do MPLA, Dezembro de 1962, cx. 14, nº. 1, doc. 3.

PT/TT ASC, Angola: Organe du Front National de Libération de l'Angola, FNLA (AMA), cx. 14, nº. 1, documento nº 5; nº 16, vol. I, 1964.

PT/TT ASC, Cursos de sublevação ministrados na Academia Superior Político-Militar de Nanquim, Declaração de um dos agitadores treinados em Nanquim, cx. 14, nº. 1, doc. 12, Setembro de 1966.

PT/TT ASC, cx. 14, nº. 1, doc. 13, 14, 15, 19, 1968-1972.

PT/TT ASC, cx. 14, nº. 1, documento nº. 12, 1965.

PT/TT ASC, cx. 14, nº. 1, documento nº. 16, 1965.

PT/TT ASC, Declaração de um dos agitadores treinados em Nanquim, PIDE, Setembro de 1966, cx. 14, nº. 1, doc. 12.

PT/TT ASC, SPINTREP nº. 19 (confidencial), Guerra Revolucionária, PERINTREP/SUPINTREP, Relatório Especial, Informação QG/RMA-2ª. Rep, NPS7, cx. 14, nº. 1, doc. 11, Luanda, 17 de Agosto de 1963, p. 1.

#### 1.1.6. Arquivo Tito de Morais

PT/TT Tito de Morais, Carta de Vasco Viera de Almeida aos movimentos de libertação, cx. 20, pasta nº. 3, documento 1.

#### 1.1.7. Direcção-Geral da Administração Pública

PT/TT Direcção-Geral da Administração Pública, Departamento de Integração Administrativa, Processo de Funcionários do Ultramar, cx. nº. 2166, Processo nº. 21399, 1973.

#### 1.1.8. Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros

PT/TT SCPCM-GPC/056/00015, Oferta ao Presidente do Conselho pela Liga Nacional Africana de um exemplar da "Revista de Angola" dedicado às comemorações centenárias, Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 61, Processo 506/33, 1941.

## **1.2. Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros**

PT/ MNE/GNP, UM, Sr. 018, Diversos.

PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA – M 7B, Processo nº. 940, 1 (7) D, Actividades do MPLA/DGS de Angola, 1972.

PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA, M 7B, Processo nº. 940, 1 (7) D, Informação nº. 416/SC/CI (2), PIDE.

PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA, M 7B, Processo nº. 940, 1 (7) D, Informação 8322/15.009.00.

PT/MNE, DAB – UM/GNP PAA, M 7B, Processo nº. 940, 1 (7) D.

PT/MNE, DAB, UM/GNP M 83, Processo nº. 940, 1 – PAA.

PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Proc. nº 940, 1 (7) D.

PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D.

PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D. Informação 189-66/56-B.1/G.P.3.º Gabinete do Governador-Geral, Silvino Silvério Marques.

PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D., Actividades do MPLA/DGS-Angola, 1972.

PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 97, Processo nº. 940, 1(7).

PT/MNE/GNP 00222/07651, fl. nº 26.

PT/MNE/GNP, UM, Sr. 062, Defesa Civil e Militar, cx. 1.

## **1.3. Fundação Mário Soares**

Fundação Mário Soares, Espólio Amílcar Cabral, pasta: 07058.017.005.

Fundação Mário Soares, Espólio António Arnao Metello, Acordo do Alvor, composição das delegações presentes, pasta n.º 11007005, 1975.

Fundação Mário Soares, Espólio de Documentos Mário Pinto de Andrade (DMA), FRAIN, pasta: 04334.002.005.

Fundação Mário Soares, Espólio de Mário Pinto de Andrade, MDA, pasta: 04357.005.004, União das Populações de Angola: o drama de Angola.

Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade (DMA), Manifesto do MPLA (manuscrito), pasta: 04357.005.001.



Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade, DMA, pasta:07058.017.005

Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade, DMA, pasta: 04354.003.001.

Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade, pasta n.º 07058.017.005.

Fundação Mário Soares, Espólios Viriato Clemente da Cruz.

## **II. Fontes impressas**

### **2.1. Documentos/legislação/catálogos/censos/discursos/relatórios/livros de memórias, de denúncia política e social**

«Angola e Moçambique: relatório da comissão de informação e pesquisa da conferência internacional dos estudantes (1961-1962)».

*A Voz da Nação Angolana*, órgão de informação da UPA-FNLA em Léopoldville, 1961.

Angola, «Libertação da Mulher», *Boletim do Militante do MPLA*, n.º 4, Fevereiro de 1965.

ANGOLA, «Para ti guerrilheiro», *Boletim do Militante do MPLA*, n.º 4, Fevereiro de 1965.

ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA, «Protagonistas da luta anti-colonial: depoimentos», *in Actas do Colóquio. Da luta clandestina à proclamação da independência nacional: memórias de um passado que se faz presente*, Luanda, Edição do Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012.

Georges BALANDIER, *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1971.

*Bases Orgânicas da Administração Colonial, Carta Orgânica da Colónia de Angola: aprovada por Decretos nºs. 12/421 e 12/499, respectivamente, de 2 e 4 de Outubro de 1926.*

Henri BRUNSCHWIG, *A partilha de África*, Lisboa, Dom Quixote, 1971.

Adelino CARDOSO, «Angola: o novo Vietname», *Vida Mundial*, 15 de Maio de 1975.  
«Casa dos Estudantes de Angola», *Boletim Geral das Colónias*, 223, 1944.

Fernando CASCAIS, «Cimeira sobre Angola: 11 meses para definir uma vitória certa», *Vida Mundial*, 1975.

Silva CUNHA, *Aspectos dos movimentos associativos na África negra*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958, vol. I.

Silva CUNHA, *Aspectos dos movimentos associativos na África negra*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, vol. II.

Ralph DELGADO, *História de Angola: terceiro período (1648-1836)*, vol. 3, Lisboa, Edição do Banco de Angola, 1953.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, «Discurso de António de Oliveira Salazar», 14 de Abril de 1961.

Jean-Marie DOMENACH, «Esprit», *Esprit*, Paris, 1955.

Alfredo Diogo JÚNIOR, *Angola unidade e multiplicidade*, Luanda, Instituto de Angola, 1964.

Hans KOHN et Wallace SOKOLSKY, *African nationalism in the twentieth century*, New York, D. Van Nostrand Company, 1965.

A LAUTERPACHT (dir.), *The Suez Canal settlement: a selection of documents relating the settlement of the Suez Canal dispute, the clearance of the Suez Canal and the settlement of disputes between the United Kingdom, France and the United Arab Republic, October 1956-March 1959*, London, Stevens & Sons Limited, 1960.

Jorge MACEDO, *Obreiros do nacionalismo angolano: ngola ritmos*, Luanda, Angola, 1989.

John MARCUM, *The Angola revolution: the anatomy of an explosion (1950-1962)*, Cambridge, Mit Press, 1969, vol. I.

John MARCUM, *The Angolan revolution: exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*, Cambridge, Mit Press, 1969, vol. II.

Joaquim MARTINS, *Cabindas: história, crença, usos e costumes*, Cabinda: Comissão de Turismo da Câmara Municipal, 1972.

Walter MARQUES, *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*, Luanda, Junta de Desenvolvimento Industrial, 1964.

MFA, «A situação em Angola e as nossas tarefas», *Movimento, Boletim Informativo das Forças Armadas*, Especial-19, 1975.

MFA, «Acordo do Alvor», *Boletim Informativo das Forças Armadas*, n.º 19, de 30 de Maio de 1975.

*Monsenhor Manuel Joaquim Mendes das Neves: ínclito nacionalista angolano*, Luanda, Liga Africana, 2004.

Adriano MOREIRA, *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960.

Augusto MORENO, Cardoso JÚNIOR e José Pedro MACHADO, «António de Morais Silva», in *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, 1954, vol. III.

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *Textos e documentos do M.P.L.A. sobre a revolução angolana*, Lisboa, Edições Maria da Fonte, 1974.

MUD-Juvenil, «Julgamento dos “51”», Porto, 12 de Junho de 1957, *Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira*, exposição permanente (Fevereiro de 2019).

Eugénia NETO, Irene Alexandra NETO, FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO et POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO (PORTUGAL) (dir.), *Agostinho Neto e a libertação de Angola, 1949-1974: arquivos da PIDE-DGS*, 1a. ed., Luanda, Angola, Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2011, vol. II, 1961-1967.

Agostinho NETO: *Homenagem*, Lisboa, Fundação Sagrada Esperança, 2004.

Agostinho NETO, *Sobre a libertação nacional*, Luanda, Edição alusiva ao 30.º aniversário da morte do Dr. António Agostinho Neto, 2009.

*O II plano de fomento 1959-1964: Alocuções do Ministro da Presidência Dr. Pedro Theotónio Pereira e do Ministro do Ultramar Contra-Almirante Vasco Lopes Alves, transmitidas pela emissora nacional em 28 e 30 de Dezembro de 1958*, Lisboa, S. N. I., 1958.

Thomas OKUMA, *Angola in ferment: the background and prospects of angolan nationalism*, Boston, Beacon Press, 1962.

Mário A. F. de OLIVEIRA, *Luanda: ilha crioula*, Lisboa, AGU, 1968.

José REDINHA, *Etnias e culturas de Angola*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.

José REDINHA, *Distribuição étnica da Província de Angola*, Angola, CITA, 1965.

Manuel Ferreira RIBEIRO, *As conferências e o itinerário do viajante Serpa Pinto*, Lisboa, 1879.

Eduardo dos SANTOS, *Movimentos proféticos e mágicos em Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.

Eduardo dos SANTOS, *Pan-africanismo: de ontem e de hoje*, Lisboa, Autor, 1968.

Eduardo dos SANTOS, *Maza: elementos de etno-história para a interpretação do terrorismo no Noroeste de Angola*, Lisboa, 1965.

Fernando Barciela SANTOS, *Angola na hora dramática da descolonização*, Lisboa, Prelo, 1975.

António de Moraes SILVA, «Nação», in *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Typographia Lacérdina, 1813.

José Emílio de Santos e SILVA, *Congo e Loango nos tempos modernos*, Lisboa: Typographia Mattos Moreira, 1888.

John TUCKER, *Angola: land of the blacksmith prince*, London, Wold Dominion Press, 1933.

JUNTA DE DEFEZA DOS DIREITOS D'ÁFRICA, *Estatutos*, Lisboa, Typographico Colonial, 1912.

Albert V. VANDENBERG, *The basis of angolan nationalism*, Washington, 1968.

José Martins VAZ, *No mundo dos cabindas: estudo etnográfico*, Lisboa, L.I.A.M., 1970, vol. I.

José Martins VAZ, *No mundo dos Cabindas: estudo etnográfico*, Lisboa, Editorial L.I.A.M., 1970, vol. II.

## **2.2. Imprensa Periódica**

*O Comércio*: número especial, «a Nação na Batalha da Paz», Janeiro de 1962.

*A Voz de África*, Lisboa, 26 de Agosto de 1930.

*África*, Lisboa, 25 de Agosto de 1932.

*África*, Lisboa, 14 de Janeiro de 1933.

*Expresso*, «Primeira entrevista de Holden Roberto em Portugal», 03 de Agosto de 1974.

*A Capital*, Lisboa, 20 de Agosto de 1975.

*Angolense*, «Savimbi morreu em 1991», Luanda, 2006.

*Carta de Angola*, 11 de Janeiro de 1964

*Diário de Luanda*, 7 de Dezembro de 1962.

*Diário de Notícias*, 21 de Janeiro de 1964

Kovaso, «Frente de Unidade Angolana: para uma Angola livre e independente», n.º. 1, Fevereiro, 1963.

*O Novo Jornal*, «O MPLA não existia antes de 1960», Setembro de 2018.

*Le Courrier D'Afrique*, «A verdade sobre os partidos políticos de Angola», 1961.

*Le Monde Diplomatique* «Dos jornais às organizações sociais: a história silenciada do movimento negro em Portugal (1911-1933)», Outubro de 2019.

*Portugal Novo*, «Junta de Defesa dos Direitos de África», n.º. 3, 15 de Fevereiro de 1915.

### **III. Fontes orais**

#### **3.1. Entrevistas**

Diógenes — 72 anos de idade, natural dos Dembos, província do Bengo. Antigo combatente da guerra de libertação pela UPA-FNLA. Técnico de ensino médio, profissional de mecânica. Membro da FNLA, desempenha funções administrativas (FNLA ala N'gola Kabangu). Credo religioso: Igreja Evangélica Baptista de Angola. Entrevista em Luanda, 20.03.2018.

José — 76 anos de idade, natural de M'banza Kongo, província do Zaire. Antigo combatente da luta de libertação pela UPA-FNLA, onde desempenhou várias funções militares, comandante da 1ª região, chefe de operações e chefe de logística do ELNA. Técnico médio e ensino universitário na Faculdade de Ciências Físico-Matemáticas, Tunísia. General reformado das Forças Armadas de Angola (FAA). Credo religioso, Igreja Evangélica Baptista de Angola. Entrevista em Luanda, 05.04.2018.

Francisco — 51 anos de idade, natural de Bolongongo, província do Kuanza-Norte. Refugiado e militante da UPA-FNLA no Congo Léopoldville até ao fim da guerra de libertação. Residente em Luanda, técnico médio, desempenha funções no

Secretariado Nacional para os Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra da FNLA (ala Lucas N'gonda), onde é membro do Bureau Político. Professa a fé cristã, Igreja Evangélica Baptista. Entrevista em Luanda, 09.04.2018.

Zeferino — natural de Cabinda, de 72 anos de idade antigo combatente, militante e deputado reformado do MPLA. Titular do grau de Mestre em História pela Universidade Agostinho Neto, desempenha actualmente actividades de docência no ensino superior. Professa a fé cristã católica. Entrevista em Cabinda, 28.07.2017.

Castro — natural de Luanda, de 84 anos de idade, ex-militante e combatente do MPLA durante a guerra da libertação nacional. Formado em topografia, curso médio. Reformado, reside em Lisboa, Portugal. Entrevista em Lisboa, 11.12.2017.

Isaías — Clérigo católico, nasceu no Huambo, em 1933. Formado em Filosofia e Teologia, em Roma, Itália e Ciência Política, no Instituto Católico de Paris. Residente em Luanda, é Bispo emérito. Entrevistas em Luanda e Benguela, 11 e 15 de Abril de 2018.

Jofete — Clérigo metodista, nasceu em Malange, em 1933. Formado em Teologia no Brasil e Estados Unidos de América, Faculdade de Teologia da Igreja Metodista de São Paulo e Universidade de Northwestern. Bispo reformado da Igreja Metodista Unida de Angola. Entrevista em Luanda, 22.09.2017.

Emmanuel — nasceu em Cabinda, em 1962. Formado em Ciências da Educação, pastor Kimbanguista, exerce funções de docência do ensino superior. Residente em Cabinda. Entrevista em Cabinda, 12.09.2017.

Rocha — natural de Cabinda, tem 90 anos de idade. Formado em Filosofia, Seminário Maior de Luanda, cristão católico. É professor reformado, autoridade tradicional e membro da sociedade civil. Entrevista em Cabinda, 04.08.2017.

Kupessala — natural de Benguela, 71 anos de idade. Residente na Catumbela, província de Benguela, antigo combatente da guerra de libertação e militante da UNITA. Coronel reformado das Forças Armadas. Entrevista em Benguela, 13.05.2018.

Emiliano — natural do Bié, ex-combatente das Forças Armadas de Libertação de Angola, FALA, militante da UNITA. Formado em engenharia civil, residente no Huambo, reformado, crente da Igreja Evangélica Congregacionista, tem 75 anos. Entrevista em Luanda, 16.04.2018.

### 3.2. Depoimentos

- ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA, «Protagonistas da luta anti-colonial: depoimentos», in Actas do Colóquio. *Da luta clandestina à proclamação da independência nacional: memórias de um passado que se faz presente*, Luanda, Edição do Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012.

Marcelino dos Santos, FRELIMO, Moçambique.

Luís António da Silva, FNLA, Angola.

António Nkai, FNLA, Angola.

Carlos Alberto Van-Dúnen (Beto Van-Dunem), MPLA, Angola.

Henrique dos Santos (Onambwe), MPLA, Angola.

Adriano João Sebastião, MPLA, Angola.

Jermias Kusia Chiwundu, UNITA, Angola.

Paulo Nkunsevo, FNLA, Angola.

Salomé Epulua, UNITA, Angola.

António Chiyulo, UNITA, Angola.

José Samuel Chiwale, UNITA, Angola.

Moreira Mohamba, UNITA, Angola.

Rodeth Máquina dos Santos (Rodeth Gil), MPLA, Angola.

Luís Neto Kiambata, MPLA, Angola.

Cristóvão Quina, FNLA, Angola.

José Correia Figueira, FNLA, Angola.

José Diogo Ventura, MPLA, Angola.

José Domingos Francisco Tuta (Ouro de Angola), MPLA, Angola.

Diogo Manuel da Fonseca (Mukongo), MPLA, Angola.

Adolfo João Francisco, FNLA, Angola.



Vicente Vihemba, UNITA, Angola.  
Sabino Sandele, UNITA, Angola.  
Cecília Moreira, UNITA, Angola.  
Maria da Conceição Pitra, MPLA, Angola.  
José Maria Pereira Nunes, Brasil.

#### **IV. Fontes digitais**

##### **4.1. Depoimentos**

4.1.1. ATD, Associação Tchiveka de Documentação, *Filmes*: «Independência, esta é nossa memória» e «Angola nos trilhos da independência». Luanda-Angola, 2015.

Augusto Loth, MPLA, enfermeiro e preso político.  
Loth Guilherme, UNITA, preso político.  
José Luandino Viera, MPLA, preso político e escritor.  
Ruth Mendes, MPLA, presa política.  
Mário de Almeida “Kasesa”, MPLA, médico.  
Rodeth Máquina dos Santos (Rodeth Gil), MPLA.  
Adolfo Francisco, UPA/FNLA.  
António Pedro Moyo, UPA/FNLA, carpinteiro.  
Edmundo Francisco, UPA/FNLA  
Emanuel Kunzika, PDA/UPA.  
Manuel Bengue, UPA/FNLA.  
Ciel da Conceição, MPLA, CVAAR.  
João Viera Lopes, MPLA, CVAAR.  
Maria Luísa Gaspar, MPLA, CVAAR.  
José Samuel Chiwale, UNITA.  
José Vicente Vihemba, UNITA, comissário político.  
José Domingos Tuta “Ouro de Angola”, MPLA, professor e comissário político.

4.1.2. *Colóquio Internacional CEI*, disponível disco compacto (CD), UCCLA, Lisboa, 2015.

Mário Machiungo  
França Van-Dunem  
Pascoal Mukumbi  
Edmundo Rocha  
Fernando Mourão  
Humberto Traça  
Manuel Videira  
Tomás Medeiros  
Ruth Magalhães

4.1.3. Colóquio Internacional «Ecos da História: memória, comemoração e silêncio na luta de libertação de Angola», Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 28 de Agosto de 2019

Carlos São Vicente

## V. Fontes Electrónicas

Fundação Mário Soares:  
<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.005>.

Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra:  
<https://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=seculo357>.

RTP, Retrospectiva sobre a intentona de 11 de Março: <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-tentativa-de-golpe-de-11-marco-de-1975>.

Depoimento de Rosa Coutinho/MPLA:  
<https://www.dailymotion.com/video/x6cadpe>.

J. Villalobos FILIPE, «Descolonização de Angola: Intervenção na Mesa Redonda levada a efeito pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra/Fórum dos Estudantes da CPLP», «Descolonização de Angola»: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th5>.

Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra «Comissão Nacional de Descolonização: Decreto Lei 7/74, de 27 de Julho»: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03>.

Vera MAGARREIRO, «Almeida Santos diz que Acordo de Alvor foi apenas um pedaço de papel». Entrevista à Agência Lusa, 2005: [https://www.rtp.pt/noticias/pais/almeida-santos-diz-que-acordo-de-alvor-foi- apenas-um-pedaco-de-papel\\_n4600](https://www.rtp.pt/noticias/pais/almeida-santos-diz-que-acordo-de-alvor-foi- apenas-um-pedaco-de-papel_n4600).

Joaquim Furtado, reportagem: «A guerra»: <http://www.macua1.org/guerrajf/aguerra.html>, consultado a 01.05.2018.

Diana Andringa: a fuga clandestina de 60 estudantes: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p32366#sthash.2ctjO892.dpuf>.

Acordos do Alvor, reportagem: «cubanos em Angola, Rosa Coutinho, Otelo Saraiva de Carvalho, traidores da pátria portuguesa»: <https://www.dailymotion.com/video/x6cadpe>.

HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.005>, Acordo do Alvor, consultado a 24.02.2019.

<http://wizi-kongo.com/luta-de-libertacao-de-angola/alvaro-holden-roberto-o-pai-do-nacionalismo-angolano/>, consultado a 29 de Janeiro de 2018.

Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Arquivo Audiovisual, «Grande reportagem: Angola, o princípio do fim (1961-1962)», SIC, 1988, DVD n.º 633, MFN, 11641.

Almirante Rosa COUTINHO, «A reacção em Angola não é da esquerda nem da direita: é receio de perder privilégios», *SI, s/d, in* Arquivo Electrónico, Centro de

Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, disponível em <https://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=seculo357>.

Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola, disponível em <http://www.maan.co.ao/media/50c8b474-2824-4edb-8edb-b22d57794a3d.pdf>., consultado a 20.07.2020.

## VI. Bibliografia

### 6.1. História de Angola

Mário Pinto de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade: uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, João Sá da Costa, 1997.

Ruy BLANES e Ramon SARRÓ, «Geração, presença e memória: a Igreja Tocoísta em Angola», *Etnográfica*, 19, n.º 1, 2015.

Marcelo BITTENCOURT, «O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960)», *Análise Social*, LII (4.º)-225, 2017, pp. 874-893.

Marcelo BITTENCOURT, «*Estamos juntos!*»: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974), Luanda, Editorial Kilombelombe, 2008, vols. I e II.

Marcelo BITTENCOURT, *Dos jornais às armas: trajectórias da contestação angolana*, Lisboa, Vega Editora, 1999.

Juliana BOSSLET, «Lazer em Luanda: o controlo do tempo livre dos trabalhadores e a manutenção da ordem colonial (1961-1975)», *Análise Social*, LII (4.º)-225, 2017, pp. 830-847.

Fred BRIDGLAND, *Jonas Savimbi: uma chave para a África*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1988.

Paul C. BYAM, *New wine in a very old bottle: Canadian protestant missionaries as facilitators of development in Central Angola (1886-1961)*, Ottawa, University of Ottawa, 1997.

Iko CARREIRA, *O pensamento estratégico de Agostinho Neto: contribuição histórica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.

Emílio Júlio Miguel de CARVALHO, «Etapas marcantes no Metodismo angolano no último século», in *Igreja Metodista Unida de Angola: a caminhada histórica na liderança do episcopado metodista angolano (1972-2000)*, Queluz, IMUA, 2001.

J. M. CARVALHO, *O MPLA na destruição de Angola*, Lisboa, Edição do Autor, 1976.

J. M. CARVALHO, *Os cubanos e...*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1976.

Samuel CHIWALE, *Cruzei-me com a História*, 2ª., Portugal, Sextante, 2011.

Jill R. DIAS, «Relações económicas e de poder no interior de Luanda ca. 1850-1875», Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Fundação Gulbenkian, 1988.

Pedro Pezarat CORREIA, *Angola: do Alvor a Lusaka*, Lisboa, Hugin, 1996.

Pedro Pezarat CORREIA, *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do império português*, Lisboa, Inquérito, 1991.

Almirante Rosa COUTINHO, «A reacção em Angola não é da esquerda nem da direita: é receio de perder privilégios», *SI*, s/d.

Sócrates DÁSKALOS, *Um testemunho para a História de Angola: do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000.

Cléria de Lourdes FERREIRA, «O tokoísmo como elemento de identidade angolana: 1950-1965» Faculdade de Letras, Lisboa, 2012.

J. Villalobos FILIPE, «Descolonização de Angola: Intervenção na Mesa Redonda levada a efeito pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra/Fórum dos Estudantes da CPLP».

Aida FREUDENTHAL, «Revolta camponesa na Baixa de Cassanje, Angola (1961)», in Miguel CARDINA e Bruno Sena MARTINS (dir.), *As Voltas do Passado*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.

Aida FREUDENTHAL, «Voz de Angola em tempo de ultimato», *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23-1, 2001, pp. 135-169.

Aida FREUDENTHAL, «Republicanism in Angola: os “filhos do país” perante a Era Nova (1870-1912)», *Via Atlântica*, 23, São Paulo, 2013.

Manuel Nunes GABRIEL, *Angola, cinco séculos de cristianismo*, Queluz, Litoral, 1978.

F. James GRENFELL, *Uma Igreja jovem em Angola: História da Igreja Evangélica Baptista em Angola (1975-2002)*, Queluz, Centro de Publicações Cristãs, 2012.

Franz-Wilhelm HEIMER, *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976: ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

Lawrence W. HENDERSON, *A Igreja em Angola: um rio com várias correntes*, Lisboa, Além-Mar, 1990.

Lawrence W. HENDERSON, *Angola: five centuries of conflict*, London, Cornell University Press, s/d.

Beatrix HEINTZE, *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (1850-1890)*, Luanda, Nzila, 2004.

Isabel Castro HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical - Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

Isabel Castro HENRIQUES, «Presenças angolanas nos documentos escritos portugueses», in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, Luanda, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

Vatomene KUKANDA, «À procura do significado de “Angola”», in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, Luanda, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Joaquim Albino KISELA, *Simão Toco: a trajetória de um homem de paz*, Luanda, Nzila, 2004.

Lúcio LARA, *Um amplo movimento: itinerário do MPLA através de documentos e anotações*, Luanda, s.n., 1997, vol. I, até 1961.

José Manuel da Silveira LOPES, *O cónego Manuel das Neves: um nacionalista angolano: ensaio de biografia política*, Lisboa, Vega, 2017.

João Gime LUÍS, «O comércio do marfim e o poder nos territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango: 1796-1825», Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2016.

Jorge MACEDO, *Obreiros do nacionalismo angolano: ngola ritmos*, Luanda, Angola, 1989.

Jean Martial Arsene MBAH, *As rivalidades políticas entre a FNLA e MPLA (1961-1975)*, Luanda, Mayamba, 2010.

António Dias MADUREIRA, *Cabinda: de Chinfuma a Simulambuco*, Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

Adolfo MARIA, *Angola: a hora da mudança*, Lisboa, Edições Colibri, 2019.

Adolfo MARIA, *Angola: contributos à reflexão*, Lisboa, Edições Colibri, 2015.

Dalila Cabrita MATEUS, *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Portugal, Editorial Inquérito, 1999.

Maria do Carmo MEDINA, *Angola: processos políticos da luta pela independência*, Coimbra, Almedina, 2005.

Shana MELNYSYN, «Mbailundu remembered: colonial traces in post-civil war Angola», *Kronos*, 45, 2019, p. 140-153.

Christine MESSIANT, *1961: l'Angola colonial, histoire et société: les prémisses du mouvement nationaliste*, Bâle, Suisse, P. Schlettwein, 2006.

Christine MESSIANT, «A caminho de que paz?», *História*, III série-51, 2002, pp. 24-53.

Christine MESSIANT, «Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. De la guerre à la paix (1975-1991)»: le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais», *Lusotopie*, 1994, pp. 155-210.

Christine MESSIANT, «Luanda, 1945-1961: Colonisés, société coloniale et engagement nationaliste», in Michel CAHEN e Christine MESSIANT (dir.), *Bourgs et villes de l'Afrique lusophone*, Paris, Harmattan, 1989.

David MESTRE, *Nem tudo é poesia*, Rio Tinto, ASA, 1989.

Cardeal Alexandre do NASCIMENTO, *O meu diário*, Luanda, 2017.

Carlos PACHECO, *Agostinho Neto: o perfil de um ditador: a história do MPLA em carne viva*, 1a. edição., Lisboa, Vega, 2016, vol. I.

Carlos PACHECO, *Agostinho Neto: o perfil de um ditador: a história do MPLA em carne viva*, 1a. edição., Lisboa, Vega, 2016, vol. II.

Carlos PACHECO, *MPLA: um nascimento polémico (as falsificações da história)*, Lisboa, Vega, 1997.

René PÉLISSIER, *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas 1845-1941. Vol. 1: ...*, 2. ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1997.

René PÉLISSIER, *La colonie du Minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, R. Pélissier, 1978.

Fátima D'Alva Penha Salvaterra PERES, «A revolta activa: os conflitos identitários no contexto da luta de libertação nacional», dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.



Fernando Tavares PIMENTA, *Angola: os brancos e a independência*, Porto, Edições Afrontamento, 2008.

Fernando Tavares PIMENTA, *Branco de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra, Minerva, 2005.

Miguel Maria N'Zau PUNA, *Mal me querem*, Porto, Papiro Editora, 2011.

Fidel REIS, «Início da vaga de prisões de militantes nacionalistas em Angola (1959)», in Miguel CARDINA e Bruno Sena MARTINS (dir.), *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.

Fidel REIS, «Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996). A configuração do campo político angolano: contributo para o estudo das relações raciais em Angola», ISCTE-IUL, Lisboa, 2010.

Edmundo ROCHA, *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, período de 1950 a 1964: testemunho e estudo documental*, Lisboa, Dinalivro, 2009.

Edmundo ROCHA, Francisco SOARES e Moisés Silva FERNANDES da obra *Angola. Viriato da Cruz: o homem e o mito. Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973*, Lisboa-Luanda, Prefácio, Caxinde, 2008.

Deolinda RODRIGUES DE ALMEIDA, *Diário de um exílio sem regresso*, Luanda, Editorial Nzila, 2003.

Jonas Malheiro SAVIMBI, *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

João ROSA, *Jonas Savimbi: o homem do projecto angolano*, Lisboa, Edições da Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

Carlos SERRANO, *Angola, nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*, Luanda, Kilombelombe, 2008.

Rosa Cruz e SILVA, «O nacionalismo angolano, um projecto em construção no século XIX? Através de três periódicos da época: *O Pharol do Povo*, *O Tomate* e *O*

*Desastre*», in Inocência MATA e Laura PADILHA (dir.), *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*, Colibri, 2000.

Maria Anabela Ferreira da SILVEIRA, «Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos (1945-1965)», Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2011.

David SOGGE, «Angola: Reinventing Past and Futures», *Review of African Political Economy*, 38-127, 2011, pp. 85-92.

Jean-Michel Mabeko TALI, *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Editorial Nzila, 2001, vol. I: 1962-1974.

Jean-Michel Mabeko TALI, *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Editorial Nzila, 2001, vol. II: 1974-1977.

Raul TATI, «Incidências da Guerra Fria na política externa de Angola (1975-1992)», Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2018.

Raul TATI, *Cabinda: orfã da descolonização do ultramar português*, Cascais, Princípiã, 2017.

Cláudio Andrade da Conceição TOMÁS, «Discursos e práticas alternativas de reconciliação nacional e de construção da nação em Angola: o caso da Igreja Evangélica Congregacional de Angola», ISCTE-IUL, Lisboa, 2010.

Carmo VAZ (dir.), *Angola rumo à independência: o governo de transição, documentos e personalidades*, Luanda, Livrangol, 1976.

José Luandino VIEIRA e Margarida Calafate RIBEIRO, *Papéis da prisão: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*, Alfragide, Portugal, Caminho, 2015.

Douglas WHEELER, Immanuel WALLERSTEIN et James R. SCARRITT, «Understanding Angola's Past and Present: An Exchange of Correspondence», *Africa Today*, 28-4, 1981, pp. 5-10.

Douglas WHEELER e René PÉLISSIER, *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009.

Douglas WHEELER, «Origins of african nationalism in Angola: assimilated protest writings, 1859-1929», in Ronald H. CHILCOTE (dir.), *Protest and resistance in Angola and Brazil: comparative studies*, London Berkeley Los Angeles, University of California Press, 1972.

## **6.2. História imperial, colonialismo, colonização e outros estudos**

Valentim ALEXANDRE, *Contra o Vento: Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2017.

Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.

Valentim ALEXANDRE, «A viragem para África», in Francisco BETHENCOURT et Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. IV.

Vasco Vieira de ALMEIDA, «Advogado deve agir como cidadão». Entrevista com João Teives e Fátima de Sousa, *Advocatus* Lisboa, Junho de 2011.

Tânia ALVES e José Luís GARCIA, «"Para Angola, rapidamente e em força": a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional», in José Luís GARCIA, Tânia ALVES e Yves LÉONARD (dir.), *Salazar, o Estado Novo e os media*, Lisboa, Ed. 70, 2017.

John BAUER, *2000 anos de cristianismo em África: uma história da igreja africana*, Lisboa-Luanda-Maputo, Paulinas, 1994.

Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010.

Francisco BETHENCOURT e Kirti N CHAUDHURI, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

Francisco BETHENCOURT et Chaudhuri KIRTI, *História da expansão portuguesa: A formação do império (1415-1570)*, Lisboa, Circulo de leitores, 1998, vol. I.

Ruy BLANES, «Biografias proféticas», in José NEVES (dir.), *Quem faz a história: ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, Tinta-da-China, 2016.

Ruy BLANES, «O Messias entretanto já chegou: relendo Balandier e o profetismo africano na pós-colónia», *Campos Revista de Antropologia Social*, 10, n.º 2, 2009.

Charles R. BOXER, *O Império colonial português: 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

Cláudia CASTELO, «Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica», in *Mensagem: Casa dos Estudantes do Império 1944-1994. Número Especial*, UCCLA, 2015.

Cláudia CASTELO, *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 2011.

Cláudia CASTELO, *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007.

Orlando CASTRO e Paulo F SILVA, *Guerra colonial: a história na primeira pessoa*, Vila do Conde, 2011, vol. VII.

Patrick CHABAL (dir.), *A history of postcolonial lusophone Africa*, London, C. Hurst, 2002.

Maria Manuela CRUZEIRO e CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL (UNIVERSIDADE DE COIMBRA), *Melo Antunes o sonhador pragmático*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004.

Diogo Ramada CURTO, Bernardo Pinto da CRUZ e Teresa FURTADO, *Políticas coloniais em tempo de revoltas: Angola circa 1961*, Porto, Afrontamento, 2016.

Majhemout DIOP, «A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português», in A. A. MAZRUI (dir.), *História Geral da África VIII: África desde 1935*, São Paulo, Unesco, 2010.

Aida FREUDENTHAL, B. MAGALHÃES, H. PEDRO et C. Veiga PEREIRA, *Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963: Angola/S. Tomé e Príncipe*, 2<sup>a</sup>., Lisboa, UCCLA, 2014, vol. I.

Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Os anos da guerra colonial: 1964. Três teatros de operações*, Lisboa, QuidNovi, 2009, vol. 5.

Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Os anos da guerra colonial: 1972. Negar uma solução política para a guerra*, Lisboa, QuidNovi, 2009, vol. 13.

Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Guerra colonial: Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa: Diário de Notícias, 1997.

Leila Leite HERNANDEZ, *África na sala de aulas: visita à história contemporânea*, São Paulo, Summus, 2008.

François HOUTART e André ROUSSEAU, *A Igreja e os Movimentos Revolucionários: Vietname, América Latina, Colónias Portuguesas*, Lisboa, Arcádia, 1976.

Abel José Santos LEITE, «50 anos depois, a guerra do Suez no contexto das guerras israelo-árabes», *Nação e Defesa*, 117, 2007.

Alfredo MARGARIDO, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

Francisco Carlos Palomanes MARTINHO, *Marcello Caetano: uma biografia, 1906-1980*, Lisboa, Objectiva, 2016.

Inocência MATA (dir.), *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

Inocência MATA, *Diálogo com as ilhas: sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

Dalila Cabrita MATEUS, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004.

Kenneth MAXWELL, «Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa (1974-1976)», *Relações Internacionais*, 8, 2005, pp. 5-37.

Elikia M'BOKOLO, *África negra história e civilizações*. Tomo II, Lisboa, Edições Colibri, 2011.

Filipa MELO, «O verão do «Almirante Vermelho», *Visão*, 126, 1995.

F. R. MENESES, *Salazar: uma biografia política*, Lisboa, Dom Quixote, 2009.

Joanna MORMUL, «Portuguese colonial legacy in luso-african states: a factor leading to state dysfunctionality or favorable to development?», *Politeja*, 5, 2018, pp. 41-66.

Augusto NASCIMENTO, *São Tomé e Príncipe: as tramas da política e a emancipação do saber histórico*, 2019.

Augusto NASCIMENTO, *Entre o mundo e as ilhas: o associativismo são-tomense nos primeiros decénios de noventa*, S. Tomé e Príncipe, UNEAS (União dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe), 2005.

João Pereira NETO, «Adriano Moreira – O professor e amigo», in AAVV (dir.), *Estudos em homenagem ao Professor Adriano Moreira*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1995, vol. I.

Kwame NKRUMAH, *A África deve unir-se*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.

Kwame NKRUMAH, *A luta de classes em África*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.

Pedro Aires OLIVEIRA, *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

Jaime Nogueira PINTO e Inês Pinto BASTO, *Jogos africanos*, 4. ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2011.

Maria Inácia REZOLA, *Melo Antunes: uma biografia política*, Lisboa, Âncora, 2012.

Edmundo ROCHA, «A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo: depoimento sobre a acção política da juventude africana da CEI no quadro da luta de libertação nacional das colónias portuguesas», in *Mensagem: Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. Número Especial, Lisboa, UCCLA, 2015.

Luís Nuno RODRIGUES, *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

Luís Nuno RODRIGUES, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

Fernando ROSAS, «A CEI no contexto da política colonial portuguesa», in *Mensagem: Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. Número Especial, Lisboa, UCCLA, 2015.

António de Almeida SANTOS, *Da descolonização de cada território em particular*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2006, vol. II.

Aurora Almada e SANTOS, «A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960», *Relações Internacionais*, 2011.

Witney SCHEIDMAN, *Confronto em África: Washington e a queda do império colonial português*, Lisboa, Tribuna, 2005. Amartya SEN, *Identidade e violência: a ilusão do destino*, trad. fr. Maria José de La FUENTE, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

António de SPÍNOLA, *País sem rumo: contributo para a história de uma revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978.

Stuart B. SWARTZ, «A economia do Império português», in Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (dir.), *A expansão marítima portuguesa: 1400-1800*, Lisboa: Ed. 70, 2010.

Raul TATI, «A construção do Estado pós-colonial em África e os desafios do renascimento africano», *Estratégia*, XXVII, 2018.

António José TELO, *História contemporânea de Portugal: do 25 de abril à actualidade*, Lisboa, Ed. Presença, 2007, vol. 2.

John THORNTON, *África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*, 5.<sup>a</sup>, Rio de Janeiro, Campus, 2004.

Renate ZAHAR, *Colonialismo e alienação: contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*, Lisboa, Ulmeiro, 1976.

### **6.3. Nações e nacionalismos**

Benedict ANDERSON, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Ed. 70, 2005.

Mário Pinto de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e raptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

Yves BENOT, *Ideologias das independências africanas*, Lisboa-Luanda, Sá da Costa, 1981, vol. 1.

Fernando CATROGA, *Ensaio republicano*, Lisboa: Fundação Manuel dos Santos, 2011.

Fernando CATROGA, «Pátria, Nação, Nacionalismo», in Luís Reis TORRALBA, Fernando TAVARES PIMENTA e Julião Soares SOUSA (dir.), *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Diogo Ramada CURTO, Nuno DOMINGOS e Miguel Bandeira JERÓNIMO (dir.), «Nações e nacionalismos: entre a teoria, a história, e a moral», in *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2012.

Carlos Manuel Ferreira Da CUNHA (ed), *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*, Guimarães, Opera Omnia, 2011.

Ernest GELLNER, *Nações e nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993.



Johann Gottfried HERDER, *Ensaio sobre a origem da linguagem*, Lisboa, Antígona, 1987.

Johann Gottlieb FICHTE, *Discursos a la nación alemana*, Madrid, Editorial Tecnos S.A., 1988.

Jean-Philippe GUNN, «African nationalism from the colonial period to the post colonial period», *Social Sciences Studies Journal*, 4-20, 2018, pp. 2988-2995.

Barbara HARFF e Ted Robert GURR, *Ethnic conflict in world politics*, 2<sup>nd</sup> ed., Boulder, Colo, Westview Press, 2004.

Linda M. HEYWOOD, «Unita and ethnic nationalism in Angola», *The Journal of Modern African Studies*, 27-1, 1989, pp. 47-66.

Eric HOBBSBAWM, *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780 programa, mito realidade*, Lisboa, Terramar, 1998.

Eric J. HOBBSBAWM, *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa, Presença, 1990.

David A. LAKE e Donald S. ROTHCHILD (dir.), *The international spread of ethnic conflict: fear, diffusion, and escalation*, Princeton, N.J, Princeton University Press, 1998.

Ernesto Castro Leal LEAL, «Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)», *Historia Critica*, 56, 2015, pp. 113-135.

Ronald NATHAN, «African Redemption: black nationalism, and end of empire», *Africa Exchange*, 30, 2001.

Tony NEVES, «As igrejas e o nacionalismo em Angola», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 13/14, 2007, pp. 511-526.

Gonçalves PEREIRA, «Sobre os nacionalismos africanos», *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, 1956, pp. 1-61.

Robert I. ROTBERG, «African nationalism: concept or confusion?», *The Journal of Modern African Studies*, 4-1, 1966, pp. 33-46.

Anthony SMITH, *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997.

Anthony D. SMITH, *Nacionalismo: teoria, ideologia, história*, Lisboa, Teorema, 2006.

Anthony D. SMITH, *Nações e nacionalismo numa era global*, Oeiras: Celta Editora, 1999.

John STEWART, *African states and rulers*, Jefferson, N.C., McFarland & Co, 2006.

#### **6.4. Elites**

M. ANTUNES, «Elite», in Verbo: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1995, vol. 7.º

T. B. BOTTOMORE, *As elites e a sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

José Luís Pereira CARNEIRO, «Formação e consolidação da elite dirigente do MPLA (1960-1978)», Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1999.

José Júlio GONÇALVES, *Técnicas de propaganda, elites, quadros e outros estudos*, Lisboa, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1961.

Suzane KELLER, *O destino das elites*, Rio de Janeiro, Forense, 1967.

Harold D. LASSWELL e Daniel LERNER (dir.), *As elites revolucionárias*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, *Dicionário de política. 1: A - K*, 12.ª ed., Brasília, DF, Ed. Univ. de Brasília, Dinalivro, 2004.

«Elite», in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001, vol. I, A-F.

Fernando LOPES, «Elites, partidos e reforma institucional», in António Costa PINTO e André FREIRE (dir.), *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras, Celta, 2003.

Charles Wright MILLS, *Power, politics and people*, New York, Oxford University Press, 1960.

Charles Wright MILLS, *The power elite*, New York, Oxford University Press, 1959.

Adriano MOREIRA, «As elites das Províncias portuguesas do indigenato», *Ensaio*, 34, 1963.

Adriano MOREIRA, *A unidade política do estatuto das populações*, Lisboa, Panorama, 1959.

Georges THINÈS e Agnès LEMPEREUR (dir.), «Elite Massa», in *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984.

## **6.5. Teoria e metodologia**

John Emerich Edward Dalberg ACTON e J. R. FEARS, *Selected writings of Lord Acton. 3: Essays in religion, politics, and morality*, Indianapolis, Ind, Liberty Classics, 1988.

Mário de ANDRADE e Pires LARANJEIRA, *Negritude africana de língua portuguesa: textos de apoio, 1947-1963*, Braga, Angelus Novus Editora, 2000.

Klaus von BEYME, *Teorias políticas contemporâneas*, Madrid, 1977.

Frederick COOPER, *História de África: capitalismo, modernidade e globalização*, Lisboa, Edições 70, 2016.

Clara Pereira COUTINHO, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*, Coimbra, Almedina, 2016.

Louis DUMONT, *Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva sobre a ideologia moderna*, Lisboa, Dom Quixote, 1992.

Chava FRANKFORT-NACHMIAS e David NACHMIAS, *Research Methods in the Social Sciences*, St. Martin's Press, 1992.

Rodolphe GHIGLIONE e Benjamin MATALON, *O inquérito: teoria e prática*, 3.<sup>a</sup>, Oeiras, Celta Editora, 1997.

Rufino Carlos GUJAMO, «A transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004», Lisboa, ICS, 2016.

Paul Ten HAVE, *Understanding qualitative research and ethnomethodology*, London, SAGE Publications, 2004.

Reinhart KOSELLECK, «Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana, seguida del prólogo al séptimo volumen de dicha obra», *Reinhart Koselleck: La investigación de una historia conceptual y su sentido socio-político*, trad. fr. Luís Fernández TORRES, 223-Anthropos (Huellas del Conocimiento), 2009.

Reinhart KOSELLECK, *Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

Eva Maria LAKATOS e Marina de Andrade MARCONI, *Fundamentos de metodologia científica*, São Paulo, Atlas, 2003.

José Luís Pires LARANJEIRA, «Neo-realismo e negritude na poesia de Francisco José Tenreiro», Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1985.

Claire LEMERCIER, «Formal network methods in history: why and how?», *Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies*, Brepols, 2015, pp. 281-310.

Achille MBEMBE, *Póiticas da inimizade*, Lisboa, Antígona, 2017.

Achille MBEMBE, *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*, Lisboa, Edições Pedagogo, 2013.

Kwame NANTAMBU, «Pan-Africanism Versus Pan-African Nationalism: An Afrocentric Analysis», *Journal of Black Studies*, 28, 1998, pp. 561-574.

Claude NICOLET, «Prosopographie et histoire social: Rome et l'Italie», *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 25-5, 1970, pp. 1209-1228.

Luís Adriano OLIVEIRA, *Ética em investigação científica: guia de boas práticas com estudos de caso*, Lisboa, Lidel, 2013.

Luísa Tiago de OLIVEIRA, «A história oral em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 2010, pp. 139-156.

Jennifer PLATT, «Case study in american methodological thought», *Current Sociology*, 40-1, 1992, pp. 17-48.

Jean POIRIER, Simone CLAPIER-VALLADON e Paul RAYBAUT, *Histórias de vida: teoria e prática*, 1999.

Richard REID, «Horror, hubris and humanity: the international engagement with Africa, 1914-2014», *International Affairs* 90, 1, 2014.

Paul RICOEUR, *La paradoja de la autoridade*, Madrid, Colección Estructuras Y Procesos, 2008.

Paul RICOEUR, *Le juste 2*, Paris, Editions Esprit: Diffusion Le Seuil, 2001.

Paul RICOEUR, *A crítica e a convicção*, Lisboa, 70, 1997.

Paul RICOEUR, *Sí mismo como otro*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1996.

Paul RICOEUR, *Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II*, Porto, Rés, 1989.

Eugénia RODRIGUES, *A geração silenciada: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.

Fernando ROSAS, «Seis teses sobre memórias e hegemonia ou o retorno da política», in Maria Manuela Tavares RIBEIRO (dir.), *Outros combates pela história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Javier Fernández SEBASTIÁN, «Historia, historiografía, historicidad. Consciencia histórica y cambio conceptual», in Manuel Suarez CORTINA (dir.), *Europa del sur y América latina. Perspectivas historiográficas*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2014.

David SILVERMAN e Amir B. MARVASTI, *Doing qualitative research: a comprehensive guide*, Los Angeles, SAGE Publications, 2008.

Lawrence STONE, «Prosopography», *Daedalus*, 100, The MIT Press. American Academy of Arts & Sciences, 1971.

Valerie Raleigh Yow, *Recording Oral History: A Practical Guide for Social Scientists*, SAGE, 1994.

## **7. APÊNDICES**

## **Apêndice n.º 1. Resolução da II Conferência dos Povos Africanos, 1960**

(Túnis, Janeiro de 1960)

### **SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS**

A II CONFERENCIA DOS POVOS AFRICANOS, reunida em Tunis de 25 a 30 de Janeiro de 1960,

Depois de proceder ao exame da situação em que se encontram os africanos sob dominação portuguesa, nos quais impera ainda o regime de trabalhos forçados e as populações indígenas sofrem uma exploração sem limites.

Condena a política colonialista de Portugal e denuncia tanto a repressão sistemática a que os movimentos nacionais desses países estão sujeitos, como os preparativos de guerra do Governo português em Angola.

Reafirma o direito das populações das colónias portuguesas a independência nacional e determina que os Estados Africanos independentes e todos os Povos de África devem dar a essas populações um apoio incondicional.

Exige a libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola, Moçambique, Guiné dita portuguesa, S. Tomé e Cabo Verde.

Faz apelo às Organizações membros desta Conferência para que organizem, durante o ano de 1960, uma jornada de solidariedade a favor dos territórios sob dominação portuguesa.

Faz apelo ao Comité Especial das Nações Unidas, encarregado de estudar a questão dos territórios não-autónomos, para que levante o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação portuguesa.

\*\*\*\*\*

Na II Conferencia dos Povos Africanos os movimentos nacionais das colónias portuguesas estiveram representados por cinco Delegados:

Do Movimento Anti-Colonialista e Organizações a ele ligados;

Abel DJASSI  
Hugo MENEZES  
Lúcio LARA  
Viriato RUZ

Da União das Populações de Angola:

J. GILMORE

**Fonte:** Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade, pasta n.º 07058.017.005.



Apêndice n.º 2. Mapa e Estatutos do NGWIZAKO, 1962



Fonte: PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 76/62 (Unidade de instalação 523), fl. n.º 184.



*P. A. Co. d'ordres du King  
L'Etat, mais aussi son King  
1974 1975*

**NGWIZANI A KONGO "NGWIZAKO"**  
(Association des KONGOLAIS d'expression portugaise)

Siège National: SAN SALVADOR (KONGO Portugais).-  
-----  
-----

STATUTS  
-----

TITRE I



DENOMINATION-SIEGE-OBJET-DUREE.-

- Article.- La présente Association Politique, née conformément aux institutions constitutionnelles du Royaume du Kongo, est une organisation nettement kongolaise et a pour dénomination NGWIZANI A KONGO, en abrégé, "NGWIZAKO".-
- Article 2.- La NGWIZAKO est un rassemblement des groupes ethniques et des entités régionales kongolaises, fondé dans le but de faire jouir chaque Kongolais ou Kongolaise de ses libertés fondamentales reconnues et protégées par la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme des Nations Unies.-
- Article 3.- La NGWIZAKO s'est soumise à une Politique Neutraliste partout. Elle s'est organisée et administrée selon les principes fondamentaux de son pays le "KONGO" dit portugais.-
- Article 4.- Le Siège social est établi à San Salvador du Kongo (Capitale du Kongo portugais) Il peut être transféré dans toute autre localité du Kongo portugais par décision du comité central. Tout changement du siège social sera publié par les soins du Comité Central aux annexes des Journaux mondiaux et Radios. Les sections territoriales, locales et régionales peuvent être établies par décision du Comité Central, au Kongo portugais ou à l'étranger.-
- Article 5.- La NGWIZAKO a pour objet le redressement du royaume du Kongo sans réformer en dehors des colonies portugaises, les limites géographiques définies par la Conférence de Berlin le 14 Février 1885, Convention de Bruxelles le 25 Mai 1891, Protocole de 8 Avril 1892 à Lisbonne, Déclaration de 24 Mars 1894 à Bruxelles, etc. La NGWIZAKO fière de ses coutumes, traditions et langue kongolaises s'engage à traiter avec d'autres colonies portugaises en Afrique Australe ou Centrale sous forme Confédérale, et à comme politique la Non-Violence (Voir Sainte Bible Galates, Chapitre 5, Versets 22 à 26).-
- Article 6.- La NGWIZAKO a une durée indéterminée jusqu'à la fin de l'humanité entière.-

TITRE II

SORTES DES MEMBRES L'ACCESSIBILITE

- Article 7.- Il y a trois sortes des Membres:
  - Membres d'Honneur
  - Membres de Soutien
  - Membres effectifs.-
- Article 8.- Les Cotisations sont les suivantes:
  - 5 0 0 Frs pour les Membres d'Honneur
  - 3 0 0 ..... de Soutien
  - 5 0 ..... effectifs.-
- Article 9.- Sont Membres d'Honneur, de Soutien ou effectifs de la NGWIZAKO, tous les Kongolais en particulier, et personnes s'intéressant à l'objectif tracé par la NGWIZAKO.-

.../...



-2-

24

### TITRE III

#### ADMINISTRATION-DIRECTION-SURVEILLANCE

Article 10.- La NGWIZAKO est administrée par un Comité Central composé de:

- Président Général
- 1er Vice-Président Général
- 2ème Vice-Président Général
- Secrétaire Politique
- Secrétaire Général
- Secrétaire Général Adjoint
- Inspecteur Général
- Inspecteur Adjoint
- Trésorier Général
- Trésorier Général Adjoint
- Membres Des Commissions
- Conseillers Généraux.-

Le Comité Central est élu pour six ans au plus par l'assemblée générale des membres en règle des cotisations et, révoqué en tout temps par elle. En cas de vacance du mandat d'un membre du comité central ou autre, apr suite de décès, démission ou autre cause, les membres restants du comité central ou autre peuvent y pourvoir provisoirement. Il sera procédé à l'élection définitive par l'assemblée générale des membres en règle des cotisations. Tout membre bénéficiant un titre en ces conditions n'exerce ses fonctions que pour le temps nécessaire à l'achèvement du mandat de la personne qu'il remplace.-

Article 11.- Le Comité Central constitue parmi ses membres un comité permanent dont il fixe les pouvoirs, les attributions et le mode de fonctionnement. Ce Comité permanent détermine les appointements, émoluments et indemnités attachés aux mandats, pouvoirs, délégations ou missions qu'il confère, après détermination de crédit mis à sa disposition par le comité central. -

Article 12.- Le comité permanent est dirigé et présidé par un Secrétaire Politique assisté par:

- Secrétaire Général
- Secrétaire Général Adjoint
- Rédacteurs
- Comptables
- Comis
- Missiers
- Surveillants.-



Article 13.- Le Comité Central se réunit sur convocation et sous la présidence de son Président Général ou, à son défaut, l'un de ses Adjoints, ou, à défauts de ceux-ci de son Secrétaire Politique, chaque fois que l'intérêt de l'association l'exige ou chaque fois que deux membres au moins en demandent. Les réunions se tiennent au lieu indiqué dans les convocations.-

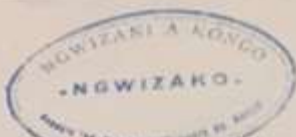
Article 14.- Sauf dans les cas de force majeure, à mentionner dans le procès-verbal de la réunion, le comité central ne peut délibérer et statuer valablement que si la moitié au moins de ses membres sont présents. Chaque membre peut, même par simple lettre ou par télégramme, donner ses excuses en cas d'impossibilités.

Toute décision du comité central est prise à la majorité absolue des votants. En cas de partage, la voix de celui qui préside la réunion est prépondérante. Si, dans une séance du comité central, un ou plusieurs membres s'abstiennent, les résolutions sont valablement prises à la majorité des autres membres présents. Les délibérations du comité central sont consignées dans un registre spécial et signés par la majorité au moins des membres qui ont pris part à la délibération. Les copies ou extraits de ces procès-verbaux, à produire en justice ou ailleurs, sont signés par le Président Général ou par ses Adjoints respectifs.-

Article 15.- Le Comité Central a les pouvoirs les plus étendus, sans limitation ni réserve, pour faire tous les actes de disposition et d'administration qui intéressent le mouvement. Tout ce qui n'est expressément réservé à l'assemblée générale des membres en règle des cotisations par les statuts, est de sa compétence. Sauf délégation, il nomme et révoque tout membre.-

.../...





Article 16.- Par décision du comité central la signature sociale est déléguée au Président Général ou, à son défaut, à ses Adjointes pour les affaires extérieures surtout, et au Secrétaire Politique sur le plan administratif.-

Article 17.- Les actions judiciaires, tant en demandant qu'en défendant, de même que tous recours judiciaires ou administratifs sont intentés, formés ou soutenus au nom de l'association, pourvuites et diligences soit du Président Général, soit d'un membre désigné par le comité central.-

Article 18.- Les membres du comité central ne sont que les mandataires de l'Association; dans la mesure de leur mandat, ils n'engagent que le mouvement et ne contractent aucune obligation personnelle relativement aux engagements de l'association. Ils ne répondent que l'exécution de leur mandat et des fautes commises en leur gestion.-

Article 19.- Les opérations de l'association sont surveillées par le Président du comité permanent soit le Secrétaire politique, secondé par les deux secrétaires généraux qui les présentent au comité central un mois avant l'assemblée générale.-

TITRE IV

ASSEMBLÉES GÉNÉRALES

Article 20.- L'assemblée générale régulièrement constituée représente l'universalité des membres effectifs etc... en règle des cotisations ou statuts. Les délégués qui intressent l'association, la liquider anticipativement, la proroger, modifier les statuts. Sous réserve de ce qui est dit à l'article 12, ses résolutions sont prises, quelle que soit les membres influents présents à l'assemblée, à la majorité absolue des votes. Les décisions sont obligatoires pour tous, même pour les absents, incapables ou dissidents. Tous les membres ont, en se conformant aux règles des présents statuts, le droit de voter par eux-mêmes.-

Article 21.- Les assemblées générales se réunissent à l'endroit désigné dans la convocation. Une réunion de l'assemblée générale se tient de plein droit chaque fois que le besoin s'en fait sentir. Les convocations pour toute assemblée générale contiennent l'ordre du jour insérées deux fois, à huit jours d'intervalle au moins et dix jours avant l'assemblée, dans des journaux congolais. Des lettres missives seront adressées un mois avant l'assemblée générale aux membres en non.

Article 22.- L'assemblée ne peut valablement délibérer que sur les objets à l'ordre du jour. L'ordre du jour est arrêté par le comité permanent en accord avec le comité central. Il n'est porté que les objets fixés par ces derniers ou qui auraient été notifiés au conseil, trois semaines au moins avant la réunion.-

Article 23.- L'assemblée générale est présidée par le Président Général de l'association, assisté de ses adjoints, à son défaut ces derniers. Les autres membres présents du comité central complètent le bureau. Le Secrétaire Général est d'office, le Secrétaire de l'assemblée.

Article 24.- Les délibérations de l'assemblée générale sont constatées par des procès-verbaux signés par les membres du bureau de l'assemblée. Les copies ou extraits à produire en justice ou ailleurs des délibérations de l'assemblée générale, sont signés par le Président général ou ses Adjointes. Après la dissolution de l'association et pendant la liquidation, ces copies ou extraits sont certifiés conformes par les liquidateurs ou l'un d'eux.-

TITRE V

COMMISSIONS



Article 25.- Les Commissions sont les suivantes:

- Politique et Propagande
- Affaires sociales et économiques
- Information et Presse
- Discipline et Conflit.

Chaque commission comprend dix membres dont un président.-

Article 26.- Attributions de Commissions

A-La Commission POLITIQUE et Propagande assure l'extension du mouvement à travers le monde-surveille la politique nationale et internationale sous toutes formes-trace le programme politique de l'association en se faisant consulter par le comité central.-



- D- La Commission des Affaires Sociales et économiques étudie la géographie économique du pays et les ressources naturelles-examine, pour avis, les projets et propositions sous base sociale et économique. Elle peut, en outre, être consulté par le comité central.-
- C- La Commission d' INFORMATION et PRESS prend connaissance de tous écrits, journaux, manuscrits etc... à caractère politique en particulier-répond aux attaques directes ou indirectes faites par voie de presse... Elle chargée de publier le journal de l'association.-
- D- La Commission de DISCIPLINE et CONFLIT, est chargée d'enquêter sur les agissements de tous les membres, de faire respecter les règles de l'association et quelquefois de prendre contre eux des sanctions.-

Article 24.B.- Attributions du Comité permanent: il diffuse les programmes, décisions d'action à réaliser-sont à l'avis de tout le monde les résolutions prises par le comité central-veille à l'exécution des directives et décisions données par lui-même ou par le comité central-examine toutes doléances en matière d'organisation formulées par les membres, sections etc...-soumet ses rapports globaux au comité central qui les examine avant de les soumettre à l'assemblée générale.-

- A.- SECRETARE POLITIQUE: personne à laquelle le comité central donne mandat de le représenter plus spécialement en matière politiques, de conclure des opérations pour le compte de l'association. Comme le Secrétaire Politique a l'autorisation de signer pour le compte du mouvement, il doit faire précéder sa signature de l'une des mentions suivantes: Pour le Comité Central par ordre signé le Secrétaire politique; pour le Président Général signé le Secrétaire politique.-
- D.- Secrétaires Généraux: assurent la direction du Secrétariat administratif et constituent le trait d'union entre leur président du comité permanent et les services de l'affaire-transmettent, interprètent et veillent à l'exécution des décisions et instructions fournies par le Secrétaire politique.-
- C.- REDACTEURS: rédigent les correspondances pour les soumettre à la dactylographie et à la signature. Ils dépendent directement du secrétaire général.-
- D.- COMPTABLES: peuvent être à la fois les Trésoriers généraux du Comité central. Ils sont généralement conseillers des gestions financières-veillent à la bonne organisation des finances-contrôlent périodiquement la comptabilité générale-préparent le bilan, remettent leur situation financière aux Secrétaires Généraux qui les représentent auprès du président de leur comité permanent.-
- E.- Commis: sont chargés du courrier et du classement de la correspondance.-

#### TITRE VI



#### INVENTAIRE-BILAN

Article 27.- L'exercice de l'Association commence le premier janvier et se termine le trente et un décembre de chaque année.-

Article 28.- Au trente et un décembre de chaque année, le comité permanent dresse l'inventaire de toutes les valeurs mobilières et immobilières et de toutes les dettes actives et passives de l'association, avec annexe contenant en résumé tous les engagements. Après avoir arrêté les écritures sociales, le comité permanent forme ensuite le bilan et le compte de profits et pertes dans lesquels les amortissements nécessaires doivent être faits. Le bilan mentionne séparément l'actif immobilisé, l'actif réalisable et, au passif, les dettes de l'association envers elle-même, les obligations, les dettes avec hypothèque ou gages et les dettes, sans garanties réelles. L'inventaire, le bilan et le compte de profits et pertes ainsi que toutes les pièces annexées établies comme il est dit ci-dessus, sont mis avec le rapport du comité permanent un mois au moins avant l'assemblée générale annuelle, à la disposition du Comité central qui doit faire un rapport contenant ses observations.-

.../...

Apêndice n.º 3. Insígnia da ALIAZO — Associação dos Zombo, s.d.



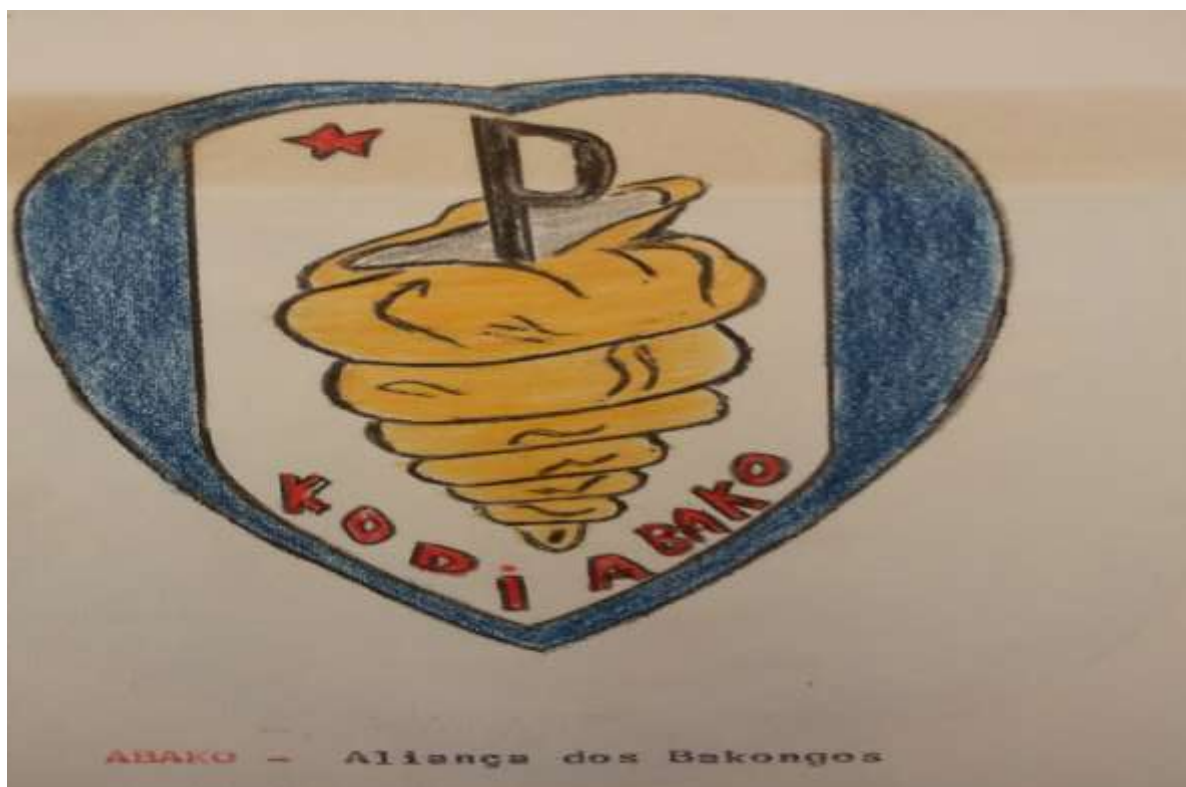
Fonte: PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 97 – Proc. n.º 940, 1(7).



Apêndice n.º 4. Localização e Insígnia da NTÓ-BAKO, s.d.



Fonte: PT-TT-SCCIA-Proc. n.º 19-NT233\_c0002.

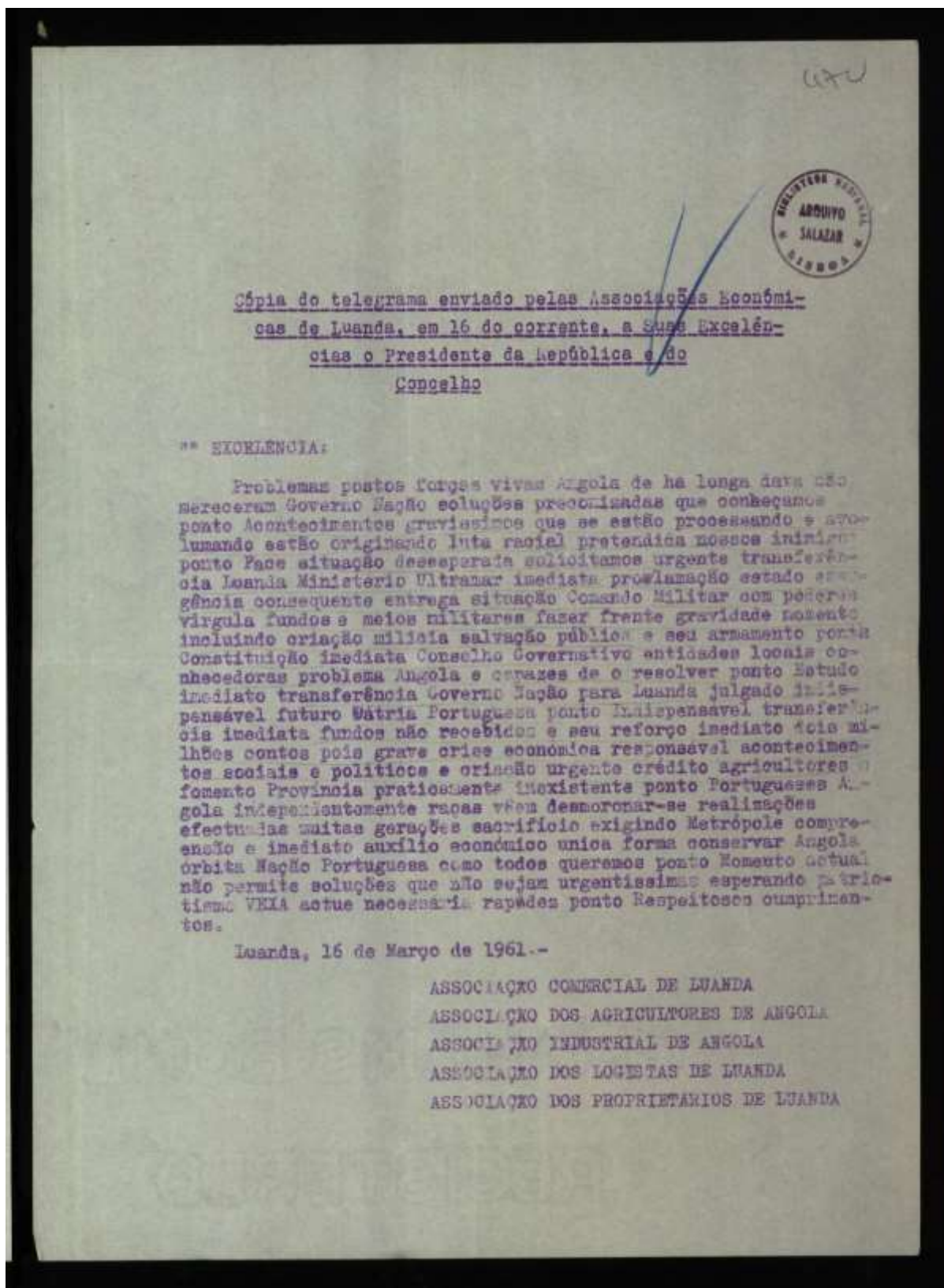


Fonte: PT/MNE/DAB - UM/GNP PAA - M 97 - Proc. n.º 940, 1(7).





Apêndice n.º 6. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho pelas Associações Económicas de Luanda, 1961



471

Gerona, 31 de Março, de 1961

Meu Sym<sup>o</sup> Amigo:

Os meus respeitosos cumprimentos e votos de ótima saúde.

Eu, muito abalado e desanimado com o desmorname  
nto económico, de tudo isto, e sem esperanças de podermos fazer  
a próxima colheita.

Escrevo-lhe muito á pressa estas linhas para lhe mandar o  
decalque de um telegrama, que ontem foi enviado ao Sr. Ministro  
do Ultramar, para Luanda.

A situação é gravíssima, ainda que certas informações oficiais  
pretendam o contrário. Caso se não realize uma rápida ocupação mi-  
litar, com comandos decididos e a neutralização imediata das auto-  
ridades civis, em regime especial para o Distrito do Congo, isto  
afunda-se - e, com isto, primeiramente, todas as vidas dos europeus,  
aqui existentes, que serão bárbaramente massacrados, como sucedeu  
já a várias centenas.

Estão a fugir, em massa, os trabalhadores das fazendas, para  
se concentrarem, e - é mais do que certo, caso os não neutralizem  
a tempo - que atacarão, em massa, as povoações europeias.

Até os nossos criados e escatares, que considerávamos fiéis,  
fugiram, convidando o pessoal trabalhador a fugir também.

Esta é que é a verdadeira realidade da situação nas terras  
deste nosso querido Congo.

Dado o que possa fazer, a favor desta terra e destes portugue-  
ses, ser-lhe-á creditado, a Bem da Pátria...."

Telegrama



SEKA MINISTRO DO ULTRAMAR

L U A N D A

Actividades Económicas Distrito do Congo Português, perante situação caótica imposta acontecimentos, com propriedades abandonadas, estabelecimentos sem movimento e sem qualquer possibilidade satisfazer seus compromissos como contribuições, licenças, lotras etc., sequer manter pessoal, insistem na aplicação imediata de medidas de emergência e na defesa militar dos seus bens e total ocupação militar do território com maior urgência para as localidades defendidas por elementos civis esgotados e mal armados PONTO Com todo um sistema económico cuja base é o café, seriamente abalado e a próxima colheita em perigo eminente de se perder, e a vida actual do Distrito resumida na concentração de pequenos núcleos em povoações mais importantes onde já há casos de gente esmolando a sua alimentação o que nunca lhes tinha sido necessário, solicitamos a aplicação de um plano urgente de salvação económica e recuperação segura das Fazendas, sem o que pouco mais poderemos fazer que não seja abandonar toda uma região de imprescindível valor espiritual, económico e estratégico dentro do agregado nacional, se não for feita imediata ocupação militar. Apresentamos VELA respeitosa cumprimentos

Delegação Regional do Congo da  
Associação dos Agricultores de Angola

Carmona, 30 de Março de 1961



1125

OFICIAL

GOVERNADOR GERAL

ANGOLA



Recebi da Associação Comercial Benguela telegrama de apoio ao recebido das associações económicas de Luanda. Peço a Vossa Exa favor de comunicar signatária que recebi seu telegrama e dar à mesma conhecimento da resposta que ontem enviei por intermédio desse Governo Geral para as associações de Luanda. Respeitosos cumprimentos

Presidente do Conselho

Presidente do Conselho

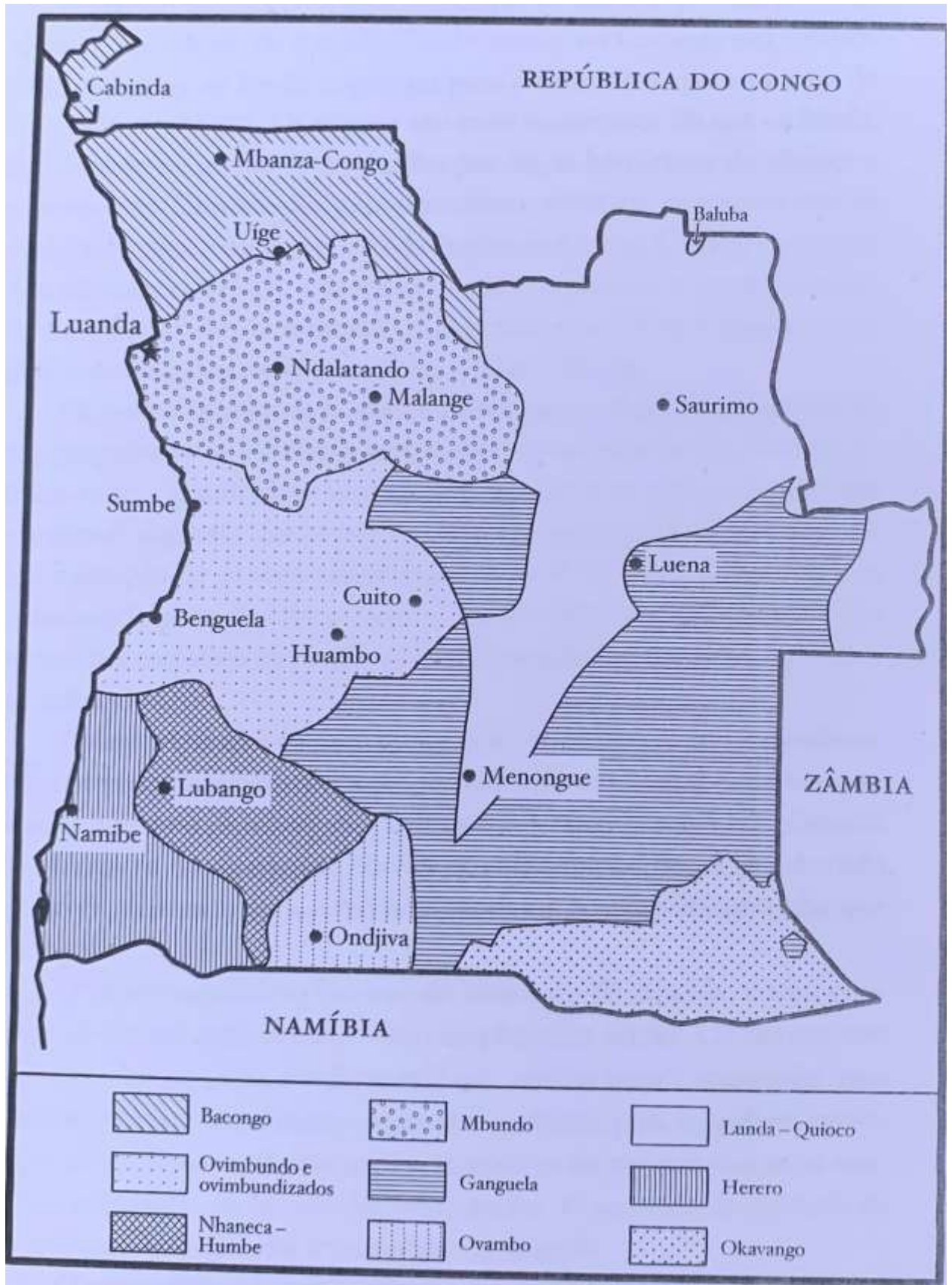
Palácio de S. Bento - LISBOA

Fonte: PT/TT AOS, CO, UL, 39, pasta 8, fls. n.ºs 471-473.

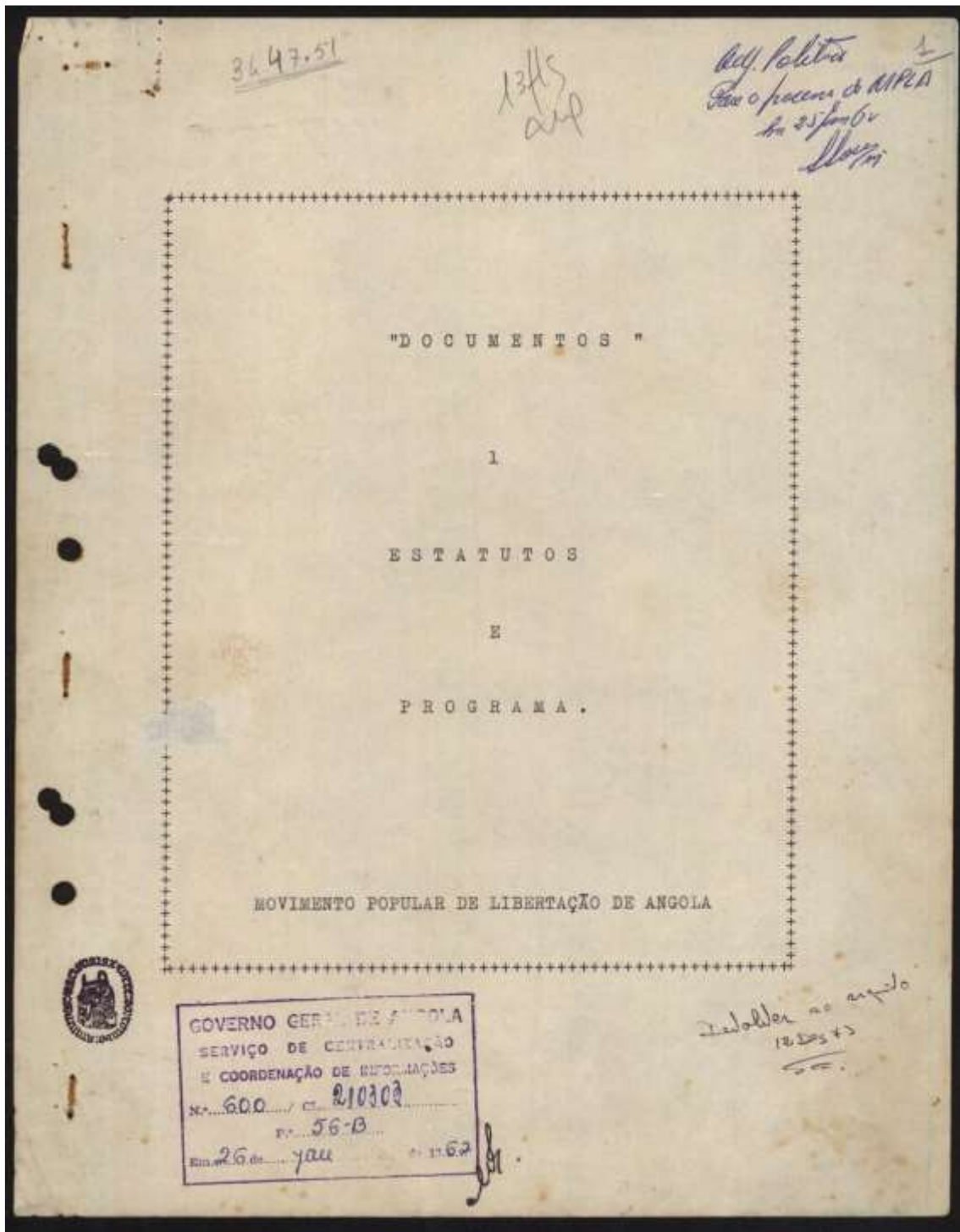




Mapa (2) composição etnolinguística de Angola, René Pélissier, *in*, Douglas WHEELER e René PÉLISSIER, *op. cit.*, p. 33.



Apêndice n.º 8. Estatutos e Programas do MPLA, 1962



ESTATUTOSDENOMINAÇÃO      SEDE      DEFINIÇÃO      OBJECTIVOS

1º **DENOMINAÇÃO:** MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA)

2º **SEDE:** ANGOLA

3º **DEFINIÇÃO:** O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) é uma organização política constituída por Africanos originários de Angola, sem discriminação de sexo, idade, origem étnica, crença religiosa ou de domicílio.

4º **O M.P.L.A.:** fixa-se por objectivos:

Aluta com todas as organizações patrióticas Angolanas na maior união populacional, para a liquidação em Angola, da dominação colonial Portuguesa e todas as relações colonialistas e imperialistas, para a conquista da independência, imediata e completa, de Angola.

A defesa e a realização das reivindicações de todas as camadas sociais angolanas, oprimidas e exploradas pelo regime colonial e em particular as reivindicações das massas rurais e trabalhadoras que constituem a quase totalidade da população de Angola.

ADESÃO

5º Podem ser membros do M.P.L.A., todos os Africanos de Angola que aprovelem o programa e os estatutos e que se comprometam a exectuar, para a sua actividade quotidiana, a politica do M.P.L.A.,

6º Cada Angolano adere a um grupo sob proposta de 2 membros deste, e depois da aprovação do Grupo da Assembleia, aprovado pela Comité de Acção do escalão imediatamente superior.





## ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

- 7º O Grupo é a organização de base do M.P.L.A.
- 8º A estrutura do M.P.L.A., compõe-se dos graus seguintes: Nação; Zona; Districto; Localidades.
- 9º O grau (escalão) nacional tem um Comité Director. Os escalões de Zona, Districto, e Localidades terão, cada um deles a sua Comité de Acção.
- 10º O Congresso é o órgão supremo do M.P.L.A.
- 11º A Comissão Directora é eleita pelo Congresso do M.P.L.A.  
As Comissões de Acções das Zonas, Districtos e Localidades são eleitas respectivamente pelas Conferencias dos Delegados das respectivas Zonas, Districtos e Localidades.
- 12º A Comissão Directora e as Comités de Acção são responsáveis diante dos órgãos superiores respectivos, da execução, nas suas esferas de acção, das resoluções organicas superiores e da aplicação prática da linha politica do M.P.L.A.

### DURAÇÃO DO MANDATO DAS COMISSÕES AOS DIFERENTES ESCALÕES.-

- 13º O Congresso do M.P.L.A., defeniou, depois das circunstancias do momento, a duração do mandato dos Comités aos diferentes escalões.

### MÉTODO DE TRABALHO

- 14º O método de trabalho do M.P.L.A., está baseado nos seguintes principios:

- a) Espírito democrático;
- b) Unidade de acção;
- c) Espírito



- d) Espirito de responsabilidade;
- e) Ajuda recíproca;

#### FINANÇAS

15º Os recursos do M.P.L.A., vêm essencialmente das cotizações e subscrições dos membros e igualmente de ofertas.

#### OMISSÕES

16º Os casos omissos nos presentes estatutos são resolvidos por ordem de competencias:

- a) Pelo Regulamento Geral Interno do M.P.L.A.
- b) Pelas deliberações do Comité Director.

17º O Regulamento Geral Interno do M.P.L.A., é elaborado pelo Comité Director e sancionado pelo Congresso.

#### MODIFICAÇÕES E DISSOLUÇÃO

18º O Congresso do M.P.L.A., é o unico competente, para por si só, poder modificar os presentes estatutos.

19º No decorrer de todas as fases do desenvolvimento da história de Angola, o M.P.L.A., propõe-se o desenvolver a acção patriótica tendo como objectivo constante a defesa dos direitos das massas dos trabalhadores, o bem estar e a alegria do povo Angolano.

A Conferencia Nacional não tem competencia para anular o M.P.L.A. Somente a maioria absoluta de 4/5 dos membros delegados de um Congresso poderá decidir a dissolução do M.P.L.A., e a sorte reservada aos seus bens e valores.



Na hora actual, os colonialistas Portugueses e os seus agentes são os inimigos do povo Angolano. Eles utilizam todos os meios para manter a soberania Portuguesa em Angola e continuar a oprimir e explorar o povo angolano - violência, assassinio, maquiavelismo, força militar, poder politico e económico, obscurantismo.

#### PROGRAMA MINIMO

O M.P.L.A., luta para a realização do programa minimo seguinte:

- a) Criação urgente de uma Frente Angolana de libertação, que agrupe numa união todos os partidos politicos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as minorias nacionais Africanas, todos os Angolanos, todas as classes sociais africanas, todos os Angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendencias politicas, condições de fortuna, sexo, idade, afim de proseguirem;
- b) A luta POR TODOS OS MEIOS, para a liquidação em Angola do dominio colonial Portugues, de todos os vestigios de relações colonialistas e imperialistas, e para a independencia imediata e completa da Pátria Angolana;
- c) Defesa constante e primordial dos interesses das massas rurais e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país e que constituem, no conjunto, quase a totalidade da população de Angola;
- d) Aliança com todas as forças progressivas do mundo, conquista da simpatia e do apoio de todos os povos pela causa da libertação do povo angolano.

#### PROGRAMA MAIOR

O M.P.L.A., luta para a realização do programa maior





seguinte:

1-Independencia imediata e completa

-Liquidação em Angola e POR TODOS OS MEIOS, da dominação colonial Portuguesa e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas

-Luta em comum com todas as forças patrióticas, Angolans, num vasto movimento popular, com vista à tomada do poder pelo povo Angolano e a instauração de um regime republicano e democrático na base da independencia total.

-Abolição de todos os privilégios concedidos pelo regime colonial aos Portugueses e a outros estrangeiros.

-A soberania do Estado Angolano pertencerá inteira e unicamente ao povo angolano sem distinção étnica de classe, de sexo, de idade, de tendências políticas, de crenças religiosas ou de convicções filosóficas.

-A nação Angolana terá o direito sagrado e inviolável de dispor de si mesma tanto no plano político, económico, diplomático militar e cultural como sobre outro plano qualquer.

-Revisão da posição de Angola em todos os tratados acordos e alianças nos quais Portugal interessou o país sem o livre consentimento do povo Angolano.

-União popular a fim de liquidar toda a tentativa de agressão imperialista e todos os actos e manobras visando a prejudicar a independencia, a soberania, unidade e a integridade territorial de Angola.

-Estabelecimento da paz em Angola com base na instauração de um regime de justiça social, e com base no reconhecimento por outros países da independencia, soberania e integridade territorial de Angola.

II-UNIDADE DA NAÇÃO

Garantir a igualdade de todas as étnias de Angola, reforçar a união e ajuda fraternal entre elas.

-Opor-se resolutamente a toda a tentativa de divisão do povo Angolano.



- Criar uma situação que permita o regresso ao país, de centenas de milhares de Angolanos que foram obrigados a exilar-se por causa do regime colonial

- As regiões onde as minorias nacionais vivem em grupos densos e têm um carácter individualizado, podem ser autónomas

- Cada minoria nacional ou étnica terá o direito de utilizar a sua língua, de criar uma escrita própria e de conservar e renovar o seu património cultural.

- No interesse de toda a nação Angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade económica e social, assim como relações normais-sobre planos económicos, sociais e culturais -entre todas as regiões autónomas e todas as minorias nacionais ou étnicas de Angola.

- Garantir a liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional.

### III-UNIDADE AFRICANA

- Solidariedade total com todos os povos Africanos que lutam pela sua independência completa e em particular com os povos e movimentos políticos em luta contra o colonialismo Português

- Contribuição para a unidade de todos os povos do continente Africano, na base do respeito da liberdade, da dignidade, e do direito ao progresso político, económico e social destes povos

União dos povos Africanos na base da vontade popular livremente expressa e por meios democráticos e pacíficos.

Oposição a toda a tentativa de anexação ou opressão de um povo.

Nos processos para a unidade dos povos Africanos, defesa das conquistas políticas económicas sociais e culturais das classes trabalhadoras e rurais de cada país.

### IV-REGIME DEMOCRÁTICO

Regime Republicano, democrático e leigo para





para Angola.

Garantia da liberdade de expressão, de consciencia e de culto da liberdade de imprensa, reunião, associação, residencia, correspondencia, etc, para todo o povo Angolano;

Todo o cidadão Angolano -sem distincção de nacionalidade ou étnia, de sexo, de categoria social, de nivel cultural, de progissão, de condições de fortuna. de crenças religiosas ou de convicções filosóficas, e

Gozará do direito de eleição a partir dos 18 anos e do direito de elegibilidade a partir dos 21 anos;

Regime eleitoral baseado no sufrágio universal, igual directo e secreto.

A Assembleia do povo de Angola será o órgão supremo do poder legislativo do Estado;

A Assembleia do povo de Angola será constituída por eleições gerais livres. Nas eleições gerais livres, os partidos políticos legais poderão apresentar os seus candidatos numa lista comum ou separada;

A Assembleia do povo de Angola elaborará a primeira constituição da republica de Angola;

Todos os membros da Assembleia do povo de Angola gozarão da imunidade parlamentar;

A Assembleia do povo de Angola designará um Governo de coligação que reforçará efectivamente, a união entre as minorias nacionais ou étnicas, as diferentes regiões do país, as diferentes camadas sociais e os diferentes partidos politicos, e que exprima a vontade da nação a favor da liberdade e do progresso de Angola e contra a alienação politica, económica, territorial ou cultural do país aos interesses estrangeiros;

O Governo da Republica de Angola será o órgão supremo do poder executivo do Estado;

A Assembleia do povo de Angola, conferirá o poder ao Governo da Republica de Angola que responderá pela sua politica perante esta Assembleia;



Cada região autónoma terá o direito de adoptar disposições regionais adaptadas às suas particularidades mas que não estejam em contradição com a legislação geral em Angola;

Africanização dos quadros de toda a organização administrativa do país;

Garantias de protecção, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, na pessoa de todos os estrangeiros que respeitem as leis em vigor no país.

#### V-RECONSTRUÇÃO ECONOMICA E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Desenvolvimento por etapas e planificação da economia de Angola;

Transformação de Angola num país economicamente independente, industrial, moderno, próspero e forte;

Desenvolvimento da agricultura, com vista sobretudo à liquidação da monocultura do amendoim e do algodão e da mecanização progressiva do trabalho no campo;

Criação e desenvolvimento progressivo das empresas comerciais e industriais do Estado, cooperativas de venda e compra, e cooperativas de produção. Criação progressiva de indústrias pesadas e leves para a produção de artigos de consumo corrente do povo;

Exploração pelo Estado dos recursos energéticos do país;

Restauração e desenvolvimento das indústrias tradicionais Africanas;

Abolição dos privilégios atribuídos pelo regime colonial às empresas económicas Portuguesas e a outras empresas estrangeiras e que sejam úteis à vida ao progresso e ao reforçamento da independência real do povo Angolano;

Desenvolvimento intensivo das relações económicas entre as cidades e o campo no sentido dum melhoramento progressivo das condições de vida no campo, e elevar o nível de vida das populações rurais;

Aplicação efectiva duma política que toma conta dos inte





teresses dos empregados e dos patrões.

Criação de um Banco do Estado e de uma moeda nacional. Evitar a inflação e estabilizar a moeda;

Controle pelo Estado no interesse de todo o povo, do comércio externo de Angola;

Revisão da pretendida dívida de Angola para com Portugal. Combater o déficit da balança comercial de Angola.

Equilibrar as receitas e despesas do país;

Abolição do sistema fiscal instituído pelos colonialistas portugueses e criação de um novo sistema fiscal justo, racional e simples;

Ajustamento e estabilização de preços;

Luta contra a especulação

#### VI-REFORMA AGRÁRIA

Aplicação de uma reforma agrária, tendente a fazer desaparecer todas as injustiças, a liquidar o monopólio privado da produção dos produtos de consumo agrícola, e realização do princípio: A terra pertence àqueles que a trabalham.;

Nacionalização das terras dos adversários do movimento popular para a independência imediata e completa de Angola, dos traidores e dos inimigos declarados do Estado angolano independente e democrático;

Definição dos limites de extensão da propriedade privada rural, tendo em conta a situação agrária de cada localidade

Depois da revisão dos títulos de posse de terras, compradas pelo Estado, pelo preço justo dos terrenos passando os limites estabelecidos pela lei;

Distribuição das terras aos camponeses sem terras e àqueles que não possuem suficientes;

Os beneficiários das terras legalmente repartidas, não terão nada a pagar, nem aos expropriados nem ao Estado;

Salvaguarda dos direitos conquistados pelos camponeses no decorrer da luta popular para a independência de Angola.





VII-POLITICA SOCIAL DE JUSTIÇA E PROGRESSO

Protecção pelo Estado dos direitos dos trabalhadores dos camponeses e de todas as classes sociais que defendam activamente de Angola, a soberania e a unidade do povo angolano e a integridade territorial do país;

Abolição imediata do regime do trabalho forçado das organizações legais dos trabalhadores;

Instituição do dia de trabalho de 8 Horas e aplicação progressiva de novas leis para a protecção do trabalho;

Fixação pelo Estado dum salario minimo dos trabalhadores e aplicação rigorosa do principio: "A trabalho igual, salario igual" Abolição de todas as discriminações de sexo, idade e origem étnica.

Protecção das igrejas, lugares e objectivos de culto das instituições religiosas legalmente reconhecidas;

Igualdade total dos direitos sem distincção de sexo sobre todos os planos-politicos, economicos social e cultural As mulheres terão rigorosamente os mesmos direitos que os homens;

Assistencia do Estado às mulheres na gravidez e à infancia;

Aplicação da assistencia social. Assistencia a todos os cidadãos angolanos desprovidos de recursos e victimas de doenças ou de desemprego involuntário, ou atingidos pela velhice ou invalidez;

Liquidação progressiva do desemprego. Garantia de trabalho aos operários empregados funcionários e aos jovens que completem os seus estudos;

Assistencia privilegiada a todos os cidadãos inválidos, em seguida à sua participação activa no combate para a independencia de Angola-Assistencia à familia daqueles que morreram pela Pátria Angolana

VIII-DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO CULTURA E EDUCAÇÃO

A liquidação da cultura e educação colonialista e imperialista. Reforma do ensino em vigor. Desenvolvimento da instrução, cultura e educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano;

Combate vigoroso e rápido contra o analfabetismo em todo o país;

Instrução pública será da competência do Estado e estará sob direcção e orientação;

Obrigatoriedade e ensino gratuito e progressivo da instrução primária;

Desenvolvimento do ensino secundário, técnico e profissional. Criação do ensino superior;

Estabelecimento das relações culturais com os países estrangeiros. Formação e aperfeiçoamento dos quadros técnicos necessários à construção do país;

Impulsão e desenvolvimento das ciências, técnicas, letras e artes;

Instituição, no campo, dos meios eficazes e suficientes para a assistência médica e sanitária das populações rurais;

Desenvolvimento equilibrado, à escala nacional, dos serviços de assistência médica e sanitária;

Liquidação da prostituição e do alcoolismo;

Estímulo e apoio às actividades progressivas da juventude;

Incentivo e protecção, em todo o país, da cultura física;

#### IX-DEFESA NACIONAL

Criação de um exército de defesa nacional com efectivos suficientes, intimamente ligado ao povo e comandado inteiramente por cidadãos angolanos;

Armar, equipar e treinar imediatamente e devidamente o exército. Instaurar uma nova instrução militar e política para o exército e unificar esta instrução. Estabelecer relações democráticas entre os oficiais e soldados. Consolidar a disciplina. No meio do exército desenvolver e fortalecer uma consciência nacional



e combater todas as tendencias regionalistas;

Interdição de bases estrangeiras militares, no território nacional;

X-POLITICA EXTERNA INDEPENDENTE E PACIFICA.-

Estabelecimento e conservação das relações diplomáticas com todos os países do mundo, com base nos seguintes princípios: respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não-agressão, não-ingerencia nos negócios internos, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica.

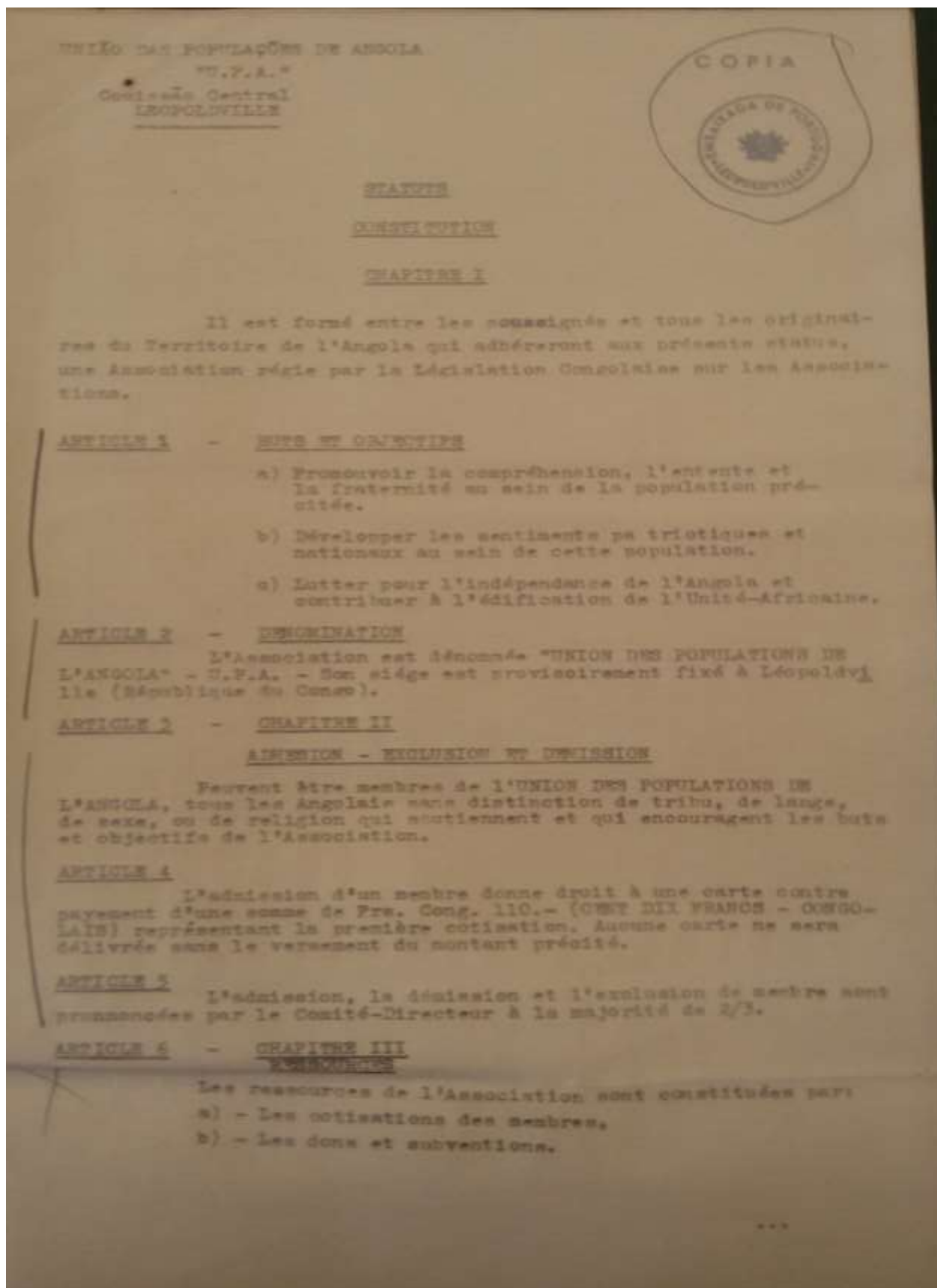
- a) Respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas.
- b) Não adesão a um bloco militar.
- c) Relações especiais de boa vizinhança e de colaboração com as nações limítrofes de Angola.
- d) Protecção dos Angolanos residentes no estrangeiro

-----  
-----  
/FB.





Apêndice n.º 9. Estatutos da UPA de 01 de Junho de 1960/Criação da FNLA: 1962



ARTICLE 7

Le Président, le Secrétaire Général, le Directeur-Politique et le Trésorier sont les ordonnateurs des fonds de l'Association. Ils établissent un budget trimestriel basé sur les recettes et les soumettent au Comité-Directeur pour vérification et approbation.

ARTICLE 8

Aucune dépense ne peut être effectuée sans l'approbation du Comité-Directeur. Les chèques pour prélèvement des fonds doivent obligatoirement porter deux signatures.

ARTICLE 9

L'avoir en caisse ne peut pas dépasser la somme de Francs 10.000. - (DIX MILLE FRANCS CONGOLAIS). Tout excédent doit immédiatement être versé au compte-banque de l'Association.

CHAPITRE IV - ADMINISTRATION

ARTICLE 10

Le Comité-Directeur est composé de 20 membres. Il est élu par l'Assemblée Générale des membres Associés présents pour une période de trois ans et pourra être désigné de nouveau à l'expiration de son mandat. Ce Comité-Directeur compte en sein, un Président un Secrétaire Général Adjoint, un Secrétaire Administratif et un Conseiller.

ARTICLE 11

L'Assemblée Générale peut à la majorité de deux tiers mettre fin aux fonctions du Comité-Directeur avant l'expiration de son mandat si les intérêts de l'Organisation l'exigent.

ARTICLE 12

Le Comité-Directeur est responsable devant l'Assemblée Générale de la bonne marche de l'Organisation et veille au respect des principes définis par les statuts et en contrôle l'application.

- a) - Il est l'organe exécutif: élabore la politique générale de l'Organisation et oriente son action;
- b) - Il se réunit toutes les fois que le Président le convoque;
- c) - Il est créé au sein du Comité-Directeur, un Bureau Politique qui est chargé des Affaires Extérieures, de l'élaboration des documents politiques et de tous les autres éléments intérieurs.

ARTICLE 13

Les membres du Bureau-Politique sont:

- 1 - Le Président,
- 2 - Le Secrétaire Général,
- 3 - le Directeur-Politique,
- 4 - le Secrétaire-Administratif,
- 5 - le Secrétaire à la Propagande,

- 6 - le Secrétaire aux Relations-Extérieures,
- 7 - le Secrétaire à la Jeunesse,
- 8 - le Secrétaire au Mouvement des Femmes.

ARTICLE 14

Le Secrétaire Permanent sera dirigé par le Secrétaire-Administratif, responsable des Archives.

ARTICLE 15

Les Sections Régionales seront créées, dans d'autres centres et localités suivant décision du Comité-Directeur.

ARTICLE 16

Toutes décisions ou initiatives prise par un membre de l'Organisation sans l'approbation au préalable du Comité-Directeur sera considérée comme nulle et non-avenue.

CHAPITRE V

ASSEMBLÉE GÉNÉRALE

ARTICLE 17

L'Assemblée Générale des Associés se compose de tous les membres à jour de leurs cotisations. Elle ne peut délibérer valablement que si les 2/3 des membres sont présents.

ARTICLE 18

L'Assemblée-Générale se réunit en Session-Ordinaire et en Session-Extraordinaire sur convocation du Président du Comité-Directeur ou sur la demande de deux tiers des membres à jour de leurs cotisations, au siège de l'Association ou le cas échéant en tout autre lieu par le Comité-Directeur.

ARTICLE 19

CHAPITRE VI - MOUVEMENT DE JEUNESSE

Il est créé dans le cadre de l'Association un Mouvement de Jeunesse, à l'effet d'assurer son éducation civique et patriotique.

ARTICLE 20

CHAPITRE VII - MOYENS D'ACTION

Les moyens d'action de l'Association sont:

- meeting,
- Conférences,
- Cinémas, etc...
- Publication d'un journal.

ARTICLE 21

CHAPITRE VIII - CONTESTATIONS ET DISPUTES

Les disputes ou contestations entre membre sont formellement interdites aussi bien que toute tendance au séparatisme, au tribalisme sous quelle que forme que ce soit.

Il est établi qu'un membre enfreint les principes de l'Association tels qu'ils sont repris à l'article 1 - alinéa a-b etc, il sera exclu de l'Association par l'Assemblée-Général sur recommandations du Comité-Directeur. Cependant, celui-ci aura droit à une

défense, en<sup>de</sup>ans 8 (huit) jours à partir de la réception de la lettre-recommandée lui notifiant l'exclusion.

ARTICLE 22

CHAPITRE IX - DEVISE

La devise de l'Association est: UNION - TRAVAIL - PROGRES

ARTICLE 23

CHAPITRE X - MODIFICATION DES STATUTS

Les présents statuts complétés par le règlement intérieur ne peuvent être modifiés que par l'Assemblée Générale, à la majorité de 2/3 des membres présents à jour de leurs cotisations.

ARTICLE 24

Tout ce qui n'est pas prévu aux présents statuts fera l'objet d'un règlement intérieur.

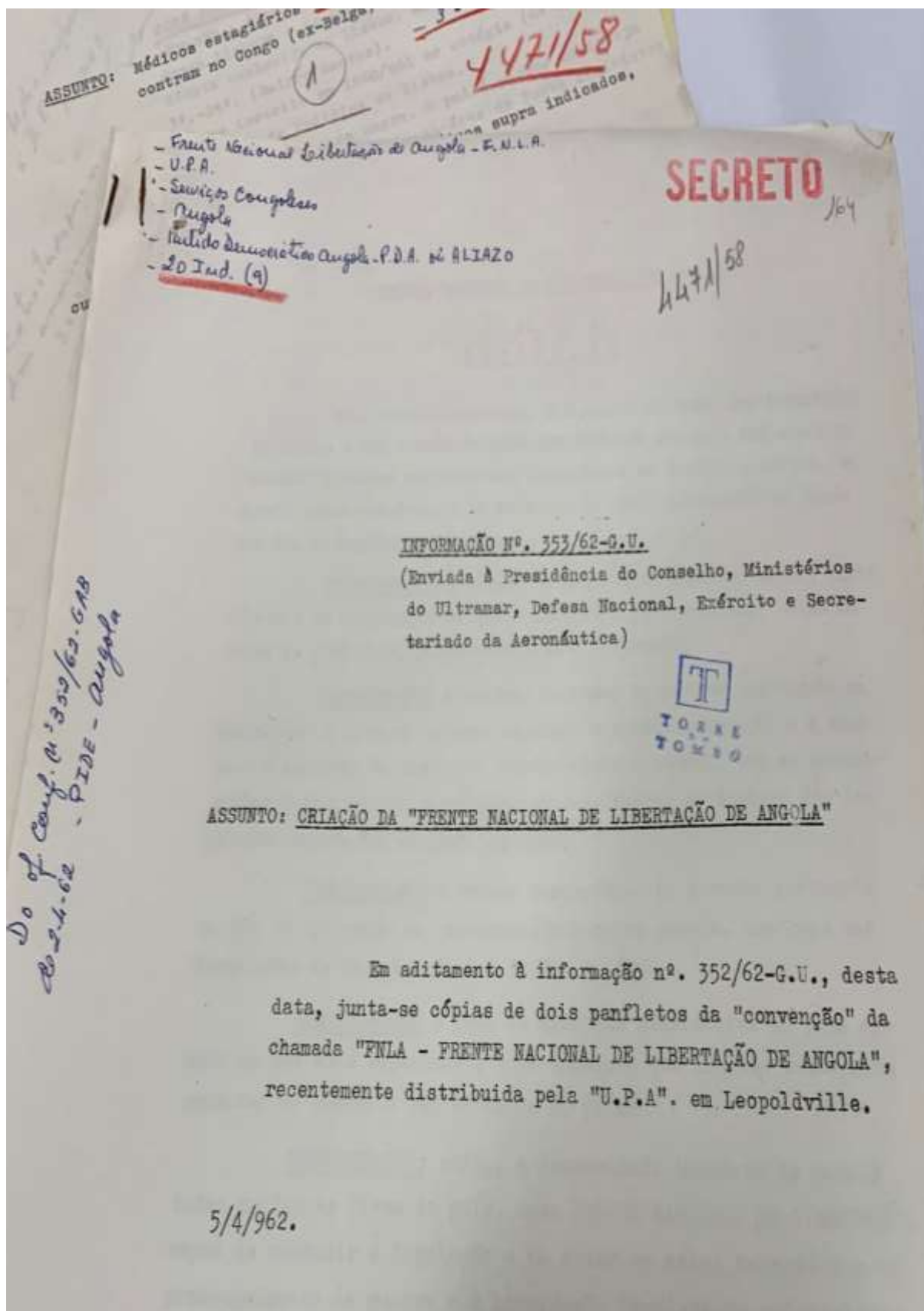
Léopoldville, le 1er juillet 1960.

Sé/: Manuel Barron KECACA/; Sé/ Holden ROBERTO

Sé/: Alexandre TATY Sé/: António Francisco Malomba

Sé/: Francisco Berralho LULENDO Sé/: Martin Sé/: Rodrigo André da Conceição NETO Sé/: Pinock João EDUARDO.

Criação da Frente Nacional de Libertação de Angola — FNLA — 1962





FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA  
- F. N. L. A. -  
CONVENÇÃO

Nós, abaixo assinados, dirigentes da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA - UPA - e do PARTIDO DEMOCRATA DE ANGOLA - PDA - antigo "ALLAZO" (Aliança Angolana dos Originários do Zombo), reunidos, em sessão extraordinária, a 27 de Março de 1962, adoptamos, de comum acordo, as seguintes medidas:-

CONSIDERANDO o estado de injustiças sociais, de mau tratamento físico e de humilhação em que é mantido o povo angolano, desde há cerca de 5 séculos, pelo colonialismo português;

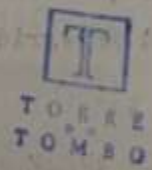
CONSIDERANDO a atitude negativa do governo português em reconhecer o direito do povo angolano à autodeterminação e a negociar a ascensão de Angola à independência nacional, com as organizações nacionalistas angolanas, representantes autênticas das legítimas aspirações do povo angolano;

CONSIDERANDO a recusa sistemática do governo português de pôr em aplicação as recomendações, sobre Angola, contidas nas Resoluções da Organização das Nações Unidas;

CONSIDERANDO o grau de evolução progressiva da luta armada em que está empenhado o povo angolano que imprime verdadeiro carácter de guerra à região-Norte do país;

CONSIDERANDO, enfim, a necessidade iminente de reunir todas as forças vivas do país, numa FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO, capaz de conduzir a Revolução e de obter os meios necessários ao prosseguimento da guerra e à liquidação imediata do colonialismo em Angola;

DECIDIMOS:



1. - Unificar as nossas forças, numa FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, para acelerar a independência do país;
2. - Agrupar, numa FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA todas as Organizações, válidamente representativas do povo angolano que aceitou a política geral da FRENTE. Cada candidatura, porém, será objecto de aturado estudo por uma Comissão cujas prerrogativas

o REGULAMENTO INTERNO definirá;

3. - Orientar a luta pela independência nacional de Angola, baseada na colaboração fraterna, entre todas as étnias de Angola, e dentro dos moldes das regras democráticas e do respeito à integridade territorial do país;

4. - Estabelecer, numa Angola independente, um regime democrático que respeite as cláusulas da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM e aplique a lei da Reforma Agrária, baseada no princípio da distribuição da terra pelos que a trabalham, na planificação económica e na industrialização do país; que contribua para a extinção total do regime colonial, sob todas as suas formas, do Continente Africano, para que a Unidade Africana seja uma realidade e uma força premente;

5. - Adoptar a política de não alinhamento e de não compromisso, como princípio base da política externa do Governo, reafirmando o desejo de este colaborar, lealmente, com todos os países que estejam prontos a respeitar a sua soberania e se inspirem nos princípios da igualdade de todas as raças e de todas as Nações, grandes ou pequenas, de igual modo interessadas na manutenção da paz no Mundo.-

5. - Adoptar a política de não alinhamento e de não compromisso, como princípio base da política externa do Governo, reafirmando o desejo de este colaborar, lealmente, com todos os países que estejam prontos a respeitar a sua soberania e se inspirem nos princípios da igualdade de todas as raças e de todas as Nações, grandes ou pequenas, de igual modo interessadas na manutenção da paz no Mundo.-

4. - Estabelecer, numa Angola independente, um regime democrático que respeite as cláusulas da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM e aplique a lei da Reforma Agrária, baseada no princípio da distribuição da terra pelos que a trabalham, na planificação económica e na industrialização do país; que contribua para a extinção total do regime colonial, sob todas as suas formas, do Continente Africano, para que a Unidade Africana seja uma realidade e uma força premente;

5. - Adoptar a política de não alinhamento e de não compromisso, como princípio base da política externa do Governo, reafirmando o desejo de este colaborar, lealmente, com todos os países que estejam prontos a respeitar a sua soberania e se inspirem nos princípios da igualdade de todas as raças e de todas as Nações, grandes ou pequenas, de igual modo interessadas na manutenção da paz no Mundo.-

ORGÃOS DIRECTIVOS E SUAS PRERROGATIVAS

264

1. - O CONSELHO NACIONAL
2. - A COMISSÃO
3. - O COMITÉ EXECUTIVO

a) - O CONSELHO NACIONAL será o órgão supremo da F.N.L.A. e traçará a sua política geral;

b) - A COMISSÃO que será criada no seio do CONSELHO NACIONAL, servirá de intermediária, entre aquele e COMITÉ EXECUTIVO e terá a seu cargo fiscalizar este último;

c) - O COMITÉ EXECUTIVO será o órgão encarregado de aplicar as decisões do CONSELHO NACIONAL.--

O CONSELHO NACIONAL compôr-se-á de 10 membros de cada Partido, de 5 representantes do Exército e dirigido por 1 Presidente, eleito.--

O COMITÉ EXECUTIVO será composto de 6 membros - 3 de cada Partido - e dirigido por 1 Presidente, assistido de 1 Vice-Presidente, 1 Secretário-Geral, 1 Secretário-Geral, Adjunto, um Comissário de Contas, 1 Tesoureiro.--

O CONSELHO NACIONAL e a COMISSÃO reunir-se-ão, alternativamente, 3 vezes, por ano.--

Todos os casos omissos na presente CONVENÇÃO serão objecto dum REGULAMENTO INTERNO.--

Feita, em Leopoldville, aos 27 de Março de 1962

pelo  
PARTIDO DEMOCRATA DE ANGOLA  
- P. D. A. -

pela  
UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA  
- U. P. A. -

Assinados:

Emmanuel KOUNZIKA  
David LIVRAMENTOS  
Dombele FERDINAND  
LUBAKI Sebastien  
Domingos VETOKELE  
Sanda MARTIN  
DONTONI Lulukilavo Antoine  
KIATALUA Norbert  
M' VILA André  
KUMPESA Simon



TORRE  
TOMBO

Assinados:

Holden ROBERTO  
Rosário NETO  
Alexandre TATY  
Jonas SAVIMBI  
José Lishuca  
Johnny Eduardo  
Pinneck J. Eduardo  
Vasco José António  
Ferando Pio do Amaral Gourgel  
Francisco PAÇA.-





# ANGOLA

## ACORDO PARA A INDEPENDÊNCIA

**CAPÍTULO I**  
De independência de Angola

**Art. 1.º** — O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola — FNLA, Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA e União Nacional para a Independência Total de Angola — UNITA, como as únicas e legítimas representantes do Povo Angolano.

**Art. 2.º** — O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do Povo Angolano à independência.

**Art. 3.º** — Angola constitui uma entidade unitária e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos actuais e neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

**Art. 4.º** — A independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamados em 11 de Novembro de 1975, em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu expressamente designado.

**Art. 5.º** — O poder passa a ser exercido, até à proclamação da independência, pelo Alto-Comissário e por um governo de transição, o qual toma posse em 31 de Janeiro de 1975.

**Art. 6.º** — O Estado Português e os três Movimentos de Libertação formalizam, pelo presente acordo, um cessar-fogo geral, já observado de facto pelas respectivas Forças Armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes com vista a impedir a violência interna ou a agressão externa.

**Art. 7.º** — Após o cessar-fogo as Forças Armadas da FNLA, do MPLA e da UNITA fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes à sua implantação actual, até que se efectivem as disposições actuais previstas no capítulo IV do presente acordo.

**Art. 8.º** — O Estado Português obriga-se a transferir progressivamente até ao termo do período transitório, para os órgãos de soberania angolana, todos os poderes que detém e exerce em Angola.

**Art. 9.º** — Com a conclusão do presente acordo, consideram-se anistiados para todos os efeitos os actos patrióticos praticados no decurso da luta da Libertação Nacional de Angola, que fossem considerados puníveis pela legislação vigente à data em que tiveram lugar.

**Art. 10.º** — O Estado Independente de Angola exercerá a soberania total e livremente, quer no plano interno, quer no plano internacional.

**CAPÍTULO II**  
Do Alto-Comissário

**Art. 11.º** — O Presidente da República e o Governo Português são, durante o período transitório, representados em Angola pelo Alto-Comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

**Art. 12.º** — O Alto-Comissário em Angola é nomeado e exerceado pelo

O Estado Português e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola — FNLA, Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA e União Nacional para a Independência Total de Angola — UNITA, reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência, acordam no seguinte:




**Art. 13.º** — O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada Movimento de Libertação, e tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição.

**Art. 14.º** — O Colégio Presidencial poderá, sempre que o deseje, consultar o Alto-Comissário sobre assuntos relacionados com a acção governativa.

**Art. 15.º** — As deliberações do Governo de Transição são tomadas por maioria de dois terços, sob a presidência rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

**Art. 16.º** — O Governo de Transição é constituído pelos seguintes Ministérios: Interior, Informação, Trabalho e Segurança Social, Economia, Planeamento e Finanças, Justiça, Transportes e Comunicações, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Agricultura, Recursos Naturais.

**Art. 17.º** — São desde já criadas as seguintes Secretarias de Estado:

- a) Duas Secretarias de Estado no Ministério do Interior;
- b) Duas Secretarias de Estado no Ministério da Informação;
- c) Duas Secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social;
- d) Três Secretarias de Estado no Ministério da Economia, designadas, respectivamente, por Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, Secretaria de Estado de Indústria e Energia e Secretaria de Estado das Pescas.

**Art. 18.º** — Os Ministros do Governo de Transição são designados em proporção igual pela Frente Nacional de Libertação de Angola — FNLA, pelo Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA, pela União Nacional para a Independência Total de Angola — UNITA e pelo Presidente da República Portuguesa e tomam posse perante o Alto-Comissário.

**Art. 19.º** — Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita do seguinte modo:

- a) Ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os Ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e dos Transportes e Comunicações;
- b) A FNLA cabe designar o Ministro do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura;
- c) Ao MPLA cabe designar os Ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça;
- d) A UNITA cabe designar os Ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

**Art. 20.º** — As Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

- a) A FNLA cabe designar um Secretário de Estado para a Informação, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e o Secretário de Estado do Comércio e Turismo;
- b) Ao MPLA cabe designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e o

(Cont. na pág. 4)

<sup>744</sup> Texto do Acordo do Alvor, versão publicada no Boletim Informativo das Forças Armadas, n.º 19, de 30 de Maio de 1975.

## Continuação/Acordo do Alvor

(Cont. de pág. 3)

Secretário de Estado da Indústria e Energia;

c) A UNITA pode designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para a Informação e o Secretário de Estado das Pescas.

Art. 23.º — O Governo de Transição poderá criar novos lugares de Secretários e Subsecretários de Estado, respeitando na sua distribuição o regime da heterogeneidade política.

Art. 24.º — Compete ao Governo de Transição:

a) Velar pela boa condução do processo de descolonização até à independência total;

b) Superintender no conjunto da administração pública, assegurando o seu funcionamento, e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade;

c) Conduzir a política interna;

d) Preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola;

e) Exercer por decreto-lei a função legislativa e elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução dos leis;

f) Garantir, em cooperação com o Alto-Comissário, a segurança das pessoas e bens;

g) Proceder à reorganização judiciária de Angola;

h) Definir a política económica, financeira e monetária, e criar as estruturas necessárias no rápido desenvolvimento da economia de Angola;

i) Garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais ou colectivas.

Art. 25.º — O Colégio Presidencial e os Ministros são solidariamente responsáveis pelos actos do Governo.

Art. 26.º — O Governo de Transição não poderá ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário, devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o Alto-Comissário e os Movimentos de Libertação.

Art. 27.º — O Alto-Comissário e o Colégio Presidencial procurarão resolver, em espírito de amizade e através de consultas recíprocas, todas as dificuldades resultantes da acção governativa.

### CAPÍTULO IV

#### Da Comissão Nacional de Defesa

Art. 28.º — É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição:

Alto-Comissário,  
Colégio Presidencial,  
Estado-Maior Unificado.

Art. 29.º — A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo Alto-Comissário sobre todos os assuntos relativos à defesa nacional, tanto no plano interno como no externo, com vista a:

a) Definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo;

b) Assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola;

c) Garantir a paz, a segurança e a ordem pública;

d) Velar pela segurança das pessoas e dos bens.

Art. 30.º — As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, tendo o Alto-Comissário, que preside, voto de qualidade.

Art. 31.º — É criado um Estado-Maior Unificado que reunirá os comandantes das três ramos das Forças Armadas Portuguesas em Angola e três comandantes dos Movimentos de Libertação. O Estado-Maior Unificado fica colocado sob a autoridade directa do Alto-Comissário.

Art. 32.º — Forças Armadas dos três Movimentos de Libertação serão integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas Forças Militares Mistas em contingentes assim distribuídos:

8 000 combatentes de FNLA,  
8 000 combatentes de MPLA,  
8 000 combatentes da UNITA,  
24 000 militares das FAP.

Art. 33.º — Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à integração progressiva das Forças Armadas nas Forças Militares Mistas referidas no artigo anterior, devendo em princípio respeitar-se o calendário seguinte:

De Fevereiro a Maio, inclusive, serão integrados, por mês, 500 combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 1500 militares portugueses.

De Junho a Setembro, inclusive, serão integrados por mês, 1500 combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 4500 militares portugueses.

Art. 34.º — Os efectivos das Forças Armadas Portuguesas que excederem o contingente referido no art. 32.º deverão ser evacuados de Angola até 30 de Abril de 1976.

Art. 35.º — A evacuação do contingente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas Forças Militares Mistas deverá iniciar-se a partir de 1 de Outubro de 1976 e ficar concluída até 29 de Fevereiro de 1976.

Art. 36.º — A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar Forças Mistas de Polícia encarregadas de manter a ordem pública.

Art. 37.º — O Comando Unificado de Polícia constituído por três membros, um de cada Movimento de Libertação, é dirigido conjuntamente e presidido segundo um sistema rotativo, ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

### CAPÍTULO V

#### Das refugiados e das pessoas reagrupadas

Art. 38.º — Logo após a instalação do Governo de Transição serão constituídas Comissões Paritárias Mistas, designadas pelo Alto-Comissário e pelo Governo de Transição encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos requeridos para acolher os angolanos refugiados. O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará a acção destas comissões.

Art. 39.º — As pessoas concentradas nas "fazendas da paz" poderão regressar aos seus lugares de origem. As Comissões Paritárias Mistas deverão propor ao Alto-Comissário e ao Governo de Transição, medidas sociais, económicas e outras, para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes actividades da vida económica do país.

### CAPÍTULO VI

#### Das eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola

Art. 40.º — O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua instalação.

Art. 41.º — As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — únicos representantes legítimos do Povo Angolano.

Art. 42.º — Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma Comissão Central, constituída em partes iguais por membros dos Movimentos de Libertação, que elaborará o projecto de lei fundamental e preparará as eleições para a Assembleia Constituinte.

Art. 43.º — Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo Colégio Presidencial, a lei fundamental, a Comissão Central deverá:

a) Elaborar um projecto de lei eleitoral;

b) Organizar os cadernos eleitorais;

c) Registrar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte apresentadas pelos Movimentos de Libertação.

Art. 44.º — A lei fundamental, que vigorar até à entrada em vigência da Constituição de Angola, não poderá contrariar os termos do presente acordo.

### CAPÍTULO VII

#### Da nacionalidade angolana

Art. 45.º — O Estado Português e os três Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — comprometem-se a agir conjuntamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a FNLA, a MPLA e a UNITA reafirmam a sua política de não discriminação segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da nação angolana através de uma opção consciente.

Art. 46.º — A FNLA, a MPLA e a UNITA assumem desde já o compromisso de considerar cidadãos angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não decidam, nos termos e prazos a definir, que desejem conservar a sua actual nacionalidade, ou optar por outra.

Art. 47.º — Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste país, é garantida a facilidade de requererem a cidadania angolana, de acordo com as regras de nacionalidade angolana que forem estabelecidas na lei fundamental.

Art. 48.º — Acordos especiais, a estudar ao nível de uma Comissão Paritária Mista, regularão as modalidades de concessão de cidadania angolana aos cidadãos portugueses domiciliados em Angola, e o estatuto de cidadãos portugueses residentes em Angola e dos cidadãos angolanos residentes em Portugal.

### CAPÍTULO VIII

#### Das assuntos de natureza económica e financeira

Art. 49.º — O Estado Português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por forma a facilitar a transferência desses bens, ou do correspondente valor para o território e a posse de Angola.

Art. 50.º — A FNLA, a MPLA e a UNITA declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome e em relação a Angola desde que o tenham sido no efectivo interesse do Povo Angolano.

Art. 51.º — Uma Comissão Especial Paritária Mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no art. 49.º e os créditos referidos no art. 50.º, procederá às avaliações que tiver por convenientes, e proporá àqueles Governos as soluções que tiver por justas.

Art. 52.º — O Estado Português assume o compromisso de facilitar à Comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma Comissão careça para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas dentro dos princípios da verdade, do respeito pelos legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação.

Art. 53.º — O Estado Português assentará o Estado Angolano na criação e instalação de um Banco Central emissor. O Estado Português compromete-se a transferir para o Estado de Angola as atribuições e o activo e passivo do departamento de Angola do Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da Comissão Mista para os Assuntos

Financeiros. Esta Comissão estudarà igualmente todas as questões referentes ao departamento de Portugal do mesmo Banco, propondo as soluções justas, na medida em que se refiram e interessem a Angola.

Art. 54.º — A FNLA, a MPLA e a UNITA comprometeram-se a respeitar os bens e os interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

### CAPÍTULO IX

#### Da cooperação entre Angola e Portugal

Art. 55.º — O Governo Português por um lado e os Movimentos de Libertação pelo outro acordam em estabelecer entre Portugal e Angola laços de cooperação construtiva e duradoura em todos os domínios, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

### CAPÍTULO X

#### Das Comissões Mistas

Art. 56.º — Serão criadas Comissões Mistas de natureza técnica e composição paritária nomeadas pelo Alto-Comissário de acordo com o Colégio Presidencial, que terão por tarefa estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação activa entre Portugal e Angola, nomeadamente nos seguintes domínios:

a) Cultural, técnico e científico;  
b) Económico e comercial;  
c) Monetário e financeiro;  
d) Militar;

e) Da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.

Art. 57.º — As Comissões referidas no artigo anterior conduzirão os trabalhos e negociações num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento. As conclusões a que chegarem deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do Alto-Comissário e do Colégio Presidencial com vista à elaboração de acordos entre Portugal e Angola.

### CAPÍTULO XI

#### Das disposições gerais

Art. 58.º — Qualquer questão que surja na interpretação e na aplicação do presente acordo e que não possam ser solucionadas nos termos do artigo 27.º serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação.

Art. 59.º — O Estado Português, a FNLA, a MPLA e a UNITA, não só ideário adó-político recíprocamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem bem como o seu activo repúdio por todas as formas de discriminação racial, nomeadamente o "apartheid".

Art. 60.º — O presente acordo entrará em vigor imediatamente, após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa.

As delegações do Governo Português, da FNLA, da MPLA e da UNITA realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorrem as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente acordo, que dá satisfação às justas aspirações do povo angolano e ancha de orgulho o povo português, e pela de agora ligados por laços de funde amizade e propostas de cooperação construtiva, por bem de Angola, de Portugal, da África e do mundo.

Assinado em Alvor, Algarve, em 15 dias do mês de Janeiro de 1975, em quatro exemplares de língua portuguesa.

**Apêndice n.º 11. Agostinho Neto e o Julgamento dos «51», Porto, 12 de Julho de 1957<sup>745</sup>**



Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Pedro Ramos de Almeida, 22 anos, estudante da Faculdade de Direito de Lisboa. Maria Cecília Ramos de Almeida, 20 anos, estudante do Curso de Pintura da Escola de Belas Artes de Lisboa. Hermínio Marvão, 25 anos, estudante da Faculdade de Economia do Porto. Hernani Silva, 28 anos, empregado de escritório, Porto. Angelo Veloso, 24 anos, delegado de propaganda, Porto. Agostinho Neto, 32 anos, estudante da Faculdade de Medicina de Lisboa. António Borges Coelho, 27 anos, empregado de escritório, Lisboa. Artur Almeida, 30 anos, ajudante de motorista, Vila Nova de Gaia. Maria Cândida de Carvalho, 18 anos, operária têxtil, Porto. Clara de Oliveira, 23 anos, estudante de Pintura da Escola de Belas Artes de Lisboa. Maria Luíza Marvão, 22 anos, doméstica, Porto. Luiz Fidalgo, 19 anos, estudante do Ensino Técnico, Porto. Luiz de Carvalho, 21 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. Álvaro Teixeira Lopes, 23 anos, estudante de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto. Jorge Baptista, 24 anos, estudante de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto. Alcino Soutinho, 24 anos, Arquitecto, Porto. Raúl Ferreira, 23 anos, estudante de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto. Humberto Lima, 27 anos, agente técnico de engenharia do Porto. Victor Alegria, 19 anos, estudante liceal, Porto. David Cunha, 26 anos, operário, Porto. Laura de Oliveira, 33 anos, doméstica, Porto. Júlio Rebelo, 22 anos, empregado comercial, Porto. Albino Silva, 21 anos, electricista, Porto. Joaquim Brito, 21 anos, estudante de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto. Manuela Macária, 22 anos, da Faculdade de Engenharia do Porto.

Fernando Melo, 21 anos, estudante da Faculdade de Ciências do Porto. Alfredo Calheiros, 21 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. Dr. Óscar Lopes, 37 anos, Professor Liceal e Crítico Literário, Porto. Dr. Orlando Juncal, 41 anos, advogado, Porto. Rui de Oliveira, 23 anos, estudante do Instituto Superior Técnico de Lisboa. José Augusto Seabra, 17 anos, estudante da Faculdade de Direito de Coimbra. Fernando Fernandes, 21 anos, empregado comercial, Porto. Silas Cerqueira, 25 anos, estudante da Faculdade de Letras de Coimbra. Antónia Lapa Cerqueira, 27 anos, estudante da Faculdade de Medicina de Lisboa. Joaquim Bandeira, 21 anos, empregado de escritório, Torres Vedras. Diniz Miranda, 25 anos, trabalhador rural, Alentejo. Serafim Aguiar, 25 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. A. Falcão de Freitas, 21 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. João Rufino, 27 anos, estudante de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Abel Godinho, 23 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. Manuel Camilo, 25 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. Paulo Mendo, 22 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. Victor Blanc, 23 anos, estudante da Faculdade de Medicina do Porto. Hélder Veiga Pires, 21 anos, estudante do Instituto Comercial do Porto. Fernando Bernardes, 25 anos, estudante da Faculdade de Ciências de Coimbra. José Maria Couto, 25 anos, comerciante, Vila do Conde. Alberto Lindolfo, 23 anos, piloto aviador, Póvoa de Varzim. Manuel Frasco, 21 anos, empregado de escritório, Póvoa de Varzim.

<sup>745</sup> Julgamento dos «51» jovens do MUD Juvenil, Porto, 12 de Junho de 1957, que determina a ilegalização formal do movimento. Fonte: Quadro do Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira, exposição permanente, consultado a 11 de Fevereiro de 2019.





<sup>746</sup> Cartaz do PCP, de apelo aos portugueses sobre a realização de um comício de apoio ao MPLA, no ginásio do Sacavenense, em Sacavém, distrito de Lisboa, dia 4 de Novembro de 1975, presidido pelo médico e poeta Agostinho Neto, em sinal da concretização da transferência da soberania de Angola para o MPLA marcado para o dia 11 de Novembro de 1975, no Acordo de Alvor. Partido Comunista Português, PCP, Lisboa, 1975.

Apêndice n.º 13. Cartaz do Movimento Democrático Português (MDP/CDE),  
Novembro de 1975<sup>747</sup>

**angola:**

**o povo no poder  
o poder ao MPLA**

Às zero horas do dia 11 de Novembro Angola tornar-se-á independente.

O imperialismo, contudo, quer que essa independência seja apenas formal. Os homens das grandes companhias internacionais que exploram as riquezas do povo angolano querem continuar a explorar e a enriquecer a custa do suor dos nossos irmãos angolanos. Por isso, esses imperialistas - com o apoio das forças reaccionárias e neo-colonialistas portuguesas - não querem que seja o MPLA, vanguarda do povo angolano, a assumir o poder no dia 11 de Novembro.

A UNITA e a FNLA são os instrumentos que os inimigos do povo angolano - que são também os inimigos do povo português - utilizam para tentar impedir que o MPLA assuma o poder e, assim, se caminhe para uma Angola verdadeiramente independente e progressista.

Os ataques que movem ao MPLA têm já características de verdadeira invasão estrangeira. Do Zaire reaccionário e neocolonizado, bem como da África do Sul fascista e racista, vem as colunas que pretendem esmagar o povo angolano, submetendo-o de novo ao jugo do imperialismo explorador.

Ante isto, não pode o povo português ficar parado. São grandes as responsabilidades do nosso povo para com o povo irmão de Angola. Nunca os nossos povos foram inimigos. Agora podemos começar uma nova vida em que, livres e fraternos, construamos um futuro sem exploradores.


Derrotar os imperialistas em Angola é contribuir para a sua derrota aqui, onde atacam também cada vez com maior violência.

Manifestemos o nosso apoio ao povo angolano e à sua vanguarda, o MPLA.

Exijamos a entrega dos poderes ao MPLA, única forma de cumprir com honra o programa libertador do MFA.

**TODOS À MANIFESTAÇÃO**  
**DIA 3 DE NOVEMBRO - PELAS 19,30 H.**

**CONCENTRAÇÃO NO CAIS DO SODRÉ - para MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

  
Organização Regional de Lisboa do  
MDP/CDE.

<sup>747</sup> Cartaz de apelo à manifestação de apoio ao povo angolano e à sua vanguarda, o MPLA, em virtude da data da independência de Angola prevista no Acordo de Alvor para 11 de Novembro de 1975. Reivindica-se a entrega do poder apenas ao MPLA, em detrimento da UPA-FNLA e da UNITA, considerados como movimentos «inimigos do povo angolano e português». Movimento Democrático Português — MDP/CDE, Organização Regional de Lisboa, 1975.



## **Apêndice n.º 14. Discurso do Presidente Agostinho Neto na proclamação da independência de Angola, 11 de Novembro de 1975<sup>748</sup>**

### **DISCURSO DO PRESIDENTE AGOSTINHO NETO NA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA**

Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola.

Nesta hora o Povo angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta Proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados.

Aos lacaios internos do imperialismo de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso País é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exerceram a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso Movimento enfrenta no terreno várias forças reaccionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o Povo angolano. E nessa aliança incluem-se torças reaccionárias portuguesas que participam na invasão do Sul do País, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo silêncio e passividade.

Não obstante as organizações fantoches conluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo Povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimento de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao Povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.

Em Dezembro de 1956, no Manifesto da sua fundação, o MPLA vincava já a sua determinação inquebrantável de luta por todos os meios para a independência

---

<sup>748</sup> Disponível em <http://www.maan.co.ao/media/50c8b474-2824-4edb-8edb-b22d57794a3d.pdf>., consultado a 20.07.20.

completa de Angola afirmando - «o colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o Povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realidade de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANCOLA».

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso Povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo angolano contra a dominação colonial portuguesa.

O longo caminho percorrido representa a história heróica de um Povo que sob a orientação unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o Povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária.

Tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objectivos, definido correctamente os aliados, amigos e inimigos, o Povo angolano, sob a direcção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não denegrir este momento singular da nossa história, integra-se no objectivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra.

Constitui deste modo preocupação fundamental do novo Estado libertar totalmente o nosso País e todo o nosso Povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA, caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e seus agentes.

Os órgãos do Estado da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.

E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ir-se-á

modificando quantitativamente e qualitativamente até ao grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

Com a proclamação da República Popular de Angola as FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, braço armado do Povo, sob a firme direcção do MPLA constituem um exército popular que tem por objectivo a defesa dos interesses das camadas mais exploradas do nosso Povo.

Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas de teoria revolucionária, continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista.

As FAPLA, como força, libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País e, na qualidade de exército popular, participar ao lado do Povo na produção para a grandiosa tarefa da RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

Angola é um País subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste facto.

Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do Povo angolano. Mas dizer que o nosso País é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um País explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo.

Estas duas componentes conjugadas - o subdesenvolvimento a dependência - explicam por que razão a economia de Angola tão profundamente distorcida, com um sector dito «tradicional», ao lado de sectores de ponta, e regiões retardatárias cercando os chamados «pólos de desenvolvimento». Mas eles explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do Povo.

Longo caminho teremos de percorrer. Teremos de pôr a funcionar em pleno a máquina económica e administrativa, combater parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os sectores da economia, entre as regiões do País, edificar um Estado de Justiça Social. A

economia será planificada para servir o homem angolano e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia auto-centrada, isto, é, realmente angolana.

A luta pela Independência económica será, conseqüentemente uma constante da nossa estratégia.

Assim; coerente com as linhas traçadas; a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projectos de industrialização das nossas próprias matérias-primas e mesmo em projectos de indústria pesada.

No entanto, tendo em conta o facto de Angola ser um País em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base; e a indústria como factor decisivo do nosso progresso.

O Estado angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas.

As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações económicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra à evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da Independência Nacional.

As nossas relações internacionais serão sempre definidas pelo princípio da reciprocidade de vantagens.

A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e, porque deseja que elas sejam duradoiras, estabelecê-las-á numa base nova despida de qualquer vestígio colonial.

O actual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras.

É evidente que numa primeira fase a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a esta carência será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais, ao mesmo tempo que se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis, deverão sofrer uma remodelação radical para que possam de facto servir o Povo e a reconstrução económica.

O imperialismo não desarma.

Vencido o colonialismo, pretende agora impor-nos novo regime de exploração e opressão utilizando os seus lacaios internos, na vã tentativa de destruir as conquistas já alcançadas pelo Povo.

A determinação revolucionária do nosso Povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagónica que nos separa dos inimigos impõe-nos uma nova guerra Libertadora que assume a forma de Resistência Popular Generalizada e que será prosseguida até à vitória final.

Neste contexto reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basilar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso País.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do País.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos zairenses e sul-africanos, e dos fascistas portugueses, assim como as dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso País.

A nossa luta anti-imperialista, sob a forma de resistência, é a expressão de uma irreductível contradição de classe, que opõe os interesses do nosso Povo aos do imperialismo internacional. Porém, as contradições existentes no seio do Povo, entre as várias classes e grupos sociais antiimperialistas, pertencem à categoria de contradições secundárias, e como tal devem ser resolvidas.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do Poder Popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única garantia da formação do homem novo e do triunfo da nossa revolução.

A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a protecção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional.

Envidará ainda todos os esforços, no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional.

A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o País, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo angolano.

O Estado realizará todos os esforços para instituir à escala nacional uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas até agora privadas desse direito pelo colonialismo.

Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio: - «a trabalho igual, salário igual».

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA, estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso Povo.

A República Popular de Angola afirma-se um Estado laico com separação completa da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, lugares e objectos de culto e instituições legalmente reconhecidas.

A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbabwe e da Namíbia contra a dominação racista.

O Povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum.

Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN.

Reafirma a sua solidariedade com o povo palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais contra o sionismo.

Alcançada a Independência Nacional, o MPLA e o Povo angolano agradecem comovidos a ajuda prestada por todos os povos e países amigos à nossa luta heróica de libertação nacional.

O nosso agradecimento dirige-se a todos os povos e países africanos que estiveram do nosso lado, aos países socialistas, às forças revolucionárias portuguesas, às organizações progressistas e governos de países ocidentais que souberam compreender e apoiar a luta do Povo angolano. A República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios de respeito mútuo, da soberania nacional, não ingerência, de respeito pela integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens, e da coexistência pacífica.

A República Popular de Angola, Estado africano, livre e independente, exprime a sua adesão aos princípios da Carta da Unidade Africana e da Carta das Nações Unidas.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA será de não alinhamento.

A República Popular de Angola saberá respeitar os compromissos internacionais que assumir, assim como respeitará as vias internacionais que utilizam o seu território.

A República Popular de Angola, País empenhado na luta anti-imperialista, terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do Mundo.

Compatriotas, Camaradas!

No momento em que o Povo angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentado pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo.

Respeitamos as características de cada região, de cada núcleo populacional do nosso País, porque todos de igual modo oferecemos à Pátria o sacrifício que ela exige para que viva.

A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abnegado amor do Povo angolano.

Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso ESTADO DEMOCRÁTICO E POPULAR.

HONRA AO POVO ANGOLANO

GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS

A LUTA CONTINUA! A VICTÓRIA É CERTA!

### Apêndice n.º 15. Quadro do Perfil dos Entrevistados

Características Sociodemográficas	Entrevistado / Nome
	Idade
	Residência
	Naturalidade
	Habilitações Literárias
	Profissão
Características pertinentes para a entrevista	Movimento / Instituição de Filiação
	Funções exercidas
	Credo religioso



## Apêndice n.º 16. Grelha de Entrevista

Objectivos	Perguntas
<p>Compreender os elementos basilares da construção das nações no século XX tomando Angola, em África, como amostra.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Considera Angola, entre os anos de 1956-1975, uma nação?</li> <li>2. Caso a resposta seja positiva, que elementos de nação identificavam Angola no período 1956-1975?</li> </ol>
<p>Compreender e caracterizar a emergência do nacionalismo em Angola</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Julga ter coexistido ou não diferentes nacionalismos em Angola entre os anos de 1956 a 1975?</li> </ol>
<p>Compreender o empenhamento das elites independentistas e nacionalistas de Angola desembocadas nos três conceituados movimentos de libertação, UPA/FNLA, MPLA e UNITA na construção da pátria, nação e Estado de Angola;</p> <p>Entender as afrontas (segundo os objectivos de luta) dos movimentos de libertação em relação ao sistema colonial português e, também, em relação aos desafios políticos, sociais e ideológicos entre si;</p> <p>Perceber a constituição do nacionalismo angolano no âmbito das perspectivas modernista e étnica; questionar a existência, ou não, de uma teoria política na qual os nacionalistas angolanos se apoiaram, de uma unidade de pensamento nacionalista e avaliar a afirmação da luta de libertação como a única lógica da transição do poder.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Considera que o problema do nacionalismo angolano dos movimentos de libertação nos anos de 1956 a 1975 comportava fins de âmbito étnico?             <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. Considera que o problema do nacionalismo angolano dos movimentos de libertação nos anos de 1956 e 1975 comportava fins de âmbito regional?</li> <li>4.2. Considera que o problema do nacionalismo angolano dos movimentos de libertação nos anos de 1956 e 1975 comportava fins de âmbito territorial?</li> </ol> </li> <li>5. Considera o movimento UPA/FNLA como construtor do Estado-nação de Angola entre os anos 1956 e 1975?             <ol style="list-style-type: none"> <li>5.1. Considera o movimento MPLA como construtor do Estado-nação de Angola entre os anos 1956 e 1975?</li> <li>5.2. Considera o movimento UNITA como construtor do Estado-nação de Angola entre os anos 1956 e 1975?</li> </ol> </li> <li>6. Como vê a influência social do movimento de libertação UPA/FNLA em Angola nos anos 1956 a 1975?             <ol style="list-style-type: none"> <li>6.1. Como vê a influência social do movimento de libertação MAPLA em Angola nos anos 1956 a 1975?</li> <li>6.2. Como vê a influência social do movimento de libertação UNITA em Angola nos anos 1956 a 1975?</li> </ol> </li> <li>7. Com as dinâmicas da guerra colonial (1961-1975), que modelo/projecto de Estado-nação o movimento de libertação UPA/FNLA reservava para Angola?</li> </ol>

	<p>7.1. Com as dinâmicas da guerra colonial (1961-1975), que modelo/projecto de Estado-nação o movimento de libertação MPLA reservava para Angola?</p> <p>7.2. Com as dinâmicas da guerra colonial (1961-1975), que modelo/projecto de Estado-nação o movimento de libertação UNITA reservava para Angola?</p> <p>8. Terá o movimento de libertação UPA/FNLA entre os anos de 1956 e 1975 ideologizado e, conseqüentemente, adequado um modelo de Estado-nação para Angola conservando os paradigmas locais?</p> <p>8.1. Terá o movimento de libertação MPLA entre os anos de 1956 e 1975 ideologizado e, conseqüentemente, adequado um modelo de Estado-nação para Angola conservando os paradigmas locais?</p> <p>8.2. Terá o movimento de libertação UNITA entre os anos de 1956 e 1975 ideologizado e, conseqüentemente, adequado um modelo de Estado-nação para Angola conservando os paradigmas locais?</p> <p>9. Entre ruptura e continuidade, como avalia politicamente Angola nos primeiros anos da independência, em 1975?</p>
--	--

**Apêndice n.º 17. Colaboracionismo e dependência estrangeira das Elites angolanas: UNITA e Administração Colonial, «Operação Madeira» — Holden Roberto e Administração Americana (Kennedy), 1961 — NGWIZAKO/NTÓ-BAKO e Embaixada Portuguesa, Léopoldville.**

A documentação da PIDE, produzida em Angola, permite-nos verificar, para a UNITA, várias relações com intermediários, comerciantes/madeiros informadores daquela Polícia, podendo mesmo o líder da UNITA acordar/colaborar «estrategicamente» com a PIDE.

Por cartas, Jonas Savimbi utilizando os pseudónimos de «Folha Seca» e «Leão de Anhara» comunica-se com os comerciantes/madeiros (agentes da PIDE), João Simões de Oliveira, «Sacassumbi» e João Nunes Gonçalves, «Andorinha», proprietário da Firma Luso-Angola, Exploração Florestal, Camionagem, Serração, Mecânica de Madeiras — Importação e Exportação.

A guerra de libertação em curso, como se sabe, coloca três movimentos esparsos no território angolano contra as tropas portuguesas. Em 1969, a PIDE propõe-se a desenvolver, na Zona Leste de Angola, uma aproximação no intuito de desincentivar a guerrilha com a direcção de Jonas Savimbi. A missão da aproximação é inicialmente delegada ao Alferes miliciano José Pires Guerra (Despacho do Inspector A. S. José Lopes, Ref.<sup>a</sup> Of. Conf. 152/69-GAB, 4 de Fev.). Entretanto, é a partir do empenhamento dos comerciantes/madeiros afectos à «zona de jurisdição da UNITA» (Chicala, Chilongoi, Luso, Lungué-Bungo) que a aproximação é conseguida, sob os auspícios da PIDE. Não obstante as tentativas directas de contacto da PIDE (envio de agentes na zona de Chilongoi) com Jonas Savimbi (em 7 de Março de 1968) terem sido degeneradas num incidente no qual resultam seis baixas da parte portuguesa, o Director A. S. José Lopes não recuará. Insiste na possibilidade de dialogar com Jonas Savimbi enviando, para tal, duas correspondências (8 de Fev. e 17 de Março). Em resposta, Jonas Savimbi (longa carta de 03.03.1969), além de afirmar a sua convicção de nunca se abdicar pela liberdade de Angola, deixa em aberto a possibilidade de aceitar as propostas da PIDE segundo uma verificação «da evolução da situação com necessidade de tempo e provas». Atesta, pois «quem não arrisca não petisca», mas sobretudo com

a concretização das suas exigências: libertação da tropa da UNITA presa, com as suas armas; concessão de uma certa quantidade de armas e munições à livre descrição da PIDE; cessação da propaganda pro-MPLA fora e dentro de Angola; libertação de dois dos cinco presos da UNITA em Luanda. Desta feita, a UNITA indicaria as suas zonas de actuação.

Em resposta, a PIDE (18 Abril de 1969) reafirma as suas propostas, receptividade dos membros da UNITA e que, depois das suas considerações, caberia à UNITA todas as responsabilidades no Leste; caso não colabore, e dadas as garantias, veria «os seus elementos destroçados pelo MPLA ou a juntarem-se ao GRAE». Juntam-se ainda, nas propostas da PIDE, outras informações, principalmente a apresentação voluntária de indivíduos do MPLA, da UPA-FNLA e de Alexandre Taty, em Cabinda. Desta última, a sua mensagem é reencaminhada para Jonas Savimbi (carta de Alexandre Taty, Abril de 1969, para Jonas Savimbi, seu antigo colega do GRAE). Destacam-se ainda os desejos de votos de «amizade» PIDE/Savimbi, nas mensagens endereçadas no programa radiofónico «A Voz de Angola», com Jonas Savimbi a ser tratado por José Matos Silva e a PIDE por Joaquim Silva.

Enquanto a PIDE aguarda por notícias da UNITA, após os contactos mantidos, o primeiro interventor da clarificação efectiva da colaboração é João Simões de Oliveira, «Sacassumbi». Nas correspondências trocadas (Abril-Maio) com Jonas Savimbi, «Folha Seca», estabelecem-se, por intermédio de emissários próprios, vínculos entre as partes com garantias e condições expressas: Simões enquanto «explorador» da zona (Chicala) e Jonas Savimbi, «autoridade» da área. Como garantias, Jonas Savimbi/UNITA compromete-se a proteger todos os carros da Firma Simões contra qualquer ataque dentro do perímetro Luso, Chicala, Lungué-Bungo, assim como para todo o seu pessoal africano ou europeu; todos estariam imunes de qualquer risco. Quanto às condições, no imediato, como prova de cumprimento da parte portuguesa, segundo Savimbi, com o prometido, «enviar-me 5. 000 escudos em dinheiro, mais 1.000 balas FN; e, para o futuro, a

partir do mês de Junho, enviar-me 2. 000 escudos em dinheiro, mais 500 balas sendo 300 FN e 200 Mauser em cada mês»<sup>749</sup>.

Outro indício de colaboração com os madeireiros (agentes da PIDE) pode ser visto nos contactos e nas correspondências de Savimbi, «Leão da Anhara» e João Nunes Gonçalves, «Andorinha» ou «Camaleão» no seguimento do ano de 1973, com frequência de contactos dos emissários da UNITA (Informação de 06.03.1973) com este comerciante, assim como o envio/troca de correspondências do próprio Jonas Savimbi (04.01.1973) ao referido comerciante no sentido da manutenção das garantias e das condições sobre a exploração/circulação na zona de jurisdição da UNITA, concretamente na localidade da Nhonga, Alto-Cuito (Resposta de Andorinha, 01.03.1973). Nos contactos, os emissários da UNITA nessa altura, segundo o comerciante, aparecem munidos com material semelhante ao apreendido ou ao dos apresentados do MPLA (ao que se pode deduzir da origem/apoios estrangeiros e, ou, das rivalidades acirradas dos dois movimentos)<sup>750</sup>.

Sobre as disputas entre os movimentos pela sua implantação no interior do território, recorda-se aqui, no interior centro-leste, as confrontações entre a UNITA e o MPLA, a aliança da UNITA e a parte portuguesa (1971-1973) contra a UPA-FNLA e o MPLA, conhecida como «Operação Madeira». Contra todas as negações do movimento de Jonas Savimbi, pelas circunstâncias (sobrevivência) do tempo e pelas narrativas históricas da guerra de libertação nas quais todos os contendores apresentam o que Fernando Rosas chama de memórias conflituantes, pois tentam anular-se<sup>751</sup>, veja-se a descrição testemunhal de Pezarat Correia no seu estudo publicado em 1996<sup>752</sup>. Já o próprio Savimbi, na sua obra *Angola de 1979*, destaca o ensejo para se valer do inimigo: «quem combate um inimigo, deve

---

<sup>749</sup> Vide PT/TT PIDE/DGS AC Del Luso PI 2197, Unidade de Instalação 69 51, Jonas Malheiro Savimbi, fls. n.ºs 269-271; 275; 283-285; 290; 291-292; 303-306; 312-315; 319-323; 327-328; 336; 343.

<sup>750</sup> Vide PT/TT PIDE/DGS AC Del Luso PI 2197, Unidade de Instalação 6951, UNITA, fls. n.ºs 16-17; 19; 20; 34; 35; 38; 75-76; 82-89; 90-93.

<sup>751</sup> Fernando ROSAS, «Seis teses sobre memórias e hegemonia ou o retorno da política», in Maria Manuela Tavares RIBEIRO (dir.), *Outros combates pela história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

<sup>752</sup> Pedro Pezarat CORREIA, *Angola: do Alvor a Lusaka*, op. cit., pp. 29-31.

aproveitar sempre as suas falhas, para reforçar a sua acção combativa, que não se processa apenas no campo militar, mas também no campo político, social, económico e cultural»<sup>753</sup>. O mesmo procedimento, da UNITA, teve o MPLA. Segundo Savimbi, «o MPLA aproveitou-se também das falhas do sistema colonial decadente, para fazer a sua propaganda em Luanda e em Portugal, servindo-se de até de funcionários e oficiais portugueses [...]»<sup>754</sup>.

No caso de Holden Roberto, é interessante ver-se, desde a eclosão da guerra da libertação, em 1961, a sua esperança (e passividade) na intercessão americana (Administração Kennedy) no problema de Angola. Para Holden Roberto, o peso político dos EUA na senda internacional convenceria o Governo Português a pôr fim a toda a «opressão» e os americanos forneceriam «assistência educativa» aos membros da UPA-FNLA. Holden Roberto, instalado no Congo Léopoldville, não ficaria a espera tanto de receber apoio militar dos EUA mais do que estes se predispuserem a salvar Angola dos seus sonhos do «comunismo». Estas pretensões de Holden Roberto podem ter servido de um dos factores do afastamento de Jonas Savimbi, na altura Ministro do GRAE, do movimento de Holden Roberto e a sua aposta na fundação de outro movimento que aposte na luta e no interior do território de Angola contra o poder colonial. Cf. «Angola», memorando de conversa entre Holden Roberto, Jonas Savimbi, William Wight, Richard Sanger, Robert Baum, Laurence Dawson, Robert Stefens, Charles Grover, Barrington King, 6 de Dezembro de 1961<sup>755</sup>.

Coteja-se que a vitória diplomática de Salazar nas negociações das Lajes, que desanuviava a pressão americana contra a política colonial de Portugal, ainda durante a Administração Kennedy, Holden Roberto acredita, ainda assim, na intervenção dos EUA. Em virtude da eleição de Lyndon Johnson, mesmo que poucas razões haveria para se congratular do novo herdeiro de Kennedy, segundo Holden

---

<sup>753</sup> J. M. SAVIMBI, *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, op. cit., p. 38.

<sup>754</sup> *Ibid.*

<sup>755</sup> Luís Nuno RODRIGUES, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, op. cit., p. 110.

Roberto, «há-que reconhecer que a sua manutenção à testa do Estado americano é positiva, sob mais de um aspecto: a paz internacional e o auxílio a Angola»<sup>756</sup>.

Outro ponto de colaboração dos líderes dos movimentos angolanos com as autoridades portuguesas são os contactos frequentes, incluindo exigência de salários e subsídios de deslocação para Angola, com a Embaixada de Portugal em Léopoldville. A UPA-FNLA de Holden Roberto, como referimos no capítulo II, tomando conhecimento dos contactos de vários dos dirigentes dos movimentos congéneres, «seus opositores», com as autoridades portuguesas, persegue-os. São os casos de Milton Putuilu, presidente do NGWIZAKO, Francisco Tomás, Emmanuel Mbunga, Miguel Lumuango, dirigentes da NTÓ-BAKO. Destacam-se ainda as petições de refúgio à Embaixada portuguesa e o consequente financiamento para o seu retorno à Angola de Francisco Tomás e Emmanuel Mbunga que, conforme fazem saber em aditamento à Embaixada portuguesa em Léopoldville, têm prestado muitos serviços para as instituições portuguesas. Consta, em particular, a elaboração de um relatório (de colaboração) no qual os dirigentes da NTÓ-BAKO expõem aos SCCIA o reconhecimento do GRAE pelo Governo Congolês, como sendo o único representante do povo angolano; o apoio material e moral do Conselho de Ministros Congolês a Holden Roberto na liderança da libertação de Angola<sup>757</sup>.

---

<sup>756</sup> Veja-se PT/TT ASC, cx. 14, n.º 1, doc. 5, Angola, Organe du Front National de Libération de l'Angola, FNLA, «O povo angolano e as eleições americanas», n.º 16, vol. I, 15 de Novembro de 1964, p. 20.

<sup>757</sup> Vide PT/TT SCCIA, Fuga de dirigentes da NTÓ-BAKO, opositores a Holden Roberto, cx. 257, Processo de Informação n.º. 162, fls. n.ºs 5; 9;11-12; 26; 28-29.

## Apêndice n.º 18. Resumo do Plano Administrativo do NGWIZAKO, 1962<sup>758</sup>

### WENE WE KONGO — REINO DO KONGO

1. Província do Zaire — 3 Distritos — 10 Concelhos
2. Província do Cuango — 3 Distritos — 11 Concelhos
3. Província do Uíge — 2 Distritos — 11 Concelhos
4. Província do Sanza — 2 Distritos — 10 Concelhos
5. Província do Quibaxi — 4 Distritos — 17 Concelhos

#### a. Província do Zaire

##### *Distritos:*

1. S. António do Zaire — Concelhos: Emílio de Carvalho; Porto Rico (Sumba); Quelo; Santo António do Zaire.
2. Ambrizete — Concelhos: Ambrizete; Bessa Monteiro; Quinzau; Tomboco.
3. Noqui — Concelhos: Noqui; Lufico.

#### b. Província do Cuango

##### *Distritos:*

1. Cuango — Concelhos: Cuango; Icoça.
2. Damba — Concelhos: Damba; Bungo; Mucaba; 31 de Janeiro.
3. Zombo — Concelhos: Zombo; Beu; Cuilo Futa; Kibokolo; Sacandica.

#### c. Província do Uíge

##### *Distritos:*

1. S. Salvador do Kongo — Concelhos: Buela; Cuimba; Luvo; Madimba; S. Salvador.
2. Bembe — Concelhos: Uíge; Ambuila; Bembe; Dimuca; Lucunga; Songo.

#### d. Província do Sanza

##### *Distritos:*

1. Macocolo — Concelhos: Macocolo; Macolo; Wamba.
2. Sanza-Pombo — Concelhos: Sanza-Pombo; Alto Cauala; Buenga Sul; Puri; Cateco-Cangola; Cuala; Forte República.

#### e. Província de Quibaxi

##### *Distritos:*

1. Quibaxi — Concelhos: Quibaxi; Nambuango; Quimbambe.
2. Dande — Concelhos: Barra de Dande; Caxito; Quicalo; Ucuá; Ambriz.
3. Ambaca — Concelhos: Ambaca; Caculo Cabaça; Quiculongo; Quitexe; Samba-Caju.
4. Dembos — Concelhos: Dembos; Bula-Atumba; Dange; Pongo Aluquem.

<sup>758</sup> PT/TT AC PIDE/DGS Del A PC 76/62 (Unidade de instalação 523), fls. n.ºs 157-162.



**Apêndice nº. 19. Quadro de activistas ao serviço do MIA, 1959<sup>759</sup>**

<b>Nome</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Est. Civil</b>	<b>Morada</b>	<b>Profissão</b>	<b>Observação</b>
André Franco de Sousa	Luanda		Luanda	Funcionário	Responsável de copiografar o panfleto sob o título «Manifesto Africano», nos seus escritórios da Avenida Marginal, na Firma Suíça Angola.
Joaquim de Figueiredo	2 de Fevereiro de 1908, Freguesia do Carmo, Luanda	Casado	Bairro Operário, Luanda	Distribuidor de primeira classe dos CTT	
Higino Aires Alves de Sousa, mestiço	11 de Julho de 1926, na freguesia do Carmo, Luanda	Solteiro	Luanda	Empregado comercial	
Ricardo Vaz Borja, «Xodô», raça negra	12 de Julho de 1927, na freguesia de S. Paulo, Luanda.	Solteiro	Luanda	Serralheiro da construção civil	
José Augusto de Aguiar Júnior, raça negra	11 de Fevereiro de 1927, na freguesia do Carmo, Luanda	Solteiro	Luanda	Empregado comercial	
Carlos Alberto Van-Dúnem, «Beto», raça negra	Luanda		Luanda	Mecânico de automóveis	
Luís Rafael, «Rafá», mestiço	Freguesia do Carmo, Luanda, 1 de Março de 1934		Luanda	Compositor de 3. <sup>a</sup> classe/funcionário contratado da Imprensa Nacional	
Gabriel Leitão			Luanda		
Carlos Aniceto Vieira Dias, «Liceu Vieira Dias»	Luanda		Luanda	Empregado do Banco de Angola e componente do «N'gola Ritmos»	

<sup>759</sup> PT/TT PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo de Informação 40/59, Vol. 1-6.

Jaime Araújo	Luanda		Luanda	Funcionário dos Serviços de Economia	
Bento Falcão Pinto de Andrade	Luanda		Luanda		
José Maria	Luanda		Luanda		
Nino Rodrigues	Luanda		Luanda	Funcionário das Obras Públicas	
Amadeu Amorim	Luanda		Luanda		
Almeida	Luanda		Luanda	Ajudante de notário	
Carlos Van-Dúnem	Luanda		Luanda		
Francisco Machado	Luanda		Luanda		
Higino Aires Machado	Luanda		Luanda		
Matias Miguéis	Novo Redondo, Kwanza Sul, 15 de Agosto de 1917		Luanda	Contabilista	
Belarmino Van-Dúnem	Luanda		Luanda		
Agostinho André Mendes de Carvalho	29 de Agosto de 1924, Icolo e Bengo	Casado	Musseque Cabeça, Luanda	Enfermeiro-auxiliar do Hospital Central de Dona Maria Pia	
Os pivôs estrangeiros					
Isaac Sylvester Leon, súbdito americano de raça negra	Natural de Panamá	Casado, 42 anos de idade	Residente em Brooklyn, Nova Iorque	Tripulante marítimo	
Alfredo Boerum, súbdito americano	Natural de Norwalk, Connecticut, EUA	Solteiro, de 30 anos de idade		Capitão do navio <i>African Dawn</i>	
Francisco Javier Hernandez, súbdito americano de raça negra	Cidade de Havana, Cuba, em 13 de Dezembro de 1913	Casado		Marítimo	

**Apêndice n.º 20. As Missões Protestantes existentes em Angola e sua influência no quadro político-social do ano 1961, segundo o Relatório da Situação n.º 17 (SCCIA, 11 de Maio de 1962)<sup>760</sup>.**

<b>N.º</b>	<b>Distrito</b>	<b>Missão e Actividades</b>
<b>1</b>	<b>Luanda</b>	Uma Missão Evangélica e uma Congregação Adventista, entregue a um pastor e a um auxiliar, ambos portugueses.
<b>2</b>	<b>Kuanza Norte</b>	À data inexistentes
<b>3</b>	<b>Cabinda</b>	Uma Missão Protestante (sede) e uma Dependência em M'boça, área do Posto Administrativo do Luali — Maiombe. A Missão é dirigida por missionários canadianos e chama-se Missão Evangélica de Cabinda. A Dependência de M'boça foi encerrada por assalto dos independentistas.
<b>4</b>	<b>Uíge</b>	À data não existentes. Entretanto no Concelho do Songo cuja população é 80% protestante, existem catequeses dos Adventistas.
<b>5</b>	<b>Zaire</b>	Uma Missão Protestante em S. Salvador com uma Sucursal em Calambata (20 km de S. Salvador), uma Missão em Santo António do Zaire no Ambrizete e em Quimpondo. Entretanto, só está a funcionar Missão de Santo António do Zaire. A do Ambrizete encerrou a sua actividade em Junho e a de S. Salvador em Outubro.
<b>6</b>	<b>Malange</b>	Concelho de Malange: Missão Evangélica de Malange e Missão Evangélica do Quéssua (Posto Administrativo do Ritonto): Metodistas. Concelho do Duque de Bragança: Missão Protestante e Filial da Missão do Quéssua — Adventistas. Circunscrição do Cambo — 25 catequeses. Circunscrição do Songo: Missão Evangélica do Quirima — encerrada periodicamente. Circunscrição do Bondo e Bângala — 4 Catequeses — Os Catequistas são da Missão Evangélica de Malange (Metodistas).
<b>7</b>	<b>Lunda</b>	Uma Missão Evangélica do Nhama, dirigida pelo Missionário Inglês Donald Mc Leod, coadjuvado pela sua esposa, enfermeira. Uma Missão Adventista do 7.º Dia da Luz. Faz parte da Organização Adventista conhecida em Angola por União

<sup>760</sup> PT/TT SCCIA, Actividades das Missões Protestantes em Angola, cx. 234, Processo de Informação n.º 24.

		<p>Angolanas dos Adventistas do 7.º Dia, com sede em Nova Lisboa e dirigida inteiramente por portugueses.</p> <p>Uma Missão Evangélica da Biula — dirigida pelo missionário americano George Wisman. Ao serviço da Missão encontram-se o casal britânico William Hastings e a enfermeira Georgina Bell, britânica.</p> <p>Uma Missão Evangélica do Luma-Cassai — é a mais importante na região e a que mais missionários estrangeiros tem. Directorada pelo casal britânico David Boyd Long, tem a coadjuvação do casal americano Robert Henry Sykes, o casal britânico Roy Avery Wood e as canadianas Doris Irene Pitman, Sarah Clelia Marion Hopkins e Marjorie Ethel Beckwith.</p>
<b>8</b>	<b>Huambo</b>	<p>Uma Missão Evangélica Baptista, em Nova Lisboa e Etunda, dirigida por um português.</p> <p>Uma Missão Adventista do 7.º Dia, em Nova Lisboa, dirigida por um português.</p> <p>Uma Missão Adventista do Bongo, em Lépi-Caála, dirigida pelo Dr. Roy B. Parsons.</p> <p>Uma Missão Evangélica do Bailundo, em V. Teixeira da Silva, dirigida por Richard S. Webb.</p> <p>Uma Missão Evangélica do Dondi, em Bela Vista, dirigida por James D. Orminston.</p> <p>Uma Missão Evangélica do Elende, em Cuma-Caála, dirigida por J. Murray Macinnes.</p>
<b>9</b>	<b>Bié</b>	<p>Concelho do Bié: Missão de Camondongo; Missão da Chilonda; Missão da Chissamba.</p> <p>Concelho do Andulo: Missão de Hualondo; Missão do Chillesso; Missão do Chitau; Missão do Capango.</p> <p>Concelho de Camacupa: Missão Monte Esperança, Posto Administrativo de Neves Ferreira.</p> <p>Circunscrição do Alto-Cuanza: Missão da Catota.</p>
<b>10</b>	<b>Kuando-Kubango</b>	Inexistentes.
<b>11</b>	<b>Moçâmedes</b>	Inexistentes.
<b>12</b>	<b>Kuanza-Sul</b>	Uma Missão Adventista, no Posto Administrativo do Atome, dirigida por um casal de portugueses e um Centro Escolar, no Posto Administrativo de Seles, da Missão Protestante do Bailundo.
<b>13</b>	<b>Moxico</b>	Concelho de Moxico: Missão do Boma, no Posto Administrativo Sede e Missão do 7.º Dia, no Posto Administrativo do Lucusse.

		<p>Circunscrição do Alto Zambeze: Missão Evangélica de Cazombo; Missão Evangélica de Cavungo; Missão Evangélica de Calunda.</p> <p>Circunscrição dos Bundas — Missão Evangélica do Luonze, no Posto Administrativo do Lumai.</p> <p>Circunscrição dos Luchazes — Missão Evangélica do Muile.</p>
<b>14</b>	<b>Huíla</b>	<p>Uma Missão Protestante, em Sá da Bandeira, uma Missão Evangélica do Bunjei, em Chipindo, Concelho dos Nganguelas e uma Missão Evangélica Filafricana, em Caluquembe, Concelho de Caconda.</p>
<b>15</b>	<b>Benguela</b>	<p>Concelho de Benguela — uma Missão Adventista, na Rua 31 de Janeiro, com duas Escolas, a cargo de catequistas e professores nativos; e uma Missão Protestante, na Rua José Falcão, com Escolas a cargo de catequistas e professores nativos.</p> <p>Concelho do Lobito: Missão Evangélica do Litoral.</p> <p>Concelho do Cubal. Missão Evangélica Filafricana, em Cassua, Posto Administrativo de Hanha, dirigida por três missionários Suíços — Willy E. Maeder e Florence Ruth Eoll.</p> <p>Concelho do Balombo: Missão Evangélica do Elende, Posto Administrativo Sede, com um centro; Missão Evangélica do Bailundo, Posto Administrativo da Cumbira, com dois centros; Missão Evangélica Filafricana, Posto Administrativo de Monde Belo, centro de Esoquela; Igreja de Cristo no Litoral, Posto Administrativo de Monte Belom centro do Caluvango; Missão Adventista do 7.º Dia, Posto Administrativo Sede, de Monte Belo, de Cumbira e de Chila, funcionado em regime de catequese não existindo um centro na área.</p> <p>Concelho da Ganda: Missão Adventista do 7.º Dia, Posto Administrativo de Chilata e de Quinjenje; Missão Evangélica Filafricana, Posto Administrativo da Ebanga e Missão Evangélica Filafricana de Sussangue, a 30 km do Posto Administrativo de Chicuma.</p>

**Apêndice n.º 21. Evolução dos movimentos nacionalistas (UPA-FNLA, MPLA, UNITA) e a descrição dos seus principais membros**

**21.1. Comité Central da UPA eleito em 1961<sup>761</sup>**

<b>Comité Central da UPA</b>			
<b>N.º</b>	<b>Função</b>	<b>Identidade</b>	<b>Morada</b>
<b>1</b>	Presidente Geral e Director-Geral de Informação e das Relações Exteriores	Holden Roberto. Filho de Garcia Roberto e de Joana Roberto, casado, originário de São Salvador do Kongo.	Léopoldville na Est. Rue d'Itaga 56, Commune de Kinshasa.
<b>2</b>	Vice-Presidente Geral	Rosário André da Conceição Neto, casado, filho de João Luís da Conceição e de Joana Mendes Cardoso. Originário de Malange	Léopoldville na Est. Commune de Leopoldville, Rue de la Belgika, 25/B.
<b>3</b>	Secretário-Geral	João Baptista, casado, filho de António Baptista, e de Isabel Forneza, originário de São Salvador do Kongo.	Léopoldville, Commune de Kinshasa, Rue d'Itaga n.º 56.
<b>4</b>	Secretário-Geral Adjunto	Maurício Dombele, filho de Maurício Kiala, e de Elizabeth Manzambi, originário de Kibokolo/Makela, Uíge.	Léopoldville, na Rue de Zizi n.º 2.405, Lemba.
<b>5</b>	Conselheiro Geral do Partido e Presidente Regional em Matadi	João Eduardo Pinock. Casado, filho de Kinsengua Álvaro Eduardo e Talanga Isabel Emília. Originário de São Salvador do Kongo	Matadi na Avenue du Caporal Ankuale n.º 9, Bruxelles Sud.
<b>6</b>	Director Político	Aníbal da Silva Melo, filho de João Joaquim de Melo e de Bernarda da Silva Sampaio, originário de Camaxilo/Lunda, solteiro.	Léopoldville, na Commune de Léopoldville, Rue Bakongo n.º 30.
<b>7</b>	Director Político Adjunto	Sebastião Roberto, casado, filho de Roberto Garcia e de Joana Roberto, originário de S. Salvador do Kongo	Léopoldville, em Dendale, Rue de Busumele n.º 45.
<b>8</b>	Secretário de Direcção e das Relações Exteriores	Antoine Villa, filho de Konge Jacques e de Bongo Jeanne, casado, originário de Makela, Uíge.	Léopoldville, na Rue de Libenge n.º 216, St. Jean.
<b>9</b>	Tesoureiro Geral – cargo vacante	Interinado por Francisco Borralho Lulendo. Tesoureiro Adjunto — Luyeye Garcia, casado, filho de Kandi Simon e	Rue de Libenge n.º 218, St. Jean, Léopoldville.

<sup>761</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D.

		de Tala Therese. Originário de Kibokolo/Makela, Uíge.	
10	Comissário de Contas	Alexandre Taty, casado, filho de Pedro Claver Mavungu, originário de Simulambuco, Cabinda.	Rue de Bokote n.º 1, Commune de Kalamu, Léopoldville.
11	Comissário Adjunto de Contas e Presidente da Secção de Ndjili-Manintela	Pierre (sem apelido e outros dados biográficos).	
12	Inspector-Geral e Director do Movimento Feminino	Francisco Borrhalho Lulendo, casado, filho de Afonso Lulendo e de Ana Luzeka, originário de S. Salvador do Kongo	Yolo-Sud, Rue Diara n.º 22, Commune Kalamu, Léopoldville.
13	Inspector-Geral Adjunto e Presidente da Secção de Matete	Kiaku Philippe, casado, filho de Kanga e de Nzau, originário de Kinzamba/Damba, Uíge	Cpt. Kwenge n.º 2/D/Commune de Matete, Léopoldville, Matete.
14	Director Adjunto de Informação e de Imprensa	João Eduardo Pinock, solteiro, filho de João Pinock e de Isabel Lariana Villa, originário de S. Salvador do Kongo.	Bambara 77, Léopoldville, Est.
15	Secretário Administrativo	José K. Manuel Peterson, casado, filho de António Peterson e de Ponte Carolina Peterson. Originário de S. São Salvador do Kongo	Commune de Kalamu, Quartier Damier, Rue de Mateba n.º 23, Léopoldville.
16	Secretário Administrativo Adjunto	Masseko Alphonse, casado, filho de Pembele Ludila e de Kifuekelo. Originário de Makela, Uíge	Rue de Lisala n.º 24 Dendale, Léopoldville.
17	Secretário de Propaganda	António Narciso Nekaka, casado, filho de Miguel Nekaka e de Maria Nekaka, originário de S. Salvador do Kongo	Matete, Quartier Viaza n.º 15/D, Léopoldville. Secretário-Adjunto de Propaganda — não designado.
18	Secretário do Movimento Feminino	Simão Andrade Freitas, solteiro, filho de Henrique Sena Freitas e de Maria Brigida Freitas. Originário de S. Salvador do Kongo	Mateba, n.º 23, Quartier Damier, Commune de Kalamu, Léopoldville, Est.
19	Secretário Adjunto do Movimento Feminino	Eduardo Mankenda Vieira, solteiro, filho de Viera Paulo e de Catarina Miliana, originário de Kintiamputu, S. Salvador do Kongo	Lemba, Rue de Shopo n.º 1751, Léopoldville, Lemba.

## **21.2. Membros do Governo de Transição da UPA-FNLA, 1975**

### **1. Dr. Johnny Pinnock Eduardo — Primeiro Ministro do Colégio Presidencial**

Natural de S. Salvador do Kongo, nasce em 1942, faz os estudos primários e secundários em Matadi, Congo ex-Belga e Luanda. Militante da UPA desde 1960, vive exilado em Brazzaville até 1974. Sob a alçada das autoridades coloniais na República do Zaire, estuda sob um nome suposto no Instituto de Estudos Políticos em Léopoldville. Muda-se para Argel nomeado encarregado da Delegação da FNLA para a África do Norte, tendo feito nesse país africano o Curso Superior de Direito Internacional. Inscreve-se como estudante livre na Faculdade de Direito da Universidade de Paris onde conclui o Curso de Política, Economia e de Geopolítica da África Austral. É secretário e presidente da juventude da FNLA; encarregado das Relações Exteriores da FNLA, membro do Conselho Nacional da Revolução da FNLA, do Bureau Político e da Comissão Executiva. Para além da língua portuguesa, é falante do kikongo, kimbundu, francês, inglês, espanhol e do italiano.

### **2. Eng.º N'gola Kabangu — Ministro do Interior**

Nasce em Luanda, em 1943, onde faz os estudos primário e secundário. Em 1962, em virtude da guerra anti-colonial, evade-se de Luanda e integra-se nas fileiras da UPA. Em nome da UPA, é enviado como bolseiro do movimento para Jugoslávia, onde se diploma em Electrónica, no Instituto Superior de Kranj-Jugoslávia. Em 1969 regressa à Kinshasa e passa a desempenhar vários cargos no seio do movimento: quadro do Comité Central da FNLA e do Estado Maior do ELNA; quadro do GRAE e do Bureau Político da FNLA; Encarregado do Departamento do Interior e da Comissão de Formação e Orientação do Bureau Político da FNLA. Fala português, kikongo, kimbundu, inglês e italiano.



### **3. Hendrick Vaal Neto — Secretário de Estado do Ministério de Informação**

Nasce em 1944, na Gabela, Cuanza Sul. Faz os seus primeiros estudos em Caconda, Nova Lisboa e Luanda. Aos 18 anos de idade, em 1962, lançada a guerra da libertação integra-se nos maquis empunhando armas na luta pela liberdade de Angola pela UPA-FNLA. Em 1964, é chamado pela direcção da UPA-FNLA, em Kinshasa, para assumir as funções de secretário da Informação da Juventude e integrar as cúpulas do ELNA. Em 1968, desempenha as funções de director do Gabinete de Informação e em 1972, adjunto das Relações Exteriores da UPA-FNLA. Em 1973, é nomeado chefe de Departamento da Informação e, conseqüentemente, em virtude da abertura das negociações do cessar-fogo, em Outubro de 1974, é nomeado para chefiar a Delegação da UPA-FNLA em Luanda. Dentre outras tarefas, Hendrick Vaal Neto, é membro das Agências de Informação Africanas (1969); estagiário do Instituto de Ciências Técnicas de Informação do Zaire; participante da 1.<sup>a</sup> Conferência Mundial de Jornalistas (1963) e da 1.<sup>a</sup> Conferência Pan-Africana de Jornalistas (1964); participa em todas as Conferências da OUA e da ONU. Fala português, kimbundu e francês.

### **4. Dr. Graça Tavares — Secretário de Estado do Comércio e Turismo**

Nasce em 1932 no Dondo, concelho de Cambambe, distrito do Kwanza Norte. Os primeiros estudos fá-los em Malange e os estudos secundários no Colégio D. João II. Estudante em Lisboa, curso médio, é preso pela PIDE em 1956.

É licenciado e diplomado em Ciências Económicas e Sociais pela Universidade de Friburgo, opção em economia política e especialização em economia regional, relações exteriores, comércio internacional e finanças políticas.

Desempenha as funções de secretário das Missões Evangélicas de Angola, em Luanda; recebedor da Fazenda de Angola, em Seles (Cuanza Sul); contabilista e chefe de contabilidade em Lisboa; primeiro secretário da FNLA (1961-1962) mantém estreita colaboração com Viriato da Cruz. Em 1964 torna-se membro efectivo da FNLA. Fala português, francês, inglês, espanhol e alemão.

## **5. Dr. Samuel Abrigada — Ministro da Saúde e Assuntos Sociais**

Nasce em 1934, no Quéssua, Malange. Filho do Reverendo Manuel Francisco Abrigada e Domingas João Abrigada. Faz o ensino primário na Escola do Quela, em Malange, e o secundário nas escolas do Quela (Malange), Bela Vista (Huambo), Sá da Bandeira (Huíla) e Lisboa, respectivamente.

Em Portugal frequenta de 1957 a 1959 o Seminário Evangélico de Carcavelos e a Faculdade de Teologia de Richmond da Universidade de Londres. Em 1961 evade-se de Portugal fugindo da PIDE-DGS para Alemanha. Desde aí filia-se à UPA-FNLA, representando, na Alemanha Federal, a UNEA (União Nacional dos Estudantes de Angola, de 1970 a 1972). É ordenado reverendo na Alemanha Federal e licencia-se em Medicina, especializando-se também em Administração Santuária.

Em 1972, é chamado para Kinshasa e eleito membro do Bureau Político da UPA-FNLA, sendo em seguida responsabilizado pelo Departamento da Saúde do GRAE. Fala português, kikongo, inglês e alemão.

## **6. Eng.º Mateus João Neto — Ministro da Agricultura**

Nasce em 1939, em Luanda. Frequenta a escola primária na Missão Evangélica, em Luanda e os estudos secundários no Liceu Nacional Salvador Correia (até ao 4º ano). Transfere-se para Portugal, no Liceu Nacional de Oeiras, onde conclui o curso liceal. Frequenta, em Viena, o Hochschule für Sodenkultur onde faz os seus estudos formando-se em Agronomia apoiados por um estágio de Irrigação e Utilização de Águas, em Israel e Holanda, respectivamente.

Ingressa nas fileiras da UPA-FNLA em 1966, sendo o seu representante em Estocolmo, Suécia. Na Universidade de Estocolmo dedica-se aos estudos de Economia. Em 1973 é nomeado membro do Comité Central da UPA-FNLA e, conseqüentemente, indigitado para dirigir o Centro de Informação e chefiar as Cooperativas Agrícolas do Movimento. Fala português, kimbundu, alemão, sueco e francês.

## **7. Comandante Pedro Timóteo Barreiro Kiakanwa — Chefe do Estado Maior do ELNA**

Nasce em 1949, na povoação de Malonga, Posto de Mandimba, Concelho de S. Salvador. Faz os primeiros estudos na Escola da Missão Protestante em S. Salvador. Evadindo-se com a família para o Zaire, Congo Léopoldville em virtude dos acontecimentos políticos de 1961, completa os estudos secundários na Escola de Sona-Bata e depois no Instituto Pedagógico Evangélico em Kimpese, diplomando-se em Ciências.

Terminado os estudos secundários, integra as fileiras da UPA-FNLA, enquadrando-se nas forças combatentes do ELNA. Em 1969, em nome da UPA-FNLA, é enviado como bolseiro para Academia Militar na Tunísia. Regressado da formação para Angola, é nomeado membro do Estado Maior e chefe do Departamento Administrativo do Estado Maior n.º 1. Fala português, kikongo e francês.

## **8. Jacob Isaac — Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social**

Nasce em 1940, na Chitata, distrito do Huambo. Criado pelas irmãs desde a tenra idade (5 anos), começa a trabalhar aos 14 anos, findo os estudos primários. Conjugando o trabalho e o ensino, conclui o Curso Geral dos Liceus, em Benguela, Lobito e Luso; faz estudos bíblicos e técnicos no Instituto Currie de Dôndi, em Bela Vista, Huambo. Trabalha nos C.F.B., de 1959 a 1964; trabalha nos Serviços de Administração Civil de Angola, de 1964 a 1968, ingressando à seguir, no Quadro dos Serviços Aduaneiros de Angola. Militante na clandestinidade dos movimentos de libertação de Angola desde 1961, destaca-se como figura de relevo na UPA-FNLA.

### 21.3. Constituição e percurso do MPLA

**21.3.1. Constituição do MPLA. Correspondência enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Congolês, em Léopoldville, a 13 de Junho de 1962, seguida dos estatutos do movimento<sup>762</sup>.**

<b>N.º</b>	<b>Identidade</b>	<b>Status</b>
<b>1</b>	Dr. António Agostinho Neto, nasce em Icolo e Bengo — Angola, aos 17 de Setembro de 1922.	Médico, residente em Lisboa (vigiado pela polícia política) — Presidente honorário do MPLA.
<b>2</b>	Mário Pinto de Andrade, nasce em Ngolungu Alto, Ndalatando — Angola, aos 21 de Agosto de 1928.	Escrivão, residente em Léopoldville, Avenida Prospecteur Janeat n.º 63 — Presidente do MPLA.
<b>3</b>	Matias Miguéis, nasce em Novo Redondo, Kwanza Sul — Angola, aos 15 de Agosto de 1917.	Contabilista, residente em Léopoldville, Avenida Basolo n.º 43 — Vice-Presidente do MPLA.
<b>4</b>	Dr. Hugo de Menezes, nasce em São Tomé e Príncipe (Luanda — Angola?), aos 15 de Maio de 1932	Médico, residente em Léopoldville, Avenue Basoko n.º 43, membro do Comité Director.
<b>5</b>	Luís de Azevedo Júnior, nasce no Dande, Bengo — Angola, aos 28 de Julho de 1925.	Contabilista, residente em Léopoldville, Avenue Prospecteur Janeat n.º 63, membro do Comité Director.
<b>6</b>	Graça da Silva Tavares, nasce no Dondo, Kwanza Norte — Angola, aos 28 de Janeiro de 1926.	Contabilista, residente em Léopoldville, Avenue Prospecteur Janeat n.º 63 — Primeiro Secretário do MPLA.

<sup>762</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D.

<b>7</b>	Deolinda Rodrigues de Almeida, nasce em Icolo e Bengo — Angola, aos 5 de Fevereiro de 1939.	Estudante, residente em Léopoldville, Avenida Basoko n.º 43, membro do Comité Director.
<b>8</b>	José Bernardo Domingos, nasce em Malange — Angola, aos 13 de Janeiro de 1932.	Professor, residente em Léopoldville, Avenue Tshela n.º 126, membro do Comité Director.
<b>9</b>	Georges Mantoya de Freitas, nasce em São Salvador — Angola, em 1930.	Empregado bancário, residente em Léopoldville — membro do Comité Director.
<b>10</b>	Rev. Domingos Francisco da Silva, nasce em Ndalatando — Angola, aos 5 de Maio de 1905.	Professor, residente em Léopoldville, Avenue Kongolo n.º 30, membro do Comité Director.
<b>11</b>	Desidério da Graça, nasce em Luanda — Angola, aos 17 de Junho de 1934.	estudante, residente em Angola, 3.º Secretário do MPLA
<b>12</b>	Dr. João Viera Lopes, nasce em Luanda, aos 8 de Maio de 1932.	Médico estagiário em Lovaina, 2.º Secretário do MPLA.
<b>13</b>	João Gonçalves Benedito, nasce em Malange — Angola, em 1923.	Residente em Angola, membro do Comité Director.
<b>14</b>	José Miguel, nasce em Ambriz — Angola, aos 1 de Janeiro de 1940.	Estudante, residente em Léopoldville, na Avenue Prospecteur Janeat n.º 63, membro do Comité Director.

**21.3.2. Direcção do MPLA e dados biográficos dos seus componentes, até à primeira metade da década de 1960<sup>763</sup>.**

**Direcção e Departamentos**

<b>Direcção</b>		<b>Chefes de Departamento</b>		
<b>Presidente</b>	Agostinho Neto	1	Formação de Quadros e Encarregado dos Assuntos Internos	Lúcio Lara
<b>Vice-Presidente</b>	Rev. Domingos Francisco da Silva	2	Organização	Luís de Azevedo Júnior
		3	Informação	Miguel Timóteo (interino)
		4	Relações Externas	Daniel Chipenda
		5	Forças Armadas	Henrique Carreira
		6	Assuntos Sociais	João Viera Lopes
		7	Finanças	Marcelino Miranda

<sup>763</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D. Informação 189-66/56-B.1/G.P.3.º Gabinete do Governador-Geral, Silvino Silvério Marques.

## Dados biográficos

### 1. António Agostinho Neto

Nasce em Icolo-e-Bengo, em 17 de Setembro de 1922, protestante. Faz os seus estudos primários e secundários em Luanda. De 1944 a 1947 trabalha nos Serviços de Saúde de Angola. Em 1947 matricula-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Participa no movimento cultural «nacionalista», pertencente à organização clandestina MAC. É casado com uma europeia, Maria Eugénia Neto, de que tem três filhos. Em 1952 é preso por actividades subversivas, tendo voltado a estar preso pelo mesmo motivo de Fevereiro de 1955 a Junho de 1957. Em 1957 é julgado e condenado à perda de direitos políticos por 5 anos. Em 1959 regressa a Angola, abrindo um consultório médico. Em 1960 é preso em Luanda, tendo sido, na circunstância, nomeado como médico em Cabo-Verde por intermédio de Adriano Moreira, exercendo as funções de Delegado de Saúde, donde é conduzido para Lisboa. Em 23 de Julho de 1962, aparece no Congo Léopoldville como evadido das prisões de Portugal e na qualidade de Presidente honorário do MPLA, enceta, em 01 de Agosto de 1962, negociações com a FNLA para a constituição duma «frente comum». Em 01 de Dezembro de 1962 é eleito Presidente do Bureau Político e do Comité Director do MPLA. Janeiro de 1963, inicia uma viagem de propaganda do MPLA, por Washington, contacta com entidades dos meios «anti-colonialistas» e deputados britânicos. Segundo Daily News, de 31 de Janeiro de 1963 a intenção do MPLA é buscar o apoio dos países que como o Reino Unido eram aliados de Portugal e, como tal, estavam na posição de levar Portugal a mudar de política. Maio de 1963, participa, em Addis-Abeba, na Conferência Constitutiva da OUA. Em Julho de 1963, preside às reuniões promovidas pelo Comité dos Bons Ofícios da OUA que tentava a unificação do MPLA e UPA-FNLA. Agosto de 1963, chefia a delegação do MPLA que em Dakar tenta obstar o sancionamento das decisões da Comissão de libertação da OUA favoráveis ao GRAE, ameaçando recorrer ao auxílio extra-africano, caso os governos africanos persistam no reconhecimento do GRAE. Fevereiro de 1964, assiste em Paris a uma reunião promovida pela Associação de Cooperação Franco-Africana, comemorativa do 4 de Fevereiro. Neste mesmo mês, não é

autorizado a entrar na Inglaterra, onde deveria usar da palavra durante uma reunião promovida pelo MAC. Ainda em Fevereiro de 1964, volta a chefiar a delegação do MPLA à reunião dos MNE da OUA, tendo combatido de novo o reconhecimento do GRAE. Em Abril de 1964, num artigo especialmente escrito para um jornal soviético considera a intensificação da luta armada e a mobilização das massas para este objectivo como a tarefa mais importante a atingir. Junho de 1964, chefia a delegação do MPLA a Pequim e a Moscovo. 31 de Outubro a 08 de 1964, visita Acra. 18 de Novembro de 1964, regressa a Brazzaville após uma viagem aos postos do MPLA da fronteira de Angola na companhia de Deolinda Rodrigues e Aníbal Melo. Neste mesmo ano é-lhe oficialmente interdita a entrada em França. Janeiro de 1965, volta a visitar Acra, donde segue para Checoslováquia, tendo em Praga visitado a sede do Partido Comunista concedendo uma entrevista à revista «Peace, Freedom and Socialism». Fevereiro de 1965, dirige-se ao Congo Brazzaville e visita o CIR em Dolisie e os quartéis do MPLA. Em abril, entrevistado por um correspondente do PRAVDA, T. Colesnitchenco, na África Central, quando se dirige para a Bechuanalândia, manifesta o seu reconhecimento à URSS pela ajuda e apoio recebido. Maio de 1965, chefia a delegação do MPLA à 4.<sup>a</sup> Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, em Wineba, Gana. Setembro de 1965, a convite da Aliança Socialista visita a Jugoslávia, tendo concedido uma entrevista ao jornal «Borba» exaltando os esforços de guerra do MPLA em Cabinda. 17 Setembro 1965, chega ao Cairo, vindo de Belgrado, para assistir em 20 de Setembro de 1965, à reunião da «comissão dos 3» da OUA, mostrando-se optimista quanto a uma eventual união MPLA/UPA-FNLA. 03 a 07 de Outubro de 1965 chefia a delegação do MPLA à II reunião da CONCP em Dar-es-Salam. Passa a substituir Mário de Andrade no executivo da CONCP.

## 2. Domingos Francisco da Silva

Nasce em Salazar (Kuanza Norte) em 05 de Maio de 1905. É pastor protestante. É um dos principais organizadores da «guerrilha» na região dos Dembos. Como conselheiro-geral do MPLA institui o «comando-geral», cuja chefia é confiada a Ferraz Bomoko. Pertenceu ao MRA, Movimento Revolucionário Angolano. Em 08 de Setembro de 1961, instala-se no Congo Léopoldville. Em 25 de Maio de 1962, é eleito



membro do CD, Comité Director do MPLA. Substitui Américo Boavida na direcção do CVAAR. Em 01 de Dezembro de 1962, é eleito 2.º Vice-Presidente e membro do Presidium, na qualidade de representante do CVAAR. Goza de certa influência no seio dos adeptos do MPLA, sendo o autor de «cartas abertas ao povo de Angola», em que rebate as acusações formuladas contra o MPLA e difunde conceitos de patriotismo e comportamento revolucionário. Em 10 de Julho de 1965, chefia uma delegação do MPLA à Conferência Mundial da Paz, em Helsínquia.

### 3. Lúcio Rodrigo Leite Barreto Lara

Nasce no Huambo em 09 de Abril de 1929. Estuda no Liceu Diogo Cão de Sá da Bandeira e mais tarde, Físico-Químicas na Universidade de Lisboa. Trabalha no Colégio Moderno em Lisboa. Casa-se com uma estudante de origem alemã, Ruth Manuela Peluger. Em Março de 1959, abandona Portugal para se estabelecer em Frankfurt onde trabalha e conhece Viriato da Cruz. Em 1959, na companhia de Viriato da Cruz assiste à I Conferência Pan-Africana em Tunes. É conhecido pelas suas simpatias pelo comunismo. Mantém ligações com Mahjoub ben Seddik, Secretário-Geral da União Marroquina do Trabalho. Por intermédio da revista «Presence Africaine», e com a intervenção de Diallo Seydou, é contratado, bem como sua mulher, pelo governo da Guiné, como Economista da Universidade Sindical da UGTAN de Conakry. Membro da FRAIN, Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas, transformada em CONCP, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Dirigente do Bureau do MPLA em Conakry. Chega ao Congo Léopoldville em 08 de Setembro de 1962. 01 de Dezembro de 1962, eleito chefe de Departamento de Organização e Quadros.

### 4. Luís de Azevedo Júnior

Nasce no Dande, Bengo — Angola, aos 28 de Julho de 1925. Viúvo de Georgette Azevedo, natural de Cabo-Verde, falecida no Congo Léopoldville em 24 de Novembro de 1962. Membro do MPLA em Léopoldville é preso nesta cidade sob instigação da UPA-FNLA, em 1963. Visita Praga, em 06 de Julho de 1964, Belgrado em Fevereiro

de 1965, a convite do Comité Federal da ASPTY e Roma, onde contacta com Guiliano Pajeja, chefe da secção das Relações Exteriores do Partido Comunista Italiano. Visita Havana em Janeiro de 1966, por ocasião da I Conferência Tripartida. Em Outubro de 1964, investido na qualidade de chefe do Departamento das Relações Externas, cargo então ocupado por Mário de Andrade desde 1962. Participa na II Reunião de Chefes de Estado da OUA, e nas reuniões dos países «Neutralistas» e da «Comissão dos 3» da OUA, que tem lugar no Cairo. Em 12 de Outubro de 1964, escreve para um tio residente na região dos Dembos, Custódio Bento Azevedo, dirigindo-lhe, e para transmissão do povo, palavras de incitamento e coragem. Na companhia de Mário de Andrade assiste, em 1964 em Argel, aos festejos do «1.º de Novembro». Representa o MPLA na reunião da OUA em Nairobi, em 1964. Em 11 de Maio de 1965, o jornal «PRAVDA» de Moscovo, insere um artigo da sua autoria, prestando tributo à política da URSS em relação ao MPLA em detrimento do GRAE. Nesse mesmo mês e ano, assiste em Wineba, Gana, à 4.ª Conferência de Solidariedade Afro-Asiática. Em Outubro de 1965, volta ao Gana integrado na delegação do MPLA à III Conferência de Chefes de Estado da OUA. De 03 a 07 de Outubro, como membro da representação do MPLA participa nos trabalhos da II Conferência da CONCP em Dar-es-Salam. Em 1966, participa, em representação do MPLA, na I Conferência Tricontinental de Havana. Em 31 de Janeiro de 1966, visita novamente Belgrado a convite da Comissão Federal da Aliança Socialista, com a qual discute a cooperação entre o MPLA e aquela Organização. Fevereiro de 1966, entrevistado pela revista «Medjunarodwa Polítika», enaltece a acção do MPLA em Cabinda.

## 5. Miguel Timóteo

Nasce em Santo António do Zaire. Em 9 de Março de 1962, embarca em Ponta Negra, juntamente com outros angolanos, com destino a Conacri, munido com um passaporte emitido pelas autoridades do Governo de Brazzaville, em 28 de Fevereiro de 1962. Figura entre os alunos angolanos da Lincoln University, da Pensilvânia. Em Agosto de 1964, participa em Moscovo, no Fórum Mundial da Juventude. Em 06 de Setembro de 1964, é referenciado como Secretário da Informação da JMPLA. Em Fevereiro de 1965, é o editor e responsável pela publicação «Vitória ou Morte». Elemento

destacado do MPLA, é designado para a elaboração dos Estatutos da JMPLA, em 11 de Novembro de 1965.

## 6. Daniel Júlio Chipenda

Nasce no Lobito, Benguela. Em 1962, quando ainda estudante de Geologia, abandona Portugal na companhia da mulher, Eva, de dois filhos menores de idade e de 16 outros colegas. Em 07 de Setembro de 1962, o Governo Marroquino concede-lhe um passaporte (n.º 4710). Chega a Léopoldville em 8 de Março de 1963, tendo assumido as funções de subchefe do Departamento de Organização e Quadros do MPLA. Como antigo futebolista da Académica e do Benfica, organiza uma equipa de futebol denominada «Angola Livre». Em 22 de Novembro de 1963, juntamente com António José Condesse de Carvalho, responsável do «corpo de guerrilheiros» do MPLA, é preso em Léopoldville pelas autoridades congoleesas, que os liberta em Janeiro de 1964. Em 23 de Fevereiro de 1964, integrado na delegação do MPLA, assiste, em Lagos, à reunião dos MNE da OUA. De 23 de Março a 01 de Abril de 1964, está presente na reunião promovida em Genebra, pelos estudantes da UNEA e da UGEAN, e à qual assiste Savimbi, com vista à unificação destes movimentos. Em Abril de 1964, assiste à Assembleia Geral do Fórum Mundial da Juventude. Em Setembro de 1964, é incumbido da missão de instalar o MPLA em Lusaca, onde é preso na companhia de Ciel da Conceição e Costa, por porte ilegal de armas e propaganda comunista. É posto em liberdade em Novembro de 1964 pelo governo de Kaunda. Em Maio de 1965, é membro da delegação do MPLA à 4ª Reunião da Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, em Wineba, Gana. É nomeado chefe da missão do MPLA em Dar-es-Salam, em Setembro de 1965. Assiste em 03 de Outubro de 1965 à II Reunião da CONCP em Dar-es-Salam, sendo o agente coordenador do fornecimento da ajuda da CONCP ao MPLA.

## 7. Henrique Alberto Quádrios Teles Carreira «Iko»

Nasce em 1933, na Kibala, Kwanza Sul. Angolano naturalizado marroquino, vive em Marrocos como estudante e jornalista (1961-1962). Chega a Léopoldville em 12 de

Março de 1963 onde assume as funções de chefe de Departamento de Segurança, para que fora eleito em 01 de Dezembro de 1962. É o chefe das operações e responsável do armamento do comando operacional de Dolisie. Em 27 de Julho de 1965, visita Praga, tendo concedido uma entrevista à rádio Praga, referindo-se à crescente actividade do MPLA.

#### 8. João Baptista de Castro Vieira Lopes

Nasce em Luanda em 08 de Maio de 1932. Filho de João Viera Lopes Neto e de Engrácia Gonçalves de Castro Vieira Lopes. É um dos estudantes angolanos fugidos de Portugal e que se refugia em Paris. Em 1964, chega a Brazzaville para actuar nos serviços médicos e sociais do MPLA. Como propagandista do MPLA promove uma reunião em 29 de Novembro de 1965, em Ponta Negra. Em Dezembro de 1965, na qualidade de Médico das Zonas do MPLA, trabalha e acompanha dois médicos russos junto dos refugiados angolanos no Congo Brazzaville.

### 21.3.3. Estrutura do MPLA, constituição de 1967<sup>764</sup>

**Conselho Político Nacional:** Presidente, Vice-Presidente; Chefes dos Departamentos de Guerra; Assuntos Externos; Organização de Quadros; Informação; Assuntos Sociais; Finanças e Economia, e Segurança.

**Comité Político Militar:** detentor dos «segredos naturais» do movimento: Presidente; vice-Presidente; Chefes de Departamento da Guerra, Assuntos Externos, Organização e Quadros, Finanças e Economia.

**Os Departamentos** subdividem-se em subdepartamentos, secções e subsecções.

#### 1. Presidência de Honra:

Considerando a necessidade de honrar, elevar o prestígio e proteger os nacionalistas mais notórios, que nas prisões portuguesas sofrem as penas do seu amor à causa nacionalista, a Primeira Conferência Nacional decide alargar a Presidência de Honra.

#### 2. Estrutura de Base:

A Conferência de Dezembro de 1962 mantém a estrutura actual com as seguintes modificações: o distrito, reflexo da divisão administrativa portuguesa, é substituída por sector e cria-se a região.

A estrutura política de base, que coincide com a estrutura militar, é como segue: Nação – Região – Zona – Sector – Localidade.

---

<sup>764</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D. Informação 189-66/56-B.1/G.P.3.º Gabinete do Governador-Geral, Silvino Silvério Marques.

### 21.3.4. Comité de Coordenação Político-Militar (CCPM<sup>765</sup>) do MPLA constituído em 1972<sup>766</sup>

CCPM – MPLA		
Membros efectivos e seus pseudónimos	Secretários e seus pseudónimos	Membros e Departamentos
1. António Agostinho Neto, «Kilamba». 2. Herique Alberto Quádrios Teles Carreira, «Iko». 3. Filipe Floribert, «Monimambo». 4. Daniel Júlio Chipenda, «Sango».	1. Manuel Caetano Soares da Silva, «Nzumbi». 2. Pascal Luvwalu, «Kiawa». 3. Justino Frederico Kanhenge, «Mwihula». 4. Davuino Mwingandalo, «Kongolo».	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Departamento dos Serviços de Rádio e Telecomunicações — DSRT<sup>767</sup>:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Director: Augusto Lopes Teixeira, «Mazalala ou Tutu».</li> <li>2. Responsável pela Frente Norte: Fernando Castro Paiva Júnior, «Kabutei».</li> <li>3. Responsável pela Frente Leste: Alberto Bento Ribeiro, «Cabulo».</li> </ol> </li> <li>• <b>Departamento de Informação e Propaganda – DIP.</b></li> </ul> <p>Este Departamento funciona, em Brazzaville, no mesmo endereço do DSRT. Sob a sua orientação dirige o programa radiofónico «Angola</p>

<sup>765</sup> Antes da actualização do CCPM, Agostinho Neto, «Kilamba», coordena as actividades do DOPA, Departamento de Orientação Político-Administrativa; do DO, Departamento de Organização e do DS, Departamento de Segurança. Herique Alberto Quádrios Teles Carreira, «Iko», responde pelos Departamentos dos Serviços de Reconhecimento e Informação, DSRI; Departamento de Relações Exteriores, DRE; Departamento de Informação e Propaganda, DIP e Departamento de Operações, DOP. O «Monimambo», Filipe Floribert, coordena os Departamentos dos Serviços de Rádio e Telecomunicações, DSRT; Departamento de Quadros, DQ e o Departamento de Finanças, DF. Daniel Júlio Chipenda, «Sango», tem a incumbência da Logística, Educação e Cultura. Cuida o Departamento de Logística e o Departamento de Educação e Cultura. Já Lúcio Rodrigo Leite Barreiro de Lara, «Tchiweka», coordena, na ausência do «Kilamba», a Frente Norte. Destarte, atendendo ao incremento das actividades do MPLA, a estrutura do CCPM parece insuficiente para garantir a coordenação dos diversos Departamentos e a interpenetração das estruturas político-militares e político-administrativas. Assim, na reunião ampliada do Comité Director, realizada em Kitepe II de 27 de Setembro a 3 de Outubro de 1971, Agostinho Neto propõe o alargamento do CCPM. Prevê-se, desta feita, a nomeação de novos Secretários: Ambroise, António Alberto Neto, Manuel Jorge.

<sup>766</sup> PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D., Actividades do MPLA/DGS-Angola, 1972.

<sup>767</sup> O DSRT, em Brazzaville, funciona sob direcção de «Kabutei» na Avenue du Port, entre a Escola de Mecânica e o Quartel da APN, 31 Juillet. Prestam aí outros serviços: José Eduardo, natural de Luanda, formado em Engenharia e Minas na URSS e «Unido», natural de Catete.

<p>5. Lúcio Rodrigo Leite Barreiro de Lara, «Tchiweka».</p>	<p>5. Ismael Abrãao Gaspar Martins.</p>	<p>Combatente», com os seguintes locutores:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adolfo Maria, europeu natural da metrópole,</li> <li>2. Bogalho, natural de Luanda;</li> <li>3. Correia, o «Gambela», natural de Catete;</li> <li>4. Emmanuel Lanvu, natural de S. Salvador;</li> <li>5. Isabel Teresa, natural de Ambrizete;</li> <li>6. Maria Paim, natural de Caxito;</li> <li>7. Muila Mavungo, natural de Cabinda.</li> </ol> <p>O responsável do DIP é o Bogalho. Em Lusaka, Luís António Neto, «Lólo», é um dos locutores do programa «Angola Combatente».</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Departamento de Finanças, DF.</b></li> </ul> <p>A Comissão de Finanças da Frente Norte é o organismo responsável pela planificação e controle dos orçamentos das Regiões Militares I e II. A sua composição é formada por:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lúcio Rodrigo Leite Barreto de Lara, «Tchiweka»;</li> <li>2. Francisco Magalhães Paiva, «Nvunda»;</li> <li>3. Carlos Augusto Duarte Morais;</li> <li>4. José Eduardo.</li> </ol> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Departamento de Logística, DL.</b></li> </ul> <p>O DL tem o seu bastião no Congo Brazzaville. O material desembarcado em Ponta Negra é recebido por Jorge Barros Tchimpuati, natural de Cabinda, responsável pela residência de transito, situada próximo do mercado do bairro Mayumba, sendo encaminhada para Dolisie, onde entra no Depósito Central, com destino às RM I e II.</p>
---	---	---

		<p>O responsável do DL em Brazzaville é o Inácio João Baptista, «Massunga Kota», que orienta a distribuição e o armazenamento de todos os materiais recebidos. Em Julho de 1972, através de Ponta Negra, o DL deu entrada para a cobertura das actividades revolucionárias 3 viaturas Land-Rover, 1 Jipe Russo e 1 Ambulância.</p> <p>Em Dar-es-Salam funciona uma secção do DL, a cargo de Roque Tchiendo, que alimenta a Frente Leste do MPLA.</p> <p>• <b>Departamento de Relações Externas, DRE.</b></p> <p>Sobre as Representações do MPLA, registam-se, particularmente, as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. República Popular do Congo, Brazzaville.</li> </ol> <p>A representação é dirigida por Lúcio Rodrigo Leite Barreto de Lara, «Tchiweka», membro do CCPM. As tarefas burocráticas são dirigidas por Maria Paim e Isabel Tersa</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Tanzânia, Dar-es-Salam. Representado por Paulo Júnior, «Pemba».</li> <li>3. RAU, Cairo. Representado por Ambroise Lukoki.</li> <li>4. Argélia, Argel. O representante de Argel é Manuel Caetano Soares da Silva, «Nzumbi», secretário do CCPM. Incumbe-lhe ainda representar e manter relações do MPLA com a FPLN.</li> <li>5. Itália, Roma. O representante é Manuel Jorge.</li> <li>6. Reino Unido, Londres. Ismael Abraão Gaspar Martins, secretário do CCPM, é o representante local.</li> </ol>
--	--	--



		<p>7. Suécia, Estocolmo. O representante é António Alberto Neto, que desempenha as mesmas funções para a Noruega e Dinamarca.</p> <p>8. Jugoslávia, Belgrado. A representação está a cargo de António José Condesse de Carvalho, membro do Comité Director do MPLA.</p>
--	--	---

### **21.3.5. Membros do MPLA no Governo de Transição, 1975**

#### **1. Lopo Fortunado Ferreira do Nascimento — Primeiro Ministro do Colégio Presidencial**

Nasce em 1940, em Luanda, onde faz os primeiros estudos e o Curso Geral de Comércio e o Curso Complementar da Escola Comercial de Vicente Ferreira. Empenha-se nos estudos de Economia Política, História de Angola e Sindicalismo.

É preso por motivações políticas em 1959 e 1963, em Luanda, pela PIDE/DGS. Desenvolve actividade laboral no campo Sindical, como presidente da Comissão Sindical dos Trabalhadores das Empresas Cervejeiras, sem deixar de participar das actividades clandestinas dos movimentos emancipalistas (MPLA). Em nome do MPLA, em 1974, trabalha na Frente Norte, concretamente, no Departamento de Informação e Propaganda. No mesmo ano, 1974, é eleito para o Comité Central do MPLA e nomeado secretário do Bureau Político. Fala português, francês e kimbundu.

#### **2. Henrique dos Santos — Secretário de Estado do Ministério do Interior**

Nasce em Porto Amboim, em 1940. Faz os seus estudos primário e secundário em Luanda, no Liceu Salvador Correia, seguindo para Lisboa onde ingressa na Faculdade de Ciências, no curso de Geologia. No ano de 1961, em virtude das convulsões políticas em Angola, abandona clandestinamente Lisboa e, em nome do MPLA,

associa-se ao grupo dos vários estudantes universitários que, em sinal de protesto, abandonam Portugal. Instalado na Alemanha Federal não dá sequência ao curso de Geologia, pois, em 1963, segue para Argélia a fim de realizar treinamento militar. Dá continuidade ao treinamento militar em Cuba, tendo depois regressado para Angola onde ingressa nas fileiras militares do movimento: Frente Leste (como guerrilheiro e morteirista); chefe da bateria de canhões; adjunto do comando da Sub-Região Norte, da terceira Região; eleito para o Comité Central do MPLA, exerceu as funções de Estado-Maior da Frente Leste. «O’Nambwe» é o seu nome de guerra.

### **3. Dr. Manuel Rui Monteiro — Ministro da Informação**

Nasce na cidade do Huambo, em 1941. Faz os seus estudos iniciais no Huambo seguindo mais tarde para Portugal, onde se licencia em Direito na Universidade de Coimbra. É preso em 1973, em Portugal, sob a acusação de actividade anti-fascista e militante do MPLA. É membro do Centro de Estudos Literários, da Associação Académica de Coimbra, em 1969-1970. É consultor jurídico de vários sindicatos e membro fundador do Centro de Estudos Jurídicos (CEJ). Colabora na Editora «Centelha-Nosso-Tempo» e redactor da revista de cultura e arte «Vértice». É autor dos livros «Poesia sem Notícias», «A onda» e «Regresso adiado (contos)». Em Dezembro de 1974, assume as funções de Director Geral de Informação de Angola, a convite da Junta Governativa Portuguesa. Fala português, francês e inglês.

### **4. David Aires Machado — Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social**

Nasce em São Tomé e Príncipe, em 1940. Filho de angolano deportado na ilha são-tomense por acusação de conspiração contra as autoridades portuguesas na região de Xá-Muteba, Lunda Norte, Angola. Findo o período do contrato forçado de trabalho do pai, Aires Machado acompanha os pais no regresso a Angola, vindo a família a residir em Luanda. Faz os estudos primários e secundários no Colégio da Casa das Beiras, em Luanda.

Aos 18 anos e para agenciar os seus meios de subsistência, interrompe os estudos e emprega-se como tipógrafo e começa a desenvolver actividade política nas fileiras

clandestinas do MPLA. É preso pela PIDE-DGS em 1962. Das enxovias de S. Pedro da Barra é transferido para o campo de concentração de Missombo e, conseqüentemente, transferido para o Campo de S. Nicolau, em 1967. Trabalha nas salinas do Campo de S. Nicolau e depois, com autorização, como desenhador, professor e funcionário da secretaria. Posto em liberdade, abandona Angola indo cumprir missões do MPLA, em Portugal, Itália, no sector da luta sindical.

## **5. Eng.º Augusto Lopes Teixeira — Secretário de Estado da Indústria e Energia**

Nasce em 1938 no Ngolungo Alto, distrito de Cuanza Norte, Angola. Completa os estudos secundários no Liceu Salvador Correia de Luanda. Forma-se em Engenharia Electrónica no Instituto Superior Técnico de Lisboa e especializa-se em Radiotecnica no Instituto Electrotécnico de Leninegrado.

Paralelamente aos seus estudos, e já como militante do MPLA, faz parte activa da CEI<sup>768</sup>, de que chega a ser um dos membros do Conselho Fiscal. Respondendo ao apelo da luta anti-colonial, pelo MPLA, integra-se no grupo dos cerca de 100 estudantes universitários que saem clandestinamente de Portugal; razão da conclusão da sua formação na União Soviética.

Em 1966, terminado a sua especialização em Radiotecnica, desempenha as funções de responsável dos Serviços de Rádio e Telecomunicações da Frente de Combate. Em 1972, depois do Movimento de Reajustamento, é nomeado para a Comissão Provisória do Reajustamento da Frente Leste, até 1974. Fala português, francês, inglês, russo e, regularmente, italiano e espanhol.

## **6. Dr. Saydi Mingas — Ministro de Planeamento e Finanças**

Nasce em Cabinda, em 1943. Faz os estudos secundários na Escola Industrial de Luanda, seguindo mais tarde para Lisboa, onde a par dos estudos, revela-se um excelente atleta e desportista. Vigiado pela PIDE, tira partido de uma deslocação

---

<sup>768</sup> Augusto Lopes Teixeira, natural de Angola, nasce a 9/12/1938, solteiro, estudante I.S.T., residência: Rua Actor Taborda 41, 4.º, Lisboa, 17 anos de idade, Membro da CEI, Delegação sede, Lisboa. Admitido em 3 de Abril de 1959, n.º de sócio: 715, categoria: sócio ordinário. PT/TT PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, SC, NT 9171, vol. I e II.

desportiva à Espanha e evade-se integrando-se nas fileiras do MPLA. É-lhe atribuída uma bolsa de estudos para Cuba. Matricula-se no Instituto de Planificação Agro-Pecuária, curso que termina em 1970, matriculando-se, em seguida, na Faculdade de Economia de Havana, onde faz o doutoramento.

Em 1971, depois de efectuar um treinamento militar, regressa a Angola, sendo nomeado Director do Centro de Instrução Revolucionária, na Frente Leste, até 1972. Participa activamente no Movimento de Reajustamento da Frente Leste, no ano de 1972 sendo depois transferido, no mesmo ano, para o Departamento de Relações Exteriores, assumindo a representação do MPLA nos países Escandinavos, na Suécia.

Participa em diversas conferências internacionais como Representante das Relações Exteriores do MPLA e, em 1974, é eleito para o Comité Central do Movimento.

Fala português, espanhol, francês, razoavelmente russo, inglês e sueco.

## **7. Dr. Diógenes Boavida — Ministro da Justiça**

Nasce em Luanda, em 1928. Faz os estudos secundários no Liceu Salvador Correia, em Luanda, prosseguindo-os na cidade do Porto, Portugal, onde termina o curso dos Liceus, seguindo para Coimbra, onde completa a sua licenciatura na Faculdade de Direito.

Em 1957 regressa à Luanda, e abre o seu consultório de advocacia, sendo um dos advogados da capital que em 1960 defende os primeiros presos políticos de Angola, no conhecido «processo dos cinquenta». Apesar de advogado, não escapa à PIDE-DGS, sendo preso a 4 de Fevereiro de 1961, no dia do levantamento às cadeias de S. Paulo, acção reclamada pelo MPLA.

Depois de libertado pela PIDE, Boavida continua as suas actividades como advogado, prestando serviços ao Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria de Angola; chefe do contencioso dos Serviços de Geologia e Minas e vinculado ao Directório do Gabinete de Habitação. Consultor jurídico do MPLA, acompanha todas as sessões dos Acordos de Mombaça e Penina. Fala português, francês e kimbundu.

## **8. Comandante João Jacob Caetano — FAPLA**

Nasce em Piri, Dembos, distrito do Bengo, em 1941. «Monstro Imortal», nome de guerra, tal como conhecido, cedo destaca-se nas acções militares.

Com o levantamento armado em Angola, em 1961, ingressa logo nas forças de guerrilha combatendo na região dos Dembos, 1.<sup>a</sup> Região Militar do MPLA. Dos Dembos, ainda em 1961, alcança o Congo Léopoldville, donde segue para Checoslováquia a fim de realizar um curso militar. Terminado o curso militar, regressa ao Congo Léopoldville, retomando as actividades guerrilheiras numa das unidades do MPLA, em 1963. Em 1964 é nomeado para o Comité Director do MPLA e, em seguida, para responsável pelo trabalho clandestino na capital Kinshasa. Em 1966 é enviado para o Congo Brazzaville a fim de preparar o Esquadrão Cienfuegos e nomeado membro da Comissão Directiva, Comandante da 1.<sup>a</sup> Região e Comandante do Esquadrão Cienfuegos. Fala português, francês, checo e kimbundu.

#### 21.4. UNITA — fundação, comités, manifesto e constituição (1965)

A base da fundação da UNITA é idealizada em Champaix, Suíça, em 1965 e reforçada, posteriormente em Angola (Muangai, 1966) através da Zâmbia (Lumai, 1966), por Jonas Malheiro Savimbi e António da Costa Fernandes, «Tony».

#### O primeiro corpo de quadros da UNITA, «mentores de Muangai» (1965):

<b>Jonas Malheiro Savimbi</b> <b>Presidente</b> (Bié) Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE/Lic. Ciências Políticas e Jurídicas, Lausanne, Suíça.	<b>António da Costa Fernandes «Tony»</b> <b>Secretário-Geral</b> (Cabinda) Ex-bolseiro da UPA-FNLA, curso de Ciências Económicas e Financeiras, Suíça.
José João Liahuka (Bié) Médico (resignado) da UPA-FNLA	José Samuel Chiwale (Huambo)
Eduardo Jonatão (Bié)	David Jonatão José «Samwimbila» (Bié)
José Kalundungo (Huambo)	José Samuel Chivala (Lunda),
Miguel Maria N'zau Puna (Cabinda) Professor (Escola Missionária S. José, Ambriz). Ex-bolseiro da UPA-FNLA	Samuel Piedoso «Kapesi Fundanga» (S. Salvador/Bié)
Ernesto Joaquim Mulato (Uíge)	Jacob Hossi Inácio (Bié) Maquinista dos Caminhos-de-Ferro de Benguela
Frank Mateus Bandua (Zâmbia)	Jeremias Kussia
Moisés Mussumba	Nicolau Chiuka Biango
Paulino Moisés	Manuel Sachilombo

#### 21.4.1. Manifesto e Fundação da UNITA, 1966<sup>769</sup>

##### ***O que é a UNITA e os seus esforços para a libertação de Angola***

A UNITA é fundada em Angola por patriotas angolanos. Nasce duma conferência realizada de 5 a 25 de Março de 1966 em Luangai a cerca de 250 milhas da fronteira com a Zâmbia, segundo as fontes dos SCCIA<sup>770</sup>. Na verdade, a fundação da UNITA é consequência de reuniões iniciadas em Luangai e consumadas em Muangai<sup>771</sup>. Em Luangai, as diligências fundantes e prospectivas, são organizadas pelos camaradas compatriotas e militantes Isaías Massumba (que entra em Angola em Agosto de 1965) e Muliata Kaniumbu (que vai a Angola especialmente para o efeito).

Assistiram à Conferência (em Luangai) 68 indivíduos de vários pontos de Angola. A Conferência decide não eleger o Comité Central do Partido antes de ser convocada a Assembleia Geral que é o órgão supremo do Partido. Contudo, a Conferência dá poderes executivos para organizar a luta dentro e fora de Angola aos seguintes compatriotas:

Smart G. Chata	Muliata L. Kaniumbu	Solomon N. Njolomba
Daniel M. Kapozo	Isaac Mbunda	Mutaipi M. Mukumbi
Alexandre Magno Pedro	Evimbi Molowini (Jonas Savimbi)	José Kalundungu
Jofrey Kapesi Kafundanga	Jacob Hossi Inácio	Frank Mateus Bandua
Isaías Massumba	Dunduna Chiuka	Samuel Chivala

<sup>769</sup> PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA, cx. 244, Processo de Informação n.º 80: Anexo A, Relatório n.º 178/66-Gab-17Set66, fls. n.ºs 40-34.

<sup>770</sup> Veja-se PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA, cx. 244, Processo de Informação n.º 80: Anexo A, Relatório n.º 178/66-Gab-17Set66, fls. n.ºs 40-34.

<sup>771</sup> Muangai é o símbolo da nossa resistência, iniciada em 1966, no alto Zambeze O. CASTRO e P. F. SILVA, *Guerra colonial, op. cit.*, p. 13. Veja-se também Miguel Maria N'Zau PUNA, *Mal me querem, op. cit.*, p. 54 e segs.

De Luangai, a UNITA arquitecta-se em Muangai e torna-se no terceiro movimento nacionalista angolano com a organização do seu primeiro Congresso de 10 a 13 de Março de 1966. Nas áreas do posto do Muangai (Moxico), que é também nome de um riacho afluente do Lunguebungu, numa mata densa, estão presentes quase 200 pessoas, das quais dezenas de sobas da região. No dia 13, último dia do Congresso, dá-se como fundado o movimento e torna-se público o organigrama do movimento. Alinhavam-se as estratégias político-militares do movimento e, por unanimidade, Jonas Savimbi foi eleito presidente<sup>772</sup>.

**O Comité provisório foi incumbido dos seguintes trabalhos:**

1. Esforçar-se por organizar uma luta popular armada com uma nova orientação — Anti-Colonialismo e Anti-Imperialismo.
2. Tentar até ao esgotamento todas as possibilidades no sentido de criar uma Frente Unida de todas as forças armadas angolanas Anti-Colonialistas.
3. Preparar uma Assembleia Geral para a eleição dum Comité Central Nacional. A Assembleia Geral terá lugar onde as condições políticas forem favoráveis e quando as circunstâncias o permitirem.

***Os esforços dos membros da UNITA antes e depois da formação do partido:***

Desde Agosto de 1965, têm sido enviados compatriotas a Angola para organizar o povo em três zonas. Depois de inevitáveis dificuldades o camarada Dunduma Chiuka consegue quebrar o mito da inacessibilidade da parte central de Angola. Em 4 de Fevereiro de 1966 realizam-se acções de repercussão em Teixeira de Sousa, Buçaco, Cassai-Gare, Mucussuege, Leua, Sandando e Luso.

Destas acções resultam o descarrilamento do comboio entre Mucussuege e Teixeira de Sousa por dois dias; três soldados portugueses foram mortos; várias bombas de gasolina foram incendiadas; o aeroporto de Teixeira de Sousa e o aeroporto de Luso foram danificados. A luta continua a despeito da cruel repressão dos colonialistas portugueses.

---

<sup>772</sup> Veja-se também O. CASTRO e P. F. SILVA, *Guerra colonial, op. cit.*, p. 6.



O camarada Isaya Massumba organiza a Conferência Constitucional da UNITA e forma 257 secções do Partido nas Províncias do Moxico e Bié. Realizam-se várias acções de sabotagem em toda a província do Moxico. São destruídas as pontes sobre os seguintes rios: Mukanda, Lungue-Bungu, Luia, Luanginga, Lukonia, Luvuei, Luandze, Lumai, Luziyi e Mitete.

Prestamos homenagem ao nosso querido irmão José Chinyundo em Caianda, preso pelos fascistas portugueses no decorrer da sua heroica missão.

As actividades políticas da UNITA abrangem as Províncias do Moxico, Lunda, Bié e Cuando-Cubango. Politicamente temos discutido com os dirigentes da FNLA no sentido de se achar uma plataforma de cooperação na nossa luta comum contra o colonialismo português. Aguardamos ainda notícias de Léopoldville. A versão das fantasias daqueles que nos querem condenar como «filhos pródigos» que precisam de se mostrar arrependidos diante do «grande pai» não reflectem as nossas intenções patrióticas nem as nossas acções que só o futuro julgará.

### ***Dificuldades:***

Estamos absolutamente cientes de todas as dificuldades que existem à nossa frente mas não tememos as armas portuguesas – provamos que somos capazes de nos estabelecer no interior do país – ou as marmas daqueles lacaios ao serviço do colonialismo português. Estamos bastante (ilegível) apoio de países estrangeiros. Acreditamos na nossa própria força.

### ***Perigos:***

É nossa intenção não competir com o MPLA-Neto nem com a UPA-FNLA. Pelo contrário, ficaremos satisfeitos em cooperar com qualquer força genuinamente angolana que lute contra o inimigo comum. Chamamos a atenção de todos os patriotas para o facto do MPLA-Neto estar a criar uma vez mais uma atmosfera de guerra fratricida por enviar 55 soldados para uma região já sob o nosso controle. Quando uma força é apoiada pelo povo, mesmo sem armas, aquela força pode ser durante muito tempo estimada.

### ***Esperanças***

Dentro da contextura da missão ao Comité Central provisório pela Conferência Constitucional, serão estabelecidos imediatamente contactos com todas as personalidades políticas angolanas, estudantes e outras forças a fim de discutir o programa da UNITA, os seus princípios da Frente Unida e a possibilidade de colaboração daqueles que aprovarem esta atitude política.

PÁTRIA OU MORTE  
UNIDOS VENCEREMOS

**21.4.2. Comitês de vanguarda da UNITA em Lusaca — Zâmbia, 17 de Setembro de 1966<sup>773</sup>.**

<b>Comité Central</b>	<b>Comité de Acção</b>	<b>Comitês Regionais nas localidades da Zâmbia</b>
1. Presidente: Jonas Malheiro Savimbi 2. Vice-presidente: Smart Chata 3. Secretário: Salomão N'jolomba 4. Tesoureiro: Daniel Muliata 5. Técnico Político: Nicolau Chiuka Biango	1. Isaías Mussumba 2. José Calundungo 3. Samuel Chivala 4. David Jonatão 5. José Samuel 6. Jacob Hossi Inácio 7. Jeremias Kussia Chinhundo 8. Franco Mateus ou Frank Bandua	Balovale — Chavuma — Mankoya — Kanja-Senanga — Kapombo — Luanshya — Chingola — Bancroft — Livingstone — Broken Hill — Mufulira — N'dola.

<sup>773</sup> PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA – Nicolau Chiúca Biango e Augusto Dilai Muconda, cx. 244, Processo de Informação n.º 81, fls. n.ºs 42-44.

### **21.4.3. Constituição e Manifesto da UNITA, 1966<sup>774</sup>**

#### Art.º 1. Denominação/Definição

União Nacional para a Independência Total de Angola. A UNITA é uma organização política formada por angolanos sem distinção de sexo, etnia ou religião.

#### Art.º 2. Objectivos Imediatos da UNITA

1. Mobilizar as massas angolanas principalmente as mais oprimidas para servirem de base na luta pela libertação nacional.
2. Lutar constantemente contra o analfabetismo a fim de engrandecer a consciência política das populações angolanas.
3. Unir todas as forças populares angolanas capazes de lutarem implacavelmente contra a dominação colonial portuguesa.
4. Preparar o povo angolano para a luta de libertação nacional que poderá ser cruel e longa.
5. Inculcar no espírito de todos os angolanos que vivem no exterior do país que a verdadeira independência de Angola só será alcançada através de uma luta armada travada no interior do país contra o poder colonial português.
6. Conquistar a Independência Total de Angola por todos os meios.

Art.º 3. A UNITA lutará constantemente para a formação de uma verdadeira Frente Unida de todas as forças nacionalistas angolanas sem discriminação de espécie alguma.

1. A UNITA está preparada para tomar parte na criação duma grande Frente Unida Anti-Colonial com outras organizações africanas.

---

<sup>774</sup> PT/TT SCCIA, Elementos da UNITA, cx. 244, processo de informação n.º 80: Anexo A, Relatório n.º 178/66-Gab-17Set66, fls. n.ºs 35-37. Ver também J. M. SAVIMBI, *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, *op. cit.*, p. 166 e segs.

2. A UNITA procurará aderir a todas as organizações africanas e afro-asiáticas que lutam verdadeiramente contra o colonialismo, o imperialismo e o neo-colonialismo.

Art.º 4. Adesão de Membros:

Podem ser membros da UNITA todos os angolanos que se proponham lutar directamente para a execução integral deste programa.

Art.º 5. Objectivos Imediatos-Política Interna

Os objectivos fundamentais da UNITA são constituir um governo africano, por africanos e sem qualquer interferência estrangeira.

A UNITA luta pela:

1. Independência Total Nacional
2. Integridade territorial de Angola
3. Promoção e desenvolvimento de uma verdadeira cultura africana.
4. Emancipação da mulher angolana
5. Protecção da Família e da Infância
6. Igualdade de todos os angolanos perante a lei sem discriminação de sexo, etnia ou religião
7. Economia planificada capaz de satisfazer as necessidades do povo angolano e fazer de Angola um país industrializado.
8. Abolição do trabalho forçado e outras formas de exploração de trabalho humano em Angola.
9. Abolição de todos os privilégios concedidos pelo regime colonial.
10. Criação das forças armadas angolanas para a defesa da Pátria.
11. Participação activa do povo angolano na direcção da política interna e externa de Angola.

Art.º 6. Política Externa

1. Acabar com todas as bases militares estrangeiras em Angola
2. Não participação em quaisquer pactos militares ou coligações políticas
3. Política exterior independente ditada pelos superiores interesses do povo angolano.

4. Cooperação total com todos os movimentos de libertação nacional africanos e com as forças progressivas de todo o mundo com o fim de se libertar o nosso continente de todas as formas de dominação estrangeira.
5. Cumprimento de todos os princípios da OUA
6. Estabelecimento de uma verdadeira paz no mundo
7. Respeitar os princípios da Organização das Nações Unidas de não interferência nos assuntos internos de outros países.
8. Solidariedade com todas as forças progressivas que lutam contra o colonialismo, o imperialismo e o neo-colonialismo.

#### Art.º 7. Estrutura

A UNITA é organizada da seguinte maneira:

1. A Nação, a Província, o Distrito, a Região e a Célula.
2. Ao nível da Nação corresponde o Conselho Nacional e o Comité Central. Cada Província, Distrito e Região é dirigida por um Comité Provincial, Distrital e Regional.
3. A Célula é o órgão básico da UNITA.
4. O órgão Supremo da UNITA é a Assembleia Geral constituída por delegados de todos os órgãos básicos.
5. A UNITA adopta como método de trabalho os seguintes princípios:
  - a. Direcção Colectiva
  - b. Centralismo Democrático
  - c. Crítica e auto-crítica

#### Art.º 8. Finanças

Os fundos da UNITA provêm das cotizações dos seus Membros, subscrições e donativos.

#### Art.º 9. Omissões

Os casos de omissão serão resolvidos de acordo com o Regulamento Interno da UNITA.

#### 21.4.4. Membros influentes da UNITA / II Congresso 24-30 de Agosto de 1969<sup>775</sup>

Comité Central da UNITA.

1. Presidente e Comandante Supremo das FALA, Jonas Malheiro Savimbi.
2. Secretário-Geral e Comissário Político das FALA, Miguel N'zau Puna.
3. Secretário organizador, Tuta Kafula.
4. Chefe do Estado Maior das FALA, Jofrey Kapesi Kafundanga.
5. Comandante Chefe de campo das FALA, José Samuel Chiwale.
6. Secretário dos assuntos sociais e educação popular, João Vicente Viamba.
7. Comandante das operações, Moisés Kayombo.
8. Secretário dos Assuntos Pan-Africanos e do Património Nacional, António da Costa Fernandes «Tony».
9. Secretário para o plano militar e treino, David J. José «Samwimbila».
10. Secretário dos Negócios Estrangeiros, Jorge Ornelas Sangumba.
11. Secretário dos quadros, Caio Francisco Cacoma.
12. Secretário para as Finanças e Administração, Antunes Kahali.

Os primeiros 12, são membros permanentes do Bureau Político da UNITA.

13. Secretária da Brigada Feminina, Augusta Maria Monteiro Chitunda.
14. Secretário da Defesa Civil, Afonso Njimbu.
15. Secretário da Dinâmica Militar, José Soma Kalundungu.
16. Secretário da Produção e Cooperativas, João Kaleji Samalambu.
17. Secretário das Comunicações e Transmissões, Nachilele Nyambe.
18. Secretário da Informação e Cultura, Joaquim Ernesto Mulato.
19. Secretário da Mobilização e Propaganda, Eduardo Sakunda.
20. Secretário para os Estudantes e Juventude Revolucionária, Jean Marie Fonseca.
21. Secretário da Saúde, Jackson Tulienu Samulinu.

---

<sup>775</sup> PT/TT PIDE/DGS SC, SR, 128-65, NT3446\_m0011.TIF, fls. n.ºs 26-30; PT/TT AC PIDE/DGS Del Luso Processo de Informação 2197 (Unidade de Instalação 6951), 1969, fls. n.ºs 279-280. No II Congresso a UNITA, dentre as várias prioridades, condena as manobras tribais no seu seio e na luta geral pela «redenção» africana e expulsa do partido os seguintes membros considerados de traidores: Samuel Chivala, «Mwanangola», Frank Mateus Bandua, Tiago Sachilombo e José Sozinho, por cooperarem com inimigo enquanto pertenciam à UNITA.

22. Secretário da Intendência, Bernati Kassuata.
23. Secretário dos Trabalhadores e dos Sindicatos, Alexandre Magno Pedro.
24. Secretário da Coordenação, Samuel Chitunda.
25. Comissário da Segurança Interna, Samuel Martinho Epalanga.
26. Comissário da Imigração e Defesa do Território Libertado, Rodrigues Chitunga Wandalika.
27. Vice-comissário da Imigração e Defesa do Território Libertado, António Montanha.
28. Vice-secretário dos Assuntos Sociais e Educação Popular, Collins Luciano.
29. Secretário Adjunto da Defesa Civil, Celestino Kanonguessa
30. Secretário Adjunto do Secretário de Coordenação, João Baptista Mukonda.
31. Secretário Adjunto da Informação e Cultura, Pedro da Cunha.

#### **21.4.5. Membros da UNITA no Governo de Transição, 1975**

##### **1. Dr. José N'dele — Primeiro Ministro do Colégio Presidencial**

Nasce em Cabinda, em 1940. Em 1949 segue para Luanda onde ingressa na Escola Missionária do Seminário de Luanda. Terminado os estudos primários, em 1953, ingressa no Seminário Menor de Luanda e, seguidamente, no Seminário Maior, onde conclui o curso superior de Filosofia. Trabalha em Cabinda como professor no pré-Seminário, em 1961, ofício que abandona por perseguição da PIDE, refugiando-se no Congo Léopoldville. Em Kinshasa é membro da Juventude da UPA-FNLA até 1964. No ano de 1962 segue para a Suíça onde se forma na Universidade de Friburgo, em Ciências Económicas e Sociais. Em 1966 figura como um dos primeiros membros da UNITA, encarregado de mobilizar a juventude estudantil angolana. Exerce funções de Secretário Geral da UNEA; Secretário da Juventude da UNITA; Tesoureiro-Geral da UNITA. Falante do português, ibinda, kikongo, lingala, francês, inglês, alemão, espanhol e italiano.



## **2. Eng.º João Vahekeni — Secretário de Estado do Ministério do Interior**

Nasce em 1949, em Namakunde, distrito do Cunene. Após o ensino primário em Pereira de Eça e secundário no Liceu Diogo Cão, em Sá da Bandeira, ingressa na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. De Coimbra não deixa de acompanhar a situação política de Angola em nome da UNITA, o que lhe custa perseguição da PIDE/DGS. Consegue escapar-se do território português, fugindo da PIDE/DGS, e refugia-se na Suíça onde conclui o curso superior de Ciências Geológicas. Participa em vários congressos internacionais representando sempre a UNITA (Itália, Suíça); responsável da Informação da UNITA na Suíça; chefe da Delegação da UNITA na Huíla e Moçâmedes. «Kodioca» é o seu nome de guerra. Fala português, cuanhama, francês, inglês, alemão, espanhol e italiano.

## **3. Dr. Almerindo Jaka Jamba — Secretário de Estado da Informação**

Nasce no Dôndi, Bela Vista, Huambo em 1949. Faz os estudos primários na Missão do Dôndi, Bela Vista e no Colégio Teresiano de Bela Vista. Os estudos secundários fa-los no Instituto Currie do Dôndi e no Liceu Nacional de Nova Lisboa.

Formado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. É professor da Escola Técnica do Seixal e do Liceu Nacional de Oeiras. Em 1972, exila-se de Lisboa para Suíça e especializa-se em História Económica, na Universidade de Genebra.

Tem trabalhos de investigação nos campos de Filosofia e Economia. Entre outras publicações da sua autoria, avultam os estudos «Le Divertissement chez Pascal» e «La Dialectique chez Karl Marx», edições da Universidade de Genebra.

Militante activo da UNITA durante a sua permanência em Lisboa, responsável da SUNITAS — Secção da UNITA na Suíça — organização de jovens criada depois do 3.º Congresso. Participa em várias internacionais na França, Suíça, Itália, Inglaterra e Alemanha. Até à sua designação para o Governo de Transição, é chefe da Delegação da UNITA no Luso-Moxico. Fala português, umbundo, cokwe, francês, inglês, espanhol e domina latim e grego.

#### **4. Eng.º António Dembo — Ministro do Trabalho**

Nasce no Hungo-Nambuanguo, Bengo, em 1944. Faz os primeiros estudos nas Missões Evangélicas de Muxaluanda e Quimai, entre 1952 e 1958. Nos anos de 1959 a 1961, desempenha funções de monitor na Escola Primária Evangélica de Cana Cassala.

Com 17 anos de idade, em virtude dos acontecimentos de Fevereiro e Março de 1961, pega em armas e combate na guerrilha (1961-1964) nas fileiras da UPA-FNLA. Refugia-se, a seguir (1964) em Kinshasa e aí exerce, a favor dos angolanos, as funções de monitor na escola dos refugiados do Dodoma.

Em 1965, parte para Argélia, onde faz os estudos secundários técnicos, sucessivamente no colégio de El-Harrage e na Escola Nacional de Engenheiros e Técnicos de Argélia (E.N.I.T.A.). Em 1969 ingressa na Academia Militar Tunisina.

Em 1970, por razões políticas (no seio da FNLA), abandona a carreira militar e refugia-se em França, onde conclui o curso superior de Engenharia Técnica Electrónica na Escola Nacional de Radiotécnica de Paris.

Simpatizante da UNITA desde 1969, torna-se militante activo deste movimento, em Paris, a partir de 1971. É membro da Delegação da UNITA em Luanda e chefe da Delegação em Carmona, Uíge. Fala português, kimbundu, francês e espanhol.

#### **5. Dr. Jerónimo Elavoco Wanga — Ministro da Educação**

Nasce em Chissamba, distrito do Bié, em 1934. Faz os seus estudos primários na Missão Evangélica de Chissamba e o ensino secundário na Missão Evangélica do Dôndi, Nova Lisboa, Huambo. Conclui o sétimo ano liceal em Sá da Bandeira, em 1958, ano em que segue para Lisboa onde dá início aos estudos universitários na Faculdade de Ciências. Em 1961 exila-se para Suíça, onde conclui os seus estudos, formando-se em Ciências Matemáticas, na Universidade de Lausanne.

É membro da UNITA desde a fundação do Movimento, em 1966. Das actividades desempenhadas, destaca-se o seu trabalho como professor no Gabão, no Liceu Michel Fanguinoveny, ascendendo ao cargo de Reitor em 1969; mestre e pedagogo

em Ciências Pedagógicas e Administração Escolar. Fala português, francês, italiano, espanhol e inglês.

## **6. Eng.º Jeremias Kalandula Chitunda — Ministro dos Recursos Naturais**

Nasce em Chimbuelengue, distrito do Bié, em 1941. Faz os primeiros estudos na escola primária da Missão Evangélica de Dôndi, Bela Vista, Huambo; frequenta depois o Colégio de D. João de Castro e o Liceu Nacional de Nova Lisboa, onde termina o curso secundário.

Forma-se em Engenharia de Minas na Universidade de Arizona, nos EUA. É membro da Sociedade de Engenheiros de Minas do Instituto Americano de Engenheiros e Minas, Metalurgia e Petróleo; membro do Instituto Americano de Betão.

Membro activo da UNITA desde 1966, integra a Delegação do Movimento em Nova Lisboa até à sua nomeação para o Governo de Transição. Fala português, umbundo, inglês e francês.

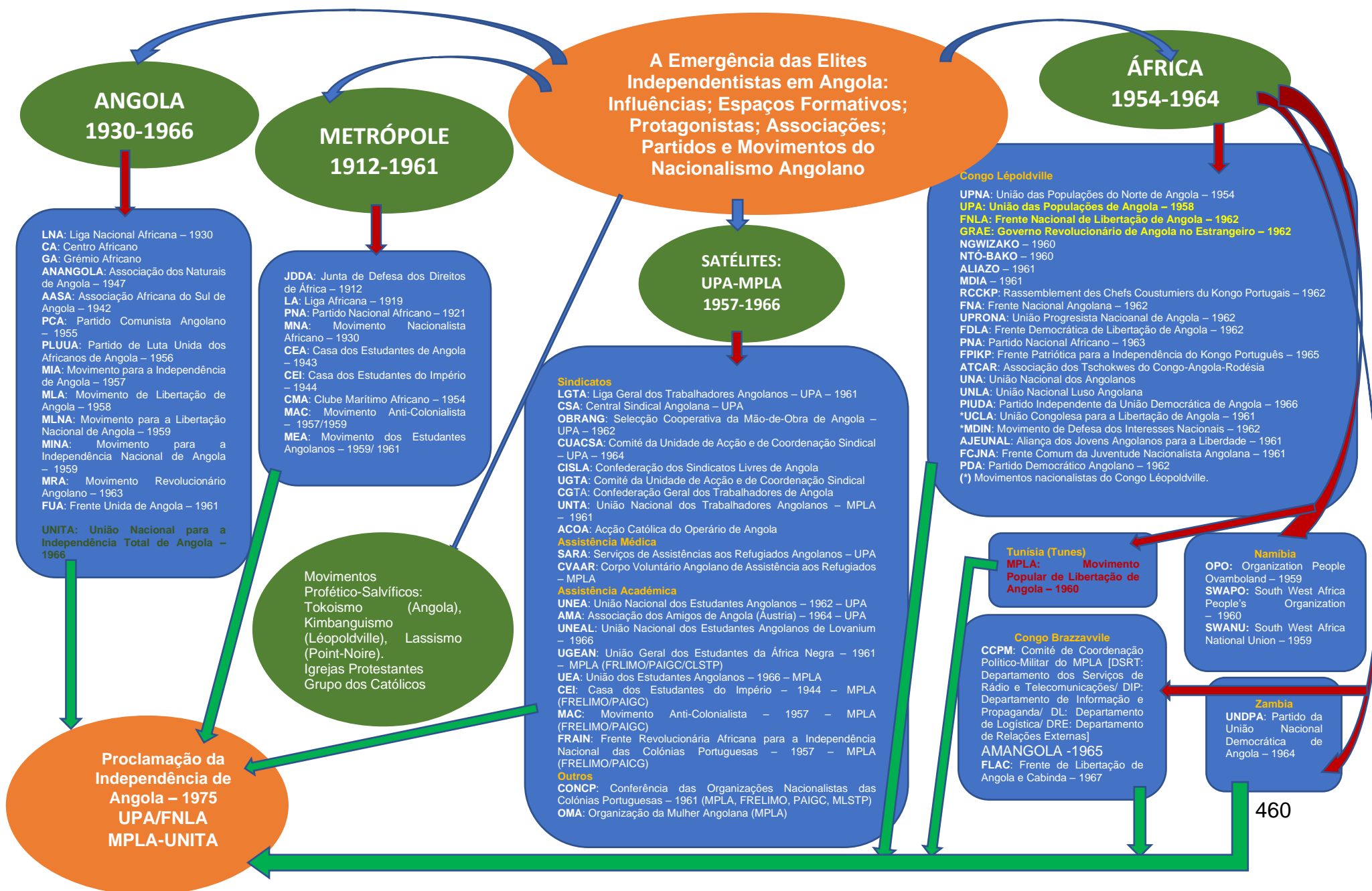
## **7. Capitão Veríssimo Eleutério Sabino Sandele — Chefe do Estado Maior das FALA**

Nasce em 1941, na aldeia de Chinvagulula, Andulo, distrito do Bié. Faz os seus primeiros estudos na escola primária António Verney, Nova Sintra. Em 1952 começa a trabalhar no comércio com o seu pai. Em 1965 trabalho como chefe encarregado da Firma Manuel Pinto & C.<sup>a</sup> Ld.<sup>a</sup> No mesmo ano de 1965 abandona a Firma e muda-se para o Luso onde, em 1966, se incorpora numa das principais células clandestinas da UNITA. Em 1969 incorpora-se nas fileiras das FALA, tendo sido graduado no posto de sargento pelo Bureau Político do movimento. Em 1971 é promovido a aspirante a oficial e nomeado comandante militar na área do Baixo Cume-Caconguelo. Em 1972 é transferido como comandante para a região do Alto Cunguene, onde pelo mérito pessoal é reconhecido pelo Bureau Político — capacidade de organização e espírito de iniciativa — e promovido a Tenente. Em 1974 após o 25 de Abril é nomeado oficial de ligação logística e em 1975, promovido a Capitão e nomeado para a representante das FALA na Comissão Nacional de Defesa. Fala português, umbundo e francês.

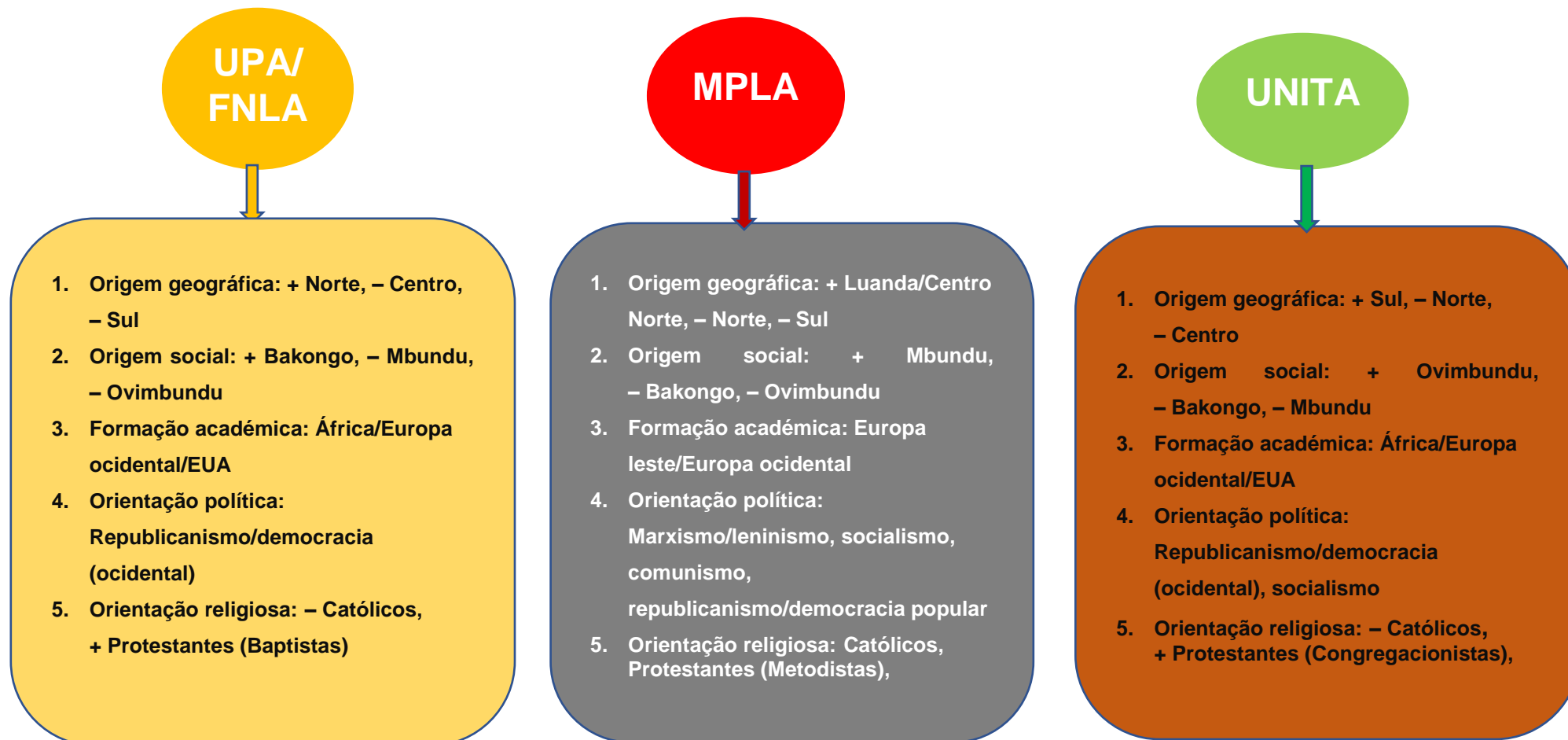
#### 21.4.6. Membros e Quadros da UNITA — 1966-1975

Jonas Malheiro Sidónio Savimbi	Jaka Jamba
António da Costa Fernandes (Tony)	Jacob Hossi Inácio
Akim Mbunda	Jeremias Kussia Chinhundo
Alberto Joaquim Vinama (Comandante Chendovava)	Jerónimo Wanga
Alberto Kalakata	Jorge Sangumba
Alcides Sakala Simões	Jorge Valentim
Alexandre Magno Pedro	José João Lyahuka
Américo Lumbongo	José Kalundungu
Aninhas Sachambo	José N'dele
Antero Pedro Malaquias	José Samuel Chivala
António Dembo	José Samuel Chiwale
Antunes Silvano	Samuel Piedoso «Kapesi Fundanga»
Bernardo Ndeutapo	Manuel Sachilombo
Bernardo Sawete	Mário Mambirimбири
Carlos Kandanda	Martinho Ngonga Liahuka
Daniel M. Kapozo	Mateus Katalayo
Daniel Muliata	Miguel Gilcristo (Zavara)
David Jonatão José «Samwimbila»	Miguel Maria N'zau Puna
David Katata	Moisés Massumba
Demóstenes Amós Chilingutila	Muliata L. Kaniumbu
Domingos Martinho Ndala	Mutaipi M. Mukumbi
Dunduna Chiuka	Nicolau Chiuka Biango
Eduardo Jonatão	Paulino Moisés
Elasse Kafurika	Renato Campos
Ernesto Joaquim Mulato	Sabino Sandale
Eugénio N'golo Manuvakola	Sachipengo Nunda
Fonseca Chindondo (Comandante Mutu Ya Kevela)	Salomão N. N'jolomba
Frank Mateus Bandua	Samuel Epalanga
Gaio Francisco Kakoma (Comandante Gaio Kakoma)	Smart G. Chata
Guilhermina Chitekulo	Temb-Tembi
Isaac Mbunda	Tita Malaquias
Isaías Chtombi	Valdemar Chindondo
Isaías Mussumba	Vatuva Kanhali
Isaías Henriques N'gola Samakuva	Vicente Vihemba
Isidro Peregrino Wambu Chindondo	Wilson dos Santos

## Apêndice n.º 22. Sinopse da Latitude e Longitude da Emergência das Elites Independentistas Angolanas



Apêndice n.º 23. Sinopse da génese e evolução das elites dos movimentos de libertação UPA-FNLA, MPLA, UNITA



1. Origem geográfica: + Norte, – Centro, – Sul
2. Origem social: + Bakongo, – Mbundu, – Ovimbundu
3. Formação académica: África/Europa ocidental/EUA
4. Orientação política: Republicanismo/democracia (ocidental)
5. Orientação religiosa: – Católicos, + Protestantes (Baptistas)

1. Origem geográfica: + Luanda/Centro Norte, – Norte, – Sul
2. Origem social: + Mbundu, – Bakongo, – Ovimbundu
3. Formação académica: Europa leste/Europa ocidental
4. Orientação política: Marxismo/leninismo, socialismo, comunismo, republicanismo/democracia popular
5. Orientação religiosa: Católicos, Protestantes (Metodistas),

1. Origem geográfica: + Sul, – Norte, – Centro
2. Origem social: + Ovimbundu, – Bakongo, – Mbundu
3. Formação académica: África/Europa ocidental/EUA
4. Orientação política: Republicanismo/democracia (ocidental), socialismo
5. Orientação religiosa: – Católicos, + Protestantes (Congregacionistas),

**Legenda:**

- (+) maior representação  
 (–) menor representação

## Apêndice n.º 24. Quadro prosopográfico das elites da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA

### 1. UPA-FNLA<sup>776</sup>

Nº.	Nome	Origem geográfica	Origem étnica	Formação escolar	Ocupação profissional	Cargos políticos ocupados	Orientação política do Movimento	Orientação religiosa	Pseudónimos
							Republicanism, Democracias do bloco ocidental		
1	Manuel Ventura Barros Nekaka	Norte: São Salvador do Kongo	Bakongo, <i>bazombo kikongo</i>		Escriturário e Enfermeiro no Congo Léopoldville	Fundador da UPA-FNLA e secretário da (AMA)		Protestante – Sociedade Missionária Baptista - SBM	Pedro Mambo
2	Holden Roberto	São Salvador do Kongo, 12/01/1923	Bakongo, <i>bazombo, kikongo</i>	Frequência Léopoldville e Gana do curso de ciências políticas; Estágio político-diplomático na Representação da República da	Funcionário do ministério das finanças da Bélgica em Stanleyville (Kisangani), 1940-1948	Presidente da UPA-FNLA; Chefe do Estado-Maior do ELNA		Protestante – Sociedade Missionária Baptista - SBM	José Gilmore Roberto Holden Holdane Holdone Roberto

<sup>776</sup> **Fontes:** PT/TT PIDE/DGS, AC, SC, CI (2) 19286, Unidade de Instalação 7833; PT/TT AOS, U.L., 39, cx. 835, pasta 4, fl. n.º 126; Fundação Mário Soares, Espólio Mário Pinto de Andrade, DMA, pasta: 07058.017.005; *Monsenhor Manuel Joaquim Mendes das Neves: íclito nacionalista angolano*, Luanda, Liga Africana, 2004, p. 16-17.; PT/TT PIDE/DGS Del. A, Processo de Informação 11-12 B, fls. n.ºs 424-426; PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, 2885; José Manuel da Silveira LOPES, *O cónego Manuel das Neves: um nacionalista angolano : ensaio de biografia política*, Lisboa, Vega, 2017, p. 87.

				Guiné Conacri nas Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1959 a 1960.					Roberto Holdane Holden Nekaka Susana Milton Rui Ventura
3	Alexandre Taty	Norte: Cabinda (Simulambuco)	Bakongo/ <i>ibinda</i>			Co-fundador da UPA-FNLA; Vice-presidente da UPA-FNLA Comissário de contas (primeiro comité, 1961); Secretário/relações exteriores; Ministro do armamento (GRAE).		Católica	
4	François Dombe					Co-fundador da UPA-FNLA			
5	Rosário André da Conceição Neto	Centro Norte/ Malange, 3 de Abril de 1927	Mbundu/ <i>ki mbundu</i>			Co-fundador da UPA-FNLA		Protestante	
6	António Francisco Mayembe					Co-fundador da UPA-FNLA			



7	Francisco Borralho Lulendo	Norte: Salvador do Kongo	Bakongo/b azombo, <i>kikongo</i>			Co-fundador da UPA-FNLA;  Secretário- geral;  Secretário encarregado das questões sociais; Tesoureiro Geral;  Inspector- Geral;  Director do Movimento Feminino (AMA)		Protestante	
8	Lumbu Martins	–	–	–	–	Co-fundador da UPA-FNLA		–	
9	Johnny Pinnock Eduardo	Norte: Salvador do Kongo, 1942	Bakongo / <i>bazombo</i>	Curso Superior de Direito Internacional, Argel.  Curso de Política, Economia e de Geopolítica da África Austral, Faculdade de Direito da Universidade de Paris.		Co-fundador da UPA-FNLA;  Director Adjunto de Informação e Imprensa;  Secretário encarregado dos assuntos especiais;  Conselheiro Geral;		Protestante	

						<p>Presidente Regional do movimento em Matadi;  Presidente da Juventude do movimento</p> <p>Representante do movimento em Argel;</p> <p>Membro do Conselho Nacional da Revolução, do Bureau Político e da Comissão Executiva do movimento;</p> <p>Primeiro Ministro do Colégio Presidencial/ Governo de transição</p>			
<b>10</b>	Pedro Francisco de Almeida Sobrinho	Centro/Norte: Kuanza Norte, Camabatela, 7.07.1932	Mbundu, Assimilado		Estudante da CEI, Instituto Superior de	Membro do Bureau político da UPA-FNLA		Católica	

					Agronomia de Lisboa			
12	Adão José Kapilangu	–	–	–	–	Activista do movimento UPA-FNLA no Lobito, Benguela		–
13	Moisés Kayaya	–	–	–	–	Activista do movimento UPA-FNLA no Lobito, Benguela		–
14	João Baptista	Norte: São Salvador do Kongo.	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário-Geral	Protestante	–
15	Maurício Dombele	Norte: Uíge (Kibokolo/Makela)	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário-Geral Adjunto da UPA-FNLA	Protestante	–
16	Aníbal da Silva Melo	Leste: Lunda (Camaxilo)	Lunda, <i>cockwe</i>	–	–	Director Político da UPA-FNLA	–	–
17	Sebastião Roberto	Norte: São Salvador do Kongo	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Director Político Adjunto da UPA-FNLA	–	–
18	Antoine Villa	Norte: Uíge (Makela)	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário de Direcção e das Relações Exteriores da UPA-FNLA	–	–
19	Luyeye Garcia	Norte: Uíge (Kibokolo/Makela)	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Tesoureiro Adjunto da UPA-FNLA	Protestante	–
20	Kiaku Philippe	Norte: Uíge (Kinzamba/Damba)	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Inspector-Geral Adjunto e Presidente da Secção de	Protestante	–

						Matete da UPA-FNLA		
21	José K. Manuel Peterson	Norte: São Salvador do Kongo	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário Administrativo da UPA-FNLA	Protestante	–
22	Masseko Alphonse	Norte: Uíge (Makela)	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário Administrativo Adjunto da UPA-FNLA	Protestante	–
23	António Narciso Nekaka	Norte: São Salvador do Kongo	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário de Propaganda da UPA-FNLA	Protestante	–
24	Simão Andrade Freitas	Norte: São Salvador do Kongo	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário do Movimento Feminino da UPA-FNLA	–	–
25	Eduardo Mankenda Vieira	Norte: S. Salvador do Kongo (Kintiamputu)	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Secretário Adjunto do Movimento Feminino da UPA-FNLA	–	–
26	N'gola Kabangu	Luanda, 1943	Bakongo/M bundu: <i>kikongo</i> e <i>kimbundu</i>	Eng.º Electrónico, Instituto Superior de Kranj- Jugoslávia		Membro do Comité Central da UPA-FNLA;  Membro do Comité Central do ELNA;  Quadro do GRAE e do Bureau Político;  Membro do Departamento do Interior;	–	–

						Ministro do Interior/Governo de transição			
27	Hendrick Vaal Neto	Centro Sul: Kuanza Sul (Gabela), 1944	Assimilado, tem noções da língua <i>kimbundu</i>			Secretário da Juventude da UPA-FNLA;  Quadro do ELNA;  Director do gabinete de Informação da UPA-FNLA;  Director Adjunto das Relações Exteriores;  Membro das Agências de Informação Africanas;  Estagiário do Instituto de Ciências Técnicas de Informação do Zaire;  Secretário de Estado do Ministério de Informação/Go		Católica	–

						verno de Transição			
28	Graça da Silva Tavares	Centro Norte: Kuanza Norte (Dondo/Cambambe), 1932	Assimilado	Diplomado em Ciências Económicas e Sociais, Universidade de Friburgo	Recebedor da Fazenda de Angola, Seles (Kuanza Sul);  Contabilista, Lisboa;	Secretário das Missões Evangélicas de Angola (Luanda);  1º. Secretário do movimento UPA-FNLA;  Secretário de Estado do Comércio e Turismo/Governo de Transição		Protestante	–
29	Samuel Abrigada	Centro Norte: Malange (Quéssua)	Mbundu, <i>kimbundu</i>	Frequenta o Seminário Evangélico de Carcavelos;  Diplomado em Teologia, Faculdade de Teologia de Richmond da Universidade de Londres;  Licenciado em Medicina, e Diplomado em Administração		Representante da UNEA, Alemanha;  Pastor;  Membro do Bureau Político do movimento UPA-FNLA;  Chefe do Departamento da Saúde do GRAE;		Protestante	–

				Santuária, Alemanha Federal;		Ministro da Saúde e Assuntos Sociais/Governo de Transição			
30	Mateus João Neto	Luanda, 1939	Mbundu, <i>kimbundu</i>	Eng.º em Agronomia, Universidade de Viena;  Diplomado em Economia, Universidade de Estocolmo		Membro do Comité Central do movimento UPA-FNLA;  Chefe de Informação e das Cooperativas Agrícolas do movimento  Ministro da Agricultura/Governo de Transição		Protestante	–
31	Pedro Timóteo Barreiro Kiakanwa	Norte: São Salvador do Kongo (Malonga, Posto Administrativo de Mandimba)	Bakongo, <i>kikongo</i>	Diplomado em Ciências, Instituto Pedagógico Evangélico de Kimpese, Léopoldville;  Formação Militar, Academia Militar da Tunísia		Chefe do Departamento Administrativo do Estado Maior n.º 1 do ELNA;  Chefe do Estado Maior do ELNA /Governo de Transição		Protestante	–
32	Jacob Isaac	Sul/Planalto Central,	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Curso Liceal;	Trabalhador do C.F.B.;	Membro do Bureau Político		Protestante	–

		Huambo (Chitata)		Curso Bíblico e Técnico, Instituto Currie de Dôndi, Huambo	Trabalhador dos Serviços de Administração Civil de Angola e dos Quadros dos Serviços Aduaneiros de Angola	do movimento UPA-FNLA; Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social/Governo de Transição		
33	Influência da UPA-FNLA em Luanda/Colaboradores do Cónego Manuel das Neves	Afonso Dias	-	-	-	-	-	-
34		César Correia	-	-	-	-	-	Mekwiza-Mekwenda
35		Francisco Pedro Miguel	-	-	-	-	-	N'zau
36		Luís Alfredo Inglês			-	-	-	-
37		Costa Neto	Luanda	Mbundu, <i>kimbundu</i>	-	-	-	-
38		Jordão Aguiar			-	-	-	-
39		Neves Adão Bendinha	Centro Norte: Icolo e Bengo	Mbundu, <i>kimbundu</i>	-	-	-	-
40		Agostinho Manuel Neto			-	-	-	-
41		Afonso Dias da Silva			-	-	-	-
42		Moisés João Gaspar			-	-	-	-
43		Alfredo Jorge Bobela da Mota			-	-	-	-
44		Miguel de Oliveira Fernandes			-	-	-	-
45		Aníbal de Melo			-	-	-	Alda Maria da Silva
46		Mário Silva			-	-	-	-



47	Rosário da Conceição Neto (ver supra)	-	-	-	-	-		-	-
48	Paulo Tuba	-	-	-	-	-	Chefe da Delegação da UPA-FNLA nas Nações Unidas; Representante da UPA-FNLA em Alvor	-	-
49	Adão José Kipango	-	-	-	-	-	Chefe da Delegação da UPA-FNLA em Nova Lisboa; Representante da UPA-FNLA em Alvor	-	-
50	Lubaki Ntemo	-	-	-	-	-	Encarregado dos Assuntos Sociais; Representante da UPA-FNLA em Alvor	-	-
51	Paku Zola Demba	-	-	-	-	-	Membro da Comissão Central da UPA-FNLA; Representante da UPA-FNLA em Alvor	-	-
52	Marques Barroso	-	-	-	-	-	Comandante do ELNA; Representante da UPA-FNLA em Alvor	-	-

<b>53</b>	Francisco Alípio Rómulo	-	-	-	-	Comandante do ELNA; Representante da UPA-FNLA em Alvor		-	-
<b>54</b>	António João Fernandes	-	-	-	-	Membro do Bureau Político da UPA-FNLA; Representante da UPA-FNLA em Alvor		-	-
<b>55</b>	Paulo David Moyo	-	-	-	-	Membro do Bureau Político da UPA-FNLA; Representante da UPA-FNLA em Alvor		-	-

## 2. MPLA<sup>777</sup>

Nº.	Nome	Origem geográfica	Origem étnica	Formação escolar	Ocupação profissional	Cargos políticos ocupados	Orientação política do Movimento	Orientação religiosa	Pseudónimos / outras observações
							Republicanismo, Marxismo-leninismo, Democracia (leste da Europa e Cuba); Comunismo; Democracia Popular; Estado centralizado		
1	António Agostinho Neto	Centro Norte: Icolo e Bengo (Kaxicane/Catete), 1922	Mbundu, <i>kimbundu</i>	7.º ano do curso liceal, Liceu Salvador Correia; Lic. em Medicina, especialidade em Medicina Tropical, Universidade de Lisboa;	Funcionário nos Serviços de Saúde e Higiene, Luanda; Funcionário na Direcção Provincial de Saúde de	Presidente do MPLA; Membro do Comité Director		Protestante/Missão Americana	Kilamba, Manguxi,

<sup>777</sup>**Fontes:** PT/MNE/DAB – UM/GNP PAA – M 7B – Processo n.º 940, 1 (7) D. Informação 189-66/56-B.1/G.P.3.º Gabinete do Governador-Geral, Silvino Silvério Marques; PT/TT PIDE-DA-C-2-88-1, Bol. Inf. 1030-193/64-BIR-24Abr/64, processo 110.00.30, fl. 133; Mário Pinto de ANDRADE, *Mário Pinto de Andrade: uma entrevista dada a Michel Laban*, 1ª. ed., Lisboa, João Sá da Costa, 1997, p. 52; <http://www.maan.co.ao/media/50c8b474-2824-4edb-8edb-b22d57794a3d.pdf>; Lúcio LARA, *Um amplo movimento: itinerário do MPLA através de documentos e anotações*, Luanda, s.n., 1997, vol. I, até 1961, p. 365; Jean-Michel Mabeko TALI, *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Editorial Nzila, 2001, vol. I: 1962-1974, p. 68.; Edmundo ROCHA, Francisco SOARES et Moisés Silva FERNANDES, *Angola: Viriato da Cruz : o homem e o mito : Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973*, Lisboa; Luanda, Prefácio; Caxinde, 2008, p. 11.

					Malange e do Bié; Médico privado; Médico nos serviços públicos				
2	Mário Pinto de Andrade	Centro Norte: Kwanza Norte (Ngolungu Alto, Ndalatando), 21 de Agosto de 1928.	Assimilado/mestiço Mbundu, <i>kimbundu</i>	Técnico Superior: Filologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.	Escrivão, Léopoldville, Escritor	Presidente interino do MPLA; Presidente das Relações Exteriores; Membro do Comité Director; Membro executivo da CONCP;		Católica	Abandona o MPLA, «Revolta Activa», 1974
3	Viriato Clemente da Cruz	Centro Sul: Kwanza Sul	Assimilado/mestiço	Técnico de ensino médio,		Activista político/fundador do PCA (1956), Teórico do MPLA, Secretário-Geral do MPLA, Membro do Comité Director,			Separa-se do MPLA em Julho de 1963
4	Lúcio Rodrigo Leite Barreto Lara	Sul/Planalto Central: Huambo, 09.04.1929	Assimilado/mestiço	Técnico superior, Físico-Químicas na Universidade de Lisboa	Trabalhador do Colégio Moderno em Lisboa,	Membro da FRAIN e do CONCP, Dirigente do Bureau do			Tchiweka

					Contratado pelo governo da Guiné como Economista da Universidade Sindical da UGTAN de Conacri.	MPLA em Conacri, Membro do Comité Director do MPLA, Responsável, da Defesa e Segurança, Chefe de Departamento de Organização e Quadros		
5	Luís de Azevedo Júnior	Centro Norte: Bengo (Dande), 28 de Julho de 1925	Mbundu, <i>kimbundu</i>	Ensino secundário	Contabilista	Membro do Comité Director, Chefe do Departamento de Organização, Representante do MPLA na reunião da OUA, Nairobi, 1964		
6	Eduardo M. dos Santos	Centro Norte: Kwanza Norte	Assimilado/mestiço	Técnico superior de medicina		Membro do Comité Director, Serviços Sociais, Membro do corpo clínico	Católica	–
7	Hugo de Menezes	São Tomé e Príncipe, 15.05.1932	Assimilado	Técnico superior	Médico	Membro do Comité Director,	Católica	–

						Informação e Cultura, Membro do corpo clínico		
8	Diógenes Boavida	Luanda, 1928.	Mbundu, <i>kimbundu</i> , Assimilado	Curso Liceal, Luanda (Liceu Salvador Correia) e Porto (Portugal), Direito, Coimbra, Faculdade de Direito		Membro do corpo clínico, Ministro da Justiça/Governo de Transição,	Católica	–
9	Gentil Traça	–	–	–	–	Membro do corpo clínico	–	–
10	Manuel Boal	–	–	–	–	Membro do corpo clínico	–	–
11	Manuel Videira	–	–	–	–	Membro do corpo clínico	–	–
12	João Baptista de Castro Viera Lopes	Luanda, 08.05.1932	Assimilado	Medicina, Lovaina	Médico estagiário em Lovaina	Membro do corpo clínico; 2.º Secretário do MPLA; Departamento dos Assuntos Sociais	–	–
13	Edmundo Rocha	–	–	–	–	Membro do corpo clínico	–	
14	Carlos Pestana	–	–	–	–	Membro do corpo clínico	–	Pepetela
15	Mário de Almeida	–	–	Médico	–	Membro do corpo clínico	–	Kasesa
16	Daniel Júlio Chipenda	Sul: Benguela (Lobito)	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Estudante de Geologia, Portugal,	Futebolista da da Académica e do Benfica; Mentor e fundador da equipa	Subchefe do Departamento de Organização e Quadros do	–	Sango Abandona o MPLA, 1974:

					«Angola Livre».	MPLA, Léopoldville; Mobilizador de militantes; Chefe das Relações Externas			«Revolta do Leste»
17	Miguel Timóteo	Norte: Santo António do Zaire.	Bakongo, <i>kikongo</i>	Estudante da Lincoln University, da Pensilvânia		Secretário da Informação da JMPLA; Editor/publicação «Vitória ou Morte»; Mentor dos Estatutos da JMPLA	–	–	
18	Domingos Francisco da Silva	Centro Norte: Kwanza Norte (Ndalatando), 05.05.1905	Mbundu, <i>kimbundu</i>	–	Pastor protestante; Professor	Antigo membro do MRA, Movimento Revolucionário Angolano; Organizador da «guerrilha» na região dos Dembos; Conselheiro-geral do MPLA; Vice-Presidente do MPLA; Autor de «cartas abertas ao povo de Angola», em que difunde	Protestante	–	

						conceitos de patriotismo e comportamento revolucionário; Membro do Comité Director do MPLA		
19	Henrique Alberto Quádrios Teles Carreira	Centro Sul: Kwanza Sul (Kibala), 1933	Assimilado, naturalizado marroquino	Curso de Direito (2.º ano), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	Jornalista em Marrocos	Chefe de Departamento de Segurança; Chefe das operações e responsável do armamento do comando operacional de Dolisie; Membro do Conselho Superior de Defesa do Bureau Político (Alvor)	–	Iko
20	Lopo Fortunado Ferreira do Nascimento	Luanda, 1940	Mbundu, <i>kimbundu</i>	Curso Geral de Comércio e o Curso Complementar da Escola Comercial de Vicente Ferreira. Empenha-se nos estudos de Economia Política, História	Sindicalista/Presidente da Comissão Sindical dos Trabalhadores das Empresas Cervejeiras, Angola	Membro Departamento de Informação e Propaganda, frente Norte; Membro do Comité Central do MPLA e secretário do Bureau Político;	–	–



				de Angola e Sindicalismo.		Primeiro Ministro do Colégio Presidencial/G overno de Transição		
21	Henrique dos Santos	Centro Sul: Kwanza Sul (Porto Amboim), 1940	Assimilado/ mestiço	Ensino Liceal, Luanda (Liceu Salvador Correia); Geologia, Lisboa (Faculdade de Ciências); Curso militar, Argélia		Comandante na Frente Leste (morteirista); Subcomandan te da Região Norte; Membro do Comité Central; Secretário de Estado do Ministério do Interior/Govern o de Transição	–	O’Nambwe
22	Manuel Rui Monteiro	Sul/Planalto Central: Huambo, 1941	Assimilado, mestiço	Lic. Direito, Universidade de Coimbra		Militante e activista do MPLA, 1971; Ministro da Informação/Go verno de Transição	Católica	–
24	David Aires Machado	São Tomé e Príncipe, em 1940	Assimilado, mestiço	Estudos primário s e secundários, Colégio da Casa das Beiras, em Luanda.	Empregado/tip ógrafo, Luanda; Professor e funcionário da secretaria, cadeia de S. Nicolau	Militante e activista (clandestino) do MPLA; Representante do MPLA, Portugal e Itália no sector sindical;	–	–

						Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social/Governo de transição		
25	Augusto Lopes Teixeira	Centro Norte: Kwanza Norte (Ngolungo Alto), 1938	Assimilado, mestiço	Engenharia Electrónica, Instituto Superior Técnico de Lisboa; Especialização em Radiotecnica no Instituto Electrotécnico de Leninegrado.		Militante e activista do MPLA; Membro da Comissão Provisória do Reajustamento da Frente Leste, 1974 Secretário de Estado da Indústria e Energia/Governo de Transição	-	-
26	Saydi Mingas	Norte: Cabinda, 1943	Bakongo, assimilado	Agro-Pecuária, Instituto de Planificação Agropecuária de Cuba;  Doutoramento em Economia, Faculdade de Economia de Havana		Militante do MPLA em Lisboa; Director do Centro de Instrução Revolucionária, na Frente Leste; Integrante do Movimento de Reajustamento da Frente; Departamento de Relações Exteriores,	-	-

						representante do MPLA nos países Escandinavos, na Suécia; Membro do Comité Central do Movimento; Ministro de Planeamento e Finanças/Governo de Transição		
27	João Jacob Caetano	Centro Norte: Bengo (Piri, Dembos), 1941	Mbundu, <i>kimbundu</i>	Formação militar, Checoslováquia		Militar da 1ª. Região, Dembos; Membro do Comité Director do MPLA; Comandante das FAPLA/Governo de transição	–	Monstro Imortal
28	Américo Boavida	Luanda	Mbundu, <i>kimbundu</i> , Assimilado	–	–	–	Católica	–
29	Matias Miguéis	Centro Sul: Kwanza Sul (Novo Redondo), 15.08.1917	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	Contabilista	Vice-presidente do MPLA	–	–
30	Deolinda Rodrigues de Almeida	Centro Norte: Bengo (Icolo e Bengo), 5.02.1939	Mbundu, <i>kimbundu</i>	–	Estudante	Membro do Comité Director	Protestante	–

31	José Bernardo Domingos	Centro Norte: Malange, 13.01.1932	Mbundu, <i>kimbundu</i>	–	Professor	Membro do Comité Director		–	–
32	Georges Mantoya de Freitas	Norte: São Salvador do Kongo, 1930	Assimilado, mestiço	–	Empregado bancário	Membro do Comité Director		–	–
33	Desidério da Graça	Luanda, 17.05.1934	Mbundu, Assimilado	–	Estudante	3.º Secretário do MPLA		–	–
34	João Gonçalves Benedito	Centro Norte: Malange, 1923	Mbundu, <i>kimbundu</i>	–		Membro do Comité Director		–	–
35	José Miguel	Centro Norte: Bengo (Ambriz), 1.01.1940	Mbundu, <i>kimbundu</i>	–	Estudante	Membro do Comité Director		–	–
36	Marcelino Miranda			–		Chefe do Departamento de Finanças		–	–
37	Filipe Floribert			–		Membro efectivo do Comité de Coordenação Político-Militar (CCPM)			Monimamb o
38	Manuel Caetano Soares da Silva	–	–	–	–	Secretário do CCPM		–	Nzumbi
39	Pascal Luvwalu	–	–	–	–	Secretário do CCPM		–	Kiawa
40	Justino Frederico Kanhenge	–	–	–	–	Secretário do CCPM		–	Mwihula
41	Davuino Mwendalo	–	–	–	–	Secretário do CCPM		–	Kongolo
42	Ismael Abrão Gaspar Martins	–	–	–	–	Secretário do CCPM		–	–

43	Augusto Lopes Teixeira	-	-	-	-	Director do Departamento dos Serviços de Rádio e Telecomunicações/ CCPM		-	Mazalala Tutu
44	Fernando Castro Paiva Júnior	-	-	-	-	Chefe da Frente Norte/CCPM		-	Kabutei
45	Alberto Bento Ribeiro	-	-	-	-	Chefe da Frente Leste/CCPM		-	Cabulo
46	Adolfo Maria	Luanda, 1935	Branco	-	-	Departamento de Informação e Propaganda/CCPM, Centro de Estudos angolanos/Argel		-	-
47	Bogalho	Luanda		-	-	Departamento de Informação e Propaganda/CCPM		-	-
48	Correia	Centro Norte: Bengo (Catete)	-	-	-	Departamento de Informação e Propaganda/CCPM		-	Gambela
49	Maria Paim	Centro Norte: Bengo (Caxito)	-	-	-	Departamento de Informação e Propaganda/CCPM		-	-

50	Emmanuel Lanvu	Norte: São Salvador	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Departamento de Informação e Propaganda/CPM		–	–
51	Isabel Teresa	Norte: S. Salvador (Ambrizete)	Bakongo, <i>kikongo</i>	–	–	Departamento de Informação e Propaganda/CPM		–	–
52	Muila Mavungo	Norte: Cabinda	Bakongo, <i>ibinda</i>	–	–	Departamento de Informação e Propaganda/CPM		–	–
53	Francisco Magalhães Paiva	–	–	–	–	Departamento de Finanças/CCPM		–	Nvunda
54	Carlos Augusto Duarte Morais	–	–	–	–	Departamento de Finanças/CCPM		–	–
55	Inácio João Baptista	–	–	–	–	Departamento de Logística/CCPM		–	Massunga Kota
56	Jorge Barros Tchimpuati	Norte: Cabinda	Bakongo, <i>ibinda</i>	–	–	Representante do MPLA, Dolisie; Responsável pela residência de trânsito/CCPM, Dolisie		–	–
57	Maria Paim	–	–	–	–	Representante das Relações		–	–

						Externas/CCP M, Brazzaville			
58	Isabel Tersa	-	-	-	-	Representante das Relações Externas/CCP M, Brazzaville		-	-
59	Paulo Júnior	-	-	-	-	Representante das Relações Externas/CCP M, Tanzânia		-	Pemba
60	Ambroise Lukoki	-	-	-	-	Representante das Relações Externas/CCP M, RAU, Cairo		-	-
61	Manuel Caetano Soares da Silva	-	-	-	-	Representante das Relações Externas/CCP M, Argélia (FPLN)		-	Nzumbi
62	Manuel Jorge	-	-	-	-	Representante das Relações Externas/CCP M, Roma, Itália		-	-
63	Ismael Abraão Gaspar Martins	-	-	-	-	Representante das Relações Externas/CCP M, Reino Unido		-	-
64	António Alberto Neto	-	-	-	-	Representante das Relações Externas/CCP M, Suécia		-	-
65	António José Condesse de Carvalho	-	-	-	-	Membro do Comité Director; Representante das Relações		-	-

						Externas/CCP M, Jugoslávia			
66	Carlos Rocha Dilowa	-	-	-	-	Representante do MPLA no Alvor; Membro do Bureau Político e do Conselho da Defesa		-	-
67	Joaquim Kapango	-	-	-	-	Representante do MPLA no Alvor; Membro do Bureau Político e Chefe da Delegação do Huambo		-	-
68	Maria Mambo Café	-	-	-	-	Representante do MPLA no Alvor; Representante do MPLA na Roménia		-	-
69	Paulo Jorge	-	-	-	-	Membro da Comissão das Relações Exteriores e Embaixador na Argélia; Representante do MPLA no Alvor;		-	-
70	César Kiluange	-	-	-	-	Representante do MPLA no Alvor; Membro da Comissão		-	-



						Central e do Estado-Maior da I Região			
71	Albertino de Almeida	-	-	-	-	Representante do MPLA no Alvor – Conselheiro Jurídico;		-	-
72	Maria do Carmo Medina	-	-	-	-	Representante do MPLA no Alvor – Conselheiro Jurídico;		-	-

### 3. UNITA<sup>778</sup>

Nº.	Nome	Origem geográfica	Origem étnica	Formação escolar	Ocupação profissional	Cargos políticos ocupados	Orientação política do Movimento	Orientação religiosa	Pseudónimos
							Republicanismo, Democracia (ocidental), Esquerda (chinesa), Governo africano		
1.	Jonas Malheiro Sidónio Savimbi	Sul/Planalto Central: Bié, 1934	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Lic. Ciências Políticas e Jurídicas, Universidade Lausanne, Suíça	Secretário-geral da UPA-FNLA, 1961, Ministro dos Negócios Estrangeiros resignado do GRAE/UPA-FNLA, 1964	Presidente, Chefe do Estado-Maior das FALA		Protestante/Congregacionista	Folha Seca; Leão da Anhara; Evimbi Molowini
2	António da Costa Fernandes Cabinda	Norte: Cabinda	Bakongo, <i>ibinda</i>	Ciências Económicas e Financeiras, Suíça		Secretário-geral da UNITA		Católica	Tony

<sup>778</sup> **Fontes:** PT/TT ASC, cx. 14, n.º 1, documento n.º 12, 1965; PT/TT PIDE/DGS SC, SR, 128-65; PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 4471, 2885, fl. n.º 47; PT/TT PIDE/DGS SC, SR, Processo de Informação 2192/63 (Alexandre Magno Pedro), cx. 3306, 1963, fl. n.º 63; PT/TT PIDE/DGS Del A, Processo de Informação 11.24A/7 (AMANGOLA), cx. 1843, 1964, fl. n.º 1; Lukamba GATO, «Savimbi morreu em 1991», *Angolense*, 2006 p., consultado a 07 de Setembro de 2018; Carlos de Matos GOMES e Aniceto AFONSO, *Guerra colonial: Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa: Diário de Notícias, 1997, p. 66; Samuel CHIWALE, *Cruzei-me com a História*, 2ª., Portugal, Sextante, 2011.

3	Alexandre Magno Pedro	Centro: Malange/ Centro Sul: Huambo?	Mbundu, <i>kimbundu</i> , Ovimbundu, <i>umbundu</i> ?	–	Secretário dos Trabalhadores e dos Sindicatos	–		–	–
4	José João Liahuka	Sul/Planalto Central: Bié	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Lic. Em Medicina, Portugal, Formação na Academia Superior Político-Militar, Nanquim, China	Médico (resignado) da UPA-FNLA (SARA)	Director do Bureau Político e do Comité Director da UPA-FNLA, 1961		Protestante/Con gregacionista	–
5	Miguel Maria N'zau Puna	Norte: Cabinda (Simulambuco) 23.02.1932	Bakongo, <i>ibinda</i>	Ex-bolseiro da UPA-FNLA, Tunísia: Escola de Agricultura de Moghrane e Escola Superior de Cooperação	Professor (Escola Missionária S. José, Ambriz, Bengo); Auxiliar dos Serviços Aduaneiros das Alfândegas do Ultramar, Posto do Nóqui, Uíge	Secretário- geral da UNITA; Comissário político; dirigente da UNITA no Alvor		Católica	–
6	David Jonatão Chingunji	Sul/Planalto Central: Bié	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Estratégia, táctica e carreira de tiro/China	Professor no Luso	–		Protestante/Con gregacionista	Samwimbil a
7	Frank Mateus Banda	Zâmbia	–	Formação política e ideológica, Nanquim, China	–	–		Protestante	–
8	Isaiás Mussumba	–	–	Sexto ano do Liceu/Angola, Formação política e	–	–		Protestante	–

				ideológica, Nanquim, China					
9	José Samuel Chiwale	Sul/Planalto Central: Cahala, Huambo, 14.10.1943	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Estratégia, táctica e carreira de tiro, Nanquim, China.	–	–		Protestante, Igreja Evangélica do Bailundu	–
10	Samuel Piedoso Chingunji	Sul/Planalto Central: Bié	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	7º Ano do Liceu.	Soldado raso do exército colonial (desertor)	1º chefe do Estado-Maior das FALA		–	Kapesi Fundanga
11	Jacob Hossi Inácio	Sul/Planalto Central: Bié	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Curso/Academia Superior Político-Militar, Nanquim, China	Maquinista dos Caminhos-de- Ferro de Benguela	–		Protestante/Con gregacionista	
12	José Kalundungo	Sul/Planalto Central: Huambo	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	–	Quadro sénior do movimento		–	–
13	Moisés Mussumba	–	–	–	–	–		–	–
14	Akim Mbunda	–	–	–	–	–		–	–
15	Alberto Joaquim Vinama	–	–	–	–	–		–	Cdte. Chendovav a
16	Alberto Kalakata	–	–	–	–	–		–	
17	Alcides Sakala Simões	Sul/Planalto Central: Huambo	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	–	–		–	–
18	Américo Lumbongo	–	–	–	–	–		–	–
19	Aninhas Sachambo	–	–	–	–	–		–	–
20	Antero Pedro Malaquias	–	–	–	–	–		–	–
21	António Dembo	Centro Norte: Bengo (Hungo- Nambuango), 1944	Mbundu, <i>kimbundu</i>	Estudos secundários técnicos, colégios de El- Harrage e na Escola Nacional	Monitor na Escola Primária Evangélica de Cana Cassala;	Dissidente da UPA-FNLA, é Simpatizante da UNITA (1969) e militante activo		Protestante	–

				de Engenheiros e Técnicos, Argélia (E.N.I.T.A.); Academia Militar, Tunísia; Curso superior de Engenharia Técnica Electrónica na Escola Nacional de Radiotécnica, Paris.	Combatente das fileiras da UPA-FNLA (1961-1964); Monitor na escola dos refugiados do Dodoma, Kinshasa	deste movimento, em Paris; Membro da Delegação da UNITA em Luanda e chefe da Delegação em Carmona, Uíge; Ministro do Trabalho/Governo de Transição			
22	Antunes Silvano	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Bernardo Ndeutapo	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Bernardo Sawete	-	-	-	-	-	-	-	-
25	Carlos Kandanda	-	-	-	-	-	-	-	-
26	Chendo Vava	-	-	-	-	-	-	-	-
27	Daniel M. Kapozo	-	-	-	-	-	-	-	-
28	Daniel Muliata	-	-	-	-	-	-	-	-
29	David Katata	-	-	-	-	-	-	-	-
30	Demóstenes Amós Chilingutila	Sul/Planalto Central: Bié, 1947	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	-	-	-	-	-	-
31	Domingos Martinho Ndala	-	-	-	-	-	-	-	-
32	Dunduna Chiuka	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Eduardo Jonatão	Sul/Planalto Central: Bié, 1947	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	-	-	-	-	-	-
34	Elasse Kafurika	-	-	-	-	-	-	-	-
35	Ernesto Joaquim Mulato	Norte: Uíge, 1940	Bakongo, <i>kikongo</i>	Eng.º Civil	-	-	-	-	-

36	Eugénio N'golo Manuvakola	Sul (litoral) Benguela, 1947	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	Professor	–		–	–
37	Fonseca Chindondo	–	–	–	–	–		–	Cdte. Mutu Ya Kevela
38	Gaio Francisco Kakoma	–	–	–	–	–		–	(Cdte Gaio Kakoma
39	Guilhermina Chitekulo	–	–	–	–	–		–	–
40	Isaac Mbunda	–	–	–	–	–		–	–
41	Isaias Chtombi	–	–	–	–	–		–	–
42	Isaias Henriques N'gola Samakuva	Sul/Planalto Central: Bié, 1946	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	Professor	–		–	–
43	Isidro Peregrino Wambu Chindondo	–	–	–	–	–		–	–
44	Jaca Jamba	–	–	–	–	–		–	–
45	Jacob Hossi Inácio	Sul/Planalto Central: Bié	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	–	–		–	–
46	Jeremias Kussia Chinhundo	–	–	Formação política e ideológica, Nanquim, China	–	–		–	–
47	Jerónimo Wanga	–	–	–	–	–		–	–
48	Jorge Sangumba	–	–	–	–	–		–	–
49	Jorge Valentim	–	–	–	–	–		–	–
50	José João Lyahuka	Sul/Planalto Central: Bié	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	–	–		–	–
51	José Kalundungu	Sul/Planalto Central: Huambo	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	–	–		–	–
52	José N'dele	Norte: Cabinda, 1940	Bakongo, <i>ibinda</i>	Seminário Maior, curso superior de Filosofia. Lic. em Ciências Económicas e	Professor (pré-Seminário) Quadro Sénior da UNITA, Mobilizador da Juventude	Membro da Juventude da UPA-FNLA, Léopoldville,		Católica	–

				Sociais, Universidade de Friburgo, Suíça.		Secretário Geral da UNEA; Secretário da Juventude da UNITA; Tesoureiro- Geral da UNITA; Primeiro Ministro do Colégio Presidencial/G overno de Transição		
53	José Samuel Chivala	Leste: Lunda	Lunda, <i>cockwe</i>	–	–	–	–	–
54	Tiago Manuel Sachilombo			Formação política e ideológica, Nanquim, China	–	–	–	–
55	Mário Mambirimberi			–	–	–	–	–
56	Martinho Ngonga Liahuka	Sul/Planalto Central: Huambo	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	–	–	–	–	–
57	Mateus Katalayo	–	–	–	–	–	–	–
58	Miguel Gilcristo	–	–	–	–	–	–	Zavara
59	Moisés Massumba	–	–	–	–	–	–	–
60	Muliata L. Kaniumbu	–	–	–	–	–	–	–
70	Mutaipi M. Mukumbi	–	–	–	–	–	–	–
71	Nicolau Biago Tchiuka	–	–	Formação política e ideológica, Nanquim, China	–	–	–	–
72	Paulino Moisés	–	–	Estratégia, táctica e carreira	–	–	–	–

				de tiro, Nanquim, China					
73	Renato Campos	-	-	-	-	-	-	-	-
74	Sabino Sandale	-	-	-	-	-	-	-	-
75	Sachipengo Nunda	-	-	-	-	-	-	-	-
76	Salomão N. N'jolomba	-	-	-	-	-	-	-	-
77	José Samuel Chivala	Leste: Lunda	Lunda, <i>cockwe</i>	-	-	-	-	-	-
78	Samuel Epalanga	-	-	-	-	-	-	-	-
79	Smart G. Chata	-	-	-	-	-	-	-	-
80	Temb-Tembi	-	-	-	-	-	-	-	-
81	Tita Malaquias	-	-	-	-	-	-	-	-
82	Valdemar Chindondo	-	-	-	-	-	-	-	-
83	Vatuva Kanhali	-	-	-	-	-	-	-	-
84	Vicente Vihemba	-	-	-	-	-	-	-	-
85	Wilson dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-
86	Zacarias Mundombe	-	-	-	-	-	-	-	-
Signatários do AMANGOLA. Sem outros dados: Naturais do Sul de Angola/Ovimbundu, <i>umbundu</i> .	87	Reverendo Marcolino Nyani							
	88	Thomas Fouka							
	89	Júlio Baião Sachilombo							
	90	Miguel Casimiro							
	91	Martina Kangombe							
	92	André Emílio							
	93	Salomão Lázaro							
	94	Mendonça Samose							
	95	Domingos Manuel							
	96	Maria Virgínia Liahuka							
	97	Ernesto Chitamgua							
	98	Pedro Massambo							
	99	Maria Florinda Pedro							
100	Neves Kassoma								
101	Zeferino Afonso								
102	Estêvão Alfredo Samuel								
103	Samuel Trinta								



	<sup>104</sup>	Manteigas Chissoka	Luís	–	–	–	–	–	–	–	–
				–	–	–	–	–	–	–	–
<b>105</b>		João Vahekeni	Sul: Cunene (Namakunde)	Ovambo, <i>cuanhama</i>	Lic. Direito, Universidade de Coimbra, Curso Superior de Ciências Geológicas,	Representante da UNITA em Congressos Internacionais (Itália, Suíça)	Responsável da Informação da UNITA; Chefe da Delegação da UNITA na Huila e Moçâmedes; Secretário de Estado do Ministério do Interior/Govern o de Transição		Protestante	Kodioca	
<b>106</b>		Almerindo Jaka Jamba	Sul/Planalto Central: Huambo (Dôndi, Bela Vista)	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Formado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa; Especializado em História Económica, na Universidade de Genebra.	Professor da Escola Técnica do Seixal e do Liceu Nacional de Oeiras	Responsável da SUNITAS — Secção da UNITA na Suíça; Chefe da Delegação da UNITA no Luso-Moxico; Secretário de Estado da Informação/Go verno de Transição		Protestante	–	
<b>107</b>		Jerónimo Elavoco Wanga	Sul/Planalto Central: Bié (Chissamba), 1934	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Curso Liceal, Sá da Bandeira, Huila; Ciências Matemáticas, na Universidade de Lausanne	Professor e Reitor no Gabão, Liceu Michel Fanguinoveny; Mestre e pedagogo em	Quadro Sênior da UNITA; Ministro da Educação/Gov erno de transição		Protestante	–	

					Ciências Pedagógicas e Administração Escolar.					
108	Jeremias Chitunda	Kalandula	Sul/Planalto Central: Bié (Chimbuelen gue), 1941	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Engenharia de Minas na Universidade de Arizona, nos EUA	Membro da Sociedade de Engenheiros de Minas do Instituto Americano de Engenheiros e Minas, Metalurgia e Petróleo;  Membro do Instituto Americano de Betão.	Membro activo da UNITA desde 1966, integra a Delegação do Movimento em Nova Lisboa até à sua nomeação para o Governo de Ministro dos Recursos Naturais/Governo de Transição		–	–
109	Veríssimo Sandele	Eleutério Sabino	Sul/Planalto Central: Bié (Chivangulula), 1941	Ovimbundu, <i>umbundu</i>	Estudos primários, Escola António Verney, Nova Sintra; Graduado no posto de sargento pelo Bureau Político do movimento;	Comerciante; Encarregado na Firma Manuel Pinto & C.ª Ld.ª;	Membro das células clandestinas da UNITA; Comandante militar na área do Baixo Cume-Caconguelo; Oficial de ligação logística; Chefe do Estado Maior das FALA/Governo de Transição	Protestante		–

110	António Vakulukuta	-	-	-	-	Secretário do Interior; Representante da UNITA no Alvor		-	-
111	Fernando Wilson	-	-	-	-	Chefe da Delegação no Lobito; Representante da UNITA no Alvor		-	-
112	Jorge Sangumba	-	-	-	-	Secretário das Relações Exteriores; Representante da UNITA no Alvor		-	-
113	Marques Kakumba	-	-	-	-	Adjunto das Relações Exteriores; Representante da UNITA no Alvor		-	-
114	Ruben Chitacumba	-	-	-	-	Secretário dos Transportes e Comunicações; Representante da UNITA no Alvor		-	-
115	Ousman Goniam	-	-	-	-	Representante da UNITA no Alvor – Conselheiro Jurídico;		-	-
116	Jean-Paul Mouzinho	-	-	-	-	Secretário da Planificação Económica;		-	-

						Representante da UNITA no Alvor			
<b>117</b>	Waldemar Chindondo	-	-	-	-	Capitão das FALA; Representante da UNITA no Alvor		-	-
<b>118</b>	Eliseu Chimbili	-	-	-	-	Secretário da UNITA e Representante da UNITA no Alvor		-	-

## **Apêndice n.º 25. Negociações para a independência de Angola: Movimentos de Libertação de Angola e Portugal — Mombaça/Alvor, 1975<sup>779</sup>**

### **A. Preliminares — Comissão Nacional de Descolonização**

A proposta inicial da Reunião Cimeira foi para S. Miguel, Açores com início em 18 de Dezembro. A UNITA objecta o local preferindo uma capital africana. No caso, para Portugal, sugere-se Dakar ou Dar-es-Salam. A delegação portuguesa é chefiada pelo Ministro Melo Antunes, com possibilidade da presença do Presidente da República; o Ministro Almeida Santos, Dr. Fernando Reino, Tenente Coronel Passos Ramos, Brigadeiro Silva Cardoso, Tenente Coronel Gonçalves Ribeiro, Major Pezarat Correia, Vice-Almirante Rosa Coutinho, Dr. António Augusto de Almeida.

#### ***Da agenda de trabalhos:***

1. Governo de Transição:
  - 1.1. Alto Comissário
  - 1.2. Primeiro Ministro
  - 1.3. Ministros sem pasta
  - 1.4. Distribuição de pastas ministeriais
  - 1.5. Secretários e subsecretários
  - 1.6. Competências
  - 1.7. Diploma orgânico
  - 1.8. Data de formação
2. Programa do Governo de Transição
  - 2.1. Relações com o Governo de Portugal
  - 2.2. Formas de actuação política
  - 2.3. Relações externas
  - 2.4. Soluções económico-financeiras
  - 2.5. Elaboração de aprovação da Constituição
  - 2.6. Acesso à independência
3. Problemas de Segurança
  - 3.1. Conselho de Defesa ou Comissão Militar Mista

---

<sup>779</sup> **Fonte:** PT/TT EMA, caixa 125, pasta n.º 6, negociações para a independência de Angola.

- 3.2. Forças Armadas Portuguesas
- 3.3. Forças Militarizadas — PSPA, OPVDCA, Guarda Rural
- 3.4. Forças Auxiliares — GE, Flechas, Fiéis
- 3.5. Forças Armadas de Angola
- 3.6. Cooperação inter-forças
- 4. Problema dos refugiados no exterior
  - 4.1. Autorização de entrada
  - 4.2. Escalonamento em tempo
  - 4.3. Fixação e apoio
- 5. Estatuto de nacionalidade
  - 5.1. Definição de angolano
  - 5.2. Formas de aquisição de nacionalidade
  - 5.3. Situação dos funcionários portugueses
  - 5.4. Situação dos emigrantes
- 6. Integridade territorial
  - 6.1. Problema de Cabinda
  - 6.2. Problema dos Ovambos

## **B. Encontro de Mombaça, Quénia**

### ***Acordo entre o MPLA e a UPA-FNLA***

Durante a reunião dos três movimentos de libertação, em Mombaça, as Delegações do MPLA e da UPA-FNLA, chefiadas pelos seus Presidentes, respectivamente, Dr. Agostinho Neto e Holden Roberto, analisam a actual situação do país e assentam nalgumas bases de cooperação de forma a não agravar os problemas que se levantam aos dois movimentos nesta fase de descolonização.

Tendo em conta que a unidade dos movimentos de libertação de Angola é um factor primordial na luta contra o colonialismo e um instrumento de salvaguarda e consolidação da independência nacional;

Reconhecendo que a intromissão de interesses estrangeiros na vida política nacional e a existência de uma reação interna em Angola são uma ameaça à independência e ao desenvolvimento harmonioso da sociedade angolana;

Preocupados com o agravamento das condições económicas e sociais do Povo Angolano e da situação económica do país;

*Os dois Movimentos concordam em:*

1. Por termo a toda a espécie de hostilidade e de propaganda hostil que dificultem a colaboração franca e sincera entre o MPLA e a UPA-FNLA;
2. Criar um clima favorável à cooperação estreita entre os dois movimentos, da base ao topo, em todos os sectores, e ao respeito mútuo entre eles;
3. As duas partes concordam igualmente em fazer um apelo à imprensa e aos seus amigos para que não desenvolvam qualquer campanha susceptível de comprometer o espírito do presente acordo;
4. Defender constantemente os interesses dos povos angolanos e em especial das suas camadas mais exploradas, lutando em comum pela extinção extirpação de todos os vestígios do colonialismo;
5. Cooperar em organismos comuns para a solução dos problemas das populações;
6. Não se intrometer nos assuntos internos de cada um dos movimentos signatários do presente acordo;
7. Opor-se por todos os meios às manobras da reação interna que visam perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo e assim combater contra todas as manobras que atendem contra a unidade nacional ou visem a secessão do País.

Feito em Mombaça, em 4 de Janeiro de 1975.

O presidente do MPLA — Agostinho Neto e O presidente da UPA-FNLA — Holden Roberto

### ***Declaração de Princípios: UPA-FNLA, MPLA e UNITA***

A Frente Nacional de Libertação de Angola — UPA-FNLA, o Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola — UNITA, tendo reunido na cidade de Mombaça, na República do Quênia, no dia 3 de Janeiro de 1975, depois de analisarem a situação política que decorre em Angola nesta fase de descolonização:

Tendo em vista que no próximo dia 10 se realiza em Portugal a Cimeira com o Governo Português para a formação do Governo de Transição, que conduzirá a independência Nacional, acordaram na seguinte declaração comum:

1. Reafirmam a sua determinação de salvaguardar a integridade territorial de Angola, nas suas fronteiras geográficas e administrativas actuais, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.
2. Os três movimentos de libertação comprometem-se a edificar a Nação Angolana sob bases justas e democráticas, eliminando por isso todas as formas de discriminação étnica, racial, religiosa ou de qualquer outro tipo.
3. Igualmente, as três Organizações políticas angolanas manifestam veementemente a sua preocupação perante a deterioração da economia do país e exigem do Governo Português a adopção de medidas urgentes e eficazes, de acordo com os movimentos de libertação, que salvaguardem os interesses sociais das massas trabalhadoras, estimulem o desenvolvimento económico do território e o processo de reconstrução nacional.

Mombaça, 4 de Janeiro de 1975.-

Ass.) — pela UPA-FNLA: Holden Roberto

— pelo MPLA: Dr. Agostinho Neto

— pela UNITA: Dr. Jonas Savimbi.



## ***Comunicado final: UPA-FNLA, MPLA, UNITA e Comissão Nacional de Descolonização***

Reunidas em Mombaça, no Palácio Presidencial, nos dias 3, 4 e 5 de Janeiro de 1975, por especial amabilidade do Governo da República do Quênia, as delegações da UPA-FNLA, do MPLA e da UNITA, chefiados pelos seus Presidentes, respectivamente, Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, num clima de mútua compreensão e perfeito entendimento, encontraram uma plataforma comum em vista às negociações com o Governo Português para a formação do Governo de Transição que conduzirá Angola à independência.

### **C. Acordo de Alvor**

#### **1. Agenda de Trabalhos**

Das negociações concluídas em Mombaça, formaliza-se a data para o Acordo da formalização da independência de Angola e a constituição do Governo de Transição para o mês de Janeiro, em Alvor, Hotel Penina, Portimão: 10-11/01/1975.

Da agenda de trabalhos sugerida pela parte portuguesa, no primeiro dia das actividades, realçam-se as alterações da agenda propostas pelo MPLA.

Resultando:

#### ***Estruturas Governativas:***

- a. Alto Comissário
- b. Nomeação
- c. Competência

#### ***Governo de Transição***

- a. Constituição
- b. Funções

- c. Pastas do Governo Português
- d. Pastas dos Movimentos de Libertação

### ***Comissão Nacional de Defesa***

- a. Constituição
- b. Funções

### ***Processo de Descolonização***

- a. Elaboração da Lei Fundamental
- b. Transferência de Poderes

### ***Forças Militares e Militarizadas***

- a. Efectivos
- b. Dispositivo
- c. Missão
- d. Data limite da saída

### ***Forças Armadas***

- a. Efectivos
- b. Dispositivo
- c. Missão

### ***Forças Militarizadas e Paramilitares***

- a. PSPA
- b. OPVDCA
- c. Guarda Rural

### ***Forças Auxiliares***

- a. GE'S
- b. TE'S
- c. Flechas
- d. Fiéis
- e. Leais

## ***Antigos agentes da PIDE-DGS e agentes da PIM***

### ***Prisioneiros de Guerra***

## **2. Delegações e Representantes do Acordo de Alvor<sup>780</sup>**

### **1. Delegação Portuguesa**

#### **a. Membros efectivos:**

Melo Antunes — Ministro sem pasta, da Coordenação Interterritorial e dos Negócios Estrangeiros;

Brigadeiro Silva Cordoso;

Tenente Coronel Gonçalves Ribeiro;

Tenente Coronel Passos Ramos;

Major Pezarat Correia;

Dr. Fernando Reino.

#### **b. Assessores:**

Major António Metelo;

Major Gonçalves da Costa;

Major José Pimentel;

Dr. Sá Machado;

Dr. António Cordeiro.

#### **c. Assessores Jurídicos:**

Dr. Coruche de Almeida;

Dr. Rui Machete.

---

<sup>780</sup> Fundação Mário Soares, Espólio António Arnao Metello, Acordo do Alvor, composição das delegações presentes, pasta n.º 11007005, 1975, Casa Comum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.005> (2019-2-24); C. VAZ (dir.), *Angola rumo à independência*, *op. cit.*, p. 15 e segs. F. CASCAIS, «Cimeira sobre Angola: 11 meses para definir uma vitória certa», *op. cit.*, pp. 50-51.

**d. Protocolo do Estado:**

Embaixador Mendonça e Cunha;  
Dr. Miguel Sanches de Baena;  
Dr. António Taveira Valente;  
Dr. João Pedro da Silveira Carvalho.

**e. Ministério da Comunicação Social:**

Dr. Teixeira da Mota;  
Dr. João de Moraes Palmeiro.

**f. Gabinete Coordenador para a Cooperação:**

Dr. José Moraes Cabral.

**g. Delegação do Alto-Comissário de Angola: Conselheiros de Angola:**

Prof. Brito de Figueiredo (Educação);  
Dr. Amílcar Martins (Saúde);  
Eng. Guerra Marques (Engenharia e Universidade);  
Eng. António Castilho (Associações Económicas);  
Salvador Barreto (Transportes Rodoviários);  
Edmundo Gonçalves (Sindicatos);  
Américo Silva (Intersindical);  
Eng. José Nunes Pedro (Agricultura — café);  
Eng. Cardoso e Cunha (Indústria — pecuária);  
Morais Sarmiento (Imprensa).

**2. Delegação da UPA-FNLA**

Holden Roberto — Presidente;  
Johnny Eduardo — Encarregado das Relações Exteriores;  
N'gola Kabangu — Encarregado do Interior;  
Dr. Samuel Abrigada — Encarregado da Saúde;  
Hendrik Vaal Neto — Chefe da Delegação da UPA-FNLA em Luanda;

Paulo Tuba — Chefe da Delegação da UPA-FNLA nas Nações Unidas;  
Dr. Adão José Kipango — Chefe da Delegação da UPA-FNLA em Nova Lisboa.

***Suplentes:***

Lubaki Ntemo — Encarregado dos Assuntos Sociais;  
Paku Zola Demba — Membro da Comissão Central da UPA-FNLA;  
Marques Barroso e Francisco Alípio Rómulo — Comandantes do ELNA.

***Secretários:***

António João Fernandes e Paulo David Moyo — Membros do Bureau Político da UPA-FNLA.

***3. Delegação do MPLA***

***Membros efectivos:***

Dr. Agostinho Neto — Presidente;  
Lúcio Lara — Membro do Bureau Político;  
Lopo do Nascimento — Membro do Bureau Político (Secretário);  
Carlos Rocha Dilowa — Membro do Bureau Político e do Conselho da Defesa;  
Joaquim Kapango — Membro do Bureau Político e Chefe da Delegação do Huambo;  
«Iko» Carreira — Membro do Conselho Superior de Defesa do Bureau Político.

***Assessores:***

Saydi Mingas — Membro das Comissões Central e das Relações Exteriores;  
Maria Mambo Café — Representante do MPLA na Roménia;  
Paulo Jorge — Membro da Comissão das Relações Exteriores e Embaixador na Argélia;  
César Kiluange — Membro da Comissão Central e do Estado-Maior da I Região;  
Miguel Whekeni;

***Conselheiros Jurídicos:***

Dr. Diógenes Boavida;  
Dr. Albertino de Almeida;  
Dra. Maria do Carmo Medina.

***4. Delegação da UNITA***

***Membros efectivos:***

Dr. Jonas Savimbi — Presidente;  
Dr. António Vakulukuta — Secretário do Interior;  
Dr. Fernando Wilson — Chefe da Delegação no Lobito;  
Dr. Jorge Sangumba — Secretário das Relações Exteriores;  
Tony da Costa Fernandes — Secretário da Informação;  
Dr. José N'dele — Tesoureiro-Geral.

***Assessores:***

Marques Kakumba — Adjunto das Relações Exteriores;  
Ruben Chitacumba — Secretário dos Transportes e Comunicações;  
Dr. Ousman Goniam — Conselheiro Jurídico;  
Dr. Jean-Paul Mouzinho — Secretário da Planificação Económica;  
Waldemar Chindondo — Capitão.

***Secretário:*** Eliseu Chimbili

## **Apêndice nº. 26. Acordo de Nakuru — 16 a 21 de Junho de 1975<sup>781</sup>**

Os movimentos de libertação de Angola — UPA-FNLA, MPLA e UNITA, reunidos em Nakuru, de 16 a 21 de Junho de 1975, representados pelos respectivos presidentes, Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, conscientes da gravidade da situação que o país atravessa e de que o interesse nacional deve necessariamente sobrepor-se a quaisquer divergências políticas e ideológicas, afirmam solenemente renunciar ao uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes das conclusões do acordo que segue:

### 1. Análise da situação geral em Angola e relações entre os movimentos de libertação

Analisada a situação geral no país, os movimentos de libertação de Angola — UPA-FNLA, MPLA e UNITA constataam com grande apreensão como causas principais da sua deterioração o seguinte:

1.º a introdução pelos movimentos de libertação de grandes quantidades de armamento depois de 25 de Abril e sobretudo depois da sua implantação em Luanda.

Atribui-se essa corrida ao armamento ao facto dos movimentos de libertação terem permanecido na desconfiança mútua resultantes das suas diferenças políticas e ideológicas e das divergências do passado.

2.º falta de tolerância política que se manifesta através da violência na actuação dos movimentos de libertação e dos seus militantes.

3.º existência de zonas ditas de influência e de regiões de pretensa superioridade militar.

4.º o armamento da população civil.

5.º os recontros militares entre os movimentos de libertação e a sua regionalização além de causarem numerosas vítimas inocentes, agravam de igual modo a situação pois tendem a incrementar o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

6.º a agitação reaccionária ou de elementos estranhos ao processo de descolonização.

---

<sup>781</sup> PT/TT/EMA, Acordo de Nakuru, caixa n.º 53, pasta 3.

Em face dessa situação para o restabelecimento de um clima de paz em Angola, a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA, decidem:

- a. Criar um clima de tolerância política e de unidade nacional na diversidade política e ideológica.
- b. Comprometerem-se solenemente a pôr termo a todas as formas de violência e de intimidação de militantes e a libertar imediatamente todos os prisioneiros que detenham.
- c. Garantir a todos os movimentos de libertação o direito à livre actuação política em qualquer ponto do país.
- d. Acelerar a formação do exército nacional.
- e. Desarmar a população civil, depois de criadas as necessárias condições.
- f. Acelerar a expulsão dos agentes da ex-PIDE/DGS que ainda se encontra em Angola.
- g. Tomar medidas para neutralizar a reacção interna e externa.
- h. Recomendar aos órgãos de informação oficiais e dos movimentos de libertação a maior difusão das presentes disposições.

## 2. Actuação do Governo de Transição

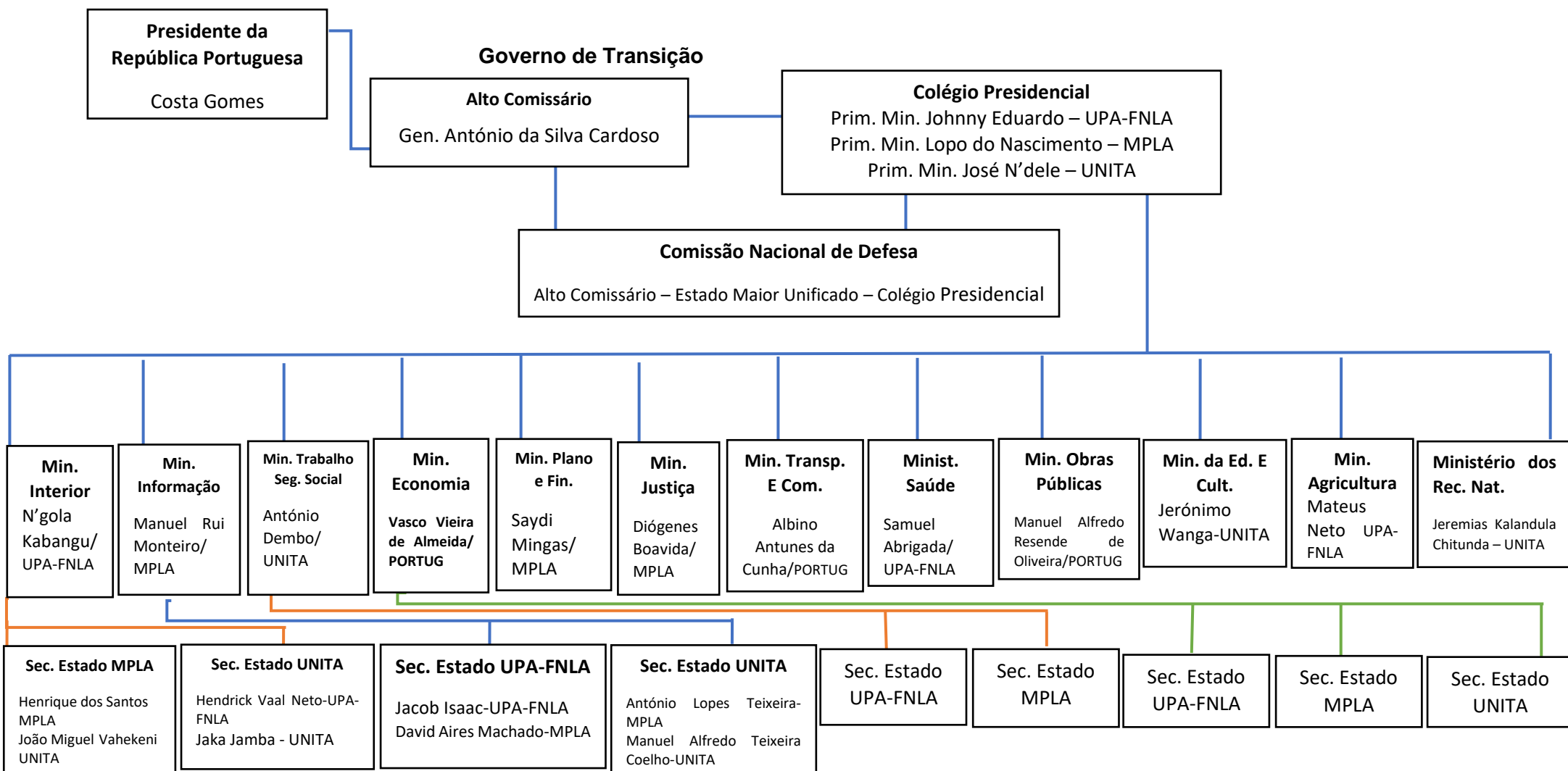
Os movimentos de libertação reconhecem todos os esforços do Governo de Transição para a resolução dos problemas que se impõem à Nação.

## 3. Desarmamento da população civil

Desarmamento dos Zambianos e ex-Gendarmes Katangueses



**Apêndice n.º 27. Organigrama da Estrutura Jurídico-Constitucional (Alvor) de Angola até à Independência<sup>782</sup>**



<sup>782</sup> **Fonte:** Fundação Mário Soares, Espólio António Arnão Metello, Acordo do Alvor, composição das delegações presentes, pasta nº 11007005, 1975; Carmo VAZ (dir.), *Angola rumo à independência: o governo de transição, documentos e personalidades*, Luanda, Livrangol, 1976; Fernando CASCAIS, «Cimeira sobre Angola: 11 meses para definir uma vitória certa», *Vida Mundial*, 1975.

## **Apêndice n.º 28. Libertação de Agostinho Neto por Adriano Moreira, 1960.**

**Apresentação** (Contacto prévio, Lisboa, 26 de Novembro de 2017)

Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, sou João Baptista Gime Luís, estudante no Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, cooperação entre as Universidades de Lisboa (ICS e FLUL), Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), Universidade de Évora e ISCTE-IUL. O meu projecto de doutoramento pretende abordar as *Elites independentistas e o nacionalismo no século XX: Angola (1956-1975)*.

**Extracto da entrevista registada no dia 27 de Novembro de 2017, Academia das Ciências de Lisboa.**

**João Luís:** Senhor Professor, desempenhou o cargo de Ministro do Ultramar nos anos 60, especificamente, de 1961 a 1963. Entretanto, já frequentava Luanda enquanto Sub-secretário de Estado da Administração Ultramarina (nomeação de 1959).

No meu último contacto, prometeu falar de um dos líderes do nacionalismo angolano, que conheceu como poeta, mas não pessoalmente.

**Sr. Prof. DR. Adriano Moreira:** É o poeta Agostinho Neto.

Fui eu quem pus em liberdade Agostinho Neto. Quando ele estava preso em Luanda, era ministro havia pouco tempo, aparece-me uma rapariga, tinha sido nomeado Ministro havia uma semana, ou assim. Recebi-a, e ela, que ainda é viva, disse-me: Senhor Doutor não me conhece, pois não! E eu respondi-lhe, conheço. Você trabalha no notário de que me sirvo, e você era quem tratava das escrituras quando eu era advogado. Ela ficou espantada, e exclamou, o Senhor Doutor ficou a lembrar-se de mim? Claro, você escrevia as escrituras.

Senhor Doutor, venho falar consigo pelo seguinte: eu sou casada com Agostinho Neto. O Senhor conhece? Eu, no entanto, era Ministro havia poucas semanas. Disse-lhe conheço, porque na Universidade organizei uma coleção de poesia africana, e lá pus o poeta Agostinho Neto, salvo erro, «Menino preto» não entrou

na roda. Continuou: não sei se sabe que ele está preso, acusado de ser comunista e não é comunista. E eu estou grávida. Ele está preocupadíssimo com o filho e também com preocupações por eu estar cá sozinha. E eu queria que o Senhor Doutor me ajudasse.

Telefonei para o Governador de Angola e perguntei: porque é que o poeta Agostinho Neto estava preso. E ele disse-me que por suspeita. Eu observei-lhe que, pela lei portuguesa não haveria presos por suspeita. As pessoas são presas por já poderem ser incriminadas, não é para serem presas por suspeita. O Direito não deve consentir prender por suspeita. O suspeito desencadeia investigação; só quando há indícios é que pode ser preso. A resposta foi que isto aqui é Colónia, e se ele for posto agora em liberdade, as autoridades perdem a face. Agradei.

Chamei a mulher do Dr. Agostinho Neto, e disse-lhe: pergunte ao seu marido, que é médico — eu mandei ver onde é que havia vagas — se quer ser médico em Cabo-Verde, porque há uma vaga em Cabo-Verde. Ela mandou perguntar, informou-me que sim! Para não provocar a inquietação do governador escrevi um despacho de nomeação, dizendo que nomeava o Dr. Agostinho Neto para a vaga tal, do quadro médico para Cabo-Verde. Por urgência de serviço, toma posse dentro de trinta dias. Paguei o bilhete à mulher para ir ter com o marido a Cabo-Verde, dei-lhe dinheiro para o enxoval da criança, e depois, como estive pouco tempo no governo, perdi-a de vista.

Ele não esteve lá muito tempo, parece-me, soube isto depois, porque se passou depois de sair de Ministro, ... Mas quando foi aqui a reunião de Alvor, para definir a Independência, um jornalista perguntou-lhe, como é que o senhor fugiu daqui de Lisboa para fora? Ele respondeu, se bem me lembro, isso não é conversa para agora. Fiquei surpreendido. Afinal ele estivera em Lisboa, mas eu nunca soube.

A mulher dele veio cá, faz uns 3 ou 4 anos, já uma senhora de idade, e pediu a um amigo meu para irmos almoçar juntos. Lá almoçamos, até foi no Parlamento. Não falou no assunto. Sabia, mas não disse uma palavra sobre o assunto. Outra notícia que tenho, é que tem uma vida retirada e discreta em Angola.

Muito obrigado Senhor Professor.